

Rogério Almeida • Elias Sacramento  
(organização)

# LUTA PELA TERRA NA AMAZÔNIA:

Mortos na luta pela terra!  
Vivos na luta pela terra!



No ano passado Expedito Ribeiro de Souza selecionou poesias no vasto acervo de literatura de cordel que havia produzido e inscreveu-se num concurso promovido pela Fundação Cultural Tancredo Neves, em Belém. Conseguiu um terceiro lugar. Se fosse o primeiro colocado, e se a Fundação agisse rápido, Expedito teria tido a alegria de ver um livro seu publicado. Mas o prêmio não veio, o livro não saiu, e Expedito foi morto com três tiros, perto de sua casa, em Rio Maria, no dia 02 de fevereiro.

Este, portanto, é um livro póstumo. Nada a reclamar da comissão que não deu o primeiro lugar ao alegre Expedito. As poesias dele não são obra prima, nem mesmo se circunscritas ao âmbito do cordel nacional. Como todo poeta popular, ao contrário da flamula e dândis das avenidas formais do verso, Expedito sabia muito bem de suas limitações e as expunha ao público. Versejar, porém, era a maneira de projetar sua esperança, realimentando-a. Maravilhosa é essa condição humana, que não prescinde da poesia como forma de conhecimento, emoção, prazer, mistério, surpresa e alegria – no sangrento sertão, ou na sangrenta cidade.

Em meio à violência e aridez que o campo cobra dos que nele sobrevivem, Expedito era a confirmação da inesgotável capacidade humana. Imigrante, lavrador, preto, pobre, religioso, líder, comunista e poeta. É muito título para uma pessoa tão humilde. Um título não é nada, um título é apenas uma etiqueta que se afixa numa pessoa para classifica-la., quando necessário. A pessoa Expedito Ribeiro de Souza transcende a etiqueta colocada em seu corpo inerte para o inevitável assento necrológico. Ele foi como aquela flor que nasce no meio do asfalto, amarela que fosse, mas flor, um produto do milagre humano percebido pelo grande poeta Carlos Drummond de Andrade, mineiro como Expedito, mineiro como o mago do sertão Guimarães Rosa, ciranda de mineiros que não se passaram ao passarem pela vida deixando sua marca.

Quanto capital humano penosamente fabricado é desperdiçado em fração de instantes pela estupidez dos homens, pela convivência dos homens, pela insensibilidade dos homens por trás de um gatilho de revólver de pistoleiro. Expedito foi assassinado porque pensava pelos seus, brigava por eles, queria que fossem menos desiguais do que os mais iguais da sociedade. Porque há uma liturgia dessa palavra e uma confraria desse rito. Expedito tornou-se militante do Partido Comunista do Brasil, que, em Rio Maria, tenta manter sua mística do Araguaia (mais mito que mística, aliás). Na sala da pobre casa em que morava, deixada para a mulher, nove filhos, mãe e agregados dividirem. Expedito mantinha um cartaz do PC do B e imagens bíblicas, além do retrato das chagas de Cristo. Isto é Brasil. Quem entende de sertão sabe,

aprende, respeita. Quem de sertão tenta fazer mares nuca dantes navegados, em papel ou celuloide, naufraga – e arrasta consigo aquele forte que só em cabeças grandiosas rebrota por inteiro (nas de Rosa e Euclides, por exemplo).

Os poetas costumam ser doces, mas é de sua natureza ir ao fundo dos homens, trazendo-lhes as raízes. Não espanta que os violentos tomam os poetas como alvos preferenciais. Garcia Lorca, um sertanejo andaluz, sucumbiu à aurora fascista na Espanha. A Maiakovski não coube outra alternativa senão o suicídio, que Eisentein – poeta da imagem – bebeu em goles lentos, inodores, imorais (na imoralidade de escapar ao fatalismo planejador de Papá Stálin).

No sertão amazônico, nem mesmo o poeta pode reinar pacífica e docemente. Mesmo divino, ele que se arme e se acautele, como está escrito nos versículos do “Grande Sertão Veredas”. Pessoa do povo, como Expedito, se tornam poetas porque os grandes temas filosóficos da vida os levam a transcender a prosaica comunicação de todos os dias. Nenhum tema é mais filosófico do que a morte. Nenhuma agenda de Rio Maria é fechada a cada dia sem considerar uma morte, ou um anúncio premonitório da morte, como a de Expedito, ou a dos Canuto. Neste livro, que abriga apenas alguns das poesias que ele produziu, o tema é quase profético. Infeliz do país em que poetas são infalivelmente proféticos, e as autoridades incompetentes, cúmplices. Não podendo preservar a vida de Expedito, de muito listada para ser consumida, salvamos seus versos, na tentativa, talvez vã, mas necessária, de que permaneçam no ar, como o perfume a que aspirava ser outro poeta do povo, o maranhense João do Vale, de mais sorte por não ter “mexido” aos mortíferos assuntos da terra, razão da vida de milhões de desterrados brasileiros, razão também de suas mortes.

Além das poesias, este livro divulga a última entrevista de Expedito, concedida a Marcionila Fernandes. Aluna do curso de mestrado do Plades, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Marcionila conversou várias vezes com Expedito, em função de sua dissertação de mestrado, sobre a atuação de fazendeiros no Pará, tornando-se amiga do lavrado. Ela também é autora do breve perfil de Expedito. Foi ainda quem recolheu as poesias que selecionei para este livro, com o qual se espera, também, ajudar na difícil sobrevivência da família do líder sindical assassinado.

Aqui está o registro da voz do poeta que fala pelo povo, e, como fiz o povo: empresta a voz de Deus. Que outros poetas do povo não inaugurem sua literatura postumamente, é o que esperamos, e pelo que continuaremos a lutar.

Apresentação do livro de poesia de Expedito Ribeiro  
Belém, fevereiro de 1991, **Lúcio Flávio Pinto**

Rogério Almeida • Elias Sacramento  
(organização)

LUTA PELA  
TERRA NA  
AMAZÔNIA:

Mortos na luta pela terra!  
Vivos na luta pela terra!

**LUTA PELA TERRA NA AMAZÔNIA:  
mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra!**

Projeto de Extensão da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)



UFOPA

**Aldenize Xavier**

Reitora

**Solange Ximenes**

Vice Reitora

**Ediene Pena Ferreira**

Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (Procce)

**Jarsen Guimarães**

Coordenador do Instituto Ciência e Sociedade (ICS)

**Nirson Medeiros da Silva Neto**

Vice Coordenador do ICS

**Inailde Almeida**

Coordenadora do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento  
Regional (GPDR)

**Márcia Janete da Cunha Costa**

Vice coordenadora do Curso de GPDR

Realização



UFOPA

Apoio



Rogério Almeida • Elias Sacramento  
(organização)

# LUTA PELA TERRA NA AMAZÔNIA:

Mortos na luta pela terra!  
Vivos na luta pela terra!



**LUTA PELA TERRA NA AMAZÔNIA:  
mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra!**

**Organização**

Rogerio Almeida  
Elias Sacramento

**Instituições Parceiras**

Movimento dos Trabalhadores  
Rurais sem Terra (MST)

Federação dos Trabalhadores na  
Agricultura do Pará (Fetagri)  
Sudeste do Pará

Sociedade Paraense de Defesa  
dos Direitos Humanos (SDDH)

Comissão Pastoral da Terra  
(CPT) de Marabá/PA

Jornal Brasil de Fato/RS

**Apoio**

Serviço Franciscano de  
Solidariedade (Sefras)

**Ilustração da Capa**

Ricardo Rezende

**Revisão**

Tiago Júlio Martins  
Fabiola Pinheiro  
Maria de Nazaré Trindade

**Cessão de Fotos**

Felipe Milanez  
Miguel Chikaoka  
Rosa Rocha  
Sebastião Salgado

**Pesquisa de Arquivo**

Eric Belém  
Katiane de Jesus  
Iranete Leite/CPT/Marabá  
Rogerio Almeida

**Redes Sociais**

Thiane Neves Barros

**Design Editorial,  
diagramação e capa**

Luciano Silva ([www.rl2design.com.br](http://www.rl2design.com.br))

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Luta pela terra na Amazônia : mortos na luta pela  
terra! vivos na luta pela terra! / Rogerio  
Almeida, Elias Sacramento, (organização). --  
Santarém, PA : Ed. dos Autores, 2022.

Vários autores.  
Vários colaboradores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-00-46835-9

1. Brasil - História 2. Direitos humanos - Brasil  
3. Meio ambiente - Proteção 4. Posse da terra -  
Amazônia 5. Propriedade territorial - Brasil -  
História 6. Reforma agrária - Amazônia I. Almeida,  
Rogerio. II. Sacramento, Elias.

22-114267

CDD-333.3181

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Luta pela terra : Reforma agrária :  
História 333.3181

# EM HOMENAGEM

## EM HOMENAGEM

A todos os familiares de posseiros e sem-terra tombados pelo latifúndio ao longo da luta pela reforma agrária no Brasil;

À defesa incansável dos direitos humanos do Frei Henri des Roziers – advogado da CPT, em terra marcada pelo signo da impunidade, falecido em novembro de 2017;

À valiosa contribuição do educador Jean Hébette junto ao universo camponês no estado do Pará, falecido em novembro de 2016;

Aos familiares dos posseiros assassinados no Massacre de Pau D´arco, Pará, ocorrido em maio de 2017;

Em memória de Fernando dos Santos Araújo, testemunha chave no processo e sobrevivente do Massacre de Pau D´arco, assassinado com um tiro na nuca em janeiro de 2021;

À memória da ativista do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Dilma Ferreira Silva, assassinada no Pará no dia 22 de março de 2019, junto com o marido, Claudionor Costa da Silva e o amigo, Milton Lopes;

Às jornadas empreendidas pelo dirigente camponês Manoel Conceição Santos, falecido em agosto de 2021.

EM HOMENAGEM

EM HOMENAGEM





AGRADECIMENTO

AGRADECIMENTO

AGRADECIMENTO  
**AGRADECIMENTO**

Ao apoio empenhado  
pelo Serviço Franciscano de  
Solidariedade (Sefras) e ao  
Serviço Inter-franciscano de  
Justiça, Paz e e Ecologia.

AGRADECIMENTO

# COLABORARAM NESTA INICIATIVA

Thiane Neves Barros – redes sociais  
Maria de Nazaré Trindade – revisão  
Wernen Veiga – website  
Kátia Marko – Brasil de Fato/RS  
Marilu Cabañas – Rádio Brasil Atual  
Katyane de Jesus – Pesquisa de Arquivo da CPT Belém  
Eric Belém – Pesquisa de Arquivo da CPT Marabá  
Iranete Vieira – Pesquisa de Arquivo da CPT Marabá  
Felipe Milanez – cessão de fotos  
Rosa Rocha – cessão de fotos  
Miguel Chikaoka – cessão de fotos  
Sebastião Salgado – cessão de fotos  
Tiago Júlio Martins – revisão  
Fabíola Pinheiro – revisão  
Luciano Silva – diagramação  
Roger Almeida – diagramação

# AUTORAS/ES

Airton Pereira  
Carlos Guedes  
Claudelice Santos  
Claudenir Santos  
Elias Sacramento  
Emanuel Wambergue (Mano)  
Euro Mascarenhas Filho  
Felício Pontes Jr.  
Gabriela Gomes  
Ismael Machado  
Jessica Santos  
Joélina da Costa

José Batista Afonso  
José Ribeiro de Sousa  
Lúcio Flávio Pinto  
Luzia Canuto  
Manoel Pinto Santos  
Maria Joel  
Osnera Vieira  
Padre Amaro  
Pedro Batista  
Rafael Pimenta  
Raimunda Monteiro  
Raimundo Gomes da Cruz Neto  
Ricardo Rezende  
Rogerio Almeida

## EXTENSIONISTAS DO PROJETO

Bianca Emanuelle Bezerra da Silva  
Yasmin de Souza Correa  
Glenda Flávia Guimarães Cunha  
Júlia Maria Paiva Costa  
Katarina Raquel Pereira Pinheiro

## DOAÇÃO

Marcos Leite  
Thulla Esteves  
Josinaldo Reis Nascimento (Bill)  
Luma Ribeiro Prado  
Cintria Neves Nunes  
Mario Luiz Simões Costa  
Inailde Almeida  
Wilson da Costa Ferreira Leite

# SUMÁRIO

<b>Prólogo</b>	<b>13</b>
<b>Prefácio</b>	<b>20</b>
<b>Apresentação</b>	<b>25</b>

## CAMPONESES

---

Gringo e Oneide, uma história no Araguaia	37
Na trilha da memória: a história do sindicalista João Canuto de Oliveira	75
Em memória de Expedito Ribeiro de Souza: migrante, lavrador, sindicalista e poeta.	109
Arnaldo Delcídio Ferreira, assassinado pelo latifúndio, em Eldorado dos Carajás, Pará.	139
José Dutra da Costa – Dezinho – um sindicalista nas terras do Araguaia-Tocantins	181
Zé Claudio e Maria: tombaram por defender a floresta em pé.	201
Benedito Alves Bandeira: o homem que morreu na luta do povo	231
Avelino Ribeiro: a busca da terra como liberdade	283
Virgílio Serrão Sacramento: um sindicalista lutador	339

## MASSACRES

---

Luta pela terra no Pará: apontamentos sobre algumas chacinas da década de 1980 no Sudeste do Estado	367
O massacre de Eldoradodos Carajás	403

## ADVOGADOS

---

Gabriel Sales Pimenta, ao te matarem, te multiplicaram e agora seremos milhões	473
Paulo Fonteles: a saga do advogado de posseiros no interior do Pará, contido à bala.	511
João Batista, um camponês revolucionário	525

## RELIGIOSOS E ROMARIAS

---

Josimo e Adelaide: assassinatos e narrativas no coração do conflito	573
Irmã Dorothy: mártir do socioambientalismo	613
Romaria da Libertação: muitos passos no caminhar da fé	645

## ENTREVISTAS

---

Pe. Paulinho: A luta pela terra na Amazônia, entre grilagens, assassinatos e injustiças	679
Manoel Conceição Santos: “O homem da Perna de Pequim”	717

## ANEXO

---

Situação de processos que apuram assassinatos de trabalhadores rurais e lideranças no estado do Pará.	765
<b>Como uma muralha</b>	<b>772</b>



## | PRÓLOGO

### "3 T" "Terra + Teto + Trabalho"

Emmanuel Wambergue (Mano)\*

O Antonio Chico faleceu na semana passada, de COVID 19. Ele era o segundo presidente do recente criado Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Marabá quando, em julho 1982, mataram Gabriel Pimenta, o jovem advogado de posseiros vindo das Minas Gerais. Os dois enfrentaram um poderoso mandante: Nelito Cardoso, irmão do Newton Cardoso, o então governador de Minas Gerais. Gabriel Pimenta, no início da sua estadia na nossa região, se hospedou em minha casa na Palestina do Pará. Ele havia sido advogado da CPT, por um tempo.

O Antônio Chico era crente. Certa vez, ele comentou que tinha problema com sua Igreja: "O pastor diz que não posso me envolver com as coisas do mundo. Nessas coisas do sindicato, e que não deveria andar de espingarda. Aí, respondi que eu sou crente, mas minha espingarda, não! Aliás, é minha advogada: quer vê-la falar???".

A terra se conquista na boca da vinte, expressão escutada muitas vezes, nos anos da década de 1980. Até hoje se fala do tempo que "a gente ganhava a terra fazendo roça por de traz dos paus, na boca da vinte."

---

\* Educador, 2º Coordenador da CPT Norte II. Email: wambergue@hotmail.com



No mesmo período, uma forte onda de ocupações e instalações de posseiros aconteceu em áreas das beiras do polígono dos castanhais, sudeste do Pará. A oligarquia castanheira conseguiu fazer com que o Exército proibisse a venda de espingardas, cartuchos, pólvora e chumbo em toda a região de Marabá. Estava evidente que era para tirar qualquer possibilidade de defesa dos posseiros, e também, de sua segurança alimentar, já que a principal fonte de proteínas era a carne de caça.

Para tudo se tem um jeito. Eu tinha recebido um aviso para uma reunião no castanhal Cuxiú. Uma área recém-ocupada de um pretense dono, também perigoso, a família Mutran, considerada a mais violenta da região. Fui com o Almir, futuro presidente do STTR de São João do Araguaia. Pediram para a gente levar dois quilos de enxofre e dois pacotes de um quilo de pregos para caibro. O pernoite sucedeu na Vila União. Depois da janta fui convocado a aprender o jeito de fazer cartuchos para as espingardas. A pólvora era feita com um litro de carvão de madeira branca, tipo embaúba, macerada lentamente no pilão com 200 gramas de enxofre e uma colher de bicarbonato.

Os cartuchos de cobre eram reutilizados. Só faltava trocar a espoleta, e eles tinham muitas espoletas. O chumbo era feito a partir de pregos cortados em pedaços e a bucha feita de fibra de coqueiro. A pólvora preta servia também para espingardas, por fora. Quando atirava, mesmo de dia, dava uma chama de meio metro de comprida com uma fumaceira preta. O coice era violento, mas, funcionava.

O Almir disse: “tu estas vendo esse cartucho de cara branca? É nosso 3T.” Os cartuchos CBC tinham o fundo branco com as letras “3T” que indicavam, acredito, o tipo de chumbo. E, o Almir continuou: “sabes? 3T não é só para a nossa defesa, é também o projeto

que queremos: Terra, Teto e Trabalho. O 3T é isso que a gente precisa, e que temos que defender.

A rodada onde, me lembro, tinha o Goda, o Vicente, o Jurandir e a Maria. A Morena começou a imaginar: “Se eu fosse presidente, só teriam três ministérios”; ai rolava a descrição do sonho: TERRA, para cuidar dos recursos naturais, a agricultura, as águas, o mar, a floresta, os minérios, o meio ambiente. TETO, para cuidar e proteger as pessoas: a justiça, a educação, a saúde. TRABALHO economia e produção: planejamento e economia, indústria e comércio e transportes. A praça dos três poderes cabia dentro de três ministérios. Muitas vezes utilizei esse projeto dos 3T nos nossos encontros “Fé e política” da formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs): transformar a viciosa pirâmide da sociedade em círculo virtuoso dos 3T.

E por que não sonhar? Quando um sonho individual se realiza, é apenas um desejo alcançado; quando esse sonho se torna coletivo, vira história!!!

Hoje, no dia dedicado a São Francisco de Assis, leio o documento do Vaticano divulgado pela Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM). Encontrei várias falas sobre os “3T do Papa Francisco”: Terra, Teto e Trabalho.

Entre os dias 27 e 29 de outubro, ocorre o Encontro Mundial dos Movimentos Populares, promovido pelo **Pontifício Conselho Justiça e Paz**, em colaboração com a **Pontifícia Academia das Ciências Sociais**. Nesta terça-feira, o **Papa Francisco** proferiu o seu discurso aos participantes do encontro.

“Este encontro nosso responde a um anseio muito concreto, algo que qualquer pai, qualquer mãe quer para os seus filhos; um anseio que deveria estar ao alcance de todos, mas que hoje vemos

com tristeza cada vez mais longe da maioria: **terra, teto e trabalho**. É estranho, mas, se eu falo disso para alguns, significa que o papa é comunista.

Não se entende que o amor pelos pobres está no centro do Evangelho. **Terra, teto e trabalho** – isso pelo qual vocês lutam – são direitos sagrados. Reivindicar isso não é nada raro, é a doutrina social da Igreja”.

Quarenta anos separam o sonho “3T” dos posseiros do Cuxiú e a fala “3T” do Papa Francisco. São, também, meus 40 e poucos anos de vida que tive a honra e o privilégio de viver no Brasil, na Amazônia, sendo 12 anos dedicados à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Um serviço da Igreja Católica dedicado ao apoio na luta pela TERRA. E, ainda representa 12 anos de Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia (FATA), organização de sindicalistas e universitários para a instalação, construção e segurança do TETO das comunidades dos posseiros; mais 12 anos na COPSERVICOS, uma assessoria socioambiental do TRABALHO dos sistemas de produção sustentável. São 40 anos de “CAMINHADA”, como é chamado o nosso movimento das CEBs, nessa travessia do deserto para chegar à terra prometida das Bandeiras Verdes da profecia do Padre Cícero.

A conquista e a luta pela nossa Terra, a construção e instalação do nosso Teto, a segurança e a soberania alimentar do nosso Trabalho são os primeiros passos do caminho das pedras plantadas para chegar a outra margem, onde corre o leite e o mel. De certa forma, a Terra, o Teto e o Trabalho foram conquistados nos 517 assentamentos e nos quase 200 acampamentos existentes do Sul/Sudeste do Pará. São mais de 100.000 famílias, meio milhão de pessoas com Terra, Teto e Trabalho. Não pode ficar no meio

dessa CAMINHADA. Ainda precisa chegar na outra margem: conquistar nosso último “T”, de Território.

O sonho do Almir e dos posseiros do Cuxiú, a exortação do Papa Francisco, o 3T é o símbolo do nosso projeto de sociedade. Não é por acaso que esse 3T se encontra nos movimentos mais ativos e políticos do cenário atual brasileiro. Temos os Sem Terra, temos os Sem Teto e parece que falta o movimento dos Sem Trabalho. Está evidente e claro que esse movimento dos sem trabalho tem seu lugar certo, ou seja, dentro dos sindicatos dos trabalhadores, de qualquer categoria que seja. Será que o metalúrgico ou o professor desempregado não pertencem mais a sua categoria?

E o que dizer do precarizado, do terceirizado, do escravizado, será que não podem ser sindicalizados? O movimento sindical, nossas Centrais, nossos dirigentes sindicais vão continuar a lamentar a diminuição das suas fileiras quando temos mais de 13 milhões (oficialmente) de brasileiros desempregados, até quando? E quem sabe quantos têm com trabalho precário? E essa tal de consultora de produtos do tipo AVON, NATURA e CIA. O que dizer?

Nossa plataforma de proposta de sociedade não se sustenta só com duas pernas, para uma mesa ficar de pé precisa pelo menos de um tripé. É tarefa, não, é obrigação dos sindicatos montar, imediatamente, suas secretarias de desempregados/precarizados/terceirizados/consultorizados/escravizados/... O MSTTST- Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras sem Trabalho. O que vai pretender representar um sindicato se excluir uma maior parte da sua categoria? O desafio de construir esse novo sindicalismo de inclusão necessita de diretoria criativa e ousada. Quem pretende a representatividade tem que ter capacidade de ser provocador de pertencimento e de identidade. Não precisamos de políticos gestionários, mas visio-

nários. Se uma diretoria amarelar, apelegar ou não souber encaminhar esse desafio, que desocupe a moita, que saia do meio e que vá para a aposentadoria.

O 3T é o tripé do nosso T-Território do *con-viver* com todos os tipos de vida humana e não humana, da ecologia integral e da nossa mística do *r-existir* na Casa Comum: “nosso Território de terra, teto e trabalho”.

Seu Licínio, pioneiro da Transamazônica, animador da Vila Santana, analfabeto, era capaz, depois de um dia de reunião, de fazer um resumo em versos, relatando as falas, os dizeres, os acontecidos do dia inteiro. Um dia o padre Francisco veio de Belém para nos dar um curso sobre o livro do Apocalipse. Passou o dia nos mostrando que esse livro revelava a maneira dos cristãos de se comunicarem em tempo de perseguição, a partir de códigos entendidos só por eles: os anjos=os bispos; os santos=martírios; os quatro cavaleiros=as pragas das perseguições; 666=número da besta fera, nome do imperador. Seu Licínio nos relatou o que um amigo dele descobriu que esse número, 666 é o número do capitalismo. Pois é só juntar as notas do cruzeiro, moeda dos anos 75/80;  $500+100+50+10+5+1=666$ . E ele continuou: esse 666 é o número da besta, do capeta, então esse capitalismo que nos persegue, devemos chama-lo, não de caPItalismo, mas de caPEtalismo. Que tal nós mudarmos o nome da Besta???

Esse caPEtalismo assassinou 34 dos meus amigos, fora Avelino Ribeiro, morto no oeste do estado. Conheci todos aqueles Santos nossos, citados na apresentação do “livro Luta pela terra na Amazônia”. Fora Felício Pontes, conheço todas as testemunhas vivas do nosso martirologio amazônico.

Eu deveria ter conhecido Elias nas comemorações dos 30 anos do assassinato do seu pai. Recebi o aviso pelo Alexandre Menezes.

Em 1981 fui eleito coordenador da CPT regional Norte II, tendo como conselheiro, entre outros, o Padre Sergio, amigo do Virgílio. Todas as nossas reuniões de formação da CPT aconteciam no Centro de Formação Laranjal da cidade de Abaetetuba.

O Virgílio era uns dos agricultores pioneiros nas reuniões da CPT para discutir a formação das famosas “Chapa 2” dos STR, dos ENTOES (Encontro Nacional dos Trabalhadores, em Oposição à Estrutura Sindical), CONCLAT, FETAGRI/CUT. Em todas o Virgílio estava. Foi o Virgílio que me contou a revolta do povo que, no dia do enterro do Benezinho, presidente assassinado do STR de Tomé Açu, queimou a delegacia com os pistoleiros dentro da cela. Foi também depois do assassinato do Virgílio que a CPT Nacional exigiu que os agentes da CPT evitassem andar de moto, pois era o quarto que tinha sofrido um “acidente” de moto. Até hoje, mesmo com a CNH, não dirijo moto!!! É com emoção que escutei nosso quarteto falar na “live” do dia 30 de setembro de 2021, o Elias, filho do Virgílio, a Rosa Corrêa, que foi nossa advogada na Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) de Marabá, além de cantora de roda de samba, que fazia par com a minha falecida esposa Lusa. Prosa somada pelo educador Rogerio Almeida, ou o Rogerio “do CEPASP”, e coroada pelo nosso pensador Charles Trocate, das fileiras do MST e do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

Parabéns pela felicidade de montar nosso martirólogo e contribuir para a realização da nossa potente comunhão dos nossos SANTOS: Virgílio, Expedito, João, Gabriel, Paulo, Gringo, Benezinho, Josimo, Adelaide, João Batista, Dorothy, Zé Claudio e Maria e outros tantos nesse Brasil a fora que foram arquitetos da realização do nosso projeto “3T”.

## | PREFÁCIO

Escritos em um final de tarde de chuva na Amazônia...

Ayala Lindabeth Dias Ferreira\*\*

O que ainda dizer ou escrever sobre uma produção feita por muitas mãos, que alcançou mais de 700 páginas, e que se propõe avivar a história da luta pela terra na Amazônia, resgatando vivências e o legado de homens e mulheres que tombaram na defesa dos direitos humanos, dos bens da natureza e dos territórios em nossa região?

No mínimo afirmar que o livro “Luta pela terra na Amazônia, mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra!” é uma produção necessária.

Primeiro porque nos instiga a refletir sobre os dias atuais, de um país que segue sendo perigoso para aqueles que lutam e defendem a democratização do acesso à terra e territórios livres da grilagem, do desmatamento, da mineração e dos grandes projetos. Uma trilha marcada por violências.

Os dados sobre os conflitos no campo, sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) escancaram o campo minado em que nos encontramos. Somente em 2021 foram identificados 1.768 conflitos por terra, água e questões trabalhistas em nosso país. Os casos envolvem cerca de 897.335 pessoas nestas situações de conflitos.

---

\*\* Educadora, assentada no PA 26 de Março, integra a coordenação nacional do MST.  
Email: ayalamst@yahoo.com.br

Naquele ano 35 pessoas foram assassinadas, sendo 28 na Amazônia Legal, entre as vítimas crianças, mulheres e homens. O que atesta a permanência da violência na dinâmica do avanço do capital sobre a região como um elemento estruturante.

Pesa sobre as costas das trabalhadoras e dos trabalhadores as contradições do modelo hegemônico pelo capital, que mesmo em crise não mede esforços para intensificar e expandir suas fronteiras de atuação por espoliação. Neste estágio se tornou fundamental a parceria entre o público e o privado e, em fronteiras como a Amazônica não cabe mais a coexistência entre projetos antagônicos; o ritmo é determinado pelo agronegócio, pelo hidronegócio e pelo minero-negócio que articuladamente seguem pondo em marcha projetos de infraestrutura que violentam sujeitos e destrói comunidades inteiras.

Esse projeto de espoliação se impõe por duas medidas, na batalha das idéias que disputa o imaginário social da população e, na adoção de políticas públicas que passa pela flexibilização da legislação ambiental, agrária e na oferta de incentivos fiscais e de créditos para os setores dominantes. A hegemonia do capital segue o seu caminho, no convencimento das massas alimentando nelas o desejo de consumir determinados bens, como se a felicidade e o bem estar coletivo dependesse desse consumismo frenético; na padronização dos gostos musicais, hábitos alimentares e de organização do espaço geográfico aonde impera a cerca de arame, o monocultivo, o desperdício dos bens naturais e em que determinadas vidas pouco ou nada importam. E assim continua seu caminho capturando o Estado, orquestrando golpes e elegendo governos alinhados aos interesses privados e que reiteradamente põe em pauta diversos projetos que sepulta em definitivo a perspectiva de desenvolvimento pautado na superação das desigualdades sociais e no equilíbrio sustentável.



Não é que seja novidade essas medidas consideradas como “entulhos autoritários”, o novo é que são muitas e que juntas representam um retrocesso das bandeiras erguidas e conquistadas nos últimos 100 anos pelos setores populares do nosso país. E algumas medidas incidem diretamente na Amazônia e na vida dos amazônidas, caso do projeto de lei que propõe a revisão geográfica com a retirada do Mato Grosso da relação dos estados que compõem a Amazônia Legal, e, ainda, que libera o cultivo de soja e a mineração em terras indígenas, incentiva a regularização fundiária beneficiando os que cometerem o crime de desmatamento e grilagem de terras públicas.

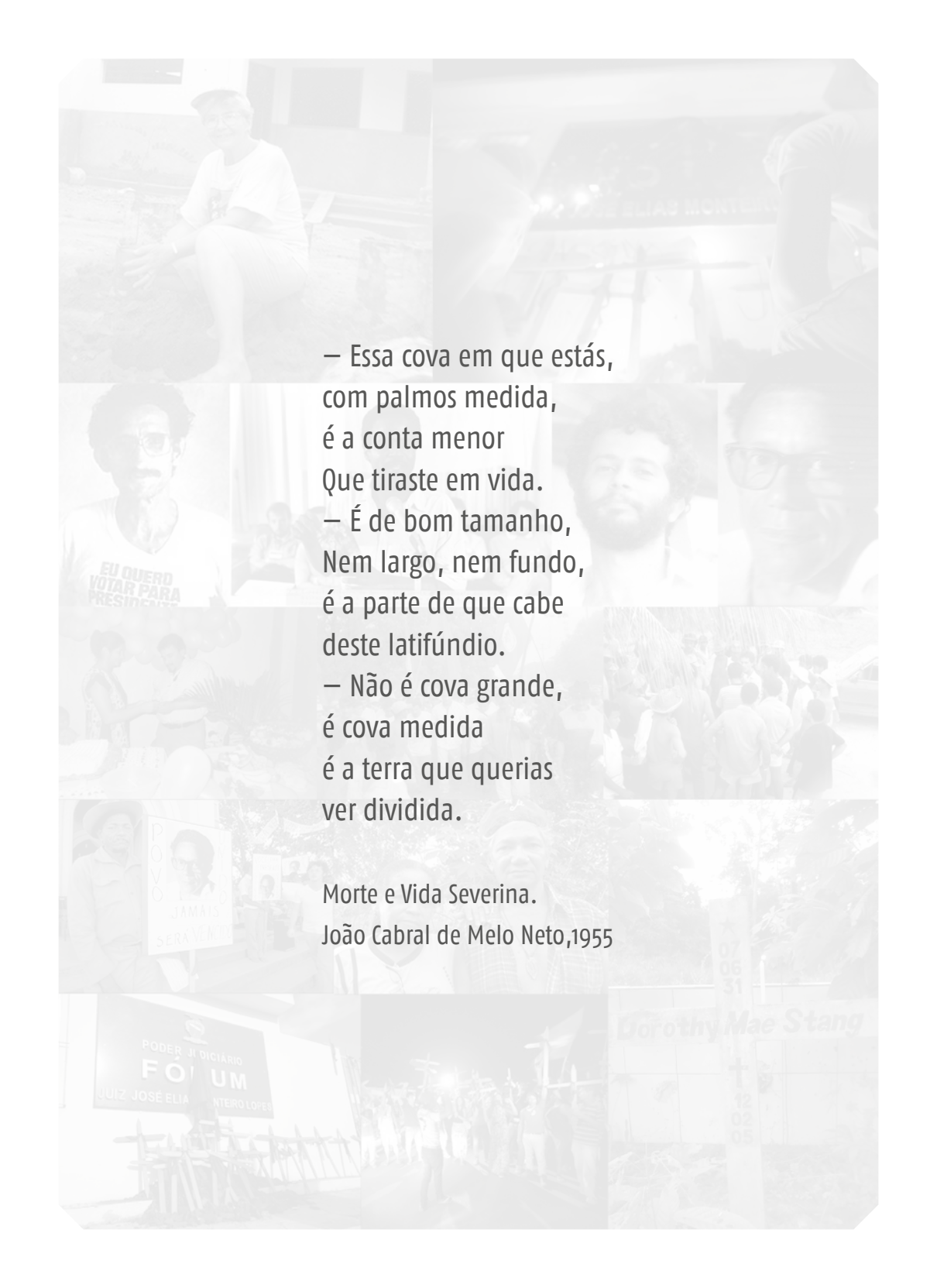
E mais, o marco temporal para as terras indígenas, a flexibilização ambiental para concessão à iniciativa privada de áreas de conservação ambiental e, não menos importante para enfrentar a crise climática, propor saídas pelo mercado de pagamento por serviços ambientais (relação centro-periferia na geopolítica do capital), como se a solução dos problemas provocados pelo capitalismo seja reafirmar o mesmo compreendido como capitalismo verde.

Uma segunda questão que o livro “Luta pela terra na Amazônia, mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra! nos leva a pensar que nos últimos 62 anos a disputa de projetos provocou nos amazônidas uma contestação necessária. Permitindo ir além da crítica ao modelo, impulsionando com as formas de organização e de lutas infinitas possibilidades de r-existência; a exemplo do sul e sudeste do Pará, onde os mais de 500 assentamentos de reforma agrária são resultado da pressão social dos camponeses sem terra. A consciência adquirida na luta pela terra abriu novos horizontes, e o espaço que outrora era hegemonizado unicamente por fazendas de pecuária, grãos e pela mineração, se vê ocupado por escolas e propostas pedagógicas enraizadas na luta e identidade camponesas, produção

agrícola diversa e saudável, com associações, cooperativas e moradias que colocam os sujeitos do campo no lugar social de protagonistas do processo de luta e resistência. A partir dessa condição, esses agentes enfrentam e denunciam os abusos cometidos pelo latifúndio, pelas grandes empresas e pelos governos, pois a duras penas compreenderam que sua sobrevivência depende das condições de forjar e alterar a dinâmica da concentração da terra e dos direitos na região.

E uma dimensão que acompanha a saga camponesa nesta região é a memória dos antepassados, dos que tomaram pelo sonho de ver a terra e as pessoas livres e com direitos. Cada comunidade, escola, cooperativa e associação carrega o nome e a história dos mártires, heróis e heroínas das lutas e das resistências. São lembrados em consignas, estandartes e monumentos erguidos por toda a região. São promessas das alianças construídas com quem resiste nas cidades amazônicas, sim porque a história da luta e das resistências camponesas nos ensinou que todos os nossos sonhos só se materializarão feito por muitas mãos e sem permissão!

Aos nossos mortos: nenhum minuto de  
silêncio, mas toda uma vida de luta!



— Essa cova em que estás,  
com palmos medida,  
é a conta menor  
Que tiraste em vida.  
— É de bom tamanho,  
Nem largo, nem fundo,  
é a parte de que cabe  
deste latifúndio.  
— Não é cova grande,  
é cova medida  
é a terra que querias  
ver dividida.

Morte e Vida Severina.  
João Cabral de Melo Neto, 1955

## | APRESENTAÇÃO

A pandemia fazia vítimas por todo o mundo, e, em particular no Brasil, por conta da ausência de compromisso do governo federal em resguardar a vida da população e a completa incapacidade de gerenciar uma crise sanitária, quando ao apagar das luzes do mês de abril de 2020, Alex Costa Lima apresentou a dissertação- **Caso do Cajueiro: posseiros e padres em São Geraldo do Araguaia**, como critério para receber o título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da jovem Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

Esse fato ocorre 40 anos após a execução do dirigente camponês e agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Raimundo Ferreira Lima, conhecido como “Gringo”. O crime ocorreu em Araguaína (norte de Goiás), em 29 de maio de 1980, quando Gringo retornava de São Paulo onde tinha participado de uma reunião da oposição sindical- para São Geraldo do Araguaia no sudeste do Pará. São Geraldo, onde residia com a sua família, fica na região mais letal na história da luta pela terra do país. Gringo, 42 anos, foi o primeiro dirigente sindical a tombar de um vasto rosário de execuções de posseiros, sindicalistas e seus apoiadores. Prática que permanece até os dias atuais. Alex é o filho caçula de Gringo e de dona Maria Oneide, que à época tinha 29 anos. Por ocasião do assassinato do pai, Alex somava nove meses de vida.

O simbólico fato de um filho de camponês assassinado em plena ditadura civil-militar na década de 1980 conseguir concluir uma pós-graduação que reflete sobre a luta pela terra na emblemática região do sudeste paraense, em uma universidade pública, representou o elemento animador do presente projeto sobre a memória da luta pela terra no Pará.

No mês da defesa de Alex Lima, o Massacre de Eldorado dos Carajás somou 24 anos, quase um quarto de século. O que atesta a permanência da violência como elemento estruturante do avanço do capital sobre a fronteira amazônica. Execuções e chacinas persistem, a exemplo do Massacre do Pau D'arco (2017), e do assassinato da principal testemunha do caso, Fernando Araújo dos Santos (2021), bem como da chacina da família do Zé do Lago, ocorrida nos primeiros dias do ano de 2022. Tombaram às margens do rio Xingu o senhor José Gomes, conhecido como “Zé do Lago” (61), a esposa Márcia Nunes Lisboa, (39) e a filha de 17 anos, Joane Nunes.

Em oposição ao espectro da morte, em alguns casos, familiares dos que foram assassinados insistem no combate. É o do caso de Alex, que não foi o primeiro filho de dirigente camponês morto que conseguiu alcançar uma pós-graduação. Outros o precederam, a exemplo de Luzia Canuto e Elias Sacramento. Muitos assumem o sindicato dos trabalhadores rurais, ou de outros campos, a exemplo da educação ou outras barricadas, como a defesa do meio ambiente ou dos direitos humanos, como o faz Claudelice Santos, recém graduada em Direito pela Unifesspa. A ativista teve o irmão José Cláudio e a cunhada Maria do Espírito Santo assassinados em Nova Ipixuna, em 2011. Como o fez dona Maria Joel, viúva de José Dutra da Costa (Dezinho), executado em Rondon do Pará, no ano de 2000, apesar de todas as ameaças, em assumir o STR.

A defesa de Lima quebrou o protocolo do rito de passagem da burocracia universitária. Além da mãe, dona Oneide, fizeram intervenção no momento da defesa de Alex, os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou. Descolonizar é preciso. Os religiosos foram presos pela Polícia Federal e condenados na década de 1980, enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Coube ao ex-agente da CPT

e hoje professor Airton Pereira, da Universidade do Estado do Pará (UEPA), a orientação do trabalho de Alex Lima. A banca de exame foi composta pelo professor e padre Ricardo Rezende Figueira (UFRJ). O professor é um testemunho vivo da sangrenta década de 1980, quando era agente da CPT na região do Araguaia. A professora Edma Moreira (Unifesspa) completou a banca.

Os anos da década de 1980 são considerados os mais violentos nas margens dos rios Araguaia e Tocantins para os posseiros que ali residiam desde sempre ou para os que por lá aportaram incentivados pela propaganda oficial do governo. Contribuiu ainda para o fluxo de pessoas para a região a febre de garimpos, em particular o de Serra Pelada. Trata-se dos anos da criação da União Democrática Ruralista (UDR), braço armado dos ruralistas.

A organização foi articulada pelo médico e ruralista Ronaldo Caiado. Hoje, novamente, governador do estado do Goiás. A UDR assina inúmeras ações de violência que ceifaram a vida de posseiros, sindicalistas, agentes pastorais e advogados. Neste processo de coerção em oposição à luta pela terra em paragens amazônicas, somam militares de todas as estirpes e patentes das forças armadas, relevo ao Exército, e as polícias civil e militar, a engrossarem fileiras com a pistolagem.

Naquele tempo o ambiente era tomado pela doutrina da Segurança Nacional. Tensão agudizada por conta do episódio da Guerrilha do Araguaia. A militarização imperava, relevo à presença do Exército, expressa em particular pela criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat). Nesta conjuntura de militarização, tudo era permitido: humilhação, destruição de lavouras e casas, prisão, sequestro, tortura e assassinatos.

Ruralistas e seus aliados articulavam a formação de consórcios para eliminar os seus adversários, assim como hoje. E, ainda a edifica-

rem as listas de pessoas marcadas para morrer em favor dos interesses privados de fazendeiros e políticos da região, a partir de um arco de alianças para além dos limites fronteiriços locais.

As rodovias precipitavam-se sobre a floresta, a descortinar uma nova produção do espaço, onde o Estado amparava o grande capital na apropriação privada de terras públicas e na expropriação das populações locais. Violências de todos os tipos e intensidade grassaram sobre a fronteira: física e simbólica.

Ceará (Francisco Valter Pinheiro Gomes), migrante de Quixadá (CE), camponês, dirigente sindical e cordelista, do Projeto de Assentamento Agropecus, no município de Santa Maria das Barreiras, em sua sabença assim traduz o quadro:

Com a abertura da Transamazônica  
Começou a entregação  
Das terras da União  
Os burgueses e fazendeiros  
Vindos de outras regiões.

Em outra estrofe sobre a integração da Amazônia, arremata:

Aí a destruição  
Começou acontecer  
Queimadas descontroladas  
Pra ver o pasto crescer  
Destruindo fauna e flora  
Como todos podem ver

Autor de outros cordéis sobre a Amazônia, os versos de Ceará optam em fazer uma reflexão crítica sobre a integração da região ao circuito da economia mundial. Ele traduz a partir de suas vivências, as dinâmicas marcadas pela expropriação de seus pares, a concentração da terra e a chegada do estranho à região. Traduz em sua sabedoria a transformação da terra de trabalho (valor de uso) em terra de negócio (valor de troca), e adverte sobre a destruição da floresta<sup>[1]</sup>. Nas cortes dos militares a região era um vazio, e sendo assim, passível de ocupação pelo capital. Uma angulação presente nas políticas desenvolvimentistas.

A toada militar segue uma trilha de verve colonial: a manutenção da concentração da terra. Ratifica ainda padrões de poder e hierarquias de caráter étnico e racial, a partir de uma complexa rede de sujeitos em diferentes escalas e dimensões, onde tem predominado a expropriação, o saque e a pilhagem. Toda uma ordem de crimes acomodada sob o manto da impunidade.

O afã em “modernizar” a região tem sido assentado sobre os pilares mais profundos de estruturas reacionárias, arcaicas, racistas, discriminatórias e violentas. A opção por uma integração econômica marcada pela subordinação, tem consagrado a região como um almo-xarifado, um *locus* de estoque de riquezas. O avanço do capital sobre a fronteira amazônica, a reprodução ampliada do capital coexiste com as formas da acumulação primitiva, como bem examina o sociólogo José de Souza Martins em boa parte de sua obra<sup>[2]</sup>, a partir de princípios marxianos.

---

<sup>[1]</sup> ALMEIDA, R. Fragmentos sobre as pelejas pela terra na região do Araguaia-Tocantins. Revista NERA, v. 25, n. 62, p. 115-134, jan.-abr., 2022.

<sup>[2]</sup> Em particular no livro que empreende o debate sobre a categoria Fronteira.



Conturbados anos 1980. O capitalismo “triumfa” em escala planetária com o ocaso da experiência do socialismo real. Estabelece-se a “nova ordem”. As empresas transnacionais tornam-se hegemônicas no campo geopolítico. Abaixo da linha do Equador, no Brasil, a década é considerada perdida. Finda o “Milagre Econômico” e a ditadura civil- militar (ao menos formalmente) após mais de duas décadas.

O Estado brasileiro vê-se pressionado tanto pela agenda de políticas neoliberais, impulsionadas pelas agências multilaterais, quanto pela demanda popular reprimida por conta da ditadura. Na Assembleia Constituinte, o *lobby* dos ruralistas mobiliza-se no sentido de dificultar a implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Ergue-se o Centrão. Bloco de poder que perdura até os dias atuais. A oxigenar o patrimonialismo, patriarcalismo, racismo, misoginia, homofobia, a concentração da terra, da renda e dos meios de comunicação, opções que ferem de morte a frágil democracia nacional.

No outro *front* partidos considerados do campo democrático (PT, PDT, PMDB), daquela conjuntura, organizações sociais e populares empenham esforços na reorganização da agenda de luta em todo o país, de Norte a Sul. É esse movimento que dá corpo à campanha das Diretas Já, que encarnou a campanha pela Anistia, e que vai buscar fazer assentos na Assembleia Nacional Constituinte.

Após os congressos de Medelim (1968) e Puebla (1979), quando se descortina o que ficou conhecido como Teologia da Libertação, a Igreja Católica opta por ação conjunta mais próxima aos segmentos populares na América Latina. No meio rural amazônico, a associação e apoio das pastorais, com posseiros e sem-terra, revela-se significativo no enfrentamento contra fazendeiros, madeireiros, grileiros e o Estado. Sobre o tema a bibliografia é significativa.

A literatura sobre o papel das frações da Igreja Católica alinhadas à luta popular, sublinha que elas se desdobraram na construção de vários espaços de socialização e educação dos camponeses. Traduzida no horizonte da formação política, que os capacitasse a assumirem a direção de sindicatos e partidos políticos. A construção de chapas de oposição aos pelegos constituía uma bandeira de luta.

Trata-se de uma ação emancipadora sob a inspiração da Teologia da Libertação e dos princípios do educador Paulo Freire, onde o mais importante era entender que o processo de transformação da uva em vinho é cultura, e que é o trabalho empenhado na produção do vinho que gera a riqueza e excedente, que será apropriado por poucos, ao mesmo tempo em que define o papel/classe de cada sujeito envolvido no processo da produção.

Nesta direção Freire afrontava o modelo de educação bancária das cartilhas de alfabetização, que primavam em invocar que *Ivo viu a uva*. Assim temos as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Movimento de Educação de Base (MEB), Ação Popular (AP), Juventude Universitária Católica (JUC) entrincheirados nesta missão. As CEBs e o MEB em particular com relação ao camponês.

Além das parcelas da Igreja<sup>[3]</sup>, partidos políticos como o PC do B, PT e MDB, e os considerados clandestinos, a exemplo do PCR (Partido Comunista Revolucionário), ajudavam no processo de organização dos camponeses. Além de frações da Igreja Católica, par-

---

<sup>[3]</sup> Entre os personagens da história podemos encontrar D. Alano Pena, Pe. Roberto de Valécourt, Pe. Ricardo Rezende, Emanuel Wambergue, o “Manu” são alguns dos religiosos entrincheirados no apoio aos sem terra. No Maranhão, mas nascido em Marabá, Pe. Jósimo Tavares, agita a parte maranhense e do Tocantins do Bico do Papagaio, como coordenador da CPT de Imperatriz, Maranhão, ao mesmo tempo em que D. Pedro Casaldaliga optava pelo trabalho ao lado dos humilhados na região do Xingu. Tem-se ainda o Pe. Humberto e Irmã Adelaide, (ALMEIDA, R. 2004).

tidos formais e informais, grupos políticos, a exemplo da Vanguarda Revolucionária 12 de Outubro (VR 12) e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR 8) e ONGs de variadas colorações ideológicas ajudavam a compor a totalidade do campo político em que o camponês buscava se afirmar como sujeito político diante de uma sociedade e Estado autoritários. Uma totalidade marcada por infinitas tensões internas e externas, e um diverso e complexo caleidoscópio de orientações políticas e ideológicas.

Ao refletir sobre a complexa conjuntura em que estava inserido o posseiro da fronteira na frente de expansão do capital na Amazônia, o professor Jean Hébertte pondera que vida política, vida sindical e em parte a vida religiosa estiveram então imbricadas em medidas e formas diferentes, onde a luta pela terra foi durante muito tempo uma força fundamental. Não raro na mesma casa do posseiro e dirigente sindical era comum encontrar tanto cartazes de partidos políticos de esquerda e de líderes revolucionários comunistas, quanto imagens de Jesus Cristo e santos da Igreja Católica.

Apesar da assimetria entre os que disputam o território e a construção de sentidos sobre a Amazônia, os sujeitos historicamente colocados em condição de subalternização edificam um processo de organização, enfrentamento e ocupação no cenário político em defesa de seus direitos de posse e uso da terra, da floresta, do subsolo e dos rios. E, assim, erguem barricadas de existência em diferentes campos: política, educação, cultura, cooperação, produção e afetos, entre outros.

Sobre memória e violências que conformam a história do país, o belo samba da Estação Primeira de Mangueira de 2019 alertava que existe sangue retinto pisado, atrás do herói emoldurado ao refletir sobre as lutas populares do país e seus protagonistas, que a História oficial insiste em apagar.

Em revisão sobre o tema memória, a partir dos postulados de Maurice Halbwachs, a professora Marieta Ferreira pondera que a memória coletiva depende do poder social do grupo que a detém, onde a rememoração das imagens depende das forças sociais que agem sobre nós.

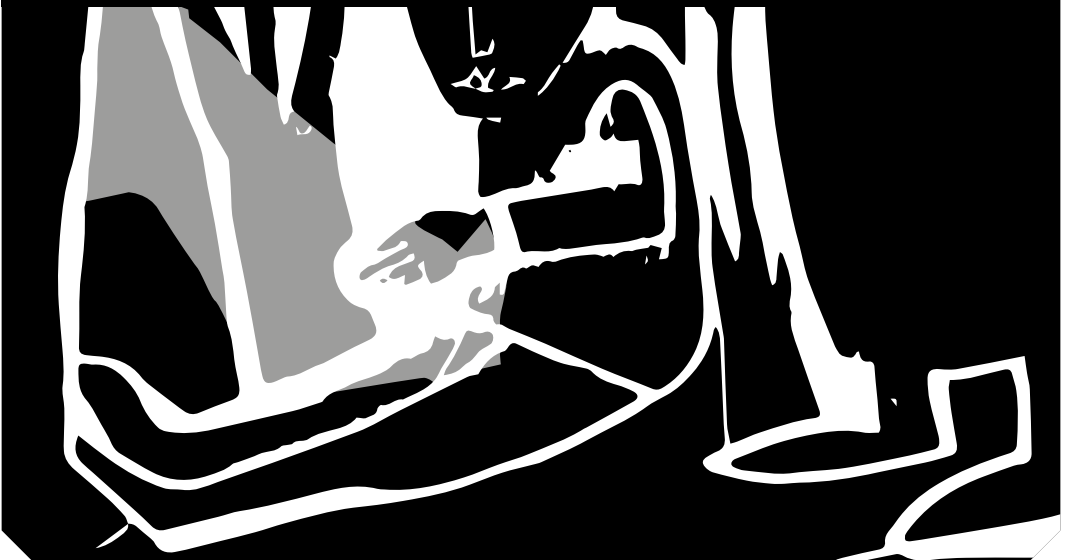
Neste sentido, o presente livro representa um ato de insubordinação ao apagamento imposto. E, ainda, um gesto de afeto à trajetória de luta dos que foram brutalmente tirados do convívio dos seus familiares, muitos dos quais em tenra idade. Encarna ainda uma ferramenta política, ao rememorar e nomear os sujeitos envolvidos no processo de luta pela terra, que passa pela responsabilidade do Estado em suas múltiplas faces (forças coercitivas, Justiça, instituições de desenvolvimento, financeiras, de planejamento, desenvolvimento, etc.), fazendeiros, pistoleiros, juízes, policiais, políticos, etc.

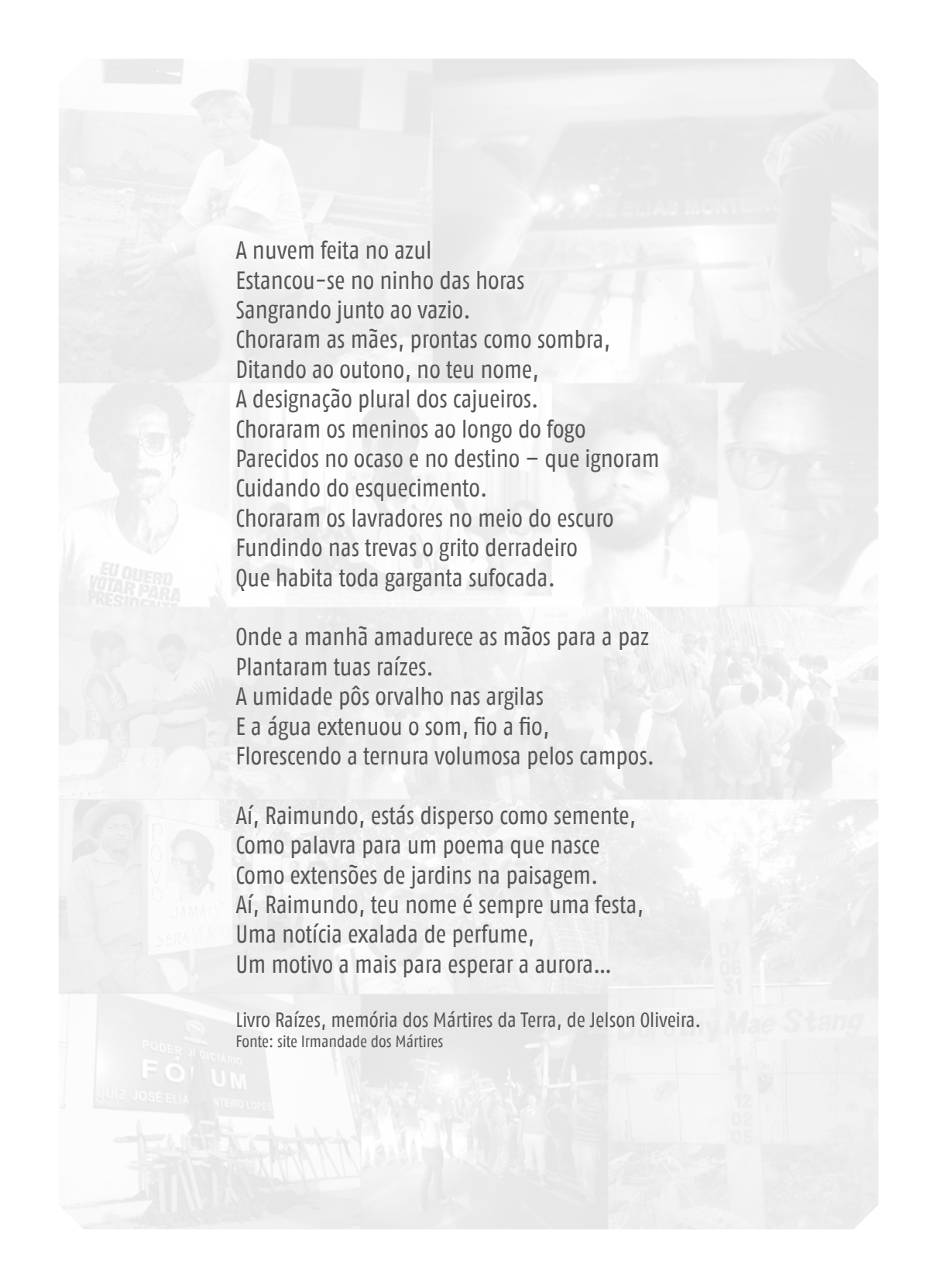
O presente livro é um ato político e afetivo em defesa da memória dos lutadores e lutadoras que defenderam a terra, a reforma agrária, o meio ambiente e os direitos humanos nas paragens amazônicas. Bem como encarna uma afronta ao processo de naturalizar tanto das mortes, como da impunidade que grassa na maioria dos casos. Foi possível graças às contribuições de parentes, amigos e educadores comprometidos por uma Amazônia e um país pleno, bem mais além das cercas que cercam o gado e os monocultivos.





# CAMPONESES





A nuvem feita no azul  
Estancou-se no ninho das horas  
Sangrando junto ao vazio.  
Choraram as mães, prontas como sombra,  
Ditando ao outono, no teu nome,  
A designação plural dos cajueiros.  
Choraram os meninos ao longo do fogo  
Parecidos no ocaso e no destino – que ignoram  
Cuidando do esquecimento.  
Choraram os lavradores no meio do escuro  
Fundindo nas trevas o grito derradeiro  
Que habita toda garganta sufocada.

Onde a manhã amadurece as mãos para a paz  
Plantaram tuas raízes.  
A umidade pôs orvalho nas argilas  
E a água extenuou o som, fio a fio,  
Florescendo a ternura volumosa pelos campos.

Aí, Raimundo, estás disperso como semente,  
Como palavra para um poema que nasce  
Como extensões de jardins na paisagem.  
Aí, Raimundo, teu nome é sempre uma festa,  
Uma notícia exalada de perfume,  
Um motivo a mais para esperar a aurora...

Livro Raízes, memória dos Mártires da Terra, de Jelson Oliveira.  
Fonte: site Irmandade dos Mártires

# GRINGO E ONEIDE, UMA HISTÓRIA NO ARAGUAIA<sup>[1]</sup>

Ricardo Rezende Figueira<sup>[2]</sup>

O texto recupera parte da trajetória de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, uma liderança camponesa assassinada no Tocantins, em 1980, e se refere também a sua esposa, Maria Oneide Lima; demonstra o contexto da morte, entrelaçada em outras mortes e histórias, em uma região conflagrada nos conflitos fundiários e militares. Marido e mulher se revelaram destemidos no confronto com latifundiários e com o Exército em época de ditadura e na prática de uma Igreja que, no Araguaia, dialogava com a teologia da libertação. O autor fez uso da própria memória, de cartas, anotações e recortes de jornais da época, bem como de consulta ao arquivo da CPT de Xinguara, livros, dissertação de mestrado e doutorado, conversas por telefone ou troca de mensagens por

---

<sup>[1]</sup> Este texto foi desenvolvido originalmente para compor a edição comemorativa da Revista Terceira Margem Amazônia – 10 anos. Dossiê Temático: Memória e ação política do campesinato na Amazônia. Texto avaliado, aprovado e aceito pelo corpo editorial e científico da revista com publicação prevista para o segundo semestre de 2022. Considerando a importância e relevância do tema para a Amazônia, autor e editores acordaram em publicá-lo nas respectivas edições, o ‘projeto Luta pela terra’ e dossiê temático da revista.

<sup>[2]</sup> Padre e professor, morou no estado do Pará por 20 anos. Docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo, no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos /UFRJ. E-mail: rrfigui@uol.com.br



aplicativo eletrônico.<sup>[3]</sup> O caso Gringo e Oneide Lima não são únicos e merecem outras reflexões e estudos no resgate de memórias que auxiliam a compreender a história da Amazônia.

## • **Introdução**

Um assassinato pode ser mais que uma história pessoal e estar inserida em uma história maior e mais trágica. O autor pretendeu demonstrar que a morte de Raimundo Ferreira Lima e as perseguições sofridas pela viúva, apontam para algo maior: a forma como o governo brasileiro atuou na Amazônia, a repressão aos camponeses, o combate aos guerrilheiros do Araguaia e, especialmente a política expressa através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), na década de 1970 e início da década seguinte. Para isso, contou a história de Gringo e Maria Oneide Lima, a luta pela terra e pela organização sindical, entrelaçados com a atuação do governo e de outros atores: fazendeiros, pistoleiros, policiais, prefeitos e agentes pastorais. Outras histórias podem e devem ser contadas. Ao fazê-lo algo maior se sobressai. A história de tempos sombrios para o país e para a Amazônia e a compreensão de um tempo onde o silêncio imperava.

Uma micro história pode apontar para uma macro história onde interesses econômicos e de geopolítica militar se desvelam na destruição das matas, da fauna e das pessoas. O autor apresenta no artigo alguns apontamentos para um estudo que deve ser estendido e completado.

---

<sup>[3]</sup> O autor agradece a Oneide Lima e seus familiares, a Miguel Le Moal, Heloisa Smith e Fernanda Pedroso que viveram na região. Foram testemunhas e viveram algumas dessas histórias.

A recomposição de tal história foi possível graças às memórias orais de pessoas envolvidas de alguma forma com os fatos e as memórias escritas. A Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Conceição do Araguaia tem um papel fundamental no registro atento dos fatos, no seu arquivo que remonta a meados dos anos 1970. Não é possível reescrever as lutas camponesas no Pará desconhecendo essas fontes.

## • **O fato e o seu contexto**

Na manhã de 29 de maio de 1980, Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, foi morto em Araguaína, no então estado de Goiás, hoje Tocantins.<sup>[4]</sup> No Pará, na mesma década e na anterior, cresciam os assassinatos de trabalhadores mas também, as mobilizações e os protestos contra a violência privada e pública no campo. A região tinha problemas especialmente desde o final do século XIX, com os fluxos migratórios nos ciclos de produção de borracha, minério e, a partir da década de 1970, se acirrou, no novo ciclo, o do “gado gordo”, à época financiado pelo governo militar. Tratores abriam estradas, machados e motosserras derrubavam as matas e incêndios preparavam os pastos. Modelo de desenvolvimento que produzia graves problemas.

Naqueles anos, entre 1972 e 1974, na região do Araguaia paraense, houve uma guerrilha (NOSSA, 2012). O Exército Brasileiro perseguiu membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), com torturas e prisões de camponeses e guerrilheiros e assassinatos de pri-

---

<sup>[4]</sup> A partir de agora, quando o autor se referir ao antigo norte do estado do Goiás, citará o nome atual, Tocantins.

sioneiros. Dois anos após, em 1976, houve a prisão e a tortura do padre Florentino Maboni e do seminarista Hilário Costa pelo Exército na região de São Geraldo do Araguaia. Bispos, padres, freiras e agentes de pastoral leigos católicos foram acusados de “subversão” e alguns responderam inquérito policial e outros, prisões e espancamentos. Do outro lado do rio Araguaia, no Tocantins, o quadro também preocupava. O missionário italiano Nicola Arpone foi sequestrado em um helicóptero militar. Atrás do sequestro estava o coronel da reserva do Exército, Sebastião Curió Rodrigues de Moura, conhecido como major Curió.<sup>[5]</sup> E padre Josimo Moraes e a equipe da CPT tinham também problemas com as autoridades (KOTSCHO, 1983) e padre Josimo seria assassinado em 1986. O sul do Pará e o Tocantins eram o epicentro do conflito fundiário brasileiro.

A tensão crescia. A Igreja Católica da região divergia social e politicamente do governo e se opunha à forma como eram tratados os camponeses e os “peões”<sup>[6]</sup> e da parcialidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que, apesar da propaganda governamental, não assentava as milhares de famílias que

---

[5] Há notícias antigas sobre o major Curió, no que diz respeito a repressão contra camponeses, guerrilheiros e os padres franceses. Cf. Figueira (1986). Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/mndh/encontros/iencontro/mocaoapoioipdfrances.htm>; <https://g1.globo.com/para/para/noticia/2021/08/16/mpf-oferece-nova-denuncia-contra-major-curio-comandante-de-repressao-a-guerrilha-do-araguaia-no-padurante-a-ditadura.ghtml>. Ou relativas a atuação no garimpo da Serra Pelada: Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/serra-pelada-duras-leis-do-tenente-curio.phtml>. Acesso em: 02 fev. 2022.

[6] No caso, utilizo a categoria “peão” na forma consagrada na Amazônia e na América espanhola - do México ao Uruguai -, como o trabalhador que executa trabalho pesado e manual nas fazendas, em geral terceirizados e em situação de relações onde predomina a dívida. Autores, como Octávio Ianni (1978), ao escreverem sobre a Amazônia, reconheceram o fenômeno do trabalho dessa gente como de “peonagem” e a gente que trabalha como “peão”.

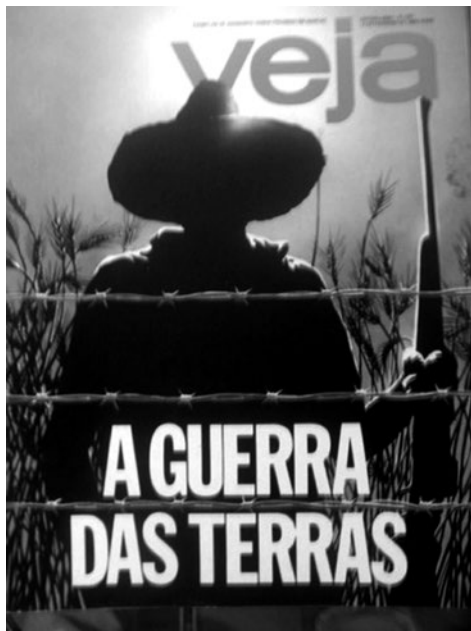
reivindicavam terra, mas favorecia os grandes projetos agropecuários com financiamento e isenções de impostos através da SUDAM.

O tráfico aéreo era intenso em Conceição do Araguaia - antes de abrirem as estradas, os fazendeiros construíam muitas vezes em suas propriedades a pistas de voos -, o movimento de hóspedes nos hotéis aumentava, a população do município crescia e, na mesma proporção, cresciam os conflitos e as informações sobre a escravidão nas fazendas com seus cemitérios clandestinos.

Na sede do então distrito de Xingua, em outubro de 1979, houve uma manifestação com milhares de pessoas nas ruas contra um despejo de famílias de suas terras. No final do mesmo ano, a equipe da CPT da Diocese de Conceição do Araguaia preparou um documento para dom José Patrício Hanrahan, bispo local, levar à 18ª Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O texto descrevia a elevação da violência e informava sobre dezenas de assassinatos e de conflitos coletivos pela posse de terra. A imprensa nacional e estrangeira acompanhava parte dos problemas. Sabendo que, como resultado da Assembleia dos bispos, haveria uma declaração, em 1º de fevereiro de 1980, o Governo Federal, acuado, se antecipou e criou o Grupo Executivo das Terras Araguaia Tocantins (GETAT), que substituiria o criticado INCRA, e militarizaria ainda mais a questão fundiária. O novo Decreto-lei era o de número 1.767. O Estado, assim, queria demonstrar que estava atento a situação e tinha a solução.

Em 13 de fevereiro de 1980, a maior revista semanal do país, publicou como matéria de capa um artigo intitulado “A guerra das terras” (VEJA, 13 fev.1980). O tema da violência no campo não mais se restringia às páginas policiais da imprensa mas se revelava nas páginas nobres da política. No dia seguinte, 14, em coletiva de imprensa,

como era previsto, a Assembleia da CNBB tornou público o seu documento: “Igreja e Problemas da Terra”. O texto apontou a gravidade da questão social vivida pelos camponeses e indígenas; denunciou a expansão da pecuária em detrimento da pequena agricultura e o modelo político a serviço da grande empresa. E constatou que aumentavam as ações violentas de pistoleiros e de policiais, com a participação às vezes de oficiais de justiça e juizes contra os pobres e, “tomando como referência a região de Conceição do Araguaia”, acirrava-se o problema: “No começo de 1979, havia 43 conflitos identificados e cadastrados. Seis meses depois já eram 55. No final do ano já eram mais de 80.” E o documento ainda distinguia a “terra de negócio” da “terra de trabalho”. Esta, “a de trabalho” “respeita o direito dos trabalhadores, segundo as exigências da doutrina social da igreja”. (CNBB, 14/02/1980, & 28, 29 e 83).



Capa da Revista Veja, da década de 1980.

Fonte: redes sociais.

Se havia problema para os pobres, havia também resistência e isso preocupava os militares. Em Conceição do Araguaia se articulava a oposição à diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), que era presidida por um interventor nomeado pelos militares, Bertoldo Siqueira de Lira. (FIGUEIRA, 1986).

A CPT realizava reuniões com os trabalhadores de áreas de conflito de terra, nas quais eram realizadas análises da conjuntura local e nacional, e se oferecia um tempo para que os próprios trabalhadores trocassem experiências entre si de autodefesa nos conflitos e nas ocupações de terra. Eles relatavam as formas de se protegerem, como as roças coletivas, a presença de cachorros que avisavam a aproximação de gente estranha e o papel das mulheres distribuídas em locais ao longo do caminho. Se vissem a polícia ou pistoleiros, soltavam fogos de artifício, que alertariam o grupo para se esconder.

As tentativas de “solução por cima”, isso é, entre os bispos e os generais, não tinham sucesso. E o ponto de tensão máxima se deu em uma discussão entre Dom Estevão Cardoso e o general Euclides Figueiredo, irmão do futuro presidente<sup>[7]</sup>, em Marabá. O bispo foi expulso da sala do general. A solução “por baixo”, isso é, pelos trabalhadores rurais, enfrentava limitações: o STR estava sob intervenção.

Era necessário que os posseiros se organizassem e traçassem o próprio caminho, imaginava a CPT. O sucesso das mobilizações sindicais no Sul, a criação do STR em Santarém<sup>[8]</sup> e em outras partes da Amazônia, lançavam expectativas. Cabia aos agentes de pastoral informar-lhes os direitos e lhes oferecer a assessoria jurídica. As decisões seriam deles através de uma organização de classe.

Nas conversas, ouvindo os trabalhadores e a equipe pastoral de São Geraldo do Araguaia, a pessoa indicada, pela capacidade de articular as ideias, a prática e as palavras, era Raimundo Ferreira de Lima, o Gringo. E a chapa oposicionista se compunha por lideranças das

---

[7] João Baptista de Oliveira Figueiredo foi presidente de 1979 a 1985.

[8] Com a assessoria da Federação de Órgãos para Federação Social e Educacional (FASE).

diversas partes do município que se desmembrariam posteriormente como novas unidades municipais – Rio Maria, Xinguara, Floresta, São Geraldo (FIGUEIRA, 1986; CARVALHO, 1994: p. 311ss).

### • **No altar, a foto**

Era 27 de julho de 1980. Calor. Tempo de seca. Os pequizeiros floriam, cajueiros vergavam os galhos e as águas do rio baixavam. Diversos banhistas se estendiam preguiçosos ou nadavam, enquanto funcionários da prefeitura de Conceição do Araguaia recolhiam lixos deixados na véspera. A igreja matriz estava cheia com gente do sertão, da cidade e de lugares mais distantes e entoavam o “Araguaia, meu Araguaia”.

A cerimônia começou. Entre colunas brancas, o candidato a ordenação atravessou a nave central e alcançou o presbitério. A parede estava enfeitada com ramos verdes e flores e havia uma faixa, fixada pela irmã Dorothy Stang, onde se lia a respeito do ordenando: “A justiça será como a roupa que ele veste”. No altar, do lado esquerdo, a religiosa fixou a imagem da padroeira, a Imaculada Conceição, e, do lado direito, uma foto preto-e-branca, ampliada, do rosto do Gringo, assassinado dois meses atrás. O diácono se manteve de braços no piso frio, enquanto se rezava a ladainha preparada por Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia.

Índios, peões, vaqueiros e garimpeiros, pais e mães de família, jovens e crianças que morrestes na paz do Senhor por estes sertões e matas; João Bosco, Rodolfo, Simão Bororo, Raimundo, o Gringo, Dom

Romero, Santo Dias, e todos os mártires da causa do Povo, que soubestes enfrentar a injustiça e amar os irmãos até a morte. (FIGUEIRA, 2008, p. 26).

Na foto e na ladainha, Gringo estava presente. Pouco depois iniciou a procissão do ofertório com os representantes das comunidades e capelas. João Canuto, Manoel Gago, Belchior, Sinhozinho traziam instrumentos de trabalho e frutos da terra. Outros, a Bíblia, o pão e o vinho. Um casal de índios tapirapés, em nome da Prelazia de São Félix do Araguaia, carregava uma maraca e um pequeno banco de madeira, com valor ritual. Enquanto isto, Expedito Ribeiro de Souza declamou um poema alusivo ao tema. Do lado esquerdo do altar estavam os jovens advogados Paulo Fonteles e Gabriel Pimenta.<sup>[9]</sup>

Gringo parecia os fitar nos seus óculos de aro grosso. A foto impunha-se como um grito. Um brado. Maria Oneide Costa Lima, a viúva, 29 anos, seis filhos, ainda entregue a dor, estava na igreja. Naquele momento todos sabiam que na região, fruto dos tensos conflitos, muitos outros poderiam ser assassinados. E o foram oito ou nove dos que ali estavam.

---

<sup>[9]</sup> Paulo Fonteles trabalhava na CPT desde 1978 (CARVALHO, 1994); Gabriel Pimenta terminava o estágio também em Conceição do Araguaia, de 1º de maio a 30 de julho de 1980 e iria trabalhar no estado de Tocantins.



# LAVRADOR ASSASSINADO

SE NOS PRENDEREM,  
SE NOS MATAREM,  
AINDA ASSIM NÓS  
ESTAREMOS DE VOLTA,  
COMPANHEIROS,  
E SEREMOS  
MILHÕES

(H. GUINARÊS)



COMPANHEIRO  
"GRINGO",  
TEU MARTÍRIO  
REFORÇA NOSSA  
LUTA E NOSSA  
ESPERANÇA

Aceba de acontecer um fato da mais extrema gravidade no Baixo Araguaia, quando as forças do capital unidas para massacrar a caminhada de libertação dos trabalhadores brasileiros, assassinaram friamente o lavrador Raimundo Ferreirá Lima, conhecido por Gringo, num ato de extremado terrorismo.

A região do Baixo Araguaia por ser bastante rica, despertou o interesse das multinacionais e dos grandes empresários, que invadiram esta área usando a força do dinheiro, comprando autoridades e polícia, e expulsando da maneira mais bárbara possível os posseiros.

O governo, empregado do capital, tem-se colocado sempre ao lado dos grandes, de maneira vergonhosa e mesquinha vem cooperando com estes, na efetivação das arbitrariedades e injustiças cometidas.

Os posseiros, verdadeiros donos da terra, sentindo a necessidade da união, para criação de força na luta pelo direito da terra, começaram a se organizar, criando uma oposição sindical independente e voltada aos interesses dos trabalhadores, para substituir a atual direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, que é pelega, e totalmente ligada aos latifundiários.

O lavrador Gringo era o candidato a presidente deste Sindicato pela Oposição. Casado, 6 filhos, Agente Pastoral, filho da terra, querido entre todos. Foi vilmente assassinado, porque era um verdadeiro líder, porque representava esperança de liberdade do povo pobre, sofrido e massacrado de Conceição do Araguaia.

Quem são os responsáveis por tão hediondo crime? Quem pode acreditar tanto na impunidade que os comete com tanta segurança?

Para todos nós, o Governo é o grande responsável! Não é ele que é contra a Reforma Agrária? Não é ele que financia e dá cobertura aos grandes empresários? Não é ele que incentiva a exploração dos trabalhadores?

Um crime como este representa o medo que tem o governo de ver crescer a conscientização e o movimento de massa do povo brasileiro.

Exigimos que o governo ache e puna os culpados deste crime, pois caso contrário ele será o verdadeiro responsável diante do povo.

Este não é um fato isolado. Ato de violência são praticados contra posseiros em localidades da Pará-Maranhão, PA-150 e em quase toda a Amazônia Legal. O assassinato de Gringo fortalecerá seus companheiros e seu sangue fará brotar a justiça e a liberdade da classe trabalhadora.

- Pela imediata punição dos assassinos de Gringo e seus mandantes.
- Pela Reforma Agrária Radical.

Panfleto denuncia o assassinato de Gringo e os envolvidos.

Fonte: site Memória da Democracia

Além de dom José Hanranhan, que pode ter sido assassinado por envenenamento<sup>[10]</sup>, estavam na celebração, como vimos, os lavradores Francisco Jacinto de Oliveira, o Sinhozinho, assassinado em 02 de junho de 1981, com mais de um tiro; Belchior Martins da Costa, em 02 de março de 1982, com 140 tiros e o pescoço quebrado; o advogado Gabriel Pimenta, em 18 de julho de 1982, com três tiros pelas costas; os lavradores João Canuto de Oliveira, em 18 de julho de 1985, com 12 tiros; Manoel Gonçalves de Souza, o Manoel Gago, em 13 de agosto de 1987, com outros dois posseiros com muitos tiros; Expedito Ribeiro de Souza, em 03 de fevereiro de 1991, com três tiros, um na cabeça (OLIVEIRA FILHO, 1991); o advogado Paulo Fonteles, em 11 de junho de 1987, com três tiros na cabeça (CARVALHO, 1994), e a irmã Dorothy Stang, em 12/02/2015, seis tiros, um na cabeça. (FIGUEIRA, 1986, 108-115; 2008, 25-28; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, (MST) 1987; Comissão Pastoral da Terra (CPT), 1987, p. 36-37).

## • A notícia

Quase dois meses antes, em 30 de maio de 1980, este estava no escritório da CPT no bairro Capelinha em Conceição do Araguaia com o advogado Paulo Fonteles, contratado em Belém para trabalhar na equipe da CPT, do Sudeste do Pará, e o advogado Egídio Sales Filho (CARVALHO, 1994, p. 315) e recebiam uma jornalista e um

---

<sup>[10]</sup> Em entrevista ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho (05 nov. 1994, p. A24; FIGUEIRA, 2006) o fazendeiro Jairo Andrade afirmou que o bispo tinha morrido por envenenamento e não por morte natural. Foi realizado a autópsia mais de um ano depois do sepultamento. A conclusão foi que se houve envenenamento por substância degradável, não era possível constatar.

fotógrafo de importante revista semanal. Os repórteres preparavam uma matéria sobre os conflitos. Era noite.

A cidade não dispunha de telex ou de telefone fixo nas residências e havia apenas um posto com cabines públicas onde se falava sem privacidade, depois de superar uma fila de usuários. E não havia naqueles anos os aparelhos celulares, as plataformas digitais e a internet. Se a cabine telefônica não funcionava, a única forma de contato era o rádio amador da companhia aérea VOTEC, que não era disponível para todos. E, às vezes nem o rádio funcionava, se lamentava um correspondente do jornal Cinco de Março (15/06/1980, p. 4). Alguém, apesar de ser tarde, depois das 22 horas, se aproximou do escritório e, do lado de fora do prédio, revelou ter ouvido a notícia que Gringo tinha sido assassinado na véspera em Araguaína. (FIGUEIRA, CARTAS 18/06/1980 e 17/07/1980).

Nascido em 22 de julho de 1937, em Marabá, Gringo tinha apenas 42 anos. Deixava Oneide Lima e os filhos – Júnior, 10 anos; Silvio, 9; Omalizan, 8; Hélder, 4; Nédyma, 3; e Alex, com apenas 9 meses.

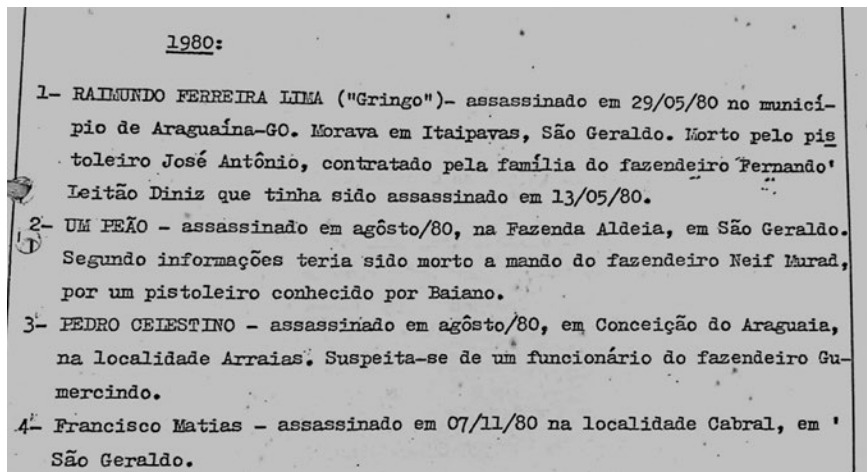
Algo grave tinha se dado no dia 13 daquele mês de maio no Baixo Araguaia. O fazendeiro Fernão Leitão Diniz entrou em uma área para expulsar posseiros, queimar suas casas e os ameaçar com tiros. Houve confronto e ele morreu. Dois dias depois, alguns fazendeiros, inclusive dois presidentes de sindicatos patronais rurais, os prefeitos de Conceição do Araguaia e de Araguaína foram ao Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel denunciar a morte de Fernão Diniz e responsabilizar a Igreja. Disseram que a Diocese insuflava o povo a invadir propriedades e distribuía armas pesadas, o clima na região era o mesmo vivido no decorrer da guerrilha e haveria, assim, uma insurreição. Alguns oficiais das forças armadas negaram o ressurgimento da guerrilha do Araguaia. O ambiente esquentava.

No cargo da presidência da CPT Regional Araguaia-Tocantins, o autor foi a Brasília falar com a diretoria da CNBB e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e concedeu uma entrevista coletiva para a imprensa em 27 de maio de 1980, terça-feira. Negou as acusações e insistiu que as armas utilizadas, a própria imprensa já havia noticiado, eram artesanais, feitas pelos próprios posseiros. E informou que seis pessoas eram ameaçadas de morte na região. Entre os ameaçados estavam os agentes de pastoral, o padre Aristide Camio, Inês Freitas e Gringo. A Indústria Madeireira do Pará (IMPAR) teria divulgado já em 1979 a relação dos seis nomes (CARVALHO, 1994, p. 315-316).

Em 28 de maio, o autor retornou a Conceição do Araguaia. Soube que Gringo tinha voltado de uma reunião com operários em São Paulo e o aguardado por dois dias. Como não podia mais esperar, naquele mesmo dia 28, viajou para Itaipavas, depois de passar na casa onde o autor morava e ser recebido por Heloisa Andrade, agente de pastoral. Conversaram, sentados na varanda. Gringo pretendia pernoitar em Araguaína e, no dia seguinte, prosseguir a viagem em direção de sua casa.

Araguaína ficava a 232 quilômetros de distância, ao norte do atual Tocantins. Decidiram, Paulo Fonteles e o autor, ir a Itaipavas na manhã seguinte no jipe da CPT para expressar a solidariedade a Oneide, aos seus filhos e aos demais membros da família. Itaipavas ficava ao norte da sede do município de Conceição do Araguaia, no distrito de São Geraldo do Araguaia. O caminho mais rápido era atravessar o rio Araguaia por balsa, sair do Pará e entrar no estado de Tocantins, chegar ao município de Couto Magalhães, pegar a estrada para o município de Colinas, passar pela cidade Araguaína e, de lá, ir em direção a lugarejo na beira do rio, conhecido por Pontão,

e retornar ao Pará e, assim, chegar ao destino, Itaipavas. Faria-se assim aproximadamente 400 quilômetros. Egídio Sales e os repórteres acompanharam Paulo Fonteles e o autor.




Alguns crimes ocorridos no mesmo período do assassinato de Gringo.

Fonte: arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Belém/PA


Como passariam por Araguaína, podiam parar e obter informações sobre o crime. Foram à delegacia da Polícia Civil e o delegado não estava e se dirigiram ao hotel onde Gringo havia se hospedado. O local era simples, a proprietária os recebeu. Confirmou que conhecia Gringo, que ele havia dormido ali e, pelas seis horas da manhã, na quinta feira, 29 de maio, ele saiu a pé e pegaria o ônibus para Pontão às oito horas. Cinco minutos depois ainda foi visto por um chofer de taxi que lhe teria oferecido carona. Por volta de seis horas e trinta minutos foi encontrado agonizante com sinais de ter o braço quebrado, recebido uma pancada na cabeça, e foi atingido por

dois tiros de calibre 32. Um nas costas; outro na cabeça. Morreu logo. (RANGEL, 14/06/80 a 28/06/80). Gringo tinha consigo dinheiro que havia recebido em São Paulo para a campanha da chapa 2 do sindicato. Não levaram o dinheiro. Queriam a sua vida.

BOLETIM INFORMATIVO N.9      Junho/82      Belém-Pa



**MOVIMENTO PELA  
LIBERTAÇÃO DOS PRESOS  
DO ARAGUAIA**



**“QUEM MORRE PELO POVO  
SEMPRE NO POVO VIVERÁ”**  
Raimundo Ferreira Lima, o “Gringo”,  
assassinado em 29 de maio de 1980

Panfleto pela passagem de dois anos da execução de Gringo.  
Fonte: arquivo da família.

Ouviam a dona do estabelecimento quando alguns homens armados entraram pela porta da rua. Ela pareceu demonstrar conhecê-los, levantou-se e ofereceu a cadeira que ocupava para um deles. Paulo Fonteles, Egídio Sales e o autor entrecruzaram olhares. Um dos homens, se virou e perguntou: “Você é o diácono Ricardo?” Com a confirmação, ele prosseguiu: “Você esteve em Brasília essa semana. Foi defender aqueles que mataram o fazendeiro Fernão Leitão!” O ambiente era pesado e o estranho continuou: “Se defendeu é porque concorda com a morte e mandou matar!” O autor reagiu: “Quem é o senhor?”. “Sou o delegado”, respondeu. Surpreendido com a acusação, o diácono ponderou: “Gringo foi assassinado aqui e é sua responsabilidade apurar o que houve, quem cometeu o crime. E o senhor está preocupado com uma morte que se deu do outro lado do rio, em outro Estado?” E a jornalista, que os acompanhava, se apresentou, disse o nome de sua revista e perguntou: “O senhor afirmou que o diácono Ricardo mandou matar o fazendeiro?”. Sem responder, surpreendido pela presença da imprensa, o delegado se retirou com os seus homens.

Preocupados com o que poderia acontecer nos próximos minutos ou na estrada, Paulo Fonteles, Egídio Sales e o autor se dirigiram ao posto de telefone público da cidade onde havia mais de uma cabine disponível. Os advogados ligaram para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e para amigos anunciando o que sabia sobre a morte de Gringo e do encontro na pensão. O autor falou com a sede da CNBB em Brasília e com a CPT Nacional. Depois prosseguiram a viagem para Itaipavas.

## • **Quem era gringo**

Gringo, nasceu em Marabá, filho de Manoel Ferreira e de Raimunda Ferreira Lima, vindos do Maranhão. Tornou-se órfão de pai ainda criança; da mãe, que morava na casa de outro filho, Josias, oficial da Marinha, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1980. Os irmãos não tinham as mesmas opções políticas.

De baixa estatura e magro, quando criança, recebeu o apelido de “Grilo”, explicou Oneide Lima, depois inventaram o apelido Gringo. Nasceu pobre, “carregava água para as mulheres de prostíbulo e foi sapateiro”. Teve, informou a viúva, uma irmã sobre a qual “falava pouco” e uma irmã que, na verdade, era tia. (Maria Oneide, 2018. *In*: SACRAMENTO, 2020, p. 106).

Oneide Lima e Gringo se casaram em outubro de 1967, na capela dedicada a São Pedro, em cerimônia religiosa realizada às 6 horas da manhã, em Itaipavas, e às 8h, em casa, houve o casamento com efeito civil diante de um Juiz de Paz. Ele, com 30 anos, ela, com 16. Pedro Ferreira Costa, o Pedro Barreira, e Mercê da Trindade Moreira Costa, a Tatá, tinham outro plano para a filha, estudante no colégio das freiras em Conceição do Araguaia. Ela deveria prosseguir os estudos. Mas ela preferia se casar. O pai buscou se informar sobre Gringo, que era solteiro e sem filhos. Não havia como se opor. Pedro providenciou a ida do sacerdote e outros cinco casais de lavradores contraíram o matrimônio religioso na mesma cerimônia em 1 de outubro de 1967. Na foto do casal, da cintura para cima, ele aparece de terno escuro, com um lenço e uma flor na lapela; ela de vestido branco, um colar e um véu na mesma cor, e a manga do vestido deixava o antebraço exposto. Ambos serenos, olhavam para o fotógrafo que estava em uma posição inferior. No fundo, uma parede clara.





Raimundo Ferreira Lima e dona Oneide.

Fonte: arquivo da família

Naqueles anos, Itaipavas pertencia ao Município de Conceição do Araguaia<sup>[11]</sup> e era maior que São Geraldo do Araguaia<sup>[12]</sup>, lembrou-se Oneide Lima (20. Jan. 2022), em função da madeireira alemã Rio Impex, que envolvia muitos trabalhadores na extração da ma-

---

[11] Em 1995, foi criado o Município de Piçarra, desmembrado de Conceição do Araguaia e Itaipavas passou a ser uma de suas 16 vilas. O novo município, em 2020, tinha 3.312.708 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 2021 de 12.976 pessoas, com IDHM de 0,563 em 2010. Cf. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/picarra.html>. Acesso em: 30 jan. 2022.

[12] O distrito de São Geraldo foi emancipado de Conceição do Araguaia em 1988 e se tornou sede de um novo município, em 2020, tinha 3.168.384 km<sup>2</sup>, uma população em 2021 estimada em 24.566 pessoas com IDHM DE 0,595, pelo IBGE. Cf. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/sao-geraldo-do-araguaia.html>. Acesso em: 04 fev.2022.

deira e na serraria.<sup>[13]</sup> Talvez houvesse aproximadamente 300 casas, um mercado municipal e uma delegacia. A família de Oneide Lima tinha geladeira a querosene e luz proveniente de um lampião. Depois, quando a madeira já havia sido extraída, a empresa se deslocou da região e Itaipavas encolheu. Era um lugarejo sem luz elétrica ou água encanada e nas margens do rio Araguaia, as mulheres lavavam as roupas com os seios descobertos. O acesso à vila era de barco. Pelo rio tinha sido escoada a madeira, e pelo rio navegava a gente.

Gringo fez um curso técnico em veterinária e foi contratado como “fiscal” do Banco do Brasil para os créditos concedidos a fazendeiros na região. Como fiscal, chegou em Itaipavas e recebeu um convite, que lhe pareceu interessante, e aceitou gerenciar a fazenda Shangrilá, de Luso Sales Solino, um médio proprietário. Levou consigo a jovem esposa. Conforme Oneide Lima, a fazenda tinha vaqueiro, tratorista e três peões. Aumentava o número de peões na época de roçar os pastos. Não havia violência contra os funcionários. O casal viveu ali, entre 1967 e 1969, mas saiu quando o fazendeiro decidiu que o gerente deveria tirar “seis posseiros do fundo da fazenda”. Isso Gringo não aceitou”. (Maria Oneide Lima- Entrevista concedida ao autor em 20 jan. 2022).

---

<sup>[13]</sup> Sobre o papel da madeireira na região, ver. Fábio Carlos da Silva (2019, p. 133-135; p.190; p.260).



Dona Oneida.

Fonte: arquivo da família.

Diante das perseguições, decidiu se mudar para São Felix do Araguaia, onde morava um tio e uma irmã de Oneide Lima. Ali, o casal presenciou a sagração de Pedro Casaldáliga, como bispo prelado; conheceu a equipe de agentes de pastorais locais e a experiência de comunidade eclesial de base. Ali nasceu o segundo filho, Silvio.<sup>[14]</sup>

O casal e os filhos Júnior e Silvio retornaram a Itaipavas, em 1972. Justamente no ano do primeiro confronto entre os guerrilheiros e o exército. Os militares desconfiavam de Gringo. Ele “tinha consciência política” e, diziam, ao se reunir com os posseiros, criticava o governo.

## • O perigo e a prisão

A situação era tensa na região e em toda a Amazônia. Por isso, já em maio de 1973, seis bispos da região Centro-Oeste da CNBB se reuniram em Goiânia e publicaram um documento contra a política do governo, chamado “Marginalização de um povo: grito das Igrejas” (Fernando, 1973). Para os bispos, a concentração das terras produzia

---

<sup>[14]</sup> Os filhos Júnior, Hélder, Omalizan, Nedyma nasceram em Itaipavas; Alex, em Conceição do Araguaia.

pobreza e apresentaram suas críticas ao modelo implementado no Brasil. Reclamaram que o essencial não era tocado: “a estrutura da produção rural”. Defenderam uma reforma agrária que não seria “só remendo”.<sup>[15]</sup> As críticas não pararam.

Ainda em Goiânia, dois anos depois, diversos bispos, inclusive alguns signatários do documento “Marginalização de um povo” e agentes de pastoral, decidiram criar a CPT que seria o braço ecumênico e pastoral da Igreja no mundo rural, e seria uma pastoral de serviço - e não de direção - aos trabalhadores rurais (BARROS *et alii*, 1990).<sup>[16]</sup> Gringo, que mantinha relação estreita com os agentes de pastoral da Diocese de Conceição do Araguaia, participou com frei Henrique Marques, deste encontro de Goiânia.

A família de Pedro Barreira conheceu Osvaldo Orlando da Costa (1938-1974), o Osvaldão, um dos primeiros guerrilheiros do PCdoB a chegar na região, em 1967. O guerrilheiro tentou sem sucesso comprar do patriarca da família uma terra. Além de Osvaldão, a família conheceu também outro guerrilheiro, Paulo Mendes Rodrigues (1931-1973), economista, e João Moreira, filho de Pedro Barreira, trabalhou com ele, como piloto de barco.

Em junho de 1976, então posseiro, Gringo foi preso em Conceição do Araguaia com o cunhado, João Moreira, com Gordinho, Abel, Cícero, José Tavares e Raimundo Miarim (LIMA, 20/01/2022).

---

<sup>[15]</sup> Assinam o documento dom Fernando, arcebispo de Goiânia; dom Epaminondas, bispo de Anápolis; dom Tomás Balduino, bispo de Goiás; dom Pedro Casaldáliga, de São Félix; dom Estevão Cardoso de Avelar, bispo de Marabá (a sede do bispado de Conceição do Araguaia tinha sido transferida temporariamente); dom Celso Pereira, bispo auxiliar de Porto Nacional); dom Tomás, dom Estevão e dom Celso eram frades dominicanos. Disponível em:

<sup>[16]</sup> <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico>. Acesso em: 05 mar. 2022.

Oneide Lima relatou em entrevista para Souza (2013, p.106) que por três vezes tentaram assassinar Gringo. Uma vez dois pistoleiros foram até sua casa e contaram terem sido contratados para matá-lo. Ele lhes ponderou que se quisessem matá-lo podiam. A única arma que possuía era a bíblia.

Em outra ocasião, no conflito do Lote 7, entre o fazendeiro Geraldo Berardo e posseiros, estava Francisco, um dos irmãos de Oneide Lima. Queriam que o grupo assinasse um documento se reconhecendo como “agregado”. Gringo e os demais se recusaram. Oneide Lima, ao saber que haviam prendido Gringo, “correu à delegacia, esbravejou e Gringo foi solto, minutos depois<sup>[17]</sup>. Alguns soldados da Polícia Militar, segundo o filho primogênito, Júnior, rondaram a região e estiveram em Itaipa-

vas. Circularam boatos que Gringo não gostava do governo e gente do Exército invadiu a sua casa. Diziam que, em desfile de 7 de setembro, Gringo estaria armado, que era amigo de “terroristas” e participava de cursos bíblicos. Queriam apreender as armas e os textos subversivos que ele teria. Diziam que ele tinha recebido um livro do Osvaldão e lia, escondido, no meio do rio. Em um sábado, em julho de 1979, a casa foi invadida pela polícia, Gringo escapou pelos fundos.

## • **0 repúdio ao assassinato e oneide fala**

Com o assassinato de Gringo, chegaram ao escritório da CPT centenas de cartas de solidariedade vindas de outras dioceses, paró-

---

<sup>[17]</sup> Jornal do Campo, s/r, do arquivo pessoa de Alex Costa Lima (SOUZA, 2013, p. 83).

quias, organizações sociais, políticas, sindicais e eclesiais. Do Brasil e do exterior.

Em 8 de junho de 1980, às 15 horas, a CPT organizou uma manifestação em Conceição do Araguaia. Estavam presentes três bispos representando a CNBB e a CPT e um antigo bispo da diocese<sup>[18]</sup>. Dom José Hanharan, bispo local, se encontrava na Irlanda, e enviou uma declaração onde assinalava que, ao conhecer Gringo, admirou “suas qualidades de franqueza, coragem, dedicação, de fidelidade ao Evangelho”. Também estavam na manifestação três deputados federais de estados diferentes, um deputado estadual, do Pará, um vereador, de São Paulo<sup>[19]</sup>, representantes da CONTAG, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de diversas organizações sociais. (Jornal da Cidade, junho de 1980, p. 1; Diário da Manhã, 10/06/1980, p 15). Da imprensa estavam repórteres de jornais diários, estaduais e nacionais<sup>[20]</sup>, relatava a Carta aos “Comitês de apoio aos lavradores de Conceição do Araguaia”, da Oposição Sindical de Conceição do Araguaia (s/d).

---

<sup>[18]</sup> Celso Pereira de Almeida, representando a CPT, Albano Cavalim, de Curitiba, representando a CNBB, Estevão Cardoso de Avelar, de Uberlândia.

<sup>[19]</sup> Deputados federais do PMDB Jäder Barbalho, do Pará, Aurélio Péres, de Sergipe, Ronan Tito, de Minas Gerais; o deputado estadual do PMDB, Lucival Barbalho, do Pará, e o Vereador Benedito Cintra, de São Paulo.

<sup>[20]</sup> Tribuna da Luta Operária (SP), O Liberal (PA), O Estado do Pará (PA), O Estado de S. Paulo, Cinco de Março (GO), Diário da Manhã (GO), Agência F4 (SP).



Manifestação em memória de Gringo. O de camisa branca, é o autor do texto.  
Fonte: arquivo da família.

Uma anotação manuscrita na época, pelo autor, registrou que lavradores da Boca da Mata viram um carro com pistoleiros no evento e registraram a placa do veículo. A programação previa música e vinte pessoas seriam convidadas a falar. A primeira, Francisco Bonifácio de Jesus, a última, Paulo Fonteles. Oneide Lima seria a quarta. Se não conseguisse, pela emoção, seria convidado seu pai, Pedro Barreira.

Uma das mensagens recebidas às véspera dizia: “O líder sindicalista Luiz Inácio da Silva, se manifestou profundamente chocado com o desfecho trágico do Gringo. Tentou desmarcar compromissos para estar presente e não conseguiu. Prometeu vir nos visitar pessoalmente em breve”.

Oneide Lima, mais que uma viúva frágil com seis filhos pequenos, emergiu na manifestação como alguém que sabia o que desejava.

Conforme o jornalista Euler Ivo Vieira, em um fragmento de um jornal de oito de junho de 1980, cujo nome não foi conservado, e a matéria tinha o título “Ato público. 4 mil pessoas. 30 entidades civis e religiosas”, ela tomou a palavra:

A multidão fez silêncio quando a viúva de Raimundo, Dona Maria Oneide Costa Lima, subiu à carroceira do caminhão para falar. Ela estava muito firme e serena. “Como vocês já sabem — disse — meu marido desde há tempos estava empenhado nesta luta em favor dos oprimidos. Por isso era perseguido pelos grileiros, para que calasse a boca. Mas nunca calou. Foi morto em Araguaína, mas quero que vocês, não desanimem. Sempre ajudei Gringo nessa luta. Mas agora é que vou lutar mais ainda”. Nesse momento, um velho posseiro gritou bem alto; “Muito bem, minha filha! Você não lutará sozinha!”. E o povo explodiu em aplausos.”

Dez dias depois, Oneide Lima escreveu de Itaipavas:

Gringo era um homem que estava lutando por dias melhores para todos lavradores dessa região. Desde que dom Estevão era bispo de Conceição do Araguaia que ele era agente pastoral, era posseiro e líder dos posseiros, mas era também perseguido por grileiro e pistoleiros.

Ele sempre me dizia se um dia fosse morto lutando pelo povo oprimido, ele morreria feliz. De fato ele morreu com um sorriso nos lábios, deu a vida por este povo esmagado pelos grileiros.

Depois da morte de Gringo os grileiros pensam que vou ficar calada, mas não calarei, continuarei luta do Gringo. Pois o único



meio de vingar a morte dele é lutando por esse povo oprimido, por aqueles que não têm terra, não têm vez e nem voz.

[...]

Quero que ninguém desanime diante dessas ameaças, que o sangue do Gringo seja adubo para nossa luta contra as injustiças, que o sangue dele fale mais alto clamando justiça.

Peço que todos se unam, pois unidos venceremos o poder da opressão, do dinheiro. Unidos venceremos os pistoleiros, e grileiros que infestam nosso solo brasileiro. Agradeço a todos.

Quarenta e dois anos após tais eventos, o autor perguntou a Oneide Lima se Gringo, a Igreja, a paróquia ou a CPT tinham errado em algo. Ela respondeu que não e reafirmou o que disse e escreveu na época. Gringo tinha razão, fez o que deveria ser feito. Naquela época, insistiui, em torno de 70 famílias de posseiros dos lotes Sete e Oito, na terra há anos, precisavam se conscientizar de seus direitos e, nesse aspecto Gringo foi importante. Mas, reconheceu, os problemas não foram resolvidos mesmo tendo conquistado a terra, por falta de apoio para o escoamento dos produtos e da assistência na saúde. Após a titulação dos lotes, muitos venderam a terra. E reconheceu que para ela nada foi simples. Não havia concluído o Ensino Médio, não tinha profissão e parecia que:

O mundo foi como se tivesse acabado. A morte para mim no sentido pessoal, foi muito difícil. Gringo era um pai muito amoroso, amava muito os filhos! Ave Maria! Fiquei muito triste mas me lembrava do que ele falava e isso me deu coragem para ficar na luta. Teve momento que pensei abandonar. Quando os lavradores do Lote 8 mataram o Neif Murad. Fizeram emboscada e mataram.

Ai pensei em desistir porque o filho de Neif Murad, o Neifinha, dizia que era eu que tinha mandado matar. Pensei desistir. Diziam que ele ia matar toda a minha família. Ia matar meus filhos. Depois fiquei pensando, os meninos diziam para eu não ficar daquele jeito. Voltei para a luta.

Os lavradores não souberam se organizar para se defender. Havia muito medo. Hoje é diferente. Naquela época o inimigo era perigoso. O inimigo era conhecido e agiam de forma mais violenta, os pistoleiros andavam livres. Eles podiam contar com o governo, o sindicato, o exército. A bandidagem toda tinha esse apoio. Hoje não. O apoio é mais escondido”. (Maria Oneide Lima - Entrevista concedida ao autor em, 03, mar. 2022).

Tinha ficado sem chão, “não sabia fazer nada na vida”, e os pais se mudaram para Xambioá. Ao ser convidada pela equipe pastoral para se mudar para o município de São Geraldo com os filhos e se tornar agente pastoral, “aceitou de cara”. E passou a morar em uma casa nova, no mesmo terreno da casa paroquial, entre as ruas Mogno e Santa Clara. E prosseguiu Oneide Lima:

A relação com a equipe era boa demais, Ave Maria! Cada um que entrava lá me ajudava na educação de meus filhos. Eles me deram um suporte muito grande. Era Aristide, Inês Neves, Miguel, Fernanda Pedroso. Acompanhava os padres nas visitas as comunidades e quando estava na paróquia ajudava na secretaria da paróquia.

Ela pensou em se vingar (SACRAMENTO, 2020, p. 124ss) e em se suicidar. A equipe paroquial não sabia e ela só revelou ao

padre Aristide Camio quando este se encontrava preso em Belém com o padre Chico Gouriou e os 13 posseiros, no rumoroso processo conhecido como Caso Cajueiro (FIGUEIRA, 1986). Quando a Polícia invadiu a casa dos padres e da equipe paroquial em São Geraldo, entrou também em sua residência mas não vasculhou o quarto das crianças. Se o fizesse, encontraria, dependurado atrás da porta, em uma bolsa, um revólver calibre 32 que comprou em Itaipavas, dez meses após o crime, sem saber manejar uma arma. Pedro e Tatá, ao descobrirem o projeto de vingança, tentaram demovê-la.

Em Belém, houve uma audiência sobre o caso Neif Murad, com a presença de Neifinho e dois netos do fazendeiro falecido. O secretário de Segurança Pública do Estado participava e percebeu que ela mexia na bolsa. Perguntou o que era e viu a arma. Oneide desistiu uns cinco anos depois, porque achou que não valia a pena, que precisava cuidar do filhos. Foi um momento no qual perdeu a fé e a irmã Hélder Suarez Bedendo a ajudou a recuperar e a ter um sentido para a vida.<sup>[21]</sup>

Hoje tenho fé. Aumentou. Comecei a voltar a igreja e foi por conselho até. Indo ao Círio de Nazaré.<sup>[22]</sup> Tenho fé demais. Quando Helder, meu filho, teve um câncer na cabeça a fé aumentou ainda mais. O pessoal resolveu fazer uma campanha de oração, gente de diversas igrejas. Meu filho foi operado e ele iria perder a visão, o

---

<sup>[21]</sup> Irmã Hélder Bedendo era da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. Quando os padres franceses foram presos, ela outras irmãs missionárias passaram um período na paróquia, tiveram problemas com a repressão do governo, foram presas e humilhadas.

<sup>[22]</sup> Maior festa religiosa do país. Aglomerava, em honra de Nossa Senhora de Nazaré, no segundo domingo de outubro, uma multidão estimada de dois milhões de fiéis.

olfato e o paladar. E não perdeu nada disso. Foi um milagre. Eu e todos de minha casa somos católicos, graças a Deus.

Silvio, queria vingar o pai. Entrou para a polícia com esse objetivo.

Só soube depois. Meu pai foi informado por um comandante da polícia. Conversei com ele e ele ficou com essa ideia até quando foi a Brasília fazer um curso de Direitos Humanos”. (ONEIDE LIMA, entrevista por telefonema concedida ao autor em, 05 mar. 2022).

A equipe sabia que a situação tendia a ser cada vez mais complexa e perigosa. A vitória da oposição sindical só se deu em 1985, quando a ditadura foi desfeita, o exército se retirou, e Felipe Alves, o Felipinho, tomou posse. O evento foi comemorado e registrado em filme de Jorge Bodansky, *A Igreja dos Oprimidos*.<sup>[23]</sup>

Os problemas não foram superados. As eleições sindicais se realizaram com a presença do Exército em operações de Ação Cívico-Social (ACISO), de seus helicópteros, e de medidas para amedrontar os camponeses e, ao mesmo tempo, conquistá-los. Curió foi uma figura permanente, uma sombra que rondava a região, que se apresentava como quem desfrutava de acesso direto ao presidente Figueiredo e buscava controlar tudo. Ele se aproximou mais de uma vez da equipe paroquial e de Dom José Hanrahan.

---

<sup>[23]</sup> Em 1982, Miguel, Inês e Fernanda já não estavam na região, e outro sacerdote francês, François Gouriou, se incorporou a equipe. Houve um conflito de terra com mortes. A casa paroquial e a casa de Oneide Lima foram invadidas pelo exército, os padres Aristide e François foram presos com treze posseiros. O exército trouxe um capelão militar que utilizou a igreja para cerimônias religiosas. Oneide Lima foi humilhada, o exército preparou e imprimiu panfletos contra ela e a sua honra (FIGUEIRA, 1986).

Naquela circunstância, o sindicalismo e a sua luta pareciam cumprir um papel relevante nas organizações sociais. As reivindicações e as mobilizações do sindicato de São Bernardo do Campo, por exemplo, impressionavam, conquistavam destaque e, daquele sindicato, emergiu a figura mobilizadora de Lula Inácio da Silva, que auxiliou a criar o Partido dos Trabalhadores e se tornou presidente do Brasil em dois mandatos e candidato novamente a presidente em 2022.

No início dos anos 1980, já se refletia também sobre as limitações da estrutura sindical. E se discutia em diversos espaços, inclusive na CPT Nacional, se não era hora de apoiar algo flexível com maior agilidade para as lutas pela terra, pelo salário e por um trabalho mais digno. Era o momento também da criação no Sul do país, do Movimento Sem Terra (MST) e de cooperativas de agricultores. Um dos assessores nacionais da CPT, o economista João Pedro Stédile, do escritório de Goiânia, se incorporou ao nascente MST.

Vivia-se um momento de transição. Com o fim da repressão da ditadura e da intervenção militar do Estado, a Igreja Católica deixou aos poucos de ser o espaço mais privilegiado de contestação ao governo e de articulação dos movimentos sociais. Nas décadas seguintes, outras organizações adquiriram relevância e centralidade mesmo em relação aos sindicatos que se enfraqueceram: os grupos de direitos humanos, as ligas camponesas, as associações de mulheres, os grupos feministas, as reivindicações de gênero e LGBTQIA+, os movimentos étnicos, indígenas, antirracistas, descolonizadores e as articulações ambientais. A pauta se tornou ampla e com ou sem algum grau de articulação entre elas e as lutas consideradas de “classe”.



A família Lima.

Fonte: arquivo da família

## • A título de conclusão

A partir do assassinato de Gringo, a equipe da CPT começou regularmente a anotar o nome, a data e as circunstâncias dos assassinados de trabalhadores na diocese de Conceição do Araguaia. Entre 29 de maio de 1980 e final de 1996, registrou 95 assassinados na fuga do trabalho escravo e 105, nos conflitos pela terra. E na lista não entravam os que haviam trabalhado algum momento na diocese, mas foram mortos em outra região, como os advogados Paulo Fonteles e Gabriel Pimenta. E certamente não abarcava todos os casos de trabalho escravo (FIGUEIRA *et al.*, 2022), pois os trabalhadores eram

em geral de fora e não tinham quem chorasse por eles ou reclamasse por seus corpos na região. Eram anônimos, enterrados anonimamente em cemitérios clandestinos e, em pelo menos um caso, enterrado com ocultação de identidade pela polícia no cemitério de Redenção.

Enquanto escrevia o artigo, o autor se comunicou diversas vezes com Oneide Lima e com seus filhos. Não tinham informação sobre a existência do inquérito ou sobre o possível processo penal relativo ao assassinato de Gringo. Foi contatada, com o auxílio de frei Xavier Plassat, a doutora Lorrany Lourenço Neves, da CPT em Araguaína. De posse das informações disponíveis, a advogada, em 11 de fevereiro de 2022, teve a promessa que realizariam buscas e, seis dias depois foi informada que não tinham nos arquivos da polícia os documentos da década de 1980 e não localizaram a ação penal referente ao homicídio. Se havia algo, possivelmente foi incinerado.

Em março de 2022, Oneide Lima morava em outra casa, erguida com o auxílio da Cáritas Brasileira, uma organização internacional da Igreja Católica, e de uma cerâmica que era iniciativa da equipe de agentes de pastoral. A cerâmica produzia tijolos e telhas em mutirão para construir casas em uma área mais elevada e protegida das cheias anuais do rio Araguaia. A sede do distrito de São Geraldo por ficar, com frequência, sob as águas, precisava ser transferida.

Oneide voltou a estudar, fez supletivos e, em quatro anos, concluiu a graduação em História. Ela aproveitou o fato de que algumas prefeituras do sudeste paraense, inclusive São Geraldo do Araguaia, fizeram um consórcio com a Universidade Federal do Pará (UFPA). Em função do consórcio, professores da UFPA se deslocaram para cidades fora da capital e ministraram cursos de graduação. Em São Geraldo, nos meses de janeiro e julho, ministraram aulas de cursos em História, Pedagogia e Letras. Formada,

Oneide, começou a dar aulas, foi nomeada sucessivamente, entre 1996 e 2016, quando se aposentou, vice diretora e diretora da Escola Municipal do Ensino Fundamental Raimundo Ferreira Lima, a maior do município, com em torno de 650 estudantes. A escola foi fundada em março de 1986 e a homenagem ao Gringo se deu em uma disputa entre dois nomes pela comunidade escolar: Tancredo Neves e Raimundo F. Lima. Este foi o vencedor.



Escola em homenagem à memória do dirigente sindical Gringo, São Geraldo do Araguaia/PA.

Fonte: acervo da família.

Com o desmembramento dos municípios, Pedro Barreira se tornou vice prefeito – entre 1983 e 1988 – de Xinguara. Os filhos de Gringo cresceram, três se tornaram sindicalistas, cinco se dedicam à educação e um se tornou policial militar. Oneide Lima tinha, em março de 2022, 19 netos e 11 bisnetos. Quanto aos filhos, onde moravam e o que faziam passados quatro décadas: 1) Júnior, em Belém,



foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Benevides, Diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI), Vice-presidente da Confederação Nacional dos Assalariado/as Rurais do Brasil (CONTAR) e era Presidente da Federação dos Empregados e Empregadas Rurais dos Estados do Pará e Tocantins (FETERPA-TO), tinha 4 filhos e 4 netos; 2) Silvio, em Rio Maria, subtenente da Polícia Militar, em processo de aposentadoria, e tinha seis filhos e duas netas;<sup>[24]</sup> 3) Omalizan, na Espanha, trabalhava como auxiliar em uma escola com alunos especiais, fez ensino médio, tinha três filhos e três netos; 4) Hélder, em São Geraldo, professor de matemática, secretário titular da escola Raimundo Ferreira Lima, tinha três filhos e três netas; 5) Nédyma, em São Geraldo, pedagoga e antropóloga social de educação, exercia funções de coordenação no Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTEP) no município e no estado, no Conselho Municipal de Educação de São Geraldo e na paróquia, trabalhava na escola que tinha o nome do seu pai e não tinha filhos; 6) Alex, em São Geraldo, formado em Ciências Sociais, com mestrado em Dinâmica Territorial da Amazônia, professor no ensino médio, era vice presidente do Sindicato dos Trabalhadores Administrativos de São Geraldo e suplente do SINTEP e tinha três filhos.

Os sonhos de Gringo continuaram estampados na vida de Oneide Lima e de seus filhos. Gringo, proibido pela ditadura, perseguido pelos latifundiários do Baixo Araguaia, se tornou presente em ladainha, nome de escola, tema de dissertação de mestrado, tese de

---

<sup>[24]</sup> Quando houve o assassinato do sindicalista Expedito Ribeiro de Sousa em Rio Maria, Silvio foi colocado em nome do Estado, entre 1991 e 1996, na segurança do autor, que era ameaçado de morte.

doutorado, artigo científico e tema de música.<sup>[25]</sup> A história do casal revela que as perseguições, mesmo aquelas que provocaram mortes, que uniram poderosas forças estatais e privadas, encontraram resistências e algumas resistências persistiram na geração seguinte.

## • Referências

BARROS DE SOUZA, Marcelo; WESTHELLE, Vítor e POLETTTO, Ivo. **Luta pela Terra**: Caminho de Fé. São Paulo: Ed. Loyola, 1990.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Contido a bala: a vida e a morte de Paulo Fonteles**, advogado de posseiros no Sul do Pará. Belém: CEJUP, 1994.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Igreja e Problemas da Terra**: documento aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB. Itaiçá, 14 de fevereiro de 1980.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Caderno conflitos no campo Brasil 1987**. Goiânia: CPT, 1987.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A Justiça do Lobo**: posseiros e padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Rio Maria**: canto da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIRA, Ricardo Figueira; PRADO, Adonia Antunes; PAMEIRA, Rafael Franca. **A escravidão na Amazônia**: quatro décadas de depoimentos de fugitivos e libertos. Rio de Janeiro: Maudad X, 2022.

---

<sup>[25]</sup> “Quem disse que não somos nada”, de Zé Vicente, poeta e compositor das comunidades de base e da igreja da libertação onde afirmava: Aqui trazemos a semente / Sangue desta gene que fecunda o chão. / Do Gringo e tantos lavradores / Santos e operários em libertação. / Coragem de quem dá a vida / Seja oferecida com este vinho e pão. / É a força que constrói a morte / É muda nossa sorte é ressurreição (SOUZA, 2013, p. 67).

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. “As práticas solidárias de um bispo: Dom Luciano”. *In: Em Debate* 04 (2006), **Revista do Departamento de Serviço Social** PUC-Rio, p. 1- 6. Disponível em: <http://www.santalfonsoedintorni.it/BiografiePDF/07DictionaryCSSR/Hanrahan%20e%20Luciano.PDF>. Acesso em: 30 jan. 2022.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

KOTCHO, Ricardo. **Le massacre des posseiros**. Paris, Ed. Syros, 1983.

NOSSA, Leonencio. **Mata!** O major Curió e as guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Companhia da Letras, 2012.

SACRAMENTO, Elias Diniz. “**É muito triste não conhecer o pai**”: A herança da violência e os familiares de Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles. 2020. Tese (Doutorado em história) - Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SILVA, Fábio Carlos da. **Capitalismo na floresta**: história econômica e social do município de Redenção. Belém, NAEA/UFPA, 2019.

SOUZA, Edmilson Rodrigues de. **A morte sob outro ponto de vista**: transformação do líder morto em mártir-encantado. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

## Jornais e Revistas

**Diário da Manhã**, p. 15, 10 jun. 1980.

**Jornal da Cidade**. Conceição do Araguaia, Pará, ano II, n.6, jun. de 1980.

CARVALHO, Luiz Maklouf. “Nova versão lança dúvida sobre a morte do bispo”. **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, p. A27, 05 nov. 1994.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Assassinatos no Campo, crime e impunidade*: 1964-1986, 1987.

RANGEL, Olivia. **Tribuna Operária**, de 14. jun. 1980 a 28 jun. 1980

A GUERRA DAS TERRAS. **Revista Veja**. 13 fev.1980. (Capa).

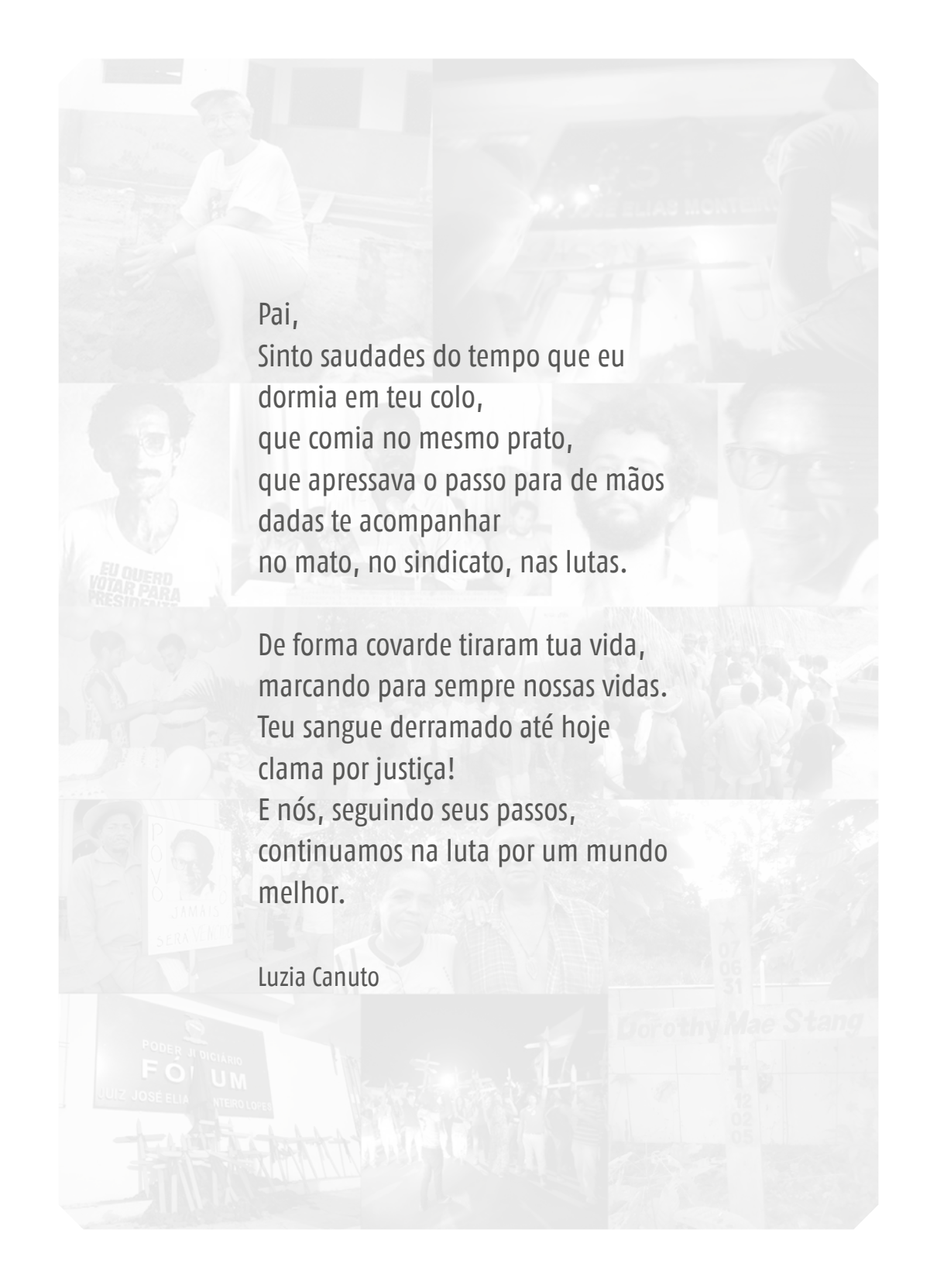
## Contatos por telefone, cartas e plataforma eletrônica

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Troca de diversas mensagens com Maria Oneide Costa Lima pela plataforma [**WhatsApp**] entre: 20 jan.2022 e 30 jan. 2022; 06 jan. 2022; 07 jan.2022.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Conversas ao [**Telefone**] com Maria Oneide Costa Lima e filhos em: 19 jan. 2022; 03 mar. 2022; 05 mar. 2022; 06 mar. 2022, 07 mar. 2022.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. [**Correspondência**]. Destinatário: Roberto Rezende Figueira, enviada em 18 jun.1980. 1. Cartas

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. [**Correspondência**]. Destinatária: Conceição Venerando, enviada em 17 jul. 1980. 1. Cartas



Pai,  
Sinto saudades do tempo que eu  
dormia em teu colo,  
que comia no mesmo prato,  
que apressava o passo para de mãos  
dadas te acompanhar  
no mato, no sindicato, nas lutas.

De forma covarde tiraram tua vida,  
marcando para sempre nossas vidas.  
Teu sangue derramado até hoje  
clama por justiça!

E nós, seguindo seus passos,  
continuamos na luta por um mundo  
melhor.

Luzia Canuto

# | NA TRILHA DA MEMÓRIA: A HISTÓRIA DO SINDICALISTA JOÃO CANUTO DE OLIVEIRA

Luzia Canuto<sup>[1]</sup>



Registro do enterro e foto do sindicalista João Canuto.

Fonte: arquivo da CPT

João Canuto de Oliveira, nasceu em 3 de janeiro de 1936, no distrito de Santa Maria, no município de Trindade, no estado de

---

<sup>[1]</sup> Mestre em história pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É professora da rede pública do estado do Pará no município de Rio Maria. E-mail: luziacanutooliveira@yahoo.com.br.

Goiás. Era o terceiro filho dos camponeses, sem-terra, José Raimundo de Oliveira (ex-combatente da Coluna Prestes) e Jovelina Canuto Machado, que além de trabalhar no campo era parteira muito requisitada e querida na região. Nascido em uma família pobre, João Canuto ou João Simão, - como era conhecido em Goiás, - começou a trabalhar no campo desde criança ajudando a família nas lavouras de algodão, arroz, milho e feijão, plantadas em terras alheias como meeiros ou arrendatários. Neste período o trabalho infantil era permitido, e geralmente os pais priorizavam ensinar os filhos desde cedo a se dedicarem ao trabalho, sendo esta uma das razões que João Canuto e seus irmãos só conseguiram, com muita dificuldade, estudar o ensino primário.

De acordo com Aniceto Canuto, a separação de seus pais fez com que seu irmão João, aos 18 anos assumisse a responsabilidade de ajudar a cuidar da mãe e dos irmãos, e isto o colocou diante de um grande desafio em sua juventude. Mas, ele não se intimidou e assumiu com responsabilidade a tarefa de ajudar no cuidado e manutenção da própria família.

Aos 22 anos, João Canuto casou-se com a sua prima, Geraldina Pereira de Oliveira, conhecida como Dina, nascida em 02 de julho de 1935, em Trindade – GO. João e Geraldina constituíram uma família tendo seis filhos: Maria Aparecida Oliveira, José Canuto, Orlando Canuto, Luzia Canuto, Paulo Canuto e Marcial Canuto. À medida em que os filhos iam crescendo se integravam no trabalho familiar ajudando desde o preparo da terra para o plantio até a colheita, e também nos cuidados com hortas e pequenos animais, o que ajudava a complementar a renda familiar e garantir a segurança alimentar.

João Canuto e sua família eram católicos. As orações ocorriam à noite. Aos finais de semana frequentavam a igreja, e às vezes du-

rante a semana guardavam um tempo para rezar o terço em casa ou onde fosse chamado por vizinhos. Posteriormente, no Pará, passou a dirigir círculos bíblicos, onde além de orações e leituras bíblicas, dialogava sobre a realidade da comunidade local, no sentido de buscar conscientizar as pessoas que era possível construir um mundo melhor. João era um homem humanitário. Sempre teve uma boa relação de vizinhança. Preocupava-se em dividir o pouco que tinha com as pessoas que viviam próximas ou que dele necessitassem. Quando não tinha o suficiente, buscava ajuda de alguém que pudesse colaborar.

Os filhos de João Canuto e Geraldina Pereira guardam boas lembranças da convivência com os pais. Ambos eram carinhosos e cuidadosos. Faziam tudo para manter uma convivência familiar agradável, mas, eram bastante exigentes para que todos cumprissem as regras para um bom viver em família e na comunidade. Além dos filhos, viveram com a família a mãe de João Canuto, Jovelina Canuto, os irmãos Antônio e Julieta Canuto, e os sobrinhos Valdecir Pereira da Silva, Valdeni Pereira da Silva, Ilvacir Pereira da Silva e Maria Pereira da Silva, filhos de Julieta. Juntos, formavam uma grande família, que tinha em João e Geraldina o espelho de uma convivência harmoniosa e respeitosa.

Esse artigo conta a história de uma pessoa muito importante para mim. João Canuto era meu pai e de meus cinco irmãos. Escrever sobre ele é uma tarefa muito difícil, mais necessária. Aqui está parte da trajetória de sua vida. Sua história é a história de muitos lavradores, trabalhadores rurais, lideranças sindicais que tiveram suas vidas ceifadas pela ganância do latifúndio, grileiros de terra. Escrever aqui é dolorido pela ausência física. Mais as lembranças de um pai carinhoso, um lutador em defesa dos pobres e oprimidos é o que me encoraja a seguir seus passos. Os passos de um homem do qual tenho muito orgulho.



## • Os sonhos e os caminhos de João Canuto

Trabalhador rural sem-terra, João Canuto trabalhava em fazendas, ora como empregado, ora como trabalhador temporário, e em alguns momentos também foi meeiro ou arrendatário em Campestre de Goiás. Das suas relações de trabalho, uma marcou positivamente a família, foi quando a família Canuto morou e trabalhou na Fazenda Grota do Palmito, na margem do Rio dos Bois, em Campestre de Goiás, cuja propriedade pertencia ao senhor Amélio Felipe dos Reis. De acordo com sua filha, Maria Aparecida de Oliveira Santos:

Ao completar quatro anos de casados, mudou-se para uma fazenda chamada de Grota do Palmito situada nas proximidades do Rio dos Bois de propriedade do fazendeiro Amélio Felipe dos Reis, onde permaneceu trabalhando durante nove anos seguidos, realizando todo tipo de serviço. Cuidava das criações, roçava pastos, fazia cerca e tocava a roça. Sua esposa, dona Dina, cuidava de todos os afazeres domésticos e cozinhava para as turmas de peões que trabalhavam na fazenda. Mesmo trabalhando muito, os dois ainda tinham tempo para sair aos finais de semana para dar atenção aos amigos e parentes que compareciam para lhes visitar. Nestas ocasiões, se reuniam para contar histórias, denominadas causos, em que sempre estavam presentes assuntos sobre caçadores de onças, assombrações, entre outras. Também fazia parte deste momento de diversão, os jogos de baralho, as pescarias e passeios nas casas dos vizinhos nas noites de lua clara (SANTOS: 2015, p. 11).

Conforme Maria Aparecida, na fazenda Grota do Palmito, mesmo trabalhando muito, João e a esposa tinham tempo para

sair aos finais de semana, davam atenção aos amigos e parentes que compareciam para lhes visitar. Tinham tempo também para reuniões com a família para passear na casa dos vizinhos em noite de lua clara, e ainda mantinham momentos de diversões. Mantendo um bom relacionamento com a família Canuto, o fazendeiro Amélio Felipe de Souza ao vender sua propriedade em Campestre, demonstrou interesse em ter João Canuto e família morando em sua nova propriedade, em lugar chamado Arrozal, próximo a Trindade-Go. Mas, João Canuto não teve o interesse de acompanhá-lo, indo apenas fazer uma roça neste lugar, e retornando com a família para a cidade de Campestre de Goiás. Mesmo sem contrato formal, o fazendeiro fez o acerto trabalhista. Pagou pelos anos de trabalho conforme a legislação da época, e manteve uma boa relação com a família após saída desta de suas terras.

João Canuto tinha preocupação com o futuro. Sonhava ter seu próprio pedaço de chão onde pudesse trabalhar livremente e manter sua família em condições melhores. Enquanto não era possível, continuava a trabalhar em terras alheias, e como trabalhador consciente, sem carteira assinada ou contrato formal, era filiado ao sindicato dos trabalhadores rurais. Pagava contribuição previdenciária como contribuinte individual ao Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, e guardava com cuidado os seus carnês de contribuição em uma caixa (baú), que acompanhava a família em todas as mudanças.

Como milhares de migrantes, o sonho em ter uma vida melhor e de conseguir sua própria independência e liberdade adquirindo uma terra própria motivou João Canuto a aceitar o convite do fazendeiro Mizaél Gonçalves Cardoso e vir trabalhar no sul do Pará, no início do ano de 1973. As informações que chegavam em Campestre de Goiás era que no sul do Pará as terras eram mais acessíveis. E, assim,

João aceitou trabalhar com o fazendeiro, acreditava ser possível, posteriormente, comprar sua própria terra. Mizael Gonçalves Cardoso tinha sido prefeito da cidade de Campestre de Goiás. Adquiriu terras no antigo município de Conceição do Araguaia-PA, especificamente onde foi criado o município de Rio Maria. A relação de Misael e João Canuto não era próxima, apesar de o fazendeiro ser casado com uma prima de João Canuto, por nome de Sebastiana.

Sem um contrato formal, João Canuto deixou o Estado de Goiás e seguiu para o sul do Pará para trabalhar nas terras de Mizael Gonçalves Cardoso, no início do ano de 1973. Ao chegar na Fazenda Três Irmãos conviveu com outros trabalhadores oriundos do Estado de Goiás, que viviam do trabalho braçal na fazenda de Mizael. Cheio de esperança, além de trabalhar para o fazendeiro, João Canuto fez uma grande roça à meia. Nela plantou e colheu alimentos suficiente para manter sua família. Em 1974, João retornou em Goiás para buscar a esposa e os filhos, que o acompanharam, migrando para Rio Maria, no sul do Pará. Ao ser entrevistada por Terezinha C. Feitosa, em 28 de agosto de 2008, para o trabalho de doutorado, Geraldina Pereira lembra sobre a decisão migrar do Estado de Goiás para o Pará, informou:

Foi difícil sair de Goiás, deixar minha família e amigos para trás. Lá morava todo mundo. Mas lá nós vivia trabalhando em terras dos outros e era muito sofrido. Nós só morava em fazenda e nunca deu para comprar uma casa na rua. Nós não tinha casa na cidade e a situação estava ruim. Naquele momento, estava muito difícil, não dava para pagar aluguel. Ele não arranjava mais trabalho. Em Goiás os fazendeiros já estavam investindo na agricultura mecanizada e isso diminuiu muito o trabalho das pessoas que vivia da roça. Num tinha mais onde botar roça. Sem trabalho lá em

Goiás, ele aceitou o convite para vir trabalhar no Pará. Muito amigo e até parente nosso já tinha vindo. Alguns diziam que era fácil conseguir terra e por isso nós viemos (FEITOSA: 2017, p.82).

Nas palavras de Geraldina, percebemos que já havia dificuldades de trabalho para quem vivia da roça no Estado de Goiás por conta da introdução da agricultura capitalista baseada na mecanização. Mas, por outro lado, percebemos que a esperança de ter acesso à terra foi o que motivou a família Canuto a deixar o estado de Goiás e migrar para o Pará no final do ano de 1974. Na perspectiva de João Canuto o trabalho na fazenda de Mizael seria temporário, e, logo, conseguiria comprar uma terra e passar a trabalhar por conta própria.

A Fazenda Três Irmãos está localizada nas proximidades da cidade de Rio Maria, à época uma pequena vila, que surgiu à margem da Rodovia PA 150, que estava sendo construída. Assim que chegou em Rio Maria Geraldina Pereira assumiu a tarefa de cozinhar para os trabalhadores que prestavam serviços para o proprietário da fazenda. Por seu turno o marido cuidava de sua roça ou do gado, pelo qual ele recebia como pagamento o leite que vendia na cidade, o que ajudava a complementar a renda familiar. Enquanto isto, os filhos do casal trabalhavam com o pai, ao mesmo tempo em que estudavam na Vila, que mais tarde se tornaria a cidade de Rio Maria.

João Canuto trabalhou na Fazenda Três Irmãos durante seis anos consecutivos. Em 1977, conforme combinado com o dono da fazenda, João Canuto mudou com a família para próximo da cidade, na mesma propriedade, onde construiu uma casa, fez uma grande roça com plantação de arroz, milho e feijão. Após ver que João Canuto prosperava, em 1978, o fazendeiro Mizael Gonçalves propôs pagar pela casa, afirmando que no local construiria uma nova sede da fazenda.

Ao perceber que os combinados estavam a se diluir, João Canuto aceitou a proposta do fazendeiro, recebendo parte do pagamento, e programando a data de sair da terra. Ainda 1978, João Canuto conseguiu juntar as economias e comprar uma posse de terra na região de Água Fria, nas proximidades de Xinguara-PA. Porém, foi surpreendido com a chegada de um dos filhos de Mizael à fazenda, o Vantuir Gonçalves de Paula, que esteve na casa de João fazendo uma

Em 24 de agosto de 1978 o paiol com a produção anual da família Canuto se esvaiu por conta de um incêndio. Não se conseguiu comprovar se houve uma intencionalidade da queima do paiol, o que se soube era que Vantuir tinha queimado uma grande derrubada de mata que ficava próxima. O fogo atingiu as plantações, os animais e o paiol de João Canuto com cinquenta e três volumes de feijão, baseados em 80 sacos de 60 Kg, dezesseis sacos de arroz de 60 Kg e alguns sacos de milho e farinha.

proposta de “trabalho”, onde queria que o mesmo “corresse picada”, que na linguagem popular, significava fazer serviço de pistolagem vigiando limites da fazenda.

Além de não aceitar a proposta, João Canuto retrucou dizendo que discordava desta prática, que não era comum ouvir este tipo de proposta em seu tempo de trabalho na fazenda. Os problemas da família Canuto na Fazenda Três Irmãos só estavam começando, conforme registrado nas lembranças dos filhos de João Canuto, contadas por José Canuto em um livreto, datado de 1985.

A prática de vizinhança em área rural é sempre avisar

quando vai se fazer uma queimada, mas a família Canuto não foi avisada, quando percebeu o fogo já não havia tempo para proteger o paiol e a roça. João Canuto tentou acordo para indenização dos prejuízos, como não conseguiu fazer acordo procurou a Comissão Pastoral da Terra – CPT, em Conceição do Araguaia, onde teve a assessoria do advogado Paulo Fonteles de Lima, que ajuizou ação indenizatória na Comarca de Conceição do Araguaia-PA.

Além do fogo que queimou toda a produção da família, outros casos que viriam marcar a vida de João Canuto nas terras paraenses seriam uma prisão arbitrária que aconteceu em setembro de 1978 e um despejo da Faenda Três Irmãos, no final daquele mesmo ano.

João Canuto era sindicalizado em Conceição do Araguaia, mas na época, o sindicato encontrava-se sob o poder dos militares, tendo como interventor o senhor Bertoldo Siqueira de Lira, que sempre que mediava conflitos, agia na defesa dos fazendeiros ou empresários. No sindicato, em Conceição do Araguaia, João Canuto não conseguiu nenhum respaldo na luta pelos seus direitos e novamente recorreu ao advogado da CPT, que prontamente o atendeu encaminhando denúncias à Justiça e exigindo a punição pelos crimes cometidos pelo fazendeiro.

Diante deste contexto de violência sofrida, João Canuto, percebeu que o que tinha acontecido consigo já era uma prática corriqueira de fazendeiros contra trabalhadores rurais na região em que vivia. Neste período, João Canuto, também se integrou às Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, passando a ter um vínculo mais efetivo com a comunidade católica local, em especial com padres ligados à Teologia da Libertação, passando a ter uma maior participação na defesa de seus pares.

- **A organização dos trabalhadores e a luta por direitos.**

É no contexto de ocupação da Amazônia incentivada pelos Governos Militares e pelo ambiente da Guerrilha do Araguaia em oposição a este, que João Canuto de Oliveira migrou para Rio Maria, no início de 1973. O sonho de João Canuto era trabalhar e conseguir comprar sua própria terra, ou adquirir uma terra no Projeto de Colonização, do Governo Federal. À época, a propaganda governamental fomentava a ocupação regional: “Amazônia: Terra sem homem para homem sem terra” e “Integrar para não entregar”, fazia parte dos slogans do governo, que contribuiu para atrair homens e mulheres de várias regiões do país que migravam para o sul do Pará em busca de terra para trabalho ou fazendeiros e os projetos agropecuaristas.

Não tardou para que os camponeses pobres percebessem que a propaganda era enganosa, pois o cenário em que João Canuto e outros trabalhadores se inseriram era marcado pela aguda disputa pela terra, eivado por muitos conflitos e mortes no campo. Defensor da paz, João Canuto optou por defender os trabalhadores, e para isto buscava sempre o caminho da justiça.

- **A militância nas CEBs**

João Canuto iniciou sua militância em defesa dos trabalhadores em Rio Maria nas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs<sup>[2]</sup>, onde

---

[2] As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, são antes e acima de tudo, grupos com base na Igreja, e seu ativismo social deve ser entendido neste contexto. Veja sobre as CEBs: ADRIANCE, Madeleine Cousineau. Terra prometida: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais. São Paulo, Paulinas, 1996.

participou ativamente dos círculos bíblicos e dos debates promovidos nas comunidades. Em 1980 fundou a Igreja de São João Batista, no Bairro Vila Nova, onde morava. Junto com seus companheiros também criou a Associação de Moradores do Bairro Vila Nova, e contribuiu para a fundação da Associação de Moradores do Bairro Cascaheira, onde residia o também militante das CEBs, Expedito Ribeiro de Souza, que também viria a tombar em 02 de fevereiro de 1991.

Por meio das ações das CEBs e da Associação de Moradores buscavam organizar os trabalhadores da cidade debatendo as pautas sociais que eram encaminhadas e cobradas das autoridades, como por exemplo: direito à educação, à saúde e à moradia. Uma mistura de fé e política foi servindo de base para a formação de um grupo de homens e mulheres que continuamente se encontravam para dialogar sobre a vida e sonhos, e assim, tornavam-se parceiros da caminhada, dentre os quais destaca-se: Oneide Rosa, João Martins, José Arruda, José Alves, Expedito Ribeiro, Roberto Neto, Dona Zulmira, Francisca Penha, Jesuíno Pereira. Sobre a participação nas CEBs e na luta sindical, a ex-sindicalista Divina Teixeira afirma:

Era um momento contagiante participar de um círculo bíblico, naquele momento, poderíamos pensar na vida aqui na terra, mas também no espírito, na alma, numa vida além da terra. Mas era aqui, na terra, que sentíamos a necessidade, que concretamente queríamos construir uma vida melhor e buscávamos pensar também no pensamento de Cristo e defender nossos irmãos que viviam em opressão. Comecei minha militância na CEBs, na igreja católica e meu marido no sindicato, depois eu também entrei na luta no sindicato, era uma luta justa e eu acabei por também me contagiar por aquele espírito de luta, por justiça, porque aqui os



pobres não tinham vez e aí eu também me vi no dever de contribuir na luta junto com meus companheiros, o Divino Teixeira, o Canuto, o Expedito, o Valdério, o Jesuíno, o Robertinho, o Erasmo, o Orlando, o Cabral e outros companheiros também participavam da luta no meu tempo. [...] E eu tô aqui, já de idade, mas o meu pensamento não muda e eu continuo acreditando e acho que a luta me serviu pra eu também fazer as minhas escolhas, por mais que o Brasil tá difícil hoje é um novo tempo e nós temos o orgulho de dizer que ajudamos a construir esse país melhor e isso pode não servir de muita coisa, mais deveria ser um incentivo para os mais jovens que muitas vezes se perdem no caminho sem saber que rumo tomar. (Entrevista realizada em 14 de agosto de 2021)

A entrevista da senhora Divina Silva nos remete ao compromisso assumido por setores progressistas da Igreja Católica com os mais pobres, em especial os padres defensores da Teologia da Libertação. Estes contribuíram para a formação dos leigos que tiveram uma atuação importante na defesa dos direitos dos pobres e oprimidos na região. A ação destes religiosos progressistas em relação aos pobres não era uma prática caritativa, eles ajudavam os leigos a refletirem sobre a fé e a política, e assim tomar consciência sobre seu papel na sociedade, sobre as formas de opressão e violências.

Ao reconhecer as mobilizações e o acirramento dos conflitos agrários, e conseqüentemente o crescimento da violência contra os trabalhadores na Amazônia nos anos 70 e início dos 80, a Igreja Católica, que havia apoiado o golpe militar de 1964, propõe-se como mediadora desses conflitos. Em seu livro *A Justiça do Lobo*, o padre Ricardo Rezende reconhece que “*a questão para os religiosos estava em ‘humanizar’ a penetração do capital no campo*”. Isto é, acreditava-se que

o governo poderia sensibilizar as empresas para que respeitassem os peões e os posseiros. Assim, a Igreja Católica tentava mediar os conflitos pela terra, limitando suas ações a defender os posseiros e os peões junta às autoridades. Para Ricardo Rezende e os bispos só começaram a repensar suas práticas quando da resolução do Exército Brasileiro em neutralizar a ação pastoral<sup>[3]</sup>.

É a partir daí, que ainda na década de 1970, que a Igreja e Estado começaram a trilhar por caminhos distintos. Preocupados com a disseminação dos conflitos no campo, as igrejas da Amazônia Legal, reunidas em Goiânia, em junho de 1975, decidiram intensificar a mediação criando a Comissão Pastoral da Terra - CPT, que tinha como propósito “*interligar, assessorar e dinamizar*” as atividades de apoio aos movimentos sociais no campo<sup>[4]</sup> e, “*atender o seguimento mais expressivo dos pequenos produtores, os pos-*

Foram relevantes para a formação das lideranças camponesas na região do Araguaia, dentre outros, o bispo Dominicano Dom José Patrik Hanrahan, que orientava para a criação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, que contribuíram para a formação de certa consciência crítica dos leigos da Igreja Católica que se multiplicavam na fundação de diversas CEBs, onde realizavam reuniões e círculos bíblicos e eram estimuladas a olhar criticamente suas experiências cotidianas à luz das mensagens bíblicas.

---

[3] FIGUEIRA, Ricardo Rezende, A Justiça do Lobo: Posseiros e padres do Araguaia, Petrópolis, Vozes: 1986, p.16-17.

[4] Veja-se a esse respeito em ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O Intransitivo da Transição: O Estado, os Conflitos Agrários e a Violência na Amazônia (1965 - 1989). Op. cit., p. 261.

*seiros*”<sup>[5]</sup>. A partir de então a Igreja passou a ter um papel fundamental na organização dos trabalhadores rurais, acompanhando de perto os conflitos possessórios e assessorando juridicamente os lavradores vítimas da violência na luta pela terra.

João Canuto conviveu no final da década de 1970 até 1985 com alguns padres progressistas na região sul do Pará. Dois deles merecem destaque porque eram defensores da liberdade, da democracia, da Reforma Agrária e contra as injustiças na cidade e no campo. Eram eles o padre Ricardo Rezende Figueira da Comissão Pastoral da Terra - CPT de Conceição do Araguaia e Francisco Gouriou, padre francês, pertencente às Missões Estrangeiras de Paris, que foi pároco na cidade de Rio Maria, neste período.

Padre “Chico”, como era conhecido, foi o segundo pároco a morar em Rio Maria. No período em que assumiu a paróquia desta cidade, pelo enfrentamento das questões sociais e defesa dos direitos dos trabalhadores, era considerado pelos fazendeiros locais como muito radical. Quando havia ação de despejo em áreas ocupadas já se sabia o destino dos trabalhadores rurais retirados pela polícia da área em litígio. Eles eram despejados no barracão da Igreja Católica, conforme relatos de Dona Maria, viúva de Sebastião Carvalho, ex-possesiro da fazenda Canaã, atual Projeto de Assentamento João Canuto.

O fato de despejá-los em área da Igreja Católica não significa que era porque havia uma relação destes com o catolicismo, pois entre os posseiros havia pessoas de todos os credos religiosos. Os despejos no Salão Paroquial da Igreja Nossa Senhora Aparecida, era na verdade uma afronta dos militares à ação pastoral, em defesa dos

---

[5] BECKER, Bertha K. Amazônia. Série Princípios. São Paulo, Ática, 5ª Edição, 1997, p.39.

posseiros, dos pobres e oprimidos. Padres e leigos com atuação na Igreja e/ou sindicato eram acusados de serem responsáveis pelas ocupações, por isto considerados subversivos e comunistas.

Certamente, o Pe. Chico, apoiado pelo bispo progressista Dom José Patrik Hanrahan, de Conceição do Araguaia, muito contribuiu para fomentar a criticidade dos leigos que atuavam nas CEBs, que muitas vezes buscavam na própria bíblia a fundamentação que justificasse a luta pelos direitos do povo, fato que incomodava principalmente a elite agrária local e regional.

Em 1981, ao visitar a Paróquia de São Geraldo do Araguaia, Padre Chico foi preso junto com o padre francês Aristides Camio, mais treze posseiros e enquadrados pela Lei de Segurança Nacional. Acusados de “*coordenar as invasões*”, de “*não respeitar a propriedade privada*” e “*fomentar a violência*”, os dois padres e os treze posseiros ficaram presos até dezembro de 1983, quando foram libertados após ampla mobilização popular e apelos de solidariedade internacional coordenada pelo Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia – MLPA.



Camio e Goriou, os padres franceses.

Fonte: acervo da CPT

Considerados pelos militares como subversivos e “incitadores da desobediência coletiva às leis e a luta pela violência entre as classes sociais” os padres franceses foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, sendo Aristides condenado a 15 anos de prisão e Francisco Gouriou a 10 anos. Os posseiros tiveram penas variadas de 08 a 13 anos, conforme Jornal do Brasil de 22 de junho de 1982. Enquanto isso, o movimento social conseguiu organizar um número expressivo de pessoas que passaram a fazer atos públicos contra a violência e abusos da polícia, e o MLPA, composto por lideranças religiosas, lideranças sindicais, advogados e personalidades políticas de esquerda, buscou construir uma rede de solidariedade nacional e internacional pela libertação dos presos do Araguaia e pelo fim da violência no campo e os abusos da polícia. O MLPA também debatia a grave situação de violência cometida contra os trabalhadores rurais desta região pela polícia, pelo Grupo Executivo do Araguaia e Tocantins – GETAT, um dos tentáculos do Estado Ditatorial, além de apontar a democracia como um caminho para a libertação.



Lideranças religiosas e sindicais participam de manifestação pela Libertação dos Presos do Araguaia- MLPA e contra a violência no campo.

Fotografia publicada no blog de Paulo Fonteles Filho/2015.



- **A luta pela Reforma Agrária e Democracia: novos caminhos, alianças e desafios.**

Muitos estudos já foram realizados sobre a ocupação de terras do sul e sudeste do Pará, sendo que a maioria dos estudiosos aponta para os conflitos agrários surgidos no bojo desta ocupação regional incentivada pelos Governos Militares nas décadas de 1970-1980 como um ponto de grande inflexão. A migração foi tão intensa que em meados da década de 1970 já havia surgido os povoados de Redenção, Rio Maria e Xinguara, desmembrados de Conceição do Araguaia, em 13 de maio de 1982.

Entre alguns estudos realizados sobre a região vale sublinhar o produzido pelo professor Otávio Ianni, datado de 1981, onde ele analisa o processo de migração e a saga na luta pela terra. Ianni interpreta que o processo de ocupação das terras devolutas sempre foi fácil, não exigindo nenhuma formalidade antecipada. De acordo com o sociólogo, bastava (até pouco tempo) embrenhar-se na mata, limpar um trecho, plantar uma roça e demarcar com uma picada rústica a área de posse. Feito isto, o ocupante deveria fazer uma solicitação de título de posse, que mais tarde seria confirmada com título definitivo (IANNI: 1981, p. 113).

Nestas pelezas pela ocupação da Amazônia, levavam vantagem os fazendeiros, pelo fato de contarem com o apoio do governo federal. Para eles o governo criou mecanismos de fomento de apoio para a instalação de empreendimentos agropecuários na região. Desta forma a Amazônia

amansada na pata do boi e no revolver calibre 38. E, assim nasceram o Banco da Amazônia – BASA e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, instituições criadas, neste período e que davam incentivos fiscais aos latifundiários. O que fez acirrar, mais ainda, os conflitos entre posseiros e fazendeiros na disputa pela posse das terras. Na mesma toada de apoio ao latifúndio, o Estado criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT), com o intuito em promover uma possível regularização fundiária. Assim como as demais instituições e políticas públicas, estes órgãos atendiam ao interesse do grande capital e o aos latifundiários.

Dentre os pesquisadores que estudam a região do Araguaia Paraense, também conhecida como sul do Pará, destaca-se o padre Ricardo Rezende Figueira, mineiro de Juiz de Fora, que migrou para a região no final da década de 1970, onde foi ordenado padre na Diocese de Conceição do Araguaia, em 1979. Ricardo foi dirigente da Comissão Pastoral da Terra, sediada em Conceição do Araguaia, tendo uma atuação regional na defesa dos direitos humanos. Além de ouvir e registrar o depoimento dos posseiros injustiçados, ele documentava e denunciava a violência no campo, e exigia a responsabilidade dos governos em resolver os conflitos e garantir a paz.

Além da sua militância em favor dos direitos dos trabalhadores, os seus registros contribuíram para que ele publicasse sobre o cotidiano de pessoas marcadas pelos



conflitos ocorridos neste período de maior tensão e violência na região do Araguaia. Os dois primeiros livros relatam a sua experiência à frente à igreja e da CPT na Diocese de Conceição do Araguaia, fazendo uma análise da vida dos posseiros, dos conflitos pela posse da terra, e da própria violência agrária cotidiana nesta região.

Entre as suas publicações estão os livros “A Justiça do Lobo”, escrito em 1986 e “Rio Maria: Canto da Terra”, escrito em 1992. Este último com publicação nacional e internacional, com registros de um momento de muita tensão e violência. Posteriormente, como professor e pesquisador, Figueira também contribuiu com uma análise sobre a escravidão contemporânea, no seu livro “Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo”, publicado em 2004, onde sustentou a tese que mesmo proibida a escravidão continua a existir no campo brasileiro e precisa ser combatida pelos defensores dos direitos humanos. Podemos afirmar, que Ricardo não só escreveu, mas vivenciou e contribuiu em muitas das lutas dos camponeses pobres por justiça e paz no campo.

A história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, foi registrada por Ricardo Rezende Figueira em 1986. O padre relata desde as primeiras tentativas de uma organização camponesa formal, à fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, ocorrida em 1972 e a intervenção militar com a nomeação do interventor Bertoldo Siqueira de Lira. Discorre ainda sobre as lutas e retomadas do sindicato pela Oposição Sindical, lideradas por camponeses pobres.

João Canuto de Oliveira e José Alves de Carvalho, de Rio Maria integravam a Chapa de Oposição Sindical – Chapa 2, que concorreu às eleições do sindicato em Conceição do Araguaia, enfrentando Bertoldo Siqueira de Lira, apoiado pelos militares, em especial pelo

Major Sebastião de Moura – o Curió. A Chapa da Oposição era encabeçada pelo posseiro de São Geraldo do Araguaia, Raimundo Ferreira Lima, conhecido pelo apelido de “Gringo”. Antes da eleição, que estava marcada para ocorrer no dia 10 de junho de 1980, o sindicalista foi assassinado. Crime ocorrido no dia 29 de maio daquele ano.

A oposição sofreu um grande golpe e impacto com o assassinato de Gringo. Todavia, se rearticulou, assumindo seu lugar na Chapa 2, o posseiro Davi da localidade de Perdidos. De acordo com Ricardo Rezende foram momentos muito tensos em Conceição do Araguaia, sendo a primeira eleição cancelada por falta de quórum, e posteriormente outra tentativa de eleição foi feita. Entretanto, os militares novamente intervieram até garantir a permanência de Bertoldo no sindicato. Somente em 18 de agosto de 1985, outra diretoria tomou posse, após derrotar o interventor Bertoldo, em nova eleição do sindicato.

O programa da Oposição Sindical era bastante avançado do ponto de vista organizativo e político. Duas bandeiras de luta foram assumidas neste contexto ainda marcado pela ditadura militar: a Reforma Agrária e um Governo Democrático para o país. Os militantes defendiam ainda as pautas econômicas e sociais, além de exigirem liberdade de pensamento, o fim da violência e abusos da polícia (FIGUEIRA, 1981, p.62).

O relato de Roberto Neto da Silva, sindicalista, atesta que foi positivo para o movimento sindical o desmembramento dos municípios de Redenção, Rio Maria e Xinguara em 13 de maio de 1982. Pois os representantes das delegacias sindicais, ligados ao Bertoldo Siqueira de Lira e aos militares perderam a representatividade, e desta feita o grupo de Oposição Sindical buscou construir a autonomia, criando um sindicato junto à base nos novos municípios. A presente conjuntura enfraqueceu o sindicalismo pelego, imposto pelos militares em Conceição do Araguaia.

## • **A construção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria**

João Canuto, José Alves de Carvalho e Jesuíno Pereira, integrantes da Oposição Sindical em Conceição do Araguaia, junto com outros companheiros fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria – STR, em 28 de maio de 1983. Ainda faziam parte da Direção Provisória do STR Roberto Neto da Silva, Expedito Ribeiro de Souza, Manoel Neres de Oliveira, José Veloso de Arruda, José Maria Pereira Lima, Oneide Rosa da Silva, Creuza de Souza Oliveira, Erasmo Guimarães e Joaquim Antônio Rodrigues.

A diretoria do sindicato só foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 15 de janeiro de 1985<sup>[6]</sup>. Mesmo após a fundação do STR, os dirigentes sindicais ainda enfrentaram problemas para ter acesso à sede da antiga delegacia sindical, posto que lá permaneciam os representantes de Bertoldo, aliados dos militares. Após os tramites legais, João Canuto foi confirmado novamente, através de eleição, como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria.

João Canuto que havia participado do processo eleitoral como candidato à prefeito pela sublegenda do PMDB, tendo perdido a eleição para o fazendeiro Adilson Carvalho Laranjeira, estava novamente diante de um grande desafio: continuar a luta pela Reforma Agrária, defendendo o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), e também a luta pela democracia no Brasil. Neste sentido, esteve presente em vários movimentos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), da Central Única

---

<sup>[6]</sup> Veja a este respeito: PEREIRA, Luzia Canuto de O. Conflitos pela posse da terra em Rio Maria (1980-1997), (monografia), UFPA, Marabá – 2000, p.58.

dos Trabalhadores (CUT), e teve parcerias importantes como a de Paulo Fonteles de Lima e Ademir Andrade, políticos do campo da esquerda que tiveram uma atuação em defesa dos trabalhadores rurais da região.

O ano de 1984 – 1985 foram de intensas mobilizações e lutas. A década de 1980 é considerada a mais sangrenta na luta pela terra no Pará, em particular no sul e sudeste do Estado. Os conflitos sociais se intensificavam exigindo uma maior mobilização dos movimentos sociais que de forma organizada passaram a lutar por mudanças. O movimento social impulsionado pelas organizações de classe, religiosa e política e também pela necessidade concreta de mudanças fizeram grandes mobilizações em todo o Brasil.

MORTOS EM CONFLITOS DE TERRA - 1985			
DATA	NOME	MUNICÍPIO	COMO FOI
01.01	WILSON ADRIANO	XINGUARA	OT. N. II - AT
02.01	MIRIAM TEREZINHA	XINGUARA	OT. N. II - AT
03.01	JOHNIEL	XINGUARA	OT. N. II - AT
03.01	MIRIAM TEREZINHA	XINGUARA	OT. N. II - AT
04.01	ROSELIANE	VISEU	OT. N. II - AT
05.01	BOBÓ	VISEU	OT. N. II - AT
17.01	OSAIRS	RIOGRANDE	OT. N. II - AT
17.01	OSAIRS	XINGUARA	OT. N. II - AT
17.01	MIRIAM TEREZINHA	XINGUARA	OT. N. II - AT
17.01	MIRIAM TEREZINHA	XINGUARA	OT. N. II - AT
17.01	MIRIAM TEREZINHA	XINGUARA	OT. N. II - AT
20.01	OSAIRS	XINGUARA	OT. N. II - AT
24.01	OSAIRS	XINGUARA	OT. N. II - AT
25.01	JAIME	XINGUARA	OT. N. II - AT
01.01	OSAIRS	M. T. B. G.	CONTAG
01.01	OSAIRS	M. T. B. G.	FT
01.01	OSAIRS	M. T. B. G.	ESP
01.01	OSAIRS	M. T. B. G.	ESP
01.02	OSAIRS	M. T. B. G.	CONTAG
13.02	OSAIRS	M. T. B. G.	CONTAG
17.02	OSAIRS	M. T. B. G.	FETAEMA
19.02	OSAIRS	M. T. B. G.	FETAEMA
01.03	OSAIRS	XINGUARA	OT. N. II - AT
02.03	OSAIRS	XINGUARA	FETAEMA
05.03	OSAIRS	XINGUARA	OT. N. II - AT
06.03	OSAIRS	VISEU	OT. N. II - AT
06.03	OSAIRS	VISEU	OT. N. II - AT
06.03	OSAIRS	XINGUARA	OT. N. II - AT
17.03	OSAIRS	XINGUARA	OT. N. II - AT
17.03	OSAIRS	XINGUARA	OT. N. II - AT
20.03	OSAIRS	M. T. B. G.	CONTAG
20.03	OSAIRS	M. T. B. G.	CONTAG
23.03	OSAIRS	M. T. B. G.	CONTAG
23.03	OSAIRS	M. T. B. G.	CONTAG
03	OSAIRS	M. T. B. G.	OT. N. II - AT

Registro de assassinatos ocorridos no ano de 1985, onde possuem destaque as cidades de Rio Maria e Xinguara.

Fonte: arquivo do fotógrafo Miguel Chikaoka



Fotografia de 1984.

Fonte: imagem divulgada em redes sociais.

João Canuto, já militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B), ainda na clandestinidade, esteve presente em várias mobilizações a nível regional e nacional, onde defendia a reforma agrária como necessária para o homem do campo, ao mesmo tempo em que levantava a bandeira pela democracia no Brasil. A imagem de João Canuto, onde usa uma camiseta pelo voto livre, marca o período histórico de repressão e da luta pela liberdade e democracia no país.

Esta fotografia divulgada na internet, nos remete ao tempo em que João Canuto esteve na luta pelas Diretas Já. Nesta época, ele já pertencia às fileiras do PCdoB, mas sua filiação partidária data de dezembro de 1985. Junto com seus companheiros, João, integrava caravanas que participavam das mobilizações a nível regional, indo inclusive para Marabá e Belém participar de manifestações pelo direito de votar para presidente da República.

No bojo da campanha pelas Diretas Já, os trabalhadores rurais e urbanos debatiam e cobravam as pautas coletivas do movimento social, ampliando o leque de reivindicações que de certa forma desnudava a realidade concreta do Brasil, naquele momento histórico marcado por intensos conflitos sociais, de contradições de classe, sendo ferramenta fundamental para a ação com fins de intervenção e mudança.

Por outro lado, em defesa da propriedade privada também se juntaram alguns fazendeiros e políticos e fundaram em 1985, a

União Democrática Ruralista (UDR). Os membros da UDR passaram a agir de forma organizada com muita violência na defesa de seus objetivos. Um dos recursos usados residia na realização de leitões de gado com vistas a arrecadar dinheiro para a garantia de sua intervenção paramilitar. É neste contexto, que em 18 de dezembro de 1985, João Canuto de Oliveira foi brutalmente assassinado, com 18 tiros desferidos à queima roupa.



Registro jornalístico sobre o assassinato de João Canuto.  
Fonte: arquivo da CPT/Belém.

A morte de João Canuto foi planejada e decidida por um grupo de fazendeiros e políticos da região. Testemunhas como João Martins Arruda e Olinto (Semente) que foram depoentes no inquérito e no processo que apurava a morte de João Canuto, demonstraram como os fazendeiros foram audaciosos no planejamento, na contratação de pistoleiros, e por fim, na execução de João Canuto.

Movidos pela certeza da impunidade, posto a morte de Canuto chegou a ser anunciada e denunciada antecipadamente<sup>[7]</sup> pelo dirigente sindical. Amigos e a família de João Canuto se encontram para o último adeus a João: um momento de muita dor, emoção e protestos, marcaram os dias 18,19 e 20 de dezembro de 1985, às vésperas do natal.

Após o assassinato de João Canuto, seus familiares e amigos intensificaram a luta por justiça. Paulo Fonteles de Lima, Neuton Miranda e Jorge Lopes de Farias, membros da direção estadual do PCdoB estiveram ao lado da família de João Canuto cobrando das autoridades a apuração do crime, e punição dos envolvidos no bárbaro assassinato. O advogado Jorge Farias, amigo pessoal de João, assumiu sem nenhum honorário o acompanhamento do inquérito e do processo na Justiça.

Do mesmo modo atuaram os advogados e defensores dos direitos humanos Egidio Sales e Henri Burin des Roziers, dando uma contribuição valiosa também na mobilização nacional e internacional na luta por justiça. Vale destacar que a CPT, da qual fazia parte

---

<sup>[7]</sup> Veja a este Respeito: FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Rio Maria Canto da Terra. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro. 1992. FILHO, Moacyr de Oliveira. Rio Maria Terra da Morte Anunciada, Anita Garibaldi, São Paulo, 1991. PEREIRA, Luzia Canuto de O. Terra e Natureza: os assentamentos rurais de Rio Maria – (1974-2004), UFPA, Belém 2006. FEITOSA, Terezinha Cavalcante. Direito e Justiça na Amazônia: a força dos movimentos sociais, Jundiá, São Paulo, Paco: 2017.



Cortejo fúnebre de João Canuto em 20 de dezembro de 1985.

Fonte: arquivo da família.



Padre Ricardo Rezende e frei Henri des Roziers jogou um papel fundamental na mobilização e denúncias, seja através da CPT ou da Associação Comitê Rio Maria (criado em 1991), ajudando na luta contra a impunidade e a favor da justiça.



Frei Henri des Roziers, advogado da CPT no sul do Pará e estandarte com os mártires da luta pela terra da região.

Fonte: acervo da CPT de Marabá/PA.

Foi através de denúncia apresentada da CPT à Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, da Organização dos Estados Americanos – OEA, em maio de 1994, que o Brasil foi condenado em 07 de abril de 1998 pela demora de julgar o caso Canuto e também por não ter oferecido proteção à vida, após denúncia de Canuto sobre ameaça de morte<sup>[8]</sup>. Após a pressão nacional e internacional,

<sup>[8]</sup> Veja a respeito da condenação do Brasil pela comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, o relatório n° 24/98, caso 11.287, datado de 07 de abril de 1998, disponível em: <http://www.cidh.oas.org/annualrep/97span/Brasil11.27.htm>



Registro jornalístico sobre a condenação do Brasil na corte de Direitos Humanos na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Fonte: arquivo da CPT/Belém/PA

ocorreu o julgamento em Belém do Pará, em 22 e 23 de maio de 2003, sendo condenados o ex-prefeito Adilson Carvalho Laranjeira e o fazendeiro Vanuir Gonçalves Cardoso. Ambos foram condenados a mais de 19 anos de prisão e tiveram direito de recorrer em liberdade, se tornando foragidos da Justiça.

A fotografia a seguir, nos remete a um passado de violência em que se percebe a seletividade das mortes anunciadas. Gringo (1980), João Canuto (1985), Paulo Fonteles (1987) e Expedito Ribeiro (1991). Esta é apenas uma demonstração da violência que atingiu diretamente as lideranças camponesas de Rio Maria e Região, mas os números indicam uma quantidade maior de assassinatos: Belchior Martins (posseiro) (1982); os irmãos José e Paulo Canuto (1990); o sindicalista Braz Antônio e Ronan Ventura (1990) e Expedito Ribeiro de Souza (1991), e o caso

mais recente foi do Carlos Cabral (2019). Valdério, o sucessor de Canuto no STR, também sofreu atentado e Orlando Canuto foi vítima de sequestro e tentativa de assassinato, em que foram vítimas fatais os seus irmãos José e Paulo.



Da esquerda para a direita: Carlos Cabral, Ricardo Rezende, Valdério Pereira, Luzia Canuto e Roberto Neto da Silva. Na ordem anterior temos as fotografias de Paulo Fonteles, Raimundo Ferreira (Gringo), João Canuto e Expedito Ribeiro. Fonte: arquivo da família

As mortes anunciadas e a impunidade são marcas que permaneceram ao longo dos anos na história da luta pela terra no Estado do Pará. Tanto no caso de João Canuto, como dos irmãos José e Paulo Canuto os réus foram condenados. Entretanto, ninguém pagou pelos crimes. Todos os condenados permaneceram “foragidos”. Nos demais casos que se sucederam os responsáveis pelos crimes também não

foram punidos, aliás, apenas José Serafim Sales pistoleiro que matou Expedito e o mandante do crime, fazendeiro Gerônimo Alves de Amorim, foram condenados pela justiça, tendo o fazendeiro também uma condenação para pagar uma indenização à família de Expedito.

Por outro lado, é importante registrar que não há um assentamento rural nem em Rio Maria, nem na região que não tenha sido palco das lutas dos camponeses pobres. Entre 1997 a 2005, na região sudeste do Pará foram desapropriadas 134 fazendas, onde foram assentadas 16.556 famílias. Destes, 18 estão localizados no município de Rio Maria, onde foram assentadas 1340 famílias, dados do INCRA, citados por (PEREIRA: 2004 p. 44).



Conferência do PCdoB em homenagem à João Canuto - Rio Maria-PA, 18/12/2015. Família Canuto e amigos (Cleber Rezende, Paulo Fonteles e Wagna), Rio Maria 18/12/2015.

Fonte: acervo da família.

Familiares e companheiros de João Canuto se reuniram para homenageá-lo. Nas lembranças, uma frase proferida por ele, quando soube dos riscos que corria: “Morro, mas a semente fica”. A semente plantada por João Canuto, sem dúvida, é a luta pela vida, pela terra, pela democracia, pelo fim da violência e pela paz. Somos nós, seus filhos e companheiros, que sentimos no dever e no compromisso de continuar carregando as suas bandeiras de luta, acreditando sempre na possibilidade de construir um mundo melhor. Neste momento de crise por qual passa o nosso país, João Canuto, nos faz sentir fortes e capazes de lutar. João Canuto presente! Vamos esperar!

## • Referências

ADRIANCE, Madeleine Cousineau. Terra prometida: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais. São Paulo, Paulinas, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989). In: LÉNA Philippe e OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (org.). Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

BECKER, Bertha K. Amazônia. Série Princípios. São Paulo, Ática, 5ª Edição, 1997.

FEITOSA, Terezinha Cavalcante. Direito e Justiça na Amazônia: a força dos movimentos sociais, Jundiaí, São Paulo, Paco: 2017.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende, A Justiça do Lobo: Posseiros e padres do Araguaia, Petrópolis, Vozes: 1986.

\_\_\_\_\_, Ricardo Rezende. Rio Maria Canto da Terra. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro. 1992.


FILHO, Moacyr de Oliveira. Rio Maria Terra da Morte Anunciada, Anita Garibaldi, São Paulo, 1991.

PEREIRA, Luzia Canuto de O. Terra e Natureza: ao Assentamentos Rurais de Rio Maria (1974-2004), UFPA, Belém, 2006 p. 46.

\_\_\_\_\_, Luzia Canuto de O. Conflitos pela posse da terra em Rio Maria (1980-1997) - (monografia), UPFA, Marabá - 2000.

PEREIRA, Luzia Canuto de O. Terra e Natureza: os assentamentos rurais de Rio Maria - (1974-2004), UFPA, Belém 2006.

Relatório n° 24/98, caso 11.287, datado de 07 de abril de 1998, disponível em: <http://www.cidh.oas.org/annualrep/97span/Brasil11.27.htm>.



Sabiá nossas vidas  
não é muito diferente  
o meu peito esta sentido  
tudo que seu peito sente  
você ai a cantar  
eu aqui a improvisar  
a vida de nossa gente

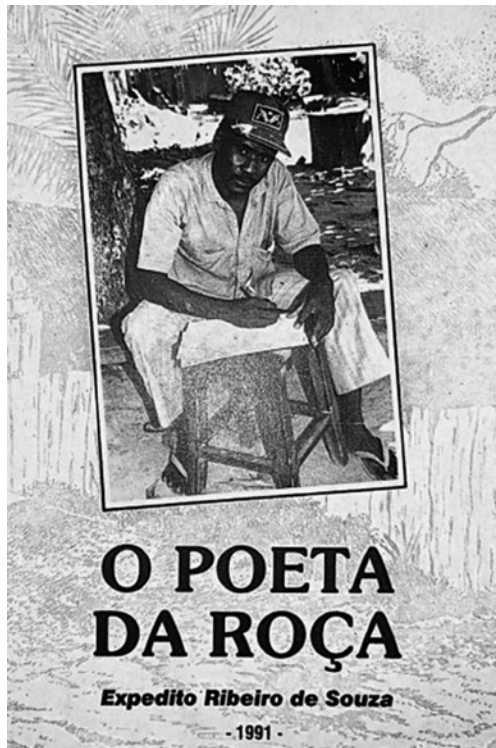
Seu cantar é o mais sentido  
dos pássaros do meu sertão  
alguém te fez prisioneiro  
fechado nesta prisão  
Tu canta para não chorar  
este seu triste cantar  
implora a libertação

Sabiá prisioneiro  
privado da liberdade  
eu também sou prisioneiro  
vivendo aqui na cidade  
bem longe do meu sertão  
está o meu coração  
ferido pela saudade!

Expedito Ribeiro.  
O canto negro da Amazônia. 1991

# EM MEMÓRIA DE EXPEDITO RIBEIRO DE SOUZA: MIGRANTE, LAVRADOR, SINDICALISTA E POETA.

José Ribeiro de Sousa<sup>[1]</sup>



Arquivo da CPT, Belém/PA.

---

<sup>[1]</sup> Sobrinho de Expedito Ribeiro, técnico em agropecuária, historiador, membro do Comitê Rio Maria, militante do PC do B e proprietário de uma borracharia em Rio Maria - PA. E-mail: jagrimersura@gmail.com



Rio Maria, pacata cidade do sul do Pará, ganhou notoriedade no Brasil e no mundo por conta de assassinatos dos defensores e das defensoras da reforma agrária na década de 1980, e as subsequentes. Um exemplo disso, foi a execução de Expedito Ribeiro de Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria (STRRM), ocorrida no dia 02 de fevereiro de 1991.

O contexto era marcado pelo fim recente da ditadura militar. Período de grande repressão, uso abusivo da violência contra seus opositores, censura à imprensa, prisões, sequestros, torturas e assassinatos. Apesar do cenário, os movimentos sociais intensificavam a sua organização, a tomada dos sindicatos do controle dos pelegos, na luta por liberdade, igualdade, justiça social e a reforma agrária.

A presente historiografia tem por objetivo recuperar parte da trajetória de vida e luta de Expedito Ribeiro de Souza: sindicalista, negro, poeta e comunista. Um dos milhares de brasileiros, que a partir da década 70, chegaram ao Estado do Pará em busca de um pedaço de terra.

Expedito inicia sua atuação sindical na década de 1980, ainda sob o clima do regime militar. Naquele momento, o movimento sindical empenhava esforços na criação de delegacias sindicais com o intento de fortalecer a oposição sindical contra as ações dos dirigentes considerados pelegos. Tomar o sindical era a ordem do dia. Nesta trincheira, em 1983, Expedito colabora na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria (STRRM), juntamente com vários companheiros e companheiras.

No ano de 1984, Expedito e seus companheiros colocam em prática uma política de apoio à ocupação de terra improdutiva, combate e denúncia do trabalho escravo nas fazendas, busca por crédito, assistência técnica, entres outras ações em defesa dos trabalhadores. As ações da

oposição sindical passaram a incomodar os fazendeiros, que, em represália, dão início a uma sistemática de perseguições, ameaças e execuções dos camponeses e dirigentes. Apesar da conjuntura, em 1988, Expedito sai candidato a prefeito de Rio Maria pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), ficando em quinto lugar entre sete candidatos. Foi a primeira eleição após o encerramento formal da ditadura militar.

Como dito antes, o dirigente comunista pelo partido que protagonizou a Guerrilha do Araguaia tombou em fevereiro de 1991. Quase uma década após o crime, em 2000, pela primeira vez na história da luta pela terra no estado do Pará, um fazendeiro vai ao banco dos réus e é condenado pela morte de Expedito. Neste combate em busca por justiça, é relevante realçar a importância da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no

Expedito Ribeiro de Souza, brasileiro, negro, poeta e comunista, nasceu em 13 de agosto de 1947, na cidade de Governador Valadares, em Minas Gerais. Era filho de João Ribeiro de Souza e Maria Germana da Silva, ambos trabalhadores rurais. Desde criança ajudava seus pais nos trabalhos na roça. Era dono de pouco estudo. Todavia, aprendeu a ler e escrever. Desde jovem manifestava habilidade em construir versos. Lia todos os romances e poesias que encontrava. Contudo, somente após aportar em terras paraenses, ele passou a fazer poemas como: "Norato Gomes, a fera do Maranhão", "Cova do Medo", "O Silêncio", "Homenagem a João Canuto", "O Poeta da Roça" e tantos outros.

combate à impunidade e denúncia das injustiças no campo amazônico. O presente trabalho tem como missão apresentar a luta e a morte de Expedito e os desdobramentos dela na região de Rio Maria.

Com relação ao convívio dele com o trabalho com a terra, no poema “Poeta da Roça”, assim Ribeiro se escuda na simplicidade para descrever e reconhecer o seu universo:

Eu sou poeta da roça, eu tenho pouca instrução, mas na escola da vida, aprendi sem ter lição, foi inspiração divina, que mim deu essa noção, e agora voz peço licença, para vus falar a verdade, mesmo sem ter português, vou usar sinceridade, de aqui dizer meus versos, na minha realidade, não e os versos bonitos do clássico literatura, se de um poeta roceiro, que viver da agricultura, são rimas simples e singelas, de um homem sem formatura, mas a rima que nasceu da minha simplicidade, vivendo lá no sertão, bem distante da cidade, contemplando a natureza, no mundo de solidade, talvez não tem valor os versos que aqui apresento, escrito por um poeta de pouco conhecimento, só pobrezinho e singelo mais cheio de sentimento.

Expedito, aonde chegava, já fazia um verso do momento ali vivido. No filme “Expedito em Busca de Outros Nortes”, a sua irmã, Agda Ribeiro, conta:

Expedito foi para a escola. A professora chamava Angelina. Ali, ele estudou quase dois anos. Dispôs meu pai vendeu ali e veio pra essa terra, daqui de Colatina. Expedito gostava de ler. Ler verso, tudo. Ele gostava. Tudo ele gostava de ler. Rumasse como sempre ele lia. Pavão misterioso, a vaca misteriosa, aquilo ele cantava de

corir. E de corir, ele não pegava mais nos livros. Ele estudou aqueles livros. Ele pegava e cantava de corir. Agora sabemos da notícia que meu irmão tinha sido assassinado, que soube tudo da vida dele. Que era poeta, que onde chegava, já dizia um verso.

Expedito casou com Maria José Macedo em 1966, quando somava apenas 19 anos. Com Macedo teve 10 filhos. No ano de 1968, Expedito e seu irmão, Salvador, sua irmã, Izabel, seu pai, João, e sua mãe, Maria, mudaram para o estado de Goiás. Eles trabalharam uns três anos como arrendatários nas fazendas da região. No ano de 1971, eles conseguiram comprar uma propriedade de 60 hectares na região de São Miguel do Araguaia, no estado de Goiás. No roçado, cultivavam arroz, milho e outras culturas. Sobrevivências.

No século passado, há dois anos da Copa do Mundo da Argentina, em 1976, os militares, sob o slogan que dizia “Terra sem Homens, para Homens sem Terra”, anunciavam, via emissoras de rádio, que na Amazônia a terra era abundante. Em particular no Pará. Assim, Expedito e seus familiares decidiram mudar para o estado amazônico. Na época, a missão dos “milicos” era “ocupar” a região Norte. Jesuíno Pereira assim descreve a situação:

Eu morava na região de São Miguel do Araguaia, Goiás, desde 1965, lá conheci o compadre Expedito. Nós vivíamos do cultivo da terra, plantávamos arroz, milho, batata, amendoim, a mandioca para fazer a farinha. Criávamos galinha, porco. Eu tinha umas duas vacas para a tira do leite para as crianças. O compadre gostava mais da criação de porcos e galinhas e de plantar. A partir de 1974, começou uma forte campanha do governo federal, que dizia que no Pará estava distribuindo terra. Eles ainda falava: “Terra sem ho-

mem, para homem sem terra”. Então eu vim em 1974 para o Pará e o compadre Expedito e sua esposa, o seu irmão, Salvador Ribeiro, sua cunhada, Ana, sua irmã, Izabel Ribeiro, sua mãe, Maria Luzia, João Ribeiro, seu pai, mudaram pra o Pará, no ano de 1976.

Segundo o governo, a ideia do projeto residia em reduzir as desigualdades regionais e sociais, além de valorizar o homem do campo. E, assim, criou em 1980 o GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins), com o objetivo de viabilizar o assentamento dos trabalhadores que não tinham terra. Todavia, isso não aconteceu. Uns gatos pingados apenas conseguiram uma terra. Na verdade, o projeto colaborou para ajudar os grandes empresários e o grande latifúndio. É tão verídico que o governo cria vários órgãos de incentivos financeiros, como: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), para atrair investidores privados, nacionais e internacionais. Segundo Pereira (2002), na década de 70, o governo federal criou a SUDAM como uma política de incentivo fiscais para viabilizar a implantação de grandes empresários do ramo agropecuário.

Os grandes projetos na Amazônia provocaram uma migração em massa de famílias pobres à procura de um pedaço de terra. Pessoas vinham de várias partes do país. Mas, a maioria era oriunda do Centro-Oeste e do Nordeste. Segundo Canuto (2006, p.22), a História de ocupação regional, especialmente do “sul do Pará”, a partir da segunda metade do século XX, portanto, foi pautada sob modelo de desenvolvimento regional com base na grande pecuária extensiva, dinamizada com a construção de rodovias como estratégia de integração física.

Entretanto, devido ao ritmo acelerado de trabalhadores que chegavam, o INCRA não conseguiu assentar todos. A situação pro-

vocou no sul e sudeste do Pará um clima de muita tensão social. De um lado o grande latifúndio, do outro o trabalhador rural. Uma disputa que envolveu diversos atores sociais, como: trabalhadores rurais, membros religiosos ligado à Igreja Católica, pistoleiros, intermediários entre o fazendeiro e o pistoleiro, milícias armadas, representantes do governo federal na área de colonização, policias militar, civil e federal e órgãos da justiça. Segundo Canuto (2006, p. 21), na década de 1970, quando o INCRA tentou delimitar a área, desencadeou várias situações de conflitos, que envolveu grupos de posseiros há anos estabelecidos na região.

Neste contexto, uma parcela da Igreja Católica alinhava-se à luta dos camponeses, a exemplo da bela experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que, em sua maioria, eram compostas por trabalhadores rurais. As CEBs foram fundamentais nos processos de organização das delegacias sindicais, dos sindicatos, das associações de trabalhadores, das cooperativas, entre outras experiências. Pereira (2015, p.250) adverte que nesse período os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) eram coordenados por pessoas que tinham ligações com proprietários rurais e com os aparelhos de Estado.

Num cenário marcado pela violência, era recorrente posseiros serem obrigados a negociarem suas posses por preços fora realidade. Os que resistiam eram expulsos pelas milícias dos fazendeiros. As polícias eram cúmplices, e, muitas vezes, operavam na mesma direção da jagunçagem dos grileiros nas ações de expulsão dos camponeses. Prendiam e torturavam. Pereira (2015) reflete que os posseiros que viviam em suas posses há anos eram pressionados pelos agentes do GETAT a saírem de suas posses, alegando que o grande proprietário tinha a documentação da terra. O órgão do Estado funcionava a serviço do grande latifúndio, realizava despejo das famílias com o apoio

da polícia, operava em ações de intimidação e mediava assassinatos de trabalhadores por pistoleiros.

Foi neste terreno, marcado por profunda injustiça social, que Expedito Ribeiro de Souza cerrou fileiras junto aos trabalhadores rurais e ao povo empobrecido, num processo marcado pela conjunção da mística religiosa, política e a luta sindical em direção à tomada da consciência de classe. Assim, somou esforços junto aos camaradas João Canuto, Roberto Neto, Valderir Pereira, José Alves, José Arruda, Elias Simão, entre outros. Além da consciência coletiva de classe, uma injustiça sofrida pelo próprio Expedito o impulsionou a somar fileiras na luta popular.

A injustiça contra Expedito aconteceu quando ele trabalhou para o fazendeiro Adalberto, fazendo serviços de roçado e derrubada de mata nativa em uma área de 15 hectares. Ao contrário do combinado, o fazendeiro pagou a metade do valor. Além de não pagar o acordado, após um certo tempo, Expedito foi intimado a comparecer à delegacia. Expedito contou o ocorrido ao padre, ao senhor Alvarino Gonçalves, e mais cinco companheiros. A turma foi à delegacia pedir que fossem presos no lugar do sindicalista, posto o mesmo ter seis filhos para sustentar. O delegado desistiu de prender Expedito. Alvarino Gonçalves recupera que:

Expedito chegô em mim e disse que tava fazendo um servicin para o Adalberto de dois arqueiro de derrubada de mata: “Terminei o servicin, ele não mim pagou o restanti do dinheiro, que é o valor de um arqueiro de derrubada, e o escrivão de polícia mim entregou uma intimação para eu ir à delegacia. Então, resovi vim convidá meus amigo e companheiros. Já falei com o padre e outros companheiro.”. Aí eu falei a Expedito que deixasse nos ir

na frente, pa conversar com o delegado. Quando cheguei na delegacia, falei: “Eu estou aqui porque querem prender Expedito. E si for prender Expedito, mim prender, porque eu tem um caminhão véio e um fii, já de maioridade, que pode trabaia e sustentar minha família. Já Expedito é pai de seis fio. Si prender ele, a família dele vai passar fome.”. Depois da pressão, o delegado desistiu de prender Expedito.

Expedito Ribeiro de Sousa e seus companheiros integravam as CEBs. Eram pessoas que organizavam as celebrações, terços, novenas, ciclos bíblicos, rezas. Com incentivo das CEBs e da CPT, passaram a participar da luta sindical e política. Expedito e seus companheiros apoiavam o Elias Simão como delegado sindical de Rio Maria, distrito do município de Conceição do Araguaia. O delegado representa o distrito junto aos órgãos do Estado. A avaliação da categoria é que o senhor Elias Simão fez um belo trabalho em defesa dos trabalhadores rurais.

Naquela conjuntura, o problema não era a delegacia, era o sindicato. Expedito e seus companheiros avaliavam que não estavam bem representados. A delegacia sindical foi o primeiro passo para trabalhar na tomada do sindicato das mãos dos pelegos. Naquele momento, o INCRA e o Getat nomeavam pequenos fazendeiros para a direção dos sindicatos



de trabalhadores rurais. Segundo Pereira (2015), a Igreja Católica, por meio das suas entidades, como a Comissão Pastoral da Terra e as Comunidades Eclesiais Base, contribuiu com os trabalhadores rurais, assessorando juridicamente, nas formações, tanto para se organizar, quanto politicamente.

Elias Simão ficou à frente da delegacia sindical do distrito de Rio Maria até abril 1982, quando se afastou para ser candidato a vereador, sendo eleito o vereador mais bem votado daquele ano, que era o mesmo da emancipação política de Rio Maria. Em 1980, era ano de eleição para eleger a nova diretoria do sindicato dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia. Duas chapas concorriam. Uma representava a situação, composta por pessoas indicadas pelo governo militar e do grande latifúndio, pequenos e médios fazendeiros, pautada por uma política assistencialista, que viabilizava consultas médicas e extrações de dentes. Uma política conformista em total alinhamento com a ordem vigente.

Já a chapa de oposição, era integrada por trabalhadores rurais com e sem terra. O candidato a presidente era o senhor Raimundo Ferreira Lima (o Gringo), grande liderança política. Religioso, membro das CEBs, e defensor dos trabalhadores. Nada era tranquilo naqueles dias. Tanto que em uma situação de confronto entre as duas chapas, João Canuto de Oliveira, companheiro de Expedito e de Gringo, teve uma costela quebrada por um segurança do então

presidente do sindicato, Bertoldo Lira. Filho (1991: p.52) esclarece que boa parte do quadro da chapa de oposição vinha das formações de pessoas ligadas às CEBs e a CPT, instituições da Igreja Católica, que orientavam os trabalhadores nas organizações sindicais e política. Apesar de oposição contar com a maioria dos sócios, a chapa da situação venceu as eleições, utilizando todo os meios legais e ilegais.

A emancipação política de Rio Maria ocorreu em 1982. Já no ano de 1983, com o apoio e assessoramento do então deputado estadual e advogado Paulo Fonteles Lima, Expedito Ribeiro de Souza, João Canuto de Oliveira, Roberto Neto (o Robertinho) e outros, fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria (STRRM). Em processo democrático em uma grande assembleia, os trabalhadores escolheram por unanimidade Expedito Ribeiro de Souza como tesoureiro, em chapa encabeçada por João Canuto como presidente, Valderir Pereira como vice-presidente, Roberto Neto secretário. E assim, em plena ditadura militar, nascia no sertão da Amazônia uma entidade classista e progressista em oposição à grande opressão, perseguição e assassinatos que vitimavam os trabalhadores rurais.

As principais bandeiras da luta do sindicato residiam em organizar as delegacias sindicais na defesa dos trabalhadores rurais, presença do STTR em áreas litigiosas, apoio em ocupações nas áreas improdutivas, combate ao trabalho escravo e denúncia de violência contra os trabalhadores junto a OAB, ao INCRA e ao Ministério da Justiça e Ministério Público. Por conta do delicado cenário de luta pela terra nesta região e ação do sindicato, Expedito e seus companheiros começaram a receber ameaças de morte. Os mesmo registraram várias ocorrências na delegacia de polícia. As autoridades nada fizeram para garantir a proteção dos sindicalistas.

E, assim, graças à omissão e cumplicidade dos poderes constituídos da época, João Canuto de Oliveira foi assassinado com 18 tiros desferidos à queima roupa, às 18 horas do dia 18 de dezembro de 1985, por dois pistoleiros a mando dos fazendeiros Adilson Carvalho de Laranjeira (ex-prefeito de Rio Maria) e Vantuir Gonçalves, proprietário da fazenda Estrela do Pará. Crime que ainda hoje está impune. Nem os assassinos e tão pouco os mandantes foram presos.

Com a morte de Canuto, Expedito segue à frente do sindicato. Na condição de delegado, passa a representar a instituição dos trabalhadores em vários congressos, tanto a nível estadual, quanto ao nacional. Em 1990, participa do congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do ato de 1º de Maio, realizado na Praça da Sé, em São Paulo. Na oportunidade, denuncia a violência contra os trabalhadores rurais no sul e sudeste do Pará, e cobra as autoridades judiciais pelas mortes de seus companheiros: Braz, Ronan, José, Paulo Canuto e de Orlando, ferido à bala em uma emboscada. Sobre o episódio Orlando Canuto recorda que:

Expedito estava em Belém desde o dia 10 de abril, depois das mortes dos companheiros Braz e Ronan, que ocorreu no dia 02 de abril daquele ano. O nome do companheiro Expedito constava na lista para morrer. Por isso foi para Belém, pois era uma forma de sobreviver. Quando companheiro Expedito já estava em Belém, sequestraram eu e meus irmãos. Mataram José e o Paulo. Eu fui baleado. Então, o companheiro Expedito foi ao Estado de São Paulo e fez a denúncia das chacinas, no 1º de Maio daquele ano, na Praça da Sé, momento que estavam presentes grandes lideran-

ças dos movimentos sociais e políticas do país. Companheiro Expedito participou também do congresso da CUT, denunciando os assassinatos contra os seus companheiros.

A luta pela terra no Pará é aridez. A perseguição contra Expedito e seus companheiros permanece. Após o assassinato de João Canuto, Valderir Pereira assume a coordenação do sindicato por um período muito curto por conta das ameaças. Num momento, Pereira, ao se **deslocar** para a sua posse, em área próxima à fazenda Canaã, marcada por litígio, sofreu emboscada de dois pistoleiros. O dirigente foi mais rápido e eliminou um dos pistoleiros, enquanto o outro fugia. Com a situação, Pereira foi obrigado a ficar escondido, e em seguida se apresentar à justiça em Belém, onde respondeu o processo em liberdade. Contudo, os fazendeiros entraram com recurso para prender o sindicalista. Assim, Valderir Pereira foi obrigado a fugir e abandonou a coordenação do STR de Rio Maria.

Em 1987, Expedito perde outro grande companheiro: Paulo Fonteles Lima, advogado, que sempre esteve em defe-

**Insegura, a família Canuto está vivendo hoje na clandestinidade**

Por estarem correndo risco de vida, os sobreviventes da família Canuto estão na clandestinidade. A denúncia foi feita ontem pelo presidente do Sindicato Regional do Pará, Newton Miranda, que estava no Hospital dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Espetina, município de Órlândia Canuto. Assim, pais e parentes da família Canuto, que ainda permanecem em Rio Maria, também estão sendo ameaçados de morte pelas matanças de chacinha na qual foram mortos José e Paulo Canuto, Gerônimo da Oliveira e Gerônimo Fereira Marques, os quais, apesar de estarem com suas grilhões preventivos decretados, continuam em liberdade. Segundo Newton, os Canuto estão vivendo da vida de "masa" mas não pretendem pa-

rar de lutar pelo direito dos trabalhadores rurais". Newton Miranda disse que a omissão do governo está incentivando o aparecimento de um Justiciero naquele região, nos moldes do gatilheiro Quintão.

Orlando Canuto, único sobrevivente da chacinha, contou que a Polícia Federal e as autoridades "estão desmoralizadas, pois deixam em liberdade os envolvidos no extermínio dos lavradores". Segundo ele, "o Governo do Estado deveria intervir na situação crítica dos latifundiários, que levam o terror às famílias dos lavradores". No início da semana, contou Newton Miranda, uma pessoa desconhecida, portando arma, esteve no Hospital dos Servidores do Estado à procura de Orlando Canuto, quando saber se ainda estava internado e onde residia atualmente. Orlando Canuto disse ter recebido proteção policial apenas durante os 20 dias em que esteve internado no HSE.

Agora, ele vem recebendo prisão de amigos, do PC do B e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, pois está vivendo com sua família — mulher, mãe e mais três irmãos —, na clandestinidade, "enquanto os mandantes dos crimes permanecerem soltos".

Segundo Newton Miranda, também estão sendo ameaçados de morte Expedito Ribeiro de Sousa, o padre Ricardo Bensele, Filadelfo Guimarães, João Martins, indomável do assassinato de João Canuto (pai de Orlando), e que foi emboscado há duas semanas; e o presidente do sindicato municipal do PSB em Rio Maria, João Bernardes. Newton também fez a seguinte afirmação: "Nem no tempo em que vivi dez anos de exílio corri tanto risco de vida".

Ele informou que tenta entrar em contato com a direção nacional do PC do B para tentar conseguir uma audiência com o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, e fim de tratar da violência no Estado. "Denúncias e pedidos sobre o assunto já foram feitos ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Almir de Lages Pereira, e ao Procurador-Geral de Justiça, Maurício Crippa, mas até o momento não houve nenhuma resposta, com o crime se repetindo e se aprofundando".

**Socorro não tem proteção**

O Partido Comunista do Brasil (PC do B) através de seu ministro da Justiça, Bernardo Cabral, solicitando a volta do proteção dada pelo Polícia Federal à família de Newton Canuto desde o início de março. No dia 18 de maio, alegando falta de competência para oferecer proteção aos serviços, a PF recusa a solicitação. O presidente regional do PC do B, flutua Ricardo Salgado, disse que também houve recusa ao PC do B, flutua Flávio Octavio, coordenador regional do Polícia Federal no Pará, recomendando a retirada de proteção policial e recomendar a recomendar, sendo a PF "por qualquer caso de julgamento" devido à ameaça de morte por Newton Canuto tem sido.

No documento enviado a Bernardo Cabral, PC do B, flutua Flávio Octavio, coordenador regional do Polícia Federal no Pará, recomendando a retirada de proteção policial e recomendar a recomendar, sendo a PF "por qualquer caso de julgamento" devido à ameaça de morte por Newton Canuto tem sido.

**Ministral de Bolso** "As autoridades do Estado, Newton Miranda também que "no entanto possivelmente uma pessoa desconhecida, portando arma, esteve no Hospital dos Servidores do Estado a procura de Orlando Canuto, quando saber se ainda estava internado e onde residia atualmente. Orlando Canuto disse ter recebido proteção policial apenas durante os 20 dias em que esteve internado no HSE."

No início da semana, contou Newton Miranda, uma pessoa desconhecida, portando arma, esteve no Hospital dos Servidores do Estado à procura de Orlando Canuto, quando saber se ainda estava internado e onde residia atualmente. Orlando Canuto disse ter recebido proteção policial apenas durante os 20 dias em que esteve internado no HSE.

Agora, ele vem recebendo prisão de amigos, do PC do B e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, pois está vivendo com sua família — mulher, mãe e mais três irmãos —, na clandestinidade, "enquanto os mandantes dos crimes permanecerem soltos".

Segundo Newton Miranda, também estão sendo ameaçados de morte Expedito Ribeiro de Sousa, o padre Ricardo Bensele, Filadelfo Guimarães, João Martins, indomável do assassinato de João Canuto (pai de Orlando), e que foi emboscado há duas semanas; e o presidente do sindicato municipal do PSB em Rio Maria, João Bernardes. Newton também fez a seguinte afirmação: "Nem no tempo em que vivi dez anos de exílio corri tanto risco de vida".

Ele informou que tenta entrar em contato com a direção nacional do PC do B para tentar conseguir uma audiência com o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, e fim de tratar da violência no Estado. "Denúncias e pedidos sobre o assunto já foram feitos ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Almir de Lages Pereira, e ao Procurador-Geral de Justiça, Maurício Crippa, mas até o momento não houve nenhuma resposta, com o crime se repetindo e se aprofundando".

Registro jornalístico da época.

Fonte: arquivo da CPT, Belém/PA

sa dos trabalhadores rurais de Rio Maria e todo sul do Pará. Mais um crime marcado pelo manto da impunidade. Neste período, Expedito estava na lista dos marcados para morrer. Por conta das ameaças, ele foi obrigado a se deslocar para Belém. O sobrinho João Santos Ribeiro o acompanhou. João rememora que:

Naquele ano de 1990, assassinaram Braz e Ronan e vinte dias depois sequestraram os três filhos de João Canuto. Mataram José e Paulo Canuto, Orlando saiu baleado. O tio Expedito seria a próxima vítima. Ele tinha que sair da cidade por um tempo. Aí ele pediu para eu ir com ele para Belém. Saímos da cidade de Rio Maria escondidos em um Jeep do padre, que nós levamos até a cidade de Xinguara para que ninguém percebesse. Foi uma viagem muito difícil porque temiam que algum pistoleiro pudesse nos seguir para assassinar o tio em alguma das paradas do ônibus. O momento era de muita apreensão e tensão. Na travessia da balsa, tínhamos a impressão que havia um homem de boné preto que nos seguia. Mas, era somente o medo de uma emboscada. Qualquer movimento suspeito já era motivo de desconfiança. Enfim, conseguimos chegar a Belém sãos e salvos dos jagunços do latifúndio.

No ano de Constituinte, em 1988, Expedito Ribeiro de Souza, militante comunista, saiu candidato a prefeito de Rio Maria. O dirigente sindical tinha como vice-prefeito a camarada Luzia Canuto, filha de João Canuto. Eles disputaram aquele pleito sem dinheiro para campanha, andando a pé ou de bicicleta. Eram os candidatos pés de chinelos. Apesar de todas as dificuldades e desvantagens quanto às condições de campanha, a chapa ficou em quinto lugar entre as

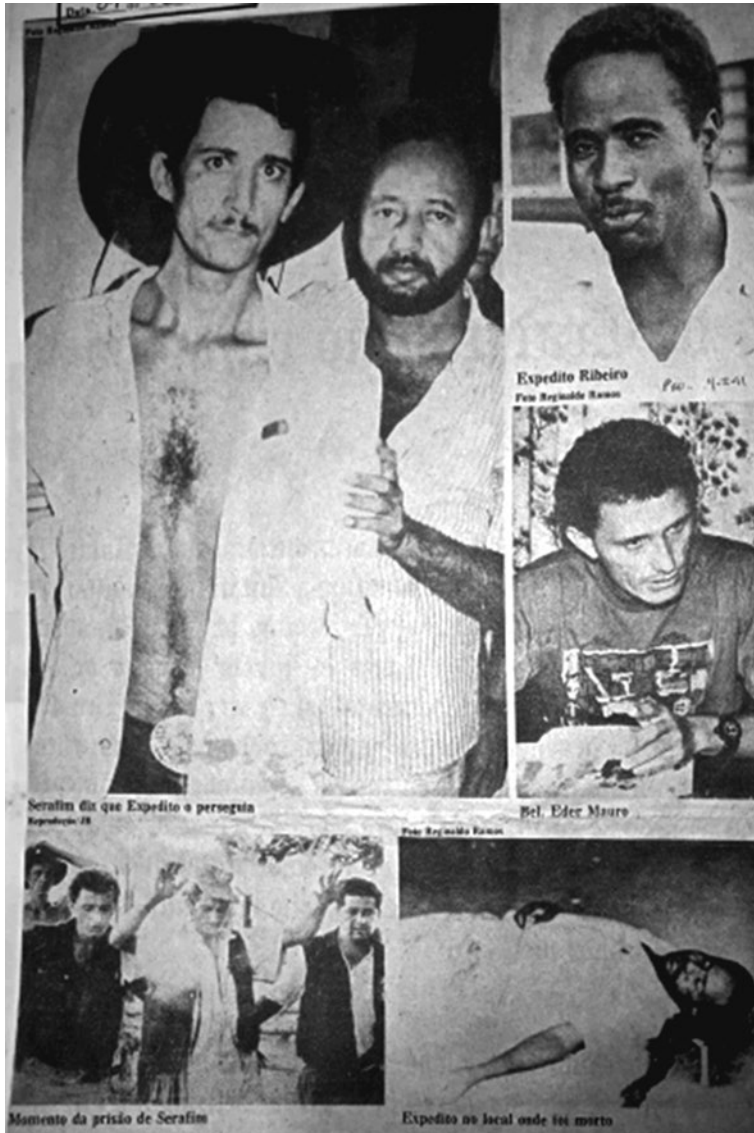
sete chapas que concorriam, conseguindo alcançar 503 votos em uma campanha do tostão contra um milhão. Apesar de todas as adversidades e violências, os comunistas de Rio Maria conseguiram mostrar a sua força na cidade. Orlando Canuto conta que:

Nenhuma das agremiações políticas da época aceitou uma coligação com o Partido Comunista do Brasil. Nem mesmo o João Bernardo, que era de um partido de esquerda. Havia preconceito e muita discriminação para com nós do sindicato e do PC do B. Então resolvemos lançar Expedito para prefeito e minha irmã Luzia para vice. Luzia era muito jovem e Expedito era do movimento sindical. Nossas reuniões e comícios eram perseguidos por todos os outros candidatos. Eles tinham sons potentes, chegavam e abafavam as nossas reuniões e comícios. O nosso som era fraco. Expedito e Luzia faziam campanha a pé, de bicicleta e sem dinheiro. Mesmo assim, a chapa encabeçada por Expedito ficou em quinto lugar, com 503 votos, entre sete candidatos. João Bernardo ganhou a eleição, mas foi tomada pelo candidato dos fazendeiros, grupo que tinha muita influência na região. Neste percurso o Sebastião Emídio de Almeida (Tião Aranha), ganha a eleição e se torna o segundo prefeito de Rio Maria.

Pará é terra encharcada de sangue de camponês. No dia 02 de fevereiro de 1991, às vinte horas, o pistoleiro José Serafim de Sales dispara contra Expedito Ribeiro de Souza, o então presidente do Sindicato

dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, no sul do Pará. Expedito é assassinado a mando do fazendeiro Jerônimo Alves de Amorim. O crime repercutiu nacional e internacionalmente. Em todos os noticiários estava estampada a notícia do assassinato do presidente do sindicato de Rio Maria, Expedito Ribeiro. O segundo presidente a ser assassinado. Rio Maria vira manchete em todos os jornais do Brasil e do mundo.

José Serafim de Sales (Barrerito), pistoleiro que assassinou Expedito, foi preso na propriedade da sua mãe, localizada próximo à fazenda Mogno, no município de Rio Maria. A prisão aconteceu oito dias após a morte do sindicalista. O pistoleiro permaneceu preso na penitenciária em Marabá. Foi julgado em agosto de 1995, sendo condenado a 25 anos de prisão em regime fechado, pelo Tribunal do Júri do Pará. O réu cumpriu um terço da pena em regime fechado e estava cumprindo pena no semiaberto. Em seguida Serafim foge para os Estados Unidos, mas foi reconhecido e preso pela Interpol, depois é transferido para Belém. Assim o site Repórter Brasil noticiou o ocorrido.



Registro jornalístico da época do assassinato de Expedito Ribeiro, e as pessoas envolvidas no episódio.

Fonte: arquivo da CPT/Belém.



Notícia do dia 04/06/2006: pistoleiro condenado a 25 anos de prisão pela morte do sindicalista em Rio Maria, José Serafim Sales fugiu da cadeia, em Marabá, e foi reconhecido por brasileiros em Boston. O pistoleiro José Serafim Sales, o Barreiro, condenado a 25 anos de prisão pela justiça paraense, em 1991, pelo assassinato do então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, no sul do Pará, Expedito Ribeiro de Souza, foi preso em Boston, nos Estados Unidos, segunda-feira, dia 25, numa comunidade de brasileiros. O criminoso foi mostrado no programa “Linha Direta”, da Rede Globo. Sales teve sua casa cercada pela polícia americana e se rendeu sem criar problemas.

Quarenta dias após a morte de Expedito, Rio Maria sedia um acontecimento histórico. Recebe várias personalidades do cenário da política e das artes de toda parte do Brasil, e, mesmo de outros países. Entre as personalidades, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na época ex-deputado federal, e o segundo colocado na corrida eleitoral para presidente de 1989. A primeira eleição direta após de 25 anos de ditadura militar. Estava presente também Marcio Thomas Bastos, então vice-prefeito de São Paulo. Entre os atores da Globo, constavam Paulo Bete, Leticia Sabatella e Osmar Prado, além da imprensa nacional e internacional. Assim, a pequena Rio Maria, cidade do sertão amazônico, ganha o mundo por conta da violência na luta pela terra. Dalvina Batista, presidenta da Associação de Moradores do bairro Cascalleira, assim recorda:

Eu conhecia seu Expedito desde quando eu morava com o meu pai na Rua 19. Éramos vizinhos. Seu Expedito participava dos

ciclos bíblicos e das novenas. Em seguida, seu Expedito passou a participar dos movimentos sociais, da diretoria do sindicato dos trabalhadores rurais. Ele ia à Belém denunciar as injustiças contra os trabalhadores rurais de Rio Maria. Foi quando seu Expedito começou a ser ameaçado e perseguido. Ele teve que se ausentar várias vezes de Rio Maria por causa das perseguições que sofria. Até que em 1991 eles tiraram a vida de seu Expedito, uma pessoa que não fazia mal a ninguém. Mataram seu Expedito só por causa da sua luta. Mas, o assassinato de seu Expedito chamou a atenção do Brasil e do mundo. Quarenta dias após a sua morte, nossa cidade recebeu grandes personalidades políticas e artísticas, como o Lula, ex-deputado federal e o segundo colocado na eleição presidencial de 1989, Marcio Thomas, vice-prefeito de São Paulo, além de atores da Globo, como Letícia Sabatella, Paulo Bete, Osmar Prado, entre outras autoridades. Foi um acontecimento histórico em Rio Maria.

Sobre a conjuntura de Rio Maria na década de 1980, marcada por inúmeras tensões entre fazendeiros e camponeses, Maria José Macedo, esposa de Expedito, esclarece que:

Fui com Expedito pra Conceição do Araguaia pra casa de um amigo. Tava muito perigoso para o Expedito em Rio Maria, mas, não adiantou nada. Expedito foi comprar remédio para o Mauricio, o nosso filho, e ia passando dois malandros, pistoleiros. Só Expedito tinha chegado em casa. Naquele tempo, fazia medo. Expedito ia direto para reuniões no sindicato. O seu Perfil Milhomem foi muitas vezes. Não lembro o nome daqueles morenos que disseram que tinham visto um homem de chapéu entre a janela de casa e um

carro, que tava parado. Ele deve ter pensando que nós tá pra igreja. Naquele tempo era só escuridão as ruas. Também teve um tempo, que eu quase não dormia à noite, porque eu via pessoa lumiando com a lanterna na parede de casa. Eu percebia gente ao redor da casa. Passava medo. Teve um tempo também que Expedito tinha ir para Belém, e não podia ir só. O João foi com Expedito.

1985 foi um ano de ameaças de morte na vida de Expedito. Momento da perda do companheiro João Canuto e de demais companheiros, como já comentado anteriormente. Naquele ambiente, era recorrente entre fazendeiros a eleição de uma lista de camponeses e sindicalistas que deveriam morrer. Assim, Rio Maria ficou conhecida como a terra da morte anunciada. Sobre o ambiente de terror, a CPT Nacional reflete:

No documento de abril de 1990, o líder do PC do B na Câmara dos Deputados, Haroldo Lima, faz informar que: ‘(...) Expedito Ribeiro de Souza, encontra-se ameaçado de morte. A notícia, de ampla divulgação na região, reporta-se a uma macabra “decisão” tomada em uma reunião de latifundiários e seus prepostos na região, já tendo sido, inclusive, assediado por pistoleiros. Tal situação não pode ser minimizada face aos precedentes que ocorreram naquele Estado em situações assemelhadas.

O crime contra Expedito Ribeiro de Souza poderia ter sido evitado. Assim como os demais que o precederam. Neste combate marcado pela desigualdade, cumpre realçar a atuação dos advogados da CPT: frei Henri des Roziers e Aninha, advogados alinhados à luta camponesa da região.

24.185  
ARQUIVO

JORNAL DO BRASIL 6 DE FEVEREIRO DE 1991

# Polícia já tem suspeito do assassinato de Expedito

Augusto Fonseca

RIO MARIA, PA — A Polícia Civil já tem um suspeito do assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Expedito Ribeiro de Souza, no sábado à noite. Ontem à tarde, os quatro policiais deslocados de Belém para investigar o crime estavam à procura de Rômulo da Silva, um pistoleiro da região. Dois testemunhas que viram uma foto de Rômulo, tirada quando o suspeito tinha 19 anos, o acharam muito parecido com o homem que estava em Expedito em frente ao número 688 da Rua 15, a duzentos metros da casa do líder sindical.

Depois de ouvir o depoimento de Carlos Cabral Pereira, o delegado Eder Mauro não se fêz da tarefa para a Fazenda Saucá, a duas horas da zona urbana de Rio Maria, para comandar a busca a Fernando Antônio de Oliveira, o Fernando Ricardo, que, segundo Carlos Pereira, é o atual administrador da fazenda e interessado na morte de Expedito por causa de um conflito entre peões e pistoleiros na propriedade, há 20 dias. Paulo de Oliveira, também apontado como suspeito de ser mandante, segundo informações colhidas pela polícia, está no Rio de Janeiro. O outro suspeito de ser mandante, Nádio Emídio de Almeida, passou toda a tarde na agência do Bradesco de Rio Maria, mas não foi procurado pela polícia.

A principal dificuldade dos policiais para a caça ao mandante e aos mandantes do assassinato de Expedito Ribeiro de Souza é a falta de cópias materiais de trabalho. Outros à tarde, eles sóiram para a busca na Fazenda Saucá, considerando uma operação arriscada por causa da presença de pistoleiros na propriedade, num autômato Verano, ano 1976, em pláticas condições.

A foto de Rômulo da Silva só foi mostrada para duas das três testemunhas do crime, cujos nomes estão sendo mantidos em sigilo para que façam prognósticos. A terceira testemunha tentava fazer o reconhecimento antes à noite, depois que os policiais saíram da busca à fazenda Saucá. A polícia mantém três

pessoas presas — não revela o local para evitar tentativas de linchamento —, mas reconhece que nenhuma delas está ligada ao caso. Expedito foi assassinado por um só homem, com três tiros: um nas costas e outros dois na face esquerda, dados quando já estava caído.

## Os marcados para morrer

Expedito Ribeiro de Souza, João, José e Paulo Casato, Braz Antônio de Oliveira e Rosan Rahe! Ventura fazem parte de uma triste estatística. Eles integram uma lista de 173 trabalhadores rurais mortos desde 1980 no Sul do Pará, por causa do conflito agrário na região. Além de Carlos Cabral Pereira, sua mulher, Luiza Casato, o diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Valdeir Pereira de Souza, o presidente do PC do B de Rio Maria, Roberto Neri da Silva — conhecido como Robertinho, melhor amigo e baço direito de Expedito —, e o coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Sul do Pará, padre Ricardo Rezende, sabem que da noite para o dia podem passar a regressar essa estatística. Nove entre dez moradores da região apostam suas cinco pessoas como as próximas a morrer.

A lista dos 173 mortos no Sul do Pará começou no dia 20 de maio de 1980 com o assassinato de Raimundo Ferreira Lima, o Griego, que era candidato a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coimão de Araguaia. O 173º da relação é Expedito Ribeiro de Souza, assassinado no dia 2 de fevereiro. As ameaças de morte têm sempre o mesmo motivo: esfragaçar o movimento dos sem-terra na região. Só em Rio Maria, dos 1.350 associados ao sindicato, depois das mortes de Braz, Rosan, José e Paulo, no ano passado, apenas 100 continuavam a contribuir mensalmente com a entidade. "Com a morte de Expedito, vai esfriar um pouco mais", acha Carlos Cabral Pereira.

"Isso faz parte do jogo dos latifundiários. Mantém diferenças porque sabem que vai gerar inquérito e provocar buscas no

sindicato que vivem acordando de instigar os trabalhadores e acabar provocando mortes", comenta Valdeir Pereira de Souza. Desde que foi eleito, no dia 28 de maio de 1981, o sindicato teve dois dos seus três presidentes assassinados — João Casato e Expedito Valdeir, que sucedeu Casato e antecedeu Expedito, foi o único que escapou com vida dessa tarefa.

Luiza Casato, assim como Carlos Pereira Cabral, sabe que seu sobrinho é o principal motivo para viver preocupada com a possibilidade de ser assassinada. Robertinho, principal conselheiro de Expedito e militante atuante do PC do B, partido que domina o movimento sindical na região, acredita que é encarado pelos fazendeiros como elemento de alta periculosidade devido à sua inflexão junto aos sindicatos.

O padre Ricardo Rezende, casado de sair em reportagens de jornais de todo o país como um homem marcado para morrer, prefere que a situação de pânico das lideranças sindicais da região seja desarmada. Mas é o delegado Eder Mauro, do Dops de Belém, especialmente transferido para Rio Maria para comandar as investigações, quem aconselha: "O padre Ricardo corre sérios riscos. Ele deveria sair de circulação por algum tempo."

O roteiro da morte no Sul do Pará envolve sete municípios: Rio Maria, Coimão de Araguaia, Redenção, Xinguba, Santa Maria das Barreiras, Santarém da Araguaia e São Geraldo do Araguaia. Outro grande problema da região é o trabalho escravo, que até 1987, ano do último levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra, provocou a morte de 35 trabalhadores rurais mantidos em sistema de cativeiro privado.

J.R. 06/12/91

Repercussão nacional do assassinato de Expedito Ribeiro, ocorrido em Rio Maria/PA.

Fonte: arquivo da CPT/Belém.

Por conta deste amontoado de crimes contra camponeses, criou-se o Comitê Rio Maria, após a morte de Expedito. O padre Ricardo Resende Figueira foi um dos principais articuladores do processo. Trata-se de uma entidade de defesa dos direitos humanos. O comitê repercutiu dentro e fora do país, e contou com a contribuições dos advogados comunistas Jorge Farias e Aldo Arantes. Ambos foram incansáveis nos trabalhos dos processos, e na cobrança da Justiça Brasileira pela punição aos envolvidos no crime contra Expedito: o fazendeiro Jerônimo Alves de Amorim, o intermediário Francisco de Assis Ferreira, e o pistoleiro José Serafim de Sales.

Em 1991, Jerônimo Alves de Amorim foi preso por quatro meses. Contudo, ele entrou com *habeas corpus* e passou a responder em liberdade até o julgamento. Ele ficou impedido de sair do país. Apesar da proibição, o fazendeiro Jerônimo foge para o México e é preso oito anos depois de sua fuga pela Interpol, em novembro de 1999, em Cancun. Depois, é transferido para Belém. Sobre o caso, a Folha de São Paulo assim registra:

São Paulo, quinta feira, 25 de Novembro de 1999 - Folha de São Paulo, Brasil. Luiz Indruinos Da Agência Folha. Jerônimo de Amorim foi preso porque teria mandado matar sindicalista em 91. O fazendeiro Jerônimo Alves de Amorim foi preso pela Interpol em Cancún (México) e transferido ontem para Belém. Vai responder processo por três homicídios. Amorim é acusado de mandar matar o presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Rio Maria (Sul do Pará), Expedito Ribeiro de Souza.

O julgamento de Jerônimo Alves de Amorim ocorre em junho de 2000, quando ele é condenado a 26 anos e 9 meses de prisão em

regime fechado. Entretanto, por conta das relações de Jerônimo e sua influência, o fazendeiro conseguiu ser transferido para Goiânia, cidade onde tinha residência. Já no Estado de Goiás ele entrou com um *habeas corpus*, alegando problema de saúde. Seis meses depois ele passou para prisão domiciliar.

FOLHA DE S. PAULO      Quarta-feira, 6 de fevereiro de 1991

## Polícia prende suspeitos da morte de sindicalista

TEREZA AMARAL  
Correspondente em Belém

**ONDE FOI O ASSASSINATO**

Quatro pessoas com características físicas semelhantes às do assassino do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria (sul do Pará), Expedito Ribeiro de Souza, 43, estão presas no Comissariado do município. Os suspeitos foram detidos na segunda-feira à noite durante uma busca feita pela Polícia sob o comando do delegado do Dop, de Belém, Eder Mauro, 30.

A ordem de busca foi dada a partir de informações de três testemunhas oculares do crime. Elas informaram à Polícia que vieram ao crime na cidade no dia do enterro do sindicalista (segunda-feira). O reconhecimento estava previsto para a noite de ontem.

O clima em Rio Maria um dia depois do enterro do sindicalista era de expectativa. Na casa paroquial (centro da cidade) lideranças sindicais e membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) acompanhavam as investigações.

O nome do padre de Rio Maria, Ricardo Rezende Figueira, ex-membro de direção nacional do CPT, está incluído em uma lista de quatro pessoas ameaçadas de morte. Os nomes da lista são: Carlos Cabral, secretário do sindicato; Roberto Silva, presidente do PC do B local; Orlando Castro, filho do líder assassinado João Castro; e o padre Rezende.

Segundo o padre, as ameaças feitas às lideranças sindicais e ao próprio Expedito foram reveladas ao ex-ministro da Justiça, Bernardo Cabral, em abril do ano passado. "Ele prometeu designar a Polícia Federal para dar segu-

rança na área, mas infelizmente isso não aconteceu".

Rezende afirmou que a PF filiou, e acrescentou que os governos federal e estadual estão fugindo da responsabilidade em "jogos de empurra-empurra". Ele disse que enquanto o ministro Passarinho afirma que a PF poderá intervir no sul do Pará caso seja solicitada, o governador Hélio Gueiros diz que o problema é fundiário e, portanto, da responsabilidade do ITCR.

O padre Rezende informou que, desde maio de 1980, 173 trabalhadores rurais foram assassinados na região apenas na área que abrange a diocese de Conceição do Araguaia (inclusive Rio Maria). "Além da atuação dos poderes Executivos e Judiciário, é necessário também uma reforma agrária. Sem ela não vamos conter essa espiral crescente de violência", revulso.

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, colocou a Polícia Federal à disposição do governador do Pará, Hélio Gueiros, para contribuir nas investigações sobre o assassinato do líder rural Expedito Ribeiro de Souza. Passarinho relatou o crime ao presidente Fernando Collor de Mello, que "se manifestou de imediato acordo" com o telex enviado pelo ministro a Gueiros, oferecendo a ajuda da Polícia Federal.

O telex foi enviado antontem. Neste, Passarinho pediu que Gueiros prestasse as "informações disponíveis" sobre o episódio, e que ele indicasse que tipo de contribuição a Polícia Federal poderia dar à Polícia local.

Reportagem da Folha de São Paulo sobre a prisão dos suspeitos envolvidos na execução de Expedito Ribeiro.

Fonte: arquivo da CPT/Belém/PA.

Francisco de Assis Ferreira, o intermediário, o contratante do pistoleiro, José Serafim, que matou Expedito, foi condenado a 21 anos de prisão. O pistoleiro José Serafim, o Barrerito, o assassino de Expedito, foi condenado a 25 anos de prisão. Ele cumpriu um terço da pena antes de entrar no regime semiaberto. Fugiu para os Estados Unidos, mas foi preso pela Interpol e transferido ao Brasil. Hoje responde em liberdade. Um aceno para a permanência de crimes na Amazônia contra sindicalistas e seus aliados.

Entre os fundadores do STTR de Rio Maria, somente Roberto Neto (o Robertinho) continua vivo. Hoje ele é o vice-presidente do sindicato. Para se manter vivo, Robertinho teve que se esconder e sair da área de perigo várias vezes. Saía com uma camisa de casa e voltava com outra. Nunca repetia o mesmo trajeto nas idas e vindas. O próprio Roberto Neto relata o caso:

Ao sair de casa para resolver algum problema, ia com uma camisa vermelha e levava uma camisa azul para a volta. Uma vez eu estava em bar, chegou dois homens, um estava com um chapéu Panamá, e o outro com um boné azul. Procuravam por Robertinho. O dono do bar falou que eu não estava. Mas eu estava no outro lado. Os homens que mim procurava não mim conhecia. Eu esperei eles saírem. Fui embora para casa. Muitas vezes em casa eu dormia no chão, como uma forma de proteção de um eventual ataque de pistoleiro. Por isso que eu sobrevivi na terra da morte anunciada. Fui marcado para morrer. Tive um pouco de sorte, mas ao mesmo tempo fugia dos momentos tensos.

As violências contra os dirigentes foram brutais. Semearam o terror na cidade. Desarticularam as famílias por conta das perdas

dos entes queridos e das lideranças importantes na luta pela reforma agrária na região. Porém, os trabalhadores obtiveram grandes conquistas com as desapropriações de várias áreas improdutivas para fins de reforma agrária. Áreas ocupadas pelos trabalhadores sem-terra. Nas áreas antes marcadas por litígios hoje vivem famílias de agricultores, que produzem o arroz, o feijão, a batata e o milho. Nas terras antes griladas, agricultores retiram o seu sustento, garantem a sua sobrevivência e contribuem com a economia da cidade.

Nas terras antes ocupadas, hoje temos os Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária (PAs) que recuperam a memória dos seus combatentes tombados, a exemplo do PA João Canuto criado na área da fazenda Canaã; PA Expedito Ribeiro, registrado na área da fazenda Estrela do Pará; PAs Betel e Mata Azul, resultado de ocupação na área da fazenda Santa Maria. Estes são assentamentos no município de Rio Maria. PA Margarida, na área da fazenda Jacira e a fazenda Suasui, não foram desapropriadas. Ambos pertencem ao município de Bannach. PAs Tupã Siritan e Travessão ficam em território nos municípios de Rio Maria e Xinguara.

Muitas destas famílias assentadas, que em certa medida conseguiram acessar alguma linha de crédito, casa e assistência técnica, não conhecem o processo da luta que resultou na criação dos PAs. No documentário que recupera parte da trajetória de Expedito Ribeiro, “Expedito em busca de Outro Norte”, a socióloga Teresinha Cavalcante assim reflete:

Várias famílias hoje vivem na terra. Eles estão com as suas propriedades regularizadas, eles recebem financiamentos do governo e assistência técnica. Esse resultado foi através da luta e coragem de João Canuto, Expedito Ribeiro e outros companheiros.



Hoje o STTR de Rio Maria tem como presidente Orlando Canuto, filho de João Canuto. Na agenda de luta do sindicato consta a luta pela reforma agrária, crédito, assistência técnica, bem como a formação social e política dos trabalhadores para a transformação da sociedade. Além do PA, o nome de Expedito Ribeiro Souza nomeia uma escola do bairro em que ele morava.

Os familiares de Expedito têm pouca participação na vida política e social. Antonia Ribeiro, a terceira filha de Expedito, além do sobrinho, José Ribeiro, são os únicos que deram continuidade à luta do poeta. Eles participam de movimentos sociais e do Comitê Rio Maria. Ainda quando estudantes, Antônia foi tesoureira e José secretário da União Municipal dos Estudantes de Rio Maria (UMER). Antônia e José também participam na vida política e militam no Partido Comunista do Brasil (PC do B). Em 2020, Antônia Ribeiro foi escolhida na convenção municipal do PC do B para disputar uma vaga no legislativo.

A presente pesquisa teve como objetivo recuperar parte da trajetória de Expedito Ribeiro de Sousa: um sindicalista, poeta, negro, migrante, comunista, defensor da reforma agrária, da justiça e da paz. Expedito entrou para o movimento sindical nos anos 80. Dedicou a sua vida à luta popular, pelo direito à terra aos trabalhadores que não tinham um pedaço de chão. Fez arenga para garantir financiamento para aqueles já tinham suas terras. As lutas desse grande líder sindical e de seus companheiros foram tão intensas, que Expedito e vários de seus companheiros foram covardemente assassinados a mando do latifúndio improdutivo.

Apesar das diferenças de poder entre os envolvidos na luta pela terra no Pará, reconhecido mundialmente pela violência, conseguiu-se pela primeira vez levar um mandante ao banco dos réus, sendo

ulgado e condenado. Entre os muitos envolvidos nestes combates, merece registro a atuação da CPT e dos movimentos sociais. Outro fator dessa condenação do mandante da morte de Expedito foi à quantidade de pessoas que tombaram em Rio Maria, vítimas do latifúndio, sendo Expedito o segundo presidente sindical assassinado.

Desse modo, podemos, de certa forma, afirmar que a luta de Expedito, João Canuto, Braz, Ronan, José e Paulo Canuto, Paulo Fonteles não foram em vão, porque os trabalhadores alcançaram grandes conquistas, com várias famílias assentadas em áreas litigiosas. Contudo, é necessário mais pesquisa sobre a vida e a luta de Expedito, e de outros companheiros e companheiras que tombaram na luta pela terra no Pará, para que as gerações do presente e do futuro possam conhecer e refletir sobre as longas jornadas de luta pela terra e Justiça em Rio Maria e região.

## • Referências

STEDELE, João Pedro. *A Questão Agrária no Brasil. O Debate Tradicional 1500-1960*. Editora Expressão Popular: São Paulo, SP, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Questão Agrária no Brasil. Debate na Esquerda 1960-2005*. Editora Expressão Popular: São Paulo, SP, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Questão Agrária no Brasil. Programa de Reforma Agrária 1946-2003*. Editora Expressão Popular: São Paulo, SP, 2005.

FEITOSA, Teresinha Cavalcante. *Direito e Justiça na Amazônia: a força dos movimentos sociais*. Paco Editorial: Jundiá, SP, 2017.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A Justiça do Lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Ed. Vozes: Petrópolis, RJ, 1986.

FILHO, Moacyr de Oliveira. Rio Maria: terra da morte anunciada. Anita Garibaldi: São Paulo, SP, 1991.

GASPARI, Elío. A Ditadura Escancarada. Editora Schwarcz LTDA: São Paulo, SP, 2002.

PEREIRA, Airton dos Reis. Do Posseiro ao Sem Terra. A luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Editora UFPE: Recife, PE, 2015.

PEREIRA, Luzia Canuto. Conflitos pela posse da terra em Rio Maria de 1980-1997.

Monografia de Graduação em História: Universidade Federal do Pará, 2000.

PETIT, Pere. A Esperança Equilibrista: a trajetória do PT no Pará. Boitempo/

NAEA: São Paulo, SP, 1996.

THOMPSON, Paul. A Voz do Passado. Paz e Terra: Rio de Janeiro, RJ, 1992.

## FONTES COMPLEMENTARES.

Comissão Pastoral da Terra. Disponível em [www.cptnacional.org.br>noticia-2](http://www.cptnacional.org.br/noticia-2). > Acesso em 29 de setembro de 2020.

Entrevista de Agda Ribeiro, no filme Expedito em Busca de outros Nortes. Em 2006.

Entrevista via WhatsApp com Jesuino Pereira, agricultor familiar em Tucumã, Pará. Em 20/09/2020.

Entrevista via WhatsApp com Alvarino Gonçalves, aposentado em São João do Araguaia Pará. Em 25/09/2020.

Entrevista com Orlando Canuto Pereira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Pará em 30/09/2020.

Entrevista com Dalvina Batista, presidenta da Associação de Moradores do bairro cascalheira Rio Maria, Pará. Em 01/10/2020.

Entrevista via WhatsApp com João dos Santos Ribeiro, vice-presidente da associação de moradores do bairro fortaleza em Ribeirão das Neves, Minas Gerais. Em 30/09/2020.

Entrevista com Roberto Neto vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Pará. Em 02/10/2020.

Entrevista com Maria José Macedo Souza, viúva de Expedito Ribeiro de Souza presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria Pará. Em


Entrevista da Doutora Teresinha Cavalcante Socióloga, professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, no filme Expedito em Busca de outros Nortes. Em 2006.

Entrevista com Cleber Resende, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - Pará (CTB). Em 04/10/2020.

Folha UOL. Disponível em [www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br)> Acesso em 29 de Setembro de 2020.

Igor Carvalho, Brasil de fato – São Paulo 2019. Disponível em [www.brasil-defato.com.br](http://www.brasil-defato.com.br)> no Pará. Acesso em 29 de Setembro de 2020.

Site Repórter Brasil > Acesso em 27 de Setembro de 2020.



Os madeireiros também  
Se apossaram das terras  
Para exportar a madeira  
Aqui fizeram uma guerra  
Expulsando e matando  
Camponeses e sem terra

Aí veio o agronegócio  
para implantar a ação  
dizendo que vaca branca  
dava sustentação  
com dinheiro do governo  
começaram criação

Aí a destruição  
começou acontecer  
Queimadas descontroladas  
para ver o pasto crescer  
destruindo fauna e flora  
como todos podem ver

Foi aí criado  
o movimento ambiental  
para proteger a floresta  
deste desastre fatal  
e a UDR, também  
montou seu arsenal

Aos nossos ambientalistas  
foi feito grande caçadas  
a quem tentasse proteger  
a floresta ameaçada  
pelo uma bala de rifri  
a cabeça era achada

Fragmentos da literatura de cordel, A Destruição  
da Amazônia. Francisco Valter Pinheiro Gomes,  
o "Ceará do Pará". Santa Maria das Barreiras/PA.

# | ARNALDO DELCÍDIO FERREIRA, ASSASSINADO PELO LATIFÚNDIO, EM ELDORADO DOS CARAJÁS, PARÁ.

Raimundo Gomes da Cruz Neto<sup>[1]</sup>



Arnaldo Delcídio, em capa de publicação do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepasp).  
Fonte: arquivo do Cepasp.

---

<sup>[1]</sup> Educador popular, sociólogo, animador da Comuna Cepasp, em Marabá, no sudeste do Pará e militante das Brigadas Populares. E-mail: [rgc.neto@yahoo.com.br](mailto:rgc.neto@yahoo.com.br)

Arnaldo Delcídio nasceu no município de Patos de Minas, em 28 de abril de 1937, filho de lavradores, aprendeu com os pais em terras de latifundiários a lida com a terra. Na adolescência conviveu com práticas de amansar cavalos e burros brabos, com vistas a torná-los apropriados para montaria ou para cargas. Muito cedo, passou a trabalhar, não mais sob a tutela dos seus pais, mas já com (des)acordos direto com seus patrões. Trabalhou para latifundiários em Minas Gerais, tomando conta de fazendas na condição de empreiteiro de formação de pastagem e em diversas outras atividades de fazendas.

Em meados da década de 1970, veio com a família tomar conta de uma fazenda no município de Aragominas, antigo território do Estado de Goiás, hoje Estado do Tocantins, onde trabalhou até o ano de 1980. Ao acompanhar o latifundiário Zé Veloso, em 1980, Arnaldo veio para o Pará, para o município de Eldorado de Carajás. Isto, sem o agrado da família, como conta uma das filhas, a Eleuza: “Quando ele foi, a gente não queria que ele fosse pro Pará. Naquele tempo, pelo que a gente sabia do Pará, a gente tinha medo...”. Nesta época, Eldorado ainda era um povoado em formação, no município de Marabá, a 102 km de distante da sede do município, às margens da PA-275. Uma rodovia asfaltada pela Companhia Vale do Rio Doce nos primeiros anos da década de 1980 para atender a seus interesses. A estrada dá acesso à Serra dos Carajás e à PA-150 (hoje BR-155), no Km 100, no sentido Marabá/Conceição do Araguaia.

Arnaldo já devia ter ouvido falar, mas não sabia tanto, que a região não era só de possibilidades como muitos propagavam lá fora, mas, de intensos conflitos entre trabalhadores pobres em busca de terras e latifundiários, muitos destes da própria região e outros vindos do centro/sul do país. O migrante mineiro não sabia que a garantia à vida era incerta, e que a morte por encomenda, era algo recorrente.

Arnaldo, astuto, com um ar de sorriso sempre presente em seus lábios, inquieto em saber onde estava pisando, foi saber com o tempo que a mais ou menos uns 100 Km de onde se encontrava, no período de 1972 a 1975, as Forças Armadas Brasileiras haviam mobilizado um contingente de mais de 3.000 militares do Exército, Marinha e Aeronáutica para perseguir, matar e sumir com os corpos de 68 militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Bravas e bravos combatentes que organizavam uma guerrilha que ficou conhecida como a Guerrilha do Araguaia. Veio a saber também que esta ação dos militantes comunistas havia deixado um grande legado, comprovado pelas lutas que se desencadearam no campo, que seria a necessidade da luta armada para a conquista da terra e derrubada do poder de grileiros e latifundiários.

Arnaldo ficou sabendo também que, nesta região, muitos trabalhadores e trabalhadoras pobres sem terra tornaram-se posseiros e posseiras e desencadearam enormes enfrentamentos na luta pela terra, a combater pistoleiros e policias do velho Estado (militar, civil e federal). E, que, embora o assassinato dos combatentes do PC do B tenha sido concluído no ano de 1975, a estrutura militar comandada pelo major Curió para prender, sequestrar, torturar, assassinar e perseguir posseiros, padres, freiras, advogados de posseiros e lideranças, continuou a propagar o terror nas terras do Araguaia/Tocantins. Momento em que no município de São Geraldo, na sede do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), desde a década de 1970, havia sido montado um quartel general para interrogatório, tortura e prisão de posseiros e padres, e que continuou com a mesma tática na década de 1980, já com a criação do GETAT (Grupo Executiva das Terras do Araguaia-Tocantins).



O andante Arnaldo tomou conhecimento que havia um interesse claro por parte das estruturas repressivas do velho Estado em rechaçar todas as lutas de posseiros, promovendo o desimpedimento das áreas, não só da região Araguaia-Tocantins, mas em toda a Amazônia, com vistas a entregá-las a latifundiários nacionais e internacionais, a empresários do setor mineral, para fins de implantação de grandes projetos agropecuários e minerários.

Isso fica mais claro e se confirma em um trecho de uma reportagem do Jornal do Brasil, publicado em 13.09.1981:

“Se o governo federal deixar a situação como está, perpetuando-se as invasões de fazenda, isso vai, por sua vez, assustar os empresários do Sul do país, que querem diversificar seus investimentos, aproveitando-se das vantagens oferecidas pela Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e Basa (Banco da Amazônia) para os projetos agropecuários amazônicos. A maioria dos empresários do Sul do país não quer investir em projetos ameaçados por intermináveis invasões, como pode ser constatado na prática. Inúmeras empresas, não apenas brasileiras, mas também ligadas a importantes conglomerados internacionais, já desistiram ou adiaram a implementação de seus projetos amazônicos agrícolas e pecuários”.

Nestes termos, toda uma estrutura é montada a partir de 1966 pelo governo da ditadura civil militar a serviço dos latifundiários e do imperialismo norte-americano. A integração subordinada da Amazônia aos principais circuitos do capital passa a ser traçada a partir de uma geopolítica para desenvolvimento e expansão do grande capital para a região. Desta forma, são priorizadas a abertura de rodovias e

a construção de ferrovias, portos e aeroportos. No campo das institucionalidades, o Estado cria a SUDAM, Basa, cria o FINAM (Fundo de Investimento na Amazônia), edifica o INCRA, e posteriores, fomenta outros planos e programas.

É neste período que Arnaldo toma conhecimento da intensificação da militarização no campo para defender latifundiários e empreendimentos minerários em implantação, a exemplo do Projeto Ferro Carajás (PGC), implantado na década de 1980. Não bastasse os inúmeros civis presos, torturados, assassinados e desaparecidos durante a Guerrilha do Araguaia, para o major Curió, o espírito comunista estava encarnado nos posseiros, padres, freiras, advogados e lideranças do campo e da cidade. E deixa evidente que os militares não restringiram suas atividades apenas aos quartéis, mas, também nos órgãos públicos, principalmente os voltados para a questão agrária. Como ratifica reportagem do Jornal do Brasil do período:

Assim, a SUDAM assume o papel em receber dos grupos de empresários os projetos agroindustriais. Estes, considerados pela instituição de interesse para o desenvolvimento da região. Nesta conformação cabia ao BASA financiar os projetos aprovados através do FINAM, e ao INCRA tratar da questão fundiária, com a criação de projetos de colonização em determinadas faixas da rodovia Transamazônica, e a entrega através de licitações de áreas de 3.600 hectares para latifundiários.

“Na área do Tocantins-Araguaia atua o GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins), ligado ao CSN

(Conselho de Segurança Nacional): são técnicos do INCRA e militares do CSN, atuando na área onde a luta pela posse da terra já começou evoluir para o conflito armado. O GETAT, pelo fato de ter sido criado com plenos poderes de solucionar o complexo problema fundiário do Tocantins-Araguaia, foi mal compreendido. E mais incompreendido ficou quando seus principais postos foram entregues a militares da ativa do Exército, principalmente a Coronéis.”

O GETAT foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.767 de 01.02.1980, ligado diretamente à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, para atuar em uma área de 45 milhões de hectares, nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Foi instalado nas dependências do INCRA, em Marabá, no sudeste do Pará. O município abrangia uma área de 36 mil Km<sup>2</sup>, tendo em seu território a maior ocorrência de minerais metálicos e não metálicos, ferrosos e não ferrosos, na denominada província mineral de Carajás. Ou seja, 18 bilhões de toneladas de minério de ferro, 60 milhões de manganês, 1,2 bilhões de cobre, 40 milhões de alumínio, 124 milhões de níquel, 100 mil de estanho e 100 toneladas de ouro, e até então não estimada a quantidade de chumbo, zinco, prata, cromo, amianto e bauxita.

O governo federal realizou uma grande intervenção na região sudeste do Pará criando vários instrumentos de favorecimento econômico, de proteção jurídica e militar à implantação de grandes projetos. Para tanto é criado o Programa Grande Carajás – PGC, através do Decreto-Lei nº 1.831 de 24.11.1980, abrangendo uma área de cerca de 900.000 km<sup>2</sup>, localizada ao norte do paralelo 8° de latitude sul entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba, até o Oceano Atlântico, abrangendo parte dos Estados do Pará (40%), Goiás (Tocantins)

(10%) e Maranhão (50%). O governo instituiu o regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do PGC, e dá outras providências.

Em 1981, já existia uma estrutura bem articulada entre políticos, ditos proprietários de castanhais e a imprensa, no sentido de produzirem denúncias contra posseiros e agentes da Igreja, advogados e lideranças na região, como incitantes de invasão de terras para roubo de gado e castanha. O jornalista Roberto Hillas, em reportagem do Jornal do Brasil de 09.09.1981, em artigo intitulado “Pará prevê operação “pente fino”, diz:

“A irmã Dorothy Stang cujo passaporte é norte-americano continua ativa aqui em Nova Jacundá, um lugarejo de casebres, choupanas de palha de babaçu, botecos de madeira, muita poeira, ar úmido e muita exploração, a 120 Km de Marabá. Ela é acusada de ser autora de alguns dos mais radicais panfletos políticos já impressos no país, em todos os tempos, que advogam a reforma agrária ‘radical e imediata’”.

É neste ano, 1981, que Arnaldo, volta ao Goiás para buscar a família. Quando retorna a Eldorado com sua esposa, a senhora Arenita Rita Fonseca e nove filhos: Adolfo, Ireni, Eleuza, Elenice, Elena, Alziro, Aldiney, Valdinei e Alan, vão morar de agregado em uma fazenda, a 7 Km do povoado de Eldorado, ainda em formação. As casas eram raras. Nesta fazenda, Arnaldo já trabalhava para seu proprietário, latifundiário conhecido como seu Aluízio, com quem Arnaldo não imaginava que um dia iria ter desentendimento, e que lhe faria trilhar no caminho das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras pobres sem terra, posseiros, garimpeiros injustiçados pelo sistema, que iria se

apaixonar pela defesa do meio ambiente, e se dedicar por Eldorado, cidade criada por iniciativa do latifundiário Geraldo Mendonça.

Geraldo Mendonça era proprietário de três áreas contíguas, denominadas Fazenda Abaeté, Fazenda Pedra Furada e Fazenda Água Fria. Todas negociadas na década de 80. Da fazenda Abaeté ele destinou uma parcela para construir um loteamento urbano, que foi denominado de Eldorado, mais tarde, em 1991, com a emancipação do distrito, passou a chamar-se Eldorado dos Carajás. Como conta Pedro dos Santos:

“Essas áreas eram de Geraldo Mendonça, incluindo a Abaeté. Ele governava esse trecho aqui, mais prá frente era a Macaxeira, e mais prá trás, os Mutran, eles que eram os campeão aqui. Ele (Geraldo Mendonça) foi que vendeu prá o Zé Veloso e prá Jarbas Passarim. Esse quadro aqui até topar na CIB, da Abaeté tirou um pedacinho prá formar o povoado”.

Em 1983, com o impedimento dos trabalhos no garimpo de Serra Pelada, a grande leva de trabalhadores que abandonaram as terras na corrida para Serra Pelada, em 1980, agora tentam o caminho de volta. Muitas áreas são ocupadas, intensificam-se as lutas pela terra e muitos conflitos. O assassinato do advogado Gabriel Pimenta somava um ano. Tombou em Marabá por se colocar ao lado dos trabalhadores pobres sem terra, e se dedicar à defesa de posseiros na região de Pau Seco, no município de Marabá.

Arnaldo deixou de trabalhar para o seu Aluízio e resolveu plantar uma roça em uma área limite da fazenda dele. Quando os legumes estão quase no ponto de colher, único recurso da família, o gado do seu Aluízio invade a roça do Arnaldo e come tudo. Situa-

ção corriqueira na região, como recurso dos latifundiários ameaçarem trabalhadores sem terra que tentavam se livrar de suas amarras.

Arnaldo, ao saber do prejuízo, procura seu Aluízio para um acerto, mas devido à intransigência do latifundiário, não tem acordo. Arnaldo, atende orientações de outros trabalhadores e procura apoio junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá.

Arnaldo não recuperou o prejuízo. Mas, a partir deste contato com diretores do sindicato, após várias conversas, aceitou um convite para criar na localidade uma delegacia sindical, e se dispôs a ser o delegado. Delegacia sindical, na época, desenvolvia o trabalho de organizar os trabalhadores na base, com uma estrutura burocrática mínima, composta por delegado(a), secretário(a) e tesoureiro(a). O delegado recebia as fichas de inscrições, as carteirinhas, fichas de controle de pagamento das mensalidades, recebia umas instruções e ia desenvolver seu trabalho.

No penúltimo ano de governo da ditadura civil militar, 1984, trabalhadores (as) pobres sem terra se organizam e resolvem, com apoio da delegacia sindical de Eldorado, ocupar a área denominada fazenda Pedra Furada, que já não mais pertencia a Geraldo Mendonça, mas a um latifundiário, que nem na região residia. Poucos sabiam a quem pertencia. Ocuparam, dividiram os lotes e foram com as famílias para dentro dos lotes, de onde nunca mais saíram. A não ser poucos, que venderam os direitos, e Arnaldo, que mais tarde teve que se mudar para Água Fria.

Na Pedra Furada, Arnaldo também havia garantido seu lote de aproximadamente dez alqueires. Enfim, o migrante das Gerais alcança o sonho de ter um pedaço de terra para cultivar. Uma terra para trabalhar e garantir o sustento da família. No entanto, o processo de busca pela terra desponta em Arnaldo um forte compromisso com a

luta em defesa dos trabalhadores sem terra ou com pouca terra, estes ameaçados por latifundiários, madeireiros, grileiros, pistoleiros e as polícias do velho Estado.

Neste ano, 1984, é concluída a construção da hidrelétrica de Tucuruí, construída para garantir energia subsidiada para a extração mineral em Carajás e o funcionamento de usinas implantadas em Barcarena para transformação da bauxita, extraída em Oriximiná, em alumina e alumínio. A energia gerada em Tucuruí atende os interesses, principalmente, de empresas japonesas e da Companhia Vale do Rio Doce, que vão constituir o consórcio denominado Albrás/Alunorte. Além de gerar energia para as grandes empresas de mineração, a energia de Tucuruí vai contribuir para implantação de dezenas de madeiras em Novo Repartimento, Tucuruí, Jacundá, Tailândia, Goianésia, Nova Ipixuna, Eldorado e Marabá. A hidrelétrica sufoca uma imensidão da floresta para a construção do lago, além de fomentar a expropriação de milhares de famílias.

Na outra margem do rio das lutas, no mesmo ano, é criado em Marabá o Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), formado por trabalhadores e trabalhadoras rurais, educadores, da Associação de Moradores dos Bairros Cidade Nova, indigenista, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento de Educação de Base (MEB). O CEPASP teria como meta, ir além dos limites políticos das organizações que cada um de seus membros participava, voltada principalmente para formação política e sindical e defesa do meio ambiente. Uma entidade alinhada às lutas populares da região.

No final do ano de 1984, um grupo de trabalhadores do latifundiário Zé Veloso, dito proprietário da fazenda Água Fria, adquirida junto ao Geraldo Mendonça, ocupavam uma sobra de terras entre

a fazenda e um latifúndio de um dos membros da família Mutran, conhecida como “área da CIB”, por ser um aforamento abocanhado pela Companhia Industrial do Brasil. Acontece que Zé Veloso também tinha interesse em se apropriar da tal sobra de terra.

Em um determinado dia, os trabalhadores de Zé Veloso resolveram ir até a sede da fazenda para uma conversa com ele sobre a tal sobra de terra. Quando Zé Veloso avistou aqueles homens chegando, todos armados, lhe provocou um grande medo e passou a atirar contra os trabalhadores, que logo revidaram. Com a quantidade de tiros disparados pelos trabalhadores, Zé não resistiu. Fugiu pelos fundos e tomou rumo ignorado. Com isso os trabalhadores da fazenda, com outros pobres sem terra, assumiram não só a tal sobra, mas também a fazenda. Como conta Pedro dos Santos:

“Quando os colonos descobriram esta área lá, que fazia divisa com a CIB e com o cortar essa área prá lá, ficou uma sobra de terra entre o PA Leandro (antiga CIB) e o Zé Veloso. Nessa época, os trabaiaador de Zé Veloso fazia uns barraquim de apoio na área, quando um dia eles chegaram e viram que divia fazer os barracos na sobra de terra. Aí começou o conflito entre os próprios trabaiaador e o Zé Veloso, que também queria ficar com a sobra. Um dia, os trabaiaador se juntarum com os colonos e vieram prá conversar com Zé Veloso. Foram recebidos à bala. Aí os trabaiaador passaram a mandar tiro também. Aí foi muito tiro prá lá e tiro prá cá. Aí Zé Veloso saiu pelo fundo da casa, atravessou a área, atravessou o rio Vermelho, sumiu e nunca mais apareceu. Essa foi a primeira troca de tiros com colonos que ocupavam a área. Aí eles mesmo se arrancharam dentro da fazenda.”



Assim começa a tomada de mais um latifúndio na região, o da fazenda Água Fria. Vai surgir muito mais trabalho para Arnaldo. Grandes perseguições contra ele e muita astúcia para se defender e continuar vivo dando conta da família e das lutas. Mas a disposição revolucionária de servir ao povo, as lutas em várias frentes, era a sua vida. A sua motivação. Como conta Joaquim Reis:

“Conheci o militante Arnaldo Delcídio Ferreira de muitos anos. Disputamo a eleição do sindicato de Marabá. Perdemos para o Antonio Chico, que era apoiado pela vice-prefeita e pelo prefeito. Trabalhamo junto também na FETAGRI, no Conselho Nacional dos Seringueiro (CNS). Fizemos várias caminhadas junto, e em Eldorado especialmente. Ele era um grande defensor do meio ambiente. Nessa briga, ele corria risco. Foi nessa briga, realmente, que ele arreventou-se, porque os fazendero criaram marcação com ele. Uma vez, tentaram matar ele. Foi da vez que conseguiram matar a irmã Adelaide, que tava com ele. Isso foi em maio de 85, se não me falha a memória. E depois nós fizemos várias caminhadas com o CNS, fazendo visitas e debates com os dirigente sindical da época. Foi essa a luta dele. Fomos prá Brasília juntos, viajamos prá o Rio Branco, na luta, junto com o Conselho...”

Em 1985, ocorreu a inauguração da Estrada de Ferro Carajás/Ponta da Madeira e realizou-se o primeiro embarque do minério de ferro, no porto de Itaqui, em São Luis-MA, rumo aos mercados dos países dirigentes da ordem econômica mundial, exploradores das semicolônias. Inicia-se o saque dos minérios de Carajás. A região vive um clima de mudanças com a intervenção de poderes, não mais só da oligarquia dos castanhais e outros latifundiários, mas também da

cadeia motivada pela mineração, a grande companhia de mercado mundial. Os conflitos no campo tomam uma maior dimensão com os assassinatos de trabalhadores em massa, com requintes de crueldades, as chamadas chacinas. Lembramos as chacinas do castanhal Ubá (1984), em São João do Araguaia e da fazenda Princesa, em Marabá (1985). Neste período, um grupo de pistoleiros comandado por Sebastião da Teresona, contratado por fazendeiros, vai se transformar no terror da região do Araguaia-Tocantins. São dezenas de trabalhadores (as) assassinados(as) em Marabá, São Geraldo e Xinguará pelo bando comandado por Sebastião da Teresona. Neste ano, informalmente, é criada por Ronaldo Caiado, hoje governador do Estado de Goiás, em Presidente Prudente-Go, a União Democrática Ruralista (UDR), e em 1986 é criada formalmente, na cidade de Goiânia. Criada para apoiar fazendeiros na matança de trabalhadores pobres sem terra e posseiros.

É neste ano, no dia 14 de abril, que Arnaldo sofre o primeiro atentado de morte, que culminou no assassinato da irmã Adelaide. Tudo aconteceu na rodoviária de Eldorado, quando Arnaldo chegava de uma viagem à Marabá a serviço do sindicato, e irmã Adelaide se encontrava no local aguardando transporte para Curionópolis, onde morava com outras irmãs da congregação “Filhas do Amor Divino”. Como a irmã aguardava transporte, Arnaldo resolveu fazer-lhe companhia travando conversas sobre a aridez da vida dos trabalhadores pobres sem terra da região. Passava um pouco das 17 horas quando, de repente, ouve-se um tiro. Um pistoleiro, de primeira viagem, tentou matar Arnaldo pelas costas, mas a bala o atravessou nas proximidades do ombro e atingiu a irmã Adelaide na principal artéria do pescoço. Como de costume, o pistoleiro sumiu. Depois foi identificado como José Ribamar, mas não chegou a ser punido. Assim, a história de violência em terras do Pará ganha mais um caso para a grande lista de impunidades.



Arnaldo em manifestação na cidade de Rio Maria, ladeado por Avelino Ganzer, Carlos Cabral (também assassinado), a deputada Socorro Gomes e hoje senador Paulo Rocha.

Fonte: arquivo do padre Ricardo Rezende.

A ocupação da fazenda Água Fria avança na tomada de toda a área. No final deste ano, mais trabalhadores pobres sem terra vindos de Curionópolis ocupam mais uma parte da área. E passam a denominar a mesma “do Juquirão”, ficando apenas uma parte com pastos, que, até então, não era de interesse dos trabalhadores.

No ano de 1986, a luta pela terra no Pará e, principalmente, as regiões sudeste e sul do estado, sofrem um grande golpe. Nos arredores da cidade de Belém, no município de Ananindeua, o advogado Paulo Fonteles é assassinado a mando do latifúndio.

A situação parecia tranquila para as famílias da ocupação Água Fria, que passaram a morar na área e cuidar da terra com preparação para plantios e criação de pequenos animais. Arnaldo tem um tempinho para cuidar da família e do seu lote na Pedra Furada. Mas a situação para Arnaldo só estava tranquila aparentemente, porque as perseguições continuavam. Umas visíveis, outras camufladas.

Num trágico dia, Arnaldo foi até à delegacia de polícia na busca de informações sobre diligências que estavam sendo feitas em algumas áreas. Enquanto aguardava a possibilidade de falar com o delegado, dois policiais chegaram com um garimpeiro, categoria mais desqualificada pela polícia do que posseiro, tratando-o com brutal espancamento. Arnaldo tomou as dores do preso, mesmo sem nunca o ter visto, e falou aos policiais que aquilo não podia ser feito, já que o preso não apresentava nenhum tipo de reação. Os policiais, que há muito tempo deviam estar aguardando uma oportunidade para desabarem uma agressão contra Arnaldo, deixaram o garimpeiro e passaram a agredi-lo verbalmente, até culminar com a prisão do sindicalista. Com a prisão do dirigente, a alternativa foi o povo, em multidão, sentar praça na porta da delegacia. Após ligações para o sindicato em Marabá e muita mobilização, Arnaldo foi liberado.

O natal do ano de 1986 poderia ter sido de tranquilidade para os posseiros da fazenda Água Fria e para Arnaldo ter um tempinho com a família, não fosse uma liminar de reintegração de posse em favor do fazendeiro, seguida de imediato despejo dos trabalhadores. A liminar foi apresentada aos trabalhadores por um oficial de justiça acompanhado de um contingente de policiais, no dia 13 de dezembro. Para muitos, Dia de Santa Luzia.

Para o despejo das famílias, foi colocado um caminhão para levá-las para seus locais de origem, grande maioria de Curionópolis. Arnaldo, através de uma conversa rápida com algumas lideranças de grupos, sugere que as famílias não voltem para suas localidades, e sim fiquem em Eldorado. O sindicalista, consegue convencer a maioria. Muitos ficaram alojados na igreja católica e outros nas casas de companheiros que moravam na cidade. A casa do Arnaldo tinha um quintal grande, onde eram realizadas as maiores reuniões e encontros de trabalhadores. Ali muitos se acomodaram.

Durante a noite, realizaram uma boa reunião e decidiram por se deslocarem para Marabá e acampar no INCRA em busca de solução para a sua demanda. No outro dia, cedo, percorreram a cidade em busca de apoio. Conseguiram uma quantidade razoável de alimentos e foram para a beira da estrada. Antes do meio dia, aparece um caminhão descarregado que seguia para Marabá em busca de uma carga. Acenaram com as mãos, o motorista parou e, depois de uma boa conversa, conseguiram a carona. Foi-se a grande maioria. Os outros conseguiram outra alternativa e foram em seguida, até mesmo os que tinham se deslocado para Curionópolis.

Com apoio do CEPASP, CPT, SDDH, STR e outras instituições, as famílias conseguiram resistir por 17 dias acampadas nas

dependências do INCRA, com longas, frequentes e difíceis reuniões, envolvendo INCRA, governo do Estado e o prefeito de Marabá.

Como já era a segunda quinzena do mês de dezembro, os encaminhamentos se tornavam mais difíceis, até que foi firmado um acordo que permitiu que as famílias retornassem para a área, até o INCRA buscar condições para desapropriar a fazenda, e destinar a mesma para assentamento definitivo das famílias. O acordo firmou que a polícia que havia feito o despejo deveria acompanhar as famílias de volta para Eldorado, para evitar represália por parte do latifundiário. Grande vitória reconhecida ao esforço do Arnaldo e demais lutadores e lutadoras.

As famílias voltaram do INCRA para Eldorado no dia 2 de janeiro de 1987, ano da vitória de índios gaviões e posseiros do Mãe Maria, em que depois de muita refrega com a Polícia Federal, posseiros e índios conseguem entrar em acordo e passam a pressionar INCRA, Companhia Vale do Rio Doce e FUNAI, para o fim de um conflito que havia começado em 1979. Isso resulta na criação do primeiro Projeto de Assentamento, na região, o Projeto de Assentamento Araras, em São João do Araguaia. É um ano de perda para os trabalhadores pobres sem terra e posseiros, mais um advogado dos trabalhadores assassinado, desta vez o deputado e advogado João Batista, o Batistinha, como muitos gostavam de tratá-lo. Neste ano, dia 29 de dezembro ocorre o massacre de garimpeiros na ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins, em Marabá, quando garimpeiros protestavam para permanecerem em Serra Pelada, área disputada pela saqueadora Companhia Vale do Rio Doce.

Quando as famílias chegaram de volta em Eldorado já era à tardinha, e muitas foram avisadas de que o latifundiário havia

colocado um pistoleiro na sede da fazenda para evitar o retorno das mesmas. Com este quadro, resolveram passar a noite na cidade e entrar para a área no outro dia pela manhã. Até porque seus barracos haviam sido todos queimados a mando do latifundiário. Durante a noite, o tal pistoleiro saiu da área e veio para a cidade, em busca da morte. Em um dado momento se deparou com um grupo de trabalhadores em uma das ruas, tomou satisfação e os trabalhadores o fizeram correr. Os trabalhadores se prepararam prevendo que o pistoleiro voltasse. Não demorou ele retornou. Houve uma troca de tiros e o pistoleiro levou a pior na disputa. Como conta Pedro dos Santos:

“Eu falei que as autoridade, depois de nós ocupar o INCRA, resolveram negociar prá comprar a terra do fazendero. Na vinda nossa, a merma polícia que levou trouxe a gente de volta. Quando nós saímos da área, o fazendero botou um gerente prá tomar conta da área e não deixar mais a gente entrar, um senhor de Santinho (Valtinho). Quando nós chegamos na rua (Eldorado), a merma polícia foi lá e encheu a mão de bala e deu prá ele (Santinho). Por isso ele se influiu. Nós tava tudo acampado na rua, procurando se agazaiar, prá entrar na área. Ele (Santinho) foi dá de encontro com os cumpaneiros, lá na rua. E aí se disintendero, rocaram tiros. Nessa troca de tiros ele (Santinho) levou a pior”.

Aliviados com a morte do pistoleiro, no dia seguinte ocuparam as terras griladas, foram cuidar de reconstruir os barracos e procurar alternativas de sobrevivência porque suas roças haviam sido destruídas. Novo ano. O mês de janeiro é tempo chuva. Tempo de fazer novos plantios e aguardar no mínimo 60 dias para ter alguma coisa para

a alimentação. Mas como disse Adoniram Barbosa: “deus dá o frio conforme o cobertor”. As famílias aos poucos foram se arrumando.

Na negociação com o INCRA havia ficado acordado de que até que fosse feita a aquisição da área, os trabalhadores só ocupariam as áreas de mata. Uma área de mais ou menos 120 alqueires de pasto e juquirão ficariam sob o domínio do fazendeiro. Acontece que quando correu a notícia de que o governo iria adquirir toda a área para criar um projeto de assentamento, muitos outros trabalhadores dos arredores vieram e ocuparam as áreas de pasto e juquirão, sem ficar um palmo de terra sem ser ocupado.

Neste ano, a fazenda Abaeté, que fazia divisa com a Água Fria, é comprada por um latifundiário de Castanhal-PA, conhecido por Domingos Rangel. Este latifundiário, assim como muitos outros do estado, gozava de grande amizade com o ex-governador do Pará, e agora ministro do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário-MIRAD, Jáder Barbalho. Portanto, achava que tudo podia fazer. Mais ou menos como está acontecendo agora, com Bolsonaro, presidente: “deixar passar a boiada”.

Como a proposta que o INCRA havia feito para aquisição da Água Fria era pagar em parcelas anuais, Domingos Rangel ofereceu para Zé Veloso a proposta de comprar a área e pagá-la à vista. Iria desocupá-la e ficaria por sua responsabilidade. Contudo, o acordo não foi feito. Ficou somente na conversa. Como fala Pedro dos Santos:

“Acontece que, nessa altura, vai chegando em 1988 quando aparece esse cidadão, Domingos Rangel, que só comprava terra de confusão, outra terra ele num queria não. Colono com ele, ele tirava na tromba do trator. Aí chegou para comprar a área do fazendero. O governo já tinha negociado com o fazendero para



pagar parcelado de ano em ano. Aí ele (Domingos Rangel) falou pro fazendeiro (Zé Veloso) que se ele quisesse ele pagava a área toda prá ele e ele desocupava a área botando tudo prá fora.”

Ano de 1988, é promulgada a nova Constituição Federal. Através de decreto, o presidente da república, José Sarney, cria o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal, denominado “Programa Nossa Natureza”. Este programa vai ter como coordenador o general do exército Rubens Bayma Denys, Ministro chefe da Casa Civil e Secretário Executivo do Conselho de Segurança Nacional. Como coordenador operacional, vai ter o major da Aeronáutica, João Carlos Freire. Parece coincidência com o atual Conselho da Amazônia, mas não é.

No Distrito Industrial de Marabá são inauguradas duas siderúrgicas para produção de ferro gusa com uso de carvão vegetal, Simara e COSIPAR. As lutas se intensificam contra a destruição da floresta feita pelos pecuaristas, madeireiros e agora pela produção de carvão vegetal. Em junho, durante a semana do meio ambiente, o CEPASP e o GEMA (Grupo Espeleológico de Marabá), promovem o 1º Encontro Marabaense em Defesa do Meio Ambiente, com a participação de estudantes, professores, trabalhadores sem terra e com pouca terra e indígenas, com uma participação de quase duzentas pessoas. A grande discussão se deu em torno da destruição da floresta. Arnaldo, que já havia abraçado esta causa, sai do encontro mais fortalecido, por perceber que não estaria só na luta contra a devastação da floresta. Jáder Barbalho, à frente do MIRAD, realiza em Marabá um grande ato em frente à sede do INCRA para anunciar a compra de várias áreas para destiná-las a reforma agrária. Em sua grande maioria, pertencentes à família Mutran, com quem Jáder

se aproximava politicamente. No mesmo ano, a Amazônia tem uma perda incalculável com o assassinato Chico Mendes, o grande articulador do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), e defensor dos povos da floresta. Um seringueiro com grande influência a nível nacional e internacional.



Arnaldo durante encontro sobre meio ambiente realizado em Marabá nos anos de 1990 por iniciativa do Cepasp. Naquele momento a luta pela terra passava a agregar o debate sobre a questão ambiental.

Fonte: acervo do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepasp), Marabá/PA.



O indígena e escritor Airton Krenak em participação no debate sobre meio ambiente em Marabá/PA, quando do avanço dos grandes projetos em Carajás.

Fonte: acervo do Cepasp, Marabá/PA.

Neste mesmo ano, Arnaldo participa das eleições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá com cabeça de chapa. Não consegue ganhar as eleições. Arnaldo assume, pela segunda vez, a condição de administrador do povoado, uma espécie de representante do prefeito na localidade, mais uma preocupação para ele. Tinha

que ouvir as reclamações do povo, as demandas de saúde e educação, principalmente, e ainda ser chamado para resolver pequenas divergências entre moradores, e até briga de família. Mas, Arnaldo soube conduzir muito bem. Para quase tudo não ia sozinho falar com

Década de 1980. Um turbilhão de acontecimentos sucede a reconfigurar as feições econômicas, políticas, sociais e territoriais da região. Para as famílias do Água Fria, representou uma experiência nova conviver com intensa movimentação na área, marcada pela presença de técnicos do INCRA em processo de levantamento da área e cadastro das famílias. Muitas das famílias deslocaram-se até Marabá para conseguirem documentos. Uns por terem perdidos ou por nunca terem providenciado. A grande expectativa das famílias residia na conquista da área/terra, e que a mesma seria desapropriada e transformada em Projeto de Assentamento.

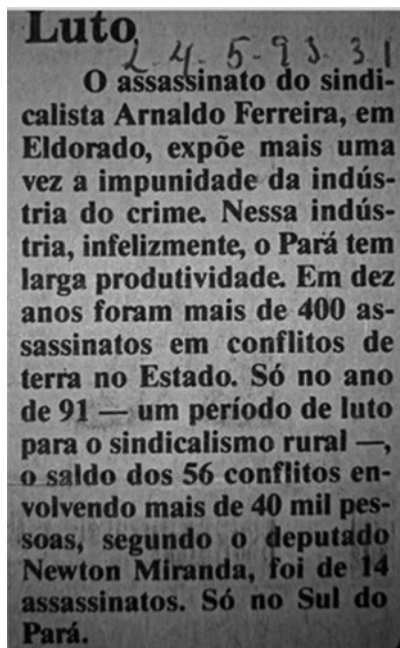
o prefeito. Ia acompanhado de uma comissão para fazer as cobranças e testemunhar a posição do gestor.

Assim, os combates alcançam o ano de 1989. Para Arnaldo, os compromissos aumentaram na mesma proporção das perseguições. O sindicalista, desde quando assumiu a Delegacia Sindical, contou com a contribuição de sua filha, Eleuza, que assumia o papel de secretária e de organização dos (as) trabalhadores (as). Arnaldo podia viajar que Eleuza conseguia mobilizar a categoria e encaminhar os trabalhos, como ela relata:

“Quando ele fundou o sindicato eu fui tisorera. Outra vez eu fui delegada. O ano num sei. Sei que, desde quando ele pegou, eu sempre tive junto, porque eu

comecei minha militância também quando ele começou. Começo junto porque ele levou a gente junto. Sempre tive junto, ajudando ele...”.

Com a perda do grande combatente Chico Mendes, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) realiza um importante encontro para analisar o momento e elaborar o plano para as lutas sem Chico Mendes. Para este encontro, são convidadas lideranças de outros Estados, que até então não compunham o conselho. Atanagildo de Deus (Gatão) mobiliza companheiros(as) do sudeste do Pará para este encontro, dentre eles(as) está Arnaldo. Nesta ocasião, é eleito Júlio Barbosa para presidente do CNS, e Arnaldo vai dia-a-dia tendo mais participação e assumindo compromissos.



Registro jornalístico sobre a conjuntura da violência no estado Pará a compara a uma produção de escala industrial, tamanha soa a robustez dos números. Um quadro que permanece, ladeado pela impunidade.

Fonte: arquivo da CPT, Belém/PA.

Neste ano, aconteceu um grande encontro de povos indígenas em Altamira, oportunidade em que a guerreira Caiapó Tuirá, esfregou o facão na cara do presidente da ELETRONORTE, por não tolerar tanta mentira. O CEPASP realizou em Marabá o 2º Encontro Marabaense em Defesa do Meio Ambiente, com uma significativa participação dos povos indígenas, dos Estados do Pará e Maranhão, mobilizados por Paiaré (falecido), grande liderança indígena da aldeia dos Gaviões. Para fazer conversa mais aprofundada com os indígenas conseguimos trazer o Ailton Krenak, indígena da região do Vale do Rio Doce, Minas Gerais. Ano de muita movimentação em torno das eleições presidenciais, que elegeu Fernando Collor presidente.



Devastação em Tucuruí por conta da construção da hidrelétrica no rio Tocantins, erguida para atender a demanda das empresas da cadeia do alumínio em Barcarena/PA, Alunorte e Albrás, e a Alcoa, em São Luís/MA e uma solitária castanheira em área destinada à pecuária, no sudeste do Pará.



Fonte: acervo do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepasp), Marabá/PA.

Outra grande vitória é conquistada por Arnaldo e pelas famílias das áreas Água Fria e Pedra Furada. O governo anuncia a conclusão dos processos para aquisição das áreas e o início de processos para criação do Projeto de Assentamento, incluindo as duas áreas. Antes do final do ano de 1989, a área foi adquirida pelo INCRA e o Projeto de Assentamento criado.

1990. O oligarca das Alagoas Fernando Collor na presidência da República nomeia para a Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República o conhecido ambientalista José Lutzemberger. Promete acabar com o desmatamento e queimadas na Amazônia. Lança um programa denominado “Polos Florestais”, que teria como finalidade o plantio de milhões de árvores para recuperar áreas degradadas. O Polo Florestal na região abrangeria os Estados do Pará, Maranhão e Goiás (Tocantins) para plantio principalmente de eucalipto, com vistas a atender os interesses de empresas de produção de celulose que se instalava entre Imperatriz e Açailândia, no oeste do Maranhão. Bem como à produção de carvão vegetal para as siderúrgicas ao longo do corredor da Estrada de Ferro Carajás. Neste ano, CNS, povos indígenas e ambientalistas realizam em Rio Branco-Acre, um grande encontro que dá como um dos resultados a União dos Povos da Floresta. Encontro que Arnaldo esteve presente e com valiosa contribuição.

Um retorno às refregas de sempre. Domingos Rangel, depois de não ter feito o acordo que pretendia com Zé Veloso, e da área ter sido transformada em Projeto de Assentamento, elabora um plano de compra das áreas das famílias assentadas. Divulga que está comprando lotes das famílias do Projeto de Assentamento Água Fria, por um preço jamais visto. Se fosse em moeda corrente nos dias de hoje, lotes que valeria três mil reais ele pagaria até 15 mil. Com isto muitos

venderam, até que ele chegasse a comprar 75% da área. Muitas famílias não venderam, apesar da insistência do latifundiário. Diante da resistência de várias famílias em não vender o lote, Domingos Rangel passou a fazer ameaças. Como conta Pedro dos Santos:

“E o fazendeiro foi comprando, comprando, até chegar a 75% da terra. Aí, quando ele comprou, ficou uns qui num vendeu. Eu e outros cumpanheiros. O fazendeiro botou um programa que, num prazo, o lote era 15 mil, noutra era 10 mil, noutra era 5 mil... Se ele não comprasse, ele tomava ou pagava para a viúva.”

A ação do fazendeiro provocou em Arnaldo um grande desconforto, que via a área que já havia dedicado tantas lutas, ser concentrada pelo latifundiário. O fato obrigou o deslocamento ao sindicalista ao INCRA inúmeras vezes, no intuito de denunciar a compra de terras pelo latifundiário. Entretanto, só ouvia dos autoritários, chamados de “doutores” do INCRA, grosserias e promessas não cumpridas.

Arnaldo começa a fazer reuniões com as famílias de trabalhadores da Pedra Furada e com as famílias do grupo que resistia em não vender os lotes no sentido em encontrar uma saída para a situação, além de evitar que o latifundiário se apropriasse de toda a área. O dirigente compreendia que se não houvesse reação ao latifundiário, ele terminaria por expulsar as famílias que resistiam.

Foi então que decidiram por fazer o levantamento de jovens, filhos (as) das famílias que já estavam nos lotes, que queriam ter seu lote para trabalhar, e também verificar na cidade quem teria interesse em ocupar a terra. E assim procederam. Em pouco tempo, juntaram uma grande quantidade de pretendentes. Organizaram, planejaram

e executaram: ocuparam os lotes comprados por Domingos Rangel. Assim, a tensão reacende.

Neste ano, Arnaldo sofre um atentado dentro de sua própria casa. Numa certa madrugada, quando dormia com a família, dispararam dois tiros da rua para a casa. As balas atravessaram a parede de madeira e atingiram a geladeira. Ninguém foi alvejado. Ninguém viu, ninguém sabe, ficou por isto mesmo. Contudo, sobravam suspeitas. Arnaldo foi alertado para ter mais cuidado com a segurança, pois, os inimigos eram muitos e traiçoeiros. Algumas providências foram tomadas com o apoio dos companheiros.

Domingos Rangel, não satisfeito com a retomada dos lotes pelos trabalhadores, fez uma viagem ao Nordeste, comprou uma boa quantidade de gado, a preço baixo, diante da seca que dificultava o manejo pelos agricultores daquela região, e colocou na área de pasto que não havia sido ocupada. Dentro de poucos dias, mandou seus trabalhadores arrebentarem todos os arames das cercas, de modo que o gado pudesse sair para invadir as áreas ocupadas pelos trabalhadores. Também conseguiu comprar lotes de mais dois trabalhadores na área do Projeto de Assentamento, nas seguintes condições: que eles ficassem na área para tomar de conta de uma criação de porcos. Feito o acordo, o latifundiário adquiriu umas dezenas de porcos e colocou na área comprada dos dois trabalhadores.

Com isso, as famílias que ocupavam a área do Água Fria passaram a não poder mais plantar, porque gado e porcos comiam suas plantações. Como recorrente, apesar das denúncias contra o fazendeiro, nenhuma medida para evitar as situações de conflitos foi tomada pelas chamadas autoridades. Pedro dos Santos, pondera sobre o cenário:



“Colocamo o povo nos lote, com isso o fazendeiro foi perdendo espaço. Foi lá no Pernambuco, Ceará e Piauí, trouxe umas três ou quatro carradas de barrigudinho, aquele beré, um boizim véi. Chegou, jogou na área de pasto e mandou os trabaiador dele arrancar todo o arame ao redor, que era pro gado invadir nossas roça e comer a plantação. Assim ele fez. Comprou os lote de dois cumpaneiro nossos, dispostos, corajosos. Pegou eles e deixou eles ficar na área, prá criar porco. Deu prá cada um umas cinquenta porca. E aí nossa situação ficou assim, de um lado o gado solto e do outro as porca, comendo nossas roça.”

A conjuntura de grande tensão por conta das ações do latifundiário obrigou os trabalhadores e trabalhadoras a organizarem uma frente para avaliar as estratégias de resistência. Depois de muito discutirem os prós e os contra, o coletivo decidiu pela ocupação de uma casa que havia dentro da área. O espaço funcionava como apoio aos vaqueiros e outros trabalhadores do latifundiário. Uma outra ação residia na retirada do gado para uma única área de pasto, considerada do dito cujo.

Finda o ano de 1990. Inicia o ano de 1991. Mês de janeiro é época de plantio. Não tinha mais porque esperar. Como o gado havia se espalhado em pastos, juquirão e nas matas, o trabalho seria muito difícil, mas necessário, e exigia urgência. Dividiram-se em turmas por trechos da área e começaram a juntar gado.

Para além das disputas pelas terras, Arnaldo se envolve numa articulação pela emancipação de Eldorado, que o elevaria à condição de município. Um dos seus muitos sonhos que gostaria de ver realizado, além da conquista das terras de latifundiários pelos trabalhadores

pobres sem terra, bem como o fim da destruição das florestas. Arnaldo se empenha também na mobilização para criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eldorado dos Carajás, que foi criado e registrado antes mesmo da data de emancipação do município. E tem Arnaldo como seu primeiro presidente. Mais uma grande vitória.

Neste período, Domingos Rangel desaparece de Eldorado. As informações que circulavam pela cidade é que ele havia viajado para Castanhal para cuidar de outras fazendas que possuía naquele município. Um outro boato era que de que ele havia sido assassinado no município de São Domingos do Capim. Pedro dos Santos, antigo companheiro de Arnaldo, explica:

“Nessa altura, o véi (Domingos Rangel) foi comprar umas terra lá prá banda do Capim (Rio Capim), uma fazenda prá lá que tinha também uns colonos ocupando e do outro uns índio. Terra de confusão. Aí ele comprou a área do fazendeiro e pagou, e os índios e os colonos iam sair de qualquer jeito. Aí os índios mais os colonos botaram um piquete nele, trocaram tiros, e ele levou a pior.”

Certo dia, após muita labuta para juntar o gado, vaqueiros do latifundiário buscam diálogo com os trabalhadores. Como segurança, muitos se posicionaram em trincheiras na mata, e um grupo ficou aguardando a chegada dos vaqueiros. Chegaram para propor um acordo. O acordo era para que eles pudessem entrar na área para tirar o gado e levar para a fazenda Abaeté, propriedade do latifundiário. Os trabalhadores aceitaram, e assim foi feito. Até aí, parecia que o problema estaria resolvido.

Antes de findar o ano, Arnaldo sofre uma agressão física cometida por um indivíduo que havia comprado uma área que fazia

limite com a sua. O indivíduo queria passar com uma cerca além de seus limites de direito e avançar sobre a posse de Arnaldo. Não satisfeito com a reação do Arnaldo, o vizinho passou a lhe agredir com golpes de facão. Por questão de segurança, os companheiros de Arnaldo providenciaram uma permuta de área, transferindo-o da Pedra Furada para Água Fria.

1992. A discussão sobre meio ambiente toma uma maior dimensão, e Arnaldo incorpora a proposta do CNS, do CEPASP e de todas as articulações na Amazônia, em defesa da floresta e das populações nela existente. Sediada no Rio de Janeiro, a ECO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) aciona um número expressivo de mobilizações em todo o país. Batizada de Cúpula da Terra, o evento abriga ações contra o (des)governo de Fernando Collor.

Entre os desdobramentos da ECO-92, no corredor da Estrada de Ferro Carajás, na confluência do Pará e Maranhão, sob a coordenação do CEPASP e outras entidades, é desencadeado um movimento denominado Seminário Consulta, com a participação de mais de quatrocentas entidades populares, que desembocou num grande seminário que foi realizado em São Luís, em 1995. Em pauta, questionar as consequências socioambientais provocadas pelo Projeto Ferro Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce, e pelas siderúrgicas ao longo da ferrovia.

Em 1992 Arnaldo é eleito como membro da coordenação do CNS para atuar no sudeste do Pará. Tem participação em várias atividades de enfrentamento às grandes empresas madeireiras na região. Participou de manifestações em Brasília para cobrar preço justo para a borracha produzida na Amazônia, e outros produtos de origem extrativista.

Esta atuação do Arnaldo através do CNS é contada por Atanagildo:

“Nós fizemos ações junto com ele (Arnaldo) no período antes do assassinato, aquele embate na Maginco que a gente fechou ela (madeira), lá no Rio Maria. Nós éramos em 30 do CNS e o resto era do Greenpeace. No meio Arnaldo e eu. Nós plantamos a muda de mogno dentro da Maginco, fizemos aquele ato de protesto em relação à extração de madeira e, principalmente, a extinção do mogno. E depois fizemos protesto em Brasília. Foram duas manifestações da qual o Arnaldo participou com a gente. A primeira coisa que nós fizemos foi um empate lá. Na época, Itamar Franco era presidente da República e o Ministro da Economia era Eliezer Batista, que foi daquela turma que foi da direção da Vale do Rio Doce. E lá nós, fechamos o ministério da economia em relação a chegar preço da produção extrativista, especialmente à borracha. Nós fizemos isso. Erámos 109 pessoas, que a gente fechou das oito da manhã às três da tarde. Fechamos o ministério. Não entrava e nem saía ninguém. Às quatro hora da tarde, nós tivemos uma audiência com o Ministro da Economia para discutir o preço da borracha natural. Na época, tavam sem comprar a borracha que era produzida na Amazônia e, além disso, incluiu-se a questão das derrubadas, os assassinatos, essas violência pela posse da terra. Fizemos um outro ato que o Arnaldo estava. Nós ficamos alojados na Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e a gente foi exclusivamente prá denunciar derrubadas feitas aqui no sul do Pará, incluindo a fazenda Santa Helena, que era da Honorita, aquela mulher extremamente truculenta, do Espírito Santo, lá próximo da fazenda Surubim. Na época, que Airton Sena tava comprando

a Surubim, que derrubou lá cinco mil alqueire de ata de castanhal, nós fizemos esse ato. Fumo lá em Brasília prá fazer esse tipo de denúncia. Além desse ato lá em Brasília, fizemos outros tipos de reunião prá denunciar os ocorridos aqui no sul do Pará: no Ministério do Meio Ambiente, no Incra, nos órgãos públicos do governo, até quase na véspera do assassinato do Arnaldo. Ele foi diretor do CNS de 92 até a data do assassinato dele. No meu primeiro mandato ele era diretor do CNS, participou da coordenação estadual. Naquela época, havia coordenação regional do CNS aqui, em Marabá, e a luta era contra a derrubada dos castanhais e pela posse da terra que entrava a fazenda Ponta de Pedra. A outra era a fazenda da área onde o Arnaldo era morador. Nesse tempo, ele participou com a gente. Não era exclusivamente uma luta da terra, havia um cunho importante, que era defesa do meio ambiente. Na época, nós tava muito forte na campanha contra a extração do mogno, contra a extinção do mogno, aí que entrava grande madeireiro...”

A tensão na luta pela terra em Eldorado contínua. Em meados do ano de 1992 chega em Eldorado um dos filhos de Domingos Rangel, conhecido como Marco Antônio, à procura de Arnaldo para conversar sobre a área que o pai havia comprado no Projeto de Assentamento Água Fria, o equivalente a 75% da área. Antônio pretendia fazer um acordo para ter a área de volta. Contudo, é informado por Arnaldo de que a área teria sido ocupada por famílias de trabalhadores pobres sem terra, e que todas elas realizaram benfeitorias, que viviam da terra, e que seria difícil a área ser desocupada.

Era de setecentos alqueires a área estimada adquirida pelo pai de Marco Antônio e que cinquenta e cinco famílias havia ocupado. Caso cada família ficasse com dez alqueires, daria um total de quinhentos e

cinquenta alqueires, o que lhe restaria em torno de duzentos alqueires. Nestas condições ele toparia fazer um acordo. Colocaram um topógrafo para fazer a demarcação da área ocupada pelas famílias. No final da demarcação sobram trinta e sete alqueires, o que deixou Antônio aborrecido. Aborrecimento que ganhou proporção quando outras famílias de trabalhadores pobres sem terra souberam desta sobra e a ocuparam. O desenlace foi creditado na conta de Arnaldo, que para Antônio teria conduzido todo o processo. O desfecho foi Antônio ter ido cuidar da fazenda Abaeté, e levando no embornal um bom punhado de rancor.

1993. O neoliberalismo se espraia por toda a América Latina como bula universal no receituário da economia e da política. No Brasil, com o impedimento Fernando Collor, Itamar Franco assume o governo. Tudo permanece como antes, um governo serviçal aos interesses imperialistas, em particular aos estadunidenses.



Registro jornalístico da prisão do madeireiro Ismael de Souza Oliveira, acusado de mando do assassinato do sindicalista Arnaldo Ferreira.

Fonte: arquivo da CPT, Belém/PA.

No pacote de medidas constavam a abertura do mercado interno para as empresas transnacionais, implantação do programa de privatização das empresas nacionais, redução ou finalização das políticas de bem estar. O cenário no campo continuou inalterado, marcado pela fragilidade das políticas em defesa do meio ambiente, a destruição dos castanhais com maior velocidade e intensidade para ceder espaço para pasto, além da execução de trabalhadores pobres sem terra. A existência de Arnaldo segue sob constantes ameaças, mas, sem se curvar diante das perseguições. Ele permanece à frente do sindicato, na coordenação do CNS, e se consolida como uma grande ameaça aos latifundiários e madeireiros da região.

Havia poucos dias que Arnaldo, juntamente com outros companheiros do CNS retornaram de Brasília, onde, mais uma vez, realizaram denúncias junto a vários ministérios sobre a grave situação que viviam os trabalhadores pobres sem terra na região de Carajás, como também o crescente índice de desmatamento da floresta de castanhais e sobre a degradação ambiental provocada por latifundiários e madeireiros, quando covardemente foi assassinado. O ativista Pedro dos Santos conta que o principal suspeito da encomenda do crime recaía sobre o fazendeiro Marco Antônio:

“Quando acabamo de assentar as 55 famílias, sobraram só 37 alqueires. Ele (Marco Antônio) tava contando com 200 alqueire. Aí tinha uns caba que tava por fora aí, disseram: ‘Então essa sobra é nossa. Pode deixar com nós.’” E entraram na terra. Arnaldo não disse nada. Ele (Marco Antônio) zangou porque só sobrou 37 alqueire. Aí fumo trabaiaar na terra e os boi dele foi saindo prá fora. Um bocado de boi embrabeceu e a onça pegou. Aí ele (Marco Antônio) passou a montar a armadilha, até que aconteceu a violência com o Arnaldo.”

Dia de luto. Madrugada do dia dois de maio de 1993, enquanto dormia em sua residência, acompanhado de três filhos, Arnaldo foi de maneira covarde e traiçoeira assassinado com três tiros na cabeça, disparados por pistoleiro contratado por latifundiários. Trabalhadores pobres sem terra, posseiros, extrativistas e indígenas da Amazônia perdem mais um destemido herói na luta contra o latifúndio.

Cedo, a cidade de Eldorado dos Carajás já estava movimentada. O motivo era a presença de centenas de trabalhadores e trabalhadoras pobres sem terra ou com pouca terra, posseiros, representantes de sindicatos de trabalhadores rurais, entidades que atuavam em apoio a luta dos trabalhadores, políticos de toda a natureza, de democratas progressistas a oportunistas, religiosos da igreja católica. Enfim, uma legião de gente solidária.

Enquanto aguardavam por parentes que desejavam ver Arnaldo pela última vez, o corpo foi velado por duas noites. No dia quatro foi feito o cortejo até o cemitério da cidade, onde foi sepultado.

Durante o cortejo a professora Margarida, que na época fazia parte de uma equipe do CEPASP com atuação na região de Carajás, leu uma nota elaborada por ela, com várias contribuições, que apresentamos aqui:

“Arnaldo: um companheiro de fé./ Memória de Arnaldo/ Arnaldo Delcídio Ferreira, grande companheiro de luta. Mineiro de 56 anos, pai de nove filhos. Chegou na região amazônica, especificamente no estado do Pará, em 1980. / Amazônia, palco de grandes crimes, tragédias, exploração, trabalho escravo, desmatamentos provocados pela implantação de grandes projetos. Para Arnaldo a Amazônia era palco de lutas. / Como êle sempre dizia: “nunca hei de trair nem ser covarde com meus companheiros”. Arnal-



do nunca fugiu à luta. / Sempre firme e determinado, Arnaldo abraçou a árdua batalha sindical: em 1984 foi delegado sindical de Eldorado, quando este ainda fazia parte de Marabá. / Como guerreiro, sempre lutou em defesa da vida, da igualdade social, contra a destruição da floresta, especialmente contra a destruição dos castanhais, fato que o fez sofrer perseguições constantes. / Arnaldo foi diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá no período de 1985 a 1988. / Sua história ficou marcada na luta contra a violência e as injustiças, no município, na região, no país e no mundo. / Participou e articulou muitos encontros de trabalhadores rurais, pequenos agricultores no município. / Foi preso na ocasião em que defendia um companheiro trabalhador que estava sendo espancado pela polícia. / Desde seu ingresso na luta sindical participou de muitos fóruns de grandes dimensões, dentro e fora do município e do Estado, e lutou por um sindicato autêntico na região. / Trabalhou pela emancipação do município de Eldorado dos Carajás. / Na tentativa de contribuir com um desenvolvimento voltado para a justiça e igualdade social, Arnaldo participou da administração de Eldorado por duas vezes, quando este ainda era município de Marabá. / Arnaldo foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eldorado dos Carajás, sendo eleito seu primeiro presidente. / O seu compromisso em defesa de seus companheiros trabalhadores rurais e urbanos foi motivo de ter sofrido várias ameaças de morte, tocaias e agressões físicas. / Fazia parte da coordenação do Conselho Nacional dos Seringueiros na região sudeste do Pará. / Como um defensor convicto do meio ambiente, membro do Conselho Deliberativo do Conselho Nacional dos Seringueiros, de 1989 a 1992. / Participou junto com muitos outros companheiros de

várias manifestações populares. Mais recentemente embarcou numa comitiva de trabalhadores extrativistas rumo à Brasília, na ocasião do Empate amazônico, em solidariedade aos seringueiros, seus irmãos de lutas. / Em 1990 sofreu atentado de morte dentro de sua própria casa. / Em 24 de dezembro de 1991 foi tocaiado e agredido fisicamente por um inimigo, no caminho de sua roça. / Bravo militante, brilhante batalhador, em 1991, funda o Partido dos Trabalhadores no município de Eldorado. / Mesmo sofrendo ameaças e agressões físicas, Arnaldo nunca se calou diante das injustiças cometidas pelo latifúndio e pelo capitalismo explorador. Também nunca se preocupou com sua segurança pessoal. / Arnaldo teve sua roça invadida por um representante do INCRA, acompanhado da Polícia Federal, a mando do fazendeiro, que lhe fez ofensas morais, tomou-lhe alguns equipamentos e quis espancá-lo ao lado de sua esposa, já doente. / Foi quando em 1985, precisamente dia 14 de abril, foi atingido no ombro pela bala de um jagunço do latifúndio, bala sangrenta e fria que assassinou tragicamente irmã Adelaide. / Dia 21 de outubro de 1982, para Arnaldo um dia trágico e de muita dor, pois perdera sua companheira de lutas, depois de 32 anos de convivência matrimonial, dividindo dificuldades, alegrias e tristezas. / Recentemente foi mais uma vez tocaiado na rodoviária, ocasião em que ia participar do Empate Amazônico, em Brasília. Seus perseguidores não conseguiram pegá-lo por ele ter saído do local antes da hora prevista. / Depois de várias tentativas, desta vez a bala do latifúndio veio para apagar de vez a vida do nosso companheiro Arnaldo, deixando seus companheiros sindicalistas desolados. / Foi exatamente a uma hora e meia da madrugada do dia 2 de maio de 1993, quatro dias depois de seu aniversário que um jagunço invadiu a casa do guerreiro e

disparando dois tiros acertou sua cabeça. / Um ato covarde, pois o latifúndio não teve coragem de encarar o guerreiro assassinou-o barbaramente sem se quer dar-lhe chance de defesa. / Para nós, especialmente seus companheiros de luta de Eldorado, Arnaldo foi um exemplo de combatente que acreditava na continuidade da luta por uma sociedade de iguais, sem explorados e exploradores, sem opressores e oprimidos, uma sociedade onde os homens são livres e iguais. / Arnaldo Delcídio Ferreira. Nasce o guerreiro e revolucionário, na cidade de Patos-MG, em 28 de abril de 1937. / Assassinaram o guerreiro, dia 02 de maio de 1993, na cidade de Eldorado, dentro do Projeto Carajás. / Esta memória elaborada por Ailce Margarida Negreiros Alves, através de entrevistas com companheiros de luta de Arnaldo, amigos e familiares, durante a 2ª noite de velório, dia 3/5/93. Eldorado dos Carajás.”.



Matéria destaca clima de comoção e protesto durante o enterro do sindicalista Arnaldo Ferreira.

Fonte: arquivo CPT, Belém/PA.

Sobre a apuração do crime reproduzimos um texto que nos foi enviado pela advogada Rosa Corrêa, que na época do assassinato fazia parte de uma equipe da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos-SDDH, Núcleo de Marabá:

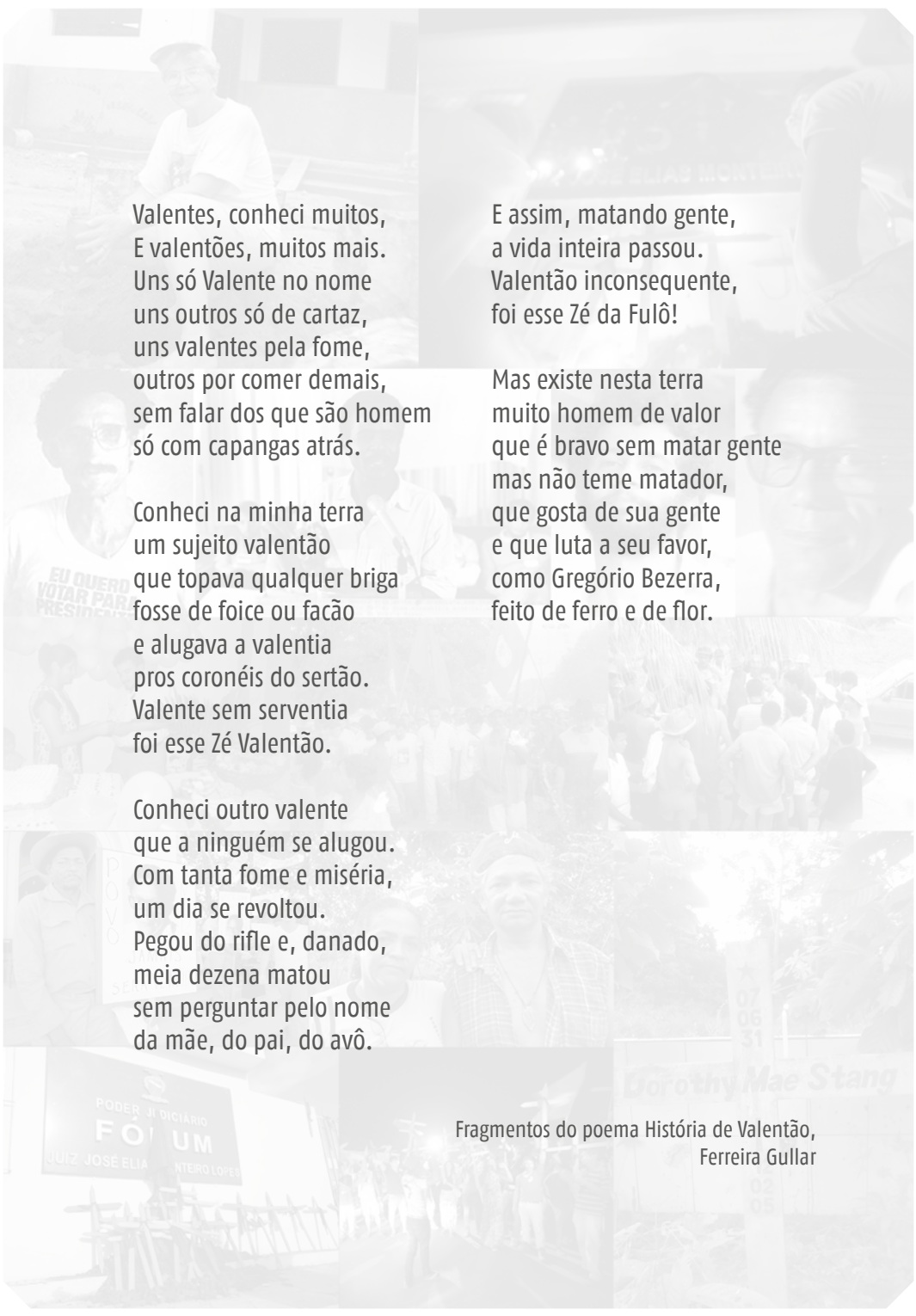
**“Apuração do crime:** Foi aberto inquérito policial, e devido a mobilização de entidades e movimentos de DH, da Região, que exerceram pressão sobre a Secretaria de Segurança Pública do estado, pois temiam que as investigações não fossem realizadas com a lisura necessária, já que era comum que autoridades policiais locais, mantivessem estreitos laços com o latifúndio. Assim, foi designado Delegado de Polícia Civil, oriundo da capital paraense. As investigações foram presididas pelo Delegado Eder Mauro. O inquérito identificou o fazendeiro e madeireiro Ismael de Souza Oliveira, como mandante do homicídio, e Antônio Baltazar de Brito, como executor do crime. O Ministério Público apresentou denúncia contra os indiciados em 09 de julho de 1993, tendo sido inaugurado a **Ação Penal nº 0000020-20.1993.8.14.0018** e os dois tiveram suas prisões preventivas decretadas pelo juízo da Comarca de Curionópolis, Em investigações complementares, conduzidas pelo delegado Vicente de Paula, foram apontados outros acusados pelo crime. Como mandante foi indiciado o fazendeiro Marco Antônio Cipriano Rangel e como executor o pistoleiro Manoel Timóteo Filho, o “Manu”. Foram imputados aos dois a prática do crime previsto no artigo 121, 2, incisos I e IV do Código Penal Brasileiro (homicídio qualificado, cometido mediante paga ou promessa, à traição ou qualquer outro meio que impeça ou dificulte a defesa da vítima). O pistoleiro “Manu” teve sua prisão preventiva decretada mas nunca foi preso, e o fazen-

deiro Marco Antônio, faleceu no dia 04 de junho de 1994, tendo sido decretada a extinção da punibilidade, em relação ao mesmo. \*O artigo 107, do Código Penal Brasileiro, enumera as situações em que se extingue o poder do Estado de aplicar punição contra alguém que praticou um crime. Uma destas situações é a morte do acusado, como ocorreu no caso concreto ( art. 107, inciso IV do CPB) . A extinção de punibilidade, pela morte de um dos réus e a ausência do outro (réu), em todas as etapas do processo criminal, ocasionaram a não conclusão da instrução processual, o que por sua vez, ocasionou que, em 28 de abril de 2017, o juiz da comarca de Eldorado dos Carajás, reconhecesse e publicasse em sentença a prescrição do processo. Esclarecendo instituto da Prescrição: Todo processo criminal tem de ser concluído, dentro de um período estabelecido legalmente. Se estes limites de tempo não são cumpridos, por qualquer motivo, o Estado perde o direito de exercer o seu *jus puniendi*, ou seu direito de punir. Estes limites temporais estão contidos no artigo 109, do Código Penal Brasileiro. E, no caso concreto, considerando o crime objeto da ação penal, sendo homicídio, cuja pena máxima é de 30 anos de reclusão, segundo o artigo 109, inciso I, se a pena atribuída a determinado crime é superior a 12 anos, o crime prescreve em 20 anos, e o Estado não pode mais agir, no sentido de punir. O processo criminal que investigou as circunstâncias da morte de Arnaldo Delcídio, não obedeceu este prazo. Como a ação iniciou-se em 09 de julho de 1993 e até julho de 2013 (em 20 anos, portanto), não evoluiu a sua instrução processual, a mesma foi extinta por excesso de prazo, ocasionando por consequência a extinção da punibilidade do outro réu Manoel Timóteo Filho, o MANU, tido como executor de Arnaldo Delcídio.”

No entanto, o assassinato de Arnaldo não ficou totalmente impune. Em 1994, trabalhadores pobres sem terra, liderados pelo bravo combatente Zé Goiano, ocuparam a fazenda Abaeté, dita de Marco Antônio Cipriano Rangel. Era também madrugada, como quando foi o assassinato do Arnaldo, que, de forma heroica, trabalhadores ocuparam a fazenda, fizeram os pistoleiros correrem, destruíram toda a sede, tocaram fogo em um avião que ficava na pista e tomaram conta da área.

Assim concluo minha contribuição para uma breve memória do grande companheiro Arnaldo Delcidio Ferreira, para que não desapareça da história desta região os grandes feitos destes heróis lutadores do povo.

Este texto contou com a contribuição de valios@s companheir@s: Leuza, Pedro dos Santos, Joaquim Reis, Atanagildo de Deus (Gatão), Ailce Margarida, Rosa Corrêa, José Batista Afonso e Thiago Cruz.



Valentes, conheci muitos,  
E valentões, muitos mais.  
Uns só Valente no nome  
uns outros só de cartaz,  
uns valentes pela fome,  
outros por comer demais,  
sem falar dos que são homem  
só com capangas atrás.

Conheci na minha terra  
um sujeito valentão  
que topava qualquer briga  
fosse de foice ou facão  
e alugava a valentia  
pros coronéis do sertão.  
Valente sem serventia  
foi esse Zé Valentão.

Conheci outro valente  
que a ninguém se alugou.  
Com tanta fome e miséria,  
um dia se revoltou.  
Pegou do rifle e, danado,  
meia dezena matou  
sem perguntar pelo nome  
da mãe, do pai, do avô.

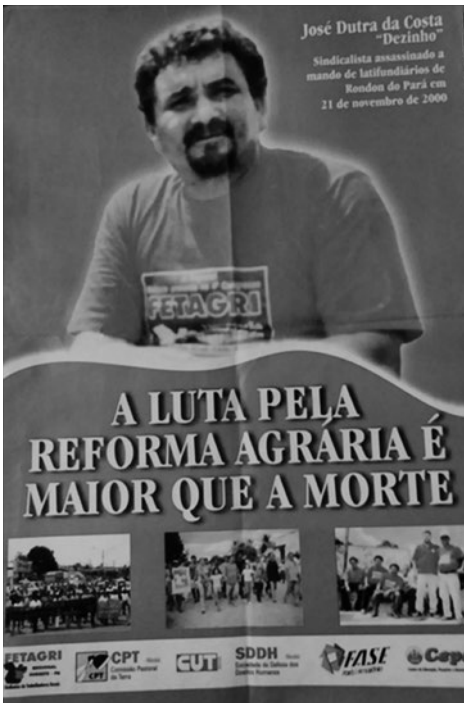
E assim, matando gente,  
a vida inteira passou.  
Valentão inconsequente,  
foi esse Zé da Fulô!

Mas existe nesta terra  
muito homem de valor  
que é bravo sem matar gente  
mas não teme matador,  
que gosta de sua gente  
e que luta a seu favor,  
como Gregório Bezerra,  
feito de ferro e de flor.

Fragmentos do poema História de Valentão,  
Ferreira Gullar

# | JOSÉ DUTRA DA COSTA – DEZINHO – UM SINDICALISTA NAS TERRAS DO ARAGUAIA-TOCANTINS

Joélina da Costa e Maria Joel<sup>[1]</sup>



Cartaz produzido pelos movimentos sociais quando do assassinato de Dezinho.

Fonte: CPT, Marabá/PA.

<sup>[1]</sup> Joélina Dias da Costa, filha de José Dutra da Costa (Dezinho), camponesa, técnica em agropecuária com ênfase em agroecologia, bacharel em Direito e mãe de Arthur Dias da Costa Trigueiro. Maria Joel Dias da Costa, camponesa, viúva de José Dutra da Costa (Dezinho), defensora de direitos humanos e sindicalista. Email: joelimadias.costa@hotmail.com



José Dutra da Costa-Dezinho, Sindicalista assassinado a mando dos latifundiários de Rondon do Pará em 21 de novembro de 2000, em frente à sua residência, pelo pistoleiro Wellington de Jesus Silva (preso em flagrante). O líder sindical tinha 43 anos quando foi tirado do ceio de sua família.

Natural de Urbano Santos, Maranhão, o agricultor faria 62 anos em 23 de setembro de 2020. A execução de Dezinho deixou 4 filhos na orfandade, e o privou de conhecer os seus seis netos. Pai exemplar, marido dedicado, deixou seu legado na luta pela Reforma Agrária, contra a grilagem de terra e o trabalho escravo. Dezinho era conhecido na região sudeste do Pará por ser um sindicalista combativo. Isto causava tensão no seio do grupo de grileiros de terra da região.

Filho de agricultores rurais, Maria Dutra da Costa (falecida quando José Dutra tinha 2 anos) e José de Ribamar da Costa, nascido em Urbano Santos/MA. Costa foi criado seguindo os princípios da Igreja Católica por influência da sua madrastra, Francisca da Costa. A família do sindicalista laborava com agricultura em uma propriedade rural no interior da cidade mencionada acima, em uma comunidade chamada de Escondido.

Na adolescência, em meados dos anos 70, fez parte do grupo de jovens da Igreja Católica, e ocupou o cargo de líder da juventude, ocasião em que conheceu sua esposa, Maria Joel Dias da Costa. Namoram pelo período de quatro anos, e se casaram em 1981. Pouco tempo após o casamento decidiram se mudaram para São Luís, capital do estado do Maranhão.

Dezinho foi trabalhar como auxiliar de topografia. Na capital, tiveram dois filhos: Joelma Dias da Costa e Joelson Dias da Costa. Porém, em 1984 passaram por dificuldades financeiras. Dezinho ficou desempregado. Com a conjuntura, resolveram mudar-se em ju-

nho do mesmo ano para Rondon do Pará, Estado do Pará. A decisão de ir para outro estado se deu a partir da escassez de emprego na grande capital do Maranhão.



Maria Joel e José Dutra da Costa (Dezinho), em celebração familiar.  
Fonte: acervo da família.

Ademais, os pais de Maria Joel já residiam em Rondon do Pará, à época chamada de Vila Rondon, e deram suporte para essa mudança. Ao se instalarem, Dezinho foi trabalhar por diárias nas terras de médios produtores, fazendo roço por um período de três anos. Após a peleja, conseguiu trabalho como estivador na serraria São João, onde trabalhou mais ou menos o mesmo período. Sempre pleiteou melhoria financeira para o sustento de sua família, até conseguir trabalho como auxiliar de topografia pelo mesmo período, profissão pela qual nutria apreço. Em Rondon do Pará, José Dutra e Maria Joel tiveram mais duas filhas, Joélina Dias da Costa e Joélina Dias da Costa.

Vale ressaltar que Dezinho já era sindicalizado em Urbano Santos/MA, na década de 70, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. E já era envolvido na política partidária, mas, não era filiado em nenhum partido. Porém, sempre optou na defesa das diretrizes de partidos ligados à esquerda, como o PDT, quando da transição democrática, em contraposição até mesmo à sua família (pai e irmão), que eram de direita.

Ao chegar em Rondon do Pará, Dezinho procurou os espaços que defendiam a classe trabalhadora, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Partido dos Trabalhadores (PT). Em meados de 1990, Dezinho foi convidado para compor a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como membro do conselho fiscal. Reconhecimento pelo esforço e contribuição voluntária dentro da casa do Trabalhador Rural, e posteriormente filiando-se ao PT, na cidade já mencionada, tornando-se uma grande liderança dentro do partido.

Em 1993, Dezinho foi convidado para assumir a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Eleito, mudou a bandeira de luta da entidade, que antes trabalhavam somente com assistencialismo. Abriu-se um leque de discussões sobre educação de qualidade nas comunidades que eram representadas pelo STTR, saúde de qualidade para os agricultores, alimentação seguindo os princípios da agroecologia (sem a utilização de agrotóxicos). E, sobretudo, apoio massivo as ocupações em terras griladas.

No mesmo ano, um grupo de trabalhadores que havia ocupado uma área na Gleba Catitu, hoje Projeto de Assentamento Gavião, procuraram

Dezinho para pedir apoio da entidade, que prontamente foi atendido. Dezinho, por sua vez, fez um levantamento das terras com indícios de irregularidades em Rondon do Pará.

Após o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a ocupação na Gleba Catitu, Dezinho passou a acompanhar e organizar as ações dos trabalhadores. Ativo e combativo, denunciou ações irregulares da polícia em articulação com fazendeiros da região. Além, obviamente, de investidas violentas de pistoleiros para a retirada das famílias acampadas.

A retirada das mais de 200 famílias passou a ser questão de honra para os fazendeiros em Rondon do Pará, os produtores se uniram em um único objetivo: despejar as famílias acampadas. Pois aceitar a criação de assentamento daquela área, seria o mesmo que avalizar para outras ocupações em terras griladas na cidade.

Diante do conflito, e de ações irregulares dos fazendeiros, Dezinho passou a ficar em períodos prolongados na Gleba Catitu, o que ocasionava mais ira dos seus desafetos. Uma cidade que era comandada pelo latifúndio improdutivo, os senhores temidos pela população, os detentores do poder, passou a ser conhecida pela organização dos trabalhadores em que seu líder tinha um apelido ou vulgo conhecido: DEZINHO, recém-chegado em Rondon, mas, que aos poucos ficou conhecido pelo trabalho frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

E, assim, inicia uma longa jornada na defesa da Reforma Agrária, melhoria de condições de vida aos populares que se dispuseram a pleitear um pedaço de terra tão almejado para dela produzir. Fato que passou a fazer sentido para Dezinho sobre a “badalada” propaganda dos militares, que dizia, que a Amazônia era uma “terra sem homens para homens sem terra”.

Era inexplicável a visão “utópica” de Dezinho, que trazia para si a responsabilidade de cada pessoa acampada, seja, ela adulto ou criança. Pois o peso da responsabilidade sobre aquelas vidas era o mesmo. A paixão desmedida em que falava da terra prometida era tão visionária que trazia segurança para os acampados. Não somente para a legalização da área em litígio, mas também, da certeza de estarem iniciando um processo de desmonte sobre o cenário de terras griladas.



Registro jornalístico sobre a violência. Na reportagem constam os casos do sindicalista Dema, executado em Altamira, Arnaldo, assassinato em Eldorado, e dos dirigentes do MST Fusquinha e Doutor, mortos em Parauapebas, e Dezinho.

Fonte: arquivo da CPT, Belém/PA.

Em virtude dos conflitos, especificamente em 1993, na Gleba Catitu, o lavrador Alfim Alves Fagundes, pai de quatro filhos foi assassinado por pistoleiros. Na ocasião, cogitou-se a possibilidade do mandante do homicídio ser o fazendeiro José Hilário.

Em 1994, foi descoberto trabalho escravo e um cemitério clandestino nas fazendas T-chaga-U e Nova Deli, ambas de propriedade de Josélio de Barros, fazendeiro temido pela população do município de Rondon do Pará e vizinhança. No local foram encontradas diversas ossadas humanas. No mesmo ano, a Associação Agropecuária de Rondon e o Sindicato dos Fazendeiros lançam manifesto onde acusam o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de promover a desordem, ao organizar e incentivar ocupações de terra improdutivas.

Em 07 de outubro de 1996, Dezinho oficializa ao Secretário Estadual de Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, as ameaças de morte que vinha sofrendo. No dia 28 de novembro do mesmo ano, o sindicalista recorre novamente ao Estado, e é recebido pela assessoria de Segurança Pública para buscar proteção e providências que garantam a sua segurança. Contudo, nada foi feito. Para garantir a sua existência, Dezinho precisou se retirar da cidade para não ser assassinado. Passou seis meses longe da sua família.

Em 07 de fevereiro de 1997, o movimento social lança uma carta denúncia onde são relatados as ameaças e os crimes cometidos contra os trabalhadores rurais, e a omissão do poder público diante desses fatos.

## AUDIÊNCIA Segur recebe lista dos mercados para morrer

Julio Gomes

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado do Pará (Fetagri) estiveram em audiência ontem, à tarde, com o secretário Especial de Defesa Social, Paulo Sette Câmara, quando entregaram oficialmente uma lista de 16 nomes de sindicalistas e trabalhadores rurais que estão sendo ameaçados de morte no sul do Estado, além de terem solicitado a intensificação das investigações a respeito da morte do sindicalista José Dutra da Costa (Dezinho), ocorrida no mês passado em Rondon do Pará.

Sobre a lista dos ameaçados, o secretário Paulo Sette Câmara afirmou apenas que as investigações sobre a morte do sindicalista Dezinho será intensificada, mas que o caso das pessoas citadas pelas entidades como mercados para morrer só poderá ser investigado se for registrada alguma crime. "Se alguém estiver ameaçado algumas dessas pessoas, elas terão que protocolar alguma crime. Só relação de nomes não funciona sem estar oficializada, porque não há possibilidade de proteger pessoas que estão em risco. É assim que a lei exige. Se eu pudesse protegeria todas as pessoas ameaçadas de serem assaltadas", afirmou.

"Os casos concretos serão todos investigados", acrescentou. Para tanto, durante a reunião, Sette Câmara decidiu designar o delegado especial Roberto Teixeira



Representantes de entidades ligadas à questão da terra pediram providências urgentes ao secretário

ra, que está à disposição do órgão estadual que dirige, para acompanhar o inquérito e todas as investigações referentes ao assassinato de Dezinho.

Para José Batista Afonso, coordenador da CPT no Estado do Pará, a primeira reivindicação das entidades já foi atendida pela Defesa Social. "Queríamos a retomada das investigações sobre o caso de Dezinho. A escolha do delegado Roberto Teixeira também considero um avanço significativo por ser especialista no acompanhamento dos conflitos rurais no sul do Estado", comentou.

Ele acredita que o retorno das investigações já tem efeito preventivo contra os assassinatos de lideranças rurais. "A ação do Estado in-

terfere na prática dos crimes. Os fazendeiros e pistoleiros precisam entender que os órgãos públicos estão fiscalizando os crimes de terra no Pará. Tenho certeza que este acompanhamento irá afastá-los".

Antônio Cajazeiras, diretor de política agrária da Fetagri, discorda do secretário de Defesa Social, no que diz respeito à impossibilidade de serem realizadas as investigações sem as quais crimes. "Algumas denúncias sobre ameaças de morte não precisam de ocorrência policial. Pelo menos cinco sindicalistas de Rondon do Pará já se tem certeza que são incomodados e correm risco de vida, entre eles a esposa e o filho de Dezinho. Ainda estamos aguardando uma resposta por escrito do secretário

sobre a lista para tomar outras atitudes. Eu, por exemplo, tenho recebido ameaças por telefone e bilhetes anônimos", contou.

A esposa do sindicalista assassinado em Rondon do Pará, Maria Joel Dias de Costa, e seu filho, Joelson Dias de Costa, de 16 anos, também participaram da audiência na sede da secretaria Especial de Defesa Social. Ela acredita que irá haver justiça no caso de Dezinho. "É um grupo de fazendeiros que está criando este clima de tensão no sul do Pará. Após esta reunião, tenho certeza que eles irão pagar pelos crimes que estão cometendo na região. Continuo morando na cidade com meus quatro filhos e está cada dia mais difícil manter a minha família", lamenta.

Após a morte de Dezinho, movimentos sociais e de defesa dos direitos humanos apresentam lista de mercados para morrer no sul e sudeste do Pará.

Fonte: arquivo da CPT, Belém/PA.

Um mês depois, o trabalhador rural Reinaldo Felix é assassinado com vários tiros, na Gleba Catitu, pelo pistoleiro Neguinho. O pistoleiro teve sua prisão decretada, todavia, nunca foi preso.

A violência e a pistolagem em Rondon começam a ganhar visibilidade na imprensa. Dezinho e a Federação dos Trabalhadores

Rurais na Agricultura do Pará (Fetagri) ganham espaço nas páginas de jornais e denunciam as mortes de trabalhadores rurais e as ameaças que vinham sofrendo. A FETAGRI e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) passam a ser porta vozes de Dezinho com relação às denúncias de violência contra trabalhadores.



Relato de dona Maria Joel, durante audiência pública ocorrida na cidade de Marabá, no começo dos anos 2000, no auditório da Escola Fazendinha, por conta do recrudescimento da violência.

Fonte: arquivo da CPT, Marabá/PA.





Isabel Pereira, dirigente do MST de Marabá, durante a audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, ocorrida no início dos anos 2000, no auditório da Escola Fazendinha. À sua esquerda, o vereador Luiz Carlos Pies (PT), o na época deputado federal pelo PT/PA, João Batista de Araújo, o Babá, o na época dirigente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetagri), e hoje deputado federal, Bero Faro, o assessor da Fase de Marabá, Luiz Bressan, o deputado federal Nelson Pelegrino (PT/BA) e a deputada estadual Socorro Gomes (PC do B/PA).

Fonte: acervo CPT, Marabá/PA.

Em 1998, intensificaram-se as ameaças de morte contra Dezinho, e mais uma vez, ele utilizou os veículos de comunicação para denunciar. Gritou que corria risco de vida! Chegou a entregar um dossiê ao Secretário de Segurança Pública em fevereiro 1998, em audiência do Conselho de Segurança Pública, realizada em Rondon do Pará. Nada foi apurado.

Em janeiro de 1999, Dezinho concede uma entrevista no Correio Tocantins, em ampla matéria relata as ameaças de morte que vinha sofrendo, cita os nomes dos fazendeiros e do pistoleiro contratado para ceifar a sua vida.

Em virtude de suas declarações em apoio aos trabalhadores rurais, e em defesa da Reforma Agrária como solução para os problemas do país, Dezinho é intimado a comparecer na Comarca de Rondon

do Pará para explicar-se. Em 18 de maio de 1999, um mês depois de ter comparecido a Comarca, o Juiz Paulo Cesar Pedreira determina sua prisão, sob a alegação de descumprimento de decisão judicial. Porém, não havia processo e tampouco denúncia contra Dezinho.



Dezinho durante prisão em Rondon do Pará no fim da década de 1990.

Os movimentos realizaram uma grande manifestação pela sua libertação. A prisão do sindicalista integra um vasto rol de medidas parciais do Judiciário do Pará.

Fonte: arquivo da família.

Em novembro de 1999, a Fetagri, STTRs e a SDDH (Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos) levam a conhecimento das autoridades do Estado as denúncias de ameaças contra o sindicalista, em mais uma ocasião. No entanto, o Estado, mais uma vez, não cumpriu seu papel em garantir a segurança e a liberdade de Dezinho.

Em dezembro de 1999 o dirigente recebe um recado de Décio José Barroso Nunes (Delsão), onde citava que naquela noite iria mandar invadir sua casa e matar todos que lá estivessem. Dezinho estava apenas com dois filhos Joelson e Joelima. Para proteger sua família, organizou um grupo de trabalhadores para esperar os pistoleiros de Delsão. Ninguém compareceu! Sua esposa e as duas filhas Joelma e Joelina não estavam na cidade.



Manifestação pela memória de Dezinho e contra a violência no campo do Pará. Na composição da mesa, defensores dos direitos, a exemplo do Padre Ricardo Rezende, representantes de movimentos sociais e artistas, como os atores Osmar Prado, Sérgio Marone e as atrizes Camila Pitanga e Leticia Sabatella, além da cineasta Júlia Marinho.

Fonte: arquivo da família.

Em 26 de fevereiro de 2000, matéria vinculada no jornal Diário do Pará notifica a tensão vivida e prenunciava o desfecho das ameaças contra Dezinho. Membros da Fetagri viajaram para Belém para tentar solucionar os conflitos, providenciar levantamento fundiário e cartorial das áreas ocupadas, e acionar a segurança pública estadual. Dezinho corria sério risco de vida!



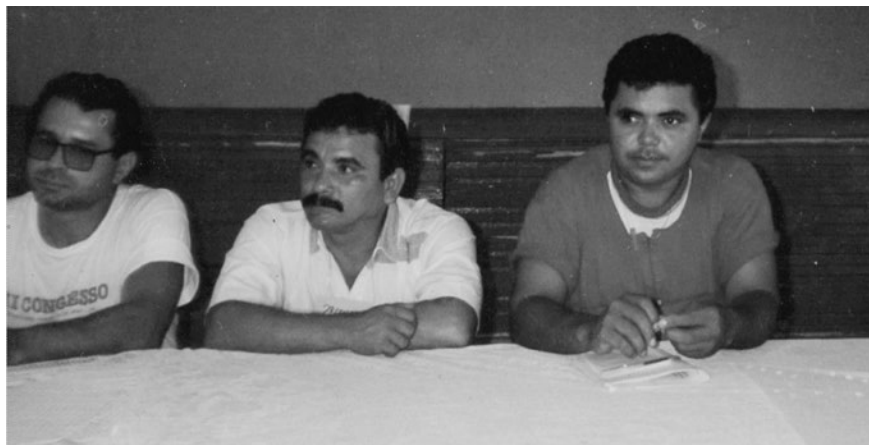
Registro jornalístico alerta para a presença de consórcio de fazendeiros para articular o assassinato de dirigentes que defendem a reforma agrária no sul e sudeste do Pará.

Fonte: arquivo da CPT, Belém/PA.

Por conta de seu jeito ousado de ser, o ativista tornou-se um inimigo dos grileiros em Rondon do Pará, tanto pelas denúncias que fez no decorrer do seu mandato entre os anos de 1993 a 1999, quanto por peitar os coronéis e acompanhar as ocupações de terra. Entre as denúncias, constavam: apoio à ocupação já existente na Gleba Catitu (hoje PA Gavião), organizar as ocupações da Fazenda Frial I (PA Rainha da Paz), Frial II (PA Nossa Senhora Aparecida), Jerusalém

(PA Unidos para Vencer), Fazenda Tulipa Negra (PA José Dutra da Costa). Nesta última Dezinho sabia que conseguiria desarticular um imenso processo de grilagem de terra em Rondon do Pará, que foi subsidio para criação dos Projetos de Assentamento Fazenda Eldorado (PA Nova Vitoria), Fazenda Fogo Apagado (Campos Dourado) e a Fazenda Santa Mônica (PA Deus te Ama), posteriormente ocupadas.

Nas eleições municipais dia 03 de outubro de 2000, Dezinho foi candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PA), tendo sido o candidato mais bem votado do partido, obtendo 238 votos, faltando apenas três para se eleger, o que demonstra a sua força política para os fazendeiros de Rondon. O fato passa a inquietar ainda mais os latifundiários. Uma semana após as eleições, cogitou-se a possibilidade de Dezinho tornar-se o secretário de Agricultura de Rondon do Pará.



Ao centro, José Dutra da Costa, em reunião da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetagri), regional sudeste do Pará. À sua esquerda, Francisco de Assis, na época, presidente da Fetagri sudeste/PA.

Em 21 de novembro de 2000, Dezinho é brutalmente assassinado, em frente a sua casa, vítima de três tiros de 38 disparados por Welington de Jesus, a mando do madeireiro e fazendeiro José Dércio Barroso Nunes, conhecido na região como o homem mais rico e poderoso. Proprietário de serrarias e inúmeras fazendas no município - aproximadamente 130 mil hectares de terra-, lidera um grupo de latifundiários. O fazendeiro Delsão tem a reputação na região de homem violento, eliminador de seus desafetos, e uma coleção de denúncias, além de manter trabalhadores em condição análoga ao trabalho escravo.

Pela repercussão nacional e internacional, Delsão foi preso dia 30 de novembro 2000, passando 13 dias atrás das grades. Contudo, foi posto em liberdade pelo desembargador Otavio Marcelino Maciel, contrariando a decisão da juíza que presidiu o processo, e atendendo às manobras dos advogados do fazendeiro. Maciel é notabilizado em sua carreira pela parcialidade de suas decisões, sempre em favor dos grandes proprietários de terra.

O mesmo desembargador concedeu liminar em Habeas Corpus determinando a suspensão do processo até que fossem juntados ao processo o laudo de transcrição de fitas k7, à época, apreendidas pela polícia como provas na encomenda de crimes contra os trabalhadores rurais. O processo ficou parado de abril de 2001 a maio de 2004. Inexplicavelmente foram necessários três anos para que o Instituto Renato Chaves transcrevesse as fitas.

Após a morte de José Dutra da Costa, a testemunha ocular do crime foi assassinada em setembro de 2002, com dois tiros na cabeça, por dois pistoleiros, a uma distância de aproximadamente 200 metros de sua residência, Magno Fernandes do Nascimento, 39 anos, conhecido como Careca.

## DELSÃO Julgamento

O TJE informa que não há qualquer artifício para que se adie o julgamento de Décio Barroso Nunes, o Delsão, acusado de mandar matar o sindicalista José Dutra Costa, de Rondon do Pará, em 2000. Esclarece que as Câmaras Criminais Reunidas têm sido bastante ágeis nos julgamentos: a média é de 30 por sessão, fora os casos extra-pauta. Ainda assim, a Comissão Pastoral da Terra teme que os defensores do acusado consigam, mesmo que por expedientes legais, jogar o caso para o ano que vem.

Registro jornalístico sobre a parcialidade do Judiciário em processos que envolvem a luta pela terra no Pará.

Fonte: arquivo da CPT, Belém/PA.

Em meados de 2002, Maria Joel, viúva de Dezinho, assume a direção do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Em 2003 inicia o cadastramento de famílias sem terra no município. Cerca de 1.500 famílias são cadastradas. As ameaças de morte vinda dos fazendeiros tornam-se tão frequentes, que entram com quatro ações de Interdito Proibitório contra o Sindicato. Eram frequentes as visitas indesejadas de fazendeiros acompanhados de pistoleiros para exigirem satisfação, tanto no sindicato, quanto na casa da Maria Joel sobre as possíveis ocupações.

Em 08 de fevereiro de 2004, Ribamar Francisco dos Santos é assassinado em frente à própria casa com um tiro na cabeça. Ribamar era diretor de finanças do sindicato, uma importante liderança, de integridade inabalável e de postura firme. Ajudou a organizar os acampamentos e fazia articulações junto ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e as entidades parceiras. Denunciou o dono de uma construtora de casas que recebeu recursos do INCRA e não concluiu as construções.

Em 2005, a Associação Agropecuária de Rondon realiza um manifesto e monta acampamento em frente à Prefeitura Municipal,

exigindo que tivessem fim as ocupações de terra, e a saída dos trabalhadores das áreas ocupadas. Montou-se uma comissão e obrigaram o prefeito do período a dirigir-se ao sindicato para buscar a então presidente Maria Joel, e leva-la até um palanque montado para que a mesma promettesse a todos os fazendeiros que ali estavam que não haveria mais ocupações. Porém, não obtiveram sucesso. Maria Joel estava acompanhada nesse dia de dirigentes da Fetagri, e os mesmos em conjunto com o sindicato pediram aos fazendeiros licença e respeito à casa do trabalhador.

Em 2014, o fazendeiro e madeireiro José Décio Barroso Nunes foi condenado em Júri popular por ser mandante do homicídio de José Dutra da Costa, trabalhador rural, sindicalista, ético em sua postura, pessoa humilde, uma liderança aguerrida do sudeste em defesa da reforma agrária.

Entre 2014 a 2019 foram marcados três julgamentos, em que o juiz já citado presidiria os júris. A nossa avaliação era que o rito seria apenas para legitimar a decisão pré-estabelecida pelo magistrado, onde o mandante do homicídio de Dezinho seria inocentado. E que o caso ficaria impune, como tantos outros criminosos mandantes e assassinos de camponeses e seus aliados na região. Em 2019 o juiz Flexa foi afastado do caso. No mesmo ano ocorreu o julgamento. Delsão o fazendeiro acusado de mando do crime foi condenado a 12 anos de prisão, contudo, recorre em liberdade. A juíza Ângela Alice Alves Tuma presidiu o julgamento.

E mais uma vez, nos deparamos com a justiça dos homens, o mesmo juiz que leu a sentença condenando José Décio Barroso Nunes, Dr Flexa Ribeiro, foi o mesmo que deferiu o pedido de anulação do Júri em que ele havia condenado o fazendeiro a mais de 12 anos de prisão.



É claro o apoio que a família de Dezinho tem recebido ao longo de 20 anos. Foram 126 cartas de apoio internacional, pressionando o Brasil para julgar os envolvidos no caso. ONGs, dentre elas o Humanos Direitos, Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos (SDDH), Justiça Global, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Como tantos outros lutadores e lutadoras pela reforma agrária, Dezinho deixou um legado, e com ele, muita saudade, não somente para seus familiares, mas também para amigos, e obviamente para as agricultoras e agricultores acampados no período. Impulsionou a rebeldia (rebelar-se) da sociedade rondonense. Um sonhador da Reforma Agrária, da organização da produção, da implementação da agroecologia, fonte predominante nos assentamentos, por vida digna! Dezinho se fará sempre PRESENTE!





A terra é nossa

A terra é um bem comum  
Que pertence a cada um.  
Com o seu poder além,  
Deus fez a grande Natura  
Mas não passou escritura  
Da terra para ninguém.

Se a terra foi Deus quem fez,  
Se é obra da criação,  
Deve cada camponês  
Ter uma faixa de chão.

Quando um agregado solta  
O seu grito de revolta,  
Tem razão de reclamar.  
Não há maior padecer  
Do que um camponês viver  
Sem terra pra trabalhar.

O grande latifundiário,  
Egoísta e usurário,  
Da terra toda se apossa  
Causando crises fatais  
Porém nas leis naturais  
Sabemos que a terra é nossa."

Patativa do Assaré

## | ZÉ CLAUDIO E MARIA: TOMBARAM POR DEFENDER A FLORESTA EM PÉ.

Claudelize Santos<sup>[1]</sup>

Claudenir Santos<sup>[2]</sup>

- **Memórias das trajetórias e lutas de zé cláudio e maria do espirito santo**



Maria do Espírito Santo e José Cláudio Santos. Casal assassinado em tocais no projeto de assentamento Praia Alta Piranheira, no município de Nova Ipixuna, sudeste do Pará.

Fonte: Felipe Milanez

---

<sup>[1]</sup> Irmã de José Claudio Ribeiro da Silva e cunhada de Maria do Espírito Santo da Silva. Advogada, apresentou Trabalho de Conclusão de Curso sobre a saga do irmão e da cunhada na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). É ativista dos direitos humanos e do meio ambiente. E-mail: claudelicesantos2@gmail.com.

<sup>[2]</sup> Irmã de José Claudio do Ribeiro da Silva e cunhado de Maria do Espírito Santo da Silva, pedagogo e ativista dos direitos humanos e do meio ambiente.

Sol. Manhã de terça-feira. O calendário marca 24 de maio de 2011. A família acorda com a notícia de que José e a Maria foram assassinados. No entanto, talvez Maria ainda estivesse viva. Mas, não estava. Desde então nossas vidas mudaram completamente. José Claudio e Maria haviam alertado os poderes públicos por diversas vezes que iriam morrer, caso algo não fosse feito por parte do Estado.

Existe uma quantidade expressiva de boletins de ocorrência e de carta denúncia sobre as ameaças que sofriam. Em novembro de 2010, em Manaus, por ocasião da realização do evento Ted Amazônia, José voltou a registrar as ameaças que vinha sofrendo: “sou castanheiro desde os sete anos, defendo onde moro com minhas forças, denuncio, vou pra cima. Por isso vivo com a ameaça de levar uma bala na cabeça. Por isso eles acham que não devo viver”. Em outras ocasiões também já havia denunciado em entrevistas televisionadas nacionalmente sobre o risco que sofria. Nada foi feito.

Nada disso garantiu uma ação efetiva do Estado no sentido de investigar as ameaças de morte, e/ou solucionar as denúncias, como o desmatamento ilegal e as grilagens de terras públicas no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Praia Alta Pinheira, no município de Nova Ipixuna, nas imediações de Marabá, cidade polo do sudeste paraense.

Desde os anos 2001, o nome de José Claudio fazia parte da lista dos marcados para morrer. Subsequentemente, em 2004, o nome de Maria também passou a integrar a mesma lista, conforme caderno de conflito da CPT (Comissão Pastoral da Terra). No documento de 2004, que a inclui, é ressaltado que Maria havia sofrido ameaças de morte mais de uma vez, ou seja, já havia evidências e denúncias das ameaças.

Quando instituído em 1997, o PAE continha 85% de cobertura vegetal. Nos dias atuais, por conta da atuação das madeireiras,

expansão agropecuária, desmatamento e reconcentração de terras públicas na região, resta somente 20%. O PAE é único nesta categoria no sul e sudeste do Estado, que abriga mais de 500 projetos de assentamentos rurais. É a maior concentração de PAs do país. Esse reconhecimento de ocupações em projetos de assentamentos aconteceu após o Massacre de Eldorado, ocorrido no dia 17 de abril de 1996.

Maria e Zé Claudio seguiam da casa onde moravam para a cidade de Marabá, quando foram brutalmente assassinados em uma emboscada cruel e covarde. Maria foi atingida com disparos de cartucheira que perfuraram o coração e os pulmões. Foi a primeira a tombar sem vida, atingida pelos balins<sup>[3]</sup>. Zé Claudio sofreu perfurações no coração e no pulmão. Os pistoleiros saem do mato, arrastam o casal pelos braços. Zé Claudio ainda respirava quando o capacete foi retirado, e em um ato desumano e torturante a orelha direita foi cortada. Como se fosse uma assinatura do pistoleiro. Um recado para os demais moradores do lugar. Um alerta. A primeira pessoa a chegar no local relata que ele ainda estava vivo e tentava falar algo.

Por volta das 5h da manhã (segundo uma das testemunhas), os dois assassinos passaram em direção ao local onde montaram a emboscada. Ficaram em posição estratégica ao pé de um pequeno morro, e, sobre ele, às margens de um igarapé de açai que atravessa a estrada, onde o casal passaria. Sobre o igarapé havia um “pontilhão” uma espécie de ponte improvisada com toras de madeira. O pontilhão estava muito desgastado. Para passar era necessário diminuir a velocidade. Assim, com uma vista privilegiada os pistoleiros não tive-

---

<sup>[3]</sup> Balins são esféricos de chumbo que juntos em um dispositivo de percussão torna-se uma ogiva, que constitui o projétil das armas de fogo conhecidas popularmente como cartucheira.

ram dificuldades em identificar quem passava na estrada. José Claudio e Maria sempre andavam juntos na motocicleta.

Zé Claudio quando foi assassinado estava com 54 anos. É o filho mais velho da nossa mãe, Dona Raimunda. O primogênito de uma família grande. Nascemos em 16 filhos, onde 11 chegaram a vida adulta. Zé Claudio teve uma infância essencialmente rural/florestal, como ele mesmo dizia: “sou castanheiro desde os meus sete anos de idade”. Zé era o braço direito do vovô Nelson Branco, que o criou como se filho biológico fosse. Inclusive o registrou como filho.

Zé Claudio prestou serviço militar no Exército. Neste período teve sua primeira filha, a Adriana. Anos mais tarde casou-se e teve mais três filhos, destes, sobreviveu o Zé Claudio Junior. Zé era o xodó da nossos avós, e muito querido pela família. Estudou somente até o ensino médio incompleto, mas, tinha uma inteligência grande com os números, poemas e desenhos.

Zé era um engenheiro nato. Por conta própria construía equipamentos e formas de produção de óleos da floresta, construiu uma prensa para extração de óleo de castanha do Pará, a seco, como ele gostava de dizer, e que fazia questão de mostrar a todos que os visitavam. Ele e Maria, depois de muitos testes, conseguiam tirar óleo de Andiroba em tons verdes. Eles amavam, pois era muito bonito e diferente. Produziam vários subprodutos da farinha da castanha do Pará. Sempre foram muito cuidadosos com as pautas e documentos da APAEP (Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranha). Documentos que ainda guardamos com muito cuidado e amor. Zé, apesar de ter uma feição séria, voz firme e alta, era dono de um coração gigante, e não havia pedidos de ajuda que ele não acudisse.

Maria nasceu no município de São João do Araguaia, no dia 08 de dezembro de 1957. Era a quarta irmã em ordem de nascimento, sendo a terceira filha do casal Dona Maria José da Silva Santos e de Seu Luiz, a quem chamava de pai. Maria teve seis filhos biológicos e um adotado.

Em seu trabalho de conclusão de curso, defendido em 2004, com o título “MEMÓRIA, HISTÓRIA, LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS” para obtenção do Curso de Magistério pelo PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) na UFPA (Universidade Federal do Pará), Maria relata desde sua infância, a militância, as ameaças de morte e episódios que a marcaram enquanto pessoa em construção. Muito do que escrevemos aqui sobre ela é retirada desse documento escrito por ela.

“Reuni, neste memorial, vários personagens, entre eles, a minha família, todos os educadores e educadoras da UFPA, os colegas e as colegas de turma, entre outros. Escrevi histórias que, talvez, nunca seria possível de serem contadas para alguém. Quando registramos nossas histórias no papel, elas passam a ter mais sentido tanto para mim, na condição de autora, como, para as pessoas que terão a oportunidade de ler (SILVA, 2004)”

Eles gostavam muito de contar o quanto foi excêntrico a forma como se conheceram. Ambos exercendo a cidadania. Ela mesária nas eleições municipais de 1988, a primeira eleição após a ditadura civil militar, e ele na condição de eleitor. Zé sempre dizia que nessa eleição quem ganhou foi ele, pois desde então nunca mais se separaram. Quando da emboscada somavam 23 anos de união.



Zé e Maria foram mais que marido e mulher. Foram companheiros de lutas e amigos. Zé cuidava do filho adotado, da reserva do casal (eles preferiam chamar o lote do casal de reserva, e não de fazenda, pois não tinham animais de grande porte) e da militância, enquanto Maria se dedicava aos estudos, da militância e da reserva do casal nos períodos de alternância do curso. Maria enquanto estudante do curso de Pedagogia, que também foi ofertado pelo PRONERA/UFPA, era um exemplo para todos. Ela era uma educadora popular. Seus projetos e defesas sempre eram voltados para o bem comum, a floresta como recursos sustentáveis e os povos do campo como protagonistas.



Maria do Espírito Santo em espaço de estudo e José Cláudio descascando castanha no PAE Praia Alta, Nova Ipixuna/PA. Foto: Felipe Milanez

Maria enfrentava seus medos em sala, mas sempre confiante e perseverante. Animava e ajudava a todos da turma. o primeiro estágio foi na educação infantil. Alguns colegas informaram que não existia esse nível de educação nas escolas de seus assentamentos. Maria propôs a realização de uma pesquisa sobre as crianças que estavam fora da escola. As crianças sem escola, as desigualdades sociais, as precárias políticas públicas ou a ausência delas, principalmente no campo, provocava na educadora profunda indignação.

A partir dessa pesquisa e da realização do estágio com crianças de três a seis anos de idade, e com a ajuda da comunidade, o poder público não pôde negar que não crianças em idade entre zero a seis anos estavam sem escola nos assentamentos. A partir disso a prefeitura municipal implantou essa modalidade de ensino em todos os assentamentos do município de Nova Ipixuna e outros da região sudeste do Estado do Pará.

Maria pensava em todos da turma e ajudou alguns colegas nos trabalhos de conclusão do curso, com apoio às leituras e à escrita. Porém, durante o processo de estudo, Maria sofria em demasia, contudo, quase ninguém percebia. Por conta disso desenvolveu várias síndromes, pois a pressão (das ameaças de morte) era grande. Ver a floresta sendo destruída, as ameaças de morte aos agricultores acampados, as grilagens de terras públicas, para ela era representava um grande sofrimento.

A conjuntura provocou nela vários momentos de crises, como a esquizofrenia, sendo muitas vezes levada ao psiquiatra. Porém, nada a impediu de continuar. Resistiu bravamente e concluiu o curso. Em seu trabalho “Memória, História, Lembranças e Esquecimentos” Maria relata sobre as ameaças e as crises:

“(...) logo no período que eu estava no curso aqui na UFPA, cheguei a ser avisada que os pistoleiros estavam a minha procura... aqueles dias estavam sendo terríveis. A professora Cleide chegou a perceber o que estava acontecendo, e, ela me chamou e disse que se eu quisesse, podia dar um tempo... mas eu só parei uns três dias, porque ligaram para minha casa, e disseram que eu estava sendo alvo fácil (SILVA, 2004)”

O curso realizado por Maria é marcado pela Pedagogia da Alternância, em formato modular. O formato alterna tempos escola e tempos comunidade. A ideia é favorecer a reflexão das realidades do educando a partir dos conteúdos de ensino. Um diálogo entre os diferentes saberes numa perspectiva crítica.

Em seu trabalho de conclusão de curso, Maria revela que não é possível ser um sujeito crítico, sem refletir sobre as suas ações, sem compreender os valores econômicos, políticos, sociais e culturais da sua realidade e da sociedade. Em sua trajetória, Maria notou que por meio das palavras descobrimos a importância de estar no mundo. Tinha o sonho de ver todas as famílias do PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) agregando valor a sua renda com o extrativismo. Vivendo e convivendo harmoniosamente com a floresta.

Em sua vivência na universidade, durante os processos de ensino-aprendizagem, ocorreu a sugestão da construção de uma biblioteca itinerante. Maria selecionava livros e revistas com carinho. Seguia de casa em casa. Dedicava paciência aos idosos, aos que não tinham o domínio da leitura. Junto a elas, lia. Facilitava a leitura a partir das imagens. Às famílias alfabetizadas levava livros. Elas escolhiam os que queriam ler, e, por um tempo ficavam com os livros. Assim, os livros circulavam por algumas casas do assentamento.

- **A conquista do projeto de assentamento agroextrativista praia alta piraneira em nova ipixuna no contexto da luta pela terra e a preservação da floresta no sudeste paraense.**

Os anos da década de 1980 são os mais violentos nas jornadas de luta pela terra no sudeste paraense. Os fazendeiros organizados a partir da UDR irão mediar a morte de posseiros, sindicalistas, militantes, religiosos e assessores, a exemplo dos advogados filiados à defesa da reforma agrária. Nestas batalhas, as respostas do Estado sempre foram a omissão e ou ações coercitivas contra os posseiros, os sem-terra e os trabalhadores rurais.

A luta pela terra no sudeste paraense é marcada pela violência contra os trabalhadores sem-terra. A violência e os conflitos constituem elementos centrais, constantes e estruturantes na região, bem como a parcialidade da Justiça nas situações de conflito da luta pela terra. Salvo raríssimas exceções. A ineficiência das apurações de denúncias de ameaças de morte, bem como a resolução de litígios fundiários, os processos judiciais que se arrastam por décadas, quase sempre precários, dão o tom de impunidade e perpetuação das violações. Um verdadeiro incentivo.

É nesta conjuntura que, em 1996, ocorre o Massacre de Eldorado dos Carajás, na gestão do governo do médico Almir Gabriel (PSDB). Neste momento Zé e Maria já faziam parte dos debates sobre a reforma agrária, defesa do meio ambiente e dos direitos humanos. Aprenderam em acampamentos e ocupações, inspirados na luta de Chico Mendes pela preservação da floresta, que somente com a luta poderiam alcançar os seus direitos.

Assim nasce o PAE Praia Alta Piranheira, no ano de 1997, um ano após o Massacre de Eldorado e um apelo nacional por um olhar aos moldes de implantação de projetos de assentamento que respeitasse o modo de viver das comunidades tradicionais. Uma reivindicação contra a grilagem de terras, em particular áreas de florestas, de castanhais de domínio público ou do povo, como eram denominados.

Segundo o PDA<sup>[4]</sup> – Projeto de Desenvolvimento do Assentamento de 1999, antes de se tornar o PAE- Praia Alta Piranheira, essa região era parte das terras devolutas e castanhais de domínio público. A senhora Isaura Duarte era quem dispunha do título de aforamento da área, que, depois de alguns anos, passaria os direitos de aforamento para Benedito Mutran, este oriundo de uma família oligárquica de Marabá. A mais violenta da região.

A família Mutran dominava a extração e exportação de castanha do Pará, predominantemente com trabalho dos castanheiros, que em sua maioria vinha da região Nordeste do país. O absurdo da história dessa área é que, para devolver ao Estado, a família Mutran solicitou uma indenização, e o Estado assim acatou o pedido, que ainda segundo o PDA (1999)<sup>[5]</sup>, somente foi repassado uma pequena quantia, depois de debitar impostos não pagos. Segundo Silva (2011), além da mão de obra vinda de outros estados, utilizava-se da mão de obra de presos, como uma forma de remição da pena. O des-

---

[4] PROJETO LUMIAR. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento:** Projeto de Assentamento Extrativista Praia Alta Piranheira. Nova Ipixuna: Equipe do Projeto LUMIAR,1999.

[5] PROJETO LUMIAR. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento:** Projeto de Assentamento Extrativista Praia Alta Piranheira. Nova Ipixuna: Equipe do Projeto LUMIAR,1999.

matamento dessa região é fortalecido na década de 1970. No Brasil, nesse período, vivíamos sob o regime militar, no turbilhão da campanha estatal para a “ampliação das fronteiras econômicas do país” dentro do Programa de Integração Nacional (PIN), sobretudo com a construção da rodovia Transamazônica, a BR 230.

O PAE Praia Alta Piranha está localizado às margens do rio Tocantins, no município de Nova Ipixuna, na região sudeste do Pará e ocupa uma área de castanhal com 22 mil hectares. Faz parte da área de convergência que compõe a “Região de Integração Lago de Tucuruí”<sup>[6]</sup>. O PAE foi criado e homologado em 22 de agosto de 1997, matriculado em nome da União sob o nº 01385, as fls.001, livro n 2-F do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Marabá no Estado do Pará através da portaria nº 42 de 21 de agosto de 1997.

A criação do PAE não foi uma iniciativa do Estado brasileiro. O PAE resulta em sua essência da mobilização da comunidade local e da pressão de parte da sociedade. Naquele momento surgiam inúmeros debates acerca da criação de assentamentos da reforma agrária a partir de uma perspectiva conservacionista. Um modelo de assentamento que levasse em consideração o modo de vida e cuidado com

---

<sup>[6]</sup> Região de Integração Lago de Tucuruí é dentre as doze regiões adotadas para fins de planejamento pelo Governo do Estado do Pará uma das que possui o menor número de municípios. Situada no sudeste do Estado do Pará e composta pelos municípios de Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí. - UFPA- NAEA, Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Lago de Tucuruí, Pará, 2013, p9.

a terra das comunidades tradicionais, que historicamente já faziam a conservação da floresta.

Para a concretização dessa luta por meio da criação do PAE o apoio de algumas organizações da sociedade civil, instituições e lideranças foram fundamentais, onde registramos a cooperação do CEPASP (Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular), aquela época representado pelo pesquisador Raimundo Gomes da Cruz Neto, conhecido como Raimundinho; o CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros), que atualmente denomina-se Conselho Nacional das Populações Tradicionais, representado pelo senhor Atanagildo de Deus Matos, a FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no Estado do Pará); a CPT (Comissão Pastoral da Terra – CPT), a Cooperativa Correntão e o STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

Estas duas últimas organizações também criadas pelos agricultores e agricultoras para fortalecer as lutas e melhorar a organização popular. Existia uma articulação dessas organizações e de comunitários locais desde 1992. No entanto, somente em 08 de junho de 1997 criou-se a APAEP (Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Agroextrativistas Praia Alta e Piranheira), com 77 sócios fundadores, ou seja, somente se concretiza cinco anos mais tarde, em 1997.

Mesmo com empenho das lideranças locais, no sentido de sempre acompanhar o ainda recente processo de criação do PAE Praia Alta Piranheira, observou-se que o Estado foi omissos desde o princípio no quesito de efetivar a regularização fundiária. Nesse caso específico, após a formalização da criação do PAE, é que foram analisados o fato de que dentro da área geográfica do PAE havia seis fazendas passíveis de desapropriação, e com isso, provocaria no futu-

ro situações de conflitos. Ainda assim o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) não trabalhou efetivamente para solução dessas pendências por anos.



José Cláudio na mata do PA Praia Alta Pinheira.

Fonte: arquivo da família.

As áreas com pendência de regularização que ficaram dentro da área total do PAE são: a Fazenda Tracoá, do senhor Luiz Carlos Oliveira que se declarava proprietário; a Fazenda Galvão, de propriedade declarada de Welligton Souza; a Fazenda Cupú, de propriedade declarada de Joaquim Lopes; a Fazenda Mamona, de propriedade declarada de Mauro do Vale Godin; a Fazenda Passe Bem, de propriedade declarada de Edson Alvarenga; e a Fazenda São Pedro, de propriedade declarada de Gilvan P. Oliveira.



Numa carta escrita em 24 de novembro de 1999, pelos ditos “donos/proprietários” das fazendas e encaminhada ao senhor Luiz Fernando Matos Pimenta, na época diretor do departamento fundiário do INCRA, os fazendeiros alegaram que já havia se passado um ano e meio desde que o PAE havia sido criado, e que não haviam recebido nenhum comunicado oficial aos “proprietários” informando-os sobre as condicionantes para quem vive em uma área de PAE, muito menos informando que quem não concordasse com a filosofia do projeto, poderia o INCRA o indenizar quanto às benfeitorias realizadas.

Na carta, acrescentam que ao menos o principal ainda não havia sido realizado, que é a fiscalização das fazendas para procedimentos posteriores (a negociação para desapropriação), que a morosidade do processo de vistoria lhes causava prejuízos, os fazendeiros determinavam prazo para que o INCRA executasse o procedimento, fixando a data em 01 de janeiro do ano de 2000. Os referidos fazendeiros declararam que após o prazo retomariam as atividades.

Para o grupo de fazendeiros, a inoperância do Estado frente a não resolução das pendências, poderia provocar possíveis conflitos na região, e que o INCRA seria o principal responsável, haja vista que não estava trabalhando de modo a resolver as pendências burocráticas quanto a desapropriação.

Em 14 de julho de 2001 Zé Claudio recebe ameaça de morte, e no mesmo ano entra para lista de pessoas marcadas para morrer, e passa a ser acompanhado pela equipe da CPT- Comissão Pastoral da Terra, que monitora as situações de violência no campo. Assim o nome de Zé Cláudio passa a fazer parte do Caderno de Conflitos de 2001, na página 81, publicado em julho de 2002.

É importante observar que de fato nesse período não existia registro de conflitos de terra na área do PAE, porém com a inoperância

do INCRA, e posteriormente a negligência do IBAMA, iniciava-se um longo período marcado por tensões, detenções e mortes.

Em 2003, devido a morosidade do INCRA em resolver a situação das fazendas dentro da área do PAE, Maria e Zé com outros companheiros do sindicato e da associação local decidem ocupar a área da Fazenda Cupú, como modo de pressionar o Estado a regularizar a área e assentar as famílias que estavam no aguardo para serem assentadas. Na época, Maria era a presidente da associação local e estava à frente da ocupação. Logo o fazendeiro fez uma denúncia na delegacia de Nova Ipixuna, e no dia 13 de novembro Maria foi levada detida para a delegacia do município, por ter se recusado a repassar para o delegado o nome dos trabalhadores que estavam ocupando a área. Sobre esse momento Maria escreveu:

“A última pressão que eles me fizeram foi no ano passado, no dia 13 de novembro de 2003, por volta do meio dia, quando chegaram em minha casa um fazendeiro e dois agentes da polícia civil, querendo, por tudo que eu entregasse uma relação com os nomes dos trabalhadores. Como eu falei que não dava o nome de ninguém, discutimos por alguns minutos, por fim eles disseram: *já que você não vai passar pra nós os nomes dos trabalhadores, você vai no lugar deles*. Eu não tive medo, em momento algum” (SILVA, 2004).

Além das pressões em função da ocupação da fazenda Cupú, uma outra ameaça ao casal logo se acirrou a extração ilegal de madeira, o que deixaria José e Maria, mais uma vez, no centro de um conflito que se arrastaria por anos sem que o Estado tomasse qualquer providência no sentido de solucionar os conflitos ou investigar as denúncias. A exploração ilegal de madeira iniciou no final da década

de 1990, e se manteve por vários anos, mesmo sob constantes denúncias do casal e dos moradores que chegaram a barrar e fotografar os caminhões com as toras de madeira. A partir desse momento o casal passou a sofrer ameaças também dos madeireiros. Eram em dois os ameaçadores: grileiros e madeireiros.



Exploração ilegal de madeira no PA Praia Alta Piranheira, em Nova Ipixuna, Pará.  
Fonte: arquivo da família.

Dia 8 maio de 2004, Maria também entra para o rol de ameaçados de morte (Zé Claudio havia entrado para a lista em 2001), no caderno de conflito da Comissão Pastoral da Terra, o nome da Maria e marcado com dois asteriscos (\*\*) que indica que Maria foi amea-

çada de morte mais de uma vez. Enquanto isso o nome do seu companheiro ainda compõe o rol de ameaçados, nesse momento os dois entram para a lista. Em 2011 deixam a lista, quando são assassinados.

Jacundá	Fazenda Raio do Sol	20/01/2004	Cicero Cordeiro dos Santos	A	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Bandeirantes	06/12/2004	Domingos da Silva, "Índio"	A	Sem - terra
Marabá	Fazenda Bandeirantes	06/12/2004	Manoel Pereira da Rocha	A	Sem - terra
Marabá	Ameaça de morte de Antônio Gomes	30/01/2004	Antônio Gomes	A	Presidente de STR
Marabá	Fazenda Macaúba	08/02/2004	Juarez	A	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Macaúba	08/02/2004	"Negão Bandeirante"	A	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Verena	28/01/2004	Raimundo Pereira da Silva	A	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Minas Gerais	18/02/2004	Jean Alves de Sousa	15	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Minas Gerais	18/02/2004	Francisco Célio Barros Ferreira	33	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Minas Gerais	18/02/2004	Gilvan-Souse-des-Santos	30	Trab. Rural
Marabá/ São Geraldo do Araguaia	Faz. Santa Maria/Buritizal	15/11/2004	Edmundo Rodrigues de Sousa	A	Trab. Rural
Nova Ipixuna	Ass. Praia Alta Piranhais/Cupu/Passo Bem/Mamona	08/05/2004	Maria do Espírito Santo da Silva**	46	Liderança
Nova Ipixuna	Ass. Praia Alta Piranhais/Cupu/Passo Bem/Mamona	08/05/2004	José Claudio Ribeiro da Silva	47	Liderança
Novo Progresso	Gleba Curuá	04/07/2004	Três filhos menores de Ivanilde Prestes	3	Trab. Rural
Novo Progresso	Gleba Curuá	04/07/2004	Aparecido Souza	A	Trab. Rural
Novo Progresso	Gleba Curuá	04/07/2004	Ivanilde Maria Prestes Alves	35	Trab. Rural
Novo Progresso	Gleba Curuá	04/07/2004	Ademir Prestes	A	Trab. Rural
Ouriândia	Fazenda de César Machado	20/03/2004	Silvano Lopes de Souza	A	Trab. Rural
Ouriândia	Associação Associação II	10/08/2004	Silvano de Assis Romão da	A	Trab. Rural

No relatório da CPT de 2004, constam os nomes de José Cláudio e Maria do Espírito Santo na lista de marcados para morrer.

Fonte: CPT Nacional.

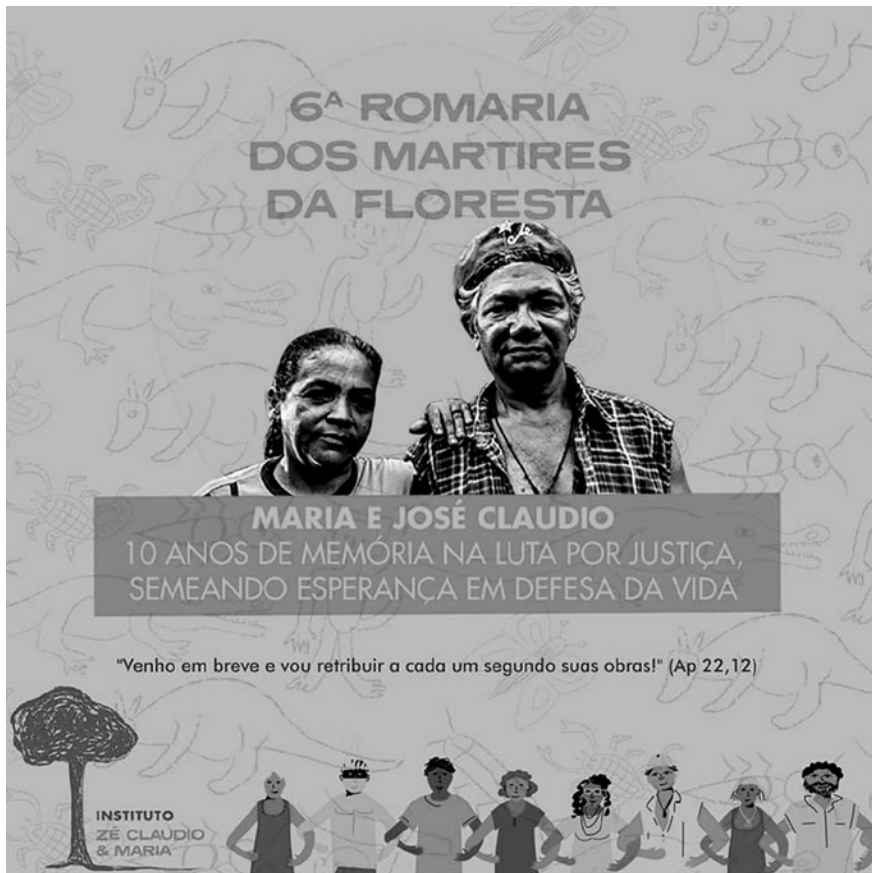
Zé Claudio e Maria se identificavam como agricultores e extrativistas, para dizer que tanto trabalhavam a terra como a floresta. Sabiam da importância da floresta em pé e preservada. Detinham o conhecimento ancestral sobre o uso da floresta e sua diversidade em riquezas, tinham paixão pela agricultura sustentável. Zé e Maria tiveram uma vida simples, porém digna, juntos na luta dos movimentos sociais desde a década de 1990. Eles lideravam o movimento no município, e lado a lado com companheiros de lutas promoveram parcerias com universidades, organizações não governamentais entre outras instituições, sempre no sentido de promover a justiça social, melhorar organização local e a produção sustentável através da agricultura e do extrativismo.

Ao observar ligeiramente a trajetória do casal entrelaçada com a criação do Praia Alta Piranha no contexto regional, não dá conta de todas as lutas travadas durante anos, nas questões fundiária, ambiental, social, política e econômica. Zé e Maria não somente denunciavam as violações, também buscavam soluções para as questões que afetavam a comunidade. Ao se olhar de forma aligeirada sobre as situações, nota-se que existe muita ênfase sobre as questões das denúncias, a organização pela posse da terra (de modo pejorativo) e as vezes descontextualizado dos aspectos da busca/luta pelos direitos e garantias fundamentais, como o acesso à terra, meio ambiente equilibrado e o tão sonhado bem estar social.

Zé e Maria andavam na contramão do desmatamento, buscavam parcerias que potencializasse a produção florestal, que reverberaram até hoje. Em 2004, a partir da pressão de madeireiros e na busca por alternativas que fizesse uma contraproposta, realizaram uma associação com o governo federal através do ministério do meio ambiente e a UFPA, através do LASAT- Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins, por meio do qual executaram vários projetos que otimizava além da comercialização de produtos florestais do PAE, também a elaboração e execução de um Plano de Manejo Florestal Comunitário, que além da formação em manejo florestas aos agricultores/extrativistas da região, realizaram um levantamento do potencial florestal madeireiro e não madeireiro do PAE. A partir desses dados, foram realizadas análises comparativas econômicos sobre a floresta manejada. Como resultado desse trabalho devemos destacar a criação do grupo de mulheres GTAE- Grupo de Trabalhadoras Artesanais Extrativistas, que resistem até hoje com a produção subprodutos de óleos florestais.



- **Questões fundiárias não resolvidas e o sacrifício de vidas nas disputas pela posse da terra e de outros recursos naturais**



Panfleto sobre a Romaria dos Mártires da Floresta em homenagem a José Cláudio e Maria.

Fonte: redes sociais.

A atuação de Zé e Maria há tempos trazia grandes desconfortos para madeireiros, fazendeiros e seus aliados no município. Segundo as investigações da Polícia Civil do Estado do Pará, o estopim do conflito que certamente ocasionou o assassinato de Zé e Maria foi a disputas de terras, não pelo casal, mas por um grupo de agricultores que pleiteavam a mesma área de terra que o fazendeiro mandante do crime havia comprado ilegalmente.

Antes de chegarmos neste ponto, faz-se necessário compreender como esse conflito evoluiu culminando no duplo assassinato. É importante que se entenda o que ocorreu antes do conflito entre o mandante José Rodrigues e o grupo de agricultores do PAE.

Uma das fazendas que havia ficado dentro dos limites do assentamento, passados alguns anos, passou a ser de “propriedade” da senhora Neusa Santis, ex-cartorária de Marabá. Para maquiagem a posse ilegal, ela dividiu a terra em três partes e colocou em nome de terceiros. A cartorária Santis sabia das irregularidades, e também que o INCRA futuramente poderia desapropriar a área, e repassar às pessoas com perfis a serem beneficiárias da reforma agrária. Após as reivindicações dos trabalhadores ocupantes da área para a efetiva resolução do conflito junto ao INCRA, a cartorária inicia seu plano para se desfazer do problema e não ter prejuízos. Desta forma ela passa a negociar a área com uma pessoa estranha ao PAE, o José Rodrigues, que também comprou outra parcela totalizando dois lotes. José Rodrigues não morava na região, foi somente quando adquiriu as terras que se mudou para o assentamento. Antes ele morava na região de Bom Jesus do Tocantins.

José Rodrigues, antes de consolidar a compra, procurou o casal para informar que estava adquirindo aquelas terras. No entanto, o casal sugere que não fizesse a negociação, pois aquelas terras estavam



em litígio. Porém, José Rodrigues de maneira intimidadora retruca, dizendo que “compraria a briga”, e que seria o novo proprietário daquelas terras.

A partir deste ambiente, os desafios ganham maior proporção, tanto para Zé e Maria, quanto para os agricultores que pleiteavam a área. José Rodrigues iniciou uma violenta fase de perseguições, expulsões, queima de barracos dos agricultores, destruição das lavouras, ameaças de morte, exploração da floresta com a retirada de madeira, instalando na região um clima de medo e insegurança para todos.

### Suspeitos foram ao local do crime 2 dias antes

Conforme o relato das testemunhas ouvidas no processo, Lindson Jonson e Alberto Santos estiveram no local da emboscada dois dias antes do crime. “Eles estudaram toda a área e também conversaram com colômbios que conheciam as estradas vicinais da região”, afirma Silvio Maús. De acordo com o supérfluo, no dia do crime, 24 de maio, por volta de 16 horas da manhã, Lindson Jonson e Alberto Santos chegaram ao local do crime, em uma estrada vicinal que dá acesso ao assentamento, onde aguardaram a passagem do casal, que seguia em direção à sede do município de Nova Ipixuna. Quando a motocicleta conduzida por José Cláudio atravessava a ponte, o ocasião em que teve que reduzir a velocidade da motocicleta, os dois acusados saíram do mato, armados com uma



Polícia não tem pistas do paradeiro dos executores

espingarda. Um dos homens efetuou o primeiro disparo, sendo que um dos carros de chumbo atingiu o coração de Maria do Espírito, que ainda conseguiu caminhar alguns metros, caindo logo a frente. Em seguida, o pistoleiro efetuou um segundo disparo, que atingiu José Cláudio.

Depois que consumaram o crime, os dois homens tiveram o cuidado de retirar os corpos da estrada e carregá-los para a mata, no intuito de dificultar a localização dos mesmos.

Ainda segundo a Polícia, para confundir as investigações, os criminosos cortaram uma das trilhas de José Cláudio. Antes de fugir, usaram uma motocicleta que havia sido escondida a 100 metros do local da emboscada, um dos criminosos jogou na mata uma máscara de “mergulho”, comentários usados por participantes, sendo que a mesma foi encontrada e contribuiu como prova, para a elucidação do caso.

Para a imprensa, o delegado do Silvio Maús declarou que a identificação dos envolvidos nas mortes só foi possível graças ao depoimento das teste mudas, nos lados da pista e ao trabalho minucioso realizado pelos delegados que não aram no inquirir. “Tivemos que montar um verdadeiro quebra-cabeça, uma vez que trata-se de um crime sem testemunhas”, disse Maús.

### Justiça deve decretar prisão dos três acusados

Mesmo diante da conclusão do inquérito policial, já protocolado na Justiça, os delegados que acompanharam as investigações ainda enfrentam um obstáculo: impasse com o juiz Murilo Lemos Simão, uma vez que o terreno pedido de custódia preventiva dos acusados permanecer em aberto na comarca de Marabá desde a quinta-feira, 14. Astenientemente, outros três pedidos foram repelidos pelo magistrado. “A fazemos nossa parte. Agora depende da Justiça”, disse o sem delegado geral da Polícia Civil do Pará, Nilson Athayde.



Fonogêdo, José Rodrigues é acusado de mandar matar

De acordo com os delegados, desde o primeiro pedido de prisão o Ministério Público se manifestou favoravelmente a decretação das mesmas, face ao conjunto de provas colhidas no decorrer do inquérito. “Sem Mandado não podemos prender ninguém”, lamentou Nilson Athayde.

Na manhã de ontem, o juiz requisitou novas diligências, antes de apreciar os pedidos de prisão dos acusados. Em contato com a reportagem na tarde de ontem, a assessoria de imprensa do TJ do Pará informou que pediu informações sobre o caso ao magistrado Murilo Lemos Simão, sendo que o mesmo teria declarado

que não falaria sobre o processo, por conta do mesmo tratar na Comarca, em segredo de Justiça.

#### IMPUNIDADE

Em nota divulgada ontem, a coordenadora da Funasa

Pastoral da Terra de Marabá criticou duramente a postura do juiz Murilo Lemos Simão da Vara Privativa do Tribunal do Juri, que já negou por duas vezes os pedidos de prisão preventiva contra os acusados de participação nas mortes do casal de ambientalistas José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo. Para a CPT, “o segredo de Justiça da prisão dos acusado por duas vezes, o juiz contribuiu para que esses fugissem da região”. A nota diz ainda que o magistrado também decretou o sigilo das investigações sem que o delegado que presidia o inquérito ou o Ministério Público tenha solicitado. “Muitos outros crimes de grande repercussão já ocorreram no Estado do Pará (Gabriel Pimenta, Irmã Adelaide, massacre de Eldorado, José Durra da Costa, Irmã Dorothy) e em nenhuma deles foi decretada sigilo de Justiça”, analisa a CPT.

Registro sobre os envolvidos na execução de José Cláudio e Maria do Espírito Santo.

Fonte: arquivo da CPT, Belém/PA.

Em uma dessas ações de violações, um dos episódios transcorreu no dia em 16 de novembro de 2010, quando quatro policiais militares e um da policial civil de Nova Ipixuna, despem-se de suas funções de proteger o cidadão, em especial a proteção da dignidade da pessoa humana. Transvestindo-se com um comportamento de servidores do patrimônio privado, mediante às ordens de José Rodrigues, acompanhado de seu irmão Lindonjonson Silva Rocha, e também de um homem denominado de Gilsão, passam a perseguir, intimidar, ameaçar, disparar tiros com arma de fogo e atear fogo nos barracos dos agricultores. Nesta mesma ação, o agricultor Tadeu, ocupante de um dos lotes foi levado coercitivamente “detido” pela polícia até a delegacia de Nova Ipixuna, e foi obrigado a assinar um documento de desistência e venda do lote em favor de José Rodrigues. Tadeu se sentindo intimidado e muito humilhado, pede socorro ao casal agroextrativista, que por sua vez busca apoio junto a CPT para denunciar as violações de direito e a situação de morte anunciada. A coerção pública a serviço do interesse privado ocorrida em Nova Ipixuna lembra ações registradas no tempo do período ditatorial.

O documento denunciando toda a ação criminosa foi encaminhado ao INCRA e a DECA (Delegacia de Conflitos Agrários), ambas as instituições em Marabá, na tentativa de buscar solução ou ao menos a abertura de um processo investigativo para apurar os fatos objeto da denúncia, porém, nada nunca foi feito. Nas terras do Pará a omissão do Estado é a regra.

Depois deste e de outros tantos episódios de violência, já sabendo que de fato não poderia permanecer na região, Zé Rodrigues e seus comparsas ainda tentam outra estratégia via: a criminalização. Arquitetado pelo menos um ano e meio antes do assassinato do casal, no afã em incriminar Zé Claudio e seus irmãos em um homicídio ocorrido anos antes. A partir deste recurso criaram uma cortina de fumaça quando finalmente conseguiram assassinar o casal, estratégia essa que quase deu certo, se não fosse o fato do citado homicídio ter uma testemunha ocular, e que não reconheceu nem Zé Claudio e nem os outros acusados, e que foram absolvidos anos depois em julgamento.

Os tempos eram tensos. Nós, irmãos do Zé, nos reunimos na casa de um dos irmãos na noite anterior ao assassinato. Tínhamos decidido que iríamos até eles pedir para darem um tempo. Sair do PAE por uns dias. Já tínhamos tentado antes. Mas eles eram irreduzíveis. Não queriam sair antes dos trabalhadores conseguirem suas terras. No dia seguinte, por volta das sete e meia da manhã do dia 24 de maio de 2011, a primeira notícia que recebemos foi a que Zé e Maria estavam mortos. Não poderíamos fazer mais nada, a não ser lutarmos por justiça.

A apuração do crime tramitou na Comarca de Marabá, na Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, está sob o Processo nº 0005851-94.2011.8.14.0028. Na denúncia do Ministério

Público estão os pistoleiros/executores Lindonjonson Silva e Alberto do Nascimento, e como mandante José Rodrigues Moreira.

O primeiro julgamento ocorreu no dia 05 de cinco de 2013 em Marabá. Os executores foram condenados a 42 e 41 anos de prisão respectivamente. No entanto, o mandante José Rodrigues, foi escandalosamente absolvido. O júri foi presidido pelo juiz Murilo Lemos, num julgamento em que, para os familiares, movimentos sociais, e os muitos que estavam acompanhando, o juiz não revelou imparcialidade na condução. O que repete um *modus operandi* do judiciário em terras paraúras nesta modalidade de crime.



Reportagem aborda a participação de policiais e madeireiros na tocaia que culminou na execução do casal de extrativistas em 2011.

Fonte: arquivo da CPT, Belém/PA.

O magistrado desconsiderou nos quesitos (perguntas) elaborado aos jurados o todo do contexto: de violência, tortura (a orelha do Zé Claudio foi cortada enquanto ele ainda estava vivo), sem chance de defesa e premeditação do crime que o casal sofreu, focando tão somente nas ações do casal de modo descontextualizado, como se ele fosse culpado por sua própria morte, justifica dizendo

que “a vítima poderia ter procurado apoio das autoridades” desconsiderando a quantidade de denúncias que o casal havia realizado. Para além da atuação parcial do juiz durante o julgamento, ainda expôs sua total parcialidade na prolação da sentença, verificada principalmente pelas palavras textuais do magistrado, quando afirma às folhas 04, 05 e 06, que:

**(...) o comportamento da vítima contribuiu, de certa maneira, para o crime**, pois, conforme declarado em plenário pela testemunha José Maria, a vítima enfrentou o irmão do acusado Lindonjonson, o corréu José Rodrigues Moreira, tentando fazer justiça pelas próprias mãos, utilizando terceiros (posseiros/sem-terra) para impedir o corréu de ter a posse de um imóvel rural, acarretando assim o agravamento do conflito fundiário, quando a vítima poderia ter procurado o apoio das autoridades constituídas para acionar na justiça a ação do corréu. (grifo nosso) (TJ-PA, 2011).

Atribuir a responsabilidade às vítimas pelas suas próprias mortes, como está na sentença escrita pelo Juiz Murilo Lemos revela a falta de cuidado e respeito com a história de vida do casal. A indiferença aos fatos e a criminalização das vítimas, simples agricultores e extrativistas, desnuda uma opção ideológica na tomada de decisão do magistrado e da magistratura. Uma opção que se desnuda histórica, quando se ilumina outros casos registrados na região.

Desde a criação do PAE havia situações de ameaças e conflitos, e o casal sempre denunciou a situação em todas as esferas de poder. As ameaças de morte possuem registro desde os anos 2000. Até uma carta para na época ministra do Meio Ambiente, Marina Silva foi enviada. Nada foi feito ou investigado pelo Estado. Como podem

atribuir culpa às vítimas assassinadas, mesmo depois de terem gritado tanto por socorro?

Nós, familiares, nunca esqueceremos esse dia. Desde então nossa luta por justiça nunca mais cessou. Inconformados com a absolvição, os advogados assistentes de acusação ingressaram com recurso perante o TJ-PA (Tribunal de Justiça do Estado do Pará) e, em agosto de 2014, os desembargadores anularam o julgamento que absolveu José Rodrigues e imediatamente decretou a sua prisão preventiva.

No dia 15 de novembro de 2015, o pistoleiro Lindonjonson, que cumpria pena de quarenta e dois anos de prisão na Penitenciária de Marabá, teve sua fuga facilitada daquela casa penal. O diretor da penitenciária autorizou o pistoleiro Lindonjonson a ir para área do semiaberto, sendo que ele só teria esse direito no ano de 2028.

De lá, ele fugiu tranquilamente sem que ninguém o incomodasse. A facilitação de fuga de pistoleiros e fazendeiros é expediente recorrente na saga de luta pela terra no Pará. Assim como a parcialidade da justiça. Não existia notícias de que algo havia sido feito para recapturá-lo até o dia 07 de agosto de 2020, quando foi recapturado na zona rural do município de Tucuruí, e se identificava com nome falso, onde era muito temido pelos moradores da região. Pois, segundo a polícia, ele estava envolvido tanto em tráfico de drogas, como em pistolagem.

Em meados de março de 2016, o TJPA, acolhendo outro recurso dos advogados assistentes e do MP, determinou o desaforamento do processo para a capital. E, em dezembro de 2016, ocorreu o segundo julgamento de José Rodrigues Moreira, mandante do assassinato. Desta vez foi condenado a 60 anos pela arquitetura do duplo homicídio contra o casal de extrativistas, José Cláudio e Maria do Espírito Santo.

O julgamento ocorreu à revelia, posto Rodrigues encontrar-se foragido desde o primeiro julgamento. Nestes termos, o pistoleiro e o mandante estavam foragidos. O primeiro desde 2015, e o segundo desde agosto de 2014.

O caso dos assassinatos de José Claudio e Maria é considerado emblemático. Eles foram ameaçados de morte durante 11 anos. Nunca tiveram suas denúncias averiguadas. Apesar da indiferença dos poderes públicos do país, o caso teve e ainda repercute mundo afora.

Reportagens foram publicadas pela Al Jazeera, The Guardian, Clarin e El País. O jornalista e professor Felipe Milanez assinou o roteiro de um documentário e publicou um ensaio fotográfico na revista estadunidense VICE.

O caso da execução de José e Maria é um enredo tantas vezes lido no sul e sudeste paraense. Uma trama na luta pela terra e pela sobrevivência de camponeses, marcada pela mediação do Estado na indução de grandes projetos que favorece parte da elite local, regional, nacional, e mesmo internacional. Como nos anos da ditadura.

Trata-se de um Estado que toma partido dos grandes: favorece financiamentos, na maioria das vezes é omissos à grilagem de terras, negligente na apuração de denúncias de ameaças de morte, e quando as mesmas ocorrem, como no registro aqui elencado, criminaliza os que defendem o interesse coletivo e público, o direito à terra, ao trabalho, à natureza e à vida.

E o que fica? É a OUSADIA dos familiares na luta por justiça. O que fica? É a nossa dor e sofrimento pela perda que nos atravessa todos os dias como facas. Fica o lamento de não termos mais o carinho, os sorrisos largos e sinceros, o aconchego e a força do Zé e da Maria. Todas as vezes que pensamos neles, pensamos que seus algozes estão livres, que os comparsas sequer foram indiciados, e que se encontram impunes.

O que fica é a inspiração na coragem e na força que eles tinham, em defender o próximo, em amar a natureza a ponto de doarem suas próprias vidas, e assim seguimos honrando, sentindo medo, sentindo orgulho, e uma saudade sem fim.

Ao passo que lutamos para que Zé e Maria não sejam esquecidos, lutamos por justiça para tantos os defensores e defensoras de direitos humanos que estão nesse momento implorando por socorro, e não há a quem recorrer, defensores da terra, das águas, das florestas. Não podemos permitir que a história desses guerreiros e guerreiras sejam jogadas na vala do esquecimento, e como uma luz que nos guia devemos sempre honrar essas histórias inspiradoras.

Zé Cláudio e Maria, presente!

Viva os povos das Floretas

Viva a Floresta em pé

## • Referências


Projeto Lumiar. Plano de Desenvolvimento do Assentamento: Projeto de Assentamento Extrativista Praia Alta Piranha. Nova Ipixuna: Equipe do Projeto LUMIAR,1999.

SILVA, Maria. Biodiversidade e Sustentabilidade como Práticas Pedagógicas nas Escolas do Projeto de Assentamento Extrativista Praia Alta Piranha, no Município de Nova Ipixuna – Trabalho de Conclusão de Curso- Licenciatura Plena em Pedagogia do Campo – Universidade Federal do Pará, Marabá, 2011.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Processo nº 0005851-94.2011.8.14.0028. Marabá, 2011.

Universidade Federal do Pará - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Lago de Tucuruí, Pará, 2013.





Vim aqui só pra dizer  
Ninguém há de me calar  
Se alguém tem que morrer  
Que seja pra melhorar

Tanta vida pra viver  
Tanta vida a se acabar  
Com tanto pra se fazer  
Com tanto pra se salvar.  
Você que não me entendeu  
Não perde por esperar

Réquiem para Matraga  
Geraldo Vandré

PODERE II DIGIÁRIO  
FÓRUM  
LUIZ JOSÉ ELIA MONTENEGRO LOPES

Dorothy Mae Stang  
07  
06  
31  
12  
02  
05

# | BENEDITO ALVES BANDEIRA: O HOMEM QUE MORREU NA LUTA DO POVO<sup>[1]</sup>

Elias Diniz Sacramento<sup>[2]</sup>

- **Introdução**



Cartaz em homenagem a Benezinho.

Fonte: arquivo da CPT/Belém/PA

---

<sup>[1]</sup> Fragmento da tese “É muito triste não conhecer o pai. A herança da violência e os familiares de Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles” apresentada em 2020 na UFPA.

<sup>[2]</sup> Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor da Faculdade de História do Campus universitário do Tocantins/Cametá. Email: edsacramento5@yahoo.com.br

Não conheci Benezinho. Entretanto, guardo no embornal da lembrança, quando tinha nove anos, Virgílio Sacramento, meu pai, entrar em nossa casa na Vila do Sucuriju, em Moju, e, às pressas, apanhar algumas roupas e seguir junto com outros companheiros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) da cidade em direção ao município de Tomé-Açu. O calendário marcava 04 de julho de 1984. O dia da execução de Benezinho. Virgílio e Benezinho eram companheiros de barricadas de luta pela reforma agrária na região Guajarina. Três anos após a morte de Benezinho, Sacramento tombaria nas proximidades da própria casa. A execução de dirigentes sindicais nas proximidades da própria casa constitui um *modus operandi* dos seus executores.

Ao contrário do intento dos seus algozes, - o apagamento -, os lutadores e lutadoras da defesa da reforma agrária, do meio ambiente e dos direitos humanos permanecem vivos. Eles e elas nomeiam projetos de assentamentos da reforma agrária, escolas, ruas, rodovias, e são motivos de realização de romarias, poemas, cartazes, entre outras ações. Em 1987, três meses depois da morte de Virgílio, em Moju, ocorreu a Primeira Romaria da Terra da região Guajarina, feita pela igreja Católica de Moju junto com o STR e a Diocese de Abaetetuba.

Outras duas romarias sucederam. Uma em Marabá e outra em Barcarena. Em 1994, foi realizada a quarta e última Romaria da Terra da região Guajarina, desta vez em Tomé-Açu, em homenagem aos dez anos do assassinato de Benezinho. Testemunhei o evento. Acompanhei e conheci um pouco mais sobre a sua história. Na manifestação, um cartaz advertia: “Benezinho: o homem que morreu na luta do povo.”.



Benezinho (o primeiro da esquerda) em um Congresso em São Paulo.

Fonte: Maria de Fátima Bandeira

## • **A história de Benezinho**

Benedito Alves Bandeira, conhecido como Benezinho, era morador do município de Tomé-Açu. O seu assassinato ocorreu no dia 04 de julho de 1984, por volta das 13h. A década de 1980, marcada pelo avanço do grande sobre a Amazônia, também é o período mais sangrento na luta pela reforma agrária no Pará. Na ocasião da sua morte, Benezinho era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, e estava à frente de várias lutas em defesa dos colonos. A situação da fazenda Colatina, localizada próximo

do município de Acará, era considerado o caso mais delicado. O conflito da terra grilada por um fazendeiro capixaba envolvia aproximadamente 70 famílias.

Um senhor conhecido pelo nome de Acrino Breda, natural do Estado do Espírito Santo, se dizia dono da área, o que fez com que este entrasse em litígio na Justiça contra os posseiros. Com a eminente perda da terra, o grileiro resolveu contratar três pistoleiros com a missão em executar o dirigente sindical.

O caso da execução de Benezinho registra um fato raro no estado do Pará: a prisão dos executores no mesmo dia. Cremos ser o único caso no vasto rol de assassinatos na luta pela terra no Estado. Bem como o “justiçamento” pela população dos executores do sindicalista.

A prisão dos pistoleiros que ceifaram a vida de Benezinho ocorreu no fim do mesmo dia de sua execução. Eles foram levados para a prisão da cidade onde estava ocorrendo o velório. Na praça de Tomé-Açu, os trabalhadores e trabalhadoras rurais estavam em comoção. Na mesma noite do velório do sindicalista, a população invadiu a delegacia e matou um dos pistoleiros. No dia seguinte, os outros dois tiveram o mesmo destino.

**TOMÉ AÇU-PARA**

# Povo vinga a morte de sindicalista

Os três policiais chegaram ao município de Tomé-Açu, no Pará, no início do dia quatro de julho. Quando pela cidade rumo ao distrito Fátima e as entidades sindicais localizar e homem que deviam matar. Segundo o chefe Benedito, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, conhecido por sua combatividade no defesa dos interesses dos lavradores. Para escapar esta ordem, aproximadamente três horas — assassinatou um homem desarmado — eles receberam dois milícias da estrutura, pagas pelo latifundista Arnoni Breda e José Soares de Barros.

**ASSASSINATO BARBARAMENTE**  
A uma hora da tarde, Benedito foi seguido pelos outros dois dias em sua casa, quando entrou na sala do sindicato, em plena sessão. Benedito Breda, o maior da cidade. Os criminosos filhos de Breda, Juracy de Breda e José Machado do Nascimento tentaram fugir para Belém, enquanto outros de 800 pessoas mobilizadas cercaram o delegado de polícia, exigindo providências. Horas mais tarde, os policiais foram presos pela Polícia Militar e levados de volta para a cidade.

**POPULARES FIZERAM JUSTIÇA**  
Quando os corpos da polícia aproximaram-se da delegacia, foram mortos pelo povo. Breda, capangá de Arnoni Breda, que vive na primeira mansão, foi assassinado de imediato e morto pelos populares. O outro corpo que ficou Juracy e José conseguiu escapar da multidão e esconder



Assassinato de Benedito Breda em Tomé-Açu. O delegado de polícia foi cercado por milhares de populares e assassinado em frente à delegacia.

se escondendo no bairro. O delegado Manoel Costa sobreviveu e chegou ao governo, mas durante o mandado não houve falta de contato e por isso chegou de novo, porém, como de antes e não o mesmo da família de Breda, cerca de duas mil pessoas cercaram o delegado. Sem outra alternativa, o delegado e os policiais abandonaram o local. As grandes distorções foram denunciadas e os dois assassinos foram linchados pelas populações.

Linchados os policiais, a população de Tomé-Açu que quer os mandados de arresto de Benedito também presos. Arnoni Breda, dono de Fazenda Colônia, conhecido por contestar autoridades contra os trabalhadores da região, tentava tomar conta de uma área ocupada há anos por 30 famílias de pequenos e médios produtores de mandioca. O sindicato, através de Benedito, assinou a defesa dos lavradores, e

entendendo que seria, após, a falta ao parcerias ao latifundário. Esta terra não é motivo de disputa.

**ORGANIZAÇÃO CRONOLÓGICA**  
Constantemente no região que os latifundários elaboraram uma lista negra de pessoas que deviam ser assassinadas. Outros filhos de latifundários, integrados e políticos de oposição estão recebendo ameaças de morte através de telefonemas a cartas anônimas. Os latifundários estavam preparando inclusive uma organização criminosa chamada "Forças Léo". Esta situação, é bem que se diga, é fruto de impiedade em relação aos crimes contra lavradores e sindicalistas. Mas, como ficou demonstrado em Tomé-Açu, o povo está cansado de ver vítimas destes crimes aniquiladas pelas autoridades. Arnoni Breda, que mora no Espírito Santo, está refugiado.

## A vida dedicada aos companheiros

Benedito Alves Bandeira de Deus, conhecido como "Benedinho", como era chamado por seus amigos e companheiros, foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu, em março do ano passado. Fazia parte da Ciga 2 que teve que vencer três eleições antes de tomar posse. Lavrador desde menino, Benedito era membro do Conselho Paroquial da Igreja e do diretório municipal do PMDB. Como dirigente sindical, participou do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em agosto de 83, quando foi fundado o Central dos Trabalhadores (CT). Foi morto aos 38 anos, no sábado seis de julho, durante uma reunião que Benedito tinha com a família e os companheiros, que não, deu a vida pelo seu povo.

O filho de Benedito, José Antônio Bandeira, do Centro de Formação de Jovens do PMDB, disse: «É a vida mais sã e firme da família de uma sociedade que está mantendo milhares de trabalhadores».



Morte de líder sindical causou revolta na cidade.

# REFORMA AGRÁRIA Campanha lançada no Maranhão e Goiás

A Campanha Nacional pela Reforma Agrária foi lançada dia 6 de julho, em São Luís do Maranhão, com a presença de milhares de populares da história daquela cidade. Cerca de 30 mil lavradores, vindos de mais de 100 municípios, realizaram uma passeata pelas ruas centrais de São Luís, correspondendo locais pedindo Reforma Agrária e Direitos 24. O ato foi coordenado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Maranhão (FEETAMAR) e contou com a participação de representantes da CUT, CONSLAT, CONTAG e dos partidos de oposição. Segundo o presidente da Federação, Francisco Saito, «é um dos mais importantes momentos da luta sindical maranhense».

No estado foi lançada a "Mão

em São Paulo Maranhense" animado por 30 entidades locais. O documento exige a reforma agrária e os governos do PSD por terras transformadas e Maranhão com parcelas de latifundiários e grileiros. Concluído, o governador Luís Rocha, ex presidente da Federação Agrícola Paulista do Maranhão, fez uma declaração fortemente negativa dia 6 de julho celebrando o ato pela cidade, para comemorar a data. Grande latifundiário, Rocha não deve ter gostado muito do presente dado pelos lavradores.

**RIO DO PAPAÍANO**  
No Rio do Papaíano, no norte de Goiás, mais de 200 pessoas participaram no ato de lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária. A manifestação ocorreu no dia 23

de junho, no município de Augustópolis, e foi promovida pelos sindicatos de Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins, Elinópolis, Augustópolis e pela CPT. Diversas entidades populares participaram da manifestação, realizada em clima de euforia.

No entanto, quando o ato estava terminando, um colunado jornalista de região apelidado de «Beneditinho» tentou dar golpes na praça, buscando interromper o ato. Foi o resultado por um grupo de lavradores, quando o irmão a deputado Federal Irineu Frenzel, do PT, que perguntaram ao jornalista qual o real motivo da atitude de provocação: «Beneditinho» conseguiu escapar. Frenzel disse que estava e sabia que ele não se lançando aqui há pelo jornalista Vilson Ferraz, que imediatamente foi preso.

A partir daí, um grupo de milícias parciais de Novembro, protegido por latifundiários locais, tentou impedir a formação de uma comissão da CPT Orlando Alencar Rocha. O frei Sertão dos Reis e o padre Jovino Tavares foram expulso e a polícia conseguiu escapar, enquanto a Polícia Militar limitou-se a assistir o ato.

Segundo a CPT, a provocação foi atuada pelo latifundiário da Reforma Agrária, grileiro e latifundiário da região, que tentaram perturbar o ato pacífico e democrático. A região do Rio do Papaíano é considerada a que possui maior número de conflitos de terra no país.

**SEM TERRA**

O nome de Benedito Alves Bandeira consta no Relatório da Comissão da Verdade Camponesa, apresentado em dezembro de 2014. Neste relatório, estão alguns nomes de lideranças de trabalhadores rurais, advogados, padres, freiras que lutaram em defesa da Reforma Agrária e em favor dos colonos, camponeses, ribeirinhos, quilombolas, e que foram mortos no período da Ditadura Civil Militar no campo brasileiro. Sobre Benezinho, o relatório destaca o seguinte:

Benezinho foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Tomé-Açu, sendo morto no dia 4 de julho de 1984, por três pistoleiros. O período em que administrou o STR foi marcado pela defesa de agricultores e posseiros que buscavam garantir acesso à terra. Conjuntamente com seus companheiros de direção, denunciou todos os abusos cometidos por latifundiários que expulsavam posseiros ocupantes de algumas áreas por mais de trinta anos, no município de Tomé-Açu<sup>[3]</sup>.

A morte dos pistoleiros foi noticiada em vários meios de comunicação do Brasil, principalmente pelos dois maiores veículos do Pará da época: O Liberal e A Província do Pará. No segundo diário, o caso mereceu um caderno completo sobre o ocorrido.

Benezinho deixou a viúva e sete filhos. Quando da sua morte, todos eram menores de idade. A mais velha somava apenas 12 anos de idade. Mais de trinta anos após a morte do sindicalista, a maioria dos filhos permanece em Tomé-Açu. Em depoimento de Maria Elizabeth, no dia da morte de seu pai, quando foi questionada por Elia-

---

[3] ALVES, Luana Nunes Bandeira & TRECCANI, Girolamo Domenico. Assassinato de Benedito Alves Bandeira. In: VERDADE, Comissão da Verdade Camponesa.

na Fonseca, repórter do Centro de Estudos e Práticas de Educação Popular (CEPEPO), ligada à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), manifestou a profunda tristeza sobre a morte violenta do ativista:

Um momento de tristeza, porque ele trabalhou tanto pra ele morrer assim... É um momento de tristeza pra todos de casa, também pros conhecidos, sempre gostaram dele em vida, só isso... (Maria Elizabeth, 1984)<sup>[4]</sup>

Acrino Breda nomeou a terra com o nome da sua cidade de origem: Colatina. Acácio de Melo (2013), ao analisar a peleja entre o grileiro e os colonos, alerta que a área de conflito pertencia ao município de Acará, e que o presidente do sindicato deste município não quis se envolver neste conflito. Foi nesta conjuntura que o líder do STR de Tomé-Açu assumiu a responsabilidade na mediação da situação de conflito.

A conjuntura da luta pela terra nos anos de 1980 tanto em Tomé-Açu, como nos demais municípios do Estado Pará, era configurada pela presença de trabalhadores rurais de um lado, representados pelo sindicato, este ombreado pela parcela considerada progressista da Igreja Católica, onde constavam as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Movimento de Educação de Base (MEB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT); e a presença de fazendeiros, latifundiários, policias, grileiros e seus pistoleiros implantando o terror na tentativa de expulsão de famílias de suas terras noutra extremo. Numa conjuntura marcada pela implantação de grandes projetos na região sob a atmosfera da ditadura civil militar.

---

<sup>[4]</sup> Maria Elizabeth Bandeira. In: Documentário: Quem matou Benezinho.



A formação política de Benezinho desenvolve-se neste ambiente da tomada de consciência de classe trabalhadora, marcado pela construção do sindicato, amparado por uma leitura religiosa que problematiza as relações de poder na região, no país e no mundo. E, ainda, as influências do educador Paulo Freire. Nascido em Timboteua, no Estado do Pará, Benezinho foi um daqueles migrantes dentro do próprio território. Percorreu vários caminhos até chegar por último em Tomé-Açu.

A busca pela terra fez a família migrar rumo para o município Paragominas, que vivia um momento especial por conta da abertura da rodovia Belém – Brasília, o que despertava a ida de muitas pessoas para o entorno desta nova frente de expansão do capital. Contudo, o projeto familiar não deu certo, o que obrigou a família a migrar para Tomé-Açu. O município representava um território marcado pela forte presença de migrantes japoneses, responsáveis pela implantação do monocultivo da pimenta do reino na região. Uma cultura marcada pelo uso intensivo de agrotóxico.

Casado com Maria de Fátima, Benedito viveu nas terras do sogro por uma jornada, idos de 1973. No município de Tomé-Açu, a família ficou no primeiro momento na localidade conhecida como km 23 e, em seguida, no lugar denominado de km 21. Estas localidades ficavam à margem da rodovia, que na época facilitava o acesso à vila de Concórdia. O distrito de Quatro Bocas, avizinhava Concórdia, o reduto dos japoneses, onde se encontrava a área de maior movimentação econômica. Tomé-Açu concentrava a burocracia administrativa, onde constavam a prefeitura, a câmara e o fórum, bem como a delegacia de polícia.

Quatro Bocas foi criado a partir da chegada dos japoneses quando estes, no início do século XX, vieram em grande número

para o Brasil. O governo do Estado do Pará acolheu um grande número de imigrantes, e indicou essa área para se fixarem. A localidade constituía-se de quatro saídas a partir de um ponto de referência. Essas quatro saídas levariam para a criação de núcleos de colonização japonesa no município. Conforme relatos, nesta localidade o monocultivo prosperou.

Benedito Alves Bandeira, junto com sua esposa e alguns filhos, ficaram do lado oposto ao território controlado pelos migrantes japoneses. Sentaram praça entre a sede urbana e a vila de Concórdia do Pará. Nesta área, as terras encontradas pelo sogro eram mais propícias para a agricultura de subsistência, como a produção de roças de mandioca. Da saída de Paragominas até a chegada a nova terra, sua irmã Maria Elvira, sessenta e três anos, assim descreve a busca da família por um pedaço de terra:

Nós éramos dez irmãos. Cinco homens e cinco mulheres. A gente morava em Nova Timboteua, Timboteua Velha. Quando a gente fomos embora pra Paragominas, nós não viemos pra Tomé-Açú. Nós fomos primeiro pra Paragominas em 1969, nessa faixa por aí. Quando eu vim pra lá, eu tinha uns 11 anos de idade. Aí passamos uns anos lá e vínhamos pra Tomé-Açú lá pelos finais de 73, que o papai gostava de estrada nova. Quando teve a Belém-Brasília ele quis ir pra lá, era bom pra terra, era bom pra trabalhar, ele tinha muito filho. Quando foi pra vir pra cá, primeiro foi o sogro do finado Bené, que veio na frente e de preferência o Bené veio junto e o papai não quis ficar pra trás porque a família tinha que ficar juntos. Aí viemos embora lá nesse 73, 74, por aí assim. (Maria Elvira, 2018).

Para a irmã de Benedito Alves Bandeira, a memória sobre essa breve trajetória lembra parte da sua infância, saindo de um lugar para o outro. Os pais, os que têm experiência, indicam o caminho que aos poucos vão descobrindo. A busca por uma ‘terra prometida’, uma terra boa para se fixarem foi o que fez de certa forma se tornarem ‘nômades’ no meio de tanta terra. O sonho só terminaria quando a encontrassem.



Maria Elvira, rememora a trajetória da família em busca de terra nos de 1970.

Fonte: arquivo do autor.

Em Tomé-Açu, Benedito Alves Bandeira se animou em participar da comunidade. Não existia a Comunidade Eclesial de Base (CEB) ainda. Então, nesse primeiro momento, participa com um vizinho que conheceu. Mas na sua localidade, o km 21, não existia

nada. Nem capela ou barracão comunitário. Maria Elvira, irmã de Benedito, assim rememora:

Chegamos aí nessa região e não tinha ninguém que lutasse pelos trabalhadores. Aí o finado Bené, a primeira comunidade que ele frequentou foi de lá do Espírito Santo, que entra lá no 20 pra dentro do outro lado. Aí ele muito se animou e começou a ficar com o seu Pedro Amaral que era um senhor antigo aqui de Tomé-Açu, natural. Aí ele começou a frequentar, que tinha um vigário que era o padre Francisco. Aí era bom arrumar um lugar que era pra fazer pra igreja pra pessoa lá da beira da estrada ir. Aí falaram pra um monte de gente lá se dava, uns dava, outros não dava e o papai se prontificou pra doar um pedaço do terreno pra fazer uma igreja, um cemitério e umas coisas lá (Maria Elvira, 2018).

Quem mostra mais esse momento da chegada e da animação de Benedito Alves Bandeira é o seu irmão, João Alves Bandeira, que depois de sua morte, continuou a luta do irmão:

Foi nesse tempo que tava começando a criar as Comunidades de Base. Então a Igreja Católica que tava chamando esse pessoal pra formar lideranças que até então não tinha quem soubesse fazer culto, saber mexer com organização de trabalhadores. Então ele foi um que foi escolhido pra participar de uma semana social lá em Belém. O Benezinho, o Milton Ramos e o seu Geraldo, que era um negão lá de Cametá e o Nezin, foi eles três. Eles passaram quinze dias lá nesse seminário, que a gente chamava, fazendo esse curso de capacitação de dirigente sindical e quando ele chegou aqui em Tomé-Açu, ele chegou com a ideia de criar a oposição sindical, que

era pra tomar o sindicato desse pelego. Aí foi criado um trabalho de base junto com o pessoal da igreja, porque ele era católico, dirigente da comunidade e expôs a ideia dele pros padres e os padres aceitaram e convo'lcaram as lideranças das comunidades e foi feita a primeira reunião foi colocar pros trabalhador a necessidade que tinha da gente ter um instrumento de luta na mão dos trabalhadores que era o sindicato que até então era dirigido pelos pelegos e todo mundo abraçou... (João Bandeira, 2018).



João Bandeira (sentado no sofá) relata a trajetória de formação do irmão Benezinho.  
Fonte: arquivo do autor.

Nesse contexto, a localidade do km 21 passa a ser ‘Comunidade do 21’ com Benedito Alves Bandeira à frente, como animador desta e de outras comunidades próximas. No entanto, outras necessidades surgiram, principalmente relacionadas à terra, uma vez que começavam os problemas de grilagem e tentativas de expulsão de famílias em outras paragens.

É nesse sentido que, além de ser o animador de comunidade, o catequista, o celebrante dos cultos dominicais, Benedito Alves Bandeira sente a necessidade de se sindicalizar junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu. O primeiro passo tinha sido dado: a organização e fundação da comunidade em si, e em seguida a criação mais articulada de um núcleo social formado pra se encontrarem, rezarem e discutirem os problemas sociais do grupo. O passo posterior foi a criação de uma delegacia sindical. Isso só seria possível se tivesse mais de uma pessoa sindicalizada. E Benezinho se esforçou ao máximo para que isso ocorresse, como sinaliza a sua irmã, Maria Elvira:

Aí tá, nessa arrumação inventaram esse tal de sindicato, esse abençoado sindicato. Aí haja reunião e esse Bené ia do 21 pra uma tal de Mariquita, São Paulo, pra um monte de Mariquita, pra curva da Jamaica, pra onde tivesse comunidade, né? Aí, nessas alturas, já tinha outro padre, que era o padre Vasco lá, de pessoal de trabalhador mesmo. Aí inventaram de botar o finado Bené pra ser delegado sindical. Foi pra lá, botou a delegacia do 23. As reunião que tinha a gente ia pro 23, tinha um advogado, um tal de Paulo de Tarso. Era exclusivamente pra ensinar os trabalhadores rurais como era pra eles se defenderem. A reunião dele, até mesmo dentro da igreja ele só falava sobre isso, ele era fascinado por causa da defesa dos trabalhadores (Maria Elvira, 2018).

O envolvimento de Benedito Alves Bandeira é grande. Está apaixonado pelo que estava fazendo. As visitas nas comunidades e demais localidades são o sinal de sua capacidade de buscar o diálogo e ver os problemas que afligem os moradores desses lugares. Uma vez a pessoa envolvida com esse trabalho, ela não consegue se desvencilhar. Assim, ele vai se tornando a referência dos trabalhadores do campo, principalmente os lavradores, que temiam pela perda de suas terras.

Neste sentido, Benezinho ocupa espaço de destaque no município. De animador de comunidade, catequista, celebrante do culto nos domingos passa a ser o delegado sindical, e a partir daí busca conscientizar outros homens e mulheres a se sindicalizarem, a criarem novas delegacias. Naquele momento, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, – criado desde o início dos anos de 1970, – era dominado pela presença de dirigentes pelegos, numa pauta de ação voltada para o assistencialismo, preocupados apenas com o processo de aposentadoria de alguns sindicalizados, e no apoio de alguns médicos que passavam pelas comunidades para atender a população durante alguns dias. Anos ditatoriais.

Esse modelo de sindicato fazia parte do projeto dos militares. No geral, o representante sindical era alguém da confiança dos governantes, que não fazia nada que pudesse contrariá-los. O clima no campo era tenso. As famílias de trabalhadores rurais não tinham a quem recorrer. O sindicato não lhes dava atenção. Isso força um grupo de trabalhadores e trabalhadoras com outros ideais a buscar alternativas e pleitear a mudança de cenário. A agenda residia na tomada do sindicato, o que ficou conhecido como Oposição Sindical em todo o estado.

As eleições sindicais nesse período foram marcadas por fortes embates. A ‘velha’ diretoria querendo se manter no poder e os novos grupos a pleitear a tomada da entidade. A “Chapa 2”, considerada de oposição, colecionou longos conflitos com os considerados ‘pelegos’. A “pelegada” usava de todo tipo de artifício para se manter na direção do sindicato. A estratégia mais comum era esvaziar o dia da eleição, ou seja, fazer com que não comparecesse um número suficiente de sindicalizados para votarem, e neste sentido não alcançar o quórum necessário.

No entanto, o trabalho da oposição sindical se dava em conscientizar os lavradores sócios do sindicato a comparecerem no dia marcado da eleição. É isso que o irmão de Benezinho fala, a falta de quórum. Não dar quórum era, na lógica, não acontecer às eleições e a velha diretoria permanecer no comando. No caso de Tomé-Açu, a insistência deu resultado. Após três tentativas, a oposição conseguiu alcançar a vitória. Mesmo antes da vitória no sindicato a atuação de Benezinho já despertava a ira de adversários. Não só com relação à disputa na direção do sindicato, mas com outras questões e pessoas do município.

As eleições sindicais em Tomé-Açu ocorreram no ano de 1983. Período de transição para a democracia. Uma década após Benezinho se estabelecer na cidade. O dirigente sindical já enfrentava situ-



ações conflituosas desde antes de assumir o sindicato. Nas reuniões que fazia em várias comunidades a tônica muitas vezes era essa, uma pauta comum aos municípios da região, como dos vizinhos, Acará e Moju, que já enfrentavam problemas semelhantes relacionados com a luta pela terra.

Em 1984, Benedito Alves Bandeira morava na zona urbana de Tomé-Açu. A transferência se deu devido à necessidade de estar mais próximo da sede do sindicato e em colocar seus filhos na escola. Alugou primeiro uma casa no bairro chamado Maranhense. Lá ficou por seis meses, antes de mudar para o bairro chamado Pedreira, onde ocupou uma casa muito humilde. Por conta de suas ações na administração no sindicato e ‘socorrendo’ os trabalhadores rurais, Benezinho foi aos poucos ‘conquistando’ adversários. A fala de sua irmã nos ajuda a compreender a conjuntura da época:

Aí ganhou a eleição e começou aquela arrumação de querer matar ele (Benezinho). Primeiro foi uma fazenda antes da Colatina, uma tal de Mário Sérgio, que entrava no 27, lá pra dentro. O gerente da fazenda era meu amigo. Sempre que você é jovem, você faz umas amizades e eu conheci esse homem lá. Eu conheci o Acrino Breda, pra começar. Eu vi, eu andei no carro do Acrino Breda duas vezes. Na primeira vez que eu andei com ele não tinha esse negócio de sindicato. Aí, um dia, teve esse negócio lá com o Mário Sérgio, que deu essa confusão com ele e ele ganhou também, que tinha um montão de trabalhador zangado com ele. Aí ele dizia tudo o que ele celebrava lá na comunidade. Ele (Benezinho) dizia: “Se um dia eu tiver de morrer, é pros meus irmãos ficar com uma terra e um salário mais justo...”. Isso aí eu tenho declarado que ele dizia direto. “Eu morro satisfeito, porque eu

vou morrer, mas meus irmãos vão ficar com terra pra trabalhar e tudo.”. (Maria Elvira, depoimento. (Maria Elvira, 2018).

Após a vitória com a fazenda de Mário Sérgio, veio o embate maior. No entanto, o problema da fazenda Colatina, de propriedade de Acrino Breda, era de que esta fazenda não estava em terras tome açuense, mas em terras acaruaenses, ou seja, pertencia ao município de Acará. A jurisdição era do sindicato dos trabalhadores rurais deste município.

Acontece que as famílias que entraram em conflito com o fazendeiro não obtiveram apoio do presidente do STR de lá e recorreram então ao STR de Tomé-Açu, na figura de Benezinho que não se negou em ajudá-los. O caso ali envolvia mais de setenta famílias que viviam há mais de um século em uma parte dessas terras, e que o Capixaba queria por força lhes tomar essas áreas também para anexar a sua fazenda. João Alves Bandeira recupera que:

Aí foi que veio o problema lá da fazenda Colatina. Tinha uma comunidade lá com 228 trabalhadores e aí teve esse conflito lá. Ele mandou esse pessoal entrar lá e um grupo de família vendeu a terra pra esse seu Acrino Breda, esse fazendeiro. Ele comprou uma gleba de terra que era só seis quilômetros quadrados porque era de direito dele. Só que quando ele mandou demarcar, foi dezoito quilômetros quadrados e nessa outra área que ele mandou demarcar por conta dele, porque ele tinha muito dinheiro, tinha gente lá, que o tataravô dele tinha morrido dentro daquela terra lá. Eu inclusive visitei lá e tinha cada uma mangueirona, jaqueira enorme. A gente via que era lugar habitado há mais de duzentos anos, b eiradeiro do rio aí. Aí esse Acrino botou

os pistoleiros pra lá e começou a expulsar família de lá. Aí o Benezinho, que não era nem do nosso município, como todos sabiam, não ficava no município de Tomé-Açú, fica no Acará. Aí o pessoal de lá se apadrinharam com ele, que prometeu pros trabalhadores que ele ia tá do lado deles. Aí começou a reunir lá. Fundou uma delegacia sindical. O delegado sindical era o Antônio Juvêncio. Era de luta. Os trabalhadores começaram a permanecer firmes lá. Com muita luta lá o pessoal se armaram lá pra brigar com o fazendeiro. Aí veio cair na Justiça aqui e o Bené conseguiu um advogado. Era esse Antônio Carlos, não tô bem lembrado, ou foi o Antônio Pereira. O Antônio Pereira entrou na causa e ganhou. O sindicato de Tomé-Açu ganhou. Aí esse Acrino agradeceu ele. Parabenizou ele por ter ganhado, que ele podia tá tranquilo que ele não ia perseguir ele, como na verdade que a Justiça deu a causa, não teve nem um motim assim... nada de ameaça (João Bandeira, 2018).

Como é descrito por João Alves Bandeira, o irmão de Benezinho, a batalha que se envolveu como defensor dos trabalhadores rurais da área da chamada fazenda Colatina foi vencida, inclusive com ganho de causa pela Justiça. Naquele momento não foi necessário o embate entre moradores antigos e o dito proprietário, seus capangas e pistoleiros. A felicidade parecia ser reinante para os que ficaram com as terras e para o líder sindical, pois, mais uma luta havia sido vencida. Por conta destes embates Benezinho era cada vez mais visado pelos seus adversários. A preocupação aumentava, como relata a filha mais velha, Elizabeth Bandeira:

Uma vez, eles foram matar ele lá no 21 num arraial. Então meu avô, ele era muito guerreiro, devido que ele vivia muito ameaçado de morte, meu avô ficava muito atento. Quando foi na hora da celebração, o pessoal falou que era pra ele falar que era o último dia de vida de Benezinho, e alguém escutou e avisou ele. Nós tivemos que fazer uma coisa pra tirar ele de lá. Viemo pro 23, busquemo um carro, anunciemos que eles precisavam vir pra Tomé-Açu pra nós tirar ele de lá e eles disseram que iam matar ele lá, e dessa vez não mataram. Meu avô um dia pegou esse rapaz, que, descobriram que o rapaz tava lá exclusivamente pra matar ele. Então na igreja, tinha a igreja e uma cantina, né? A cantina que vendia pra aquele pessoal que era associado. Meu avô pegou uma espingarda, meu avô era cearense, meu avô já faleceu, mas ele era muito corajoso e fez ele descer do cavalo. “Desça e venha cá. É verdade que você quer matar o meu filho?”. Aí o homem ficou assim: “É”. “Você vai subir no seu cavalo e vai sumir daqui, porque se você voltar aqui, eu não me responsabilizo pelo que eu vou fazer.”. Aí o homem sumiu, desistiu, não matou mais. Então muito das vezes a gente viveu momentos ruins. Uma vez, meu pai tava numa casa de farinha fazendo farinha. A polícia foi lá buscá-lo pra mandar matar de novo, só que meu pai não foi. Só que nós sabia que ele vivia ameaçado. Ele tinha muitos amigos. O que nós fazia? Nós corria. Quando a polícia deu fé, a casa tava arrodada de gente. Aí eles não conseguiram trazer, ligaram pra cá, aí no outro dia ele foi se apresentar na delegacia, aí disseram que foi um engano. Mas a gente sabia que não era engano, porque a gente já sabia há muito tempo que ele tava marcado pra morrer devido os conflitos, porque aqui em Tomé-Açu os conflitos era muito grande naquele período. (Elizabeth Bandeira, 2018).

As frustradas tentativas de assassinato encorajaram que Benedito Alves Bandeira continuasse firme na luta da defesa dos trabalhadores. Ele sabia que outros líderes sindicais tinham sido mortos. Contudo, o fato não o desanimou. Pelo contrário, manteve-se firme em seu propósito. Não arredava o pé da trincheira, apesar da insistência de seus familiares como é descrito a seguir por sua esposa, Maria de Fátima:

Ele fundou a igreja do 21. Ele era da comunidade, ele fez um cemitério que até hoje tá lá a igreja. Ele dirigia culto. Nesse tempo a gente andava junto na igreja, tinha culto que ele tomava de conta. Depois que já passou pra esse negócio de sindicato. Ai depois do sindicato que já aconteceu isso dele ir lá pra Colatina, que eu nem sabia e aí diz que ele tava mandando invadir essa terra desse Acrino. Aí já mandaram matar ele e eu nem sabia. Eu dizia assim pra ele: “Deixa isso de mão.”. Aí ele falava assim: “Ah, não, eu morro mais eu não deixo.”. Mas nesse tempo eu era pateta, parada, só quieta, tudo que ele falava eu aceitava... (Maria de Fátima, 2018),

Maria Elvira, também comenta a situação que estava ficando apavorante. Todos já estavam receosos com porvir contra Benezinho. Todavia, este não se dobrava aos conselhos dos familiares. Vejamos o depoimento emocionado da sua irmã:

Esses negócios de dinheiro... de ganância... até um dia antes de matarem ele eu encontrei com ele e perguntei: “Como tu tá?” Ele

disse: “Eu tô aí, numa grande confusão, mas Deus está na gente. Se Deus quiser, nós vamos ganhar porque o pessoal precisa da terra e tu sabe que eu não vou abeirar de jeito nenhum. Eu não vou decepcionar meus companheiros, que seja o que Deus quiser. Eu entrei nessa luta aqui e eu vou até o fim.”. Me chamou pra almoçar na casa dele e eu disse que não dava porque já tava era hora do ônibus passar. (Maria Elvira, 2018).

## • **A morte do líder sindical**

04 de julho de 1984. O dia da tragédia anunciada. Benedito Alves Bandeira, como de costume, foi para o sindicato pela manhã. A sede do STR ficava na cidade de Tomé-Açu, próximo dos demais prédios públicos, como a prefeitura, câmara e vereadores, da Igreja Católica, do Fórum e da delegacia. Benezinho atendeu a demanda sindical durante toda a manhã. Por volta do meio dia ele ofereceu a sua bicicleta para a secretária, e seguiu a pé para casa.

A praça da cidade estava praticamente sem movimento por conta do horário quando Benezinho deixou a sede do sindicato. Três homens que estavam em um carro de cor bege da Fiat seguiram em direção ao sindicalista. Três disparos foram desferidos. Um dos tiros acertou a cabeça de Benezinho por trás, acertando a nuca. Benedito Alves Bandeira, o Benezinho caiu sem vida sob o sol escaldante. O relógio marcava 13h:00. Terminava ali o ciclo da vida do líder sindical tomesuense.



Matéria do jornal A Província do Pará, com a foto de Benezinho morto.

Fonte: Documentário “Quem matou Benezinho?” – Acesso em 22/04/2018

A vingança de Acrino Breda estava consumada. A saga das disputas pela terra no Pará ganhava mais um capítulo em seu acervo de violência, e a região de Moju um mártir. O fato ocorreu durante a ditadura civil militar, num ambiente onde era recorrente inverter os papéis, e conferir à vítima a responsabilidade pela própria morte. João, irmão de Benezinho, sobre a situação rememora:

Parece que com seis meses depois, o Acrino pagou esses dois pistoleiros pra vim matar ele aqui em Tomé-Açu. Inclusive esse dia, ele tinha uma bicicleta, que ele não tinha moto. Aí ele tava fazendo um negócio lá no sindicato, conta de trabalhador e a funcionária dele disse que ia vim, e ele mandou ela na bicicleta dele. Ele disse: “Vai”. Logo em seguida que ela saiu, ele veio de

pé e não tinha ninguém, a cidade, meio dia... Aí, antes desse negócio, esses camaradas já tinham ido na casa dele, conversar com ele, convidavam ele pra almoçar. Ele não ia, já orientado pelo pessoal do movimento. Sindicalista não podia pegar carona com desconhecido. Chegaram aqui, procuraram ele porque eles eram comprador de terras. Eles queriam que o presidente do sindicato indicasse terras pra eles comprarem. E aí ele não embarcou, disse que não ia almoçar com eles. Vieram na casa dele, conversaram com e ele e ninguém cismava de nada. E nesse dia a menina veio de bicicleta e ele veio a pé, os cara tava jogando porrinha lá na praça, eles acompanharam e atiraram nele. (João Alves Bandeira, 2018).

A viúva, Maria de Fátima, sobre o dia 04 de julho de 1984, recorda:

Sim, que nesse dia ele veio trabalhar que diz que esses pistoleiros estavam lá. Andaram a noite todinha que nessa época não tinha energia, era tudo no escuro, que diz que eles iam matar ele dentro da casa, que ele era assim, que quando chegava algum amigo dele do sindicato ele logo abria as portas. Eu dizia assim, não abre as portas que a gente não sabe quem é, mas ele não tinha dessa, ele ia logo atender. Mas como no escuro, eles caçaram e não acharam e quando foi de manhã quando ele foi pro serviço, eles chamaram ele pra merendar e quando eu soube já foi a notícia das nove pras dez horas tinha dado um tiro nele, mas não tinha morrido, que não queriam me dizer. Mas depois me disseram, que ele já estava de bruço lá naquela rua lá que tá até o nome dele, ali na rua da paróquia. (Maria de Fátima, 2018).





Maria de Fátima relata o episódio do assassinato de Benezinho ao pesquisador Elias Sacramento.

Fonte: acervo do autor.

Maria Elvira estava na casa dos pais, no interior do município de Tomé-Açu, no dia do ocorrido com Benezinho. Ela catava algumas espigas de milho. Foi o marido que lhe deu a notícia da execução do irmão. Elvira rememora que:

Eu não sou muito chegada à roça e aí eu tava deitada lá numa redinha lá no sítio e fui buscar um milho pra mãe. Umhas dúzias e meia, diz que pras galinhas. Fui lá na rocinha que meu marido tomava conta de um pimental de japonês. Aí fui lá buscar e me acendeu uma coisa tão ruim assim, meu corpo arropiou todinho assim. Aí eu sentei e me deu um frio e meu pensamento certinho nele, parece que eu vi ele na minha frente. Ai demorou, demorou, tirei o milho e fiquei sentada lá na sombra da roça, porque só dava dez quilômetro daqui pra onde eu morava. Aí eu escutei um carro indo lá pra casa que eu morava. Aí entrou lá pra casa que eu morava e eu fiquei só escutando. Aí chamou, chamou, aí eu falei: “Eu não vou.”. Eu fui pro pimental atrás

do meu marido. Aí quando foi, eu escutei alguém vim correndo. Quando chegou perto de onde eu tava, parou e disse assim: “Elvira.” Eu disse: “Oi.”. Ele: “Sabe o que foi que aconteceu?” Eu falei: “Não sei, não. O que foi que aconteceu? Eu tou com uma coisa tão ruim.”. Ele falou: “Mas não te assusta, não. É que os pistoleiros atiraram no Benezinho, mas ele não morreu, não. Os tiro acertou só no braço. O Jacinto veio te buscar porque não tem ninguém que vá com ele, porque as meninas é muito nova. A Beth só tinha quatorze anos e é pra ti ir, que já levaram ele de avião e tem um carro que vai te levar.”. Eu sei que ele inventou uma conversa lá. Eu corri pra casa, tomei um banho. Quando eu tava tomando banho e tava enrolada com uma toalha, eu corri até a estrada, parou um ônibus e aí eu falei: “Meu Deus.”. Eu corri pra beira da estrada enrolada só de toalha, aí eu cheguei lá era uma pessoa que tinha descido, mas nem sabia do que tava acontecendo. Eu fiquei lá esperando o carro. Quando eu varei na estrada, Elias de Deus, vinha o seu Alcino que era dono da fazenda lá no 42. Ele vinha devagar no carro e quando ele foi chegando eu fiz o sinal pra ele parar. Aí eu falei pra ele: “Seu Alcir, aquele homem do sindicato que atiraram, o senhor sabe se ele tá melhor, se já levaram ele pra Belém?” Ele disse: “Já, não levaram ele pra Belém, ele tá melhor do que nós porque ele já tá morto.”. Menino, mas eu gritei tanto, gritei, mas gritei nessa beira de estrada. Aí apareceu mais gente e aí começou a tortura, que aquilo era uma tortura pra gente. É 33 anos, mas eu não esqueço... Os outros meu irmão morreu, mas a gente se acostuma, é morte natural. Mas ele não dá, amigo, não dá. Não tem como esquecer... (Maria Elvira, 2018).

A morte de Benezinho passou a ter uma grande comoção. Primeiro nos familiares. Apesar do conhecimento do risco que corria o sindicalista, esposa, filhos e irmãos ficaram impactados com a dolorosa notícia da execução em plena luz do dia, no Centro da cidade. É o tipo de notícia que naqueles idos se esperava, mas não se queria aceitar, admitir. As pessoas que viviam sob ‘ameaça de morte’ sabiam que isso podia acontecer a qualquer momento. Por isso as frases repetidas por vários, ‘eu prefiro morrer na luta, do que morrer de fome’, ‘eu morro lutando, mas, não deixo a luta’. Com Benezinho não foi diferente, como relatada em várias passagens deste relato: ‘Eu morro, mas, não vou abeirar’.

Quando se ‘bebia’ da Teologia da Libertação, dela não mais saía. Viver uma sociedade tão difícil, desde a infância, passando em vários lugares, procurando uma ‘terra prometida’ tão cara ao pequeno camponês, ao lavrador que vivia lavrando a terra, a esse trabalhador rural, espoliado de quase tudo. Quando se consegue o sonho de ter sua própria terra e se olha para o lado e se vê ainda injustiças, daquelas que sofreu em boa parte de sua vida, não basta estar bem, ter o necessário para si e a sua família, se o entorno está vivendo o que este viveu até poucos anos atrás.

Benedito Alves Bandeira torna-se esse cristão que vive a Teologia da Libertação, se espelha nesse cristo que tem os seguidores. A Teologia da Libertação diz, ‘assim como Jesus sofreu as perseguições e muitos dos seus discípulos, apóstolos sofreram, outros aqui também sofrerão’. Prova disso eram perseguições dos militares na América Latina contra a Igreja que havia tomado partido dessa corrente, como por exemplo, o bispo de El Salvador, Dom Oscar Romero, morto em 1980.



**Em 1980** aconteceram os primeiros encontros nacionais de trabalhadores e trabalhadoras que foram parte do processo de formação da CUT. Em seguida aconteceram Encontros Estaduais da Classe Trabalhadora, a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em 1981, e o Congresso de Fundação da CUT, em 1983. E a partir daí, a Central realizou três congressos nacionais até 1988.

Nos encontros e congressos daqueles anos - parte do período investigado pela Comissão Nacional da Verdade - participaram sindicalistas rurais que seriam depois assassinados em consequência das suas atividades sindicais. A maioria deles não foi anistada e continua não reconhecida como vítima da Ditadura Militar. Documentos preservados no CEDOC (Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT) provam o envolvimento desses sindicalistas na luta pela organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

**EXIGIMOS JUSTIÇA E REPARAÇÃO PARA ESSES/AS TRABALHADORES/AS DO CAMPO E TODAS AS DEMAIS VÍTIMAS DA DITADURA**

Dirigentes rurais da CUT assassinados entre 1984 e 1988

- **José Cicero de Lima**  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Vitória - Alagoas  
Ex-membro da Comissão Nacional Pro-CUT  
Assassinado em 06 de janeiro de 1984
- **Nativo da Natividade de Oliveira**  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde - Goiás  
Sindicato Rural da CUT Goiás  
Assassinado em 23 de outubro de 1985
- **Francisco Alves Mendes Filho (Chico Mendes)**  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri - Acre  
Membro da Direção Nacional da CUT  
Assassinado em 22 de dezembro de 1988.
- **Pedro Francisco Nogueira**  
Conselho sindical rural - Açu Preto - Pernambuco  
Membro da Executiva da CUT Pernambuco e da Direção Nacional da CUT  
Assassinado em outubro de 1984

**Sindicalistas Rurais assassinados entre 1980 e 1988**

- **Raimundo Ferreira Lima (Gringo)**  
Opção sindical - Conceição do Araguaia - Pará  
Assassinado em 29 de maio de 1980
- **Wilson de Souza Pinheiro**  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília - Acre  
Assassinado em 21 de julho de 1980
- **José Pedro dos Santos**  
Sindicato dos Trabalhadores de Capela - Alagoas  
Assassinado em 28 de março de 1981
- **Arelino Ribeiro da Silva**  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém - Pará  
Assassinado em 24 de março de 1982
- **Eliáz Zi Costa Lima (Zizi)**  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia - Maranhão  
Assassinado em 21 de novembro de 1982
- **Margarida Maria Alves**  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande - Paraíba  
Assassinado em 12 de agosto de 1983
- **Benedito Alves Bandeira (Benezinho)**  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu - Pará  
Assassinado em 04 de julho de 1984
- **Sebastião da Rosa Paz**  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruaçu - Goiás  
Assassinado em 28 de agosto de 1984
- **Eloy Ferreira Lima**  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco - Minas Gerais  
Assassinado em 15 de dezembro de 1984
- **Evanduir Pereira da Silva**  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aliança - Pernambuco  
Assassinado em 02 de setembro de 1985
- **Júlio Rodrigues de Miranda**  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria - Paraíba  
Assassinado em 18 de dezembro de 1985
- **Jolo Casuto de Oliveira**  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria - Paraíba  
Assassinado em 18 de dezembro de 1985
- **Virgílio Serrão Sacramento**  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Migu - Pará  
Assassinado em 05 de abril de 1987
- **José Dias de Matos**  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sabão - Minas Gerais  
Assassinado em 04 de janeiro de 1988
- **Francisco Domingos Ramos**  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal - Paraíba  
Assassinado em 05 de fevereiro de 1988
- **Sebastião Lan**  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio - Rio de Janeiro  
Assassinado em 10 de junho de 1988



Dezenas de outros trabalhadores e sindicalistas foram mortos durante a ditadura militar. Se na sua entidade existem documentos relacionados a eles, contate a Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça da CUT pelo e-mail [cedoc@cut.org.br](mailto:cedoc@cut.org.br) ou pelo telefone (11) 2108-9213.

Folder de 30 anos da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) faz referência as assassinatos no campo do País durante a ditadura militar.

Fonte: redes sociais.

É nesse contexto que se dá o assassinato de Benedito Alves Bandeira. Ele não sai da luta, não abandona, mantém-se na linha de frente. Não desiste de lutar pelo seu povo, lutar pelos injustiçados, por aqueles que ninguém queria defender. Ele é esse cristão, o cristão que sofre uma transformação em Tomé-Açu. Primeiro vira animador de comunidade, faz o curso para conhecer mais a liturgia, a Bíblia e passa a desempenhar esse papel nas comunidades tomesuenses.

Aos poucos percebe a necessidade de engajamento nos outros movimentos sociais, a exemplo do sindicato, onde assume o papel delegado, e por último concorre a eleição para presidir a instituição. Sempre pautado nesse amor cristão primitivo, um cristianismo da



Cartaz pela passagem dos 20 anos do assassinato de Benezinho.

Fonte: arquivo da CPT, Belém/PA.

simplicidade, das poucas coisas para si. Não tem uma moto. Mas, sim uma bicicleta. A sua casa é um abrigo que recebe todo mundo a hora que chegam. A simplicidade de um homem que precisava de pouco para viver junto com a sua família. O que importa são os outros.

A exceção da execução de Benezinho dos demais casos que marcam a luta pela terra no Pará reside em dois episódios. O primeiro na prisão imediata dos pistoleiros. Já o segundo no julgamento realizado pela população contra os algozes do sindicalista. Quando da execução do sindicalista, havia um taxista na praça da cidade, que testemunhou a operação, e resolveu seguir os matadores. A filha de Benezinho lembra que:

Nós tem um amigo que é comerciante, o Evaristo. Ele viu, então como eles viu que eles atiraram ele, eles correram atrás, ele correu atrás. Meu avô, ele

morava no 23 da PA, aí, eles passaram. Aí, o Amilton ainda buzinou pro meu avô, olha só a covardia, aí passou os pistoleiros e o Evaristo, e o meu avô falou assim: “Olha, aconteceu alguma coisa em Tomé-Açu, Mocinha”. Mocinha é minha avó. Passou os três carros um atrás do outro e tudo avoadado. Ai a vovó falou: “Não, acho que nada, Chico”. O Evaristo foi uma das pessoas principal que nós tivemos pra prender eles, porque ele seguiu os pistoleiros. Porque quando eles entrou pra fazenda, ele voltou pra Concórdia, ligou pra Tomé-Açu, que naquele tempo era só orelhão, e disse: “Olha, a gente sabe onde está as pessoas.”. Então quando eles chegaram lá pra prender essas pessoas, eu digo que foi justiça de Deus. Eu costumo dizer que foi justiça de Deus. A polícia daqui só tinha um carro velho. Nós tinha um taxista, só um que ficava aqui na praça, e quando foi na hora do aperto, a gente contou com ajuda de vários amigos. Ninguém ficou só lá no defunto. Eles mataram ele era uma hora da tarde. Então o rapaz falou: “Se vocês quiser eu levo”. E o que foi que a polícia fez? Ele levou dois policiais dentro do taxi e um ‘bate pau’, que naquele tempo era o que assumia a delegacia, e eles foram embora. Quando eles chegaram lá naquele lugar que eles tavam com a característica que tinham dado, o Evaristo tava esperando lá em Concórdia. Eles chegaram no Rio Capim. Eu tomei um calmante que eles me deram. Fiquei a noite inteira na delegacia com o cabo. Ele era meu amigo, a gente conversava, o cabo Ronan. Esse que fez a prisão. Ele disse: “Nós só somos dois. Eles são três. Nós joga o carro em cima quando a poeira cobrir. Primeiro nos pega o que tá sem a camisa, porque é esse que matou.”. E assim eles fizeram. Quando chegou lá, o rapaz jogou. Eles tavam comendo, comendo e bebendo, né? Na maior tranquilidade. Aí diz que o cabo Emanuel logo jogou o revólver

nele e puxou a arma dele e disse: “Se tu te mexer, eu atiro em todo mundo.”. Aí tinha um rapaz com um caminhão e disse: “Vocês querem as cordas?”. Cortou uns três pedaços de corda pra que a polícia amarrasse. A polícia se esqueceu de levar as algemas. Aí ligaram aqui pra Tomé-Açu porque não poderia trazer três presos e mais dois que eles tinham levado dentro do fusca. Aí foi que a viatura foi buscar o pessoal. Quando chegou aqui, chegou logo os dois primeiros. Chegou umas cinco e meia pras seis horas e a nossa casa não era boa, com tanta gente a casa quebrou. Aí nós trouxemos o corpo pro salão paroquial, e quando foi pras cinco e meia eles chegaram com os dois presos no fusca. Aí o pessoal foram no salão e disseram: “Olha, prenderam as pessoas que mataram o Bené.”. Olha, eu vou falar uma coisa pra vocês, não ficou uma pessoa, veio todo mundo pra delegacia. Eu vim mesmo correndo, porque eu era amiga do Gedeão, que era dono desse hospital. Então, na hora que eu soube, ele me deu um remédio, que eu não me lembro foi de nada, eu não chorava, eu não... Eu fiquei fora de mim. Aí corremos pra delegacia. Aí quando chegamos, o carro vinha chegando que vinha trazendo o outro, que era o Natan, ele tinha uma boca cheia de ouro. O pessoal já tava na frente, o meu avô também. Eu sempre digo que o meu avô ele era cangaceiro. O meu avô na porta da delegacia foi o primeiro que começou a briga. Ai não deixaram eles entrar, então mataram ele naquele mesmo momento. Ai quando eles mataram, o pessoal disseram: “Olha, gente, não mate mais, nós precisamos colher o depoimento dos mandantes.”. Aí o povo se recuou (Elizabeth Bandeira, 2016).

Essa memória de Elisabeth Bandeira é carregada de emoção em relação ao ocorrido no dia da morte de seu pai. A fuga dos assas-

sinos, a prisão destes no porto da balsa, quando buscavam atravessar o rio Capim, e de lá provavelmente alcançar a BR 316. A partir dali não seriam mais importunados. No entanto, os detalhes de sua fala evidenciam todo um dia de angustia e dor sofrido pela família, por seu avô que morava nas margens da rodovia entre Tomé-Açu e Concórdia do Pará, por onde estes passaram.



Maria Elizabeth  
Bandeira, filha de  
Benezinho.

Fonte: acervo do autor.

A fazenda Colatina ficava entre o trecho de Concórdia do Pará e Acará, quando em fuga os pistoleiros percorreram todo esse trecho. O que é mais interessante no relato de Elizabeth, que somava apenas quatorze anos quando da morte de pai, recaí sobre a chegada da polícia no final da tarde com os pistoleiros presos. Principalmente o último, chamado de Natan, que como ela mesma caracterizou, possuía a boca cheia de dentes de ouro. Ele foi trazido já pelo delegado de polícia local, o ‘bate pau’, como eram conhecidos os delegados sem formação. Ele foi arrancado da viatura pelos populares, que realizaram vigília na delegacia quando souberam das prisões dos dois primeiros.



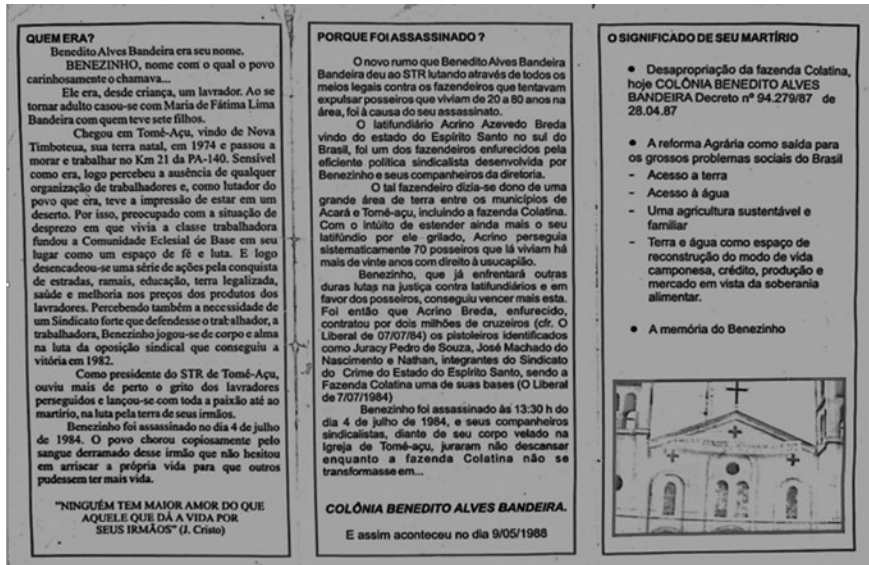
Quando da chegada dos dois primeiros acusados pela morte de Benezinho não havia ninguém em frente à cadeia. Assim que a notícia foi ventilada, o corre-corre começou e as imediações ficaram tomadas. Quando chegou da chegada do último pistoleiro, sem força policial suficiente, o delegado não conseguiu concluir a prisão. Ali mesmo, na tardezinha, um dos assassinos do sindicalista passou por justicamento.

Naquele momento começava a segunda parte de uma tragédia iniciada por volta das 13h:00 do dia 04 de julho, com a morte do líder sindical Benedito Alves Bandeira. Essa segunda parte começa com a busca, localização e prisão dos assassinos e a morte do primeiro ainda no mesmo dia em que Benezinho foi morto. O desdobramento se estenderia com a vigília durante a noite, e culminaria com a morte dos outros dois no dia seguinte. Foram cenas de cinema desde o meio dia até o final da manhã do seguinte dia. Os dias 04 e 05 de julho de 1984 entraram para história do município de Tomé Açu.

De todos os municípios da vizinhança chegaram pessoas para velar o corpo do líder sindical, e ao mesmo tempo ficarem de prontidão na delegacia. Como tudo era próximo, velavam o corpo ao mesmo tempo em que vigiavam os dois presos para que não fossem transferidos ou soltos pela polícia. O medo cercava as lideranças dos movimentos sociais, uma vez que os crimes no campo já estavam a todo vapor e a impunidade dominava o cenário.

Assim, então, a cidade transformou-se em uma terra ‘quente’ naquele momento, os nervos estavam à flor da pele. Segundo Maria Elvira, a violência não era o forte de Benezinho, como podemos notar no relato:

Mas aquele dia assim, Elias, eu tenho tudo gravado na minha cabeça. Aquele dia Tomé-Açu virou praticamente um inferno. É porque não podia, porque se ele tivesse vivo, ele não tinha deixado matar os homens, tinha não, de jeito nenhum. Ele não ia deixar, porque ele era contra negócio de violência. O negócio dele era só saber lutar pelos direitos. Matar nunca, ele não falava esse negócio de matar. (...) Ele era muito cristão porque ele respeitava muito a vida. Ele dizia que um homem se destrói por si próprio. Aí começou toda aquela arrumação. Quando é de noite, o martírio daqueles homens, que Deus perdoe os pecados deles, né? A ganância do dinheiro. O papai era brabo, jurou (vingança) em cima do caixão. Ele não deramou um pingo de lágrima. Ele tava, como diz assim, acho que ele tava possuído da força do mal porque não podia ser de Deus uma coisa daquela. Ele jurou em cima do caixão, ele andou sete quilômetros de pé pra chamar meu outro irmão. E voltou e jurou em cima do caixão e disse: “Eu só descanso a minha alma quando eu matar esse amaldiçoado que mataram você meu filho.”. Pensa que ele chorou? Chorou muito? Pra nós tirar o pai da delegacia, meu filho de Deus, o primeiro homem que chegou, ele foi o primeiro que pegou ele pela goela, não matou ele porque o pessoal tomaram, mas aí o povo matou. O pessoal fala, mas eu tenho certeza que ninguém da minha família matou, porque aquilo ali foi a parte errada porque era pra eles ficarem preso ali para sempre que era pra eles pagarem. Eles morreram e não pagaram nada... (Maria Elvira, 2018).



Face de folder pela celebração da memória do líder sindical Benezinho.

Fonte: arquivo da CPT, Belém/PA.

A fala de Maria Elvira em relação ao seu irmão ser cristão está ligada a metodologia da Teologia da Libertação, do ser cristão, ser contra a violência, ser contra tirar a vida do outro. Benedito Alves Bandeira transformou-se num ser político, defensor de uma classe trabalhadora, mas não deixou de ser o animador de comunidade, o cristão fervoroso, o seguidor de Cristo. Cristo não pregava a violência, pregava o amor, o bem ao outro. Mas no calor daqueles acontecimentos, os populares não pensaram como Benezinho, e fizeram justiça com as próprias mãos.

O depoimento a seguir é um dos mais fortes, descrito por um anônimo que participou da ação de justicamento naquele momento:

Chegou um primeiro. Aliás, veio dois na frente com a polícia de Tomé-Açu. A polícia de Tomé-Açu já tinha pedido cobertura pra

polícia do Acará e vinha trazendo o último pistoleiro. Esse último o pessoal pegou ele antes de entrar na delegacia, mataram logo. Foi que o pessoal passaram a noite se divertindo da cara dele, colocando vela na boca dele, inclusive o delegado teve proposta pro pessoal correr, que eles davam dinheiro, chegaram a atirar no pessoal, na gente que tava lá na frente da delegacia. A gente recuava e vinha de novo. Aí quando amanheceu o dia, aí sabe como é, que aqui acolá chegava um caminhão de trabalhador da roça, aliás, das delegacias sindicais. Quando deu dez horas, teve a invasão na delegacia e aí aconteceu o fato. Os caras foram mortos, um cara foi morto a cacete que era o que tinha matado o Benezinho. Ele tava preso numa cela, meio que o satanás. Jogaram um pedaço de perna-manca na cabeça dele por cima do forro e ele ficou com esse pedaço de perna-manca. Até espingarda a gente tentava enfiar pela brecha e ele plantava-lhe o pau e escangalhava tudo. Aí o pessoal disseram, só gasolina. Era só o que pediam, chegava na hora. Era serra, era marreta, era tudo o que pessoal dizia: “Precisa disso.”, era na hora. Chegou uma marreta, quebraram a parede e jogaram a gasolina pra dentro e tocaram fogo. Arrastemos o camarada de lá e quem acabou de matar foram as mulheres, as mulheres ficaram em cima e cada cacetada espirrava miolo mas ele passava a mão assim. Só morreu quando um caboco lá do Capim pegou uma peixeirona e enfiou em cima do coração, ficou enfiado na terra do outro lado. (Anônimo, 2018)

Dor e revolta foram as marcas desse dia, como frisou o anônimo. A morte do sindicalista foi o estopim para a chacina dos três pistoleiros que foram massacrados. Caso a população tivesse alcançado o mandante, Acrino Breda, provavelmente teria tido o mesmo fim.

Ainda sobre a morte dos acusados, a esposa de Benezinho velando o corpo ficava sabendo da notícia, mas não ia até a delegacia. Na sua fala podemos perceber sua sensação a respeito do que acontecia próximo dali:

Não tive coragem. Eles levaram ele lá pra casa. Minha casa era velha e foi até o Ademir Andrade que deu o dinheiro pra comprar essa casa. O Ademir Andrade era envolvido com ele. Aí ele deu 300 cruzeiros. Tá até aí o papel velho que ia vencer o contrato quando nós viemos pra cá, que era seis meses. Aí ele comprou essa casa. A casa era podre e deu muita gente. Quebrou o assoalho e levaram lá pra paróquia e ele ficou lá na paróquia. Quando matavam um iam me dizer que eu dizia chorando, gritando: “Eu quero que matem esses três pistoleiros que vieram matar meu marido.”. Aí quando matavam, eles vinham me dizer lá na paróquia e eu ficava satisfeita porque eu queria vingança. Eu não tava sabendo o porquê da morte (do Benezinho). Agora eu já sei porquê. Aí mataram os três e foi uma revolução muito grande nessa época. Botaram fogo na delegacia, queimaram. Eu não fui ver, eu não tive coragem de ver nada. Só vinham me dizer, entendeu? Só isso aí que eu posso falar. Aí enterraram ele lá no mesmo cemitério que ele fez, tá enterrado lá. (Maria de Fátima, 2018).

Elizabeth, a filha mais velha, recorda que na noite do dia 05 de julho, quando ainda estavam os dois presos na cela da delegacia, um grupo da Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional para Assistência Social (FASE), organização não governamental, entrou e fez uma gravação de vídeos com os pistoleiros, pois a ameaça de invasão era iminente. A polícia permitiu e ainda instigou os acu-

sados a declararem o que parecia já terem falado para os ‘homens da lei’. Elizabeth conta que:

Eles iam invadir, porque era gente demais. Aí lincharam aquele e deixaram lá e nós ficamos vigiando a delegacia. Porque o povo dizia assim: “Eles tem muito dinheiro e vão comprar a polícia.”. E verdadeiramente o delegado foi embora e nunca mais voltou. Ficou só os policiais. Nós ficamos a noite toda e quando foi de manhã, nós tinha o Ademir Andrade, que era o deputado que nós tinha apoiado. Aí ele disse: “Não se preocupe com a urna do Bené que eu vou levar.”. E tinha a Vera, que era uma moça da CPT, que era advogada. Naquele período o Guilherme, que era o advogado que representava o sindicato, e o Ademir veio trazendo essas pessoas. E quando foi de manhã, às nove horas, nós entramos pra delegacia, e eu, entrei junto. Na verdade, eu não fiquei no meu juízo, porque naquele tempo não tinha essas coisas de proteger os menores. Aí nós entremos justo pra pegar o depoimento desse povo. Nós chegamos lá, entramos, eles abriram, o padre foi lá, o povo abriu pra nós entrar, nós entramos, quando a Vera pegou o depoimento deles, ela perguntou pra um uma coisa que a gente nunca esquece: “Você tem família?”. Ele falou: “Tenho”. Ela falou: “Você tem filhos?”. Ele falou: “Tenho”. Ela falou: “E quando você vai matar, se você visse um filho de quem você matou ontem, o que você sentia?”. Ele disse assim: “Talvez eu sentiria pena porque esta é a minha profissão”. Aí ela pegou no meu braço e disse: “olha, você acaba de ver a filha mais velha da pessoa que você matou ontem.”. Ele disse: “É, eu poderia sentir pena, mas essa é a minha profissão.”. Então essa é uma coisa que a gente não consegue esquecer. Por que como é que as pessoas vão dizer que essa é

a profissão? Então, o depoimento deles, nós tava todo mundo lá, disse que trabalhava pra esse homem a quinze anos e que tinha matado sessenta e nove pessoas. Eu tinha quatorze anos. Naquele tempo tinha uns tubos na delegacia, hoje não tem mais, era feito de gradeado e nos cantos tinha uns tubos. Então ele ficou ali por trás daquele tubo dizendo pra ela essas coisas, e ele disse pra ela essas coisas. Então quando saiu o Ademir, sai o Guilherme, saiu a pobre da Vera que era uma pequenininha, jogaram ela por uma janela, o povo começou apedrejar, jogar pedra e nós corremos pra fora. O meu tio já veio pulando o muro do correio, que era perto da delegacia que era tudo junto pensando que era os homens que tinham fugido. Esse cabo Júlio, ele jogou a farda dele e entrou no Santa Júlia que é um circular que nós ainda temos hoje e foi se escapar pra Quatro Bocas. O Incra era nesse prédio que é a prefeitura hoje, eles apedrejaram o Incra porque alguém saiu de lá correndo eles pensaram que eram os pistoleiros. Então foi horrível, sabe o que é horrível, eles quebraram, jogaram fogo, e esse logo se entregou, porque ele não era tão ruim, por que eles contrataram, deram o carro. Esse daí morreu logo. Agora o que matou o meu pai, o bicho era endemoniado, eles tocaram fogo, segundo o povo, um caiu com um pedaço de pau do telhado na cabeça dele, ele caiu lá mesmo, eles mataram lá mesmo e quando ele saiu lá de dentro, ele saiu horrível, horrível, mas horrível mesmo. Eu não tenho as fotos, porque no período o pessoal me deu as fotos, mas no período era muito doloroso pra mim e eu não quis ficar, mas nos tava lá, as peles toda queimada. Então teve uma das mulheres que veio com uma faca. Agora tu imagina, depois de tá lá no chão, quebrado, machucado, porque eles abriram uma brecha, uns buracos, ela veio com uma faca e deu-lhe, sabe o que é cravar, aí ele

fechou os braços, abriu e fechou, aí ele morreu. Aí eles iam tocar fogo, aí não toca fogo. Aí a prefeitura ia mandar uma caçamba, por que naquele tempo, eles jogaram em cima da caçamba e levaram pro cemitério Santa Clara que é a doze quilômetros daqui, enterraram só em um buraco. Aí quando eles saíram, o meu pai saiu pro 21 porque enquanto isso ninguém saiu. Então eu sempre digo que isso foi justiça de Deus, porque tinha tudo pra eles ir embora, por eles tava com tudo, com dinheiro, com carro e com tudo. Mas só que quando Deus quer é diferente por que eles tiraram uma vida de quem não merecia. (Elizabeth Bandeira, 2018).



Lugar onde Benezinho foi morto e a Sede do STR de Tomé-Açu.

Fonte: acervo do autor.







Celebração no cemitério onde está sepultado do Benezinho em Tomé-Açu.

Fonte: acervo do autor.

## • **Concluindo...**

Este artigo procurou retratar o caso de Benedito Alves Bandeira, mais conhecido como Benezinho. A história retratada aqui é espelha o desfecho de outros casos de lideranças que perderam suas vidas na luta pela terra no Brasil, na Amazônia, e sobretudo no estado do Pará.

O Pará lidera casos de assassinatos de lideranças sindicais do campo na década de 1980 por conta dos conflitos pela terra. Liderança que permanece mesmo nos dias de hoje. Dezenas de homens e mulheres foram mortos a mando de latifundiários, deixando muitos órfãos que ficaram sem seu ente querido, como é o caso de Benezinho.

A luta de Benedito Alves Bandeira, o ‘Benezinho’, foi muito importante para o município de Tomé-Açu, onde muitas pessoas conseguiram ter a posse de suas terras enquanto este estava à frente do sindicato dos trabalhadores rurais. Sua trajetória encontra-se viva na memória dos lavradores e lavradoras da região, em particular no seio de seus familiares, irmãos, esposa e filhos, que sentem muito orgulho da figura deste sujeito que marcou a história da luta sindical na década de 1980.

Os sete filhos de Benezinho não tiveram oportunidade de entrar em uma universidade. Alguns concluíram o ensino médio, evidenciando a falta de apoio dos governantes em face à luta destas pessoas que tiveram suas vidas ceifadas, quando era de responsabilidade destes fazerem isso. Apesar do contexto, os familiares manifestam orgulho do pai, e enfatizam com a alegria a memória do sindicalista. Concluo este trabalho com algumas mensagens deixadas por eles quando fui ao encontro destes em 2018 quando da realização de entrevistas para o trabalho de doutoramento.

## • Depoimentos

Irei iniciar os relatos aqui apresentados falando sobre a memória destes, como de Maria Benedita, a caçula, que quando seu pai foi morto estava no colo de sua mãe, tinha aproximadamente três meses:

Eu nasci no dia 17 de abril de 1984. Eu sou a caçula, sou a mais nova, a bebê. Eu não tive o prazer de conhecer ele. Eu só sei o que as pessoas falam, só que eu não tive o prazer de conhecer ele, não. Eu vi só umas vezes a foto dele. Eu não sei como é a feição do rosto dele assim, só do meu outro pai que me criou. Eu ouvi que

o meu pai era do sindicato, que ele ajudava as pessoas, que ele foi morto por ele ajudar muita gente, que ele era uma pessoa muito boa, falaram muita coisa dele (Maria Benedita, 2018).

As palavras iniciais de Maria Benedita refletem o sentimento de tristeza pelo fato de não ter convivido com o pai, não ter sequer conhecido sua ‘feição’ é um lamento que se complementa com a dor e raiva,

Eu ficava triste por não ter conhecido ele como meus irmãos conheciam e falam dele. Eu sinto inveja um pouco. Eu sinto uma mágoa só da minha mãe verdadeira mesmo, porque eu penso assim, se ela criou os filhos dela assim, porque ela deu eu pra mãe (avó). Mas eu entendo, porque eu tenho uma vida muito boa porque talvez se eu tivesse com ela, eu não estaria como eu estou hoje aqui, porque eu já passei por muitas dificuldades, graças a Deus, primeiramente a Deus, a minha mãe, essa que tá aí e meu pai que já faleceu (avô), mas só isso, fora isso, eu não tenho raiva não. (Maria Benedita, 2018).

O irmão de Maria Benedita, mais ‘calado’, deixou uma mensagem, Giovane, também tem esse sentimento, como podemos observar:

Não. Eu só achei injusto, né, que ninguém pode tirar a vida de ninguém, mas o cara que mandou tirar a vida já está morto também. Não posso fazer mais nada, né? (Giovane, 2018).

Leidiane, que quando o pai foi morto tinha quatro anos de idade, nos mostra na fala triste a sensação de não ter tido a presença do pai, onde:

Eu fiz dia 26 de junho quatro anos e ele foi morto no dia 04 de julho, eu tinha acabado de fazer quatro anos. E eu não lembro nada dele e fico triste que uma pessoa vem tirar a vida de outra pessoa. Não pensa em nenhum momento os filhos que tem e eu não posso dizer assim, o que significa um pai porque, às vezes, aparece alguém assim na vida da mãe que chama de pai, mas eu não, nunca apareceu. Assim, eu não sei dizer nada do meu pai. Eu só sei do meu pai as coisas que falam pra mim. Muitas coisas que falam assim sobre ele que ele era bom, que minha mãe fala que ele era um ótimo marido, que ela nunca conseguiu outro igual ele e eu tenho orgulho dele ser meu pai, mas eu não lembro nadinha dele. Coisa mais triste é eu não lembrar nada, nada, nada. E isso é muito triste, sabe? Eu não lembrar nada do meu pai. Eu não consigo lembrar, eu tento mas não consigo. E eu fiquei muito curiosa assim, depois que eu completei assim... Que eu fui entendendo o que era o pai, o que era a mãe, porque eu morava com minha avó e com meu avô. Eu perguntava muito, aí ele falou: “A tua mãe não pode ficar contigo.”. A gente morava no 23 e eu ia pra escola e tinha festa, precisava de pai e mãe. Não tava nenhum dos dois.

Como podemos ver nas palavras de Maria Leidiane, órfã com seus irmãos de pai, o que restou senão a tristeza e ter que encarar a realidade em sua vida. Maria José, outra filha de Benezinho, em meio emoções fortes e entre choro, lembra um pouco a história do pai, citando a raiva das pessoas que fizeram a ação contra ele:

Era uma coisa que a gente nunca esperava. Era um homem que andava num fusquinha amarelo, e ele que foi mostrar meu pai pros pistoleiro, uma coisa doída, se fingia de amigo. Só que ele era

assim, um tipo, ele mexia com negócio de madeira, ele era mais alto um pouquinho, mas se fingia de amigo do papai e quando foi nesse dia ele que foi mostrar os pistoleiro pro papai. Aí é uma coisa duída, né? Não era amigo... era do outro lado, se fingia que era amigo... (Maria José, 2018).

A esposa de Benezinho Maria de Fátima, recorda as dificuldades que tiveram depois da morte do marido:

Uma comunidade ainda ajudou com uma cesta básica um mês. Eu acho que nem um mês que deu aí depois não deu mais nada, que se viraram na pensão. Depois que veio a pensão eu melhorei. Uma (filha) ficou com minha mãe, que tá com 33. Ela vai fazer dia 17 de abril. Essa a mamãe criou, que ela era doente. No outro dia eu tava lá no desespero e ela foi lá e disse: “Eu vou levar essa menina que eu vou cuidar dela.”. Eu disse: “Depois eu trago.”. E ela já estava registrada, porque quando nascia ele ia logo registrar. Aí até hoje ela não trouxe mais. Ela que tá cuidando dela. Minha mãe tem 86 anos e ela que cuida dela. Ela tá até meio adoentada. Aí foi isso. O sindicato ajudou nesse ponto que me aposentou. Eu fui até pra Curitiba dar uma entrevista, que logo que ele morreu os amigos dele lá dos sindicatos me levaram, eu acho. (Maria de Fátima, 2018).

Ainda sobre a situação difícil que viveu com os filhos, Maria de Fátima recorda:

Foi um pouco difícil, sim. Eu tive que lutar com meus filhos, fui caluniada, chamaram eu de tudo que é nome, que eu fui uma mulher nova e fiquei sem marido. Mas não fui mulher de beber de tá em

bagunça, em bar. Arrumei um marido, mas não deu certo, mas não que eu tivesse nas bagunças. Porque eu tava com seis meses com esse menino, eu arrumei um marido pra me ajudar aí passou uns anos comigo. Ele que criou esse menino comigo. Aí não deu certo porque ele bebia e queria me bater, me batia às vezes e não deu certo. Nós separemos mas eu sofri um bocado. Ai eu fazia, botava a farinha de molho pra fazer a coxinha pra eles vender. O José e esse menino aqui, ele tinha preguiça de vender o chopp. Não vendia. Aí eu brigava com ele e depois que eu me aposentei da pensão aí tudo melhorou. Eu não fiz mais isso, que não precisou até eles ficarem homem. Esse meu mais velho começou a trabalhar com doze anos numa serraria. O mais velho, eu não era aposentada ainda. Aí depois uma serraria lá embaixo, que o nome dela era serraria Dutra, era posseiro e não pagaram direito ele e botei até na Justiça aí depois pagaram. Depois que eu me aposentei da pensão até hoje ele trabalha em serraria era serrador e hoje é gerente numa serraria e té hoje ele tá pra lá (Maria de Fátima, 2018).

Sobre a situação difícil que ficaram e o filho pequeno tendo que vender as ‘coxinhas’ ou ‘unhas’, Giovane relembra:

Eu vendia coxinha pra ela, eu comia tudo, eu tinha vergonha de dizer. É aquelas unhas antigas que é feito de farinha. Enchia pra mim ir vender, mas quando chegava na esquina me escondia e olha, comia tudinho e voltava sem nenhum centavo, e apanhava de novo. Aí depois fui trabalhar na serraria, aí melhorou um bocado que naquele tempo pagava bem, porque hoje só dá pro do rango, porque pra outra coisa não dá não. (Giovane, 2018).

Maria Elvira, irmã de Benezinho recorda com muita tristeza a situação depois da morte do irmão:

Eu sei que foi triste a situação. Mas assim, eu não sei muita coisa que aconteceu pra anteceder a morte, que ele foi lá no sitio, que disse que ele ia morrer, matou um porco. Porque do porco é verdade, que foi na casa da minha irmã. Quando ele morreu, ainda tinha toicinho de porco pendurado lá na casa dele. Mas sabia que ele tava prometido pra morrer. Eu morava na serraria e tu sabe que na serraria conversa tudo. O dono da serraria me chamou e perguntou o que esse homem era pra mim, pra ter essa revolução, que diz que ele era semi-analfabeto e era muito conhecido então pra fazerem isso por causa dele. Eu digo: “Era, ele era tudo isso.”. Na missa de sétimo dia, o Osvaldo Matos falou um depoimento que o finado Bené, que ele era mais da alta, ouvia falar desse Bené, que eu choro, que ele era do Iterpa, era de um negócio desse que mexe com terra. Ele falou que quando ele conheceu o finado Bené ele pensou que fosse assim, uma pessoa que tivesse um estudo mais alto, um pouco mais de cultura que quando ele virou aquele homenzinho. Aí ele falou, mas esse que é o homem que falam tanto, Benezinho, que é líder dos trabalhadores, em todo lugar no Pará em todo canto, não é possível uma coisa dessa, porque ele disse que não sabia falar direito que ele falava errado, igual eu, que o padre fazia questão de escrever igualzinho, que tinha um jornalzinho que ele dizia, pode escrever aí, que o povo vai entender que foi muito sofrimento, mesmo, muito... (Maria Elvira...).

João Bandeira, outro irmão, que assumiu a luta de Benezinho, conta com emoção a história vivida:

Ele dizia uma coisa: a gente não ia perder o que a gente faz pros outros. Que aquilo que a gente faz pro irmão da gente, a gente nunca perdia. E eu creio nisso, que é verdade. Porque o que a gente vai levar mesmo quando morrer é só o que a gente fez de bom para os outros. E eu agradeço muito o meu irmão, porque se não fosse ele, com certeza eu nunca tinha sido sindicalista e talvez não tivesse nem vivo. Porque a vida da gente é uma vida tortuosa. Depois que eu passei no movimento, entrei pra igreja, fui concertando a vida da gente e graças a Deus aprendi muitas coisas. Vivenciei muitos problemas tristes de ver trabalhador pegando porrada da polícia, levando tiro, sendo cortado quando nós ocupemos o Banco da Amazônia, naquele tempo quando a polícia atirava nos vidros e avoava nos trabalhador. Trabalhador levava spray de pimenta, sendo humilhado no meio da rua sendo espancado pela polícia. Então isso tudo marca a vida da gente (João Bandeira, 2018).

Dor e orgulho são manifestados nos depoimentos dos familiares de Benedito Alves Bandeira. Como externaliza a filha Leidiane, por conta da figura que foi o pai, pelo fato do mesmo tornar-se um marco na história do município:

Com certeza, eu tenho muito orgulho disso dele. Eu não tive o prazer, mas eu tenho muito orgulho dele. Todo mundo fala muito bem dele. Quando eu falo que sou filha dele, todo mundo elogia: “Olha, o seu pai foi uma pessoa muito boa.”. Falam muita coisa boa dele pra mim. Eu fico muito feliz. (Maria Leidiane, 2018).

Maria José, a segunda filha mais velha, nos conta o orgulho de ser filha de Benezinho,



Eu lembro um dia que ele chegou de congresso grande. Ele chegou com uma sacolinha falando: “Olha, roubaram as minhas coisas.”. Aí a vovó, uma velhinha, né? Falou assim: “Olha, meu genro, você é procurado, tão querendo lhe matar.”. “Não, eu não tenho medo.”. Falou assim: “Eu não tenho medo de deixar minhas filha, minha vida. Eu não tenho medo de nada. Isso aí foi um engano.”. A vovó falou assim: “Não, não. Foi não.”. Ele falava e mamãe discutia com ele. “Meu velho, vão te matar.”. E ele dizia: “Não, eu não tenho medo de nada. Eu quero fazer as coisas de Deus, se eu morrer tô dando meu sangue pra Deus.”. Aí a mamãe falava com ele, discutia. Porque ele queria deixar a roça por causa do sindicato. Depois que casei nois entremo na terra, assim, foi luta, chegaram um dia pra despejar, eu com meus filhos só tava nois. Ainda queriam botar duas filha que eu tenho no carro pra ir atrás do chefe, né? Eu falei: “Olha não tem chefe, só ta nois.”. Eu fui procurar onde tava meu esposo pra mim me livrar. Aí falei: “Olha, meus filho, aquele multidão de polícia.”. Aí eu lembrei daquilo que meu pai tinha deixado, porque foi uma coisa que ele deixou e não tinha medo. Aí lembrei: “Poxa, foi uma coisa que meu pai deixou, então não vou ter medo.”. Aí venci, mas graças a Deus hoje em dia nois tamo porque entrou um homem e pegou aquela terra, mas peguemo outra terra e tamo nela, graças a Deus. E eu digo: aquela terra ali é uma história pra mim, né? Porque foi uma coisa que eu venci. Eu não posso falar na frente que eu choro. Falam sobre a vida do meu... Mas eu não falo. A Bete fala, mas eu não falo. Eu tinha uns quatorze anos quando ele morreu... (Maria José, 2018).

Para João Bandeira, o irmão que continuou a luta de Benezinho, não foi só o orgulho que ficou, mas também o legado deixado, as conquistas. Para este, a luta valeu a pena:

(...) Porque não foi só Tomé-Açu, foi o Virgílio lá no Moju, só naquela época, foi 45 dirigente foi tombado. Então o sangue deles fizeram brotar a grande luta (choro) a favor do povo, porque se não fosse eles, com certeza a história dos trabalhadores nunca a gente tinha chegado onde a gente chegou, que foram muitas conquistas mesmo. Problema de assentamento que os trabalhadores não tinha, problema de energia que hoje tem nas comunidades. Projeto no banco, associação, compra de veículo, de trator pra fazer trabalho na agricultura. Hoje tudo que tem na agricultura familiar eu retribuo ao sangue derramado desses companheiros nosso que tombaram aí na luta. (João Bandeira, 2018).

Maria de Fátima, a esposa, ressalta que Benezinho foi uma pessoa muito boa para ela nos tempos em que viveram juntos e que por isso, não consegue participar das atividades que fazem em sua homenagem, pois as lembranças maltratam muito. Também sobre a escrita da história sobre sua memória, esta tem restrições, como podemos observar a seguir:

O pessoal veio aqui emprestar, levaram e nunca devolveram. Tinha um jornal da morte dele, levaram tudo. Tenho a certidão de casamento, de óbito. Eu tenho tudo guardado. Até uma vez um menino veio pedir aqui, eu acho que pra fazer as coisas no nome dele e eu disse que quando viesse pedir agora eu não ia dar mais, não, porque eu fico revoltada. Porque até hoje eu não tive um marido assim. Eu arrumei já uns quebra galhos mas nunca foi como meu marido que me dava valor, me presava, meus filhos, me sustentava e assim não tem nenhum assim. Às vezes eu fico só e eu digo, eu tenho vontade arrumar um marido, mas não é por outra

coisa. É porque de noite eu fico só e sem um marido é ruim. É por isso que eu deixei de ir na igreja católica, que eles falam muito nele e aí eu me lembro de tudo, do começo ao fim que vai passar, e até de eu tá falando agora, eu sinto... (choro). O padre fala muito dentro da igreja da morte e eu nunca me esqueço, nunca. Foi dezessete anos de companheirismo. Ele nunca brigava comigo, tratava bem meus filhos. Senti muito e sinto. Não tem outro homem pra substituir o lugar dele, de jeito nenhum. Eu lembro dele direto e por isso que eu não vou no sindicato, nem na igreja católica, que eu deixei por causa disso. Eles falam muito nele, desde o começo e é meio ruim assim. Eu me sinto mal e eu sou assim meio coisa, que eu não posso sentir que sobe minha pressão, aí eu evito (Maria de Fátima, 2018).

As palavras de dona Maria de Fátima resumem bem o sentido da sua memória, da sua dor. A dor da perda não só do esposo, companheiro, pai dos filhos que tiveram, mas a dor que não passa mesmo com o tempo. Após mais de trinta anos depois ocorrido, ainda se recorda dele com uma saudade grande. Mas também há essa memória de uma tristeza pela falta de zelo com o nome, da falta de cuidado com os documentos ou o pouco que sobrou de sua história, ficando evidente que as lembranças são as que jamais se apagarão na memória da luta popular.

## • Referências

ALVES, Luana Nunes Bandeira & TRECCANI, Girolamo Domenico. Assassinato de Benedito Alves Bandeira. In: VERDADE, Comissão da Verdade Camponesa.

MELO, Acácio Tarciso Moreira de. Ação coletiva entre assentados da reforma agrária: o grupo de mutirão no Assentamento Benedito Alves Bandeira, município de Acará/Pará. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal do Pará/ Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Belém, 2010.

ROSA, João Guimaraes. Sagarama. Rio de Janeiro: Olympio, 1976.

RICCEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SACRAMENTO, Elias Diniz. É muito triste não conhecer o pai: a herança da violência e os familiares de ‘Gringo’, ‘Benezinho’ e ‘Paulo Fonteles’. Tese de Doutorado. – PPHIST/UFPA. Belém, 2020.

TONETTO, Sérgio. Poderão matar as flores, mas não a primavera: a construção de Benezinho e Virgílio como símbolos de luta pela terra no imaginário social do campesinato da região Guajarina. Monografia de Antropologia da Faculdade de Ciências Humanas. – (Quito/Equador). São Luís, 2007.



# AVELINO RIBEIRO: A BUSCA DA TERRA COMO LIBERDADE

Em nome de minha família protesto firme mente contra a prisão dos posseiro que foi preso pelo direito de defender sua terra e os padre que anunciava a libertação das classe oprimido. Somos pobre mas somos gente e Deus não deu terra só para rico. A terra é para quem trabalha. Protestamos contra lei de segurança nacional que beneficia somente os rico, pobre trabalha, rico ganha o dinheiro. Rico mata não vai preso. Pobre trabalha, é condenado até a morte é mais crime trabalhar do que matar pobre.

Assino. Avelino Ribeiro da Silva”<sup>[1]</sup>

Raimunda Monteiro<sup>[2]</sup>

## • Apresentação

Este artigo pretende contribuir para recuperar parte da memória do sindicalista Avelino Ribeiro da Silva, assassinado junto de sua família, em 24 de março de 1982, na comunidade de Igarapé

---

<sup>[1]</sup> Carta escrita por Avelino Ribeiro, por ocasião da prisão dos padres franceses Francisco Gouriou e Aristides Camiou, in LEROY, Uma Chama na Amazônia, Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos Avançados em Educação, FGV, Rio de Janeiro, 1989, p. 251-252, versão disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9266/000052132.pdf;UMA>, acessado em 13 de julho de 2020.

<sup>[2]</sup> É professora do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), onde foi reitora. Tem pós doutorado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), onde desenvolveu pesquisa sob a orientação do professor Boaventura de Sousa Santos. E-mail: [monteiro.raimunda@gmail.com](mailto:monteiro.raimunda@gmail.com)

Preto, na época território do município de Santarém, no oeste do Pará. O assassinato de Avelino Ribeiro (como seu nome foi divulgado na época), se deu num contexto de conflitos de terra resultantes do projeto de colonização das rodovias Cuiabá-Santarém (BR-163) e Transamazônica (Br-230), em que os pequenos agricultores buscavam terra para sua reprodução econômica, política e social, enquanto o Governo favorecia setores do grande capital que viam nesse campesinato apenas mão-de-obra barata na abertura dos lotes pretendidos pelo mercado de terras e, atualmente, também para a mineração.

O planejamento da colonização definiu áreas para assentamento dirigidos e áreas em que a disputa se daria pelo mercado, com vantagens aos setores capitalizados e articulados politicamente com o regime político da época.

Este é o cenário em que Avelino Ribeiro encontra a sonhada propriedade de um lote de terra, na BR-163 e se defronta com uma situação fundiária indefinida em que o seu direito ao lote adquirido foi questionado por um pretense dono, resultando num conflito que durou cerca de três anos, e que envolveu além da comunidade de Igarapé Preto, a solidariedade das comunidades dos colonos da Transamazônica e de todo o município de Santarém.

Destaca-se o papel de Avelino Ribeiro como organizador social, atuando na equipe de Educação Sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STR), do qual, pela sua reconhecida liderança na comunidade, foi instituído como delegado sindical.

Prioriza-se o depoimento das filhas e filho como estrutura narrativa, assim como dos dirigentes do STR na época, como testemunhas dos fatos. Essas testemunhas têm um valor histórico relevante, pois é o primeiro registro de depoimentos dos filhos que, na época, eram adolescentes e crianças e que vivenciaram o ato do crime ao

lado do pai. As percepções, portanto, têm valor testemunhal histórico, como memória, com as possíveis lacunas sobre o rigor dos fatos, pois são interpretados 38 anos depois do acontecimento, e carregam impressões não esclarecidas entre os agentes, sem a checagem documental impossibilitada no período da pandemia do Covid-19.

Como se trata de um caso ocorrido no período da ditadura militar, muitos dos documentos ficaram dispersos e foram perdidos, inclusive os reunidos pelo STR de Santarém, que foi vítima de um incêndio em sua sede, em 1984. Nesse sentido, o livro *Uma Chama na Amazônia*, de Jean Pierre Leroy, de 1989, aportou uma grande contribuição, por apresentar uma cronologia dos fatos que esclarece uma história eivada de discricionabilidades por parte do INCRA e da Polícia Civil da época, as quais este artigo não se propôs, por limitação de tempo e de meios, a examinar.

Como conclusões, reafirma-se que a política de colonização na Amazônia era funcional como estoque de terras a ser disputado pelos setores capitalizados e posseiros, deixando a maior parte das áreas abertas pelas rodovias federais em disputa, sendo a violência um recurso regularmente utilizado. Verifica-se a negligência do Estado na resolução dos conflitos ocasionados na maior parte do território em que prevaleceu a liberalidade fundiária, deixando os pequenos agricultores expostos ao confronto com protegidos pelo Estado. Conclui-se também que, não fosse a organização sindical, a considerar os inúmeros conflitos que ocorriam na época, muitas famílias de pequenos agricultores teriam perdido suas terras.

O martírio de Avelino Ribeiro promoveu dor e desnorreamento da família, mas justamente por ele estar envolvido no movimento sindical rural ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) que emergia naquela conjuntura, conteve o avanço de novos conflitos e assassinatos de trabalhadores na região.



Avelino Ribeiro é um mártir da luta pela terra na Amazônia, e merece que a sua história e as lutas de milhares de famílias de pequenos agricultores atraídos pela propaganda governamental para as áreas de colonização, abandonadas à própria sorte pelo Estado, seja registrada e refletida tanto pela Academia como pela sociedade, como exemplo de um planejamento autoritário e direcionado politicamente para beneficiar setores capitalizados em detrimento das necessidades do conjunto da sociedade brasileira, que viria a favorecer a apropriação da terra pelo sistema de grilagem e latifúndio.

## • **A brecha para a especulação na colonização da Amazônia pelo regime militar**

Os anos 1970 foram anos determinantes nas transformações no cenário rural da Amazônia, última região do país a ser integrada por via terrestre ao sistema rodoviário federal. Com a abertura da Cuiabá-Santarém (BR-163) e da Transamazônica (BR-230) se consumava o acesso ao interior da Amazônia Central, a partir do Centro-Oeste e do Nordeste, por onde as dinâmicas agrárias comandadas pela grande empresa rural avançavam incorporando latifúndios e desterritorializando camponeses<sup>[3]</sup>, comunidades ribeirinhas e populações indígenas. Estruturalmente, as terras da Amazônia vêm sendo cercadas pelas bordas desde o início do século XX, tendo na

---

<sup>[3]</sup> Reconhecemos a existência de explicações teóricas que diferenciam e contextualizam em diferentes fases da formação agrária brasileira e em nível internacional, as denominações trabalhadores rurais, camponeses, pequenos agricultores e agricultores familiares. Como se trata de uma discussão densa, não nos ativemos à destrinchá-la, priorizando a narrativa e as formas como o personagem central da história se reconhecia no contexto em que viveu.

Marcha para o Oeste<sup>[4]</sup> e nas dinâmicas agrárias de concentração fundiária, fatores de migração regular rumo à Amazônia, a terra liberta (MUSEMECI, 1998).<sup>[5]</sup> A política nacional que culminou com os I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs)<sup>[6]</sup>, as grandes obras rodoviárias e energéticas e as colonizações traziam em seu bojo a funcionalização do espaço agrário brasileiro, no qual as áreas ocupadas pela agricultura moderna, ou pelos Complexos Agroindustriais (CAIs)<sup>[7]</sup>, não permitiam a co-existência com pequenas propriedades e com áreas de uso comum.

A colonização, como política de ocupação e abertura das regiões de floresta ao capital, serviu como preparação para a incorporação das terras agricultáveis e riquezas minerais de toda a franja de fronteira à Leste e ao Sul, já incorporadas ao capitalismo agrário do Brasil.

---

[4] Política de ocupação territorial do Governo Getúlio Vargas que visava abrir as fronteiras do Centro-Oeste e Norte brasileiro para novas atividades agropecuárias, por meio de núcleos de colonização agrícola. Mais que abrir espaço para a expansão agropecuária, a Marcha para o Oeste, também abriu as fronteiras do interior do país para uma nova malha urbana e de expansão demográfica.

[5] MUSUMECI, Leonarda. O Mito da Terra Liberta. Colonização “espontânea”, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. Vértice, Editora Revista dos Tribunais. ANPOCS: São Paulo, SP, 1998.

[6] TOURNEAU François-Michel Le, BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental, *Ambiente & Sociedade – Campinas* v. XIII, n. 1 • p. 111-130 – jan.-jun. 2010, acessível em <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n1/v13n1a08.pdf>.

[7] MULLER, G. *Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária, Estudos Rurais*, Editora Hucitec: EDUC, São Paulo, 1989; SILVA, J.G. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*, HUCitec, São Paulo, SP, 1981.

A construção das rodovias Transamazônica e BR-163 atraiu os migrantes já excluídos da terra e que não seriam incorporados pela indústria nascente no país. As brechas territoriais da colonização espontânea se tornariam áreas de disputa entre posseiros, empresas madeireiras, pecuária patronal e os atuais setores do agronegócio de grãos. Desta forma, a Amazônia passava a ser o novo palco de conflitos por terras que, nos anos 1950 e 1960, expulsaram levas de pequenos agricultores de suas posses nas regiões de ocupação antiga no país.

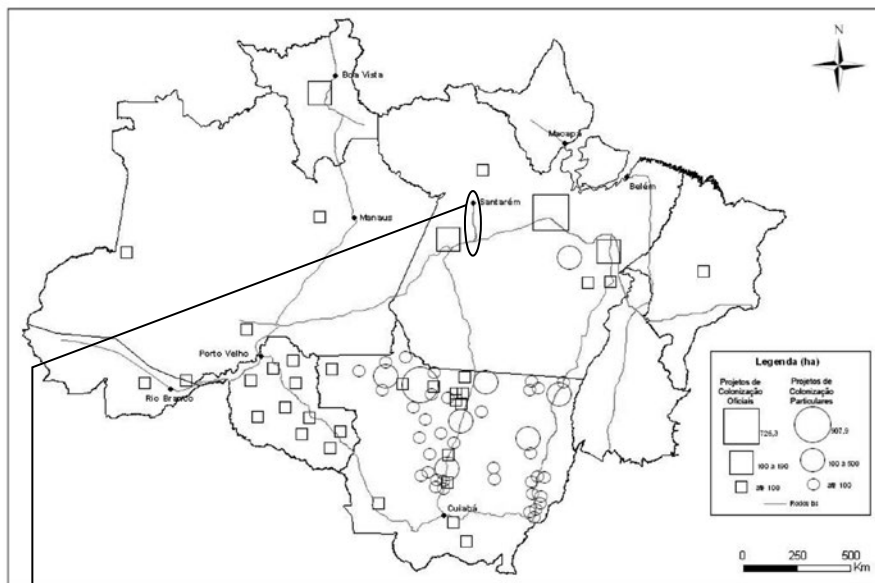
A política de colonização oficial assentou oficialmente cerca de 10% do prometido com a campanha de atração de famílias camponesas nos estados do Sul e do Nordeste, na rodovia Transamazônica. A maioria dos primeiros migrantes chegou à Amazônia atraída pela propaganda governamental, e só tiveram uma precária assistência governamental até 1974. Dos que vieram por conta própria, a maioria não foi acolhida pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), e nem sempre encontraram posses mansas e pacíficas. De modo que, a partir de 1976, focos de conflitos foram sendo observa-

dos em várias áreas, envolvendo posseiros, pretendentes à latifúndios e órgãos governamentais, em geral, propensos a beneficiar os setores do poder econômico.

A Transamazônica foi planejada com um escalonamento de áreas que variavam de 100 a 3.000 hectares priorizando o assentamento de famílias de pequenos agricultores mais próximos à faixa principal e as maiores (glebas de 500 e 3.000 hectares) mais distante da rota da rodovia. Na BR-163, concluída em 1976, houve uma disputa pelas terras novas abertas, liderada pelo mercado de terras, orientando a ocupação imediata na parte mato-grossense da rodovia por projetos de colonização privadas e, em menor escala, oficiais.

No Estado do Pará, as áreas foram destinadas a médios e grandes proprietários no trecho da divisa do Mato Grosso até o Km 30, onde as duas BRs se cruzam no Estado. Quanto mais próximos do Mato Grosso, maiores os lotes, a maioria de 500ha, prevalecendo posses de mais de 1.000 hectares desde a margem da rodovia. No trecho entre Rurópolis e Santarém, a ocupação espontânea predominou, possibilitando aquisição de lotes por pequenos agricultores, tendo no INCRA, um braço localizado da ditadura militar.

No mapa a seguir, o vazio de planejamento de ocupação na BR-163 paraense, demonstra o apagão de destinação das áreas e uma colonização menos “dirigida”, antecipando o que viria a ser a disputa entre o mercado e os camponeses que se dirigiram em busca de terra, com desvantagem para os camponeses, como se configurou nesses 50 anos de construção da rodovia.



Localização dos projetos de colonização na Transamazônica, Cuiabá-Santarém, BR-219 e BR-364.

Fonte: Becker (1990) e INCRA (1992) in: Moreno (2007). Base cartográfica: IBGE, 2008

O mapa acima<sup>[8]</sup> descreve os Projetos Integrados de Colonização (PICs)<sup>[9]</sup>, onde o Estado forneceria casas, escolas, agrovilas para as famílias que foram levadas pelo INCRA para a Amazônia.

O trecho entre Rurópolis e Santarém teve as margens da rodovia cobiçadas e disputadas desde o início, culminando com a latifundização do maior trecho e o “empurrão” dos pequenos

[8] MARGARIT, E. O processo de ocupação do espaço ao longo da BR-163: uma leitura a partir do planejamento regional estratégico da Amazônia durante o governo militar, Revista Geografia em Questão, volume 06, no.1, 2013, p.12.

[9] FIALHO, A. R. TREVISAN, R. Ocupar, colonizar, urbanizar a Amazônia Legal (1970-80): ações oficiais e privadas na criação de núcleos urbanos, Anais XVIII ENANPUR, 2019. Disponível em <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capa-pdf.php?reqid=407>

agricultores para os fundos dos travessões. A margem a leste da rodovia foi destinada majoritariamente para a Floresta Nacional do Tapajós (FLONA), o que limitou a área de ocupação. As dinâmicas internas da ocupação desse trecho resultaram em famílias que passaram por sequências de migrações locais, muitas vindo a ter a posse da terra nos assentamentos que foram criados no final dos anos 1990/2000<sup>[10]</sup>.

Dessa forma ocorreu uma migração de sem terras, da região do Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul. Agentes do governo como o INCRA, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e principalmente, o Basa, favoreceu e muito os grileiros, os latifundiários, etc. Enquanto isso os assentados foram completamente abandonados, sem assistência técnica e sem nenhum financiamento (Geraldo Pastana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), entre 1980-1983, entrevista em junho de 2020).

Avelino Ribeiro era um desses migrantes, em busca de terra, vindo do Centro-Oeste para a BR-163, no trecho Rurópolis-Santarém.

---

<sup>[10]</sup> SILVA, H. GAMA, J. R. MONTEIRO, R. Dinâmica Socioeconômica de duas comunidades rurais no assentamento Mojú I e II, Amazônia Paraense. Retratos de Assentamentos, v. 22, p. file:///C:/User, 2019.

## • **A organização de base como instrumento de conquista de terra e direitos**

A proliferação de conflitos de terra em todas as regiões da Amazônia e em nível nacional levou a Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a criar a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975<sup>[11]</sup>, para documentar os conflitos, apoiar as organizações e as famílias atingidas pela violência.

Foi exatamente nesse contexto, nesse cenário, que cresceu a luta da Corrente Sindical Lavradores Unidos<sup>[12]</sup>, para tomar o sindicato da mão dos pelegos, e transformar numa ferramenta de luta com o movimento sindical em defesa da terra e do trabalhador que nela trabalha (Geraldo Pastana, entrevista realizada em julho de 2020).

A Corrente Sindical Lavradores Unidos foi criada em 1979, a partir de uma trajetória de cinco anos de um grupo de trabalhadores rurais, denominado Grupo dos 30. A iniciativa contou entre os apoiadores, com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e a CPT, com a finalidade de reconduzir o Sin-

---

[11] <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>

[12] A Corrente Sindical Lavradores Unidos foi um movimento e instrumento pedagógico de organização sindical dos trabalhadores rurais de Santarém, no Pará, pautado pela organização popular e educação de base, por meio da qual, organizadores sociais fizeram um trabalho de conscientização de direitos sociais, econômicos e políticos junto à categoria. Como consequência política este trabalho resultou na tomada da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) pelos trabalhadores, assumindo um lugar ocupado por pessoas ligadas ao regime militar e ao uso do sindicato como instrumento a serviço da concentração da terra e alienador de direitos.

dicato ao seu papel de defensor dos direitos da categoria. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) era naquele ambiente era um órgão assistencialista, voltado para a assistência médica e aposentadorias rurais. Mais que esse papel, passivo diante da ameaça de perda da terra pelos seus sócios, o grupo que criou a Corrente Sindical Lavradores via no STR um instrumento de defesa de direitos e de garantia da terra. O novo movimento visava:

A criação de um instrumento que se revelasse eficaz para reunir e organizar a categoria dos trabalhadores rurais. Esse objetivo visava responder a aspirações de parcela dessa categoria, que já vinha desenvolvendo alguns esforços para conquistar a direção do seu sindicato e foi materializado na criação do recurso pedagógico que se chamou Corrente Sindical (FASE, Subsídio ao debate de 20/21 de junho com vistas à sistematização da experiência, Equipe Santarém, 1983).

Nascida num ambiente marcado pela ditadura militar, a concepção da Corrente Sindical Lavradores Unidos era direcionada para a conscientização da categoria sobre direitos e justiça social. Inquietava-se ainda para a construção de um Sindicato como espaço de defesa desses direitos e de poder de negociação num cenário marcado pelo abandono e de intensificação das perseguições por questões de terra. Abaixo é analisar o material pedagógico utilizado pela Corrente Sindical Lavradores Unidos no trabalho de base.





Material pedagógico usado pelo STTR de Santarém/PA.

Fonte: Arquivo Raimunda Monteiro. Autor: Antônio Vieira (FASE).

Embora a ênfase do trabalho sindical fosse a formação ideológica e de conhecimentos sobre direitos, cidadania, papel do sindicato e das parcas políticas públicas existentes para a permanência dos pequenos agricultores, colonos e ribeirinhos<sup>[13]</sup>, os conflitos por terra, pescado e madeira estavam presentes em todas as regiões de Santarém, entre elas, as rodovias federais.

Por mais que a gente desenvolvesse uma tática de não acirramento, a ganância dos grileiros era tanta que empurrava para a vio-

[13] A denominação como os atuais extrativistas e povos e comunidades tradicionais se reconhecem politicamente na atualidade.

lência, por exemplo: o conflito com o grileiro “Ota” que matou o companheiro Avelino e a sua própria filha e neta; o conflito com a empresa Santa Isabel e a AmazonNex no Tapajós; o conflito com a empresa SOBOI na região do Itiqui; o conflito com as empresas de pesca, que eram as geleiras no Lago Grande, no Tapajós, na Várzea. Esses grileiros atuavam livremente, porque tanto o IBDF que era o braço ambiental da ditadura, como o INCRA, além de outras instituições, não tinha nenhuma ação concreta para coibir essa grilagem (Geraldo Pastana).

A resistência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais foi presente e constante, avançando em organização e mobilização ao longo dos anos 1980, tendo no protagonismo das pastorais católicas e protestantes progressistas, aliados importantes de conscientização sobre os direitos à terra e à Justiça.

(...) a gente nunca propôs o confronto, nós sempre achamos que a força dos trabalhadores está sobretudo na organização popular, em todos os seus níveis, no nível desde a delegacia sindical, delegacia regional e das dez regiões que formavam o sindicato. Sindicato que ia das Placas, até o Arapiuns, até o Lago Grande, até a Várzea, até o Itiqui. Nós achávamos que a força estava aí, e por isso era tão importante o papel da delegacia sindical. (...) O sindicato tinha delegacias porque ele queria distribuir assistência médica do FUNRURAL<sup>[14]</sup>, e nós aproveitamos essa estrutura para fazer a luta desde as comunidades. Esse nível de organização, de

---

<sup>[14]</sup> Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, de contribuição obrigatória até 2018, faz parte do sistema previdenciário dos trabalhadores da agricultura.

capilaridade na organização popular é que dava força no sindicato (Ranulfo Peloso, coordenador da Equipe de Educação Sindical da qual Avelino Ribeiro fazia parte e membro da CPT à época).

Avelino Ribeiro se tornou delegado sindical na comunidade de Igarapé Preto, onde havia se estabelecido com sua família.

## • **Atuação de Avelino Ribeiro na luta pela terra e atuação sindical**



Avelino ainda jovem.  
Fonte: acervo da família

Avelino Ribeiro da Silva era um agricultor goiano, nascido em Capane-ma (GO), que passou a maior parte de sua vida trabalhando em fazendas. Do primeiro casamento em São Paulo, com Almerinda Gomes, teve três filhas e do segundo casamento, no Ceará, com Luzia Moreira Barbosa, teve duas filhas e um filho. A família morou em Goiás e em Minas Gerais (Uberaba) e em Marabá (PA), antes de chegar na BR-163, em 1979. Na foto a baixo, Avelino ainda jovem.

Meu pai sempre trabalhou em fazendas, de empregado. O sonho dele era ter sua própria fazenda. Ele morava na cidade de Igarapava, interior de SP, mas um certo dia, resolveu mudar -se para o Pará. Nesta viagem eu, minha irmã Marli, Marlene, Douglaci, Douglas, Fabiana e minha Madrasta o acompanhou. Fomos para

a cidade de Marabá/PA. Assim que chegamos, soube de um lote na Santarém Cuiabá no KM 173 (Cleide Ribeiro da Silva, entrevista em julho de 2020).

Moro em Igarapava/SP onde nasci e fui criada. Morava com meu pai, e ele sempre trabalhou em fazendas aqui da redondeza, sempre teve o sonho de ter suas terrinhas como dizia ele... Então ele decidiu ir para o estado do Pará, e fomos morar em Marabá estado do Pará e de lá fomos para Santarém, eu minhas irmãs Cleide, Marlene, Douglas, Douglaci, Fabiana e sua esposa Luzia, onde ele conseguiu sua tão sonhada terrinha (Marli, filha).

Como boa parte dos migrantes que se direcionaram para a Amazônia, o afã de Ribeiro residia em romper com a condição de subalternização em fazendas alheias ladeado pelo desejo em acessar uma fração de uma terra de trabalho sem tutor ou usurpador. Deixar a vida de peão nas fazendas no Centro-Oeste foi um acontecimento libertário na vida da família de Avelino Ribeiro. Como relata uma das filhas, ele compartilhou essa decisão com a família e a influência das terras disponíveis no Pará foi determinante na decisão da maioria.

Quando a gente tava no Goiás, lembro que meu pai falou assim, “eu quero comprar, ter a minha própria terra pra mim morar, trabalhar, pra mim não trabalhar mais pros outros” e trabalhar pra ele mesmo né? E aí ele foi, perguntou pra todos nós, né? Quem é que queria vim pro Pará e outro lugar, se eu não me engano é Mato Grosso, e em seguida ele fez a votação com todos e a maioria escolheu o Pará, eu não sei se tá na lembrança das minhas irmãs, do meu irmão, mas foi feita uma votação e o Pará ganhou,

né? E hoje me deixa muito triste por meu pai ter perdido a vida dele trágica aqui no Pará, porque foi o lugar que a maioria votou, né? É engraçado que ele veio primeiro aqui no Pará e quando ele voltou, ele levou uma farinha, né? A farinha era uma farinha de puba que a gente não conhecia, ele levou parece que camarão, alguma coisa assim, eu não tenho mais na memória o que que era, e quando ele chegou lá no Goiás com essas farinhas, esses negócio, ninguém comeu, a gente não tinha costume, né? (risos) Ninguém quis comer, achou feio, ele levou logo uma da daquelas farinha bem roxinha pra mostrar que era aqui e assim mesmo a maioria votou, né? E eu me lembro bem que eu não queria vim, eu queria ficar com os patrão dele, e ele não deixou, né? Porque o patrão dele gostava muito de mim, era o João Farias, era esse o último patrão dele lá no Goiás e ele gostava muito de mim, né? Ele não queria que eu viesse e ele pediu pra mim ficar e eu queria ficar e meu pai não deixou, né? Acho que até pra mim ver a despedida dele, tenho isso na minha memória também (Doglaci)

A chegada da família à propriedade da BR-163, foi marcada pelo incômodo de um comerciante da cidade de Santarém. De acordo com Edemar Padilha, morador da comunidade, quem negociou o lote para Avelino Ribeiro, vendeu separadamente uma plantação de mandioca para Otacílio Alves Feitosa, sem direito à terra. Ocorria muito de pessoas comprarem lotes sem visita prévia, pois as distâncias eram grandes e quando chegavam para ocupar, se defrontar com outros ocupantes de boa ou de má fé.

A terra pra ele significava liberdade porque daí saía o nosso sustento e o futuro pra toda a família, pois ele trabalhou sempre na



Avelino Ribeiro não encontrou a paz sonhada com a aquisição de sua propriedade. Outros conflitos por terra estavam ocorrendo, a exemplo do conflito de Placas, na Transamazônica.<sup>[15]</sup> A família chegou na região no momento, também, de emergência do movimento sindical combativo<sup>[16]</sup> e da ação das pastorais sociais católicas mobilizadas a partir dos princípios da Teologia da Libertação. Neste contexto de construção da luta popular, Avelino se tornou o delegado sindical de sua comunidade e de outras próximas. Com a vitória da Chapa 2, liderada por Geraldo Pastana para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STR), em 1980, Avelino Ribeiro passou a compor a equipe de Educação Sindical, coordenada por Raulfo Peloso, vindo a contribuir em comunidades das diversas regiões do município de Santarém. A prioridade da Educação Sindical eram as áreas que apresentavam maiores conflitos e necessidade de organização dos trabalhadores rurais.

Além da luta pela subsistência da família, Avelino Ribeiro se dividia para garantir a paz na própria terra, o trabalho comunitário e a ação sindical. Daí imagina-se o desafio de um pai de família atuando na conscientização de outras comunidades, tendo um conflito pela sua própria terra e a responsabilidade com a segurança de sua família.

---

[15] Em 1980, colonos sem terra que entraram em lotes não ocupados, se confrontaram com outros pretendentes que pleiteavam a área para converter em fazendas de 500 hectares, contrariando o projeto de colonização, no qual naquele perímetro os lotes deveriam ser de 100 ha. Esse conflito teve longa duração, com envolvimento de efetivos do Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) prendendo e ameaçando colonos e lideranças sindicais.

[16] Designação do movimento sindical que emergia como oposição ao aparelhamento dos sindicatos pelos patronatos urbanos e rurais do país, tendo em suas direções, prepostos alinhados politicamente com os setores econômicos dominantes e com o regime militar. O sindicalismo combativo serviu como embrião na formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A educação sindical foi um instrumento de mobilização de jovens no trabalho de fortalecimento das delegacias sindicais e de formação de base, levando conteúdos que ampliavam o entendimento do papel do sindicato como ferramenta de luta pelos direitos sociais e sobre a importância da organização da categoria. A memória dos companheiros de trabalho sindical reporta um período de grande envolvimento de trabalhadoras e trabalhadores rurais na organização e conscientização de base.

Eu lembro que nós chegamos a ter 92 pessoas que faziam parte dessa brigada, desse grupo de voluntários, claro que todos não atuavam de uma só vez, a gente decidia as regiões onde a gente ia fazer o trabalho e as pessoas a cada dois meses, doavam cerca de dez dias de seu trabalho pra isso, dos quais os três primeiros dias eram de preparação, depois seis dias de inserção nas regiões onde a gente ia fazer o trabalho e depois já aproveitava que todo mundo antes de afastar-se fazia a avaliação, o aprendizado daquele trabalho.

Havia vários delegados sindicais que participavam da equipe Educação sindical, o Avelino Ribeiro era um deles, mas havia também diretores do sindicato, eu lembro do Valdir, do Enaide, que também faziam parte da educação sindical. Eram homens, mulheres, mas sobretudo jovens, e com extrema disposição e entusiasmo, essas pessoas faziam esse trabalho. Eu lembro que se constituiu uma mística grande, as pessoas gostavam de fazer esse trabalho e a gente produzia então os cartazes, por exemplo, fazendo a campanha de sindicalização, eu lembro do cartaz: “Quem não sabe é como quem não vê”, associe-se no sindicato”; e explicava qual era o sindicato, qual a diferença do sindicato (Ranulfo Peloso, coordenador da Equipe de Educação do STR de Santarém).



O Avelino Ribeiro que alegrava a família em casa, congregava a comunidade de Igarapé Preto, também era reconhecido por animar os companheiros de educação sindical.

Mais do que disposição e disponibilidade, ele tinha uma habilidade intensa de conversar com os trabalhadores, de convencer os trabalhadores, e uma terceira qualidade que certamente as pessoas que o conheceram guardam, era a capacidade de integrar o grupo, ele era cheio de muito humor, cheio de muitas brincadeiras, só vou dar um exemplo: a cada vez que ele ia a uma dessas jornadas de educação, ele levava uma daquelas linhas de pesca e com aquela agulha de costurar saco, né?, e enquanto as pessoas se distraíam durante o dia, que era um dia intenso de formação, quando eles iam se deitar que eles abriam a rede, a rede estava toda entaniçada, toda costurada com fio de náilon, ou então com suas borocas, estavam cheias de pedras. Aquilo todo mundo levava na brincadeira e todos já desconfiavam quem tinha feito, então pra mostrar o caráter dele de compromisso, de disposição, de habilidade e intensa capacidade de integrar e de animar o grupo (Ranulfo Peloso).

Além de brincarhã, Avelino Ribeiro cantava, entoando músicas sertanejas e com isso fazia do ambiente em que estava, momentos de alegria. A filha Doglaci lembra do pai catando *Menino da Porteira*, um ícone musical da cultura sertaneja brasileira.

Na memória das filhas e filho, ficou a lembrança de um pai amável e firme de princípios, e dos sofrimentos impostos pela necessidade de migrações na busca de sustento para uma família grande. Douglas Ribeiro da Silva, o único filho homem seguiu a vida como agricultor e mora em Rurópolis.

Pois é, meu pai era muito carinhoso era um pai presente que gostava muito de brincar com a gente e falava muito sobre o futuro da gente coisa que eu vivo hoje que ele falava e a gente não dava muita atenção, mas hoje a gente vive exatamente o que ele falava. Era muito honesto e sincero com seus amigos, gostava muito de ajudar as pessoas. Eu me lembro que um dia de Natal ele que fazia a Ceia então ele comprou presente pra todas minhas irmãs e eu fiquei esperando o meu. Então ele sentou do meu lado e disse que o meu presente é que ele nunca iria me bater por que eu quando fazia qualquer coisa errada ele perguntava e eu falava sempre a verdade e isso pra ele era tudo. Então isso marcou muito pra mim. Sinto muito a falta dele, tenho certeza que, se ele estivesse vivo, minha vida seria muito diferente, com certeza muito melhor mas eu tinha onze anos foi pouco tempo de convivência (Douglas Ribeiro da Silva, filho).

Meu pai era um homem muito rígido, muito severo mas era um excelente pai. O que eu consegui guardar na memória que ele tentou me ensinar eu segui. Eu me recordo que ele não aceitava que os filhos pegassem algo de alguém e sempre falava que teríamos que ser pessoas honestas. Se devesse um centavo para alguém tínhamos que pagar, que nunca devemos mexer no que é dos outros porque a mancha de ladrão não sai nunca mais do seu corpo e essas palavras eu carreguei comigo e graças a Deus somos pessoas honestas, nunca pegamos nada de ninguém, nunca passamos a perna em ninguém (Marlene Ribeiro da Silva, filha).

A firmeza de princípios e o compromisso com a estabilidade tão sonhada numa terra de sua propriedade orientou a forma como Avelino Ribeiro veio a lidar com o conflito que encontrou ao se instalar na comunidade de Igarapé Preto.

## • **Liberdade contida pela ganância**

O lote adquirido por Avelino estava numa área aberta à especulação, na margem da BR-163 e junto à Floresta Nacional do Tapajós (FLONA). Otacílio Alves Feitosa era proprietário de um hotel na cidade de Santarém e, conforme mostram os depoimentos, estava forçando a saída da família de Avelino com a instalação da filha no terreno ao lado.

Não era apenas a terra e o lugar para construir seus meios de subsistência que importava a Avelino Ribeiro. Ele se empenhou também na construção das bases para a prosperidade da comunidade nascente em torno de uma igreja e uma escola. LEROY (1989) observa que o sentido de comunidade para as populações rurais de Santarém se referia fortemente ao significado geográfico, da proximidade das condições necessárias à sobrevivência, muitas vezes abstraindo diferenças de classe e interesses diversos. Mas, no caso do Igarapé Preto, a comunidade teve um entrave de interesses como relata também, uma das filhas de Avelino Ribeiro, a seguir.

Não demorou muito, o Otacílio comprou um sítio próximo ao do meu pai e deu para sua filha. E mesmo após o despejo, meu pai e o casal, que agora tinham seu próprio sítio, mantiveram amizade. Tanto que meu pai foi padrinho da filha deles, Lucilene, neta do Otacílio. Foi neste momento que nossas vidas começaram a virar um pesadelo, o casal não desocupou a terra que meu pai comprou, e ainda, começaram a invadir o lote, colocando gados e fazendo plantações. Tudo isso contrariando os pedidos de meu pai. Me lembro o nome da mulher (Judite). Até que um dia o Otacílio Alves Feitosa (pai de Judite) chegou

com um caminhão de gado e soltou no lote que meu pai comprou (Cleide Ribeiro da Silva).

O fato de estar organizado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais contribuiu para que Avelino Ribeiro buscasse uma resolução do conflito pelas vias legais. Foi assim que ele buscou apoio jurídico no Sindicato e obteve uma vitória que, ao invés de encerrar o conflito, o aguçou.

Meu pai era sindicalista, lutava pela classe trabalhadora. Por isso, fora reclamar sobre a situação com seus companheiros. Não demorou muito, conseguiu uma ordem judicial de despejo contra o casal. Desde esse dia meu pai arrumou um inimigo (Otacílio Alves Feitosa). No dia do despejo ele olhou para meu pai e falou “Vai passar um ano, dois anos e você vai esquecer” (Cleide, filha) .

O relato de Cleide Ribeiro da Silva reforça o valor material e simbólico de liberdade que um ex-empregado de fazenda nutria em relação à propriedade da terra. Mostra também que ele buscou soluções pela legalidade e pela mediação institucional.

Não tinha necessidade dessa área porque a filha do Ota morava no terreno que fazia divisa com Avelino Ribeiro. Ele foi criando essa situação. Aí passou um ano. Passou o segundo ano e aquilo foi criando uma situação muito complicada porque envolvia a família do Avelino e a comunidade.

Eles (Avelino Ribeiro e a comunidade) foram no INCRA e na delegacia de Polícia, em Rurópolis e em Santarém. Mas, eles (INCRA e Polícia) nunca resolveram e chamavam o Ota, ouviam a

versão dele e ficou naquele processo... Criando as condições para ele tirar o terreno do Avelino Ribeiro. Depois ele queria demarcar uma área para fazer um roçado dentro do terreno do Avelino e do vizinho. Toda vez que ia para lá levava pessoas armadas de espingarda e revólver (Avelino Ganzer, delegado regional junto à Federação dos Trabalhadores Rurais do Pará e Amapá e diretor do STR de Santarém).

Embora tudo indique que Otacílio tivesse o apoio de pessoas no INCRA e na Polícia Civil de Santarém e Rurópolis, a instituição fundiária acabou por dar razão à Avelino Ribeiro e, a partir dessas deliberações favoráveis ele reuniu a comunidade para construir a igreja, a escola e o cemitério, doando o pedaço pretendido por Otacílio Alves Feitosa para uso comunitário. Otacílio não se conformou e continuou as ameaças.

Moramos na Rodovia Santarém Cuiabá km 173 no sítio que ele comprou, que eu me lembro que lá morava um casal em uma parte do sítio e que tinham um prazo para saírem, mas eles foram só ocupando mais as terras de meu pai, daí começou às desavenças (Marli, filha).

De acordo com Ademar Padilha, professor que lecionou por nove anos na Escola da comunidade de Igarapé Preto (denominada até pouco tempo com o nome de seu fundador), houve tentativa de Otacílio em se apropriar da terra comprada por Avelino Ribeiro.

Essa era uma propriedade de Avelino Ribeiro. Ele comprou essa terra e aqui morava nessa arezinha aqui, um pedacinho peque-

no, outras pessoas que venderam para esse Ota, a mandioca, para ele fazer a mandioca. Aí ele veio e disse que iria tomar o lote do finado Avelino Ribeiro. (...) Aí Avelino construiu aqui nessa area-zinha que ele (Ota) dizia que era dele não era, e Avelino construiu aqui a capelinha, coberta de cavaco, feita de barro. Mas, naquele tempo era um grande prédio que o povo necessitava porque para ir para uma celebração de culto precisava ir 14\15 quilômetros e a aí nós se reunia aqui<sup>[17]</sup>.

Diante da insistência de Otacílio em confrontar o direito de propriedade de Avelino Ribeiro e a presença ostensiva de pessoas armadas em algumas visitas dele na comunidade, as delegacias sindicais da região de Rurópolis realizaram uma assembleia em fevereiro de 1981, em Igarapé Preto, e decidiram por uma ação mais firme que inibisse a ocupação progressiva da terra de Avelino Ribeiro.

Depois de dois a três anos de muita problemática, nós fizemos uma grande assembleia num domingo e foi discutido com toda a comunidade... E a comunidade deu um prazo para o Ota desocupar a área. Ou ele tirava as coisas dele de dentro da casa, agora não mais um tapiri<sup>[18]</sup>, ou eles iam mudar ele de lá. Foi avisado o INCRA, foi avisado todo o mundo. Nunca resolveram, foi criando aquela situação. O cara pensava que ele era a Lei, alguém do INCRA talvez desse apoio para o cara. Até que depois de muito tempo que a comunidade já tinha tirado essa decisão, a comuni-

---

<sup>[17]</sup> Depoimento concedido em 25.07.2020, na comunidade de Igarapé Preto, BR-163.

<sup>[18]</sup> Sentido de casa precária, de provisoriedade por ser feita com material perecível como palha, barro, etc.

dade foi lá e tirou as coisas do barraco e botou na beira da estrada. O que era mais importante levaram para a casa da filha do Ota e meteram fogo na casa. Disseram que ele não ia mais construir. A comunidade decidiu criar ali uma área de uso comunitário, um centro comunitário, uma capelinha e uma escola. Ficou aquele clima violento, ruim... No dia que aconteceu isso, ele (Ota) foi no INCRA e o INCRA veio com reforço policial, foi aquele tempo que prenderam o Ranulfo... E a polícia foi lá em casa para me pegar e a Neli estava de resguardo com 15 dias, tinha feito cesariana. Eles foram com um reforço policial muito grande.

O despejo de Otacílio da casa, foi uma decisão coletiva que envolveu a maioria da comunidade de Igarapé Preto e associados do STR das comunidades da BR-163 e da Transamazônica. A filha de Avelino Ribeiro, Douglaci Ribeiro da Silva atribui à ação radical a uma influência precipitada e errada do Sindicato. Para ela, se Otacílio não tivesse sido desalojado, não teria matado seu pai. No entendimento desta filha, a situação estava pacificada.

Quando meu pai comprou aquele terreno lá, esse homem já tava morando lá num pedacinho, meu pai disse você fica daí pra lá, pode trabalhar, só não quero que você passe pra cá que isso aqui é meu. Isso aí você pode ficar (...). Meu pai tava em Placas...Chegou um caminhão cheio de trabalhadores rurais (...) cheio do pessoal do Sindicato. Fizeram uma reunião lá e decidiram, o homem não tava no barraco. Eles foram lá, tiraram as coisas do homem e tocaram fogo. Essa filha dele que faleceu, a finada Judite... Estava em Santarém. Quando a Judite chegou e viu que a casa do pai tinha pegado fogo, que tinham queimado o barraco do pai dela,

ela só esperou o primeiro ônibus passar. Ela voltou e falou para o pai dela... Penso na revolta do homem também, ele não tinha o direito de tirar a vida do meu pai. Mas, eu acho que foi muito envolvido com o Sindicato, que o pessoal não planejaram as coisas certas, que meu pai já tinha deixado aquilo ali, não sei se meu pai sabia que eles iam fazer isso, eu não sei. Só sei que meu pai não estava lá, não sei se meu pai sabia que eles iam fazer aquilo. (Doglaci Ribeiro da Silva, filha que ainda mora em Rurópolis).

Como delegado sindical e líder da comunidade, é muito provável que Avelino Ribeiro tivesse conhecimento da decisão da comunidade e da solidariedade que as outras delegacias sindicais (comunidades de colonos) estavam organizando para dar uma resposta coletiva às ameaças que Otacílio intensificava. Mas, o conflito e seus desdobramentos não chegaram a ser suficientemente compreendidos entre todas as filhas e filho menores.

Porque era assim, depois que meu pai faleceu, eles não deixaram a minha mãe só, sempre tinha dois, três, fazendo companhia lá na casa com a gente. Eles trabalhava, eles ajudaram a colher o arroz, as coisa que tinha lá eles ajudaram a colher e eles não deixava a gente sozinho, mas... Nesse ponto aí eu reconheço que eles ajudaram, mas eu acho que eles sentiram um pouco de culpa deles ter feito isso, porque a culpa foi deles também, o pessoal do sindicato, eu culpo eles, e nesse dia eu apanhei da minha mãe porque eu me lembro que o Lula, o Lula tava na casa do meu pai, e eu fui falar assim que eu não gostava... Minha mãe mandou eu fazer não sei o que lá, eu falei assim... Que eu não ia fazer pra eles não, porque era por eles que meu pai tinha morrido, eu



peguei uma palmada da minha mãe lá, e eu até reconheço ela porque não era pra eu ter falado eu acho assim, envergonhado ela de ter falado aquilo, porque talvez ela não queria ouvir aquilo, né? (Doglaci Ribeiro da Silva).

Na checagem dos fatos, se constata que Lula nunca esteve na casa de Avelino Ribeiro. Talvez a lembrança se refira a outro líder sindical que Doglaci associou a Lula, já que o Sindicato tinha fortes ligações com o movimento sindical combativo nacional, do qual Lula era a principal liderança e muito comentado na base das delegacias sindicais. Um ano depois, em 1983, Avelino Ganzer se tornaria presidente do STR e, em seguida, vice-presidente nacional da CUT, se tornando uma referência nacional nas lutas camponesas do país naqueles anos. LEROY (1987, p. 244-254)<sup>[19]</sup> relata os fatos com base em entrevistas com testemunhas e na documentação reunida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, reconstituindo o conflito e as consequências até poucos anos depois. Um ano antes de ser assassinado, Avelino Ribeiro foi levado preso para Rurópolis,

Dia 18 de fevereiro de 1981. Sai o Incra, fica a polícia. Chegam de táxi fretado por Otacílio e acompanhados por um filho seu “três homens armados de revólveres, um deles trajando a farda da Polícia Militar do Pará e outros dois à paisana” (STR, mar. 1982). Por ordem do Capitão Palhares, Avelino é levado preso a Santarém e encarcerado sem que lhe seja feita nenhuma pergunta, comunicado o motivo da prisão ou identificada a autoridade mandante. No dia seguinte, um domingo, um com-

---

<sup>[19]</sup> LEROY, J. P. Uma Chama na Amazônia, dissertação de Mestrado, ....1989.

panheiro de Avelino - acompanhado da esposa deste - chega à delegacia de polícia e é sumariamente detido, sob pretexto de venda ilegal de uma espingarda. Ele e Avelino são liberados só na segunda-feira, quando o capitão informa aos diretores do STR “que se tratava de um problema de terra, com queixa apresentada pelo Sr. Otacílio Alves Feitosa (...) que a polícia estava apurando e que, se necessário, os dois lavradores permaneceriam presos até por oito dias, que os lavradores estavam presos há apenas 36 horas e o presidente do Sindicato queria fazer parecer que a prisão já durava um ano”. (ibid.) Com a chegada do advogado do Sindicato, o delegado resolveu juntar as partes para ouvir as razões dos envolvidos. Durante as explicações, Avelino, “entre outras coisas, expôs que já estivera antes na delegacia, trazendo uma denúncia por escrito e com testemunhas referente ao esfaqueamento de um lavrador de nome Paulo Porfírio da Silva, cometido pelo Sr. Otacílio Alves Feitosa e que este, juntamente com seu filho, conhecido por Dedé, tem divulgado abertamente, na comunidade de Igarapé-Preto, que comprou o delegado e a polícia. Avelino R. da Silva lembrou ainda que, a respeito daquela denúncia por ele apresentada há algum tempo, não tem notícias de diligência política para apurá-la” (LEROY, p. 248).

Este relato indica que a partir de 1981, aumentava a disposição de Otacílio em hostilizar Avelino Ribeiro e que a violência era algo previsível, assim como a estratégia de levar para as autoridades versões em que ele seria a vítima de expropriação da terra. A cada vitória de Avelino Ribeiro, aumentava também o acirramento da tensão contra os membros do Sindicato na região.

O Ota, quando ele saiu dessa audiência, o Ota teria dito: você pode até vencer nessa audiência, mas lá você não vence.

No dia que aconteceu isso... A comunidade foi num caminhão até o INCRA. O INCRA acusou os comunitários de invasores, e junto com a polícia criaram um discurso de defesa do Ota. Quando saímos do INCRA com toda a comunidade, ficou para ir dar o depoimento na PM numa delegacia em Rurópolis. Quando chegamos na delegacia, para contar, os policiais deram voz de prisão para o Avelino Ribeiro e para o líder da comunidade. Dissemos que eles não iam ficar presos. Deram voz de prisão. Tudo ilegal. O INCRA criava o discurso e a polícia seguia.

Quando estávamos na Delegacia chegaram alguns policiais que estavam no Leitoso, numa festa, tomando banho, *para lá de Bagdá*, tinham bebido muito... O delegado deu voz de prisão, e aí tiramos as armas dos soldados a maioria com fuzil, metralhadora, revólver... Foi uma situação com confronto físico. A partir daí, conseguimos arrastar Avelino Ribeiro.

Voltei para a comunidade para discutir a crise na comunidade. Negociamos para resolver essa situação com o Superintendente do INCRA, de Belém, reafirmando a propriedade do Avelino Ribeiro.

Mas isso não resolveu o conflito. Houve uma mobilização da região. Toda a Linha Gaúcha se levantou, com o carro *jabuti*[20] e pessoas de todas as comunidades se levantaram e se encontraram na minha casa para prestar solidariedade à comunidade de Avelino Ribeiro. Os policiais chegaram nessa ocasião. Neli estava com Ricardo, nosso filho mais novo, recém-nascido. Os policiais chegaram com ordem

---

[20] Caminhão que servia como transporte comunitário para os colonos da Transamazônica.

para me prender e nós já vínhamos de uma situação anterior de repressão do Exército pelo conflito de terras em Placas<sup>[21]</sup>.

Havia um clima de perseguição política, buscando material escrito, pois qualquer material ligado à Teologia da Libertação ou ao sindicato era motivo para qualquer soldadinho daqueles fazer uma loucura, queriam prender todo o mundo. Quando Dom Tiago soube em Santarém, deu um grande depoimento, dizendo que quem estava lá eram catequistas e trabalhadores. Eu não estava em casa nesse momento. Quando saí de Rurópolis, fui para a comunidade do Avelino Ribeiro e não voltei para casa.

A situação foi aparentemente pacificada, com o INCRA reconhecendo o direito de Avelino Ribeiro sobre a terra e a decisão da comunidade em dar uso comunitário à área pretendida pelo Ota (Avelino Ganzer).

Depoimento de Neli Ganzer, esposa de Avelino Ganzer, mostra o drama do ponto de vista das mulheres. Ela conta como viveu o dia em que a Polícia foi à sua casa para prender seu esposo, Avelino Ganzer, pela segunda vez, pois o mesmo havia sido caçado pelo Exército em 1980 por ocasião do conflito de Placas. Ele estava apoiando a comunidade de Igarapé Preto, em nome do Sindicato na resolução do conflito.

Foram em oito policiais, eles foram com muita raiva. Um deles disse *olha o que o Avelino fez na minha cabeça* e mostrou um feri-

---

<sup>[21]</sup> Para Avelino Ganzer, a mobilização do Exército contra os colonos em 1980 era uma intimidação para que a chapa liderada por Geraldo Pastana não fosse empossada no STR de Santarém. O que indica que a mobilização dos trabalhadores rurais de toda a região era vigiada pelos órgãos de informação do regime.

mento na testa. Eu tinha feito cesárea, meu filho estava com 15 dias de nascido. Eles queriam que eu saísse de dentro de casa e para isso eu precisaria descer uma escada. Eu disse *eu não vou descer... Meu bebê tá aqui, eu não vou descer*. Aí um policial disse *então nós vamos fazer o seguinte: vamos levar o irmão do Avelino preso. O Ervino Ganzer*. Aí a mulherada disse: *nós vamos junto!* Os policiais disseram: *com esse povo não tem jeito*. Não levaram o Ervino Ganzer. Na delegacia, em Rurópolis, alguém presenciou um policial dizendo, *com aquele povo ninguém aguenta*.

A organização social de base demonstrou ser de grande valia, com destaque para as estratégias invisíveis dos jovens e mulheres, encontrando meios de reagir coletivamente contra a violência do Estado.

### **A solidariedade regional em torno de um conflito local**

De acordo com Ribeiro (2015, p.99-130), o histórico de ocupação da colonização nesta região faz parte de uma geopolítica nacional, ditada pelo Estado autoritário, em que as famílias de pequenos agricultores são deslocados para “amansar a terra” e colocados em situação de insegurança e precariedade, diante da qual, com o tempo vem o desestímulo e o abandono ou a venda para setores mais capitalizados. A violência, conforme demonstra o autor é um componente estrutural ao projeto de latifúndios prevacente na história agrária do país.

Por conta do conflito envolvendo a defesa da terra de Avelino Ribeiro, o coordenador da Equipe de Educação Sindical e representante da CPT, Ranulfo Peloso, foi detido pela Polícia Civil de Rurópolis, ocasionando uma grande concentração de trabalhadores rurais para libertá-lo.

Eu era um enviado da diretoria, eu fui pra acompanhar a delegacia regional nesses acontecimentos. Eu lembro que um dos cunhados do Geraldo Pastana, ele emprestou um fusca, ele botou atrás no banco de trás um carote de gasolina, pra prevenir pra alguma falta de combustível, e nós fomos então pra transamazônica, e num certo momento, no final da tarde, umas cinco e meia, eu me aproximei da delegacia de Rurópolis e eu não prestei atenção quando voltava a volante da polícia da transamazônica, sem nada ter conseguido de informação, onde estavam os companheiros que tinham feito aquela ação na delegacia, e eles olharam, como eu estava de mochila, e era certamente uma pessoa estranha e rapidamente me disseram que eu estava detido. Como já era noite eles me botaram dentro de uma cela, eu protestei, eu disse que não estava preso, eles não tinham nenhuma acusação formal, eles não tinham flagrante, mas todo mundo sabe que não existe justiça, que isso é uma balela, que o poder tá na capacidade de decidir, está na força e não razão e muito menos na lei. Havia um outro rapaz que estava comigo, eu não consigo me lembrar o nome desse rapaz (Ranulfo Peloso).

A detenção de Ranulfo era um trunfo para as autoridades na sequência de duas tentativas de prender os líderes Avelino Ribeiro e Avelino Ganzer, fazendo com que INCRA e Polícia Civil se sentissem desmoralizados. Com isso, aumentaram o contingente policial e restringiram a mobilidade dos colonos entre Rurópolis e Santarém. A criatividade das mulheres e dos jovens para manter a comunicação com o Sindicato, em Santarém, exigia que eles mantivessem a sede informada para auxiliar juridicamente e na denúncia nacional e internacional das arbitrariedades que vinham sendo praticadas contra

Avelino Ribeiro, a comunidade, as lideranças sindicais regionais, culminando com a detenção de um diretor do Sindicato.

Como resposta à onda de perseguição aos sindicalistas da região, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais realizou a celebração do 1º de Maio de 1981, em Rurópolis, reunindo lideranças estaduais como o deputado federal Ademir Andrade, João Pedro Stédile (MST) e representantes da CUT nacional e de Goiás. Avelino Ribeiro falou em nome da Delegacia Sindical de Igarapé Preto no ato do 1º de Maio, conforme foto a seguir.



1º de Maio de 1981, faixas e participantes

Fonte: Paulo Maldos, filme Nossa Força é a Nossa União, 1981.



Manifestação pela reforma agrária em Santarém/PA.

Fonte: Paulo Maldos, filme Nossa Força é a Nossa União, 1981.



O ato de 1º. de Maio de Rurópolis foi uma grande mobilização de massa, sob vigilância de órgãos da ditadura militar e serviu como denúncia nacional da violência que emergia nos conflitos fundiários e prisões políticas de lideranças de trabalhadores rurais.

- **O assassinato planejado e o martírio de uma família**

A ambição de Otacílio sobre o lote de Avelino Ribeiro não cessou e ele continuou se apoiando nas autoridades fundiárias e na Polícia Civil. Contraditoriamente, os laços de vizinhança entre a filha e o genro de Otacílio e a família de Avelino Ribeiro tinham se estreitado, de modo que em 1982, eram compadres, sendo Avelino e Luzia, os padrinhos da filha de Judite. Os filhos contam a história a partir da situação em que se encontravam em casa, que ouviram o tiro e acompanharam o pai em seus estertores.

Passados os dias, meu pai estava construindo uma igreja e uma escola em seu lote, como nosso terreno era de grande extensão, da construção para nossa casa passava em frente à casa da filha do Otacílio. E na tarde do dia 24/03/1982 meu pai saiu da construção e foi rumo a nossa casa, e quando passou em frente à casa do casal o genro de Otacílio chamou meu pai: “compadre”! E quando meu pai virou, Otacílio deu um tiro nele, que pegou na virilha. Meu pai chegou em casa correndo e disse: “O Ota me deu um tiro!”. Subiu no banco, pegou uma espingarda (sem cartucho - ele não estava em sã consciência) e voltou para o mesmo local onde levou o tiro.

Chegando em frente à janela do casal ele sentou no chão e meu irmão (Douglas) ficou segurando ele e sua cabeça. A minha mãe e minhas irmãs (Doglaci, Fabiana e Marlene) ficaram gritando e chorando, pedindo socorro e pelo amor de Deus. Eu fiquei sem reação. Sem ninguém perceber, Otacílio (assassino e covarde) deu outro tiro em meu pai, direto em seu peito. Neste momento ele deitou, sem reação e sem falar. Meu irmão ficou ao seu lado, tentando reagir-lo, pedindo para não morrer.

Neste momento, olhando para a janela vi quando apontou a arma para a minha mãe, por isso corri e pulei em cima dela e caímos no chão. Foi quando a filha dele (Judite) veio ao nosso encontro para abraçar minha mãe. Mas o Otacílio não viu que a sua filha estava vindo ao nosso encontro, por isso deu outro tiro em sentido da minha mãe, mas este tiro pegou na Judite pelas costas, varou e pegou em sua neta (Lucilene) que estava no colo. A sua filha morreu na hora, mas sua neta não. Ela ficou no chão, chorando. Foi quando o genro gritou e pediu socorro. Quando o Otacílio percebeu o que fez, saiu de dentro da casa para socorrer sua filha e sua neta.

Ele passou perto do meu pai apontando a arma para ele e foi para beira da estrada pegar carona para socorrer sua neta e filha. No momento veio um caminhão tanque de gasolina. Ele fez sinal e pediu para que socorresse a neta. Quando ele entrou no caminhão com sua neta, o seu genro (pai da criança) que estava perto de nós, gritou para ele descer do caminhão e “terminar com a desgraça que ele começou”. Mas o motorista chamado Amadeu abriu o porta luvas, pegou uma arma e disse ao Otacílio: “Você salva sua neta ou você vai morrer”.

Por isso, ele olhou para minha mãe e disse: “Vai passar um ano, dois anos e você vai esquecer”, jogou a arma no chão e foi sal-

var sua neta. Mas logo depois, segundo Amadeu, a criança estava chorando e pedindo água, por isso pararam em um posto e deu água a ela. Assim que bebeu, ela morreu.

Vendo meu pai estirado no chão e o desespero dos meus irmãos e minha mãe, eu não sabia o que fazer, só pensava o que seria da minha vida sem ele. A funerária chegou quase 8 horas após, jogaram o corpo do meu pai dentro de uma caminhonete, por cima do corpo da Judite. Tratando-no como um cachorro. (Cleide Ribeiro da Silva)

Os relatos das filhas e filhos são dramáticos, cada um contando a partir da impressão que teve de uma cena em que se envolveram física e emocionalmente. Presenciando um acontecimento com mortos nas duas famílias. Douglas tinha 11 anos.

Era mais ou menos cinco horas da tarde do dia 24 de março de 1982 meu pai havia ido a escolinha que ele é alguns pais não sei exatamente o que ele foi fazer, mas nós estávamos em casa quando ele chegou correndo e disse o Ota me atirou. Então ele pegou uma arma e voltou com uma mão no peito e eu o acompanhei. Era uma distância de duzentos metros, aí o Ota estava dentro da casa do genro. Então eu estava junto do meu pai, aí ele (o Ota) atirou, meu pai sentiu e eu vi sangue na camisa dele. Eu tentei segurar ele, mas ele caiu. Minha mãe veio correndo e se abraçou com a filha do Ota que estava com uma bebê nos braços. Então ele atirou de novo acredito que pra matar minha mãe, mas acertou a filha e a neta. Neste momento meu pai já estava morto. Daí eu saí correndo sem saber o que fazer. Então veio um caminhão e minha mãe pediu socorro e o

caminhoneiro levou a bebê e o assassino para Santarém (Douglas Ribeiro da Silva).

Eram quatro filhas e um filho em casa, com idade entre 09 e 17 anos. A visão do pai entrando em casa baleado, desnordeado e voltando ao local de onde partiram os tiros é um fato que marcou a todos para o resto de suas vidas. Contar essa história, quase quarenta anos depois, levou os filhos a buscar significados para um acontecimento que desorganizou os planos da família.

Ele estava na verdade na escola lá do local ele foi chamado para arrumar o quadro para professora. Eu me lembro que a professora tinha o apelido de Tíndinha e ela pediu para que o meu pai abaixasse o quadro para ela que estava muito alto e quando ele terminou, ao retornar para casa ele deu de encontro com os tiros. Com o primeiro tiro no peito chegou até em casa correndo subiu em um banco pegou uma espingarda que ele tinha e retornou falando 'o Ota me atirou!' e nós saímos todos correndo atrás dele. Chegando em frente à casa do genro dele (o João) o Ota continuou o tiroteio e a história é aquela que o Douglas te contou. Ficamos todo mundo na frente, não morremos por milagre. Deus teve piedade de todos nós porque era para ter sido uma chacina. E daí para frente eu sofri. Eu fui conhecer a minha mãe com idade de 16 anos, mas a minha mãe já não me aceitava tanto como filha e daí continuei a minha vida sozinha, sempre sozinha. Comecei a trabalhar muito nova e fui levando, hoje eu consegui estudar consegui me formar com muita luta, muito sacrifício e tento trabalhar e continuar a vida. (Marlene, filha do primeiro casamento)

Marlene era uma das três filhas não biológicas de Luzia. A filha Marli Ribeiro da Silva que morava em São Paulo foi a única que não estava na cena do crime.

Com 16 anos eu vim embora para Igarapava, portanto não presenciei o assassinato dele, porém minhas irmãs presenciaram tudo, e fiquei sabendo dias depois pelo jornal. Foi muito triste para mim, perdi meu pai covardemente, assassinado e nem sequer pude despedir dele.

Minhas irmãs ficaram aí sobre ameaça de morte desse assassino, e eu aqui sem poder fazer nada. Foram dias muito difíceis para elas. O comitê do Sindicato mandava pessoas para fazer companhia como forma de proteção para eles.

Otacílio se sentia tão seguro da impunidade que pegou carona armado para se deslocar à comunidade antes do crime. De acordo com o depoimento de Nely Ganzer, o irmão dela foi quem deu a carona para chegar no Igarapé Preto no dia 24 de março de 1982.

O dia em que o Ota matou o Avelino Ribeiro, eu e meu irmão estávamos indo de Rurópolis para Belterra, num caminhão emprestado. Ía cuidar de uma cunhada. Ota pediu carona em Rurópolis. Ele levava uma espingarda. Esse cara com espingarda pediu carona para a ladeira do Igarapé Preto... Quando chegou na ladeira do Igarapé Preto, meu irmão não viu e parou bem mais adiante. O homem desceu com a espingarda irritado e começou a xingar. Dormimos na casa de um companheiro no Km 70. De manhã cedo o meu irmão disse assustado: *mataram o Avelino!* levei um susto que quase eu caio. Mataram Avelino Ribeiro... Depois sou-

bemos que o homem a quem demos carona era o Ota e foi antes de ele matar o Avelino Ribeiro (Neli Ganzer, militante sindical da comunidade de Linha Gaúcha, Transamazônica).

Assim como houve mobilizações para defender Avelino Ribeiro nas ocasiões em que foi preso e outros episódios em defesa da propriedade e do projeto comunitário que ele liderava, por ocasião do seu assassinato, houve uma comoção entre seus companheiros e vizinhos.

Eu recebi a notícia da morte do Avelino Ribeiro pelo Sadi Kossman, numa troca de diária, colhendo arroz na roça dos Carestini, no Travessão do Elmo, onde eu tinha minha posse. Ele informou que o caminhão *Jabuti* iria sair de Placas para levar as pessoas ao velório. Na época eu era um militante de base, iniciante e participava da Equipe de Educação Sindical junto com ele, onde formávamos dupla cantando músicas sertanejas. Tínhamos em comum também a luta pela terra, nós em Placas e ele na comunidade de Igarapé Preto, na BR-163. O assassinato dele bateu muito forte em nós, pois até então, mesmo no meio de muitos conflitos por terra, não havia acontecido nenhum assassinato em Santarém e região, diferente do Sul do Pará. Durante a viagem eu, o Aristides, o Dudu e o Cláudio, meu irmão, muito emocionados com o assassinato, decidimos fazer uma letra de música<sup>[22]</sup> em homenagem a Avelino, que foi cantada no enterro. Durante o velório, participei de uma reunião e foi decidido um escalonamento de

---

<sup>[22]</sup> Letra sobre a música ... “Veja nosso companheiro, seu corpo como é que está. Camisa suja se sangue, do tiro da espingarda...”

peessoas para acompanhar a família nos dias seguintes. Eu e minha irmã Cleuza Faleiro fomos os primeiros a permanecer com a família durante os primeiros três dias, com a participação de vizinhos. Havia muita tensão, em especial às noites, pela preocupação de haver novos ataques. Eu passava, praticamente a noite toda, rondando a casa em vigilância (Airton Faleiro, militante sindical que se tornou liderança sindical e parlamentar estadual e federal).

O assassinato de Avelino Ribeiro pode ter tido também o componente da firme defesa ideológica da reforma agrária, contra a exploração dos trabalhadores e acumulação de riquezas por relações injustas de trabalho. A polarização entre os que defendiam o direito à terra por pequenos agricultores e os pretendentes à acumulação fundiária estava aberta na sociedade.

Numa percepção complementar dos fatos, Avelino Ganzer atribui à doutrina autoritária da ditadura que permeava os órgãos fundiários e repressivos, o acirramento e o desfecho do conflito.

O povo do INCRA e da Polícia, doutrinados pela ditadura, entendia que matar uma pessoa de esquerda, seria bom para a humanidade. A família ficou um tempo lá, mas a morte desagregou muito a comunidade e a família. Os parentes da Luzia trabalharam para tirar eles de lá e levar de volta para Goiás. Depois, ela voltou para a região e foi para o garimpo. Luzia e a filha caçula já morreram. Avelino Ribeiro inaugurou o cemitério da comunidade. Ota esteve preso, mas logo foi solto (Avelino Ganzer).

Para a Corrente Sindical Lavradores Unidos foi um choque a perda de uma liderança, a desestruturação de uma família e a cons-

tatação de que a violência era um dado a ser considerado com maior peso na estratégia da organização, cujos princípios de luta pela terra se guiava por meios pacíficos e dentro da legalidade.

O sonho de criar raízes que a família trouxe de Goiás, foi interrompido numa tragédia. Durante o velório, houve uma decisão coletiva, envolvendo a família, de sepultar Avelino Ribeiro na área comunitária em que ele havia destinado de seu lote. O que foi feito.



Túmulo de Avelino Ribeiro, Luzia e Fabiana (a filha mais nova), no cemitério de Igarapé Preto.

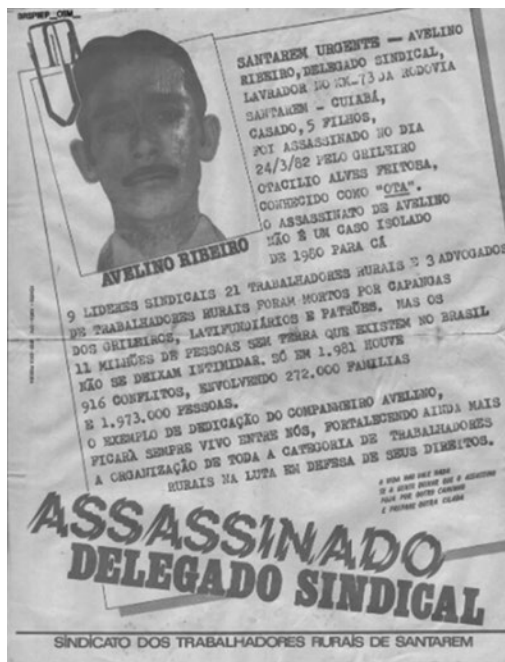
Foto: Airton Faleiro

## • **Memória e Reconhecimento**

Com a morte de Avelino, em que pese a campanha de solidariedade e o suporte dado pelo STR, a família se desgarrou da propriedade. A repercussão da morte de Avelino foi ampla junto às or-



ganizações de Santarém e nacionais que emergiam naquele contexto, pois sucedia a um triste elenco de outros assassinatos no campo, nas fronteiras de conflitos na Amazônia em disputa. O STR estimulou a criação do Comitê Avelino Ribeiro, presidido por Valdir Ganzer<sup>[23]</sup>, o qual serviu como instrumento de denúncia, de apoio à família e de preservação da memória. O Comitê mobilizou várias ações de repercussão do crime e contribuiu nas primeiras providências de amparo à família. Assim como o fez o Comitê Rio Maria, ao sul do estado.



Cartaz do STR de Santarém/PA produzido em memória do sindicalista Avelino Ribeiro.

[23] Valdir Ganzer teve dois mandatos de deputado estadual e um federal, como parlamentar orgânico dos movimentos sociais rurais do Pará. Foi vice-prefeito de Belém no mandato de 1998 a 2002.



A capa do Boletim Estrada e ao lado a lista de lavradores assassinados na luta pela terra entre os anos de 1977 a 1982.

Fonte: Boletim do Comitê Avelino Ribeiro, Santarém/PA, 1982

Luzia deixou uma mensagem escrita no Boletim *Estrada*, a seguir. No primeiro ano, a memória foi mantida com o esforço de inúmeras pessoas do Sindicato e de outros movimentos populares de Santarém.

*" O Comitê nasceu por causa da organização dos trabalhadores. Me sinto bem apoiada agora, pois sei que Avelino não morreu. Ele está presente em cada companheiro que tem colaborado com o trabalho do Comitê... Já aconteceu de eu me deparar com o assassino de meu marido. Ele não me encarou, pois sabe que não estou sozinha. Estou com todos os que lutam por dias melhores. Agora me sinto mais apoiada para continuar lutando."*

(DEPOIMENTO DA COMPANHEIRA LUZIA MOREIRA DA SILVA,  
VIÚVA DE AVELINO RIBEIRO DA SILVA, REGISTRADO NA  
ATA DA ASSEMBLÉIA DO COMITÊ DE 6/12/82)

Relato de Luzia Moreira da Silva, viúva de Avelino. Fonte: Boletim Estrada, Comitê Avelino Ribeiro, Santarém/PA, 1982.

Os jovens de Santarém foram muito atuantes na reverência à memória de Avelino Ribeiro, com destaque para o jornalista Jota Ninos, na época, militante do Sindicato dos Comerciários de Santarém. Em 2005, em seu Blog, escreveu um artigo, do qual se destaca o seguinte depoimento:

Daí que quando Avelino morreu, senti muito e cheguei a integrar um comitê formado para reverenciar sua memória, participando, inclusive, como ator de uma performance que apresentávamos nos bairros de periferia para recordar o sindicalista morto. Foi num desses intervalos que nasceu a poesia Desafio, que depois virou música e levei para inscrever no VII Festival de Música Popular do Baixo Amazonas, organizado naquele ano pelo jornalista carioca Mário Ennes (creio que já falecido), que liderava o Articulube Acauã<sup>[24]</sup>.

---

<sup>[24]</sup> <http://jotaninos.blogspot.com/2005/04/tiradentes2.html>

## **Tiradentes (Desafio)**

*Quando uma luz brilhar  
Foi um filho que partiu  
E mãe-terra vai chorar  
Pois foi ela quem pariu  
Mas do solo vai brotar  
Outro homem do Brasil...  
(Refrão)*

*E haja ódio pra parar  
Essa força que surgiu  
Da boca de quem gritar  
Tanta dor que já sentiu  
O peito vai se estampar  
Cor de sangue infantil  
Que jorra um dia sem parar  
E transborda feito rio...*

*Quando o coração parar  
Foi a força que subiu  
[foi a bala do fuzil]  
[Que] E calou esse penar  
Por cantar seu desafio  
Mas a chama vai queimar  
E acender nosso pavio...*

Em 2010, Jota Ninos fez um novo artigo em Memória de Avelino Ribeiro, publicado no Blog do Jeso<sup>[25]</sup>. Na época da filha Cleide fez um comentário de agradecimento interagindo na rede social.

Em 2013, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR) recebeu da Central Única dos Trabalhadores (CUT) a documentação guardada nos arquivos da entidade sobre o caso de Avelino, ocasião em que entregou cópias da documentação ao Sindicato. Essa documentação foi incluída no documento apresentado pela CUT à Comissão Nacional da Verdade.<sup>[26]</sup> Em dezembro de 2013, o acervo com documentação guardada pela CUT foi entregue ao STR de Santarém, num ato em homenagem à Avelino Ribeiro, conforme fotos a seguir<sup>[27]</sup>.

Nesta relação constam os nomes de 20 (vinte) sindicalistas rurais assassinados. Estes documentos foram preservados no Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CEDOC/CUT) e trazem informações que provam as atividades desses sindicalistas na organização da classe trabalhadora brasileira.

---

<sup>[25]</sup> <https://www.jesocarneiro.com.br/memoria/memoria-tomba-um-sindicalista.html>

<sup>[26]</sup> A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada em 2010 para apurar os crimes da ditadura. A CUT entregou um dossiê denominado Relatório da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT, elencando os casos de assassinatos de sindicalistas no período da ditadura.

<sup>[27]</sup> <https://www.cut.org.br/noticias/comissao-nacional-da-verdade-da-cut-entrega-documentos-historicos-a-trabalhadore-db9d>



Plenária do ato em Santarém nos dias 3 e 4 de dezembro

Foto: CEDOC CUT



Ato em Santarém homenageia Avelino Ribeiro, sindicalista assassinado em 1982

Foto: CEDOC CUT

Ato de homenagem à Avelino Ribeiro, promovido pelo STR de Santarém.

Os sindicalistas relacionados são: Avelino Ribeiro da Silva, Benedito Alves Bandeira, Elias Zi Costa Lima, Eloy Ferreira da Silva, Evanduir Pereira da Silva, Francisco Alves Mendes Filho, Francisco Domingos Ramos, João Canuto de Oliveira, José Cicero de Lima, José Dias de Matos, José Pedro dos Santos, Julio Rodrigues Miranda, Margarida Maria Alves, Nativo da Natividade de Oliveira, Pedro Francisco de Nogueira (ou João Pedro Francisco

Nogueira), Raimundo Ferreira Lima, Sebastian Lan, Sebastião da Rosa Paz, Vergílio Serrão Sacramento (ou Virgílio Serrão Sacramento) e Wilson de Souza Pinheiro.<sup>[28]</sup>

No início dos anos 2000, lideranças sindicais do Oeste do Pará, propuseram ao INCRA que um dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs)<sup>[29]</sup> criado na BR-163, viesse a ter o nome da Avelino Ribeiro e assim se fez.

## • **Considerações Finais**

O assassinato de Avelino Ribeiro se deu num contexto de conflitos fundiários no âmbito do projeto de colonização da BR-163, em que se proliferavam conflitos por terra e outros recursos como pesca e madeira, em várias regiões de Santarém. Avelino Ribeiro comprou uma posse e se defrontou com uma situação de conflito que tomou todo o tempo de permanência da sua família no lote e culminou com seu assassinato em 24 de março de 1982. Este trabalho se apoiou em documentação bibliográfica e em depoimentos de familiares e companheiros de luta sindical de Avelino Ribeiro. Dadas as condições de afastamento social, não foi possível verificar, neste trabalho, contraditórios à versão expressa aqui, tais como, processos judiciais, policiais e outros depoimentos.

---

<sup>[28]</sup> <http://www.feteccn.com.br/noticia/05122013-comissao-da-verdade-resgata-historia-de-resistencia-dos-trabalhadores-rurais-em-santarem/>

<sup>[29]</sup> Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), modalidade de assentamentos rurais que combinam o uso agrícola e o manejo florestal comunitário, modelo construído pelos agricultores familiares de Anapú, com o apoio da Irmã Dorothy Stang.

Desde o início da colonização, em 1970, a abertura das rodovias federais na Amazônia foi marcada pela violência contra povos indígenas, populações tradicionais e pelo sofrimento humano imposto aos pequenos agricultores mais pobres. Durante esse período foram registrados quatro assassinatos de lideranças que defendiam o direito à terra e, nos anos mais recentes, além da terra, defendiam um projeto de desenvolvimento socioambiental.

Em 2001, Ademir Federicci (Dema)<sup>[30]</sup>, colono de Medicilândia, na Transamazônica foi assassinado em Altamira, por denunciar roubo de madeira da Terra Indígena Arara. Ele liderava a oposição à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte; em 2002, o Bartolomeu Moraes da Silva, o Brasília<sup>[31]</sup> foi morto a tiros e degolado em seguida, em Castelo de Sonhos, na BR-163, distrito de Altamira. Lutava para assegurar o assentamento de novas levas de trabalhadores rurais que migravam das regiões ocupadas pelo agronegócio no Mato Grosso; em 2005, a irmã Dorothy Stang foi assassinada, em Anapu, na Transamazônica, por defender colonos que lutavam por terra e defendia um modelo de uso agrícola e florestal denominado Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Em 50 anos de colonização, quatro líderes foram martirizados.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STR) foi demandado a ter um protagonismo na organização camponesa estadual e nacional, com o deslocamento das principais lideranças sindicais da Transamazônica para papéis fora da região e do município, o que contribuiu para mudanças na dinâmica da organização de base e a emergência de novas representações.

---

<sup>[30]</sup> <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/15-anos-sem-dema/>

<sup>[31]</sup> <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/a-morte-do-sindicalista-brasilia/22539>



A família de Avelino Ribeiro se dividiu entre o Pará e São Paulo. Fabiana, a mais nova, faleceu em 1990 e Luzia Moreira Barbosa faleceu em 1993. Douglas Ribeiro da Silva e Doglaci Ribeiro da Silva moram em Rurópolis. Mesmo vivendo em estados diferentes<sup>[32]</sup> na atualidade, os irmãos se mantêm unidos e conectados, por isso foi possível contato com todos\as e embasar a reconstrução de um pouco da história a partir da percepção delas\es. A compreensão de que o pai lutou por uma causa justa e de que teria prosseguido como um sindicalista comprometido com o direito à terra e à justiça social pé comum entre suas filhas e filho, sendo que uma tem uma avaliação diferente sobre a motivação do assassinato.

Apesar de 50 anos de abandono e perseguições, os agricultores familiares, como os colonos se identificam na atualidade, construíram ao longo desses 50 anos, um projeto próprio, no qual o sindicalismo rural comprometido com os interesses de seus sócios e defendido por Avelino Ribeiro, Dema, Brasília e Dorothy teve um papel fundamental. Esse projeto no final da década de 2020 tem um forte componente socioambiental e acumula conquistas territoriais relevantes com uma configuração que inclui um grande mosaico de unidades de conservação, assentamentos sustentáveis, territórios de agricultores familiares, Terras Indígenas e Quilombolas, Reservas Extrativistas e outras modalidades de uso compatíveis com a conservação ambiental e a presença multicultural de atores econômicos e socioculturais.

---

[32] Cleide Ribeiro da Silva e Marli Ribeiro da Silva moram em São Paulo; Marlene Ribeiro da Silva Melo mora em Minas Gerais.

No entanto, cinquenta anos depois do início da colonização, a especulação sobre os recursos naturais e as terras de uso comum e propriedades familiares, se intensifica, confirmando a tese de que a colonização não foi planejada para os pequenos agricultores e sim para o grande capital. A luta de Avelino Ribeiro continua fazendo muito sentido, visto que os problemas estruturais que motivaram a migração de pequenos agricultores sem terra para a Amazônia prevalecem na realidade agrária brasileira.

Diante desse breve resgate da história de Avelino Ribeiro na BR-163 e seu trágico desfecho, considera-se importante que o estudo seja aprofundado em outros trabalhos, ampliando as fontes de documentação e que este artigo seja um ponto de partida para um ciclo de valorização da memória de Avelino Ribeiro, e do sacrifício de sua família por uma justa distribuição de terras e de condições de vida para os povos da e que passaram a fazer parte dos cenários socioculturais da Amazônia.

## • Referências

CATRO, E. M., MONTEIRO, R. CASTRO, C. P. Dinâmica de atores, uso da terra e desmatamento na rodovia Cuiabá-Santarém, papers NAEA, UFPA, no.179: Belém, PA, 2004.

FIALHO, A. R. TREVISAN, R. Ocupar, colonizar, urbanizar a Amazônia Legal (1970-80): ações oficiais e privadas na criação de núcleos urbanos, Anais XVIII ENANPUR, 2019. Disponível em <http://anpur.org.br/xviii-enanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=407>

LEROY, J. R. Uma chama na Amazônia: Campesinato, consciência de classe e educação. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais de Santarém (PA) (1974-85), Centro de Estudos Avançados em Educação, FGV: Rio de Janeiro, RJ, 1989.

MARGARIT, E. O processo de ocupação do espaço ao longo da BR-163: Uma leitura a partir do planejamento regional estratégico da Amazônia durante o governo militar, Revista Geografia em Questão, volume 06, no.1, 2013, p.12.

MONTEIRO, R. Conflitos Sociais na Amazônia, in, in PELEJA; MOURA, J. M. S. Estudos Integrativos da Amazônia, CFI/UFOPA, p. 274-311: Santarém, PA, 2011.

MULLER, G. Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária, Estudos Rurais, Editora Hucitec, EDUC: São Paulo, SP, 1989.

RIBEIRO, H. S. Políticas territoriais e colonização numa área da Amazônia oriental, Paco Editorial: Jundiaí, SP, 2015.

SILVA, J.G. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura, HUCitec: São Paulo, SP, 1981.

SILVA, H. GAMA, J. R.V G.MONTEIRO, R. Dinâmica Socioeconômica de duas comunidades rurais no assentamento Mojú I e II, Amazônia Paraense.

Retratos de Assentamentos, v. 22, p. file:///C:/User, 2019.

TOURNEAU François-Michel Le, BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental, *Ambiente & Sociedade*, v. XIII, n. 1, p.111-130: Campinas, SP, jan.-jun. 2010. Acesso em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n1/v13n1a08.pdf>.



## Cantiga de Caboclo

O canto de despedida  
vai disfarçado de flor.  
É feito para o caboclo  
do barranco sofredor.  
Pra eles que não vão ler nunca  
estas palavras de amor.  
Amor dá tudo o que tem:  
dou esta rosa verdadeira  
levando a clara certeza  
da vida nova que vem.  
Canto para os curumins  
nascidos iguais a mim,  
vida escura, e tanto verde!  
canao, vento e capim.  
Canto para o ribeirinho  
que um dia vai ser o dono  
do verde daquele chão.  
Tempo de amor vai chegar,  
tua vida vai mudar.

Thiago de Mello

# VIRGÍLIO SERRÃO SACRAMENTO: UM SINDICALISTA LUTADOR

Elias Diniz Sacramento<sup>[1]</sup>

## • Introdução



Fonte: arquivo da CPT, Belém/PA.

Domingo do ano de 1987. O calendário marcava cinco de abril. Prenúncio de Páscoa. A celebração da ressurreição de Cristo. Naquele dia, ao acordar, não vi mais meu pai. Ele já tinha saído mais cedo de nossa casa, na vila do Sucuriçu, na comunidade São Pedro, em direção

<sup>[1]</sup> Doutor em História Social da Amazônia pela universidade Federal do Pará, Professor da Faculdade de História do Campus universitário do Tocantins/Cametá. edsacramento5@yahoo.com.br

à cidade de Moju, distante oito quilômetros de onde morávamos. Minha mãe e minha irmã caçula de seis meses haviam ido com ele em uma pequena moto. Meu irmão mais velho, que na época tinha então dezoito anos, também os acompanhou, porém, fez sua viagem de bicicleta. A reunião ocorreria na cidade, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Era uma assembleia. Lá, o debate tinha como pauta as políticas públicas voltadas para os trabalhadores rurais.

Nesse dia cinco de abril, eu estava prestes a completar 12 anos de idade. Faria no dia 17. Meu pai, como eu havia dito, foi à Moju com minha mãe e mais dois irmãos, o mais velho e a mais nova. No total, nós éramos onze filhos. Junto com meus outros irmãos, ficamos lá pelo sítio. Almoçamos e continuamos indo atrás de frutas pelo mato. Nesse dia, o tempo passou muito rápido, tanto que meu pai retornou com minha mãe e a caçula e eu não o vi. Ele voltou à cidade para buscar uma agenda que havia esquecido, além de ter ido comprar comida para a janta.

Por volta das 16 horas, pedi para minha mãe para irmos, junto com outro irmão, a um igarapé, no centro da vila. Quando estávamos a uns quinhentos metros de casa, ouvimos um barulho. Ao olharmos para frente, vimos a um quilômetro, mais ou menos, um caminhão vindo em nossa direção. Vimos também algo que parecia ser alguém caído. Ficou claro que era alguém atropelado. Corremos em direção à pessoa e outros moradores da comunidade também fizeram o mesmo. A uns trezentos metros, vi que era a motinha branca de meu pai, e imaginei que fosse meu irmão mais velho. Só bem próximo, vi que era meu pai que estava caído no asfalto quente. Ao chegar perto, em prantos, percebi que meu pai estava de peito para cima. Me abaixei e, ao tocar nele, descobri que já estava morto. Não consegui ficar de joelhos perto dele. O asfalto ainda estava muito quente. Só fiz cho-

rar copiosamente, sendo amparado por alguns colegas e amigos que estavam ao redor.

Minha mãe, que já estava casa, a uns mil e quinhentos metros dali, chegou depois junto com minha irmã Edna. Essas cenas foram de muita dor. Um grande trauma. Foi um dos piores dias da minha vida, ver meu pai sendo morto com apenas 44 anos. Na época, não entendia com clareza o motivo da sua morte, mas, sabia que tinha relação com a sua atuação nas lutas populares. Meu pai tinha sido presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Moju, onde atuou com firmeza contra muitas empresas agroindustriais que haviam chegado nos fins dos anos 1970 e início de 1980. Havia pouco tempo Virgílio havia ingressado na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetagri), na CUT (Central Única dos Trabalhadores), além de ser agente da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Contexto marcado integração subordinada da Amazônia às economias centrais do país e do exterior.

Sua morte estava ligada à sua luta em defesa dos lavradores da região do município de Moju e proximidades. Nos primeiros anos da década de 1980, havia realizado inúmeras denúncias contra a invasão de terras pelas grandes empresas nos meios de comunicação da época. Por esses motivos, passou a receber ameaças e foi preso diversas vezes. Depois de adulto, compreendi passei a compreender as circunstâncias da sua morte, e resolvi escrever trabalhos sobre sua luta e a luta de outros agentes assassinados por suas atuações em defesa dos trabalhadores rurais. Tornei-me um grande admirador da história de meu pai e desses homens e mulheres que deram suas vidas em favor dos pobres desse imenso Brasil.

Em 2017 foi publicado o artigo intitulado: “A história e memória de um sindicalista na Amazônia: Virgílio Serrão Sacramento”, no



livro “Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental Brasileira”<sup>[2]</sup>. Também com o título: “Memórias de um sindicalista na Amazônia: entre as histórias e memórias de Virgílio Serrão Sacramento”, foi publicado na revista “Contribuciones A Las Ciencias Sociales”<sup>[3]</sup>.



Virgílio em uma assembleia sindical.

Fonte: arquivo da família.

---

[2] SACRAMENTO, Elias Diniz. A história e memória de um sindicalista na Amazônia: Virgílio Serrão Sacramento. In: Airton dos Reis Pereira; Hildete Pereira dos Anjos; Idelma Santiago da Silva; Nilsa Brito Ribeiro. (Org.). Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira. 1ed. Belém: Paka-Tatu, 2017.

[3] SACRAMENTO, Elias Diniz & SOARES, Fagno da Silvba . Memórias de um sindicalista na Amazônia: entre as histórias e memórias de Virgílio Serrão Sacramento. Contribuciones a las Ciencias Sociales, V. 2016, p. 1-19, 2016.

## • **O começo da história de Virgílio Serrão Sacramento**

Virgílio Serrão Sacramento nasceu no dia dois de outubro de 1942, em um igarapé chamado Tracuateua, na foz do rio Turussú, em frente à baía do rio chamado baixo Tocantins, no município de Limoeiro do Ajuru. Filho de Virgílio Serrão e Ana Serrão Sacramento, pais de mais sete filhos: Walter, Genésia, Cotinha, José, Onair, Manoel, Jairo e Nazaré.

Seus pais eram extrativistas e Virgílio, em sua infância e adolescência, seguiu os mesmos passos. Coletavam muru-muru, látex das seringueiras, açaí para o consumo, represavam igarapé e pescavam peixes. A região onde moravam, nesse interior, em frente à grande baía, possuía muitos outros rios, como o do Turussú, além dos mais próximos, como Tatuoca e Tucumanduba. Outros, como Mocóin, Prainha e Flechal, também faziam parte da geografia do lugar. Mas, no geral, a economia, naqueles anos, era praticamente estruturada na troca no escambo. Bens de consumo como sal, óleo, querosene, outros tipos de alimentos, basicamente eram comercializados na base da troca com os vendedores que por lá adentravam.

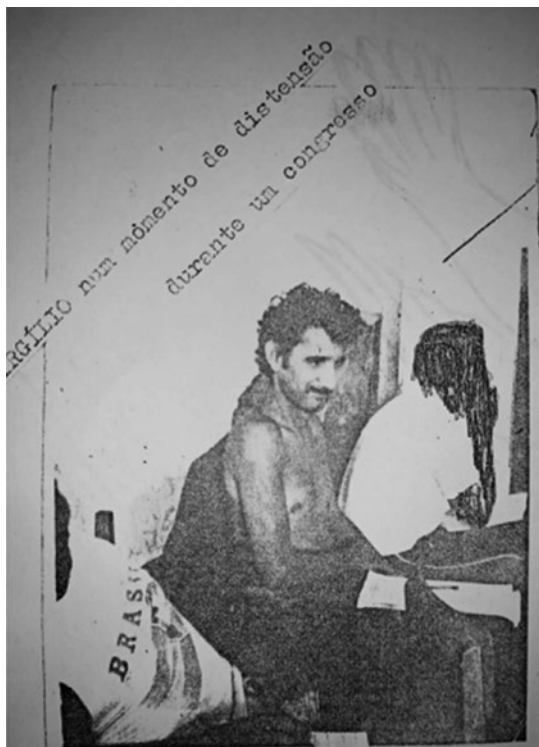
A vida de Virgílio Serrão Sacramento, nesses primeiros anos de sua mocidade transcorreu onde nasceu. A vida pobre, com dificuldades, era contrastada com a bela paisagem de onde moravam. A dinâmica das águas proporcionava grandes extensões de praias. Lá, podiam se divertir nos fins de semana com outros amigos de seu tempo, jogar futebol ou conversar. Da sua localidade, para chegar em cidades maiores, como Abaetetuba, na época, gastavam quase um dia de viagem. Tinham que atravessar toda a baía, que nem sempre estava calma.

Para se chegar a Belém, eram dois dias de viagem. Não havia embarcação a motor, somete à vela. A novidade só chegou a partir dos anos de 1950, quando, por volta de 1958, quando tomara conhecimento que no município de Tomé-Açu a produção de pimenta do reino pulsava como referência de riqueza. No período da safra, muitos ‘cametaenses’ iam para esse município, localizado na região nordeste do Pará. Para se chegar ali, nos anos de 1950, gastavam aproximadamente dois dias e meio de viagem em um barco a motor.

Virgílio, ainda bem jovem, foi um dos ‘cametaenses’ que rumou em direção à terra dos ‘japoneses’ em busca de dias melhores, na esperança de voltar com algum dinheiro para sua casa. Os japoneses, ou tomesuesnses, chamavam de ‘cametaenses’ todos os que eram de origem do rio Tocantins, que vinha desde Tucuruí, passando por Baião, Mocajuba e a cidade de Cametá, até chegar no pequeno município de Limoeiro do Ajuru.

A partir de 1958, Virgílio ia com frequência nos períodos da safra da pimenta, onde iniciavam as colheitas nos pimentais dos japoneses. Ia e voltava, uma vez que o processo de tirar o fruto da pimenteira leva em média dois a três meses. Sempre com algum dinheiro, retornava para sua terra, e ali ajudava seus pais a passarem melhor nos demais períodos.

Próximo do rio Tatuoca, onde tinha muitos amigos, Virgílio conheceu Maria do Livramento. Namoraram e, no ano de 1968, casaram na cidade limoeirense. Iniciaram a vida no interior onde Virgílio havia se criado. Perceberam que ali não teriam condições de terem uma vida melhor com o filho mais velho. Arrumaram as poucas bagagens e foram em direção à Tomé-Açu.



Virgílio em intervalo de congresso dos trabalhadores rurais.

Fonte: arquivo da CPT, Belém/PA.

Lá, começaram no trabalho da ‘cata’ da pimenta. Agora, já casados, os dois acordavam cedo e iam rumo aos pimentais no raiar da manhã. O filho pequeno era acomodado em uma rede enquanto os pais trabalhavam. Ao fim da safra, Virgílio e sua esposa não quiseram voltar para Limoeiro do Ajuru, e seguiram para Almeirim, noutro extremo do estado, o oeste paraense, sob a influência do rio Amazonas. O irmão de Maria acolheu a família, e conseguiu uma ocupação em uma ilha para o trabalho na cultura da Juta. Igualmente dominada por japoneses.

Sentindo-se muito isolado e com o nascimento da segunda filha, a Maria Dinalva, a situação havia ficado muito difícil, uma vez que não tinham o apoio do cunhado na ajuda da compra dos mantimentos para se manterem no trabalho. Tomaram a decisão de retornar à terra dos ‘japoneses’. Terras dos ‘japoneses’, como eu havia mencionado anteriormente, era como se referiam a Tomé-Açu. A cidade se configurou como uma colônia nipônica desde o início do século XX, quando da chegada da leva dos primeiros imigrantes, que se fixaram em terras doadas pelo governo brasileiro às margens do rio Acará. Esse espaço pertencia, na época, ao município de Acará.

Centenas de japoneses aportaram à localidade, por esse motivo ela passou a ser denominada de ‘colônia japonesa’. Eram tantos japoneses que, na segunda guerra mundial, em um dado momento, estes ficaram conhecidos como membros do ‘eixo do mal’, uma vez que eram considerados alinhados aos principais países que haviam começado a segunda guerra, como os alemães e italianos em oposição aos Estados Unidos e outras nações.

Pela participação do país norte americano, o Brasil teve que se envolver diretamente na guerra, ficando ao lado deste, uma vez que ocorreram grandes investimentos americanos no país, a exemplo do projeto Fordlândia, a primeira iniciativa genuinamente capitalista em solo amazônico, instalada no oeste do Pará. Trata-se de um marco da territorialização do grande capital no Pará, marcado pela expropriação das populações locais, o desmatamento e a imposição cultural, com a implantação da primeira *company town*. Por esse motivo, os japoneses de Tomé-Açu passaram a ser considerados ‘inimigos’. Chegou-se, inclusive, a ser construída uma espécie de prisão no município de Acará para onde deveriam ser levados os considerados ‘rebeldes’.

Virgílio e Maria do Livramento retornam à terra da ‘pimenta’, e ali ficam até o início de 1970 no trabalho extenuante da coleta da iguaria. Agora, além de fazerem a ‘cata’ da pimenta, também ‘capi-navam’ os pimentais, uma vez que a grande leva dos ‘cametaenses’ se dava no período das grandes safras, onde os pimentais ficavam cheio de homens e mulheres. As embarcações vinham lotadas.

Virgílio e Maria do Livramento não voltaram mais para Limoeiro do Ajuru. Por volta de 1975, já haviam chegado mais três filhos: Edna, Sandra e Elias. Agora já eram em cinco as bocas a serem alimentadas. Por essa ocasião, ambos trabalhavam nas propriedades dos japoneses, contudo, tinham adquirido uma terra para o próprio trabalho. Conseguiram um trator e uma caminhonete. Os pais de Virgílio também haviam adquirido uma terra, onde trabalhavam com outros filhos. Neste momento, três irmãos de Virgílio moravam e estudavam em Belém.

Dias finais de 1977. A situação da família de Virgílio, de seus pais com os demais filhos estava indo bem até que uma doença prejudicou parte da plantação de pimenta do reino. As pragas representam um fator de risco sobre os monocultivos. O fato provocou na família um sentimento de desencantamento. E, assim migraram para Moju em busca de nova terra.

## • **O recomeço em Moju**

Em Moju, por volta de novembro de 1976, Maria do Livramento estava grávida do sexto filho. No dia 14 de dezembro daquele ano, nasceu João Agnelo. A família aumentou e a dureza para o trabalho também. A terra comprada em Moju era dividida entre a fa-

mília. O tamanho desta era o que se chamava de um lote, a frente era de 250 metros por 1000 metros de fundo, totalizando 25 alqueires.

Iniciaram a roça com o cultivo para subsistência, inicialmente, e agregaram a plantação de pimenta do reino, cultura valorizada no mercado, apelidada de “ouro negro”. Em 1978, chegou mais uma filha, Maria de Lourdes, que nasceu em junho. Em 1979, o pai de Virgílio faleceu. Levaram seu corpo para ser sepultado em sua localidade de origem, o rio Turussú.

Desde que chegou em Moju, na localidade da vila de Sucuriju, os moradores participavam da ‘comunidade’ conhecida por São Pedro. Virgílio e família foram convidados a integrá-la. Aos domingos, como já faziam em Tomé-Açu, participavam das celebrações dominicais.

A chegada de Virgílio à Moju corresponde à instalação de diversas agroindústrias. Em 1979 estavam presentes naquelas terras a Reasa, Reflorestadora S.A da Amazônia, Agropalma e a Dempasa, que tinham como meta a plantação do monocultivo de dendê. Enquanto a Sococo, plantaria coco e a Serruya plantaria seringa na região do alto Moju, sem falar nas indústrias madeireiras. Situação de conflito instalada entre o grande capital e as populações camponesas na disputa pela terra e outras riquezas da região.

Todas essas agroindústrias ficavam longe das terras de Virgílio e seus irmãos. Porém, além de ter iniciado uma participação na vida da comunidade de São Pedro em sua vila, 'seu Virgílio', como já era chamado, havia se sindicalizado junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju. O STR mojuense havia sido fundado em 1973 e no início da década de 1980, com a entrada dessas agroindústrias, começava uma série de reclamações de trabalhadores rurais, que sentiam as ameaças de expulsão por parte dos donos desses empreendimentos.

Virgílio, que era sindicalizado e já era delegado sindical de sua comunidade, começou junto com outros delegados sindicais a se incomodar ao ver cada vez mais projetos agroindustriais chegando, se instalando nas terras mojuenses, e ameaçando de expropriação os lavradores e os trabalhadores rurais. Junto com esses outros amigos sindicalizados, Virgílio passou a viajar pelo município conversando e incentivando a permanecerem em suas terras.

Em 1983, seria o ano da eleição do sindicato dos trabalhadores rurais de Moju. Virgílio junto com outros delegados sindicais inscreveram uma chapa para concorrerem às eleições que seriam realizadas em janeiro. A diretoria que estava no cargo, usando de má fé, suspendeu o processo. As eleições foram marcadas para maio, quando novas chapas se inscreveram, totalizando quatro. Depois de muita luta e de conflitos com a diretoria que comandava o STR, a chapa de Virgílio, chamada de "Chapa 2" ou de "Oposição", sagrou-se vitoriosa. Foi uma madrugada de festa em Moju, depois que a eleição terminou, por volta das três horas da manhã.

Virgílio foi aclamado presidente do STR, junto com outros 'companheiros', como Aldenor dos Reis e Silva e Rosa. Ele agora estava à frente da instituição que representava os trabalhadores rurais. Nessa ocasião, Virgílio já era filiado ao Partido dos Trabalhadores



(PT) que havia ajudado a fundar no início dos anos de 1980, em Moju. Ainda no ano de 1983, havia organizado com outros sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com sede em Abaetetuba, onde se tornou tesoureiro. Em 1984, junto com outros STRs, tentaram conquistar a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Pará (Fetagri), mas não conseguiram.



Virgílio no I Congresso Estadual da CUT em Belém.

Fonte: acervo da família.

Um dos grandes parceiros do então líder sindical era o padre Sérgio Tonetto, que havia chegado da Itália no mesmo período em que Virgílio havia sentado praça em Tomé-Açú. Sérgio Tonetto, que pregava a Teologia da Libertação, e se considerava um padre progressista, fazia a parceria nas comunidades e localidades distantes. Iam pelos rios, pelas estradas, algumas vezes de barco, outras de ônibus ou bicicleta mesmo.

As lutas em Moju, na primeira metade da década de 1980, se intensificaram. A década mais sangrenta na luta pela terra no Pará. As situações de conflitos foram protagonizadas entre as empresas agroindustriais e os lavradores. Luta de classes. Virgílio estava sempre presente a mediar e fazer a defesa desses homens e mulheres do campo. Muitas idas e vindas se deram para Belém, a fim de fazer as denúncias nos meios judiciais e também na imprensa.

Um dos casos mais emblemáticos desse processo de violência que se desdobrou no município mojuense, terminou com a morte de um vereador do Partido Democrático Social (PDS), descendente da antiga ARENA, partido dos militares. Edmilson Soares havia chegado em Moju no início da década de 1980. Vindo de São Paulo, trouxe sua família, esposa e filhos. Veio para assumir a direção da firma Reasa, formalmente dedicada ao reflorestamento. A empresa ficava na região de Jambuaçú, onde existiam muitas comunidades remanescentes de quilombos.

As terras concedidas à empresa não foram suficientes, segundo seus donos. Edmilson teve um papel no processo de adquirir as terras dos moradores. Ele até tentou fazer com que isso pudesse acontecer, ia de comunidade em comunidade, mostrando-se ser uma pessoa do 'bem'. Por isso, em 1983, foi eleito vereador com votos dessa região. A partir daí, iniciou um processo de tomada de terras de várias famílias.

Em 1984, Edmilson tentou se apossar das terras do senhor Delorizano, que ficava distante das terras da Reasa. Mas havia outra grande quantidade de terras que estava em disputa, na vizinhança deste senhor, e que também ligavam às da terra da Sococo. Delorizano recorreu ao STR mojuense, que iniciou um processo de defesa do dono, que era sindicalizado. Idas e vindas à capital paraense não resolveram nada. Denúncias nos meios de comunicação não surtiram nenhum efeito.

Edmilson Soares ia sempre à noite para a propriedade. Sempre com dois seguranças da empresa, fazia o trabalho de cortar as terras, fazendo a demarcação a seu modo. Em outras palavras, se apossando de forma ilegal. Virgílio, enquanto presidente do STR mojuense, não sabia mais a quem recorrer para conter a onda de invasão de posses. Essas terras do senhor Delorizano ficavam entre comunidades chamadas Ipitinga e Curuparé.

Sem solução para o caso, os moradores das duas comunidades tomaram uma difícil decisão. Ir para um enfrentamento direto. Souberam que Edmilson iria para lá à noite, no mês de setembro, e se prepararam. Quarenta e quatro homens resolveram ‘partir’ para a luta armada. Se reuniram, montaram uma estratégia de ficar à ‘espera’ do trator, que iria desmatando, e mandariam parar o serviço. Só iriam usar suas armas, espingardas, caso fossem atacados.

No dia sete de setembro de 1984, data dedicado formalmente à Independência do Brasil, quarenta e quatro homens foram à meia noite para o local. Lá, se dividiram em dois grupos e ficaram esperando. Por volta das cinco horas da manhã, ouviram o barulho da grande máquina indo em suas direções. Quando chegou próximo de um dos grupos, os posseiros apareceram com suas lanternas e deram sinal para o maquinista parar. Este, no entanto, não respeitou a ordem e

avançou sobre o grupo. Concomitante, os “seguranças “ da empresa desferiram tiros. Os dois grupos de posseiros revidaram.

Edmilson Soares, o vereador do PDS e gerente da firma Reasa, que dirigia o trator, morreu na hora. Os pistoleiros que faziam a segurança fugiram, indo em direção à sede da empresa relatar o ocorrido. Os lavradores do Ipitinga e Curuperé voltaram para suas comunidades, sabendo que a polícia iria chegar para fazer as diligencias.



Catolicismo, Boletim da Igreja Católica, registra o assassinato do vereador, gerente da empresa Reasa e grileiro Edmilson Ribeiro.

Fonte: redes sociais.

Na cidade de Moju, nesse dia sete de setembro, ocorria o desfile tradicional das escolas, onde o prefeito municipal e os demais parlamentares da câmara estavam presentes. Nesse momento do acontecimento, a família do vereador morto já havia sido mandada de volta para São Paulo. A coordenação da empresa avaliava que os próximos dias seriam difíceis.

A polícia foi até a localidade de Curuperé e Ipitinga, e como os lavradores já haviam conversado, ninguém deu uma informação concreta para os policiais. Eles combinaram de se entregar no dia seguinte, quando todos os quarenta e quatro foram juntos até a estrada principal, com as mulheres e as crianças servindo de escudo humano. A estratégia era não permitir que o carro que teria ido buscá-los ficasse com a frente virada em direção à cidade do Acará. O carro, uma caçamba, teria que estar de frente para a cidade de Moju.

Os quarenta e quatro presos foram levados para a cidade de Abaetetuba, passando por Moju primeiro. Como eram muitos, não tiveram condições de ficarem todos na delegacia e a maior parte foi encaminhada para o Laranjal, um espaço de encontro da diocese de Abaetetuba. Foi nesse momento que entrou Virgílio Serrão Sacramento, como presidente do STR mojuense. Virgílio havia conseguido advogados ligados à defesa dos direitos humanos, Antônio Pereira e Vera Tavares.

Menos de uma semana, todos foram liberados, pois o delegado não conseguiu identificar o autor do disparo. A defesa dos posseiros orientou que em seus depoimentos, todos usassem o plural, para indicar que a ação foi coletiva, e não individual. Quando perguntados sobre quem era a liderança do grupo, a resposta deveria ser 'nós'. O mesmo valia sobre quem estava na mata e para quem atirou. A resposta dever ser 'nós'. Para responderem assim, fizeram as simulações

antes para ninguém ficar nervoso na hora do depoimento. Resultado: todos foram responder o processo em liberdade.

O episódio do conflito pela terra em Moju, que se desdobrou para o triste dia que ceifou a vida de Edmilson Soares, foi narrado por mim no terceiro da capítulo da dissertação de mestrado intitulado: “As almas da terra e a violência no campo paraense” (2007), posteriormente, a história foi lançada no livro “A luta pela terra em Moju: o trágico 07 de setembro de 1984 e seus desdobramentos” (2009)<sup>[4]</sup>.

## • **A morte de Virgílio**

Em 1987, Virgílio Serrão Sacramento já era uma liderança consolidada na região. Estava há mais de dez anos em Moju e contava com uma estrutura razoável para sua sobrevivência e da família. Seus irmãos tinham ido embora, e Virgílio havia comprado as partes destes. Junto com sua esposa, contavam agora com onze filhos. Depois de Lourdes havia chegado a Marlene, Ilene, Virgílio e a Noemi.

Em 1987, Virgílio havia passado a direção do STR ao jovem trabalhador rural Aventino Valente. Um militante de sua confiança. Todavia, continuava como quadro do sindicato. Agora, além de estar na CUT, no PT, como agente da CPT e atuar na sua comunidade, Virgílio havia participado em março daquele ano da tão sonhada conquista da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará, Fetagri. Virgílio havia se tornado diretor.

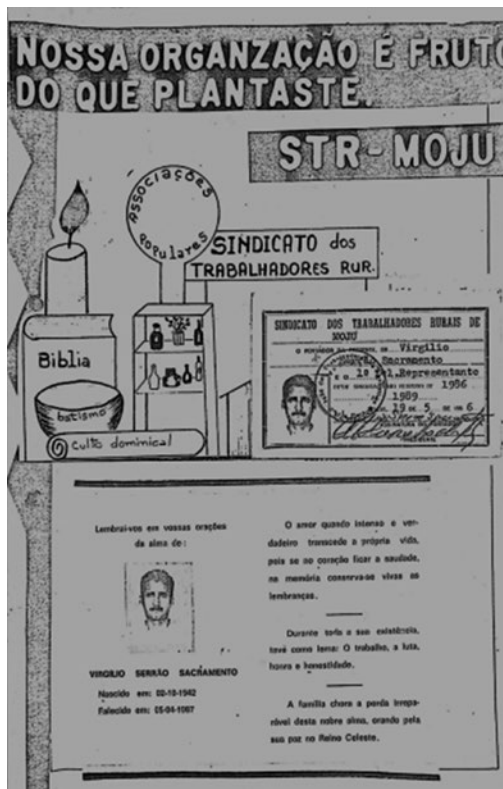
---

<sup>[4]</sup> SACRAMENTO, Elias Diniz. A luta pela terra em Moju: O trágico 07 de setembro de 1984 e seus desdobramentos. Belém. – Editora Açai, 2009.

Ao longo desses anos de 1980, principalmente desde que havia assumido a direção do STR de Moju, Virgílio adquiriu muitos inimigos. Teve várias prisões em Moju por denunciar seus desmandos e tentativas de tomarem terras de lavradores. Muitas pessoas falavam que ele deveria ter mais cuidado por conta das constantes ameaças de morte.

Certa vez, por volta de 1985, íamos da cidade para a casa no sítio que ficava a uns dez quilometro. Era noite. Veio um carro em nossa direção. Ele parou e fomos para a beira da estrada ficar ‘escondidos’, até o veículo passar. Novamente, montamos na bicicleta e seguimos viagem. Eu não entendia aquilo. Até que em 1987, no dia cinco de abril, aconteceu o que nós da família não queríamos, o assassinato do dirigente sindical Virgílio Sacramento.

A morte de Virgílio Serrão Sacramento representou um grande abalo familiares e para os trabalhadores rurais do município. Um grande choque precipitou sobre nós da família. O assassinato por atropelamento por um caminhão em uma tarde onde praticamente não existia trânsito. Testemunhas mencionaram que viram o motorista em alta velocidade próximo de sua motocicleta, o que levou a crer que tudo havia sido premeditado.



Panfleto em memória da luta do sindicalista Virgílio Sacramento.

Fonte: arquivo da CPT, Belém/PA.

No dia seguinte, o motorista que dirigia o caminhão com placa PT-1189 de Paragominas foi preso no município de Tailândia. Foi levado para Belém e, ao prestar depoimento, manteve-se em silêncio, não respondendo às perguntas do delegado que o interrogou. Osvaldo Camargo, então motorista do caminhão, teve o direito de responder em liberdade aos dois anos a que fora condenado. Um prêmio para a impunidade.



No livro “As almas da terra: a violência no campo mojuense” (2012)<sup>[5]</sup>, retrato a história da luta pela terra em Moju desde a chegada das principais agroindústrias que ali chegaram nos fins da década de 1970, período em que chegou em Moju Virgílio Serrão Sacramento e sua família vindos de Tomé-Açu. O livro retrata a história dos principais conflitos que ali se deram, e a inserção de Virgílio e a sua participação na comunidade e nos movimentos sociais, bem como a sua trajetória de luta até o seu assassinato.



Reportagem narra o depoimento do motorista que atropelou e matou o sindicalista Virgílio Sacramento.

Fonte: arquivo da CPT, Belém/PA.

[5] SACRAMENTO, Elias Diniz. As almas da terra: a violência no campo mojuense. Belém. – Editora Açáí, 2012.

A morte de Virgílio ficou sem esclarecimentos, e entrou para o rol das estatísticas como crime de liderança de trabalhadores rurais que não teve assassino preso, muito menos supostos mandantes denunciados. Diziam em Moju, pelo período de sua morte, que isso foi resultado ou vingança pela morte de Edmilson Soares, sem de fato nunca se ter sabido a verdade. Da parte da família, ficamos onze filhos órfãos e centenas de trabalhadores rurais sem uma liderança combativa.

No entanto, seu legado inspirou outros trabalhadores rurais que se colocaram à disposição para fazerem as lutas em defesa dos mais necessitados da terra. Seus onze filhos buscaram nos estudos uma forma de lutar e resistir. Nove filhos se formaram no magistério com ensino superior. A mais nova, Noemi se formou em Agronomia, e fez mestrado na área. João Agnelo são técnicos agrícolas e moram nas terras onde Virgílio iniciou a sua história, na comunidade de São Pedro.



Velório de Virgílio –de boné, Elias o autor do texto.



Missa de corpo presente de Virgílio

Maria do Livramento, sua esposa, continuou a luta de seu esposo por muitos anos junto ao STR e trabalhando na agricultura. Seu Pedro José foi um companheiro e um ‘anjo’ que apareceu e ajudou a criar seus filhos menores. Era um extrativista que vivia da terra retirando castanha e outros frutos, além de manter uma roça e pescar

no rio Ubá. Assim se conforma o complexo campesinato amazônico. Inúmeras facetas. Guardava os melhores peixes para os filhos que adotou. Em 2011, vítima de um tumor cerebral, veio a óbito.

Em 2016, a filha mais velha Maria Dinalva Diniz Sacramento faleceu aos 46 anos de vítima de um infarto fulminante. Menos de um ano depois, Virgílio Diniz Sacramento, o caçula dos homens foi morto em Macapá ao tentar separar uma briga. O agressor desferiu uma facada que o matou algumas horas depois. Virgílinho como era chamado, assim como Dinalva, eram professores no estado do Amapá.

Virgílio Serrão Sacramento teve uma homenagem no ano de sua morte, em 1987. No dia 25 de julho daquele ano, foi realizada a Primeira Romaria da Terra da Diocese de Abaetetuba. Saindo de sua casa até o local de sua morte, a um quilometro e meio mais ou me-

nos. Mais de dois mil romeiros levaram uma pesada cruz de concreto para simbolizar o lugar onde havia doado a sua vida. E lá ficou 'plantada'. De lá a grande multidão rumou para a cidade num percurso de mais duas horas.

Nos últimos anos, tem-se feito o inverso. A celebração que marca a passagem de sua morte começa no Cruzeiro e segue em direção à sua casa. O evento é uma forma de manter viva a memória de quem em Moju não mediu

**VIRGÍLIO SERRÃO SACRAMENTO**  
**OBRIGADO!**  
*Vem vamos embora que esperar não é saber....*

**Celebração do 35º ANIVERSÁRIO DO MARTÍRIO DE VIRGÍLIO SERRÃO SACRAMENTO**  
**03 de Abril de 2022**

**"Dia de memória, luta e resistência em favor da vida e do planeta"**

**PROGRAMAÇÃO**

<b>7h</b> // Café da manhã (Cruzeiro)	<b>09h30</b> // Celebração da palavra no Santuário
<b>8h</b> // Início da celebração (Cruzeiro)	Rechamama
<b>8h30</b> // Início da caminhada (PA-252)	<b>10h30</b> // Homenagens
<b>9h</b> // Parada na comunidade São Pedro	<b>11h00</b> // Almoço e encerramento

*Quem sabe faz a hora, não espera acontecer....*  
Venho, trago sua poesia, seu canto, sua voz, e sua miséria e vamos homenagear todos os que doaram a vida pelo amor ao próximo.

ORG: FUNDAÇÃO VIRGÍLIO DE EDUCAÇÃO - CEBE SÃO PEDRO - CPT GUARABIRA - PARÓQUIA DIVINO ESPÍRITO SANTO/MOJU - ESTE DE MOJU - ASSENTAMENTO VIRGÍLIO SERRÃO SACRAMENTO/RIO UBA

Cartaz pela passagem 35º do assassinato do sindicalista Virgílio Sacramento.

esforços na defesa dos direitos da classe trabalhadora. Virgílio foi e é um marco na história dos movimentos sociais e lutadores do povo. No dia de sua morte, uma faixa foi colocada em cima do altar da Igreja Matriz de Moju, onde seu corpo foi velado com os seguintes dizeres:

“Virgílio: Nossa organização é fruto do que plantastes:  
Obrigado!”



Missa de sétimo dia do sindicalista Virgílio Sacramento.  
Fonte: arquivo da família.



I Romaria da Terra em Moju – Destaque para a esposa de Virgílio e momento da chegada da cruz onde Virgílio morreu.

Fonte: arquivo da família.



Esposa de Virgílio e seus onze filhos em abril de 2016 – da esquerda pra direita: Noemi, Ilene, Marlene, Lourdes, Dinalva, Edna, Maria do Livramento, Sandra, Dorival, Elias, João e Virgilinho.

Fonte: arquivo da família.

## • Referências

SACRAMENTO, Elias Diniz. *A luta pela terra em Moju: O trágico 07 de setembro de 1984 e seus desdobramentos*. Belém. – Editora Açai, 2009.

SACRAMENTO, Elias Diniz. *As almas da terra: a violência no campo mojuense*. Belém. – Editora Açai, 2012.

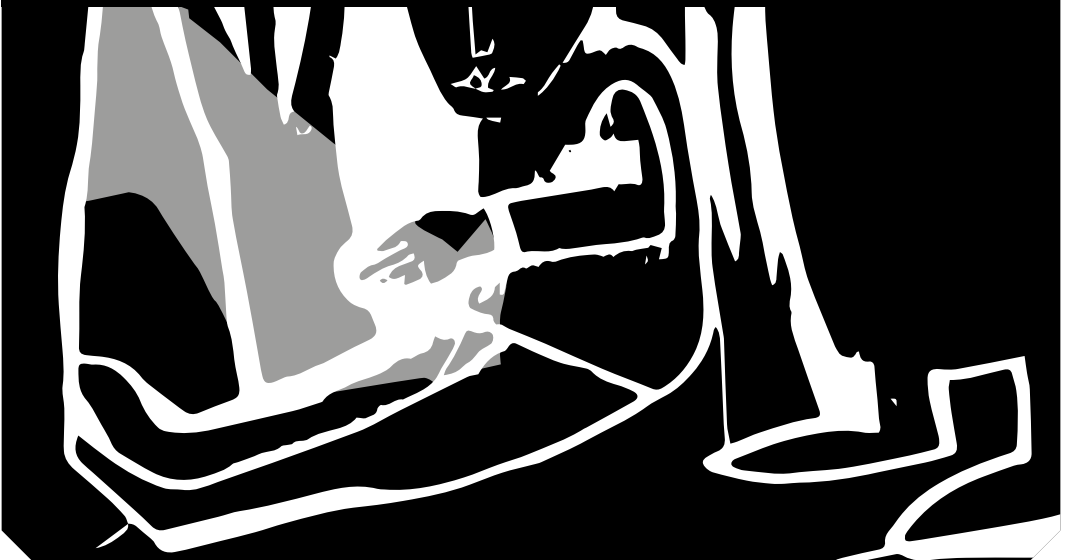
SACRAMENTO, Elias Diniz & SOARES, Fagno da Silva. *Memórias de um sindicalista na Amazônia: entre as histórias e memórias de Virgílio Serrão Sacramento*. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, V. 2016, p. 1-19, 2016.

SACRAMENTO, Elias Diniz. *A história e memória de um sindicalista na Amazônia: Virgílio Serrão Sacramento*. In: Airton dos Reis Pereira; Hilde-te Pereira dos Anjos; Idelma Santiago da Silva; Nilsa Brito Ribeiro. (Org.). *Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira*. 1ed. Belém: Paka-Tatu, 2017.





# MASSACRES







### Artigo I

Fica decretado que agora vale a verdade.  
agora vale a vida,  
e de mãos dadas,  
marcharemos todos pela vida verdadeira.

### Artigo II

Fica decretado que todos os dias da semana,  
inclusive as terças-feiras mais cinzentas,  
têm direito a converter-se em manhãs de domingo.

### Artigo III

Fica decretado que, a partir deste instante,  
haverá girassóis em todas as janelas,  
que os girassóis terão direito  
a abrir-se dentro da sombra;  
e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro,  
abertas para o verde onde cresce a esperança

Fragmentos do poema Estatutos do Homem  
Thiago de Mello

# LUTA PELA TERRA NO PARÁ: APONTAMENTOS SOBRE ALGUMAS CHACINAS DA DÉCADA DE 1980 NO SUDESTE DO ESTADO<sup>[1]</sup>

A violência é a parceira da história.  
É a marca de nasença do capitalismo  
(MARX).

Rogério Almeida<sup>[2]</sup> e Airton dos Reis Pereira<sup>[3]</sup>

A luta pela terra no sul e sudeste paraense, no recorte temporal dos anos de 1980, tendo como inquietação principal as chacinas de camponeses, representa o centro de gravidade do presente trabalho. O mesmo contemplará as chacinas ocorridas no ano de 1985: a primeira se deu no Castanhal Ubá, no município de São João do

---

<sup>[1]</sup> O presente trabalho representa uma parcela da dissertação Territorialização do Camponato no Sudeste do Pará, NAEA/UFPA/2006, laureada com o Prêmio NAEA/2008. Para efeito do presente livro sofreu inúmeras modificações e atualizações. Recuperamos ainda outras narrativas já apresentadas ao público, como um fragmento dedicado às reminiscências do Polígono dos Castanhais. Cumpre ainda agradecer a parceria do educador Airton Pereira, ex-agente da CPT, conhecedor e pesquisador proeminente sobre as agruras da luta pela terra no Pará.

<sup>[2]</sup> Professor do Curso de Gestão Pública da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: araguaia\_tocantins@hotmail.com

<sup>[3]</sup> Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus de Marabá, doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com pesquisa indicada para Prêmio da Capes. E-mail: airtonper@yahoo.com.br

Araguaia, e a segunda transcorrida na fazenda Princesa, na cidade de Marabá. A seleção se justifica pelo fato dos mandantes das mesmas terem ido a julgamento. Ainda que os processos superarem a casa de duas décadas. E, corrobora ainda pela opção, o fato do Estado Brasileiro ter sido responsabilizado em corte internacional pela violação dos direitos humanos, o que redundou em reparação aos familiares de camponeses envolvidas nos processos.

Em resumo, o artigo se divide essencialmente em duas partes: a primeira apresenta uma breve contextualização do processo de luta pela terra e a intervenção do Estado na indução de políticas desenvolvimentista, onde se busca cotejar sobre a grilagem de terras e a violência com elementos estruturantes do processo; enquanto a segunda alumia as chacinas do Castanhal Ubá e da fazenda Princesa, ocorridas no sudeste paraense. Fronteira singular marcada pela expansão do capital.

## • **Introdução**

A assimetria entre as forças econômicas, políticas e sociais integra o extenso repertório de massacres que envolve as situações de conflito pela terra no país. Foi assim com a História do Quilombo de Palmares, no século XVII, em Alagoas e arredores; a escrita seguiu a mesma em relação aos índios Guaranis, massacrados por portugueses e espanhóis nas Missões, no século XVIII, no Rio Grande do Sul. Já no século XIX, desfecho equivalente teve a Revolta Cabanagem, no Pará; Balaiada, ocorrida no Maranhão; e com os seguidores de Antônio Conselheiro, na Bahia, dentre tantas outras rebeliões urbanas e rurais do período.

Nestas situações que emolduram a disputa pela terra no Brasil, a grilagem representa o seu elemento fundante. A grilagem conformou/a a feição territorial do país, onde a violência emerge como constituinte estruturante, protagonizada por milícias privadas ou públicas. Ambos os componentes são naturalizados no percurso da nossa história. Naturalização esta abençoada pelo poder judiciário e da mídia corporativa.

A violência em terras amazônicas possui ranhuras profundas no empreendimento dos saques que se desdobram sobre a fronteira. Ela percorre o trabalho compulsório de indígenas e negros, execuções dos mesmos, até alcançar os camponeses. Recurso que persiste ainda no século XXI, na trajetória da apropriação privada de terras antes comunais, onde o Estado, apropriado por frações de classes, serve como indutor de processos econômicos, efetivador de institucionalidades, financiador e agente coercitivo contra os mais frágeis.

A violência em paragens da Amazônia contra as populações locais – indígenas, quilombolas e camponesas - ligadas à terra, e às riquezas que dela derivam, passa a ter um caráter sistemático a partir da década de 1960, especialmente durante a ditadura civil-militar (1964-1985), período marcado pela militarização da questão agrária. Momento da integração subordinada à economia mundializada, e ao enquadramento da região à exportadora de matérias primas às economias centrais. Nesta direção ratificou e aprofundou a condição colonial dela.

É neste contexto que grandes corporações do Centro-Sul do país se apropriam de terras na Amazônia. Entre elas constam os bancos Bamerindus, Bradesco, Econômico, Mercantil; empresas como Volkswagem, Manah e Supergasbrás; oligarquias, tais como as famílias Lunardelli, Lanari do Val, Quagliato, Andrade e Bannach – está

até batiza um município no sul do Pará-; tem-se ainda construtoras, ao molde da Encol e da Andrade Gutierrez, e o multimilionário estadunidense Daniel Ludwig, que se apropriou de uma vasta extensão de terras nas fronteiras do Pará com o Amapá, na região do Jari. É tido como um dos maiores grilos da Amazônia. E um dos mais vergonhosos casos de apropriação de recursos públicos. Ainda hoje.

Neste espectro de coerção contra camponeses, registre-se a família Mutran - maranhense de origem sírio-libanesa -, considerada a mais a violenta, e senhora de castanhais. Essa oligarquia se apropriou de vastas extensões de terras de castanhais a partir do expediente de aforamento, que concede o direito de uso, e não de posse.



Nanquim de Pedro Morbach retrata a dinâmica dos castanhais.

Fonte: site – O Nanquim de Marabá ([onanquimdemaraba.com.br](http://onanquimdemaraba.com.br))

Com a chegada dos militares ao poder, essa família oligárquica ampliou o seu domínio sobre as terras na região, com ajuda direta do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e do Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT). Em 1960, essa família detinha cerca de 45.135 hectares (EMMI, 1987), mas em 1988, quando 41 castanhais foram desapropriados pelo então ministro da Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), Jader Barbalho, já possuía mais 200.000 hectares (PEREIRA, 2015a).

**OLHA O GETAT-FM**

A comissão Pastoral da Terra (CPT) recebeu dois documentos que denunciam arbitrariedades cometidas por Policiais Militares e pelo GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins), no município de Nova Jacundá, (Araucária) Pa-150.



O grileiro conhecido como Chiquita, juntamente com dois soldados da Polícia Militar, comandar prisão dos lavradores Antonio de Jesus Martins e Valdo Mendes Peixoto, residentes na localidade de Araucária. O documento diz que a prisão de Valdo foi solicitada através do GETAT, tendo à frente o executor do órgão, chamado Afrânio.

Antonio foi preso no dia 25 de novembro sob a acusação de haver roubado dois porcos do grileiro Chiquita. Mesmo depois de haver negado e não ter sido comprovado, Antonio foi colocado numa cela inundada como um chiqueiro, sem comida e sem cama, durante o dia todo, enquanto esteve lá e sendo obrigado a trabalhar sua própria urina.

No dia 27 de novembro por volta das 11 horas da manhã, chegaram à roça de Chiquita, o grileiro Chiquita, com dois soldados armados. Chegaram no carro do GETAT, onde foi conduzido para a delegacia de Araucária e jogado numa cela. Valdo foi solto com a intervenção da advogada do GETAT, que soube do fato através da esposa do preso.




O documento diz que em Araucária, Afrânio e os grileiros são verdadeiros terríveis dos pobres e humilhados trabalhadores e agora se abraça à polícia para continuarem espalhando o terror na Pa-150, prendendo e expulsando os lavradores.

\*\*\*\*\*

**EXÉRCITO DA BOM-BOM**

Nos dias 21 e 22 de novembro baixaram em Goiandésia cerca de 100 soldados do Exército (Brasão).

De início chegaram, distribuíram balizas de crimpaço, brincoedos e muita coisa. Foi como se fossem alguém que era parente que vinha de longe.

Mas o povo de Goiandésia não é mais bobo e não crimpaço para se deixar comprar com bom-bom.

Vão até um militar pastor da Igreja Batista, e fez culto nas Igrejas, pregando é claro a submissão e a segurança. Um outro falou com pessoas sobre política, orientando as quem deveriam votar. E no último dia distribuíram um pedaço de carne às famílias dizendo que o "exército" gosta muito do povo e que a carne é para demonstrar isso" af se despediram do povo.

O cristão tem o dever de refletir sobre isso à luz de sua fé e da Palavra de Deus. Jesus assim falou: "Tomem cuidado para ninguém enganar vocês... não se deixem enganar" (Mt 21,8) Outra ocasião Jesus disse: "Não tenham medo dos que matam o corpo e não tocam no rebucho..." (Mt 10,28). "Mas como os malvados caídos, que por fora são bonitos mas por dentro estão cheios de podridão. Por fora parecem boas pessoas, mas por dentro estão cheios de mentiras e podridão" (Mt 23,27-28)

Os soldadinhos já ensinaram o povo de Goiandésia a não se deixar enganar por ilusões e processamentos, e não...

Edição de nº 08 do Boletim Grito da PA 150, Jacundá/PA, 1980, registra a coerção pública contra posseiros. O boletim era editado pelas pastorais sociais e os movimentos sindicais.

Fonte: acervo da CPT, Belém/PA.

E, assim, os converteu em fazendas, ainda no século passado, e negociou algumas delas com Daniel Dantas, proprietário do Banco Opportunity, já neste século. Temos, desse modo, a perpetuação da grilagem a animar o mercado de terras, sob o cúmplice olhar do poder judiciário. Na mesma sementeira do clã Mutran, a família Almeida ombreava a maranhense.

Nos anos de 1980, tido como de transição democrática, as violências – física e simbólica - ganharam índices alarmantes em terras dos castanhais, antes considerados como castanhais do povo em terras do sul e sudeste do Pará. Além dos crimes contra os seres humanos, cimentou a região como a que mais desmata em toda a Amazônia e concentra os casos de trabalho análogo ao de escravo.



A propaganda da ditadura militar atenta contra o conhecimento da socio-diversidade local, ao mesmo tempo em que reifica o horizonte da região como Eldorado. Por sua vez, o marketing da Andrade Gutierrez enquadra a região como Inferno Verde.

Fonte: edição especial sobre a Amazônia da Revista Realidade, 1972. Acervo pessoal de Rogerio Almeida

## • **Reminiscências das terras dos Castanhais**

Houve um tempo em que os castanhais das terras do Araguaia-Tocantins<sup>[4]</sup> foram livres. Os rios configuravam as principais vias de transporte. Os dias reinaram assim até o ano de 1920 do século passado. Na época, a Amazônia respirava o ocaso do ciclo do extrativismo da borracha. O Comércio dos irmãos Chamom fazia o aviamento<sup>[5]</sup> nos municípios de Marabá e Tucuruí (na época Alcobaça), sudeste do Pará. Desta forma era ativado o extrativismo da castanha. Enquanto cabia as empresas Bittar irmãos, Dias & Cia, Nicolau da Costa e A Borges & Cia, entre tantos, a compra em Belém. Europa e Estados Unidos foram o destino da produção. Explica a pesquisadora Marília Emmi, na obra, *A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais*.

Até então os índios Gavião (Kýikatêjê, Parkatêjê e Akrâtika-têjê), Xikrin, Asurini, Parakanã, Suruí Aikewara, entre outros povos, eram os senhores do lugar, ainda que o Estado viesse a declarar durante o regime militar a porção de terras um vazio demográfico. Trabalho escravo, mandonismo e clientelismo davam contorno ao poder dos coronéis.

---

[4] A bacia do Araguaia-Tocantins banha três regiões do território nacional: Norte, parte do Nordeste e Centro Oeste. Mede 813.674 Km<sup>2</sup> e corta os estados do Maranhão, Tocantins, Pará, Goiás, Mato Grosso e parte do Distrito Federal. Dois biomas integram a bacia do Araguaia-Tocantins, cerrado e a Floresta Amazônica, com predomínio do primeiro. Para melhor compreender a disputa pela terra na região sugerimos a leitura da obra *A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais*, da pesquisadora e professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), Marília Emmi, 1999.

[5] Aviamento consistia na forma de poder dos comerciantes com os coletadores de castanha. Os comerciantes adiantavam suprimentos necessários aos dias de trabalho floresta, cabendo ao coletador a venda obrigatória da castanha ao comerciante.



Conforme pesquisa de Marília Emmi, o comerciante e político Deodoro de Mendonça e sua parentela hegemonomizam no domínio dos castanhais até 1940. No período, aportaram na região descendentes de sírio-libaneses, família Mutran, oriunda do município de Grajaú, Estado do Maranhão. Os anos de 1920 iniciavam. Já em 1930 a família arrenda e adquire várias terras. Coube a empresa A Borges & Cia aviar a família.

Os municípios de Marabá e São João do Araguaia concentravam os castanhais do povo, como eram denominados no período. Vários foram os mecanismos que transformaram terras livres em terras de negócios. O domínio da terra refletia/e o poder político baseado no tronco familiar.

O bom negócio residia na coleta e comércio da castanha. Através da força, arrendamento e aforamento, as terras públicas foram transferidas para o poder privado. Desta forma, a família Mutran, a partir de 1950, vai se configurar como senhora da vida e da morte de muitos camponeses e coletadores de castanha. Na pesquisa de Emmi há indicadores que em 1960 a família chegou a ser detentora de 80% dos castanhais da região. Eis de forma simplificada, parte do pano de fundo onde se desdobraram sangrentas páginas da disputa pela terra no sul e sudeste paraense.

## • **O papel central do Estado**

Nesta conjuntura, o Estado exerce um papel central como indutor de processos econômicos, políticos, jurídicos e institucionais. Martins (1985; 1991) em recorte recente de nossa história agrária indica o aspecto concentracionista da propriedade rural, do Estatuto da

Terra (1964) e o Estado intervencionista como componente central na penetração do capital na fronteira amazônica. Coube ao Estado a efetivação de instrumentos nas esferas políticas, econômicas, jurídicas, além da criação de uma série de instituições, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia S.A, com vistas à instalação de projetos agropecuários por empresas do ramo financeiro e industrial do Centro-Sul do país visando a criação de gado bovino na região. Para se ter uma ideia, até meados da década de 1980, as fazendas de criação de gado, no sul e sudeste do Pará, ocupavam cerca de 9 milhões de hectares de terras, com destruição, já naquela época, de mais de 140 mil km<sup>2</sup> de floresta nativa (KOHLHEPP, 2002).

Essas práticas fizeram da Amazônia Oriental uma das regiões do país que mais concentrou projetos agropecuários financiados por incentivos fiscais, consagrando-a como área geográfica com maior rebanho bovino do país. Dos 1.199 projetos aprovados pela SUDAM no estado do Pará, entre 1975 e 1989, por exemplo, 638 foram destinados especificamente à criação de gado bovino (PEREIRA, 2015a).

Concessionárias de automóveis, empresas da área de transportes e da construção civil, mineradoras e bancos do Centro-Sul ampliaram os seus lucros com a criação de gado bovino na Amazônia, com subsídios do Governo Federal. Por essa razão é talvez correta quando Martins (1991) afirma que política oficial do Estado, nessa época, “não transformou os grandes capitalistas em pastores de vacas, mas em pastores de incentivos fiscais” (p.46).

Esse modelo adotado (exploração da castanha-do-pará e de criação de gado bovino): concentrador de terras e de capital, consagrado na grande propriedade rural, não só expulsou e expropriou povos indígenas e também posseiros que há muito tempo viviam em suas terras sem nenhum documento que pudesse legitimá-los como proprietários, mas inviabilizou que milhares de trabalhadores rurais migrantes, sem terras, que chegaram à região pudessem conseguir terras até então consideradas devolutas.

Uma vez sem conseguir um lote de terra ou emprego nas diversas frentes de trabalho, muitos desses trabalhadores se viram forçados a ocupar grandes imóveis improdutivos com títulos de definitivo ou de aforamento. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, em 1985, havia somente no município de Conceição do Araguaia, Marabá e Xinguara cerca 138 grandes imóveis, com títulos definitivos ou de aforamentos, ocupados por trabalhadores rurais (CPT de Conceição do Araguaia - arquivo).

O que se pode constatar, a partir de então, foi uma série de ações violentas dos grandes proprietários de terras contra as ocupações de seus imóveis. Com o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que previa, inicialmente, assentar cerca de 300 mil famílias por ano, durante 10 anos, com um modelo de desapropriações previstas no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64), a defesa do direito de propriedade privada da terra se tornou ainda mais contundente pela classe patronal, quando inúmeros assassinatos e massacres de trabalhadores e suas lideranças passaram a ser praticados no sul e sudeste paraense.

Almeida (1991) critica a naturalização da violência contra camponeses, posseiros, indígenas e dirigentes sindicais, embutida no processo de “modernização” da fronteira. O autor nota o descompasso entre a intensificação da violência dos conflitos pela terra e o caráter irregular e desigual na intervenção do Estado, e sinaliza que tal fenômeno se

verifica tanto num período ditatorial, quanto no processo da transição democrática, e mesmo em governos tidos do campo democrático. E se mantém como elemento estruturante das políticas desenvolvimentista.

Como em tempos dos Bandeirantes, a “conquista” da fronteira amazônica pelas empresas nacionais e internacionais incentivadas pelo Estado tem na violência uma de suas colunas. Uma herança direta das capitâneas hereditárias, das sesmarias e da tradição escravista que marca a nossa cultura agrária. A “conquista” da fronteira traz à baila formas de acumulação primitiva do capital. Está marcada pela expropriação das populações locais, que se veem privadas da terra e das riquezas da floresta para a efetivação de sua reprodução econômica, política, social e cultural. Um modelo que permanece, materializado na concentração da terra, na parcialidade do Judiciário, na coerção pública e privada, a consagrar padrões de poder e de hierarquias.

O contexto desnuda um liberalismo que não universaliza o acesso aos direitos e naturaliza o uso do aparato coercitivo público e privados contra os entes da base da pirâmide social, em detrimento da defesa da “propriedade privada”. Em outras palavras, institucionaliza a grilagem de terras<sup>[6]</sup> e a violência. E, descortina-se, desta forma, o anfiteatro do saque e da destruição na derradeira fronteira de expansão do capital.

---

<sup>[6]</sup> 6.102 títulos de terra registrados nos cartórios estaduais possuem irregularidades. Somados, os papéis representam mais de 110 milhões de hectares, quase um Pará a mais, em áreas possivelmente griladas. Os dados resultam de três anos de pesquisa dos órgãos ligados à questão fundiária no Estado, através da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (Tribunal de Justiça, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Advocacia Geral da União, Ordem dos Advogados do Brasil, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra e a Federação da Agricultura do Estado do Pará). O documento foi apresentado em 30 de abril de 2009 no auditório do Ministério Público Federal (MPF).

## • **Chacinas na década de 1980**

Para a CPT, massacres são “casos em que um número igual ou maior que três pessoas foram mortas na mesma ocasião”. Segundo ainda essa entidade, “este tipo de crime é mais uma estratégia do capital para expulsar os povos de suas terras e territórios”. Mas ao visitarmos os arquivos dessa entidade é possível constatar o uso do termo “chacinas” para designar as mesmas situações, como por exemplo as chacinas das fazendas Ubá, Terra Nova, Pau Ferrado, Princesa, entre outras, mais recentemente identificadas como “massacres”, nos levando a crer que esse termo é de uso recente na CPT, embora tenha sido utilizado para nomear as prisões, espancamentos e assassinatos de trabalhadores rurais pela polícia, em 9 de agosto de 1995, na fazenda Santa Elina, em Curumbiara (RO) e com relação aos assassinatos de trabalhadores rurais sem-terra na PA-150, na altura da Curva do S, em Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996.

Para Alfredo Wagner Berno de Almeida (1997), “designam-se como massacre ou chacina aqueles conflitos agrários em que se registram pelo menos três assassinatos numa mesma ocorrência, ou seja, num só local e numa mesma data” (p.20). Mas para ele, tem-se entendido também que “diferentes ocorrências, em datas distintas, porém referidas a um mesmo imóvel rural, também podem estar referidas a uma única questão conflitiva”, podendo, portanto, ser “contabilizadas como apenas uma situação de chacina” (idem). Ou seja, os termos “chacinas” e “massacres” podem significar as mesmas situações de violência.

No sul e sudeste paraense, a defesa radical da propriedade da terra, ainda que em boa parte grilada e improdutiva, descortina o período mais sangrento. Verificamos que a CPT registrou em seus arquivos, que na década de 1980, cerca de 40 chacinas, com 212 mor-

tes. Dos 40 casos, em apenas dois foram iniciados os processos de apuração: as chacinas do Castanhal Ubá e da Fazenda Princesa.

Sebastião Pereira Dias, o Sebastião da Teresona, Quincas Bonfim e José Serafim Sales, o Barrerito são celebres pistoleiros que prestavam serviços nas paragens dos Carajás. Melhor situando, na região do Bico do Papagaio (sul do Pará, oeste do Maranhão e norte do Tocantins, na época, fração do estado de Goiás). Os executores de camponeses tinham em sua carteira de serviços, entre outros, fazendeiros e donos de castanhais na década de 1980.



Em 1985, quando governador, Jader Barbalho, que viria ser ministra da Reforma Agrária no governo de Sarney, prometia acabar com a pistolagem no Pará. Fonte: acervo da CPT, Belém/PA.

Estima-se que os mesmos funcionavam como agenciadores em toda a região. Com escritório e tudo. Da santa trindade da pistolagem, Teresona possui destaque sobretudo porque contava com uma rede de colaboradores dentro dos aparelhos de Estado. A ele é creditada a articulação e execução de assassinatos individuais e de uma série de chacinas, a exemplo do caso da Fazenda Ubá, ocorrida em São João do Araguaia, que teve o saldo de nove posseiros mortos.

O piauiense Teresona era o “fiscal” dos fazendeiros. Quando foi a julgamento, em maio de 1991, em Belém, pelo assassinato de dois comerciantes na capital paraense, respondia a processos por 36 homicídios no Pará e Maranhão, além de ter sido acusado por mais de 50 assassinatos de trabalhadores (PEREIRA, 2015a). A pistolagem de outrora nos dias atuais encontra-se travestida de empresas de segurança.

Assim como a trama da grilagem<sup>[7]</sup> de terras mobiliza-se a partir de uma articulação em rede, que envolve fazendeiros, agentes públicos e cartórios; a pistolagem opera a partir dos fazendeiros (mandantes), intermediários, pistoleiros (executores) e as vítimas (camponeses, lideranças sindicais, advogados ou religiosos). Nos casos aqui ressaltados, casos Ubá e Princesa, os fazendeiros dispensaram os intermediários e participaram diretamente das execuções.

---

<sup>[7]</sup> Entre os episódios de grilagem mais famosos do Pará está o do “fantasma” Carlos Medeiros, ente jurídica e fisicamente inexistente que acumula 167 títulos de terra irregulares. Todos os títulos de Medeiros que somam 1,8 milhões de hectares estão bloqueados. As terras se espriam em dez municípios paraenses. A mesma situação nubla uma infinidade de empreendimentos por toda a Amazônia.

Análises em relatórios da CPT realçam que cumpre ao intermediário um papel, em caso de prisão, não deletar o fazendeiro que encomendou o crime. Um exemplo é o caso da execução do sindicalista de Rondon do Pará, José Dutra da Costa, o Dezinho, ocorrido em novembro de 2000.

Violência no Estado Pará- chacinas na década de 1980 no sul e sudeste do Pará

CASOS	LOCALIDADE	ANO	Nº DE MORTOS	SITUAÇÃO JURÍDICA
Chacina dos Irmãos	Xinguara	Junho/1985	06	Sem processo
Chacina Ingá	Conceição do Araguaia	Maiio/1985	13	Sem processo
Chacina Surubim	Xinguara	Junho/1985	17	Sem processo
Chacina Fazenda Ubá	São João do Araguaia	13.06.1985/ 18.06.1985	08	Há 20 anos em tramitação
Chacina Fazenda Princesa	Marabá	28.09.1985	05	Há 19 em tramitação
Chacina Paraúnas	São Geraldo do Araguaia	10.06.1986	10	Sem processo
Chacina Goianésia	Goianésia do Pará	28.10.1987	03	Processo desaparecido
<b>Total = 07</b>			<b>Total =62</b>	

Fonte: Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense –CPT-2005

Os massacres que tiveram o processo de apuração iniciados são do Castanhal Ubá, ocorrido em São João do Araguaia, onde nove camponeses foram mortos. Já no caso da fazenda Princesa, cinco



camponeses foram executados, onde alguns tiveram as cabeças decepadas, e os corpos jogados no rio. Além dos massacres, a década de 1980 é lembrada em razão dos assassinatos de lideranças sindicais, advogados e políticos como Raimundo Ferreira Lima, o Gringo; João Canuto de Oliveira; Benedito Alves Bandeira, o Benezinho; Gabriel Sales Pimenta; Paulo Fontelles; e João Batista.



Registro jornalístico sobre o Massacre na Fazenda Ubá, ocorrida em São João do Araguaia/PA.

Fonte: acervo da CPT, Belém/PA.

Dados coletados na CPT por Hall (1990, p.101) indicavam que 125 pessoas estavam marcadas para morrer em 1987, numa lista organizada pelos fazendeiros, e que 45 camponeses foram presos no ano de 1985, um ano depois, o número pula para 700. A cultura de lista de marcadores para morrer persiste, mesmo nos dias atuais, a exemplo do casal de extrativistas de Nova Ipixuna, José Cláudio e Maria do Espírito Santo, assassinados em maio de 2011, dentre outros. O nome de José Cláudio, no início dos anos 2000, constava numa lista de pessoas ameaçadas de morte. Em 2009 e 2010, o nome dele e de Maria do Espírito Santo, sua esposa, constavam da lista de ameaçados de morte registrada e divulgada pela CPT que foi entregue, na época ao Ministro da Justiça (CPT, 2013).

## • **Massacre da Fazenda Ubá**

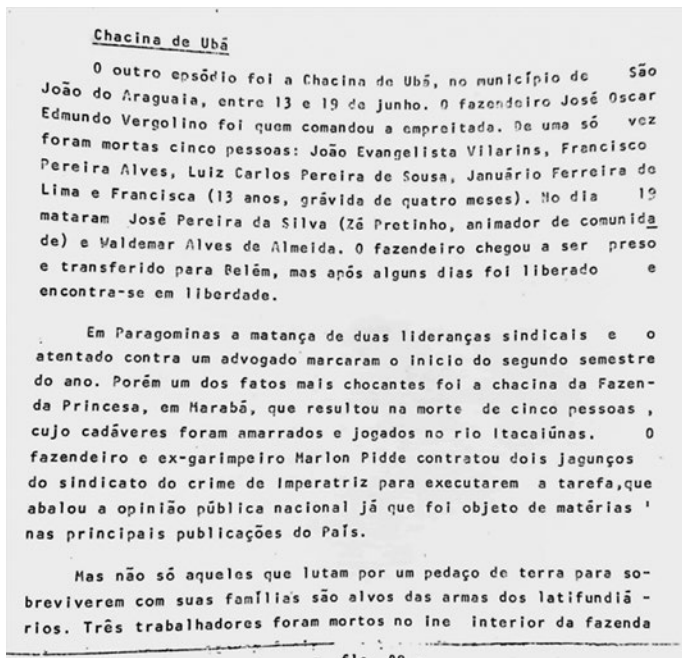
No dia dedicado a Santo Antônio, 13 de junho, do ano de 1985, em terras ocupadas por posseiros na região de Marabá, no sudeste paraense, no município de São João do Araguaia, no castanhal Ubá, posteriormente convertido em fazenda, cinco posseiros encontraram a morte pela ação da pistolagem de Sebastião de Teresona, Valdir Araújo (sobrinho de Teresona) e Raimundo Nonato de Souza, vulgo “Goiano”.

A empreita e a paga da operação coube ao fazendeiro José Edmundo Ortiz Vergolino, que testemunhou a operação. O motivo da represália deu-se por conta da ocupação do castanhal, em abril do mesmo ano, por aproximadamente 115 famílias.<sup>[8]</sup> Entre os mortos

---

<sup>[8]</sup> O castanhal só foi desapropriado em 01/02/1995 e a criação do Projeto de Assentamento com esse mesmo nome ocorreu em 17/06/1997 e ali assentado cerca de 117 famílias de trabalhadores rurais (BRASIL, 2019).

constam: João Evangelista Vilarins, Francisco Ferreira Alves, Luís Carlos Pereira de Souza, José Gonçalves de Souza, Januário Ferreira Lima, Francisca de Souza – à época, grávida – uma adolescente de aproximadamente 13 anos.



Fragmento de relatório da Comissão Pastoral da Terra sobre o cenário de violência no Pará. Além das chacinas, trata do atentado contra o advogado João Batista, que viria a ser assassinado posteriormente.

Fonte: acervo da CPT, Belém/PA.

Antes da missa de sétimo dia da primeira parte do massacre, em nova operação, mais três posseiros tombaram. Desta feita: José Pereira da Silva, o “Zé pretinho”, Waldemar Alves de Almeida e Nelson Ribeiro. Bastos (2013) esclarece que os assassinos se evadiram

do local em um corcel de cor bege, de propriedade do fazendeiro, segundo relato de testemunhas no processo.

No conjunto de casos, os números dos mortos devem ser relativizados. Naquela conjuntura, ainda sob o espectro da Doutrina de Segurança Nacional, era recorrente além da ocultação de cadáveres, a conivência das forças coercitivas do poder público, como bem relatam os boletins do período, Resistência e o Grito da PA-150. O primeiro editado em Belém, pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, e o segundo na própria região de Marabá, por setores confessionais.

O processo do castanhal Ubá ficou a cargo de Ezilda Pastana Mutran, juíza da comarca de São João do Araguaia, à época, esposa de Osvaldo Mutran Júnior, o Júnior do Vavá, como era conhecido, fazendeiro e político. Em 1987, o hoje vereador por Marabá por várias legislaturas, Miguel Gomes Filho (Miguelito) e os fazendeiros Carlos Chamiê, Osvaldo Mutran, Osório Pinheiro e Almir Queiroz de Moraes foram intimados como testemunhas. A hoje desembargadora, natural de Inhamitanga, por iniciativa do vereador Miguelito foi laureada com o título de cidadã de Marabá pelos bons serviços prestados.



Deputado cassado, Vavá Mutran matou um fiscal da receita do Estado e um garoto por jogar futebol na porta de sua casa. Era tido como o mais violento do clã Mutran.

Fonte. Imagem das redes sociais.

A mesma câmara também concedeu a chancela ao Sebastião Rodrigues Moura, o Major Curió. O militar foi o agente do Exército Brasileiro responsável pela coordenação da repressão à Guerrilha do Araguaia. A honraria foi retirada após as atrocidades do militar, que nomeia a cidade oriunda do garimpo de Serra Pelada - Curionópolis – virem à tona.

Aliado da família Barbalho, Vavá Mutran, como era conhecido Osvaldo Mutran, foi prefeito de São João do Araguaia e deputado estadual (Arena/PDS) por dois mandatos (1970-1974;1990-1992). Faleceu em 2012 aos 80 anos, em Belém. Era tido como o mais violento do clã. Foi acusado pelo assassinato de Daniel Lira Mourão, delegado da Fazenda Estadual, em abril 1992, em Marabá e do menino David Ferreira de Abreu, de oito anos, em 2002, quando o mesmo brincava de bola próximo de sua casa.

Vavá foi o único a não prestar depoimento quando intimado. Alegou depressão. Em 1992 foi cassado pela Assembleia Legislativa pelo assassinato do fiscal da fazenda do Pará. Condenado a 10 anos de prisão, pelo assassinato de Daniel Mourão, mas cumpriu apenas parte da pena. Em 2005 o fazendeiro foi a júri, acusado pelo homicídio praticado contra o menino David Ferreira de Abreu, mas absolvido quando a maioria dos jurados acolheram a tese defensiva de negativa de autoria.

O nome de Mutran nomeia hoje uma praça no bairro de Novo Horizonte, em Marabá. E de sua parentela, outros logradouros. Tem-se assim, no campo simbólico e político, uma externalidade da representação do poder da oligarquia local: eleger os seus a vários cargos, influenciam na nomeação de outros, possuem juízes (as) “sensíveis” a seus interesses, interferem nos serviços da coerção pública, e possuem os próprios meios de comunicação. E, em certas situações, são os “senhores” da vida e da morte de seus opositores. Algo aos moldes da conjuntura do que ocorre no Maranhão, com a família Sarney, realidade que felizmente tem sido revista.

## • **O fazendeiro, o grilo e a justiça**

Filho de José Oscar de Mendonça Vergolino e de Carmen Iacira Ortiz Vergolino, o fazendeiro Vergolino tinha 48 anos quando, a seu mando, Sebastião da Teresona assassinou os nove trabalhadores em sua fazenda. Era o administrador da herança da família tida como tradicional da região do sudeste paraense.

Ele se apropriou da terra pública no ano de 1965, por meio do expediente de arrendamento, para tanto contou com a mediação da Secretaria de Obras, Terras e Águas do Estado do Pará. Os 4.201,2514 hectares do castanhal foram registrados no documento de nº R- 1-15 044, fls. 001, do Livro 02, do Cartório do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Marabá, em nome de José Oscar de Mendonça Vergolino, conforme esclarece a dissertação em Direito apresentada na UFPA, por Dafne Fernandez Bastos, em 2013.

Vergolino chegou a ser detido no dia 18 de junho de 1985. No entanto, foi solto por conta de um *habeas corpus*. A prisão preventiva

do fazendeiro só foi decretada em outubro do mesmo ano, contudo, não foi cumprida por conta de sua evasão, esclarecem Guimarães e Barp (2011).

O mandante só foi preso dois anos depois, em dezembro de 1987, quando se apresentou à Justiça. Coube ao delegado Electo Djalma de Monteiro Reis parte das investigações do conturbado inquérito. A prisão preventiva foi decretada pela juíza Maria Inês Antunes Lima, titular da 14ª Vara Cível da Capital, que respondia pela Comarca de Marabá.

O pistoleiro Teresona chegou a ser preso preventivamente durante as investigações, porém, fugiu da cadeia pública de Conceição do Araguaia depois de passar pouco mais de um mês recluso. A fuga teria sido facilitada por policiais que estavam de plantão (PEREIRA, 2015a). Quase um ano após a chacina, em março de 1986, a juíza Yvone Marinho exige medidas no sentido em capturar e prender Teresona, fato que ocorre tempos depois (GUIMARÃES e BARP, 2011), mas como das outras vezes, o criminoso não parou na prisão.

A parcialidade do judiciário é latente nestes casos. Sempre célere em expedir mandados de reintegração de posse, mostra-se moroso e favorável aos latifundiários e seus pares, como recuperam os autores:

Vergolino, por ocasião da sua prisão preventiva, foi recolhido ao quartel da Polícia Militar, em cela individual e com dispensa para passar as festas de final de ano. A juíza Ezilda Pastana Mutran, da Comarca de Marabá/PA, em 22 de dezembro de 1987, permitiu que o acusado celebrasse as festas de final do ano com sua família, mas voltasse a se apresentar à Justiça em 4 de janeiro de 1988. Vergolino não voltou (GUIMARÃES e BARP, 2011, p.126/127).

O pistoleiro não teve a mesma regalia. Ao contrário, ficou em uma cela minúscula e sem poder tomar banho de sol. Guimarães e Barp (2011) realçam que “Raimundo Nonato Souza, por exemplo, ao obter da Justiça uma licença de 30 dias para tratamento de saúde, em 21 de julho de 1987, nunca mais voltou a se apresentar à Justiça.” A tese presumida é que o mesmo contou com a conivência dos policiais para empreender a fuga quando da ida ao hospital.

Já o outro pistoleiro envolvido nos crimes, Valdir Pereira de Araújo, sobrinho de Teresona, fugiu, aos olhos dos policiais, da Delegacia Regional da Polícia Civil do Sudeste do Pará no dia 03 de fevereiro de 1986. Até janeiro de 1998, não havia nos autos nenhum mandado de prisão contra ele (PEREIRA, 2015a, p. 210).

## • **Júri Popular**

José Edmundo Ortiz Vergolino foi o quarto fazendeiro a ir ao banco dos réus no Pará. Dezesesseis anos depois do crime, isto é, em janeiro de 2001, data em que a sentença de pronúncia para submeter os acusados ao júri popular foi proferida. Em dezembro de 2006, quase sete anos após a pronúncia e 21 anos depois da chacina, finalmente José Edmundo Ortiz Vergolino foi submetido ao Tribunal de Júri, na cidade de Belém, quando foi condenado a 19 anos de prisão em relação a cada uma das oito vítimas assassinadas, totalizando 152 anos de reclusão em júri presidido pelo juiz Raimundo Moisés Alves Flexa.





Registro jornalístico sobre o julgamento de José Vergolino, mandante da chacina.

Fonte: acervo da CPT, Belém/PA.

Como é rotineiro, o réu recorreu da sentença. Em agosto de 2008, por unanimidade, o recurso foi recusado. No entanto, por conta do avançado da idade, 69 anos, quando do julgamento, o réu cumpriria a pena em regime domiciliar. Apesar de findo o inquérito, a derradeira notícia oficial do tribunal de justiça é a de que o réu se encontrava em local todo como incerto e não conhecido (BASTOS, 2013). Em 2017, um novo mandado de prisão foi expedido, mas não cumprido. Vergulino só foi, de fato, preso no dia 24 de janeiro de 2019 depois que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA) cobrou uma ação do Estado em relação aos mandados de prisão que até então não tinha sido cumprido pela polícia do Pará. No dia seguinte foi levado para uma penitenciária em Belém (CORREIO DE CARAJÁS, 25/01/2019).

Os pistoleiros Raimundo Nonato de Souza e Valdir Pereira de Araújo foram julgados à revelia em outubro de 2011, na Comarca de São João do Araguaia, e condenados a 199 anos de prisão, sendo 22 anos por cada morte cometida, em júri presidido pelo juiz Luciano Mendes Scaliza (BASTOS, 2013; PEREIRA, 2015b). Já Sebastião da Teresona, principal executor do massacre, não chegou a sentar no banco dos réus. Foi assassinado na penitenciária Fernando Guilhon, em 14 de junho de 1995, provavelmente com queima de arquivo pelos crimes que cometeu contra trabalhadores rurais.

A praxe do hiato temporal entre o crime desta modalidade até o julgamento – ao menos nos casos em que os processos são instaurados – é de superar uma década. Deste conjunto de crimes, a exceção é o processo da irmã Dorothy Stang, que durou menos de um ano. Fato, em certa medida, explicado por conta da agente de pastoral ser uma cidadã natural dos EUA, o que provocou grande repercussão internacional. A missionária, antes de trabalhar em Anapu, militou na região de Marabá.

Os relatórios da CPT ao longo dos anos advertem que em muitos casos a tortura precede a execução. Em outros, após os assassinatos, ocorre a degola das cabeças, corte de orelhas, e outras partes dos corpos, tiros na nuca e mortes à queima roupa. Em inúmeros episódios as pessoas assassinadas encontravam-se imobilizadas. Nessa perspectiva, ao explicar a prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e sudeste do Pará, Pereira (2015b), relata que em grande parte os assassinatos de trabalhadores rurais por pistoleiros tem sido

práticas que procuram explicitar o poder sobre os corpos, não só dos mortos, mas também dos vivos. Uma ação codificada, violência disciplinar. Exemplos que deveriam ficar profundamente marca-

dos na alma dos homens. “Uma pedagogia do terror”. Hierarquias que deveriam ser mantidas e pessoas que deveriam obedecer, ser silenciadas, disciplinadas, docilizadas. Uma escrita sobre os corpos com caligrafia sanguenta, letras de traços curvos: avisos de morte. Corpos liquidados, destruídos, mensagens gravadas, corpos-textos aos vivos. As pessoas não só tinham de saber, mas também ver, elas mesmas, com seus próprios olhos. Corpos que se tornaram textos, relacionando com outros “textos”: uma violência que apresenta uma visibilidade, mas acompanhada, às vezes, de uma anunciação. Uma violência quase sempre antecedida ou justificada, prévia ou posteriormente, por uma violência simbólica (p. 252).

A brutalidade, a crueldade e a exposição dos corpos das vítimas residem em disseminar a cultura do medo e um discurso de poder dos grandes proprietários sobre os corpos, não só dos mortos, mas também dos vivos. Como se fosse um recado: “olha o que ocorre com quem ousa nos enfrentar”.

## • **Denúncia na OEA e reparações**

A medida tomada em 1999 foi protagonizada pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) por violações dos direitos à vida e a garantia e proteção judiciais da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Antes, porém, quando o episódio somou dez anos depois da denúncia ter sido realizada - e 25 anos após a chacina -, em março

de 2010, um Acordo de Solução Amistosa foi firmado entre os familiares das vítimas e o Estado. Nele, o Estado brasileiro ficou obrigado a reconhecer a responsabilidade internacional por ter violado direitos humanos, bem como em realizar uma cerimônia pública com pedido de desculpas aos familiares das vítimas da Chacina do Castanhal Ubá.

As organizações que realizaram a denúncia avaliam o desdobramento como uma vitória significativa para as famílias das vítimas e para a sociedade civil brasileira, pois obrigou que o Estado brasileiro a reconhecer como legítima a luta pela terra, além de iluminar as fragilidades e falhas da Justiça brasileira. Em 16 de agosto de 2012, em manifestação solene, o Estado pediu desculpas formalmente em São João do Araguaia. Às vésperas do massacre somar 30 anos.

Em abril de 2016, como desdobramento do acordo, as famílias das vítimas indicaram beneficiários para receber lotes da reforma agrária em São João do Araguaia. Assim foram assentados José de Ribamar Lima Almeida, Ediane dos Santos Silva, Domingos Lima Almeida, Carlito Ferreira da Silva, Carmil

Em 2011 o Estado do Pará pagou indenização no valor de R\$ 38.400 para cada família por danos morais e materiais, e instituiu uma pensão vitalícia de R\$ 765,00, a ser paga para cada um dos representantes dos familiares de cada vítima. Valor um pouco acima do salário mínimo da época. A ação reativa do Estado ocorreu 27 anos após o massacre, resultado de denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), junto à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Ferreira da Silva, Luciana Ferreira da Silva, Ana Lúcia Ferreira da Silva e Ronaldo Ferreira da Silva como parentes das vítimas do massacre Valdemar Alves de Almeida e José Pereira Alves.

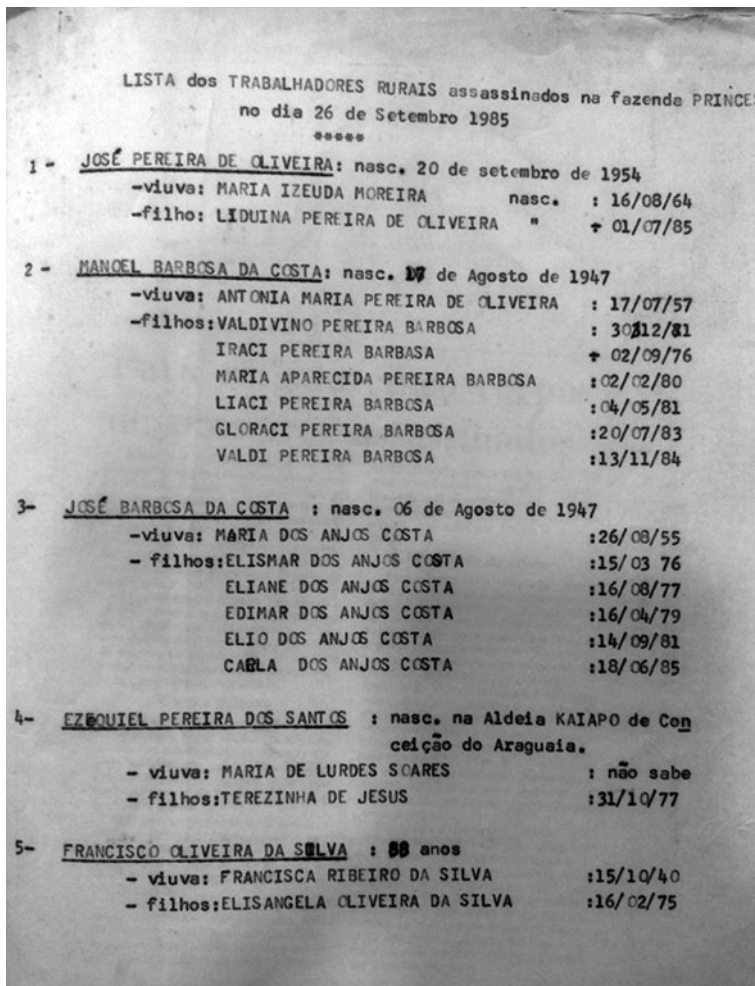
As execuções de dirigentes, bem como as chacinas – certas da impunidade –, a coerção pública e privada ladeada pela parcialidade da Justiça representam a impressão digital do avanço do capital sobre a fronteira amazônica. Uma conjuntura que permanece, apesar de todos os esforços em sentido contrário por partes dos setores populares.

## • **Chacina da Fazenda Princesa**

Manoel Barbosa da Costa, José Barbosa da Costa, Ezequiel Pereira da Costa, José Pereira de Oliveira e Francisco Oliveira da Silva foram os posseiros assassinados no episódio que ficou conhecido como chacina da fazenda Princesa, de 7.200 hectares, distante 100 quilômetros da sede municipal.

O crime ocorreu no dia 27 de setembro de 1985, município de Marabá. O local do massacre foi rebatizado como fazenda Califórnia III. Marlon Pidde foi o responsável pelo crime. Pidde fez fortuna em Serra Pelada, antes de virar fazendeiro na região. Ele era dono das Fazendas Califórnia I, no município de Itupiranga; Califórnia II, no município de Paragominas, Califórnia III (também conhecida como Princesa) no município de Marabá e Califórnia IV, no município de Martinópolis-SP.

Segundo relatos das testemunhas, Pidde, além de contratar os pistoleiros, participou diretamente da chacina e da queima das casas dos posseiros. Além de Marlon Pidde, colaboraram para a viabilização da chacina o seu irmão, João Lopes Pidde, o gerente da fazenda, José Gomes de Sousa e um de seus empregados, Lourival Santos da Rocha.



Fragmento de relatório da Comissão Pastoral da Terra sobre a chacina da Fazenda Princesa.

Fonte: acervo da CPT, Belém/PA.

Lourival Santos Rocha foi o único a permanecer na região. O delegado Rodrigues de Almeida requereu a prisão preventiva dos três no dia 08 de outubro de 1985 (GUIMARÃES, 2010).



**CHACINA AMARABÁ** — A chacina praticada por dois posseiros foi denunciada nesta reportagem. O crime ocorreu em 9 de maio de 1985, em Marabá, no Estado do Pará. Os posseiros foram mortos e seus corpos jogados no rio Itacaiúnas. O crime foi denunciado pelo jornalista Carlos Augusto de Moraes e Silva, autor desta reportagem. O crime ocorreu em 9 de maio de 1985, em Marabá, no Estado do Pará. Os posseiros foram mortos e seus corpos jogados no rio Itacaiúnas. O crime foi denunciado pelo jornalista Carlos Augusto de Moraes e Silva, autor desta reportagem.

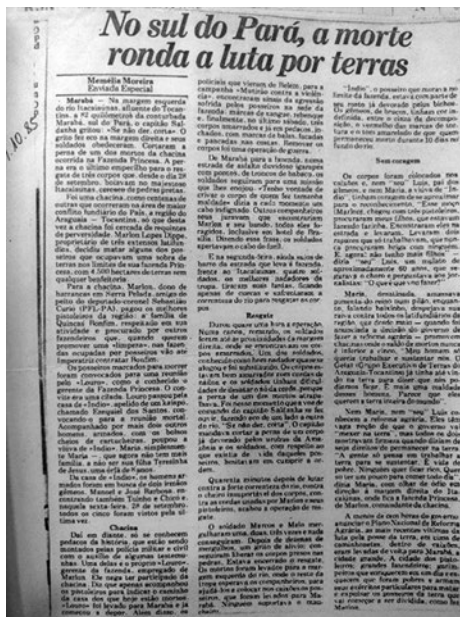


**O Estado de São Paulo 9/10/85 Foto Marcos Rosa/Agência**  
**A chacina de Marabá**  
 A polícia do Pará confirmou a chacina praticada na semana passada, no Município de Marabá, Sul do Estado, mas reificou o número de mortos: cinco, em vez dos nove anteriormente anunciados. Eram posseiros e, segundo os policiais, foram vítimas de um dos mais bárbaros crimes de conflitos de terras dos últimos tempos. Informou-se que, antes de serem mortos a tiros de revólver e sacetadas, os cinco agricultores foram amarrados e provavelmente espancados pelo proprietário da fazenda Princesa, Marion Lopes Pidade, e nove pistoleiros que ele teria contratado. Os policiais que participaram das investigações e os técnicos do Getat não conseguiram descobrir as causas da violência. A fazenda é, na verdade, um castanhal que não chega a ser explorado. Está em ponto de difícil acesso, a 80 quilômetros da cidade de Marabá, e o único meio de comunicação é o rio Itacaiúnas, de difícil navegação nesta época do ano. Segundo os técnicos, os posseiros haviam ocupado uma área que tinha sobrado após uma demarcação feita pelo Getat. As seis famílias já tinham sido cadastradas e receberiam um título; por isso, não estavam instaladas na fazenda e sim numa divisa. Os posseiros teriam sido convocados em sua roça para comparecer à sede da fazenda para "uma reunião com a justiça", na verdade uma chacina. Chegando, foram mortos.

Repercussão da chacina da Fazenda Princesa na mídia nacional. Uma foto exhibe a retirada dos corpos dos posseiros do rio e a outra os corpos nos caixões.  
 Fonte: acervo da CPT, Belém/PA.

O inquérito foi instaurado em outubro daquele ano, processo criminal nº 084/89. No mesmo período o fazendeiro se evadiu da região. Assim como o gerente da fazenda, José de Souza Gomes. O fazendeiro, que portava documentação falsa, ficou foragido por deztoito anos. Só foi preso em março de 2006 pela Polícia Federal em São Paulo, mas ficou apenas quatro anos e oito meses preso quando a justiça o colocou em liberdade (CPT de Marabá - arquivos)

O posseiro Luiz Pereira Arruda tinha dois filhos entre as vítimas. Foi quem procurou a delegacia em Marabá para relatar o fato. Os cinco posseiros mortos ocupavam uma área da fazenda. Atraídos por Marlon Pidade e seus pistoleiros para a sede da fazenda, foram amarrados, torturados, queimados ainda vivos e jogados no rio Itacaiúnas, com pedras amarradas em seus corpos. A polícia somente tomou medidas quando os corpos inchados apareceram na superfície, já estado de decomposição.



Assassinatos e chacinas de posseiros, sem terra, advogados e religiosos, consagraram a região sob o espectro da violência na luta pela terra no Brasil, sendo considerada a mais violenta.

Fonte: acervo da CPT, Belém/PA.

O desleixo das instituições policiais e da justiça é assim relatado por Guimarães (2010, p.117):

A denúncia pela data de 23 de janeiro de 1986. O promotor denunciou o fazendeiro Marlon Pidde, seu irmão João Pidde, José Gomes de Souza e Lourival Santos da Rocha. Mais tarde, o próprio Marlon Pidde revelaria em juízo que não possuía nenhum irmão, mas quatro irmãs.

A instrução penal iniciada em 1986 consumiu cinco anos como audição de testemunhas. Em abril de 1992, o Ministério Público



requereu ao juiz que presidia o inquérito a realização do julgamento. Três anos foram consumidos até que a juíza da comarca de Marabá acatasse o pedido, isto é, em dezembro de 1995.

Em maio de 2014, Marlon Pidde, seu irmão João Lopes Pidde e o seu capataz Lourival Santos da Rocha foram levados ao Tribunal de Júri na cidade de Belém. Marlon e Lourival condenados a 130 anos de prisão, mas João Pidde foi absorvido por falta de prova processual. Já José Gomes de Sousa foi beneficiado com a prescrição do crime por ter 70 anos na época do julgamento.

O promotor Rui Barbosa foi o responsável pela acusação, auxiliados pelos advogados Marco Pollo, da SDDH, e José Batista Afonso, da CPT de Marabá. Por conta de recursos, o fazendeiro responde a pena em liberdade. Em maio de 2018, os recursos da defesa fazendeiro foram julgados no Superior Tribunal de Justiça (STJ), quando, então, foi decretado a sua a prisão preventiva. Até onde se sabe, o referido mandato de prisão ainda não foi cumprido pela polícia. Assim como o seu capataz Lourival Santos, Marlon Pidde não foi encontrado.

O caso foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos, em razão das graves violações dos direitos humanos praticadas pelo Estado Brasileiro em razão da demora da aplicação da Lei e punição dos culpados. Contudo, passados tanto tempo, a CIDH ainda não deu resposta aos familiares das vítimas e às entidades que atuam no caso (CPT et al, 8/07/2013; CPT de Marabá – arquivos).

A terra, antes grilada, foi convertida em um Projeto de Assentamento da reforma agrária (PA)<sup>[9]</sup>, e abriga vários dirigentes do

---

<sup>[9]</sup> A fazenda Princesa foi desapropriada em 28/05/1998 e o Projeto de Assentamento foi criado em 04/02/1999 e ali assentadas 65 famílias de trabalhadores rurais (BRASIL, 2019).

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Marabá. O sul e sudeste do Estado hoje concentram o maior número de PAs do Brasil. São cerca de 513 que abrigam um patamar de 80 mil famílias. O que representa uma fatia expressiva do território da região, dos 39 municípios sob a tutela do INCRA, apesar de toda adversidade em oposição à territorialização do posseiro na fronteira. Nesta conjuntura, o Massacre de Eldorado, ocorrido em 1996, encarna uma inflexão nesta direção.

Nos dias presentes, o ambiente político é em demasia desfavorável aos setores populares entrincheirados na defesa da reforma agrária, meio ambiente, educação do campo e direitos humanos. Em alto e bom tom o governo acena em favor da grilagem de terras e para a licença para matar. Como vociferou o ministro do Meio Ambiente em histórica reunião do dia 22 de abril: “é hora de aproveitar a pandemia e passar a boiada”.

Em defesa da vida ampla e irrestrita, o campo popular edifica ações em rede, senta praça da grande teia de comunicação, semeia conteúdos próprios, promove romarias, empreende embates, empates, bate tambor, faz poesia, canta, ama, protesta, irrompe cercas e muros. E, às vezes, publica livros, com a clareza que r-existir é o primeiro passo.

## • Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O Intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989). LÉNA, Philippe e OLIVERIA, Adélia E (orgs.). **Amazônia a Fronteira Agrícola: 20 anos depois**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 1991. p. 259-290.

\_\_\_\_\_. Rituais de passagem entre a chacina e o genocídio: conflitos sociais na Amazônia. In: ANDRADE, Maristela de Paula (Org.). **Chacinas e massacres no campo**. Vol. 4. São Luis: Mestrado em Políticas Públicas/UFMA, 1997, p.19-48.

ALMEIDA, Rogério. **Pororoca pequena**: marolinhas sobre a (s) Amazonas de cá. Belém, 2012.

\_\_\_\_\_. **Territorialização do Campesinato no sudeste do Pará**. NAEA/UFPA, Belém, 2013.

BASTOS, Dafne Fernandez. **Castanhal Ubá**: Violação de Direitos Humanos na Amazônia Paraense. Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências Jurídicas. Faculdade de Direito. Dissertação, UFPA, Belém, 2013.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implantação**. Brasília. 01/08/2019

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Relatório sobre Violência e Violação dos Direitos Humanos**. Marabá: CPT de Marabá, 2005.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2012**. Goiânia: CPT Nacional, 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT diocese de Marabá; SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS – DPDDH; FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO PARÁ – FETAGRI; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARABÁ – STR. **Fazendeiro acusado de chacina em marabá tenta fugir do brasil e tem sua prisão decretada**. Marabá, 8 de julho de 2013.

EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: UFPA, 1987.

GUIMARÃES, Ed Carlos Sousa. (In)Justiça e violência na Amazônia: o massacre da fazenda Princesa. **Revista PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, n. 3, p. 109-122, dez., 2010.

GUIMARÃES, Ed Carlos Sousa; BARP, José Wilson. Pistolagem no contexto do judiciário: o caso do Pará. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, Ano 5, Edição 9, Ago./Set. 2011.

KOHLHEPP, G. Conflitos de Interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002.

HALL, Anthony. **Amazônia Desenvolvimento para Quem?** Desmatamento e Conflito Social no Programa Grande Carajás (PGC). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

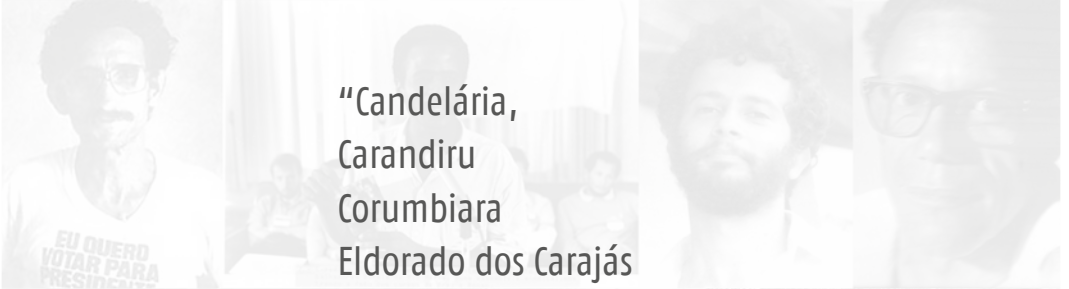
MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1985.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo/SP: Editora Hucitec, 1991.

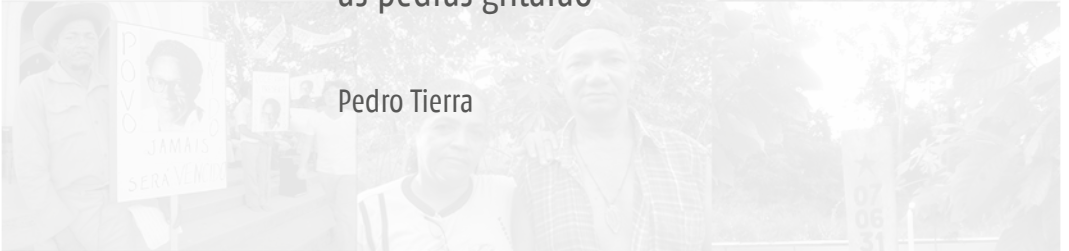
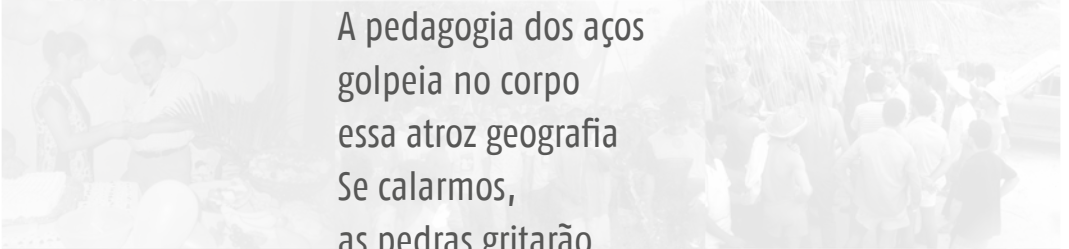
MARSCHALL, Luciana. Marabá: Pecuarista condenado por chacina é novamente preso. **Correio de Carajás**, Marabá, 25 de janeiro de 2019.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra**: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Editora da UFPE, 2015a.

PEREIRA, Airton dos Reis. A prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e no sudeste do Pará (1980-1995). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 8, n.1, p. 2229-255, jan.-jun., 2015b.



“Candelária,  
Carandiru  
Corumbiara  
Eldorado dos Carajás  
A pedagogia dos aços  
golpeia no corpo  
essa atroz geografia  
Se calarmos,  
as pedras gritarão



Pedro Tierra



# O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS

José Batista Gonçalves Afonso<sup>[1]</sup>

Carlos Guedes<sup>[2]</sup>



*Niemeyer (D) entregou a obra que será levada a Marabá e defendeu a luta pela terra*

Monumento em homenagem à memória do Massacre de Eldorado dos Carajás assinado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, em Marabá/PA. O monumento foi instalado no dia 09 de setembro de 1996, e destruído pelos fazendeiros no dia 22 do mesmo mês. Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 09 de agosto de 1996, cad. 1, p. 9. Extraído do artigo do professor Gil Vieira, FABRICAR A MEMÓRIA DA VIOLÊNCIA: IMAGENS DO MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS NA ARTE CONTEMPORÂNEA, 2018.

<sup>[1]</sup> Advogado da CPT de Marabá. Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: [afonsojb@gmail.com](mailto:afonsojb@gmail.com)

<sup>[2]</sup> Carlos Guedes do Amaral Júnior. Advogado do MST e da CPT no sudeste do Pará, nas décadas de 1990 e 2000. E-mail: [cga15197@gmail.com](mailto:cga15197@gmail.com)

Este artigo é dedicado a entender o processo de inserção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Pará e suas estratégias para se estruturar no sul e sudeste do Estado. Analisaremos também o passo a passo do Massacre de Eldorado, a ação mais violenta já praticada contra trabalhadores rurais no Pará na história recente da luta pela terra do Brasil. Mostraremos como a articulação entre o governo do Estado, o INCRA, os fazendeiros e a VALE, foi responsável por esse ato criminoso, que tinha como objetivo primordial impedir a territorialização do MST na região.

## • **A chegada do MST ao Pará**

Em meados da década de 1980, a direção nacional do MST decidiu abrir uma frente de atuação no sul do Pará, mais precisamente, no município de Conceição do Araguaia. A decisão foi tomada no contexto de expansão territorial do movimento, e devido as relações estabelecidas com o movimento sindical do Pará e com a CPT da Diocese local. Conforme Fernandes (1999), um grupo de sindicalistas ligados aos STR de Conceição do Araguaia participou de encontros nacionais do MST nos anos de 1984 e 1985, onde se comprometeram em articular o novo movimento no sul do Pará.

O município escolhido estava localizado na região conhecida como “Araguaia paraense”, inserida no “Bico do Papagaio”<sup>[3]</sup>, onde a luta pela terra era intensa e violenta desde o início da década d 1970.

---

<sup>[3]</sup> Região localizada na confluência dos rios Tocantins e Araguaia, divisa dos Estados do Maranhão, Tocantins e Pará que se tornou conhecida em nível nacional pelos intenso e violentos conflitos pela posse da terra. Pe. Josimo Moraes, foi assassinado nessa região em meados da década de 1980.

Os posseiros<sup>[4]</sup>, formados por migrantes que se estabeleceram na região em décadas anteriores e por outros milhares que chegavam a cada ano motivados pela propaganda governamental de implantação de novos projetos, desenvolveram táticas de luta pela terra a partir de iniciativas próprias que se tornaram referência na região e fora dela. Durante anos, esses grupos já se envolviam em batalhas de vida ou morte contra grileiros, fazendeiros e grupos econômicos que monopolizavam o controle das terras na região. Além de desenvolverem sua própria metodologia de luta, os posseiros contavam com uma rede de apoio, coordenada pela Igreja Católica. (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO al., 2010).

O MST chegou ao sul do Pará no auge da luta dos posseiros. As lideranças escolhidas para organizar o novo movimento na região eram lideranças sindicais que ajudavam a coordenar a luta pela terra por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia (STR), conquistado das mãos de aliados do regime militar no ano de 1985. Essas lideranças, que também participavam da construção política do Partido dos Trabalhadores (PT) no município, viam o MST como um meio de enfrentamento coletivo contra o latifúndio, mas também como um espaço de formação política dos trabalhadores. No entanto, por continuarem ainda ligadas ao sindicalismo, tinham dificuldades em conceber a estratégia de ocupação de terra, na forma coletiva, via acampamento, orientada pelo MST.

As três experiências de ocupação realizadas pelo MST no sul do Pará - duas no município de Conceição e uma em Xinguara - não

---

<sup>[4]</sup> A designação *posseiro* era utilizado tanto pelos grupos de trabalhadores que se organizavam para fazer a defesa das terras por eles ocupadas contra ações de grileiros, quanto por grupos de trabalhadores sem-terra que se organizava para ocupar latifúndios em poder de grandes fazendeiros ou grupos econômicos. Cf. Pereira (2015).



foram bem-sucedidas. Alguns fatores ajudam entender as dificuldades do movimento naquela região:

- a) o movimento sindical e a própria CPT divergiam sobre apoiar ou não o MST, considerando seus métodos “estranhos” à organização e mobilização, centrados na forma de cadastramento de famílias, acampamentos, produção coletiva, formação política e ideológica intensa;
- b) os camponeses sem terra da região estavam adaptados à forma de ocupação das terras realizadas pelos posseiros e resistiam à nova metodologia proposta pelo MST. Devido à urgência de ter um pedaço de terra para morar e produzir, os posseiros, tão logo ocupavam as propriedades, dividiam os lotes entre si e iniciavam os plantios. As estratégias coletivas existiam em alguns momentos da luta: no início da ocupação, na preparação das roças, no enfrentamento aos pistoleiros e nas mobilizações perante o INCRA (PEREIRA 2015);
- c) Os migrantes sem-terra que chegavam à região, vinham de inúmeros Estados do Brasil, com diferentes formas de lidar com a terra e sem muitas experiências de luta e trabalho coletivo. Permanecer em um acampamento por um período longo e assimilar as práticas do coletivismo e do ativismo político não era uma tarefa fácil e de curto prazo.

Por fim, as propriedades almejadas para a ocupação pelo MST eram diferentes. Enquanto as ações dos posseiros, em geral, visavam às terras relativamente marginais, o MST se concentrava de forma mais ousada em fazendas mais valorizadas, localizadas perto de áreas urbanas e que, muitas vezes, possuíam boa

infraestrutura. Em alguns casos, o MST sabia que as propriedades almeçadas eram produtivas de acordo com os baixos padrões do INCRA, mas o Movimento buscava desgastar tanto o proprietário rural quanto as autoridades para forçar o governo a adquirir ou desapropriar aquelas propriedades. Isso levou a elite agrária da região a encarar o MST como a maior ameaça aos seus interesses (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010).

### • **De Conceição para Marabá.**

Frente às dificuldades em se territorializar no extremo sul do Estado, no início de 1991, a direção do MST decide transferir a sua secretária para Marabá. Razões de natureza estratégicas e conjunturais levaram o movimento a tomar essa decisão. Conceição do Araguaia, nos anos de 1970 e início da década de 1980, era o município polo e porta de entrada de migrantes que chegavam de outros Estados via rodovia Belém-Brasília. A abertura de estradas, a implantação de projetos governamentais e as correntes migratórias aceleraram o desmatamento e a implantação das fazendas de criação de gado bovino, formando novas cidades e, com isso, Conceição do Araguaia, aos poucos, foi perdendo o posto de município polo.

Quando o MST se instalou no município no final da década de 1980 já não havia ali grande massa de migrantes à procura de terra. Como a estratégia do MST era fazer a luta coletiva através de acampamentos massivos que pudessem repercutir perante a sociedade, Conceição já não reunia mais essas condições. Ademais, além do isolamento dos principais meios de comunicação, não havia também no município uma elite agrária que concentrasse grandes latifúndios

que pudessem ser alvo das ações do MST, visto que inúmeros latifúndios haviam sido ocupados por posseiros.

Há ainda outro fator que precisa ser considerado. Com a criação da UDR em meados da década de 1980, a violência empregada contra os trabalhadores teve crescimento acentuado. Multiplicaram-se os assassinatos, as chacinas, as expulsões violentas, etc. No entanto, um aspecto dessa violência começou a chamar a atenção: a seletividade das mortes. As lideranças dos trabalhadores e seus apoiadores passaram a ser caçados por pistoleiros contratados pelos ruralistas. Lideranças como João Canuto (1985), Irmã Adelaide Molinari (1985), Paulo Fonteles (1987), José e Paulo Canuto (1990), Braz de Oliveira (1990), Expedito Ribeiro (1991), Antônio Teles (1992), Arnaldo Delcídio (1993)<sup>[5]</sup> foram assassinadas a mando de latifundiários com o objetivo de desarticular a luta dos trabalhadores rurais pela terra. De fato, o uso da violência, associada à pressão política dos ruralistas sobre o governo, impôs um retrocesso à luta pela reforma agrária do final dos anos de 1980, até meados da década de 1990.

Essa realidade era bem compreendida pelas principais lideranças do MST no período que apontavam uma outra estratégia de luta pela terra.

Jorge Neri, uma liderança do MST na época, assim explica:

Acontece que o latifúndio, que antes matava indiscriminadamente todo mundo, começa a selecionar quem vai matar. Então, principalmente na década de 80, mataram lideranças sindicais. [...] Assim no final da década de 80 há uma ligeira baixa nos conflitos pela posse da terra. O objetivo do latifúndio de exterminar lide-

---

[5] Veja no anexo 02 mais informações sobre essas lideranças assassinadas.

ranças acaba funcionando. O MST surge nessa brecha, de entender que a luta só seria possível se fosse massificada (JORNAL SEM TERRA, Caderno Especial, maio de 1996, p.03).

A proposta do MST de massificar a luta pela terra no sudeste paraense tinha como objetivo acelerar o processo de implantação da reforma agrária, mas o Movimento tinha também uma estratégia de atuação política focada no enfrentamento com as principais forças que monopolizavam o poder na região: os latifundiários, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e o Estado.

O latifúndio sempre significou a estrutura que consolida o poder político arcaico e reacionário no Estado. Todos os governos no Estado sempre expressaram o domínio das oligarquias rurais. [...] tudo isso gira em torno do poder da concentração da terra. Em consequência à ameaça de democratizar a terra, pressupõe também a democratização do poder (JORNAL SEM TERRA, Caderno Especial, maio de 1996, p.03).

A análise de Jorge Neri, uma das principais lideranças do MST no sudeste paraense, estava em sintonia com as definições nacionais de atuação do Movimento, centradas nas ações coletivas de massa, no enfrentamento com o latifúndio pela reforma agrária e na pressão política sobre o Estado, conforme explica Medeiros (2009):

No conjunto, pode-se dizer que o MST busca produzir o reconhecimento social e político dos trabalhadores do campo, tirando-os da invisibilidade, construindo-os como grupo social e como ator coletivo. Isso se faz por meio da criação de fatos políticos

(acampamentos, ocupações de terra e de órgãos públicos, romarias, marchas) que permitem que eles exponham para a sociedade a precariedade de suas condições de vida e os seus anseios, e que provoquem intervenção do Estado em seu favor, por meio do redirecionamento das políticas públicas (MEDEIROS, 2009, p.08).



Posseiros em Xinguara em área de conflito.

Fonte: A. Dorgivan. Setor de Documentação do Jornal do Brasil. Extraído do site Memória da Democracia.

Embora o enfrentamento com o latifúndio já fosse intenso no sul e sudeste do Pará através do sindicalismo rural, a nova estratégia de luta trazida pelo MST acabou provocando mudanças profundas nesse processo de disputa pela terra. Conforme explica Hébette (2004, p. 207), “o MST tem, incontestavelmente, uma linha nitidamente política de enfrentamento com o Estado e de pressão com

vistas a mudanças institucionais. Sua estratégia nos conflitos não é pontual como tem sido a dos STRs”. Ainda segundo Hébette, o MST “é o único movimento que soube demonstrar que a questão da terra não é apenas uma luta entre latifúndio e terra de trabalho, mas uma luta em prol de uma nova sociedade” (p.207). No mesmo sentido, explica Martins (1984): “questionam o modelo de desenvolvimento e o sistema de propriedade, lutam contra o modo de produção capitalista e desafiam a legalidade burguesa, em nome da justiça” (p.88). Essa forma de atuação do Movimento vai preocupar a elite agrária e política da região e provocar reação violenta dos setores ligados aos pecuaristas, à Vale, aos políticos regionais e a polícia que servia a esses interesses.

O MST ao organizar centenas de famílias sem terra para reivindicar a desapropriação da fazenda Macaxeira<sup>[6]</sup> e de outros latifúndios da região, não questionava apenas a improdutividade da grande propriedade, sua estratégia de atuação tinha um alcance maior: reinserir os expropriados na sociedade através do acesso à terra, questionar a estrutura agrária existente e o papel do Estado. Certamente, por essa razão, é que vão ser vítimas de uma violência tão extremada. É nesse contexto que se insere o massacre de Eldorado dos Carajás.

Marabá era o município polo do sudeste paraense onde se concentrava uma elite agrária extremamente forte que controlava imensos latifúndios, em rápido crescimento econômico e populacional em função dos projetos do Governo Federal voltados para a região, incluindo o Projeto Ferro Carajás, da CVRD, as influências da hidrelétrica de Tucuruí, além da confluência das estradas estaduais e fede-

---

<sup>[6]</sup> Complexo de fazendas localizado no Município de Eldorado dos Carajás, reivindicado pelo MST para o assentamento das famílias sem-terra, vítimas do massacre.

rais, como a PA 150 e a BR 230. Por outro lado, a forte migração, em função do Programa Grande Carajás, a partir do início da década de 1980 e o fechamento do garimpo de Serra Pelada no final da mesma década, produziu um grande aumento no número de trabalhadores rurais sem-terra, em situação de pobreza e miséria. Marabá oferecia também melhores condições de visibilidade da luta do Movimento em razão da existência de jornais escritos de circulação regional e canais de televisão que reproduziam os acontecimentos locais.

A chegada do MST em Marabá passou a ser vigiada pela Polícia Federal, fato que a primeira tentativa de ocupação de um latifúndio em Marabá no ano de 1991, a fazenda Ponta de Pedras, de Paulo Mariano Calais, não foi bem-sucedida, quando ocorreu a prisão de sete lideranças do Movimento no dia 18 de junho daquele ano. O longo tempo que se levou para conseguir a liberdade dos presos<sup>[7]</sup> desestruturou, em muito, o início da organização. Marabá era dominada, política e economicamente, por famílias oligárquicas que concentravam as terras oriundas dos castanhais, entre essas famílias, predominavam os Mutran que, além de concentrarem a grande maioria das terras, eram conhecidos e temidos pelo monopólio político de Marabá e pela forma violenta de controle de seus latifúndios. Também se concentrava em Marabá a sede da Polícia Federal e do Exército, aparelhos implantados na região para combater a Guerrilha do Araguaia e que, mesmo após o fim do movimento guerrilheiro, continuaram espionando e reprimindo os movimentos que se organizavam para fazer a conquista da terra, alegando tratar-se de novos focos de guerrilheiros. Conforme explica Pereira (2015):

---

<sup>[7]</sup> As lideranças do MST foram postas em liberdade no dia 17/09/1991, por decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

No sul e sudeste do Pará, as ocupações de terra, realizadas pelos trabalhadores rurais, eram associadas às ações subversivas e guerrilheiras no campo. Esse medo do retorno da guerrilha foi, durante anos, alimentado por boa parte da grande imprensa paraense e de muitos jornais do Sudeste do País. [...] O discurso da volta da guerrilha armada, no sul e sudeste paraense, funcionou como justificativa da violência policial e de pistoleiros contra trabalhadores rurais que lutavam pela terra (PEREIRA, 2015, p.290).

Sob o título “Marabá relembra a guerrilha”, o jornal O Liberal publicou uma extensa matéria sobre as prisões: “dezesseis anos depois do aniquilamento total da guerrilha do Araguaia, [...] a Polícia Federal acredita ter desmantelado uma perigosa célula subversiva, que programava uma sequência de invasões, com o objetivo de aumentar a tensão social no sul do Pará” (O LIBERAL, 1991, p.10). O delegado da Polícia Federal que efetuou as prisões declarou ao mesmo jornal que estava convencido de que os trabalhadores presos faziam parte de uma grande conspiração que tinha como objetivo desestabilizar o governo. Dos 07 presos, 05 deles eram ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia.



A chegada do MST em Marabá deixou em alerta a Polícia Federal, o Exército e a oligarquia latifundiária local, mas é bem possível que os militantes do MST já estivessem sendo monitorados desde as ocupações em Conceição do Araguaia. Sabiam esses setores que o Movimento tinha uma metodologia de ocupação de terras mais ousada que a luta dos posseiros. Associar o Movimento ao ressurgimento da Guerrilha era, na verdade, uma estratégia para justificar a repressão a seus militantes, e impedir sua fixação no sudeste do Pará. Foi nesse contexto que se deu a prisão das sete lideranças do Movimento.

As novas formas de fazer a luta pela reforma agrária do MST, a exemplo de Conceição do Araguaia, também causou atritos com a estrutura sindical e com o jeito dos posseiros fazerem a luta pela terra no sudeste paraense. Nos primeiros anos, a convivência entre as duas experiências foi marcada pela desconfiança e pela impossibilidade de executarem ações conjuntas.

A metodologia do MST de cadastramento das famílias na área urbana era muito arriscada. O Exército mantinha gente infiltrada por todo lado. Fazer reunião dentro da cidade, aberta, marcar o dia da ocupação. [...] Essa metodologia dos sem terras era muito problemática. Chocou. Era muito perigosa. Como enfrentar os pistoleiros de frente? Além disso, o MST era muito isolado e não reconhecia a luta sindical. Isso criou conflito com alguns sindi-

calistas da região. A prisão das lideranças do MST ajudou no processo de aproximação com os outros movimentos. Foram os problemas que ajudaram nessa aproximação (Emmanuel Wambergue. Entrevista concedida em 15 de fevereiro de 2016).

Como bem explica Wambergue, a repressão policial e o cerco ao Movimento para que não conseguisse realizar ocupações em Marabá fez com que suas principais lideranças buscassem uma maior aproximação como o movimento sindical, com os partidos de esquerda, com a Igreja Católica e com as entidades de defesa dos direitos humanos que já atuavam em Marabá.

### • **De Marabá para Parauapebas.**

Impedido de realizar a primeira ocupação na região de Marabá devido à forte repressão, o MST decidiu redirecionar suas ações para o município de Parauapebas. Algumas razões, certamente, podem ter influenciado esse novo deslocamento: a concentração de famílias de migrantes sem-terra devido a implantação do Projeto Ferro Carajás, o fechamento do garimpo de Serra Pelada que deixou milhares de garimpeiros em situação de abandono, menor poder político e econômico dos fazendeiros da região por ser um município criado há pouco tempo.

Meses antes do MST se instalar em Parauapebas, uma ação de policiais militares e civis na expulsão de um grupo de 13 posseiros que estava ocupando a fazenda Estrela de Ouro, naquele município, chamou a atenção pelo uso extremo da violência. Segundo o jornal *O Liberal* que publicou a matéria, policiais militares, agindo

sem ordem judicial e a mando do fazendeiro que participou da operação junto com um filho seu, foram extremamente violentos contra os trabalhadores. Os posseiros foram humilhados, espancados, golpeados com cabos de fuzis e de machados. Retirados de seus barracos, os agricultores tiveram que deitar na areia quente, onde serviram de “passarela humana” para os policiais. Depois de andar pelas costas dos colonos os policiais os obrigaram a “roncar como porco” e cantar uma música ensaiada pelo tenente: “entrei de gaiato na fazenda e saímos debaixo de taca”. Os policiais colocaram panelas na cabeça dos agricultores dizendo que eram capacetes e batiam violentamente sobre elas. O fazendeiro e os policiais ainda queimaram os seus barracos, redes, panelas, roupas, além de roubarem objetos de valor ali encontrados. No caminho, já fora da fazenda, invadiram a casa de um posseiro o qual foi espancado e arrastado pelos cabelos até o carro da polícia. Na delegacia, o delegado proibiu visitas aos trabalhadores e se negou atendimento médico aos que estavam gravemente feridos. O fato foi denunciado pelo STR local (O LIBERAL, 30/08/91, p.08).

Essa era a prática da Polícia Militar e Civil em relação às ocupações de terras promovidas pelos posseiros na região. Mas os policiais quase sempre agiam a serviço dos fazendeiros, em conjunto com os pistoleiros e não havia punição para os seus crimes. Por esta razão, os posseiros em cada ocupação normalmente não apareciam publicamente. Em muitos casos, os posseiros decidiam enfrentar a tiros os policiais que tentavam negociar com eles. Segundo Barreira (1999),

No meio rural, o uso da violência por parte dos grandes proprietários de terra não é resultado somente de um Estado “impoten-

te”, mas parece ser, sobretudo, a afirmação de um poder paralelo que faz coexistir modernidade e arcaísmo, civilização e barbárie (BARREIRA, 1990, p.136).

O MST, mesmo conhecendo bem essa realidade regional, certamente, avaliava que as ocupações massivas impediriam esse tipo de ação violenta por parte de fazendeiros, policiais e pistoleiros.

Na terceira tentativa de se territorializar no Estado do Pará, o MST colocou em prática as novas táticas de luta, dessa vez mais alinhadas com as orientações nacionais do Movimento. Ou seja, organizar ocupações massivas em latifúndios estratégicos, que alcançasse maior repercussão política. As ocupações anteriores ocorreram em latifúndios relativamente pequenos e com número reduzido de famílias.

No dia 15 de julho de 1992, cerca de 800 famílias de trabalhadores rurais organizadas pelo MST ocuparam a Fazenda Rio Branco I, de 11.938,5284 ha, que era parte integrante do complexo de doze propriedades rurais denominado Fazendas Reunidas Rio Branco, com extensão total de 36.473,00 ha, pertencente a Roberto Lunardelli, um dos herdeiros de uma milionária família de latifundiários do Estado de São Paulo e Paraná, e que ficou conhecida, nas décadas de 1940 e 1950 como a família dos reis do café. Foi a primeira ocupação massiva de terras promovida pelo MST no sudeste do Pará. O fato foi noticiado na primeira página do Jornal Correio do Tocantins, na edição de 24-30/07/1992.

Frente à ocupação massiva do Movimento, a repressão não demorou. No dia 16 de julho de 1992, após um único dia de ocupação, as oitocentas famílias de trabalhadores rurais foram expulsas da área ocupada, por um grupo de pistoleiros auxiliado por um pequeno contingente do Quarto Batalhão da Polícia Militar de Marabá.

Despejados, o MST decidiu transferir o acampamento para a sede do INCRA em Marabá e, após cinco meses de intensa pressão sobre a Unidade Avançada do INCRA, o Movimento conseguiu que fosse feita vistoria na Fazenda (CORREIO DO TOCANTINS, 07-13/08/92, p.01). Em 1993, a fazenda foi adquirida pelo órgão fundiário e, em agosto do mesmo ano, foi criado o 1º projeto de assentamento sob a coordenação política do MST na região (PA Rio Branco), onde foram assentadas 251 famílias (INCRA, 2015).

Motivados pela primeira grande conquista na região de Parauapebas, o MST decidiu então intensificar o processo de cadastramento<sup>[8]</sup> das famílias sem terra para formarem novo acampamento. Dessa vez, o Movimento fixou o acampamento em uma pequena porção de terra dentro dos limites da área de concessão de direito real de uso da CVRD<sup>[9]</sup>. A ocupação tinha como objetivo pressionar o governo a alterar os limites da área de concessão e destinar uma parte para o assentamento às famílias sem-terra. No dia 29 de junho de 1994 apenas três dias após a ocupação, um batalhão de policiais da Primeira Companhia Independente de Policiamento de Meio Ambiente de Parauapebas, comandados pelo Tenente PM Jorge Nazaré Araújo dos Santos<sup>[10]</sup>, despejou violentamente as famílias acampadas (CORREIO DO TOCANTINS, 09-14/07/94, p.12).

---

[8] Lideranças do MST percorriam os bairros pobres de Parauapebas e Curionópolis, convocavam as famílias para reuniões onde era explicado para as famílias o processo de luta pela terra via acampamento e a forma de organização do Movimento. As famílias que concordavam em ingressar na luta eram então cadastradas e ficavam aguardando a convocação para o dia de início do acampamento.

[9] Área com extensão total de 411.968,00 ha, localizada na Serra dos Carajás, entre Parauapebas, Canaã dos Carajás e Ourilândia do Norte.

[10] O Tenente PM Jorge Nazaré Araújo dos Santos, foi réu no processo do massacre de Eldorado dos Carajás.

Frente à reação da Polícia e dos guardas da CVRD, o MST decide então deslocar o acampamento para a sede do INCRA em Marabá. Após meses de negociação, em maio de 1995, o Movimento decidiu ocupar a Fazenda Santa Lúcia, localizada entre as margens dos Rios Parauapebas, Gleba Itacaiúnas, em Parauapebas. O imóvel, com extensão total de 2.418,71 ha era parte integrante do complexo de Fazendas Reunidas Rio Branco, de propriedade da família Lunar-delli, mas o Movimento decidiu lutar pela desapropriação do restante da Fazenda Reunidas.

Em outubro de 1995, após dois dias de vigília, uma comissão de cinco trabalhadores, representando todas as famílias acampadas na Fazenda Santa Lúcia, foi recebida pelo então Presidente do INCRA, Francisco Graziano Neto. Dias após a audiência, técnicos do INCRA realizaram a avaliação de toda a área a ser desapropriada, com extensão total de 24.535 ha. No início de março de 1996, foi concluído o processo de desapropriação de 14.938 ha e criado o segundo Assentamento do MST no Pará, o PA Palmares, onde foram assentadas 517 famílias. No restante do imóvel, 9.614 ha, em dezembro de 2001, foi criado o assentamento Palmares Sul onde 327 famílias dissidentes do MST foram assentadas (INCRA, 2015).

Como o número de famílias do acampamento era maior que a capacidade do assentamento da área desapropriada, o Movimento solicitou então vistoria e desapropriação do complexo das fazendas Macaxeira, localizada entre Curionópolis e Eldorado dos Carajás. A criação do segundo assentamento do MST no município de Parauapebas consolidou o Movimento na região e provocou uma corrida de famílias sem-terra e de ex garimpeiros para se cadastrarem para o novo acampamento que reivindicava o complexo Macaxeira.

### • **O INCRA, o Governo do Estado e o complexo Macaxeira**

Originariamente, a antiga Fazenda Macaxeira, tinha 42.000,00 ha. O complexo era formado por 13 propriedades. Todas essas áreas pertenciam ao Estado do Pará, que havia concedido títulos de aforamento para terceiros, com a condição expressa de dedicação exclusiva à coleta de castanha-do-Pará. Conforme noticiaram os jornais na época, há muito tempo, os foreiros destas áreas dedicavam-se somente às atividades pecuárias, tendo derrubado maior parte dos castanhais das áreas (OPINIÃO, 09/11/1995, p.04).

Em razão da quebra de contrato devido ao desvio de finalidade, o Estado poderia promover a arrecadação do imóvel e destiná-lo ao assentamento das famílias. No entanto, a família Pinheiro ainda controlava a maior parte da área e exercia forte influência política perante ao governo do Estado e ao INCRA. Dessa forma, a resistência contra a destinação da fazenda Macaxeira para o assentamento de famílias sem-terra era grande. Mesmo assim, o MST intensificou a pressão sobre o Governo do Estado e o INCRA para que a área fosse

desapropriada. No dia 07 de março de 1995, um grupo de lideranças do Movimento, acompanhado de parlamentares do PT, tiveram audiência com o então governador do Estado, Almir Gabriel (PSDB), que estava acompanhado de representantes do INCRA e do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e, conforme noticiaram os jornais do dia seguinte, o governador assumiu o compromisso de que a fazenda Macaxeira seria vistoriada para fins de reforma agrária, no prazo de 20 dias (O LIBERAL, 08/03/1995, p.01).

Frente à pressão dos fazendeiros, o governador não cumpriu com a promessa. O MST decidiu então concentrar a pressão sobre a presidência do INCRA em Brasília. Em novembro de 1995, o então presidente do INCRA, Francisco Graziano Neto, esteve em Curionópolis para anunciar a concretização do assentamento Palmares e discutir uma pauta de reivindicações das famílias acampadas sob o comando do MST. Conforme noticiou o jornal Opinião na época, após ouvir as reivindicações dos representantes dos trabalhadores rurais, autorizou a realização de vistorias preliminares para eventual desapropriação para fins de reforma agrária, no conjunto de fazendas localizadas no complexo Macaxeira com extensão total de 36.080,00 ha (OPINIÃO, 09/11/1995, p.01).

Com o anúncio público desta decisão, centenas de famílias de trabalhadores da região compreendida entre Eldorado de Carajás e Parauapebas, impressionados com a possível desapropriação de mais de trinta mil hectares de terras, decidiram unir-se às famílias remanescentes da ocupação da Fazenda Santa Lúcia e montar um novo acampamento, agora em Curionópolis, à espera dos trabalhos do INCRA. Com efeito, conforme noticiaram os jornais, ainda no mês novembro de 1995, cerca de mil e duzentas famílias de trabalhadores ocuparam pacificamente a área do Centro de Formação e Orientação



Agropastoril de Curionópolis (COFAPAC), localizado na entrada do mencionado município, pertencente à Prefeitura Municipal (Processo nº 786/96, p. 5.578).

Devido às fortes influências dos fazendeiros da região sobre a Unidade do INCRA de Marabá, o então chefe da unidade Avançada de Marabá, José Líbio de Moraes Matos, resistia em fazer a vistoria no complexo Macaxeira. Frente à pressão crescente exercida pelo MST, a vistoria foi autorizada, no entanto, apontou que os imóveis eram produtivos. O executor passou a anunciar via imprensa que as famílias remanescentes da ocupação da Fazenda Santa Lúcia e as demais acampadas no COFAPAC não seriam assentadas no Complexo Macaxeira e sim em área localizada no Projeto de Assentamento Tuerê, situado no município de Novo Repartimento, distante aproximadamente 400 km de Parauapebas, Curionópolis e Eldorado de Carajás, e que não apresentava mínimas condições de infraestrutura para receber as famílias acampadas (CORREIO DO TOCANTINS, 17-23/11/95, p.03).

O representante do INCRA informava ainda que o órgão fundiário, naquele ano, já tinha realizado vistoria preliminar para averiguar o índice de produtividade em 44 fazendas nas regiões sul e sudeste do Estado, sendo todas elas classificadas como “inteiramente produtivas”. Dessa forma, o INCRA de Marabá buscava convencer o MST em não reivindicar a desapropriação de terras nessas regiões, mas aceitar a proposta de assentar as famílias na Gleba Tuerê (O LIBERAL, 21/03/1996, p.08).

Além de não contar com o apoio do INCRA do Pará, o MST enfrentava outro problema grave para manter as centenas de famílias no acampamento: a escassez de alimentos. Faltava comida para tanta gente. Após intensa negociação conseguiu que o Governo do Estado

se compromettesse em liberar 800 cestas básicas para alimentar as famílias. As cestas foram entregues no final do mês de novembro de 1995. Mas devido à grande quantidade de famílias os alimentos duraram poucos dias. No entanto, não houve comprometimento do Governo do Estado e do INCRA com o fornecimento de novas cestas. Os jornais de circulação regional davam destaque para a situação de calamidade: “Sem alimentação há quatro semanas, acampados necessitam de 2 mil cestas” (OPINIÃO, 05/01/96, p.02); “Fome começa a desesperar os sem terra em Curionópolis (CORREIO DO TOCANTINS, 01-07/03/96, p.01). Esse fato provocou uma reação do MST que, para pressionar o INCRA e o ITERPA, decidiu então ocupar uma das treze propriedades do Complexo Macaxeira, a Fazenda Fronteira, com área total de 650 ha, localizada no Km 25 da rodovia estadual PA 275. A ocupação ocorreu no dia 05 de março de 1996 (OPINIÃO, 08/03/96, p.07).

A decisão do INCRA de não desapropriar o complexo Macaxeira e o não cumprimento dos acordos de entrega das cestas básicas levou o MST a tomar uma decisão mais radical: iniciar uma marcha coletiva, composta pela maioria das famílias acampadas, até a sede da Unidade Avançada do INCRA em Marabá e a ida de uma comissão de lideranças até Belém para negociar com o Governo do Estado e o INCRA. A caminhada ocorreu no dia 09 de abril de 1996. A marcha foi organizada da seguinte forma: os homens se deslocariam a pé pelos 130 Km que separam Curionópolis e Marabá e as mulheres e crianças, em número aproximado de quinhentas pessoas, seguiriam em dez ônibus coletivos que seriam cedidos pela Prefeitura de Curionópolis. A data prevista para a chegada em Marabá seria por volta do dia 20 de abril de 1996. No dia seguinte à chegada, um grupo de trabalhadores, representando as famílias acampadas e assenta-

das, seguiria em cinco dos ônibus coletivos cedidos pela Prefeitura de Curionópolis até Belém, onde se reuniriam com o Governo do Estado e com o Superintendente do INCRA no Pará (Processo nº 786/96, p. 5.578).

Durante a manhã do dia 10 de abril de 1996, o grupo de famílias, em torno de mil e trezentas pessoas, realizou uma grande manifestação na área central de Curionópolis. As lideranças do MST tinham apresentado uma pauta ao Prefeito do município requerendo a liberação dos ônibus para o transporte das mulheres e crianças e alimentação para os trabalhadores durante a marcha. No momento em que o grupo de representantes dos trabalhadores chegou até o prédio da Prefeitura verificou que o mesmo se encontrava fechado. Imediatamente, como mais um meio de protesto contra o tratamento que estavam recebendo das autoridades públicas, algumas dezenas de trabalhadores iniciaram a obstrução temporária da rodovia estadual PA 275 para caminhões e outros veículos pesados, na entrada de Curionópolis. Sem alimentos e sem transporte, dezenas de pessoas famintas interceptaram um caminhão e começaram a retirar a carga do mesmo, composta basicamente por arroz, macarrão, açúcar e sardinha, em uma quantidade calculada em seiscentos quilos. A notícia ganhou as páginas dos jornais (CORREIO DO TOCANTINS, 12 a 18/04/1996, p.01).

No dia 13 de abril de 1996, os mais de mil trabalhadores, dando continuidade à programação da marcha coletiva, seguiram em direção à Eldorado de Carajás. Ao final da tarde daquele dia, o grupo de trabalhadores em marcha montou acampamento improvisado no Km 16 da rodovia estadual PA 275, onde permaneceu até à noite do dia 14 de abril de 1996. Em negociação com o então prefeito de Eldorado de Carajás, Vicente José Corrêa Neto, o MST conseguiu cestas básicas com alimentação suficiente para chegar até Marabá.

Na manhã do dia 15 de abril, quando da passagem dos trabalhadores em marcha por Eldorado dos Carajás, parte dos alimentos solicitados foram entregues aos trabalhadores (Depoimento de José Luiz de Melo, Processo 786/96, v.18).

Na manhã do dia 15 de abril de 1996, os trabalhadores sem-terra em marcha chegaram até o local conhecido como Curva do S, localizado no Km 96 da rodovia estadual PA 150, a exatos quatro quilômetros de Eldorado de Carajás. Cansados após diversos dias de exaustiva marcha, decidiram permanecer descansando por dois dias naquele local, aguardando contato do Superintendente do INCRA no Pará ou do Governo do Estado.

### • **A Polícia Militar, a CVRD e os Fazendeiros**

A ocupação realizada pelo MST em uma pequena porção da área dos 411 mil hectares sob o controle da Companhia Vale, no dia 26 de junho de 1994, teve reação imediata. No dia seguinte, as famílias foram despejadas do local pelo batalhão da Polícia Militar de Parauapebas e pelos seguranças da empresa (CORREIO DO TOCANTINS, 08-14/07/94, p.12). No dia 24 de novembro daquele mesmo ano, logo após o despejo, o MST organizou um ato público em frente ao portão de entrada do projeto de extração de minério Carajás em Parauapebas. A reação da PM foi de extrema violência contra os manifestantes. A PM, através de acordo celebrado com a CVRD, era utilizada para garantir os interesses da empresa e reprimir todos aqueles que ameaçassem seu patrimônio, como, por exemplo, os trabalhadores rurais sem-terra, pequenos posseiros, garimpeiros, coletores de produtos vegetais, etc.

Esse acordo com a PM estava assegurado em um convênio assinado entre a CVRD e a Polícia Militar do Estado do Pará. Em virtude dos acordos assegurados no referido convênio, a Polícia Militar de Parauapebas tornou-se uma espécie de guarda particular dos interesses da CVRD. Em troca, a empresa passou a financiar parte considerável dos gastos do destacamento da PM o qual recebeu a denominação de Primeira Companhia Independente de Policiamento de Meio Ambiente de Parauapebas). Somente no biênio 1995-1996, a CVRD destinou ao comando da PM de Parauapebas a quantia aproximada de US\$ 641.000,00 (O GLOBO, 25/04/96, p.02).

Quando o MST organizou o acampamento com mais de mil famílias na área do COFAPAC em Curionópolis, um dos principais desafios do Movimento foi como conseguir alimentação para tanta gente. Após intensa negociação conseguiu, então, que o Governo do Estado se compromettesse a liberar 800 cestas básicas para alimentar as famílias. No final do mês de novembro de 1995, um gesto do governo do Estado chamou a atenção das lideranças do Movimento. Dezenas de policiais militares, fortemente armados, chegaram em Curionópolis para fazer a distribuição das cestas básicas para as famílias no acampamento. O Coronel PM Mário Colares Pantoja,<sup>[11]</sup> na época comandante do Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá e do Comando de Policiamento Regional II, recebera como encargo do Governo do Estado a missão de distribuir as 800 cestas básicas entre os trabalhadores acampados (Depoimento de Fabiano Lopes, Comandante da PM do Pará, Processo 786/96, v. 19).

---

<sup>[11]</sup> Este coronel participou diretamente do Massacre de Eldorado de Carajás em 17 de abril de 1996.

Não houve registro de incidentes, mas a ação deixou claro a decisão do Governo do Pará em relação aos trabalhadores rurais acampados no COFAPAC, em Curionópolis. O governador escolheu o comando da PM na região como os principais representantes do Governo do Estado no trato direto com os trabalhadores sem-terra. Todas as vezes em que havia alguma situação de conflito ou tensão, o comando da PM de Parauapebas, na pessoa do Major Oliveira, era acionado para negociar com o MST e tentar solucionar o conflito.

Outro fato ocorrido, bem distante do local onde as famílias se encontravam acampadas, foi revelador do tipo de comportamento da PM do Pará em relação ao MST. No dia 29 de novembro de 1995, no interior da Fazenda São José do Araguaia, localizada no Município de Xinguara, houve uma emboscada contra um grupo de policiais militares que realizavam um levantamento na fazenda, que fora ocupada, por volta do ano de 1992, por posseiros da região de Xinguara e São Geraldo do Araguaia. Nessa emboscada, houve uma única vítima fatal: o Capitão PM Raimundo Reivaldo dos Santos Alves, lotado no Décimo-Sétimo Batalhão de Polícia Militar de Xinguara. Entre o ano de 1990 e o final do mês de outubro de 1995, o Capitão PM Raimundo Reivaldo dos Santos Alves exerceu suas atividades junto ao Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá. Conforme registrou a imprensa na época, quando da chegada a Marabá do corpo do Capitão PM Raimundo Reivaldo dos Santos Alves, houve grande revolta entre dezenas de policiais militares (CORREIO DO TOCANTINS, 01-07/12/1995. p.03).

Na primeira semana do mês de dezembro de 1995, o Tenente-Coronel PM Manoel Mendes de Melo<sup>[12]</sup>, na época subcomandante

---

<sup>[12]</sup> Este Tenente-Coronel participou também do Massacre de Eldorado de Carajás em 17 de abril de 1996.

do Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá e Chefe do Estado-Maior do Comando de Policiamento Regional II, deslocou-se para Xinguara, na condição de encarregado do inquérito policial militar instaurado para apurar a responsabilidade pela morte do Capitão PM Raimundo Reivaldo dos Santos Alves. As investigações oficiais realizadas no âmbito do inquérito policial militar nada concluíram quanto à identificação dos responsáveis pela morte do Capitão PM Raimundo Reivaldo dos Santos Alves.

Segundo informou a imprensa local na época, a morte do oficial estaria ligada aos constantes e antigos conflitos entre o grupo de posseiros existente na Fazenda São José do Araguaia e a família Veríssimo, proprietária da fazenda, que mantinha um acordo com a Polícia Militar, no qual esta cedia alguns elementos para a guarda da fazenda. Mais precisamente, a morte do oficial seria um ato de vingança contra o assassinato, no segundo semestre de 1995, por um grupo de pistoleiros, de três posseiros que residiam na Fazenda São José do Araguaia (CORREIO DO TOCANTINS, 01-07/12/1995, p.03).

Ocorre que a Polícia Militar montou uma versão própria, com circulação interna e reservada, para explicar a morte do Capitão. No dia 20 de abril de 1996, o jornalista Gustavo Krieger, enviado pelo Jornal do Brasil à Marabá para realizar a cobertura do massacre de Eldorado de Carajás, revelou ter tido acesso ao relatório do serviço reservado da Polícia Militar do Estado do Pará (P2<sup>[13]</sup>) referente à morte do Capitão PM Raimundo Reivaldo dos Santos Alves. Com base em informações obtidas junto aos policiais militares infiltrados no acampamento dos trabalhadores rurais no COFAPAC, em Curionópolis, o relatório apontava que os verdadeiros responsáveis

---

[13] Código de identificação de missão sigilosa.

pela morte do Capitão PM Raimundo Reivaldo dos Santos Alves teriam sido trabalhadores sem-terra acampados, mais especificamente três deles: Oziel Alves Pereira, Raimundo Lopes Pereira e Manuel Gomes de Souza<sup>[14]</sup>. (JORNAL DO BRASIL, 20/04/96, p.08).

O Jornal Zero Hora, na edição de 25 de abril de 1996, revelou também ter tido acesso ao relatório do serviço reservado da Polícia Militar do Estado do Pará (P2), enviado pela Segunda Seção do Estado-Maior do Comando de Policiamento Regional II ao Comando Geral da Polícia Militar referente ao levantamento sobre a atuação dos trabalhadores ligados ao MST na região de Curionópolis e Eldorado de Carajás. Com data de março de 1996, o mencionado relatório descrevia a situação na região como em iminência de guerra civil em virtude das ações do MST, avaliando ainda que procedimentos policiais de rotina não mais seriam suficientes em eventuais enfrentamentos com os trabalhadores ligados aos sem terra, pois acreditavam que os trabalhadores rurais estariam se valendo de táticas de guerrilha em confrontos com os policiais militares.

“Os policiais enviados para controlar as manifestações dos sem terra, e mesmo para levar alimentos para eles, enfrentam um grupo armado e organizado, treinado em táticas de guerrilha”, dizia a reportagem. De acordo com o Jornal, a conclusão da P2 era que o enfrentamento com o MST deveria seguir “táticas militares, uma vez que os procedimentos policiais comuns são ineficazes”. Para a P2, desde o início do ano, os sem terra estariam comprando armas em Marabá “usando como intermediários simpatizantes que moram nas cidades da região”. As armas, segundo os informantes da PM, estariam

---

<sup>[14]</sup> Estes três trabalhadores rurais estão entre os 19 sem-terra assassinados pela PM, no dia 17 de abril de 1996, na Curva do S, em Eldorado de Carajás.



escondidas no acampamento dos sem terra da Fazenda Macaxeira, em Curionópolis. O armamento teria sido comprado com “dinheiro vindo do Sul do país e até do exterior”, tendo os sem terra se tornando “os maiores compradores de armas na região” (ZERO HORA, 25/05/1996, p.05). Essas duas situações deixam claro que, por dentro do comando da Polícia Militar do Pará, estava sendo construído um processo de repressão violenta contra o MST, aguardando apenas, um momento propício para colocá-lo em prática.

Quando o MST realizou seu primeiro acampamento em Parauapebas, na Fazenda Santa Lúcia, no dia 15 de maio de 1995, a reação dos fazendeiros também não demorou. Quinze dias após, o Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Parauapebas, Curionópolis e Eldorado de Carajás, Geraldo Milton Soares, anunciava publicamente em entrevistas a jornais da região, que mais de mil fazendeiros estariam adquirindo grande quantidade de armas para o enfrentamento aos trabalhadores rurais organizados pelo MST. Além disso, Geraldo Milton Soares anunciou ter enviado correspondência ao Governador do Pará, Almir Gabriel, informando que, acaso não satisfeitos seus pedidos de uso de força contra os sem-terra, fazendeiros e comerciantes da região realizariam justiça com

as próprias mãos (CORREIO DO TOCANTINS, 02-08/06/1995, p.16). Essa prática era corriqueira na década de 1980. Não só assassinatos com uso de pistoleiros e milícias privadas, mas a própria polícia se encarregava de expulsar, espancar e tentar impedir a ocupação de latifúndios por parte dos trabalhadores rurais (PEREIRA, 2015).

Nos últimos meses de 1995 e primeiros meses de 1996, os representantes dos fazendeiros, seguidamente, ocupavam os meios de comunicação regional ameaçando iniciar uma reação armada contra as famílias de trabalhadores sem terra caso os órgãos de segurança não tomassem, no menor espaço de tempo possível, uma atitude de força contra as progressivas ações do MST.

No dia 14 de março de 1996, em Marabá, realizou-se o terceiro encontro de lideranças dos fazendeiros, promovido pela Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA). Ao final do encontro, que contou com a participação de cinquenta fazendeiros da região, decidiram subscrever um documento que foi denominado Carta de Marabá, com severas críticas ao tratamento que o Governo do Estado estava dispensando aos trabalhadores acampados na Fazenda Fronteira. No mesmo dia, o Presidente da FAEPA, Carlos Xavier, também presente no encontro, em entrevista ao jornal Correio do Tocantins, revelava que, no final do mês de março de 1996, cerca de setenta representantes dos fazendeiros se deslocariam para Belém para cobrar uma atitude enérgica das autoridades públicas quanto às ocupações de terras, exigindo o cumprimento imediato de todo e qualquer mandado de reintegração de posse referente às proprieda-

des rurais ocupadas por trabalhadores (CORREIO DO TOCANTINS, 22-28/03/1996, p.06).

Em Belém, nos dias 28 e 29 de março de 1996, ocorreu uma reunião entre os representantes dos fazendeiros e o Governador Almir Gabriel. Os pecuaristas falaram em pedir intervenção federal no Pará e ameaçaram pegar em armas se o Estado não contivesse as ações do MST. “Se o governador não tomar providência, iremos tomar”, disse um dos representantes dos fazendeiros (DIÁRIO DO PARÁ, 29/03/1996, p.04).

Frente às pressões e ameaças dos fazendeiros e de determinados setores da imprensa, o Governo do Estado adotou em relação aos trabalhadores acampados e ao MST uma política de tolerância zero, ou seja, os canais de negociação com o Movimento foram cortados (O ESTADO DE SÃO PAULO, 26/04/1996, p.03). Além disso, a partir daquele momento, a Polícia Militar seria o único interlocutor entre o Estado e o MST. Após o massacre na Curva do S, a imprensa divulgou o conteúdo de uma fita gravada por um cinegrafista nos bastidores da reunião dos fazendeiros com o governador. As imagens mostravam o presidente da FAEPA entregando um documento para o Secretário de Segurança Pública do Estado, Paulo Sette Câmara. Ao entregar o documento, Carlos Xavier disse: “Se retirassem essas pessoas com certeza iria melhorar, e muito, as ações desse movimento depredatório.”. De acordo com o divulgado à época, o documento continha uma relação de lideranças do MST que os fazendeiros exigiam do Estado ações imediatas contra elas. Uma espécie de lista dos líderes indesejáveis. Na mesma fita, Geraldo Capota, presidente do Sindicato Rural de Marabá, disse que os fazendeiros mantinham gente infiltrada no acampamento do MST pagos por eles (O LIBERAL, 04/05/96, p.04).

- **O massacre passo a passo.**

Segundo Medeiros (1996), o uso da violência por parte do Estado e da classe burguesa que monopoliza a propriedade da terra no Brasil, tem se constituído num método para barrar os processos emergentes de organização camponesa. Quando os camponeses se organizam em movimentos que questionam a estrutura fundiária e o próprio Estado, a repressão tem sido usada, historicamente, de forma mais violenta com o objetivo de desarticular essas organizações. Nessas ações repressivas, forças do Estado (polícia) agem em conjunto com as forças privadas (pistoleiros, seguranças, milícias), como aconteceu em Canudos, Contestado, Ligas Camponesas, Massacre de Eldorado e outros. Medeiros (1996), refletindo sobre esses processos, afirma: “[...] a violência como forma de tratamento dos trabalhadores do campo é parte integrante do chamado padrão tradicional de dominação na história do Brasil. [...] Ela fez-se sentir mais forte em situações de resistência coletiva” (p.05). Para a autora,

[...]uma das principais razões do desencadeamento da violência são as iniciativas organizativas dos trabalhadores. Trata-se do momento em que eles despontam na cena pública demandando reconhecimento de direitos em diversas situações, como é o caso das ocupações de terra, criando fatos políticos que torne visível essa demanda, e, para isso, por vezes até mesmo tendo que se confrontar com a força dos ‘jagunços’ e da polícia. [...] sob esse prisma, pode-se dizer que o exercício da violência é um sinal de perda do poder. A emergência dos trabalhadores, apresentando reivindicações – ou seja, buscando colocar-se na cena pública como iguais, como portadores de direitos –, im-

plica em que os proprietários da terra tenham que aceitar um interlocutor onde antes havia espaço apenas para o controle (MEDEIROS, 1996, p.05 e 07).

Como poderemos perceber nos relatos que seguem, a violência empregada contra os camponeses ligados ao MST que resultou no Massacre de Eldorado dos Carajás teve essas características. A violência extrema, empregada pelo Estado, através da Polícia Militar, de comum acordo com elite agrária da região de Carajás, tentava impor uma derrota ao MST e impedir sua territorialização no sudeste do Pará.

Como o Prefeito Municipal de Curionópolis, João Chamon Neto, não cedeu aos trabalhadores em marcha nenhum dos dez ônibus prometidos, o Movimento decidiu pressionar o Governo do Estado, para que providenciasse meio de transporte necessário para o deslocamento de mulheres e crianças até Marabá. No entanto, desde final do mês de março e o início do mês de abril de 1996 quando da visita da comissão de fazendeiros à Belém, o Governo do Estado se recusava a negociar com o MST. Destarte, para fazer chegar ao Governo do Estado suas necessidades de transporte para crianças e mulheres, os trabalhadores decidiram obstruir temporariamente a rodovia PA-150. Assim agindo, imaginavam que o Governo do Estado se veria obrigado a procurar contato com os trabalhadores em marcha. Na manhã do dia 16 de abril daquele ano, exatamente na Curva do S, o tráfego de veículos em ambos os sentidos da rodovia foi obstruído. Pouco antes do meio-dia, em contato telefônico com o Coronel PM Mário Colares Pantoja, em Marabá, o Major PM José Maria Pereira de Oliveira informou que a pista havia sido obstruída (Depoimento de José Maria Pereira de Oliveira, Processo nº 786/96, p.1.431).

O avanço da marcha e a interdição da PA-150 provocou uma reunião de emergência de algumas autoridades locais em Marabá. Na reunião o executor da Unidade Avançada do INCRA de Marabá, José Líbio de Moraes Matos, disse aos demais presentes que “um dos objetivos do pessoal do MST seria destruir a sede do INCRA, em Marabá” (Depoimento de Manoel Mendes de Melo, Processo nº 786/96, p.580).



Acima, da esquerda para a direita, Almir Gabriel (PSDB), governador do Pará, Paulo Sette Câmara, secretário de Segurança, abaixo, Major Oliveira e o Coronel Pantoja, responsáveis pelo comando do Massacre de Eldorado em 1996.

Ainda na manhã do dia 16 de abril de 1996, um empregado da CVRD, com prenome James, entrou em contato com o gerente da empresa de ônibus Transbrasiliiana em Marabá, Gumercindo

José Marra de Castro, solicitando que fossem colocados dois ônibus à disposição do Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá. Logo após, o mencionado gerente entrou em contato com o Tenente PM Raimundo de Souza Oliveira, informando sobre a existência de dois ônibus alugados e cedidos pela CVRD ao Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá (Depoimento de Gumerindo José Marra de Castro, processo nº 786/96, p.1.858).

O Coronel PM Fabiano José Diniz Lopes, informado sobre a obstrução da pista, ordenou ao Coronel PM Mário Colares Pantoja que imediatamente entrasse em contato com o Major PM José Maria Pereira de Oliveira determinando a este que se dirigisse até o local da obstrução da rodovia e tentasse demover os trabalhadores a continuarem com a obstrução, informando aos mesmos que todos os problemas referentes à aquisição ou desapropriação da Fazenda Macaxeira seriam solucionados em menos de uma semana. Além disso, ainda segundo as ordens do Comandante Geral da Polícia Militar, o Major PM José Maria Pereira de Oliveira deveria ouvir quais seriam as reivindicações dos trabalhadores para posterior transmissão ao Comando Geral da Polícia Militar e encaminhamento às autoridades competentes para seu atendimento (Depoimento de Mário Colares Pantoja, Processo nº 786/96, p. 734 e interrogatório de José Maria Pereira de Oliveira, Processo nº 786/96, p. 4.422).

Na tarde do dia 16 de abril de 1996, cumprindo ordens do Comandante Geral da Polícia Militar, o Major PM José Maria Pereira de Oliveira deslocou-se até o local da obstrução da pista e transmitiu a um grupo de trabalhadores a mensagem recebida do comando da PM. Disse ainda que, em função disso, não haveria razão para se dar continuidade a obstrução da rodovia. O Major PM José Maria Pereira de Oliveira retirou-se do local afirmando que, caso as famílias

não desobstruísse a pista, em três horas seria dado início à operação policial de desobstrução da rodovia. A pista foi desobstruída naquele dia (Depoimento de José Maria Pereira de Oliveira, Processo nº 786/96, p. 1.431).

No dia seguinte, as lideranças do MST procuraram o Major José Maria Pereira de Oliveira, e solicitaram que repassasse ao Governo do Estado a reivindicação de dez toneladas de alimentos e cinquenta ônibus ou caminhões para o transporte dos trabalhadores até Marabá, sendo que cinco desses veículos deveriam conduzir uma comissão de representantes dos trabalhadores até Belém. Após ouvir atentamente as ponderações dos trabalhadores assumiu o compromisso de repassar a reivindicação ao Governo do Estado e que a resposta ao pleito deveria ser dada até às 12:00hs do dia 17 de abril de 1996 (Depoimento de José Maria Pereira de Oliveira, Processo nº 786/96, p. 1.431).

Tendo sido a rodovia desobstruída no início da noite do dia 16 de abril de 1996, com consequente normalização do tráfego de veículos. Apesar de ter sido desobstruída a pista e estar delineada uma solução pacífica para o problema da obstrução da rodovia, o Coronel PM Mário Colares Pantoja decidiu, na noite do dia 16 de abril de 1996, manter em prontidão, por um período de vinte e quatro horas, o efetivo do Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá (Depoimento de Ruy Rodrigues dos Santos, Processo nº 786/96, p. 4.681).

Por volta das 10:00hs do dia 17 de abril, o Tenente PM Jorge Nazaré Araújo dos Santos chegou ao acampamento na Curva do S, tendo comunicado a alguns dos membros da coordenação da marcha coletiva que suas reivindicações não seriam atendidas. Nesse momento, quando os trabalhadores questionaram ao oficial por qual motivo não havia sido possível o atendimento das reivindicações, o Tenente



PM Jorge Nazaré Araújo dos Santos limitou-se a responder que a pista não poderia ser novamente obstruída, afirmando ainda que não estava autorizado a intermediar qualquer negociação (Depoimento de Jorge Nazaré Araújo dos Santos, Processo nº 786/96, p. 1.980).

Ao meio-dia daquele dia o tráfego de veículos na rodovia foi novamente obstruído, tendo cerca de oitocentos trabalhadores tomado a pista. No mesmo horário, antes de retornar para Parauapebas, o Tenente PM Jorge Nazaré Araújo dos Santos, cumprindo ordens do Major PM José Maria Pereira de Oliveira, proibiu que qualquer veículo seguisse, a partir de Eldorado de Carajás, em direção à Marabá. Alguns policiais militares ficaram encarregados de fiscalizar o cumprimento da proibição de tráfego de veículos em direção à Marabá (Depoimento de José Maria Pereira de Oliveira, Processo nº 786/96, p. 1431 e depoimento de Evaldo Brito da Silva, Processo nº 786/96, p. 4.673).

Ocorre que, além de não convidar representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário e da imprensa para acompanhar, fiscalizar e colaborar com a Polícia Militar, o Coronel PM Mário Colares Pantoja, antes mesmo de prosseguir em direção a Curva do S, decidiu que não seria empregado qualquer meio pacífico de dissuasão para desobstruir a rodovia. Isto pode ser observado em determinada passagem da conversa telefônica entre o Coronel PM Mário Colares Pantoja e o Major PM José Maria Pereira de Oliveira, exatamente às 12h30min do dia 17 de abril de 1996. Tendo o Major PM José Maria Pereira de Oliveira indagado ao Coronel PM Mário Colares Pantoja como seria possível perceber a chegada do mesmo e sua tropa na Curva do S, haja vista a inexistência de meios de comunicação entre os dois (rádios de campanha, telefone celular, megafone etc.), este respondeu que assim que se ouvissem tiros, aquele saberia que sua tropa teria iniciado a desobstrução da pista.

O depoente ainda questionou, “Coronel, nós não temos nenhum meio de comunicação, quando o senhor chegar, eu não vou saber o que está acontecendo do outro lado”, e ele então disse: “aguarda o tempo que eu estou te determinando e se porventura passado este tempo e você ouvir alguns tiros você saberá que começou a ação de desobstrução”. (Depoimento de José Maria Pereira de Oliveira, Processo nº 786/96, p. 1.431).

Frente à ordem dada pelo Coronel Pantoja, o Major Oliveira, instruiu sua tropa, ordenando que “após os primeiros tiros a tropa de Parauapebas deveria se deslocar para a área interdita da estrada” (Depoimento de Elian Quirino Cabral, Processo nº 786/96, p. 4.576).

Segundo vários policiais da Primeira Companhia Independente de Policiamento de Meio Ambiente de Parauapebas, as armas distribuídas aos policiais militares não foram entregues mediante emissão e guarda de cautela<sup>[15]</sup>. Por meio deste expediente, posteriormente não seria possível identificar quem seriam os policiais militares que portavam essas armas, o que em muito prejudicaria uma eventual investigação sobre a operação policial.

---

<sup>[15]</sup> Documento que possibilita a correlação entre o projétil produtor do ferimento, a arma utilizada para o disparo e seu respectivo portador.

Que entre 09:00 e 10:00 horas da manhã recebeu ordem do subcomandante da Companhia, 1º Tenente PM Jorge, para efetuar a entrega dos armamentos a ser utilizado sem fazer a cautela, como é o procedimento normal, o que justificava pela situação de emergência alegada pelo subcomandante (Depoimento de Antônio Egnaldo Mendonça Lima, Processo nº 786/96, p. 785).

Por volta das 14:00hs, a tropa da Primeira Companhia Independente de Policiamento de Meio Ambiente de Parauapebas, composta por sessenta e nove homens, entre oficiais, suboficiais e soldados, deslocou-se para a Curva do S, local da interdição. Aproximadamente no mesmo horário, a tropa do Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá, composta por oitenta e seis homens, entre oficiais, suboficiais e soldados, também se deslocou para o local.

Instantes após o desembarque da tropa, um grupo de policiais militares, dentre os quais alguns pertencentes ao destacamento de Eldorado de Carajás, se deslocou até a residência de Francisca Pereira de Souza, moradora da Curva do S, tendo ordenado a mesma que se retirasse imediatamente do local, “pois a qualquer momento iria começar um tiroteio no local” (Depoimento de Francisca Pereira de Souza, Processo nº 786/96, p. 987).

Outro fato que chama a atenção sobre a premeditação da violência, foi a quantidade de munição levada pelos polícia para o local. De acordo com depoimento do STT Getúlio Marques, “a tropa de Marabá levou no ônibus uma caixa de munição de reserva; Que a caixa era de madeira; Que a caixa tem 80 centímetros de comprimento por cinquenta de largura e vem de fábrica; Que a munição era de fuzil” (Processo nº 786/96, fls. 5.069). O cinegrafista Osvaldo, que foi obrigado pelos policiais a entrar no ônibus em que estava a munição,

disse em depoimento que “[...] viu serem recarregadas, metralhadoras, fuzis, escopetas e pistolas de mão. [...] Que além de munição de reserva a tropa ainda levou armas de reserva também” (Processo nº 786/96, fls., 4.992).

Ao perceber a chegada dos policiais militares do Batalhão de Parauapebas, a repórter Marisa Romão, que se encontrava no local, se dirigiu até os policiais militares, tendo conversado pessoalmente com o Major PM José Maria Pereira de Oliveira. Após um breve diálogo, quando Marisa Romão se aproximava do acampamento dos trabalhadores, o massacre dos trabalhadores teve início, com a chegada da tropa do Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá. “Quando estava a cerca de 100 metros da primeira barreira no sentido de Eldorado do Carajás, escutou uma explosão e fumaça no sentido de acesso a Marabá” (Depoimento de Marisa Alves Romão Pereira, Processo nº 786/96, p. 1.082).

Ao meio-dia do 17 de abril de 1996, quando a estrada foi novamente obstruída, houve um pequeno incidente. Alguns motoristas de caminhões quando viram os trabalhadores formando uma barreira humana no sentido Marabá da rodovia, ameaçaram atropelá-los, afirmando que de qualquer modo passariam pelo local obstruído. Preocupados com a possível ocorrência de um acidente, alguns trabalhadores solicitaram a Manoel Lima de Souza, motorista de um caminhão boiadeiro estacionado próximo ao local da obstrução, que atravessasse seu caminhão na pista, evitando assim acidente com outros motoristas (Depoimento de Manoel Lima de Souza, Processo nº 786/96, p. 778).

O trabalhador sem terra, Fabiano Carneiro de Oliveira, permaneceu em cima da carroceria do caminhão boiadeiro observando o movimento. Algum tempo depois, segundo relatou em depoimento,

viu dois ônibus da empresa Transbrasileira e um outro veículo se aproximando rapidamente do caminhão boiadeiro, deixando para atrás os demais veículos estacionados na rodovia e parando bruscamente a uma distância de cerca de quinze metros do caminhão. A informação foi confirmada pelo Tenente-Coronel PM Manoel Mendes de Melo: “que os veículos militares pararam uns 15 metros aproximadamente de onde estava o caminhão atravessado na rodovia” (Depoimento de Manoel Mendes Melo, Processo 7 nº 86/96, p. 871).

O Tenente-Coronel PM Manoel Mendes de Melo, que vinha no veículo da frente, declarou em depoimento que observou os policiais militares descerem dos ônibus e dirigirem-se correndo na direção do Coronel PM Mário Colares Pantoja, o qual teria ordenado aos policiais militares que iniciassem a operação de desobstrução, com o avanço em direção ao acampamento dos trabalhadores. “Que ao se aproximar do primeiro ônibus já encontrou o pessoal que vinha dos dois ônibus correndo em direção onde se encontrava o Coronel Pantoja” (Depoimento de Manoel Mendes de Melo, Processo nº 786/96, p. 553). “Desceram como uma boiada quando abre a porteira”, relatou o motorista do ônibus em depoimento (A PROVINCIA DO PARÁ, 02/05/1996, p.01).

Após descer da carroceria do caminhão boiadeiro, o trabalhador rural Fabiano, quando tentava se distanciar dos policiais militares, uma granada de efeito moral foi arremessada em sua direção, tendo a mesma explodido quando entrou em contato com o chão, ferindo-o com estilhaços em ambas as pernas (Laudo de exame de corpo de delito de Fabiano Carneiro de Oliveira, Processo nº 786/96, p. 224). “Que a tropa avançou e ultrapassou um caminhão boiadeiro que estava atravessado na pista, jogou bomba de efeito moral onde estavam os sem terra e atirando para o alto, para intimidá-los a sair

da pista” (Depoimento de Raimundo Ferreira de Oliveira, Processo nº 786/96, p. 689).

Tão logo ouviu as explosões de granadas de efeito moral e os tiros, o Major PM José Maria Pereira de Oliveira, observando os termos da combinação acertada com o Coronel PM Mário Colares Pantoja, determinou o imediato avanço de sua tropa para o acampamento dos trabalhadores, local da obstrução da rodovia. “Tão logo os tiros começaram do lado onde estava a tropa de Marabá o Major Oliveira ordenou que a sua tropa se deslocasse para o local interdito” (Depoimento de Antônio Pereira dos Santos, Processo nº 786/96, p.4.548).



Sepultamento de sem terra massacrados pela PM em Eldorado do Carajás/PA, em 1996.

Fonte: Sebastião Salgado.

Após a sequência de explosões e tiros para o alto, cerca de trinta policiais militares, alguns armados de escudos e cassetetes e outros com fuzis e metralhadoras, ultrapassaram o caminhão boiadeiro e começaram a avançar em direção ao ponto central do acampamento. Um dos trabalhadores que recuava, Josimar Pereira de Freitas, dirigiu-se a um dos policiais militares que avançava e pediu que tivesse calma, que não atirasse mais para o alto. Antes que Josimar Pereira de Freitas terminasse de falar, um policial militar, atirou duas vezes com fuzil em sua perna, tendo Josimar caído na lateral da rodovia. Após cair ao chão, Josimar, foi duramente espancado por outros dois policiais militares. Conforme diversos depoimentos, Josimar Pereira de Freitas foi o primeiro trabalhador ferido por disparo de arma de fogo na operação de desobstrução da pista (Depoimentos de Eliezer Martins de Souza e de Josimar Pereira de Freitas, Processo nº 786/96p. 816 e p. 893).

Entre os sem terra que interditavam a rodovia, estava Amâncio Rodrigues dos Santos, conhecido como “Surdinho”. Devido sua deficiência (surdo) não compreendeu o que estava ocorrendo em sua volta. Durante o recuo dos sem terra em função dos efeitos do gás lacrimogêneo e dos tiros não conseguiu recuar a tempo. Em determinado momento, um grupo de policiais militares cercou Amâncio, tendo um deles disparado sua arma em direção a ele, ferindo-o um pouco abaixo da linha da cintura. Após isso, outros policiais militares aproximaram-se de Amâncio e começaram a bater, com muita violência, com a coronha de seus fuzis na cabeça de Amâncio, produzindo diversas lesões em seu crânio. “Que o depoente viu a pessoa conhecida por Surdinho perto do caminhão boiadeiro; que o depoente viu esse Surdinho receber um tiro e levar pancada não sabendo no nome de quem lhe atirou e lhe espancou” (Depoimento de Avelino Germiniano, Processo nº 786/96, p.826).

Quando os trabalhadores sem terra que já estavam mais recuados, presenciaram o espancamento de Amâncio e, em uma reação natural, avançaram sobre os policiais militares na tentativa desesperada de salvá-lo das mãos dos policiais, arremessando pedras e paus na direção dos policiais militares que estavam próximos ao caminhão boiadeiro, na tentativa de resgatá-lo. “Que os sem terras partiram para cima dos militares quando estes estavam massacrando Amâncio” (Depoimento de Ozélio Brito Ferreira, Processo nº 786/96, v. 19).



Cartaz em memória pela passagem de um quarto de século do Massacre de Eldorado, 2021.

Fonte: redes sociais.

É no exato momento do avanço dos trabalhadores na tentativa de resgatar Amâncio que o cinegrafista Raimundo Osvaldo dos Anjos Araújo reinicia a filmagem e registra o massacre dos trabalhadores rurais. Portanto, quando o cinegrafista registra o avanço dos sem



terra, o trabalhador Josimar já tinha sido atingido por dois tiros e se encontrava caído nas proximidades do caminhão. Amâncio também se encontrava caído ao lado do caminhão boiadeiro. (Depoimento de Marisa Alves Romão Pereira, Processo nº 786/96, v. 18).

No momento em que alguns trabalhadores aproximavam-se do caminhão boiadeiro, local onde estava caído Amâncio, vários policiais militares do Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá, postados junto a cabine do caminhão, começaram a atirar em direção aos trabalhadores, alguns mirando as pernas, outros os membros superiores, não tendo os trabalhadores, em momento algum, ultrapassado o caminhão no sentido Marabá (Depoimento de José Antônio Garcia Caldas,

Processo nº 786/96, p. 4.696).



Repercussão nacional do Massacre de Eldorado do Carajás.

Fonte: acervo da CPT, Marabá/PA.

Frente à violência dos policiais comandados pelo Coronel Pantoja, os trabalhadores feridos foram recuando e se afastando da pista. Mas, no recuo, já encontravam com os policiais militares do batalhão de Parauapebas, comandados pelo Major Oliveira. Várias testemunhas ouvidas no processo relatam que os policiais de Parauapebas não vieram todos pelos meio da pista. A maioria deles se aproximou pelas laterais, por dentro do mato em posição de combate e fazendo um cerco aos trabalhadores. Sem qualquer iniciativa de diálogo começaram a atirar contra os trabalhadores que estavam naquele lado da rodovia.

Que após o primeiro intervalo de tiros, chegou a tropa de Parauapebas reiniciando a ação, fazendo o efeito sanduiche, ou seja, os sem terras entre as tropas de Marabá e Parauapebas. [...] Que a tropa de Parauapebas atirou com mais intensidade que a tropa de Marabá, porque o número de pessoas feridas vinha daquele lado era maior” (Cinegrafista Raimundo Osvaldo dos Santos, nº 786/96, p. 4.992).

Passados alguns instantes, o Policiais militares da 10ª CIPM/CIPOMA, progredindo pelas matas que margeavam o lado direito da rodovia, no sentido Eldorado/Marabá, direcionaram e deflagraram suas armas contra os “sem terras” que faziam uma barreira humana na extremidade de Eldorado dos Carajás, atingindo vários deles, os quais passaram a se dispersar, desencadeando um verdadeiro tumulto e desespero entre os integrantes do MST (Denúncia do MP, p. 05).

Cercados pelos dois lados da pista, a saída para os sem terra foi dirigir-se para a estrada vicinal de acesso ao município de São

Geraldo do Araguaia, para as áreas de mata existentes nas duas laterais da pista e alguns para as diversas casas de morada existentes na Curva do S. Um dos trabalhadores que recuava, Manoel Gomes de Souza, também conhecido como “Leiteiro”, foi alvejado por um policial militar, a uma pequena distância, um pouco abaixo da linha do tórax, caindo inconsciente no chão (Depoimento de Maria de Fátima Barbosa de Sena, Processo nº 786/96, p. 916).

Em virtude da intensidade dos tiros vindos da direção das duas tropas da PM, muitos trabalhadores alvejados por tais disparos caíram ao chão inconscientes ou sem condições próprias de locomoção. Dentre estes estavam: João Rodrigues de Araújo; Altamiro Ricardo da Silva; Raimundo Lopes Pereira; Graciano Olímpio de Souza e Valdemir Pereira da Silva (Processo nº 786/96). Ao fim da operação policial todos estes estavam mortos.



Monumento Coluna da Infâmia, Jens Galschiot, 2000, bairro de São Brás, Belém/PA.

Quando a tropa da Primeira Companhia Independente de Policiamento de Meio Ambiente de Parauapebas se encontrou com a tropa do Quarto Batalhão de Polícia Militar de Marabá, permaneciam na pista da rodovia apenas os trabalhadores mortos e os feridos inconscientes ou os que não mais podiam mover-se por forças próprias. Todos os demais já haviam se retirado do local ante a violência da PM. Mesmo após a junção das duas tropas, a desobstrução completa da pista e a imposição de controle sobre toda a área do acampamento, não houve por parte dos oficiais das duas tropas qualquer ordem de cessar fogo. Os tiros prosseguiram por parte dos policiais militares, que, os direcionavam para as áreas de mata existentes em ambas as laterais da pista, onde permaneciam abrigados dezenas de trabalhadores e suas famílias, em uma frenética busca por mais vítimas.

Naquela ocasião pode ouvir alguns tiros esparsos de policiais militares pertencentes a tropa de Marabá; que com a saída do Cel. do local o depoente procurou controlar a situação chamando o Capitão Almendra e o Ten. De Souza, que eram os oficiais do 4º BPM para que eles parassem com aquele tiroteio desnecessário, porque a estrada já havia sido desobstruída e assim os oficiais reuniram a tropa do 4º BPM e o mesmo procedimento chamei o Ten. Jorge lhes transmitir a minha ordem para que mandasse parar de atirar uma vez que a estrada já havia sido desobstruída (Depoimento de José Maria Pereira de Oliveira, Processo nº 786/96, p. 4.422).

Pouco antes da saída do Coronel PM Mário Colares Pantoja em direção a Eldorado de Carajás para informar ao comando da Polícia Militar em Belém sobre o ocorrido na desobstrução rodovia, o

Major PM José Maria Pereira de Oliveira foi encarregado de realizar a identificação e contagem de todos os mortos e feridos que permaneciam na pista. Após examinar o local, o Major PM José Maria Pereira de Oliveira identificou e contou seis trabalhadores mortos e vários trabalhadores feridos, que, conforme afirmado anteriormente, eram exatamente aqueles que estavam inconscientes ou incapazes de locomover-se. Os corpos dos seis trabalhadores mortos foram colocados nas margens da estrada.

Aparentemente, o número de mortos indicado pelo Major PM José Maria Pereira de Oliveira coincide, com dezenas de relatos de trabalhadores que permaneceram na pista da rodovia até alguns momentos antes de sua completa desobstrução, que são unânimes em afirmar que somente seis trabalhadores estavam estendidos ao chão, não apresentando nenhuma reação vital: Amâncio Rodrigues dos Santos e Manoel Gomes de Souza, ambos voltados para o sentido Marabá do acampamento e Graciliano Olímpio de Souza, João Rodrigues Araújo, Valdemir Pereira da Silva e Raimundo Lopes Pereira, voltados para o sentido Eldorado:

Que foi ao encontro do Cel. Pantoja, que perguntou: “Oliveira como está a situação, respondendo o depoente: a situação não é das melhores, quantos mortos? ele perguntou. O depoente respondeu: Cel. eu conferi aproximadamente seis cadáveres e os feridos o depoente respondeu que não sabia precisar o número de pessoas feridas [...]. Enquanto após o encontro com o Cel. Pantoja no centro do acampamento o depoente declara que viu e contou apenas seis mortos que foram colocados à margem da estrada. Que após o retorno do Cel. Pantoja da cidade de Eldorado foram aproximadamente um intervalo de dez a quinze

minutos, a situação ficou controlada sob o comando do depoente e pode afirmar que nenhuma outra pessoa foi vitimada naquele espaço de tempo, entretanto por determinação do Cel. Pantoja foi a cidade de Curionópolis em busca do Delegado da Polícia Civil para tomar providências em relação aos mortos e aos feridos. Que ao retornar no espaço de uma hora já encontrou a viatura da 10ª CIPM com os cadáveres e posteriormente ao fazer a entrega no necrotério do hospital de Curionópolis somaram dezenove mortos do episódio” (Depoimento de José Maria Pereira de Oliveira, Processo nº 786/96, p. 4.422).

Quando o Major PM José Maria Pereira de Oliveira deixou a Curva do S, havia, conforme suas próprias palavras, somente seis mortos, além de diversos feridos deitados no chão. Uma hora após, em Curionópolis, no momento da entrega dos corpos no necrotério, o Major PM José Maria Pereira de Oliveira pôde constatar que a Polícia Militar trouxe da Curva do S corpos de dezenove mortos e não trouxe nenhum dos feridos que estavam caídos na pista<sup>[16]</sup>. Os trabalhadores feridos, que não podiam locomover-se ou estavam inconscientes, também não continuaram na pista, conforme se depreende de vários depoimentos de trabalhadores, que, ao retornarem ao acampamento, somente encontraram no meio da estrada e nas laterais o corpo de Antônio Costa Dias (Depoimento de Nilton Castilhos da Silva, Processo nº 786/96, p.938). A conclusão que se chegou é que os vários trabalhadores feridos que permaneciam na pista, inconscientes ou sem condições próprias de locomoção e os

---

<sup>[16]</sup> Entre os 19 que foram transportados na caminhonete, estava Inácio Pereira, que fingiu-se de morto para sobreviver. Algum tempo depois foi encontrado no local do massacre o corpo do 19º trabalhador e levado para Curionópolis (p. 5.111).

que foram observados e contados pelo Major PM José Maria Pereira de Oliveira, foram sumariamente executados pelos policiais militares das duas tropas.



Sem terra foram executados à queima roupa. Alguns com tiros na nuca, quando já estavam imobilizados.

Fonte: acervo da CPT, Marabá/PA.

As investigações policiais e os laudos de exame cadavérico nos dezenove corpos revelaram inúmeras lesões provocadas por tiros a curta distância e ferimentos provocados por instrumentos corto-

-contusos<sup>[17]</sup>, ambos em regiões vitais do corpo humano. O Legista Nelson Massini que analisou os corpos concluiu que a PM matou a sangue frio, usando armas de fogo de diversos calibres, foices, facas, facões, machados, pedaços de paus, etc. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 20/04/96. p.02). A perícia concluiu que 10 dos 19 trabalhadores assassinados foram executados a queima roupa. Execução sumária: “assassinados a sangue frio”, conforme divulgou o Jornal do Brasil, em sua edição de 19/04/96, p.11.

Alguns trabalhadores e também as principais lideranças do Movimento escaparam de serem assassinados por muito pouco. Pedro Vercildo Pereira, 26 anos, após ser atingido por vários tiros pelo corpo, se fingiu de morto para escapar vivo. “Os soldados me jogaram em um amontoado de cadáveres pensando que eu também tivesse morrido e tive que passar alguns minutos sem respirar para não chamar a atenção”, conta ele (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 19/04/96, p.03). Inácio Pereira, 56 anos, foi arrastado e colocado entre os corpos: “me fingi de morto por mais de uma hora”. Ele foi colocado na caminhonete com os mortos para serem levados para Curionópolis. Disse em depoimento que “foi colocado na caminhonete e transportado para Curionópolis. [...] Que quando estava entre os mortos ouviu um sem terra dizer: “meu povo é do pit-dog”. [...] Ouviu que foi dado um tiro, pois não podia ver; que o tiro foi dado no que estava em cima do depoente; que a roupa do depoente foi molhada por sangue logo após ter ouvido o tiro” (Processo nº 786/96, p.1.5111). Seu filho, Raimundo Alves Pereira, 29 anos, não teve a mesma sorte. Ele nem era acampado. Naquele dia foi até a Curva do S levar algumas coisas

---

<sup>[17]</sup> Facas, facões, foices, machados, etc.



para seu pai. Em meio ao fogo cruzado, foi atingido mortalmente quando tentava fugir (ZERO HORA, 25/04/96. p.05).



Registro de Sebastião Salgado, quando do translado dos corpos dos sem terra executados pela PM do Estado do Pará, na Curva do S, em Eldorado dos Carajás, 1996.

Algumas lideranças do MST não se encontravam no local naquele momento. Oziel Pereira, uma das jovens lideranças do movimento que estava na Curva do S, se escondeu em uma das casas para fugir do tiroteio. Segundo relatos de várias testemunhas, num determinado momento, ao sair da residência, foi dominado pelos policiais militares identificados como Pargas, Pinho e Vanderlan. Após ter sido algemado, foi arrastado pelos cabelos e, durante a condução, recebeu uma coronhada de fuzil nas costas que o levou ao chão. Relatam ainda que um policial que o conduzia o segurou pelo cabelo, enquanto outro disparou sua arma em direção à cabeça da vítima. A

testemunha Luiz Vanderlei Ribeiro da Silva afirmou em depoimento que viu o Major PM Oliveira disparar por duas vezes seu revólver contra Oziel. De acordo com o laudo, Oziel foi morto com 03 tiros disparados na cabeça e pescoço, de traz para a frente (CORREIO BRASILIENSE, 23/04/96, p.10). A intenção da PM de assassinar as lideranças do MST ficou clara nas palavras do Major Oliveira, em entrevista concedida logo após o massacre: “É pena que não estejam no meio dos mortos o Totô e o Ferraz<sup>[18]</sup>, que são inconsequentes” (OPINIÃO, 19-25/04/96, p.02).

- **“Missão cumprida, ninguém viu nada<sup>[19]</sup>”**.

“Missão cumprida, ninguém viu nada”. Foi com essa frase que o Coronel Pantoja deu por encerrada a missão que resultou em 19 mortos e mais de 70 gravemente feridos. Duas professoras da rede pública estadual de ensino, Conceição Holanda e Ana Azevedo, que passavam pelo local no momento da ação, relataram à imprensa que os policiais militares comemoraram a “vitória” depois do massacre. “Acabamos com os terroristas”, diziam eles (O LIBERAL, 26/04/96, p.09). “Pareciam soldados que voltavam de uma guerra com países inimigos” (O GLOBO, 27/04/96, p.06). Relataram ainda que dois policiais militares à paisana que viajavam com elas em um ônibus se juntaram ao batalhão comandado pelo Coronel Pantoja e atiraram contra os sem terra.

---

[18] Eram duas das principais lideranças do MST na região de Parauapebas.

[19] Frase dita pelo Coronel Mario Colares Pantoja no final do Massacre (ZERO HORA, 25/04/96, p.02).



Repercussão do Massacre de Eldorado na mídia nacional.

Fonte: acervo da CPT, Marabá/PA

O fato dos comandantes da PM que chefiaram o massacre ter dado ordens para que os mortos fossem retirados imediatamente do local, alterando assim, o cenário do crime, levantou suspeitas sobre o real número de sem terra mortos. Inúmeras testemunhas deram declarações afirmando que a PM teria escondido vários corpos, inclusive, de mulheres e crianças. Entre as testemunhas estavam as professoras de Belém que permaneceram no local durante todo o tempo do massacre (O LIBERAL, 23/04/1996, p.05). A equipe da CPT da Diocese de Conceição do Araguaia recebeu uma denúncia que um carro transportando corpos teria entrado na Fazenda Porangaí,

localizada próximo da Vila Rio Vermelho. A suposta ocultação de cadáveres levou o Ministério Público a abrir um procedimento investigatório, mas sem resultado conclusivo (O LIBERAL, 24/04/1996, p. 05). O Padre Jesuíta, Luiz Muraro, que fazia acompanhamento pastoral aos sem terra acampados divulgou à época que, de acordo com seus levantamentos, o número de mortos era de 32 pessoas (JORNAL DO BRASIL, 22/09/1996, capa). Mesmo com todos os indícios apontados não houve investigações conclusivas por parte da Polícia Civil ou do Ministério Público, nenhum outro corpo foi localizado e nenhuma ocorrência policial de desaparecimento de pessoas chegou a ser feita.

A alteração da cena do crime, a ausência de cautelas das armas e o não uso das tarjetas de identificação por parte dos policiais, comprometeram as investigações que se seguiram após o massacre. Esse artifício usado pela PM dificultou a individualização das condutas e a identificação dos policiais que praticaram os crimes. Mesmo com a afirmação do Coronel Pantoja, declarando que cumpriu ordens do Comandante da PM Fabiano Lopes, do Secretário de Segurança Pública Paulo Sette Câmara e do Governador do Estado Almir Gabriel, nenhum policial sequer foi indiciado ou denunciado pelos crimes cometidos. “A Procuradoria se diz convicta de que não há nexos causal entre a ordem dada pelo Governador Almir Gabriel, de mandar desobstruir a PA 150, e a conduta dos militares que executaram a operação”, divulgou o jornal *O Liberal* em sua edição de 24/09/1997, p.05.

Embora várias provas tenham sido colhidas apontando a participação dos fazendeiros na operação, nenhum deles foi responsabilizado. O Jornal *O Estado de São Paulo* noticiou na edição de 26/04/96 que fazendeiros de Parauapebas teriam financiado a ação da PM com transporte, dinheiro e armas. Afirmava o jornal que entre as armas apre-

endidas várias eram particulares e sem registro. A testemunha Ricardo Marcondes<sup>[20]</sup> acusou o proprietário da fazenda Macaxeira de ter feito uma coleta entre os fazendeiros no valor de 100 mil reais para repassar ao comando da operação (OPINIÃO, 20/04/1996, p.03). O jornal *Folha de São Paulo*, na edição de 04/05/1996, afirmava que a “a Polícia Federal já tinha os nomes de cerca de 20 fazendeiros acusados de participar da coleta de dinheiro para financiar a Polícia Militar e matar líderes dos sem terra em Eldorado dos Carajás” (p.11). Empregados da Fazenda Macaxeira teriam auxiliado os policiais no massacre usando fardas da PM (O GLOBO, 27/04/1996, p.05). O motorista Pedro Abílio que conduziu um dos ônibus com a tropa de Marabá declarou que na viagem de Marabá até Eldorado dos Carajás, a rota foi desviada. O Coronel Pantoja, acompanhado do proprietário da Fazenda Macaxeira, ordenou que o ônibus dirigido por ele entrasse na sede da fazenda Peruano, de propriedade da família Mutran. Após conversa no interior da sede, um trator da Fazenda seguiu os ônibus até o local da interdição.

O motorista relatou ainda que duas pessoas sujas de sangue foram trazidas pelo coronel Pantoja da Curva do S para o Quartel da PM em Marabá logo após o massacre. Dias depois, após pressão da imprensa, o coronel João Paulo Vieira admitiu que se tratava de dois policiais militares infiltrados no grupo dos sem terra pelo serviço de inteligência da PM (A PROVINCIA DO PARÁ, 01/06/96, p.02). Na audiência com o Governador do Estado, dias antes do massacre, os fazendeiros afirmaram que pagavam duas pessoas que se mantinham infiltradas no acampamento do MST para lhes repassar informações sobre as decisões do Movimento.

---

[20] Ricardo era gerente da Fazenda São Carlos localizada no município de Xinguara- PA.

Logo após o massacre, deu-se início a um movimento que tinha como objetivo isentar os policiais de responsabilidade pelas mortes e criminalizar o MST. O primeiro embate ocorreu no momento de fazer as necropsias sobre os cadáveres. Desconfiados das ligações dos legistas do Pará com os policiais militares, as entidades de direitos humanos solicitaram que o renomado legista Nelson Massini, perito e professor de medicina legal da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fizesse a análise dos corpos. Ao chegar em Marabá, as autoridades do Estado o proibiram de ter acesso aos corpos. Foi necessário que Paulo Sérgio Pinheiro, representante da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, intervisse para garantir o trabalho de Massini.

O legista concluiu que a PM matou a sangue frio, usando armas, foices, facas, pedaços de paus, etc., e que dez dos sem terra assassinados foram executados a queima roupa (O ESTADO DE SÃO PAULO, 20/04/96, p.02). A reação de setores ligados à segurança pública não demorou para contratar outro legista, Fortunato Antônio Badan Palhares, formado pela Universidade de Campinas (Unicamp) para confeccionar outro laudo. As conclusões de Badan foram que “42% das vítimas morreram em razão de extensos ferimentos produzidos por armas brancas”, tentando fazer com que os policiais militares envolvidos no massacre não tivessem qualquer responsabilidade “já que as forças policiais de Belém, há muito tempo, aboliram essas armas como meio de combate” (CAROS AMIGOS, nº 05, Novembro de 1999. p.15). Badan sugeriu, dessa forma, que houve um confronto e não um massacre e que os próprios sem terra teriam sido responsáveis pelas mortes de vários de seus companheiros. Sobre o laudo e as afirmações de Badan, Massini foi categórico:

Isso é uma aberração. Não houve confronto. Os sem terras foram imobilizados, covardemente. Sem possibilidade de defesa. [...] Não nos interessa se um sem terra atirou a primeira pedra ou não, porque ninguém morreu ali de pedrada. Os sem terra não morreram em confronto, morreram subjugados e imobilizados nas mãos da polícia militar (CAROS AMIGOS, nº 05, 11/1999. p.15 e 17).

Dois dias após o massacre, o então presidente do INCRA, Raul do Valle, declarou ao jornal *Província do Pará* que o MST era culpado pelo massacre, pois “os líderes do movimento sabiam que existia solução para o assentamento das famílias na fazenda Macaxeira, mas ocuparam uma estrada impedindo o trânsito na área”(19/04/1996). O presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá, o médico Carivaldo Ribeiro, quando entrevistado, antes do primeiro julgamento dos comandantes afirmou: “Massacre? Não houve massacre. Morreu pouca gente. É... Até que morreram poucos por aquilo que eles fizeram. Obstruir uma estrada é coisa grave... Vocês no Sul acham que essa história teve muita importância aqui em Marabá, não é? Pois não causou impacto nenhum. Nossa forma de pensar aqui é outra (CAROS AMIGOS, nº 05, novembro de 1999). Reforçando a tese do confronto, os principais meios de comunicação apenas reproduziam as imagens onde os sem terra avançavam contra os policiais arremessando paus e pedras contra eles, quando procuravam resgatar o trabalhador Amâncio Rodrigues dos Santos, que era surdo, como relatado anteriormente.

Mesmo após o massacre, o INCRA do Pará não desistiu do seu plano de convencer as famílias sem terra representadas pelo MST a receberem lotes no Tuerê e desistirem da luta pela desapropriação da Fazenda Macaxeira. Conforme divulgou o jornal *Correio do Tocantins* em sua edição de 03 a 09 de maio de 1996, o executor da Unidade Avançada

do INCRA de Marabá procurava convencer alguns grupos de famílias que estavam aterrorizadas com a violência sofrida a aceitarem a proposta do INCRA. O órgão oferecia transporte, lona, cestas básica, lote, assentamento imediato e liberação de créditos de apoio. Um grupo de aproximadamente 50 famílias, lideradas por um dissidente do Movimento conhecido como “Geléia” aceitou ser deslocado para o Tuerê, mas a maioria absoluta das famílias seguiram as orientações do MST, não aceitaram a proposta e se mantiveram firmes na luta pela Macaxeira.

Forçado pela repercussão do massacre, o INCRA nacional determinou que fosse realizada nova vistoria em todo o complexo Macaxeira. Dessa vez a equipe foi montada com técnicos de outros Estados. O laudo divulgado pouco mais de um mês após o massacre concluiu que o complexo de fazendas Macaxeira era improdutivo e passível de desapropriação para fins de reforma agrária. Com a publicação do resultado, o presidente nacional do INCRA exonerou o então executor da Unidade de Marabá, Líbio Matos. Em 19 de junho de 1997, pouco mais de um ano após o massacre, 18.089 hectares da Macaxeira foram desapropriados e ali assentadas 690 famílias (INCRA/SIPRA, 2015). O assentamento foi registrado como PA 17 de Abril em homenagem aos 19 sem terra assassinados e aos mais de 70 feridos pela polícia na Curva do S. Como alerta os versos de Pedro Terra, “Se calarmos, as pedras gritarão”.

## • **A Impunidade**

As investigações sobre as mortes foram marcadas por uma série de irregularidades que impossibilitou a individualização das condutas dos acusados. Dessa forma, foram denunciados os dois comandantes



da operação e todos os 144 policiais que participaram da ação. Ficaram de fora da denúncia, o então governador do Estado, Almir Gabriel, o então secretário de segurança pública, Paulo Sette Câmara e o comandante da polícia militar, coronel Fabiano Lopes. Foram eles que deram ordens para a desobstrução da Rodovia PA 150 naquele dia.

O primeiro julgamento marcado para julgar os responsáveis pelas 19 mortes ocorridas no massacre de Eldorado, ocorreu em agosto de 1999. Naquela sessão foram levados a julgamento os dois comandantes da operação, o Coronel Mário Colares Pantoja e o Major José Maria Pereira de Oliveira. Em seção tumultuada e marcada pela atuação parcial do Juiz Ronaldo Vale, que presidia o júri, ao final do julgamento, os dois comandantes foram absolvidos. Meses depois o júri foi anulado pelo TJPA em razão da forma como o juiz conduziu as questões para os jurados na sala secreta. Durante a votação, o magistrado apresentou dois quesitos contraditórios que confundiram os jurados. No primeiro quesito o juiz perguntou: “*o réu Mario Colares Pantoja concorreu com os demais acusados para a prática das lesões nas vítimas?*”. Por 4 votos a 3 os jurados reconheceram que sim, condenando dessa forma os acusados, mas, o juiz inseriu um segundo quesito que confrontava com a resposta do primeiro e, para confundir ainda mais os jurados, o quesito foi redigido de forma negativa: “*as provas contidas nos autos são insuficientes para a condenação do réu Mário Colares Pantoja?*”. Por 4 votos a 3 os jurados disseram que sim (RENAP, 2003, p.43). Surgiu assim uma contradição: no primeiro os jurados afirmaram a participação dos acusados na prática das lesões que causaram as mortes dos sem-terras e no segundo afirmaram que havia insuficiência de provas para condenar os acusados. O juiz Ronaldo do Vale então concluiu pela absolvição dos acusados. Questionado pelas entidades de direitos humanos, o então presidente do TJPA, respondeu da seguinte forma:

Aqui no Pará tem Justiça. Ou pensam que aqui o Judiciário usa “cocar” (indumentária indígena). O resultado do julgamento é democrático, pois foi realizado com Júri Popular. E o que seria democrático? A condenação de um dos réus? Mas, se a tese da defesa foi a negativa de autoria e insuficiência de provas. Gostaria que o nobre escriba venha até Belém e mostre para o Promotor da acusação onde é que há provas que o Coronel, O Major ou Capitão tenham atirado num sem-terra. Essa é a nossa lei. Quem fez (ou faz) as leis não é o desembargador ou os integrantes do Júri Popular (Nota da CPT Pará, 30/08/1999).

Obrigado a se afastar da condução do processo em razão da decisão do Tribunal de anular o julgamento, na sequência, dos 18 juízes criminais da capital, 17 deles se negaram a presidir o processo, alegando razões de “foro íntimo”. O Tribunal nomeou então, a juíza Eva do Amaral, que já tinha se recusado, em junho de 2000, a presidir o julgamento do fazendeiro mandante do assassinato do sindicalista Expedito Ribeiro de Sousa. Três dias antes do julgamento marcado para 18/06/2001, a juíza teve que se afastar do caso devido seu comportamento, declaradamente parcial, em favor dos militares. Ela determinou a retirada do processo da perícia feita pela UNICAMP na fita gravada no dia do massacre e indeferiu o depoimento do perito Ricardo Molina, autor do laudo pericial. A perícia era a principal prova da acusação contra os policiais (O LIBERAL 07/06/2001, p.06).

Nomeado novo juiz, Roberto Moura, ele determinou que os 128 policiais militares fossem julgados numa única sessão. Como a acusação iria apresentar provas em uma única sessão contra todos os acusados? Esse conjunto de fatores levou os advogados dos MST e

da CPT que atuavam na assistência da acusação a abandonarem o julgamento sob forma de protesto. Dos 144 militares acusados que foram levados a julgamento, 142 deles foram absolvidos (O LIBERAL, 10/06/2001, p.05). A Procuradora da República, Maria Eliane Menezes que acompanhou o julgamento, representando o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, concluiu em relatório que o Juiz Roberto Moura “violou princípios constitucionais” porque:

Impediu o regular exercício da acusação que não teve tempo hábil para promover perante os jurados a individualização da conduta de cada réu; impediu a busca da verdade real; impediu que cada um dos jurados pudesse ter a compreensão exata da conduta atribuída a cada réu e a defesa exercida por cada um, de modo a exercitar o dever de julgar no rito legal definido para o Tribunal do Júri. No Tribunal Popular, a compreensão dos fatos e das provas é feita para cada jurado de forma verbal e ao vivo durante cada sessão de julgamento, ao cabo da qual, segue-se incontinenti a decisão; propiciou a perda do controle da Sessão de Julgamento pelo presidente do Tribunal do Júri (CADERNO DA RENAP, 2003, p.55).

De todo dos acusados, apenas os dois comandantes da operação foram condenados pelo tribunal do júri ocorrido no ano de 2002. Ocorre que suas prisões preventivas só foram decretadas após julgados todos os recursos impetrados pela defesa dos acusados, isso só ocorreu em 07/05/2012, ou seja, 10 anos depois da condenação e 16 anos após o massacre. Não se sabe se os dois únicos condenados iniciaram o cumprimento das penas. O coronel Pantoja faleceu em 2021. Em relação à punição dos responsáveis pelas mortes, podemos afirmar que a impunidade prevaleceu!

## • Referências

AGRICULTORES reivindicam terras da CVRD. Belém. O Liberal, 06/03/1995.

ALMIR GABRIEL inocentado pelo Ministério Público. Belém. O Liberal, 24/09/1997.

ALMIR promete terras para 1.500 famílias. Belém. O Liberal, 08/03/1995.

ASSASSINADOS a sangue frio. Rio de Janeiro. Jornal do Brasil, 19/04/1996.

BARREIRA, César. Crônica de um massacre anunciado. Eldorado dos Carajás. São Paulo em Perspectiva, v.13 n.4 São Paulo, p.136-143, out./dez. 1999.

CAPITÃO PM é emboscado e morto durante uma vistoria em Fazenda. Marabá. Correio do Tocantins, 01-07/12/1995.

CERCO se fecha contra PM. Belém. A Província do Pará, 02/05/1996.

COM vários tiros pelo corpo, se fingiu de morto para escapar. Belém. A Província do Pará, 19/04/1996.

COMO uma festa. Rio de Janeiro. VEJA, 16/10/1985.

DESEMBARGADORES soltam os sete trabalhadores presos. Belém. O Liberal, 17/09/1991.

DESPEJADOS em Parauapebas ocupam instalações do INCRA em Marabá. Marabá. Correio do Tocantins, 08-14/07/1994.

EMPREGADOS da Macaxeira vestidos como PMS. Rio de Janeiro. O Globo, 27/04/1996.

EXECUÇÃO de sem terra foi vingança. Três estavam na mira da PM. Rio de Janeiro. Jornal do Brasil, 20/04/96.

FAZENDEIROS podem ter financiado ação da PM. São Paulo. Estadão, 26/04/1996.

FAZENDEIROS financiaram o massacre, diz gerente. Belém. O Liberal, 12/06/1996.

FAZENDEIROS recriam UDR no sul do Pará. São Paulo. Folha de São Paulo, 22/02/1997.

PRODUTORES rurais ameaçam pegar em armas. Belém. Diário do Pará, 29/03/1996.

FITA revela bastidores. Belém. O Liberal, 04/05/1996.

FOME começa e a desesperar os sem terra em Curionópolis. Marabá. Correio do Tocantins, 01-07/03/1996.

FOGE pistoleiro que matou Expedito. Belém. Diário do Pará, 16/03/2000.

FINGIU de morto para sobreviver. Porto Alegre. Zero Hora, 25/04/96.

FUNCIONÁRIOS da Macaxeira participaram do massacre. Belém. O Liberal, 26/04/1996.

GUERRAS desconhecidas do Brasil. São Paulo. Estadão, especial, 19/12/2010.

HÉBETTE, Jean. Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.

Belém: ADUFPA, 2004 (Vol. I).

IGREJA conta 32 mortos no Pará. Rio de Janeiro. Jornal do Brasil, 22/09/1996.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA. Relação de Projetos de Assentamentos. Marabá, 12/05/2015.

INCRA desmente compra da Macaxeira e anuncia Tuerê. Marabá. Correio do Tocantins, 17-23/11/1995.

INCRA garante o assentamento de centenas de famílias na fazenda Rio Branco. Marabá.

Opinião, 09/11/1995.

INCRA tenta convencer as famílias a serem assentadas no Tuerê. Marabá. Correio do Tocantins, 03-09/05/1996.

- JORNAL SEM TERRA, Caderno Especial. São Paulo, maio de 1996.
- JUÍZA recusa laudo de perito no caso Eldorado. Belém. O Liberal, 07/06/2001.
- LEGISTA disse que PM matou a sangue frio. São Paulo. Estadão, 20/04/1996.
- MACAXEIRA não poderá ser desapropriada, anuncia executor do INCRA. Belém. O Liberal, 21/03/1996.
- MARABÁ relembra a guerrilha. Belém. O Liberal, 19/06/1991.
- MEDEIROS, Leonilde Medeiros. Dimensões políticas da violência no campo. Rio de Janeiro. Tempo, 1996.
- MEDEIROS, Leonilde Medeiros. A luta por terra no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Rio de Janeiro, março de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/publicacoes/CGEE-VF.pdf>. Acesso em: 02 maio 2020.
- O MAIOR julgamento da história do Brasil. Caros Amigos, nº 05, novembro de 1999.
- MISSÃO cumprida, ninguém viu nada. Porto Alegre. Zero Hora, 25/04/96.
- MP investiga ocultação de cadáver no sul do Estado. Belém. O Liberal, 24/04/1996.
- MST ocupa Macaxeira. Marabá. Opinião, 08/03/1996.
- MST se afasta de julgamento de Carajás em protesto à Juíza. Belém. O Liberal, 10/06/2001.
- O ATAQUE foi preparado com antecedência. Belém. O Liberal, 09/05/96).
- ONDENTTI, Gabriel. WAMBERGUE, Emmanuel. AFONSO, José Batista Gonçalves. De posseiro a sem terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, Miguel (Org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010.
- O INCRA no fio da navalha. São Paulo. Agência Repórter Brasil, 21-01-2013.
- P2 errou na avaliação. Porto Alegre. Zero Hora, 25/04/96.
- PALHARES nega execução em Eldorado. Belém. O Liberal, 20/09/1996.

PEREIRA, Airton dos Reis. Do posseiro ao sem terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Editora da UFPE, 2015.

PF diz saber quem pagou pela chacina. São Paulo. Folha de São Paulo, 04/05/1996.

PM mantinha infiltrados em acampamento do MST. Belém. A Província do Pará, 01/06/1996.

PRODUTORES denunciam inércia do governo para conter as invasões. Marabá. Correio do Tocantins, 22-28/03/1996.

PRODUTORES rurais ameaçam confronto armado com os invasores de terras. Marabá. Correio do Tocantins, 02-08/06/1995.

PRODUTORES rurais ameaçam pegar em armas. Belém. Diário do Pará, 29/03/96.

PROFESSORAS prestam depoimento. Belém. O Liberal, 26/04/1996.

PROCESSO Nº 786/96, 1ª Vara do Tribunal do Júri, comarca da Capital, Belém, Pará

SEM alimentação há 4 semanas, necessitam de 2 mil cestas. Marabá. Opinião, 05/01/1996.

SEM TERRA de Parauapebas torturados por policiais. Belém. O Liberal 30/08/1991.

SEM TERRA iniciam saque e fazem discurso radical. Marabá. Correio do Tocantins, 12-18/04/1996.

SEM TERRA invadem sede do INCRA visando agilizar Reforma Agrária. Marabá. Correio do Tocantins, 07-13/08/92.

SEM TERRA querem solução do INCRA. Marabá. Correio do Tocantins, 24-30/07/1992.

TESTEMUNHAS apontaram o Major Oliveira como o responsável pelo tiro que matou Oziel. Brasília. Correio Brasiliense, 23/04/1996.

TESTEMUNHAS garantem que PM escondeu vários corpos. Belém. O Liberal, 23/04/1996.

TRABALHADORES rurais levantam acampamento. Marabá. Opinião, 29-31/07/2000.

“UM NOVO INCRA”. São Paulo. Estadão, 05/01/2013.

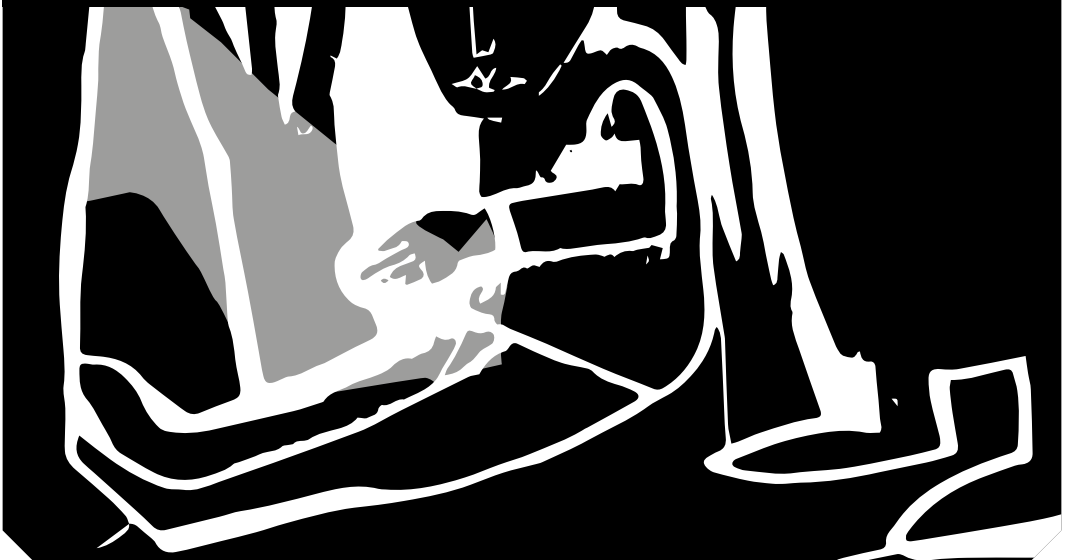
VALE financia dois ônibus para o transporte dos PMs. Rio de Janeiro. O Globo, 25/04/1996.

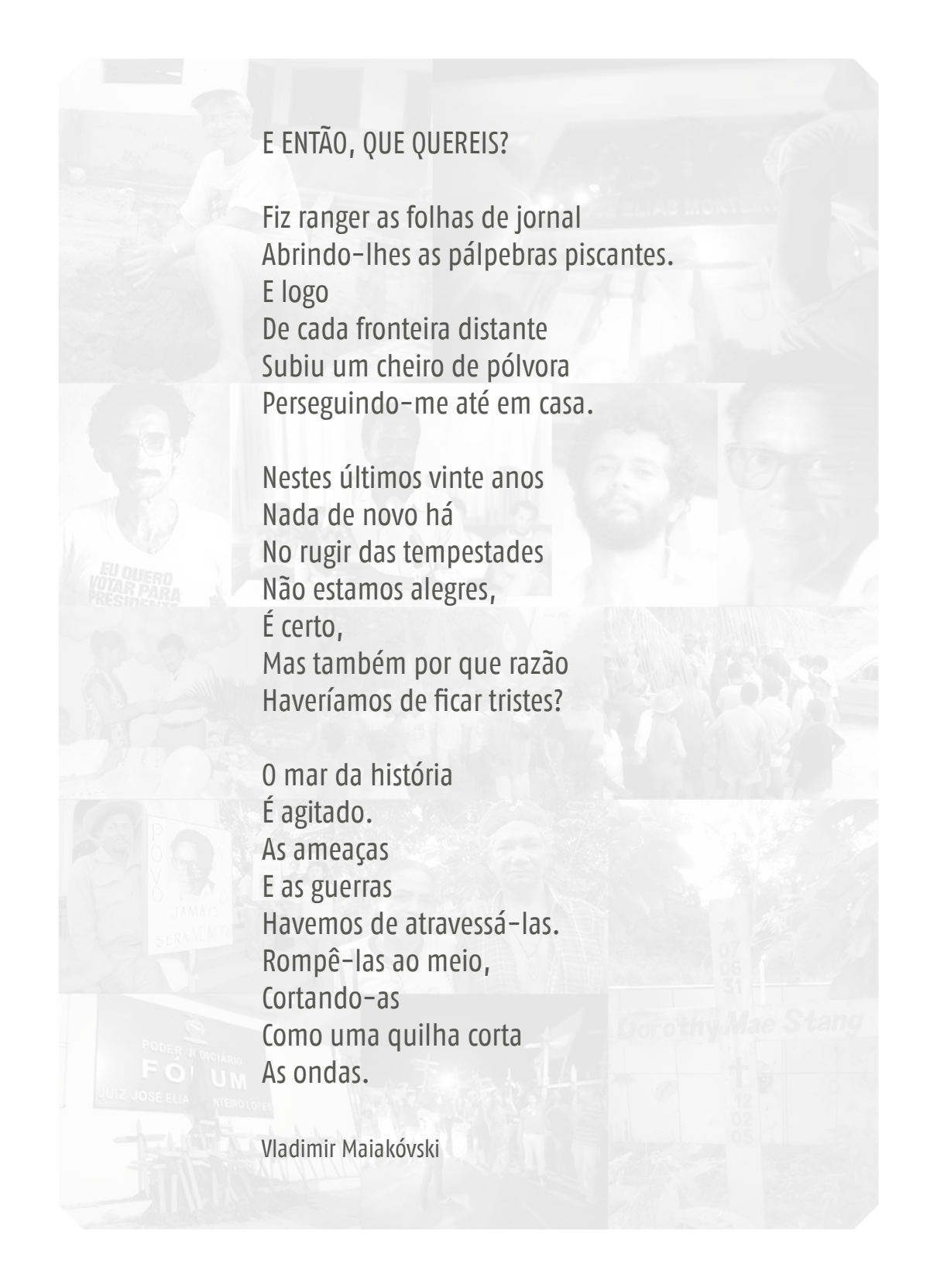






# ADVOGADOS





E ENTÃO, QUE QUEREIS?

Fiz ranger as folhas de jornal  
Abrindo-lhes as pálpebras piscantes.

E logo  
De cada fronteira distante  
Subiu um cheiro de pólvora  
Perseguindo-me até em casa.

Nestes últimos vinte anos  
Nada de novo há  
No rugir das tempestades  
Não estamos alegres,  
É certo,  
Mas também por que razão  
Haveríamos de ficar tristes?

O mar da história  
É agitado.  
As ameaças  
E as guerras  
Havemos de atravessá-las.  
Rompê-las ao meio,  
Cortando-as  
Como uma quilha corta  
As ondas.

Vladimir Maiakóvski

# | GABRIEL SALES PIMENTA, AO TE MATAREM, TE MULTIPLICARAM E AGORA SEREMOS MILHÕES

Rafael Sales Pimenta<sup>[1]</sup>

A cidade se agitava dia e noite respirando o movimento contra a ditadura militar. Movimentos sociais, entidades civis e democráticas eram criadas todos os dias na luta pela denúncia das arbitrariedades, torturas e assassinatos bárbaros de jovens de 15 a 20 anos, dos bairros, secundaristas e universitários, católicos ou ateus, tidos como inimigos da nação conservadora<sup>[2]</sup>.

Ao largo dos quartéis e masmorras onde morreram centenas de jovens que só queriam um país justo e democrático para todos, a imprensa subser-



Gabriel Pimenta.

Fonte: acervo da família

---

<sup>[1]</sup> Advogado e professor universitário. Email: rsalespimenta@gmail.com.

<sup>[2]</sup> **Brasil nunca mais.** Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/brasil-nunca-mais/>. Acesso em: 31.jul.2020.

viente propagandeava os feitos daquele governo. A construção da Transamazônica e da ponte Rio-Niterói eram feitos amplamente divulgados, mas não se comentava sobre as mortes de muitos trabalhadores, nem as denúncias de enormes desvios de recursos nacionais por meio de caixa dois<sup>[3]</sup>.

A usurpação de nossas riquezas naturais e minerais foi sempre muito profunda, desde o império português. E continuou na década de 1970, e persiste até os dias de hoje.

O ouro da Vila Rica, junto com a prata de Potosí e da África, sustentou a Revolução Industrial europeia enviando 1000 toneladas de ouro para Portugal em cem anos<sup>[4]</sup>. Tal sangria de riquezas nunca teve fim. E a Serra Pelada tinha sido descoberta e voltava a sangrar riquezas para as mãos do contrabando e dos detentores do poder em Marabá, no Pará, no final da década de 70.

No período de redemocratização forçada pelos movimentos sociais de anistia de 1975 a 1978, como em todo o país, havia grande movimento cultural, diversos grupos de teatro ativos que ofereciam várias peças a serem vistas todo ano. Tínhamos vários grupos musicais de expressão e muitos artistas nacionais ali se apresentavam nos teatros da cidade e no Som Aberto, atividade cultural que o movimento estudantil, através do DCE oferecia aos estudantes gratuitamente no maior auditório da universidade aos sábados pela manhã, que ficava sempre lotado de jovens revolucionários das diversas tendências políticas que queriam o retorno à democracia no

---

[3] **Dez escândalos de corrupção da ditadura militar, abafados pelas Forças Armadas. Disponível em:** [https://esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&cid\\_article=18275](https://esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&cid_article=18275). Acesso em: 31.jul.2020.

[4] FIGUEIREDO, Lucas. **Boa ventura!** A corrida do ouro no Brasil (1697-1810). 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

país. Diversos jornais estudantis divulgavam cultura, música e cinema, nas diversas salas da cidade.

Nossa formação política veio por meio dos jornais Movimento, Opinião e Pasquim, do início ao final, que líamos avidamente. Família grande, éramos muitos leitores, que dividíamos partes dos jornais para lermos todos ao mesmo tempo. A atividade política e cultural também circulava em nossa casa, já que os pais apoiavam nossas iniciativas, pois também atuavam no movimento social. Ali surgiram movimentos culturais, musicais, chapas de DAs, DCE, reuniões de UEE e UNE.

A reunião de organização do IIIº ENE (Encontro Nacional de Estudantes), que iria ocorrer em Belo Horizonte, foi realizada em Juiz de Fora. Mas a repressão política da ditadura vigiava a sede do DCE continuamente, já por vários dias. Pretendiam impedir sua realização, talvez prendendo a todos. Então, a solução foi saírem todos os principais representantes de cada grupo político da época em grupos de dois ou três do DCE, distraírem a polícia que não tinha pessoal suficiente



Em 1982 o DCE apresentava o tropicalista Jorge Mautner, autor de Maracatu Atômico.  
Fonte: site da UFJF.

para seguir 40 grupos de jovens, tendo permanecido muitos ali, no prédio do DCE, e se encaminharam para nossa casa, onde a reunião se desenvolveu por dois dias. Dona Glória reuniu mantimentos de vizinhos amigos e solidários para dar conta de alimentar tanta gente, sem que o movimento fosse percebido. O IIIº ENE teve a tarefa de organizar o Congresso de Reconstrução da UNE que ocorreria em Salvador em 1979.

Gabriel participou de muitos destes movimentos. Era um jovem de alegria cativante, energia e ideias tanto mais incomuns que pudesse construir. No teatro, havia participado de diversas peças do Grupo Divulgação e chegaram a participar de um encontro nacional de teatro em Ponta Grossa, no Paraná.

Formou-se em Direito em Juiz de Fora em fevereiro de 1978, aos 24 anos. Estudante brilhante, prestou concurso para o Banco do Brasil no mesmo ano e foi aprovado em 3º lugar no país. Foi selecionado para a agência sede do banco em Brasília, DF, onde tomou posse em dezembro daquele ano.

\*

Brasília, em 1979, viu sua chegada a um dos maiores centros culturais do país. Cultura para todo gosto. Comentou que quando assumiu o trabalho na Diretoria Geral do banco, era um jovem no meio de pessoas bem mais velhas, num ambiente burocrático e elitista, que muito o incomodou. Deputados, senadores e amigos do regime indo todos os dias buscar dinheiro para suas obras assistenciais nos estados. Em poucas semanas já se impacientava com aquilo que via e com o trabalho burocrático que iria desenvolver nos próximos anos.



Gabriel Pimenta em participação teatral e Juiz de Fora/MG.

Fonte: acervo da família

aquele era o posto que tinham almejado para a vida. Foi, então, contratado para advogar para a CPT em Conceição do Araguaia, em 1979. Menos de um ano após mudar-se para Brasília. Conceição do Araguaia, por seu lado, também tinha seu charme e importância em outra esfera. Naquele momento de abertura política, a campanha pela anistia, ampla, geral e irrestrita mobilizava todos os democratas. E no movimento social da Igreja Católica, em sua política junto ao campesinato, era uma das cidades mais importantes do interior do país.

\*



Se naquele momento Brasília era o centro e ponto culminante da administração pública federal, Conceição do Araguaia era a porta de entrada para um outro mundo. O outro Brasil. Ali, neste outro país, ocorreram a Guerrilha do Araguaia e diversos outros movimentos de luta pela defesa da terra e do povo pobre poucos anos antes. O que Gabriel sempre desejou e buscou foram os desafios. Quanto maior o desafio, mais se organizava estrategicamente e estudava meios de alcançá-lo. E este convite o atraiu.

Desde os tempos da faculdade, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), esteve junto com a oposição democrática. No final da ditadura militar, na reorganização do movimento estudantil nacional que culminou na organização do III ENE e na reconstrução da UNE em 1979.

Organizava-se com os colegas, formava grupos de estudo e de agitação, montava chapas, jornais e disputas acirradas neste período do movimento estudantil. Devido a este grande campo de articulação de esquerda em Minas Gerais, seu irmão, José Pimenta, foi eleito para a diretoria de reconstrução da UNE (União Nacional de Estudantes), em 1979 e nas duas diretorias subsequentes.

Assim, quando chegou a Conceição do Araguaia em outubro de 1979, já começou o trabalho de organização como sabia fazer. Alguns amigos do movimento de esquerda de Juiz de Fora que frequentavam nossa casa foram os que o convidaram para advogar para a CPT (Comissão Pastoral da Terra) em Conceição do Araguaia.

Mas o trabalho no campo acabou por colocá-los em áreas distintas. O movimento no campo devia ser de apoio e suporte amplo e democrático contra grileiros, polícia e governo, não só de cunho religioso.

O trabalho dele teve início junto a outros parceiros de dentro e de fora da Igreja Católica na região. Gabriel sempre gostou da articulação política e do trabalho organizado estrategicamente. Assim, foi montando os contatos e a rede de contatos nas comunidades e patrimônios, como se chamam na região os pequenos povoados.

Então, foram surgindo grupos de atividade, discussão política e associações civis de todos os tipos em toda a região. E ele se surpreendia quando compareciam às reuniões marcadas, pessoas que se deslocaram a pé mais de 50 km para ali estarem.

Gabriel dizia que são dois brasis: um de Brasília para baixo e outro de lá para cima. O que todos os posseiros querem é ter com quem conversar sobre seus problemas fundiários, trabalhistas, familiares e até mesmo existenciais. Mas, nada disso é disponibilizado ao povo no interior do país. O surgimento das cooperativas desempenhou papel muito importante na valorização das pessoas e no fortalecimento dos grupos de moradores nos patrimônios.



Gabriel Pimenta em reunião com posseiros na região do Araguaia paraense.

Fonte: acervo da família

O trabalho foi se desenvolvendo e as dificuldades de entendimento entre dois mundos foi se mostrando. A Igreja Católica e a evangélica buscando evangelizar o trabalhador do campo, sem o instrumentalizar para a luta pela defesa da terra contra os grileiros, a violência policial e do Estado. E o que ele tinha ido lá fazer era exatamente instrumentalizar o povo com as armas do Direito e da democracia, inclusive a desobediência civil. As reuniões e muitos contatos de interessados naquele tipo de reunião, que nunca tinham visto por ali, foram aumentando em todas as regiões. Em todos os lugares os encontros com Gabriel tinham sido notados, por seu comprometimento com a causa dos posseiros e sua empatia com eles, e era reivindicado seu retorno em todo canto.

A violência do explorador nos últimos 500 anos dizimou grande parte da população indígena do Brasil e da América Latina e in-

roduziu a escravização dos negros africanos na colônia portuguesa e a violência contra os donos originários da terra. A escravidão aqui no Brasil durou 388 anos, até 1888 com a sua abolição, mas a exploração do campo pela violência do latifúndio nunca amainou. E assim continua até hoje no Norte do país.

Lutar pela instrumentalização jurídica e política e pela defesa do povo sertanejo e campestre contra 400 anos de subserviência ao latifúndio, contra os grileiros e contra o Estado policial é um trabalho muito importante para todos que atuam nesta trincheira.

Ainda não existe respeito à cultura, ao trabalho, ao modo de viver do indígena, do negro, do quilombola, das mulheres, dos jovens e dos idosos no Brasil. E nunca existiu. Não são criadas políticas de governo que incluam estes segmentos sociais na atividade econômica, cultural e na educação. E esta era a realidade com que se deparavam todos que pretendessem atuar na região de Conceição do Araguaia, quando lá Gabriel chegou.

No entanto, o trabalho político e jurídico passou a conflitar com a catequese dos posseiros pelos amigos que o convidaram a assumir aquele trabalho. Gabriel e outros queriam organizar a defesa dos posseiros, mas não eram exatamente estes os objetivos da Igreja Católica naquele momento. O estranhamento deixou o campo subjetivo do incômodo e da perplexidade de ambas as partes, para o desmantelamento intencional do seu trabalho, apenas depois de feito.

Diversas cartas dão conta das dificuldades cada dia maiores para realizar o trabalho para o qual havia sido contratado em Brasília. Dizia ele que queria que fôssemos conhecer a vida crua e dura daquele povo e que também descobríssemos a alegria existencial que sentia pela vida que vivia lá. Mais crua, mais concreta e mais palpável que a vida consumista que naturalizamos viver no outro Brasil.

Percebia um sentimento de poder escutar e ouvir o que surge das pessoas simples do povo, na necessidade que vivem e estar presente para entender e instrumentalizá-las.

Novamente, em poucos meses em Conceição do Araguaia estava ele em situação difícil para implementar uma política mais consequente que, pensando bem, do ponto de vista revolucionário, por certo iria se chocar com a Igreja a qualquer momento. Mas a ideia de advogar para os posseiros contra a violência do Estado que protege grileiros e latifúndio a décadas eram razões suficientes para prosseguir.

Muitas cartas trocadas entre nós todos de Juiz de Fora, de casa e alguns amigos, e ele em Conceição, colhiam dele as reflexões sobre o trabalho novo e a estranheza com as dificuldades que não pensava que viria a ter. Mesmo sendo ateu, não pensava que teria problemas com seus amigos católicos de juventude.

Além disso, o deslumbramento pela simplicidade e entrega do povo e da beleza da região do rio Araguaia e das matas ao redor, se somavam no rol de interesses em permanecer no Norte. Gabriel vinha recebendo propostas de trabalho em diversas regiões do país. Mas, o povo e a região o atraíram. Menos de um ano depois de chegar, deixava Conceição do Araguaia.

\*

As rápidas mudanças que se pode observar em sua trajetória buscavam, sim, alternativas de trabalho e de vida mais orgânicas e solidárias em favor e ao lado do povo do campo. Assim, foi convidado a visitar Marabá, onde a CPT também tinha um trabalho desenvolvido, aos moldes de Conceição do Araguaia, e encontrar-se com o Bispo local, Dom Alano Pena para medirem interesses de parte a

parte e da busca por um consenso para transferir-se para aquela cidade e região, como relatou.

Muito anos antes, o bispo vira Gabriel crescer. Quando ia a Juiz de Fora visitava seus pais em casa. Seus pais sempre participaram do Movimento Familiar Cristão – MFC e os seminaristas dos Dominicanos frequentavam nossa casa diariamente. Daí veio o convite para o trabalho em Marabá. Seria o mesmo trabalho anterior numa nova região.

Saiu a viajar por distâncias de mais de 500 km para visitar patrimônios de interesse e conhecer pessoas. Sempre atento e vigilante com os interesses dos posseiros. Ameaças, bandagem, pistolagem e violência policial e mortes ocorriam em todos os locais.

E nesse trabalho fez muitos amigos. Adelina Braglia se impressionou com sua capacidade de entrega para manter alto o ânimo dos posseiros nos momentos mais difíceis, antes do deferimento da liminar no Mandado de Segurança, ciente de que ninguém além dele mesmo, poderia fazê-lo. Ele era o único advogado que tomara a defesa dos posseiros contra o latifúndio e os donos da terra no sul do Pará. Ele ia fundo em tudo que fazia, se entregava com disponibilidade total na luta junto com seus companheiros<sup>[5]</sup>.

Começaram a reorganizar o PMDB e lançaram candidatos a vereador. Se reuniam com líderes sindicais para formação de sindicatos e associações civis de direitos. Fundaram a Federação de Mulheres e ajudaram na criação de entidades estudantis e DCE. Iniciaram um movimento de denúncia do garimpo de Serra Pelada onde Curió queria criar uma cidade só para ele, como criou com a proteção dos militares.

---

<sup>[5]</sup> BRAGLIA, Adelina. **Correspondência**. 30.ago.1995.

No sindicato implantou um sistema democrático de direção dividido em delegacias sindicais em vários locais da região, pois inseriria assim mais trabalhadores na atividade sindical.

Mal iniciado o trabalho político/jurídico em Marabá e a contradição entre o trabalho político e da catequese novamente colocou em conflito Gabriel e a Igreja. O crescimento dos conflitos de posse de terra e a iniciativa de criar sindicatos rurais e urbanos foram ampliando estas arestas.

O trabalho jurídico de Gabriel, mesmo que tenha sido feito em curto espaço de tempo, porém muito rapidamente, foi de grande significado na vida daquelas pessoas e de muitas outras. Em Brasília ficou cerca de nove meses. Foi embora para advogar para a CPT em Conceição do Araguaia onde permaneceu por cerca de 12 meses. Sua presença em Marabá perdurou por volta de 2 anos.

Participou, com outros advogados, em outras causas por todo o Pará. Neste período, Gabriel também atuou com sucesso na defesa dos posseiros em outras regiões. Como no conflito da Fazenda Capaz, uma área na então PA-70, hoje BR-222, na região sudeste do Pará. Os posseiros emboscaram e mataram o fazendeiro John Davis, ex-piloto da Força Aérea dos Estados Unidos na guerra da Coréia, que se transformou em missionário e, depois, em proprietário rural, mas que era, sobretudo, madeireiro. Com ele morreram dois dos seus filhos também dos EUA.

Alguns posseiros foram presos, antecipadamente condenados e mantidos incomunicáveis, quando Ruy Barata e Gabriel aceitaram o patrocínio. A Juíza de São Domingos do Capim atenta ao direito deles relaxou a prisão dos acusados e instruiu o processo, que resultou na absolvição dos posseiros.



Gabriel junto a posseiros na região do Araguaia.

Fonte: acervo da família

Essa combinação de defesa articulada e Judiciário raramente altivo quebrou, neste caso, a Doutrina de Segurança Nacional para outros casos semelhantes, restabelecendo o princípio do contraditório e de uma defesa mais ampla do que aquela até então vigente na prática. Ruy e Gabriel tinham motivos para comemorar<sup>[6]</sup>.

Não era este o instrumental que a Igreja esperava de seus assessores, inclusive seu advogado. Queriam que seu advogado não aparecesse tanto no trabalho político e se somasse no trabalho de catequese. E o bispo mandou demitir Gabriel da advocacia da CPT em Marabá no início de 1981.

---

<sup>[6]</sup> PINTO, Lúcio Flávio. **Violência no Pará: ontem como hoje**. Abr. 2006. Disponível em: <https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&cid=488>. Acesso em 30.07.2020.



\*

A impressão que ele e seus companheiros de luta tiveram depois do rompimento do contrato de trabalho com a CPT foi que a Igreja pretendia que ele ficasse sem proteção no sentido subjetivo. Não que a criminalidade e a violência no campo respeitem hoje e respeitassem na época alguma instituição ou pessoa. Mas, ele ficou sem emprego, sozinho no campo de luta com os posseiros, vindo do Sul do Brasil, contra os grileiros, o latifúndio e a polícia.

Mas Gabriel tinha suas atenções voltadas para o trabalho que o cativara de organização social e sindical. Acreditava e percebia que seus novos companheiros cresciam em sua consciência política e passavam a assumir mais expressão política, ganhando mais adeptos e simpatizantes na região. Reorganizaram o PMDB na cidade e realizaram convenção lançando diversos candidatos contra a pistolagem. Fundaram sindicatos e ele foi contratado pelo sindicato dos trabalhadores rurais. Voltou a ter alguma forma de remuneração e sustento.

Enquanto isso, os grileiros Nelito e Marinheiro (daqui em diante serão chamados grileiros) compraram terras da família Mussalem na comunidade de Pau Seco e foram tirar as famílias que lá moravam, algumas por mais de dez anos. Fizeram várias investidas, atiraram nos posseiros, ameaçaram matar. Então, os posseiros procuraram o Dr. Gabriel

para defendê-los. A juíza Ruth Gurjão do Couto deferiu a liminar de reintegração de posse ilegal aos grileiros. E Gabriel formulou um Mandado de Segurança contra a decisão da juíza e obteve a liminar suspensiva à reintegração de posse em Belém, em fins de 1981.

Foi uma das primeiras decisões judiciais no Pará e do Brasil que decidiam por justiça em favor dos posseiros. O caso ganhou os noticiários e os grileiros juraram Gabriel de morte, para antes do julgamento do Mandado de Segurança no Tribunal em Belém, que ocorreria em agosto de 1982. Tudo comprovado, ante testemunhas.

No dia 18 de julho de 1982, no final da convenção do PMDB foi assassinado com 3 tiros pelas costas. O inquérito tudo comprovou. A prova testemunhal foi suficiente, mas a juíza, e depois seus substitutos, nunca tiveram pressa, presteza ou interesse em solucionar este caso.

O mandante e o executor (os grileiros) foram presos em 2 dias e enviados para Belém. Era a juíza garantindo a segurança dos presos. E três dias depois emitiu o alvará de soltura. Ou seja, o Estado retirando-os da cena do crime e da pressão popular, que se concentrou na frente da delegacia onde estavam presos, tal era a revolta do povo, soltando-os fora de Marabá.

O inquérito policial teve início em 24 horas, ouviu muitas testemunhas e colheu muitas provas. Foi concluído em 08/09/82, portanto 50 dias depois do crime. Mas a sentença de pronúncia foi exarada em 31/08/2000, 18 anos depois.

\*

Um advogado mineiro de 27 anos foi assassinado no exercício de sua profissão pelo latifúndio para obstaculizar a justiça. O caso correu o Brasil e foi divulgado em toda a mídia no dia seguinte, sendo percebido em outros lugares do mundo. Cartas de governos, entidades civis começaram a chegar de diversos países endereçadas ao Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, ao Governador do Pará, Alacid Nunes, ao Bispo de Marabá, D. Alano Pena, e à nossa casa, dirigidas a meu pai. Entidades civis, escritórios de advogados, centrais sindicais da Suíça, Austrália, Finlândia, Irlanda, Inglaterra, Alemanha, França, EUA, Suécia. O parlamento inglês, a Anistia Internacional, universidades estrangeiras exigiam a mais rigorosa apuração do bárbaro crime.



Registro de manifestação na região do Araguaia pela morte de Gabriel Pimenta.

Fonte: acervo da família

No Brasil, partidos políticos, entidades civis, sindicatos e movimentos culturais exigiam o mesmo esforço pela apuração dos fatos numa nota onde constavam partidos, paróquias, CONTAG, CPT, CIMI, ANDES, MFC, PróCUT, sindicatos, entidades estudantis, UNE e muitas outras. O PMDB tomou a frente da denúncia, envolveu o governo do Pará e chegou aos noticiários nacionais por muitos dias. Foi um fato lamentável que jogou grande pressão sobre a juíza e os grileiros.

Todavia, durante estes 18 anos todos os meios de atrasar o processo foram adotados. Pasmem. O réu se casou com parente direta do oficial do cartório onde corria o processo. O processo foi encaminhado a outra vara, onde o oficial também declinou a responsabilidade, pois era tio da noiva. Entre outras manobras para atrasar seu andamento, o processo permaneceu no escritório do advogado dos réus em pedido de vista de cinco dias por um ano, sem que ninguém o reclamasse.

Em Juiz de Fora, a família aturdida, arrasada, ofendida, impotente contra o crime que lhe ceifou um filho querido, não sabia o que fazer a tão grande distância. Constituímos quatro advogados em períodos diferentes que que pouco ou nada faziam e declinavam do mandato por medo de represálias dos grileiros soltos na cidade. Somente em 2002, 20 anos depois, por intervenção pessoal de um advogado da CPT, assumiu o patrocínio da causa, nesta altura, transitada em julgado.

\*

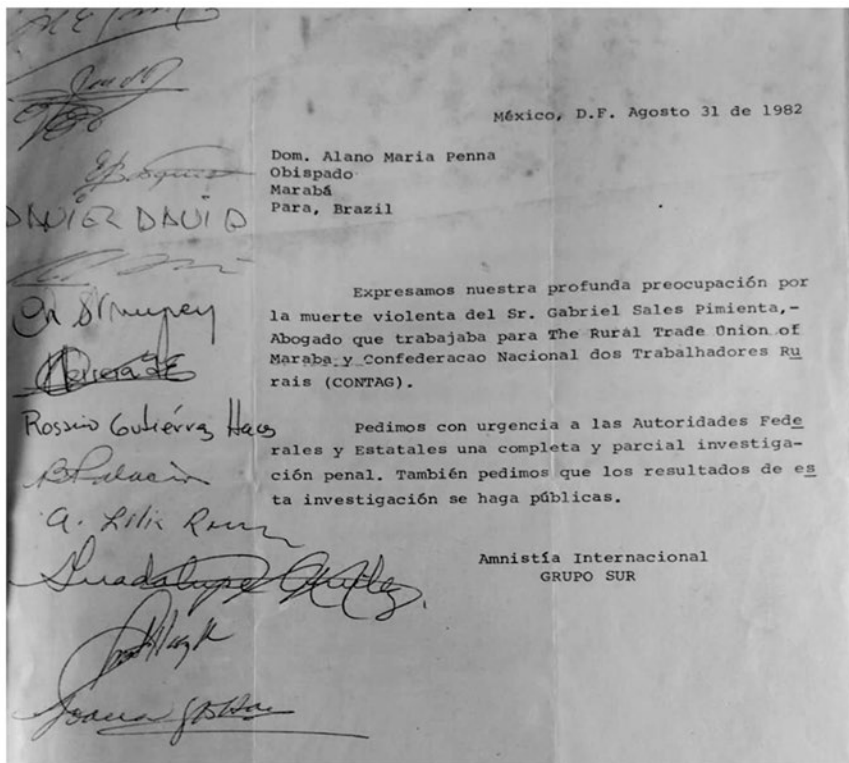
Antes de 18 de julho de 1982, - e todas as informações estão nos autos ou na imprensa local e nacional, portanto em condições de serem percebidas pela juíza de então - os grileiros já haviam

gado a impressão de sua conduta violenta e sem escrúpulos. Em maio de 1980, os grileiros adquiriram junto a Maria Moussalem Quadros, o domínio útil de dois imóveis rurais, pertencentes ao Estado do Pará.

Neste ano, o Getat (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins), órgão federal responsável pela execução da política fundiária na região, destacou área do Castanhal Fortaleza II, considerada devoluta, discriminada, arrecadada e incorporada ao patrimônio da União, para uso do Getat. Exatamente ali nesta área encontravam-se cerca de 160 famílias de posseiros que, ao longo dos anos 70, haviam se estabelecido no local. Grande parte destes posseiros recebeu, no biênio 1979-1980, licenças de ocupação (LO) e títulos definitivos de propriedade, todos regularmente expedidos pelo Getat.

De outro lado, os grileiros extraíam madeira e exatamente a área onde encontravam-se os posseiros era a mais rica em quantidade, qualidade e variedade de madeiras.

Então, a partir de julho de 1980, iniciou-se, por parte deles campanha crescente de terror e violência contra os posseiros assentados pelo Getat, tudo com o objetivo de desalojá-los. Utilizavam capangas à luz do dia e tratores para derrubar cercas e roças. Apesar dos riscos que corriam, posseiros resistiram e, certa ocasião, conseguiram até mesmo impedir a derrubada de suas casas.



Manifestação sobre a execução de Gabriel Pimenta da Anistia Internacional.  
Fonte: acervo da família.

Apresentaram queixa à juíza de Direito e a situação se inverteu. Os posseiros violentados passaram a acusados de turbadores da posse que os grileiros diziam haver comprado da sra. Moussalem.

Como na área existissem todas aquelas posses, algumas com mais de 15 anos, os grileiros, utilizando pistoleiros, aprofundaram o clima de terror na região. Posseiros eram espancados e outros baleados, sem qualquer providência do Estado, da polícia ou do judiciário.

Então, Gabriel, procurado, obteve junto ao Getat o reconhecimento sobre a regularidade da posse dos posseiros, fazendo cair por terra as pretensões daqueles. Daí, os grileiros propuseram ação de reintegração de posse junto à justiça comum de Marabá, intitulado os posseiros de invasores recentes e não informando sobre sua localização em terras públicas federais.

Os grileiros obtiveram a medida liminar de reintegração de posse e 30 famílias de posseiros foram desalojadas. Alguns dias depois ocorreu a expulsão das famílias restantes. Mesmo posseiros que contavam com título definitivo de propriedade, expedido pelo Getat e inscrito no Registro de Imóveis de Marabá foram expropriados de seus lotes.

A violência contra o abandonado e desprotegido trabalhador do campo é tão patente no Brasil colonial de hoje que os cerca de 30 posseiros ficaram presos mais de cinco horas dentro de um galinheiro, dormindo depois em um retiro de curral destinado ao gado. Conduzidos para Marabá, lá ficaram presos por onze dias. Mesmo inocentes.

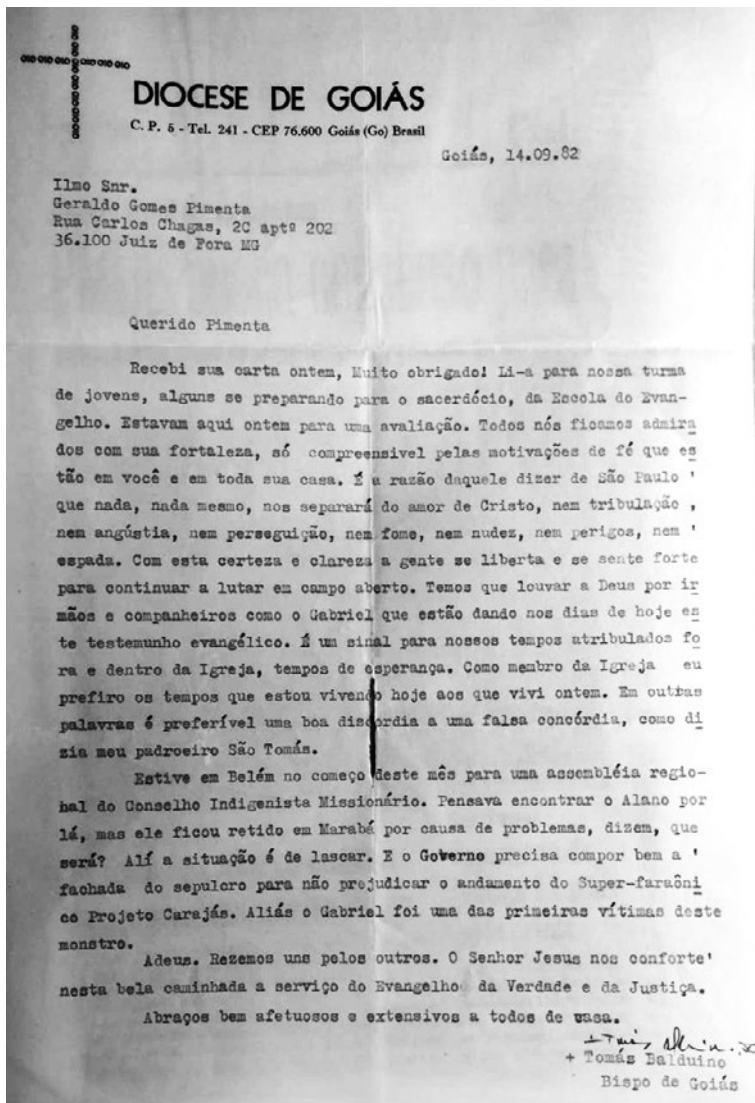
De acordo com relatos, um lavrador foi baleado por um dos pistoleiros que acompanhavam os 15 soldados da Polícia Militar que realizaram o despejo<sup>[7]</sup>. Concluiu que se tornara comum.

Num dia ameaças diretas, mostraram armas de fogo a mulheres e crianças, dizendo que iriam matá-los. No outro dia, os grileiros e seus pistoleiros tocaram fogo e destruíram todos os barracos.

Um inferno. Muitas atrocidades foram cometidas, sem qualquer medida de justiça pelo Estado e suas instituições.

---

<sup>[7]</sup> BARATA, Ronaldo. **Inventário da Violência. Crime e Impunidade no Campo Paraense** (1980-1989). Belém: Editora Cejup, 1995.



Carta de D. Tomás Balduino, fundador da CPT ao pai de Gabriel Pimenta, o sr Geraldo.

Fonte: acervo da família.



Foi neste exato momento em que tudo parecia perdido para os posseiros e em que a violência, a covardia, a prepotência e a mentira mostravam-se triunfantes, com a conivência do Estado, que Gabriel conseguiu junto com Benedicto Monteiro uma retumbante e brilhante vitória judicial.

Em 20 de novembro de 1981, duas semanas após a expulsão completa dos posseiros, Gabriel impetrou Mandado de Segurança no Tribunal de Justiça do Pará contra a dita medida liminar deferida pela juíza de Marabá. O relator do MS, Desembargador Ary da Mota Silveira, concedeu a medida liminar, suspendendo a reintegração de posse e determinando o retorno das 160 famílias para suas áreas originais. No dia seguinte, oficiais de justiça de Marabá, acompanhados por policiais militares, reinstalaram as 160 famílias em seus respectivos lotes de terra. Chegavam em caminhões com famílias e ferramentas, muitos foguetes e gritos festivos.

Para os grileiros, o fracasso de seus intentos se devia ao trabalho incansável e qualificado de Gabriel e outros advogados. A impunidade era tão presente que voltaram para o que faziam – a violência desmedida. Após o retorno dos posseiros todas as ações criminosas foram redobradas. Novas ameaças de morte e assassinatos.

No dia 4 de agosto de 1982, estava marcada a audiência final do MS interposto em Belém por Gabriel, que suspendera a reintegração de posse aos grileiros. Quanto mais próximo desta data, mais as ameaças contra os posseiros e Gabriel se intensificaram, tudo dito em público mediante testemunhas que depuseram no inquérito.

As ameaças contra Gabriel eram claras, porém não diretas. Várias pessoas visualizaram pistoleiros dos grileiros rondando a casa do advogado e fazendo ações de reconhecimento nos locais que Gabriel mais frequentava.

Os grileiros conseguiram seu intento maior. Gabriel foi morto com três tiros pelas costas tendo morte imediata. O pistoleiro estava num Fusca bege, acompanhado de Marinheiro, ao volante, e de outro pistoleiro. Uma testemunha a tudo presenciou, depôs em cartório duas vezes, apontando o criminoso, os executores e a mecânica dos fatos.

A grande repercussão local e nacional do assassinato de Gabriel Pimenta, absolutamente inesperada para os grileiros, obrigou o pistoleiro Crescêncio a fugir às pressas de Marabá, abandonando sua família. As investigações também comprovaram que ele atuava como chefe do grupo de pistoleiros que os grileiros mantinham na região. O outro pistoleiro que o acompanhava foi assassinado em maio de 1984, antes que prestasse novos esclarecimentos solicitados pelo Ministério Público. Anos mais tarde, Crescêncio também seria assassinado em circunstâncias nebulosas, que indicavam claramente ‘queima de arquivo’, destino também seguido por ‘Marinheiro’, assassinado em 1º de agosto de 1999, em condições não esclarecidas. Tudo amplamente divulgado na imprensa paraense.

Outras evidências estavam no processo. Foi descoberto que os dois haviam adquirido o carro que transportou o assassino de Gabriel Pimenta cinco dias antes. O nome do vendedor, seu depoimento e o cheque utilizado na compra estão nos autos. A Polícia Civil ainda conseguiu identificar que a placa do veículo utilizado para a prática do crime era a mesma do veículo adquirido cinco dias antes do homicídio.

Mesmo após o assassinato de Gabriel, os grileiros ficaram poucos dias presos e continuaram perseguindo posseiros na área e só não mataram Antônio Chico, companheiro de Gabriel e presidente

do sindicato dos trabalhadores rurais, por terem sido impedidos pela pronta intervenção de populares, dentro de um ônibus<sup>[8]</sup>.

Portanto, mesmo quando obrigado e coagido a agir de modo civilizado o latifúndio é violento e não respeita limites.

Em 6 de maio de 1988, por meio da Portaria nº 606/88, o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), autorizou a aquisição, através de acordo, do Castanhal Fortaleza I, com área de 3600 hectares e do Castanhal Fortaleza II, com área de 2398,60 hectares, sendo ambos os imóveis destinados para assentamento dos trabalhadores rurais.

A parte do Castanhal Fortaleza II, onde residiam as 160 famílias de posseiros, foi incorporado aos dois imóveis adquiridos, sendo criado um único projeto de assentamento. Estava, desta forma, encerrado o conflito fundiário que havia se iniciado no distante ano de 1980 com a permanência dos posseiros, agora donos da terra.

\*

Gabriel, um jovem advogado sem experiência profissional, principalmente nos conflitos agrários no fundo da Amazônia, já que advogava a menos de três anos, não percebeu a seriedade das ameaças que vinha recebendo, nelas não acreditava, nem no desapego dos grileiros com a ética de vida em sociedade, como se vê até nos dias atuais.

Os crimes no campo e na cidade são consubstanciados em violência contra os pobres e impunidade ante o Estado inoperante e abusadamente parcial em favor dos poderosos.

---

[8] BARATA, Ronaldo. **Inventário da Violência. Crime e Impunidade no Campo Paraense** (1980-1989). Belém: Editora Cejup, 1995.

No dia 28 de julho de 1982, dez dias após seu assassinato, o MPE foi favorável à decretação de prisão dos grileiros. No mesmo dia, a juíza decretou a prisão, para determinar sua soltura três dias depois. Mantidos presos pelo Secretário de Segurança do Estado, no dia 9 de agosto de 1982, em cumprimento à decisão das Câmaras Criminais Reunidas do Tribunal de Justiça do Pará, ambos foram soltos.

Mesmo que a sessão de julgamento do Mandado de Segurança no Tribunal de Justiça do Pará ocorrida cinco dias antes, em 4 de agosto, tinha julgado o mérito do MS e declarada sua procedência, confirmada a liminar, autorizando a permanência dos posseiros na terra, como pedira Gabriel na ação.

A sessão de julgamento foi acompanhada pela imprensa nacional e internacional. A decisão confirmava que os grileiros não tinham direitos fundiários. O inquérito policial estava concluído desde 23 de julho, quando o delegado pedira a prisão de ambos, devido à quantidade e qualidade das provas obtidas. Como e porque, então, foram soltos pelo Tribunal de Belém, cinco dias depois deste julgamento só se explica pelos jogos de poder e do favorecimento do latifúndio.

Nos anos que se seguiram, os grileiros sempre atribuíram aos seus contatos políticos uma interferência decisiva para a soltura de ambos.

E o processo foi sendo incluído entre as prioridades no fórum e no segmento pistoleiro e violento da sociedade de Marabá a ser sempre que possível engavetado.

Formara-se um quadro dramático de impunidade. Assassinado na defesa dos posseiros e do povo pobre, sem apoio da Igreja e da CPT que o demitiram. Os grileiros e a polícia permaneciam violentamente atacando os ocupantes da terra em litígio. A família distante no mapa e culturalmente daquele jogo de interesses perversos, que nada percebia.

Passaram-se meses até que o inquérito policial fosse encaminhado ao Ministério Público em dezembro de 1982. Somente um ano depois foi ouvida a testemunha ocular Luzia Batista da Silva.

Audiências eram marcadas e desmarcadas sem explicação durante dois anos.

Após a decretação da prisão preventiva do grileiro, somente dois anos depois foi expedido o mandado de prisão.

O interesse no atraso do seu andamento era tanto que em março de 1986, o processo foi entregue em carga ao advogado defensor de um dos réus, para vista de dez dias. Contudo, o processo só foi devolvido cerca de um ano após, em março de 1987. Mesmo assim, somente após denúncia da imprensa.

Entre março de 1986 e março de 1987, o processo foi considerado desaparecido. Somente após explosiva reportagem publicada em revista de circulação nacional o processo foi devolvido à secretaria<sup>[9]</sup>. Na reportagem consta denuncia que o grileiro estava escandalosamente em cima do mesmo palanque que o presidente Sarney, junto de seu irmão governador de Minas Gerais, Newton Cardoso.

Mesmo assim, citado o endereço na reportagem, não foi adotada nenhuma diligência policial no sentido de dar cumprimento ao mandado de prisão expedido em março de 1986.

O juiz parou o processo por três anos e três meses. Somente em 1988 foi realizada a audiência de interrogatório do acusado, após passados quatro anos e quatro meses da primeira tentativa.

Em fins de 1988, outra audiência ouviu testemunhas. A mais importante delas, Luzia, testemunha ocular do crime em toda sua extensão, pois estava na calçada ao lado do carro dos pistoleiros, não compareceu

---

<sup>[9]</sup> **Revista Isto É**, edição de 12.nov.1986.

por não ter sido localizada. Na verdade, Luzia Batista da Silva havia morrido alguns meses antes em circunstâncias ainda hoje inexplicadas.

Foi designada a data de 14 de março de 1989 para a inquirição de testemunhas, que não se realizou. Remarcada três vezes, somente em abril de 1991, dois anos após a primeira tentativa, foi inquirida a última testemunha que morava na cidade e nunca dela se ausentou.

A intimação do Ministério Público para alegações finais demorou um ano. E as alegações finais dos réus demorou seis anos. Maio de 1998 alegações finais do último acusado Crescêncio.

O acusado 'Marinheiro' foi assassinado no dia 1º de agosto de 1999.

Em agosto de 2000, foi prolatada decisão de pronúncia em relação a 'Nelito' e impronúncia em relação a Crescêncio. Não foi interposto nenhum recurso contra a decisão.

Portanto, somente em janeiro de 2002, quase dez anos após a abertura do prazo para apresentação de alegações finais, foi certificado o trânsito em julgado da decisão de pronúncia do grileiro ainda vivo.

Maio de 2002 ficou definida a realização do julgamento do acusado pelo Tribunal do Júri. A sessão de julgamento não se realizou. Outro júri marcado para fevereiro de 2006, não se realizou. Mas, em abril de 2006 a Polícia Federal o prendeu em fazenda do irmão em Minas Gerais.

Porém, a prisão foi jogo de cena. No dia 12 de abril o Ministério Público solicitou que fosse reconhecida e declarada a prescrição da pretensão punitiva em relação ao grileiro vivo. E em 8 de maio de 2006 o Tribunal de Justiça do Pará declarou a prescrição da pretensão punitiva e extinção da punibilidade. Era uma jogada ensaiada.

Encerrava-se, assim tristemente sem o julgamento de nenhum dos três acusados denunciados, depois de 23 anos e 9 meses da data

do assassinato de Gabriel, o processo criminal. Os dois pistoleiros e o grileiro, todos que estavam dentro do carro no dia do seu assassinato, morreram assassinados.

\*

A Família Pimenta constituiu advogados neste processo tardiamente. Somente a partir de 1988 o fizemos, depois de percebermos que todas as pessoas e movimentos sociais que diziam acompanhá-lo, não nos davam notícias dele. Se tivéssemos alguma assessoria poderíamos ter reduzido este tempo de flagrante arbitrariedade da largueza dos prazos neste caso e teríamos diminuído sua duração, tempo que o juízo deixou dormir o feito em suas prateleiras.

Os advogados na cidade eram constituídos a duras penas. Os escritórios mais importantes eram amigos ou próximos dos grileiros. Aqueles que aceitavam o encargo de auxiliar a acusação dos criminosos, não era fácil convencê-los a advogarem a causa contrária aos grileiros dentro da mesma cidade. Um dos réus ainda morava na cidade e era casado com parente do chefe do cartório judicial, como dito acima. Nossos advogados tinham receio e nada faziam no exame crítico do feito judicial ou na denúncia dos desmandos do judiciário. Talvez pudessem ter sido, algum deles, persuadidos a deixar o processo esquecido.

Não tínhamos quem examinasse de modo constante o feito e forçasse o juízo a trabalhar em prol da justiça, municiando a imprensa democrática, muito combativa em Marabá e no Pará a denunciar tamanha parcialidade neste processo.

Militávamos no MDB desde os tempos da ditadura, vários de nós em família. Era o tempo de contrastar com a ARENA e os apoiadores da ditadura militar e dos mandatos biônicos. Trabalhamos pela redemocratização desde garotos em sucessivas campanhas cívicas contra a ditadura e batalhas eleitorais em nossa cidade. A primeira providência que tomávamos após fazer 18 anos, era tirar o título de eleitor e filiar-nos ao MDB, trazendo orgulhosamente para os pais a ficha de filiação.

Participamos de reuniões nacionais e regionais do MDB, da SBPC, da UNE, da Anistia, dos movimentos culturais e políticos em muitas oportunidades. Nossa educação política foi de participação e compromisso com as causas que acreditássemos.

Gabriel, ao chegar em Conceição do Araguaia e Marabá, logo iria buscar se encontrar com pessoas que pudessem ajudá-lo a fundar ali o PMDB. E o fez com toda disposição em Marabá. Veio nos visitar e dizia feliz que tinha reorganizado o PMDB e conseguido alguns candidatos contra os partidos da ditadura, PDS 1 e 2, únicos da cidade.

Na divisão do PMDB mineiro, vínhamos tentando de todas as formas convencer Itamar Franco a enfrentar a convenção do partido e disputar o governo de Minas. Foram sucessivas reuniões. Mas, Itamar, agastado, afastou-se do partido para não disputar a convenção. Candidatou-se por outra sigla e nós ficamos.

Quando o irmão do grileiro venceu a convenção e se candidatou ao governo mineiro em 1986, quatro anos após o seu assassinato, resolvemos permanecer no partido, pensávamos que não podíamos abandoná-lo aos latifundiários e inescrupulosos. Não nos víamos em outro partido, nem fugindo da luta. Qualquer que fosse o resultado da convenção estadual ficaríamos. Hoje vejo que erramos.



MINAS GERAIS

**Encontro ruim****Sarney faz comício com  
indiciado em crime**

Na tarde do sábado dia 13, o presidente José Sarney exibiu-se num palanque no Município de Taiobeiras, a 820 quilômetros de Belo Horizonte, sem saber que do seu lado, puxando as palmas da plateia, encontrava-se um homem indiciado como mandante num caso de homicídio. Trata-se do pecuarista Manoel Cardoso Neto, um dos catorze irmãos do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso. Manoel, conhecido como "Nelito", mora há algum tempo na fazenda Veredão, de propriedade do governador e localizada no Município de Taiobeiras. No sábado, o presidente Sarney e sua mulher, Marly, almoçaram e descansaram por algumas horas na fazenda, antes de acompanharem Newton Cardoso até um palanque instalado no centro da cidade. Nelito esteve o tempo todo ao lado de ambos no alvarque — e, ao ser divulgada sua encenação com a Justiça, houve constrangimento no Palácio da Liberdade, do governador Cardoso, quanto ao Palácio do Planalto, o presidente Sarney.

O crime do qual Nelito é acusado ocorreu no dia 18 de julho de 1982 no município paraense de Marabá e tem relação com as disputas de terras que acontecem com frequência na região. O advogado Gabriel Sales Pimenta, defensor de um grupo de posseiros que invadira duas fazendas do irmão do governador no início daquele ano e militante do grupo de esquerda MR-8, foi morto com três tiros nas costas depois de sair de um bar em Marabá. Nelito e seu sócio, José Pereira da Nóbrega, foram presos dois dias depois do crime, acusados de terem contratado um pistoleiro para assassinar o advogado. Ambos foram soltos um mês depois, graças a um habeas-corpus concedido pelo Tribunal de Justiça do Pará.

**DEPOIMENTO** — Dois anos mais tarde, a Justiça decretou a prisão preventiva de Nelito — e ele sumiu. Durante mais de quatro anos, entre 1984 e abril deste ano, as autoridades paraenses não conseguiram localizá-lo e prendê-lo. Em abril passado, finalmente, Nelito voltou a Marabá para prestar depoimento no processo, depois de saber que a sua prisão preventiva havia sido revogada pela Justiça. "Revoguei a prisão porque senão ele não iria aparecer", explica a juíza Euzilda Pastana. "Era a única maneira de eu dar andamento ao processo", acrescenta. Em seu depoimento, o fazendeiro negou a participação no assassinato do advogado.



Newton Cardoso e Sarney, ao lado de Nelito no palanque: situação constrangedora

"Tivemos alguns desentendimentos por causa das invasões dos posseiros nas minhas fazendas, mas não foi além disso", explicou Nelito.

Desde que abandonou Marabá em 1984, ele passa a maior parte do tempo entre a fazenda do irmão, em Taiobeiras, e Vitória da Conquista, no sul da Bahia, onde tem parentes. As duas fazendas que possuía no Pará, que totalizam 7 200 hectares, foram desapropriadas em maio deste ano por 72 milhões de cruzados pelo Ministério da Reforma Agrária. Na semana passada, parlamentares mineiros que preferiram se guardar no anonimato afirmavam que Nelito, depois de algumas dificuldades para se desfazer das terras no ano passado, conseguiu, pela influência do irmão, que o ministério incluisse suas fazendas no programa de desapropriações para reforma agrária, livrando-se de terras problemáticas que tentou vender antes, sem encontrar candidatos ao negócio.

**CARGOS DE CONFIANÇA** — Depois do encontro circunstancial do presidente José Sarney com Nelito, o caso do assassinato de Gabriel Pimenta voltou à tona — e trouxe em suas dobras algumas dúvidas que contribuíram para dar mais publicidade à história —, dessa vez em torno da família do morto. Na cidade mineira de Juiz de Fora, pelo menos cinco parentes

do advogado assassinado, todos eles ligados ao grupo político MR-8, ocupam cargos de confiança na administração Newton Cardoso desde 1987. Na última sexta-feira, irritado com notícias publicadas em jornais nas quais se fez uma relação entre o crime e os cargos, um dos irmãos do morto, José Pimenta, divulgou nota na qual repudia qualquer insinuação sobre o desinteresse da família pela solução do crime. "O fato de um dos suspeitos ser irmão do governador não nos diz respeito e não impede que membros de nossa família façam parte do governo", afirmou José Pimenta. "Se a Justiça provar o envolvimento dele no crime, não há dúvidas de que deve ser punido."

O episódio ocorrido com o presidente Sarney em Minas Gerais chegou a provocar críticas de pelo menos um ministro, Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil. "O governo está mal assessorado", comentou Costa Couto. "O presidente não poderia ter se encontrado com uma pessoa dessas." No Palácio da Liberdade em Belo Horizonte, o governador Newton Cardoso manteve-se em silêncio ao longo da semana. Ele apenas informou que espera conseguir uma certidão negativa provando que seu irmão nada deve à Justiça, para enviá-la ao Palácio do Planalto. Com isso, Newton Cardoso espera desfazer o constrangimento a que o presidente Sarney foi submetido.

VEJA, 24 DE AGOSTO, 1988

49

Irmão do então governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, o acusado de envolvimento no assassinato de Gabriel Pimenta, o pecuarista Manoel Cardoso Neto ocupa palanque ao lado do presidente da República de José Sarney.

Fonte: acervo da CPT, Belém/PA.

Erramos em acreditar naquela época que junto com outros militantes do MR8 e militantes históricos do PMDB em todo o país, impediríamos a guinada à direita que o partido fazia. Naquele momento, o que realmente ocorreu foi que se acomodavam os interesses da grande burguesia quando chegava ao fim a ditadura e novas partilhas de poder estavam fazendo entre eles. PMDB, PDS e outros tornaram-se o local de acomodação dos grandes empresários que apoiaram a ditadura, agora na oposição.

Ilusão pueril a que tivemos num país que nada mudou em 500 anos de poder para os ricos, solapando direitos do povo a todo tempo, como nos dias atuais.

Erramos em permanecer no PMDB, quando devíamos ter saído e denunciado do modo mais profundo possível em todos os meios de imprensa do país as mazelas do judiciário de Marabá e do candidato irmão do envolvido na morte de Gabriel.

Ao contrário, após as eleições alguns de nós fomos constrangidos a participar do governo e apoiá-lo pelo movimento de esquerda que participávamos dentro do PMDB. O movimento político que tinha orgulhado a todos os democratas, durante a ditadura nos anos de 1968 a 1972, um movimento que orgulhava a todos os combatentes pela democracia no Brasil, havia se acomodado no poder.

Agora importava atuar onde o PMDB pudesse se afirmar, essa era a pegada revolucionária, na maior parte das vezes de modo contraditório com os princípios democráticos que quisemos seguir. Tivemos que lutar sozinhos. Nunca foi traçada alguma estratégia para conter e denunciar a chicana processual. Naturalizaram a morte de Gabriel.

Em Minas Gerais venceu Newton Cardoso e no Pará Jader Barbalho. Ambos pelo PMDB e sem interesse nenhum na solução daquele processo criminal. Vencidas as eleições de 1986 o PMDB foi para o poder e misturou-se aos piores interesses do latifúndio. Sem pressão social e sem advogados foi o período a partir do qual o processo mais atrasos teve.

E terminamos, em família, falando sozinhos a 3500 kms de distância do processo em que o próprio juízo era o prócer do atraso do andamento do feito.

\*

A duração do processo até a sentença de pronúncia, de primeiro grau, foi um escárnio, uma zombaria contra a justiça. O judiciário paraense ofendeu a Constituição Federal, o Código Processual e a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH). Nela se prevê a garantia do direito à prestação jurisdicional em prazo razoável, como em outras regiões do mundo.

Pode ser dito, sem dúvida, que o juízo da comarca de Marabá deu causa diretamente a pelo menos dez anos de atraso do feito.

O Estado brasileiro não acionou, convenientemente, a engrenagem do serviço público judiciário. Não proporcionou à parte

a prestação jurisdicional a que estava obrigado. Houve falta do serviço público<sup>[10]</sup>.

Por tudo isso, o Estado do Pará foi acionado em ação de indenização e a sentença foi procedente, condenando o Estado a indenizar seus familiares por omissão gravosa. Mas o Tribunal de Justiça do Pará cassou a sentença e extinguiu a ação ao argumento de que não entendeu que o demorado tempo de duração do processo tenha sido causado pelo Judiciário, que é o responsável pelo seu andamento, e que isso não tem relação com a prescrição no caso. Decisão corporativista e antijurídica. Afinal, em todo o processo se demonstrou que foi a negligência do judiciário que causou a prescrição do tempo de punição dos culpados. Disse o acórdão que:

(...)A ocorrência de dolo ou fraude do julgador ou dos serventuários da justiça, devendo sua configuração ser demonstrada de plano, situação que não foi efetivamente demonstrada nos autos; (...), não se podendo cogitar que houve a falha ou falta do serviço pelo simples decurso do tempo; (...), não vislumbro na hipótese dos autos a prática de negligência deliberada na condução do processo por parte dos servidores do Poder Judiciário, suscetível de ocasionar retardamento injustificado na prestação jurisdicional<sup>[11]</sup>.

E negaram acesso à justiça no caso, afirmando-se o crime.

---

<sup>[10]</sup> STF, 2ª turma, REExt. 32518-RS, Rel. Min. Aliomar Baleeiro, DJU 23/11/1966.

<sup>[11]</sup> **TJPA**. 5ª Câm. Cív. Isolada. Comarca de Marabá. Apelação Cível - Processo nº 2012.3.017608-9. Apelante: Estado do Pará. Apelada: Maria da Glória Sales Pimenta. Rel. Des. Diracy Nunes Alves. 02 de junho de 2016.

O dano moral a todos nós e a todos os seus amigos foi muito extenso. Em nossa casa não conseguíamos falar sobre o assunto por quase dez anos. Não tínhamos força ou atitude de cobrar a resolução do processo. Estávamos presos à fatalidade.

Em 2002, a CPT juntou-se ao CEJIL (Centro pela Justiça e o Direito Internacional) do Brasil na defesa de nossa reclamação ante o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que o extinguiu por perda de objeto em 2008. Também neste caso, bloqueou-se o acesso à justiça.

Assim, propusemos, via CEJIL e CPT, reclamação contra o Estado brasileiro ante a CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA – Organização dos Estados Americanos, interposta no ano 2006, que julgará o Estado brasileiro quanto à morosidade processual e consequente dano ao direito dos familiares e lutadores pelos direitos humanos no Brasil, condenado que será a reparar os danos perpetrados naquele processo.

\*

Quarenta anos depois de sua morte, a história e o exemplo de luta de Gabriel Pimenta seguem impulsionando a dura luta dos camponeses pobres no sul do Pará e no Brasil. Seu nome é lembrado em diversos locais na cidade de Marabá, no Estado do Pará e por todo Brasil como lembrança de luta e que a vida é luta. Como disse Gonçalves Dias: “Viver é lutar, aos fracos abate, aos fortes e bravos só pode exaltar<sup>[12]</sup>”.

---

[12] Gonçalves Dias. Canção do Tamoio. **I Juca Pirama**. 1851.



Manifestação em memória da luta de Gabriel Pimenta, Marabá/PA.

Fonte: acervo da família

Gabriel Pimenta é referência importante no Brasil, do Núcleo de Advogados do Povo - NAP, que o tem como norte, moral e profissional, na defesa atual dos direitos do povo<sup>[13]</sup>. Diversas entidades populares, sindicais, centros acadêmicos universitários de direito têm seu nome, bem como núcleos de prática jurídica e de advocacia popular.

Homenageado pelo Grupo Tortura Nunca Mais no Rio de Janeiro, recebeu a 24ª Medalha de Resistência Chico Mendes em

---

[13] Jornal **A nova democracia**. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/nov-90/4017-30-anos-do-assassinato-do-advogado-do-povo-gabriel-pimenta>. Acesso em: 30. abr. 2020.

2012<sup>[14]</sup>. Recebeu a Medalha Juscelino Kubitschek da Universidade Federal de Juiz de Fora em 2018 em reconhecimento à trajetória de êxito, na forma de serviços prestados à sociedade brasileira<sup>[15]</sup>. O município de Juiz de Fora também dele se lembrou na publicação do Relatório da Comissão Municipal da Verdade, Memórias da Repressão em 2016<sup>[16]</sup>. Foi incluído entre os homenageados pelo Projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em livro publicado em 2013<sup>[17]</sup> entre outras homenagens e lembranças.

Como dito em nota de protesto e apoio contra o assassinato de Gabriel, assinada por 19 entidades de Marabá no dia 20 de julho de 1982, quem matou Gabriel foi o latifúndio, na sua fome devoradora de terras, foram os grandes grupos capitalistas, multinacionais, na sua voragem de lucros, devastação e saque das riquezas naturais e minerais de nosso país.

---

[14] Grupo Tortura nunca mais – RJ. **24ª Medalha de Resistência 2012**. Disponível em: [www.torturanuncamais-rj.org.br](http://www.torturanuncamais-rj.org.br).

[15] Universidade Federal de Juiz de Fora. **Medalha Juscelino Kubitschek 2018**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2018/12/12/servidores-sao-homenageados-com-medalha-jk/>. Acesso em: 01.ago.2020.

[16] **Memórias da Repressão**. 2ª ed., Editora MAMM. Juiz de Fora. 2016.

[17] **Camponeses mortos e desaparecidos**: Excluídos da justiça de transição. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2013.

Hoje, em tempo de pandemia, o ministro da economia anuncia ajuda aos bancos (1% da população) de 1,5 trilhões de reais e ao povo e pequenas empresas (90% da população) foram distribuídos 300 milhões de reais, sendo 50 milhões de desempregados. Nada mudou na proteção dos ricos e desproteção do povo pobre.

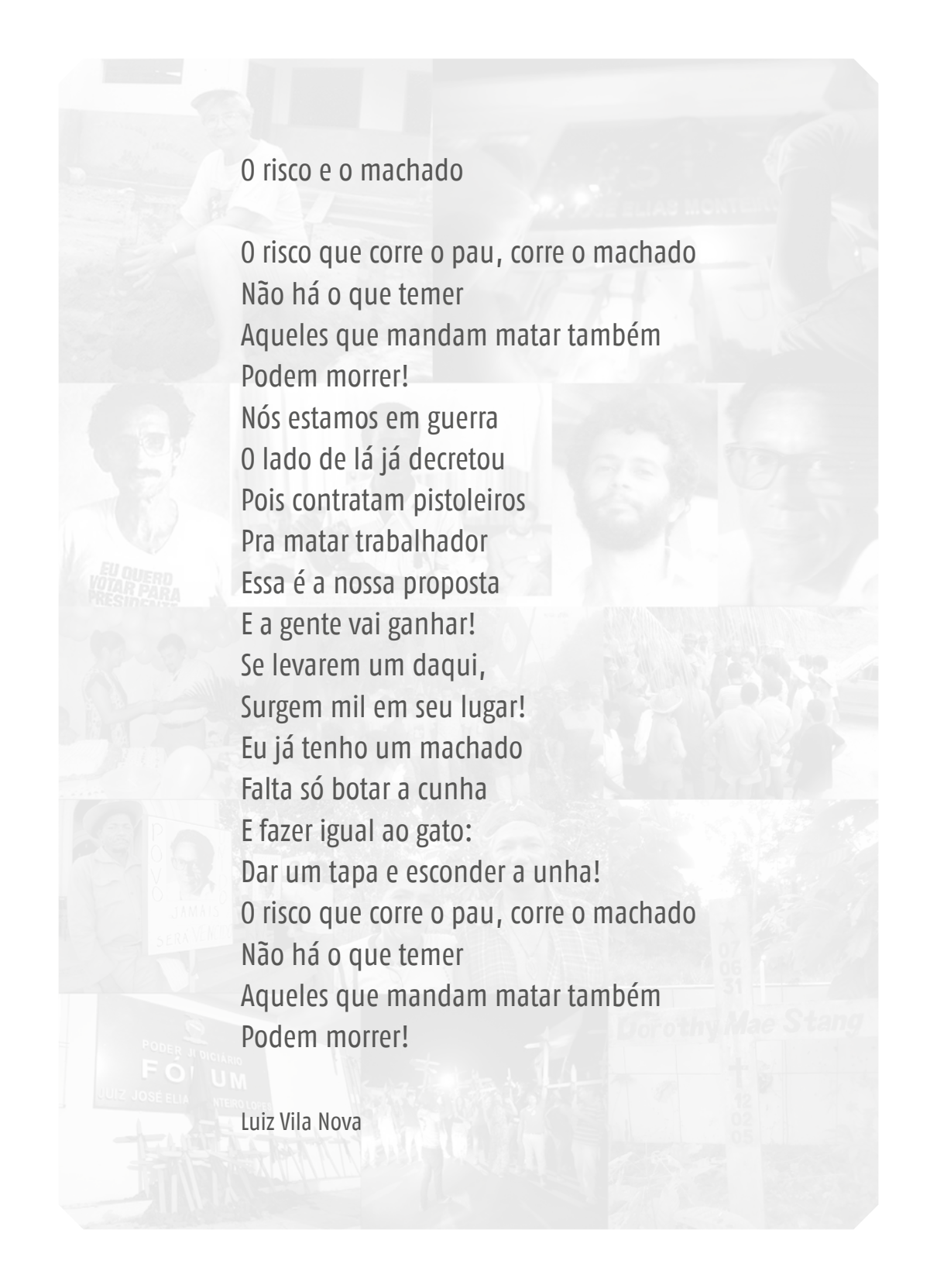
Em pouco mais de três anos de uma passagem rápida e fulgurante pela vida do povo do sul do Pará, o resultado marcante do trabalho de Gabriel deixou marcas indestrutíveis na consciência de todos os que cruzaram seu caminho, marcas que perdurarão por toda a vida e servirão de exemplo na luta. Também para todos que o conheceram ou conheceram sua história, de entrega de seus valores e sua vida na defesa do povo trabalhador será inesquecível. Permanecemos comungando ideais e seguimos juntos com a memória dele como revolucionário alegre, irreverente e de sério compromisso com a democracia, com a reforma agrária e com o aprofundamento da igualdade de todos na diversidade, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação<sup>[18]</sup> que vamos construir no nosso país.

Obs: as fotografias aqui utilizadas são particulares de autoria desconhecida.

---

<sup>[18]</sup> Constituição Federal do Brasil. Art. 3º, IV.





O risco e o machado

O risco que corre o pau, corre o machado

Não há o que temer

Aqueles que mandam matar também

Podem morrer!

Nós estamos em guerra

O lado de lá já decretou

Pois contratam pistoleiros

Pra matar trabalhador

Essa é a nossa proposta

E a gente vai ganhar!

Se levarem um daqui,

Surgem mil em seu lugar!

Eu já tenho um machado

Falta só botar a cunha

E fazer igual ao gato:

Dar um tapa e esconder a unha!

O risco que corre o pau, corre o machado

Não há o que temer

Aqueles que mandam matar também

Podem morrer!

Luiz Vila Nova

# PAULO FONTELES: A SAGA DO ADVOGADO DE POSSEIROS NO INTERIOR DO PARÁ, CONTIDO À BALA.

Ismael Machado<sup>[1]</sup>



[1] É jornalista laureado com inúmeros prêmios, entre eles o Vladimir Herzog, de Direitos Humanos. Email: Ismael.machado86@gmail.com

A bala que atingiu a cabeça de Paulo César Fonteles de Lima, na manhã do dia 11 de junho de 1987, num posto de gasolina à saída de Belém, representou não apenas um atentado contra uma pessoa que, aos 38 anos, já passara até ali por situações e fatos cuja intensidade a maioria das pessoas precisaria de duas vidas para vivê-las, mas possui o simbolismo de ser uma espécie de corolário da violência que, mesmo sempre tido estado presente no processo de colonização e ocupação da Amazônia- mais notadamente o Pará- alcançou um status de organização metódica a partir da chegada maciça do ‘grande capital’ para o estado, incentivado pelo governo militar autoritário imposto ao país em 1964. Paulo Fonteles foi testemunha, protagonista e vítima desse processo entre as décadas de 1970-1980.

Quando os tanques militares ocuparam as principais cidades brasileiras e interromperam mais um fluxo democrático no país, depondo João Goulart, Paulo Fonteles ainda era um adolescente neófito nas questões sociais brasileiras. Era inquieto e curioso, como o são os jovens em qualquer época. Quatro anos depois, o mundo explode em diversas manifestações protagonizadas por jovens, a maioria estudantes, propondo e exigindo mudanças numa sociedade que parecia velha demais, opressora demais, rígida em demasia. Em 1968, Paulo Fonteles já se transformara em um universitário consciente de seu lugar no mundo. Torna-se militante dedicado da Ação Popular.

Dois anos antes, o governo militar iniciara seu projeto de abrir a Amazônia para o capital, para os grandes empreendimentos, tornando a região atrativa a empresários e grupos de outras regiões do país- e do mundo. Em 1966, é criada a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Financiamentos generosos para os capitalistas amigos do governo ditatorial passam a fazer parte do universo da região.

No início da década de 1970, o presidente Emílio Garrastazu Médici anuncia um plano de 'integração' da Amazônia ao país, atraindo migrantes de todos os quadrantes brasileiros para ocupar o 'vazio demográfico' regional. O mote 'terra sem homens para homens sem terra' traz embutido, por si só, o verniz da violência subjacente. A terra oferecida nem de longe era uma terra sem homens, desocupada. Havia, como sempre houve, povos, populações inteiras habitando aqueles espaços. Mas, como sempre também, solenemente ignorados. Ou vistos como empecilho à cruzada do progresso.

Paulo Fonteles – Convenção  
do PMDB – Ginásio Jarbas  
Passarinho – Belém - PA – 1981.

Fonte: Miguel Chikaoka



Ao longo da década, a União acendeu a fogueira dos conflitos na região, mais notadamente no Pará. Atraiu o grande capital e os pequenos lavradores, colocando-os no mesmo espaço onde uma população tradicional já fizera dali sua moradia. E omitiu-se. Ou quando agiu, foi em defesa dos interesses de quem representava o grande capital, mesmo que este fosse, ainda assim, um capital periférico.

É emblemático, nesse sentido, um antigo comercial da Volkswagen, adentrando uma Transamazônica em construção, logo após uma grande árvore ser derrubada por um trator. Está tudo sintetizado ali, naquela peça publicitária. A floresta sendo definida pelo narrador como um inferno a ser vencido, a árvore, semelhante a uma castanheira, sendo dizimada por um trator e a estrada, enlameada, ser ocupada por um veículo de uma multinacional, que se instalaria no estado como latifundiária, promovendo, inclusive, trabalho escravo.



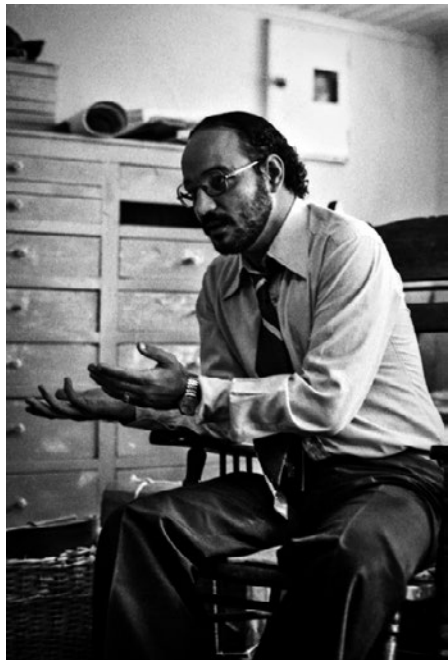
Peça publicitária dos anos de 1970 celebra o triunfo do capital sobre a floresta. Propaganda do Fusca.

Paulo Fonteles ainda não conhecia essa realidade. Mas enquanto os grandes projetos- minerais, inclusive- iam ocupando o Pará, uma guerrilha se fazia presente. No mesmo ano em que a Sudam foi criada, Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, um militante do PCdoB com passagem por países comunistas, chega à região do Araguaia para iniciar os primeiros passos de uma rebelião guerrilheira. Dezenas de outros militantes vão chegando aos poucos. Encontram localidades onde a ausência do estado é o que mais se faz notar. E irão contar uma história que dá sentido ao termo ‘guerra suja’ praticada pelo Exército Brasileiro. Mais uma.

É em Brasília, com a companheira Hecilda Veiga, que Paulo Fonteles está atuando, quando as primeiras peças do tabuleiro amazônico começam a se movimentar. Paulo irá cerrar fileiras ideológicas com o PCdoB, será um militante ativo, mas cairá nas mãos da repressão. Ele e Hecilda sofrem torturas que deixarão marcas para o resto de suas vidas e de pessoas próximas também. Na capital do poder, Paulo Fonteles desce ao inferno.

Paulo Fonteles – Entrevista para o Jornal Resistência, vinculado à Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos do Pará (SDDH), Belém – PA – 1981.

Fonte Miguel Chikaoka



Condenado num arremedo de julgamento, cumpre a maior parte da prisão em Belém, no Presídio São José. É ainda em Brasília, encarcerado, que ouve falar a primeira vez na Guerrilha do Araguaia. Mas pouco fica sabendo em detalhes da carnificina que está ocorrendo em terras paraenses. Indígenas, camponeses e camponesas, além de guerrilheiros e guerrilheiras resistem e sucumbem à violência das ‘gloriosas’ Forças Armadas brasileiras e outros agentes da repressão.

RESISTÊNCIA

**Documento TORTURA**

## O depoimento de Hecilda Fontelles

*“Filho desta raça não deve nascer”*

Esta depoimento, de Hecilda Veiga Fontelles, é o último dos que publicamos na edição no. 6, arbitrariamente apreendida em agosto de 1978 pela Polícia Federal, por ordem do então Ministro da Justiça. Como os depoimentos anteriores, de Isabel Cunha,

Paulo Fontelles e Humberto Cunha, o depoimento pungente de Hecilda, torturada barbaramente a partir do quinto mês de uma gravidez, é um grave testemunho dos crimes cometidos pelo regime militar e seu aparato repressivo, nos anos mais negros da história recente do Brasil. Isso é tanto mais grave, quando se sabe que continuam intocáveis o aparato da repressão política e seus torturadores, que tiveram a “honra” de uma defesa explícita por parte dos atuais ministros militares e da cúpula do regime.



*“Grávida de cinco meses, pude conhecer a violência e a selvageria dos métodos utilizados pelos órgãos de segurança em nosso país”*

**ASSINE RESISTÊNCIA**

Hecilda Veiga, professora da UFPA, viúva de Paulo Fonteles, uma das fundadoras da SDDH, relata as agruras nos porões da ditadura militar ao jornal Resistência. Fonte. Acervo da SDDH. Belém/PA.

Ao cumprir a pena na prisão em Belém, é um Paulo Fonteles machucado e traumatizado o que sente a liberdade no rosto

novamente. Mas é também um homem que não desistiu de lutar. Consegue retornar à universidade e se formar como advogado. O cenário brasileiro na metade da década de 1970 é de transição. Já não há mais o Milagre Brasileiro, a inflação é galopante, o custo de vida é assustador. E no interior paraense, os grandes empreendimentos, o latifúndio e os projetos minerais expulsam famílias colonas, iniciam um ciclo quase irreversível de desmatamento e incham pequenas cidades. A violência é a tônica. Aos poucos, surge a figura do pistoleiro, o homem contratado por ‘consórcios’ de poderosos para executar lideranças de trabalhadores rurais, que ousam ser ‘empecilhos’ para o ‘progresso’.



Registros da imprensa nacional sinalizam para a responsabilidade da União Democrática Ruralista (UDR), reconhecido braço armado dos ruralistas, instituição articulada pelo novamente governador do estado de Goiás, Ronaldo Caiado, na trama de assassinatos de posseiros e seus apoiadores.

Fonte: acervo da CPT, Belém/PA.



Paulo Fonteles vai cerrar fileiras nesse espaço de chão amazônico ao lado de quem enfrenta o 'grande capital'. Torna-se advogado da incipiente Comissão Pastoral da Terra (CPT). Encontra outra forma de combater a ditadura. Como defensor de trabalhadores rurais, ganha causas relacionadas à posse da terra. Incomoda latifundiários e madeireiros. Incentiva e ajuda a organizar chapas sindicais de trabalhadores rurais que irão ser uma pedra no sapato dos prepostos locais da ditadura. Testemunha o assassinato de lideranças, pessoas amigas. Torna-se alvo.

O governo militar precisa eliminar esses obstáculos para que o projeto de implantação do grande capital no Pará seja efetivado de forma completa. O destroçamento da guerrilha e outros movimentos revoltosos como a 'Guerra dos Perdidos' abre caminho mais favorável para o Projeto Grande Carajás, por exemplo.

A década de 1980 assiste a uma escalada de violência no campo que transforma o sul e o sudeste do Estado do Pará num celeiro de crimes de pistolagem. Mas Paulo Fonteles agora é deputado estadual, eleito em 1982, pelo PMDB, já que o PCdoB ainda é um partido não legalizado. Sua voz ecoa nas tribunas. Denuncia a violência que macula a região. Acusa parlamentares omissos ou cúmplices. Dá nome aos bois. Como sempre, é tratado como um incômodo. Alguém indesejável para quem busca o silêncio sobre o que ocorre no interior paraense.

**CONFLITOS AGRÁRIOS**

**Trinta assassinatos no meio rural paraense. Violência ainda cresce.**

Oitenta e oito conflitos, dos quais 72% registrados na região convencionalmente chamada de sul do Pará – esse foi, no primeiro semestre de 1987, o espelho da violência no meio rural, que recrudescer entre a vontade de acelerar e a resistência à reforma agrária. Nesse quadro dramático em que ocorreram trinta assassinatos, apenas no último semestre, os municípios de Marabá, Xinguara, Conceição do Araguaia e Paragominas despontam com lamentável liderança: foi nessas regiões que ocorreram

57% dos conflitos e onde tombou a maioria das pessoas mortas na luta pela posse da terra. Em relação a 86, a violência cresceu muito. Ainda que o número de pessoas feridas e espancadas tenha se mantido estável, embora também preocupante, o total de indivíduos presos, no mesmo período, quase representa o dobro do que foi registrado no ano passado. Na cadeia, nos hospitais ou nos túmulos, a maioria era de posseiros – tão envolvidos na questão da terra no Pará quanto impune tem sido a violência.

**Face dramática no sul do Pará**

O perfil dos conflitos no meio rural paraense não se modificou substancialmente durante o 1º semestre de 87, mantendo-se inclusive o crescimento da violência no campo. Em apenas seis meses (junho a junho) 87 registraram-se 88 conflitos no meio rural paraense (Tabela I), quando, durante todo o ano de 86, foram constatados 90 casos (Pará Agrário v.1, p.51). Esses conflitos estão ainda concentrados na região chamada de "sul do Pará", onde as MRHs do Araguaia Pritense, de Marabá e Guajará foram responsáveis por cerca de 72% dos conflitos ocorridos no Estado durante o 1º semestre de 87. Note-se que alguns municípios das citadas MRHs, como Marabá, Xinguara,

Conceição do Araguaia e Paragominas, detiveram mais de 57% dos casos detectados no Pará.

Vale destacar, ainda, que é justamente nessas MRHs que a violência apresenta sua face mais dramática. Dos 30 assassinatos ocorridos no meio rural paraense, durante o 1º semestre de 87 (Tabela I) cerca de 80% se concentraram nas MRHs referidas. Nesse período, foram mortos mais de 50% das pessoas vitimadas durante todo o ano de 86, mantendo-se praticamente inalterado o percentual de tombados de ambos os lados (Tabela II e Pará Agrário v.1, p.52); as pessoas espancadas e feridas também sobem a mais da metade do total de todo ano anterior, em contrapartida, o número de indivíduos presos no mesmo período foi quase o dobro daquele registrado para todo o

ano de 86. E tanto estes, como os espancados e feridos são, em sua quase totalidade, posseiros e seus aliados.

A impunidade verificada quanto aos crimes cometidos por questões de terra, tem contribuído de maneira decisiva para o recrudescente da violência no campo, aliado ao fato de que as soluções efetivas para os problemas que geram os litígios, são demoradas e independem apenas dos órgãos fundiários.

Vale ressaltar que os dados sobre conflitos, apresentados no Pará Agrário v.1 II não poderão ser tomados como resultados estatísticos precisos mas evidentemente servem para estampar a magnitude e a gravidade das situações de confronto pela posse e uso do solo paraense.

**TABELA I**  
PARÁ: Conflitos Fundiários – 1º semestre de 1987

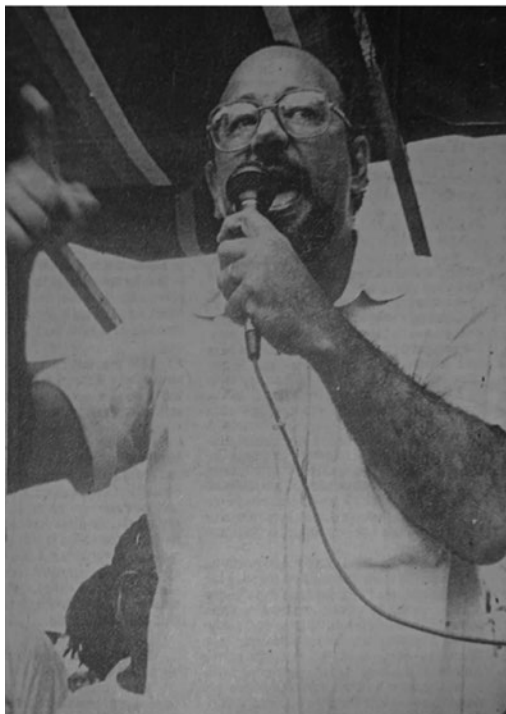
MRH / Municípios	Conflitos				VITIMAS (lavradores, garimpeiros, posseiros, fazendeiros e indígenas)										
	No. voa	An. tigen	To. tal	% Sobre total	Mor. ton	Fer. don	Espanc. ados	Pre. sos	Se. ques. tra. dos	De. que. sa. re. dos	Tra. ba. lho. es. tra. cre. vo. re	Arre. ca. dos de. me. re	Famí. li. as ame. aça. das de. grú. po	Fa. mí. li. as des. per. tu. as	Ca. rce. ra. dos
<b>MRH – ARAGUAIA PARAENSE</b>	12	15	27	30,68	13	05	33	97	–	05	63*	06	74*	150*	–
Xinguara	04	08	12	13,63	01	02	32	90	–	01	63	02	–	–	–
Conceição do Araguaia	03	06	09	10,22	08	03	01	07	–	–	–	04	74	150	–
Santana do Araguaia	03	01	04	4,56	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Rondonia	02	–	02	2,27	04	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
<b>MRH – MARABÁ</b>	11	12	23	26,13	06	02	02	108*	–	–	–	11	354	396*	–

Pará Agrário, nº 2, Jan/jun / 87

Pará Agrário, publicação do governo do estado do Pará, alerta para os alarmantes índices de violência, em particulas na regiões sudeste e sul do estado.

Fonte: Pará Agrário, nº 2, jan/jun, 1987. Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp)

O país luta por encerrar o ciclo autoritário. Paulo Fonteles é um dos que reafirmam o compromisso com a democracia. Vive intensamente a criação da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, participa ativamente da primeira caravana de familiares de vítimas da Guerrilha do Araguaia que percorre a região em busca de respostas sobre corpos. Fonteles tem cada vez mais a consciência de que o povo camponês não foi simples coadjuvante na resistência guerrilheira e em outras ações contra a prática latifundiária. Escreve textos profundos sobre isso.



Registro jornalístico do Diário do Pará da década de 1990 sobre a impunidade do assassinato de Paulo Fonteles.

A foto é considerada a derradeira antes da execução do defensor de posseiros.

Fonte: acervo da CPT, Belém/PA.

Essa foto registra a última aparição em público do ex-deputado Paulo Fonteles, assassinado a tiros na manhã de ontem. Ela aconteceu no dia 1º de maio, na Praça do Operário em São Braz, por ocasião do ato público que assinalou, em Belém, as comemorações alusivas ao Dia do Trabalho. Fonteles, bem ao seu estilo, criticou duramente o governo, na ocasião, e exigiu a imediata reforma agrária, além de mudanças profundas na política econômica em benefício dos trabalhadores. (Foto Oldemar Alves)

Militante, advogado e parlamentar. Uma tríade que o torna um oponente perigoso em uma terra cuja lei do mais forte é a que busca se impor a todo custo. Em 1986, surge a União Democrática Ruralista (UDR) cuja palavra democrática em seu nome de batismo chega a soar como um acinte ao sentido da palavra democracia. Com a UDR em cena, os crimes de pistolagem 'coincidentemente' ganham um formato mais profissional ainda. A entidade surge para se contrapor a discussões sobre reforma agrária levadas pelo presidente José Sarney.

É quando não consegue se eleger deputado federal e se tornar um constituinte que Paulo Fonteles se fragiliza. Torna-se um alvo mais fácil. Ao longo do período em que morou na região do Araguaia e um pouco antes até, escapara de algumas possíveis tentativas de assassinato. O camponês Davi dos Perdidos lhe salvara a vida uma vez, antecipando uma tocaia. Testemunhara um colega militante advogado- Gabriel Pimenta- ser assassinado. Muitos o alertam sobre cuidados a serem tomados.

Em 1987, Paulo Fonteles está buscando novos caminhos. Dentro do partido, na relação pessoal e familiar, na vida profissional. É um homem calejado, um tanto cansado, mas ainda cheio de esperanças.

Mas é um homem marcado para morrer. Sua voz ainda é potente para denunciar e sua determinação ainda é intensa para lutar. Assim como tantos outros- Gringo, Pimenta, Expedito, Canuto, Josimo- é um ser perigoso demais. Seu assassinato é um ato de

ousadia. Não é alguém que será morto em uma tocaia de beira de estrada ou no meio da mata. É alguém que está no centro urbano da capital. Sua morte inaugura outra fase na violência dos ‘consórcios do crime’. No ano seguinte será a vez de João Batista, outra voz incômoda aos latifundiários.


Então, não é incorreto afirmar que a bala que se alojou no crânio de Paulo Fonteles, na manhã de 11 de junho de 1987, tenha sido fabricada na manhã do dia 1º de abril de 1964, na manhã seguinte ao golpe civil-militar que impôs duas décadas de ditadura ao país e uma visão predatória sobre a Amazônia cujas consequências são sentidas até hoje e estão comprometendo o futuro saudável da região.

Paulo Fonteles segue como um símbolo dessa história recente do Pará e da Amazônia.



Capa do Jornal Resistência registra a primeira década da execução de Paulo Fonteles.

Fonte: acervo da SDDH, Belém/PA.



Os que lutam  
Há aqueles que lutam um dia; e  
por isso são muito bons  
Há aqueles que lutam muitos  
dias; e por isso são muito bons  
Há aqueles que lutam anos; e são  
melhores ainda  
Porém há aqueles que lutam  
toda a vida; esses são os  
imprescindíveis.

Bertold Brecht

## | JOÃO BATISTA, UM CAMPONÊS REVOLUCIONÁRIO

“Um povo que não tem passado,  
não tem futuro.”

José Martí

Pedro César Batista<sup>[1]</sup>



João Batista – Ato em repúdio aos atentados contra as Bancas de Revista que visavam atingir a Imprensa Alternativa. Avenida Portugal – Belém PA – 1980.

Fonte: acervo de Miguel Chikaoka

Na apresentação do livro João Batista, mártir da luta pela reforma agrária<sup>[2]</sup>, o dirigente nacional do MST, João Pedro Stédile escreveu que “a vida de João Batista é um testemunho permanente. É um exemplo para toda militância. E é um brado de alerta a todos que abandonaram a reforma agrária e se contentam com ilusões da imprensa ou de cargos públicos transitórios. A Amazônia somente

---

<sup>[1]</sup> Escritor e jornalista. E-mail: pccbatista@gmail.com

<sup>[2]</sup> BATISTA, P.C., João Batista, mártir da luta pela reforma agrária, Expressão Popular, 2009.



será soberana e livre, quando tivermos milhares como João Batista, que se dediquem diuturnamente a organizar nosso povo, no campo e na cidade. E que o povo organizado nas mais diferentes formas, nos sindicatos, movimentos, partidos, derrote o latifúndio. Derrote as empresas transnacionais e seus títeres locais. Derrote todo tipo de manipulação midiática. E que finalmente possamos construir uma sociedade onde todos tenhamos as mesmas oportunidades, os mesmos direitos, onde as riquezas naturais da nossa Amazônia sejam prioritariamente utilizadas para melhorar as condições de vida de todo o povo. E não apenas como fonte de espoliação do capital, seja nacional ou internacional”<sup>[3]</sup>. João Carlos Batista, a quem tive a honra de ser seu companheiro de lutas e irmão de sangue, fez em sua vida este trabalho, incansavelmente e indo às últimas consequências.

Para entender a dedicação e altruísmo deste camponês, que se fez uma liderança estudantil, um advogado e parlamentar militante, torna-se necessário conhecer a sua origem e a o processo de construção da sua consciência de classe. A vida que ele e a sua família tiveram permite entender a necessidade do resgate do compromisso e o referencial revolucionário deixado por Batista. O seu exemplo, mesmo com a sua militância política de pouco mais de uma década, o filho de uma família de camponeses pobres, alguns momentos sem-terra, outros, como posseiros ou pequeno proprietários, enfrentando toda sorte de dificuldades e encarando de frente a força do latifúndio e do capital.

Nascido em Votuporanga, no interior de São Paulo, em 19/11/1952, desde criança, Tauá, como eu o chamava carinhosamente, sempre acompanhou nosso pai, Nestor Antônio Batista, ajudando-o no trabalho no campo. Foi vaqueiro, boiadeiro e algumas vezes o seguiu

---

[3] STEDILE, J.P. Apresentação do livro citado anteriormente.

em longas viagens a cavalo, quando nosso pai trabalhou como tropeiro. João tinha onze anos no tempo destas viagens. Cavalgavam por vários dias, tocando cavalos, burros e boiada para corte e produção leiteira. Faziam percursos de centenas de quilômetros entre São Paulo, Minas Gerais e Goiás. João não viajava sempre, devido aos estudos. Mesmo com dificuldades, tendo de enfrentar o longo percurso entre sua casa, na chácara Nossa Senhora Aparecida, e a escola, raramente ele faltava às aulas. Diariamente, acompanhado de nossa irmã, Vera, caminhava ou ia a cavalo para a escola em Álvares Florence. Isso não o impedia de acompanhar o pai em algumas viagens pelos infindáveis caminhos.

Foi neste tempo, em primeiro de abril de 1964, que os militares, financiados e orientados pelos EUA, deram o golpe militar. Imediatamente ocorreram milhares de prisões, cassações de governadores, prefeitos e dirigentes sindicais, iniciou também a campanha denominada “*Integrar para não entregar*” com a finalidade de ocupar as terras na região amazônica. Nossa família acabou atraída pelo discurso governamental e se dirigiu para o Norte do país um ano após o golpe de 1964.

Nossa família lutava pela sobrevivência, acreditava que, transferindo-se para o Norte, viveria melhor. Ao mesmo tempo os militares perseguiram, prendiam, torturavam e matavam aqueles que não aceitavam a implantação de uma ditadura. Tudo isso acontecia e nossa família lutava pela sobrevivência, nada acompanhava. Fazíamos parte da maioria da população desinformada ou manipulada pelos incipientes meios de comunicação. Nas emissoras de rádios começavam as novelas, e esse aparelho era um grande sucesso.

Foi então que, em dezembro de 1965, depois de passarmos alguns meses em Santa Fé do Sul, Paraná, como tantas famílias expulsas do campo, chegamos à Belém do Pará. Foram muitos dias de

viagem. Atravessamos o Brasil. Enfrentamos lama e poeira ao longo do trajeto entre o Paraná e Belém. Arriscamo-nos a enfrentar o desconhecido, com a esperança de conquistar uma vida melhor. Um deslocamento de quase três mil quilômetros até à capital paraense. Éramos esperados por Juarez e a sua esposa Nesilda. Eles foram indicados por Joaquim Boiadeiro, amigo da família. Esse casal possuía terras em Paragominas, onde papai aceitou ser meeiro.<sup>[4]</sup>



Mapa do Brasil (Santa Fé –PR – Belém – PA).

Fonte: Google Maps

A sede do município, Paragominas, onde estava localizada a propriedade agrícola onde meu pai foi trabalhar era recém - fundada. E contava com apenas duas escolas primárias: a pública, a Escola

[4] Meeiro – agricultor que planta em terreno alheio, repartindo o resultado do trabalho com o dono das terras. Em Dicionário Aurélio.

Estadual Castelo Branco, e a particular, o Colégio Santa Teresinha. João Carlos concluiu o ensino primário – chamado, nesses anos, ginásial – ainda no interior paulista. Nossa irmã Vera, depois de passar um curto período no Pará, retornou a São Paulo. Decidiu viver com a tia Laura Ramos Dias, na cidade de Ibirá. Ajudava a cuidar dos filhos dela e estudava. Eu, filho mais novo, continuei, naturalmente, com minha família dentro do mato. Anos depois, meu pai adquiriu uma posse, por ele intitulada de Santa Helena. Nela vivi, até completar sete anos. Enquanto essa situação se desenrolava, meu irmão, em plena adolescência, vivia como um adulto, trabalhando de sol a sol ao lado de nosso pai.

Tauá parou de frequentar a escola aos 13 anos, assim que saiu de Álvares Florence. Em sua nova vida trabalhou como vaqueiro na Fazenda Nossa Senhora do Socorro, localizada no Km 54 da rodovia Belém–Brasília. Nosso pai, como meeiro, assumiu a gerência do serviço, cuidava do gado e tirava leite. Minha mãe, Izaura, tornou-se a cozinheira da fazenda. Permaneceram no estabelecimento por alguns anos – o tempo necessário para reunir um pouco de dinheiro e comprar uma posse. Apesar destas terras constituídas de imensas florestas serem consideradas devolutas, todas tinham dono, principalmente as localizadas na margem da rodovia, sempre existia alguém que se considerava detentor da posse daquelas áreas. Nosso pai terminou por conseguir comprar de um colono uma posse situada na margem direita da estrada Belém–Brasília, distante pouco mais de vinte quilômetros da sede do município. O lote agrícola tinha apenas uma clareira e um bananal. Estava posicionado a dez quilômetros longe dessa rodovia, mata adentro. Esse percurso era feito a pé por nós até a via principal, a rodovia Belém – Brasília, quando o grupo se deslocava para a cidade. Ali conseguimos algum transporte até a cidade. O cheiro da mata, das flores, da terra amarela molhada, a sombra das árvores, as marcas deixadas pelos

animais que cruzavam o caminho, e a esperança de construir uma vida satisfatória, animava a todos nós a viver dentro da floresta.

Morávamos em uma cabana de taipa formada de três cômodos, coberta de cavacos.<sup>[5]</sup> Nossa família tinha o mínimo disponível para viver naquela casa: algumas panelas, um fogão a lenha, algumas camas, redes, uma cômoda, uma mesa e algumas cadeiras. O piso era de chão batido. Na época de preparar a terra, de fazer a broca, iniciar a derrubada da mata, queimar a coivara e fazer o plantio, alguns vizinhos eram contratados para ajudar no trabalho. Ao redor da casa havia um pomar com cajueiros, goiabeiras e outras árvores de manga, ingá e alguns coqueiros. O cajual se destacava na antiga clareira. Logo estávamos criando algumas cabeças de gado e carneiros. Começamos a produzir nosso sustento.



Foto 1 – João Batista em Tomé-Açu, interior do Pará. Foto 2 – Nestor, João e Pedro em frente a residência da família na Fazenda Santa Helena, em Paragominas.

Fonte: arquivo do autor.

Distante aproximadamente quinhentos metros da casa, descendo uma ribanceira, estendia-se um riacho, que abastecia a nossa família com água potável. Nele, lavavam-se roupas, utensílios domés-

---

<sup>[5]</sup> Cavacos: estilhas ou lascas de madeira, usadas como cobertura, substituindo telhas de barro ou de amianto. Em Dicionário Aurélio.

ticos e tomávamos banho. Mesmo tendo estudado apenas as primeiras séries do ensino escolar, minha mãe, Izaura, deu-me, nesse tempo, as primeiras aulas. Com ela aprendi a ler, a fazer algumas contas e a iniciar o hábito de escrever. Usava luz de lamparina para clarear a escuridão durante as lições noturnas que me dava.

João passou a sua adolescência entre a roça e Paragominas, “convivendo, a partir dos seus 13 anos, com a violência agrária, com a exploração irracional do homem e da terra da Amazônia; sentindo bem cedo a força e impunidade do latifúndio”.<sup>[6]</sup> Estava sempre trabalhando, ao lado do pai. Nas horas de folga, adorava andar a cavalo. Gostava de dirigir. Possuíamos uma Rural Willys. Sempre que meu pai tinha de ir a Paragominas, João que ia ao volante, dirigindo o carro.

Nessa posse onde vivíamos, chamada de Fazenda Santa Helena, João, um jovem ainda, levava uma vida de adulto, não aproveitou muito sua fase de adolescente. Era já trabalhador, que mexia com a terra, plantando, cuidando do gado e tirando leite. Fazia tudo que era necessário, acreditava e trabalhava para a construção de uma vida farta, segura e tranquila para nossa família. Dedicava-se inteiramente ao trabalho do campo, trabalhando na agricultura e pecuária.

Era início dos anos 70, ano da Copa Mundial de Futebol no México, quando minha família transferiu a residência para a cidade. Tínhamos então duas casas. Uma dentro do mato, no meio de uma clareira, rodeada com plantações de subsistência, como arroz, mandioca, cana de açúcar, bananal, o pomar e um curral ao lado, e, então outra em Paragominas. João, como a maioria das crianças brasileiras, gostava de jogar futebol, inclusive foi zagueiro da Seleção de Futebol de Paragominas. As outras diversões dos jovens moradores da loca-

---

<sup>[6]</sup> Carlos Bouçã, *Jornal Resistência*, Belém, 1989.

lidade eram nadar no rio Uraim e frequentar as festas realizadas ao som de Credence, Beatles, Vanderléia, Vanusa, Benito di Paula, Roberto e Erasmo Carlos. Por essa época, ainda trabalhou como açougueiro. Nunca fumou.



João Batista, em pé, o quarto da esquerda para a direita. Time do Brasinha - 1970. Paragominas.

João, então com 15 anos, entendia e acompanhava tudo aquilo que a população da cidade enfrentava. Mesmo assim, quando não estava trabalhando, aproveitava o tempo livre para jogar futebol, nadar e ir às festas no Parque de Exposições. Nesse ano, transferimos definitivamente a residência para o povoado. Nele, todas as ruas começavam na praça central, a única existente, onde anos mais tarde seria construída a caixa d'água para abastecer a população. O sentimento comum, apesar das dificuldades, era de esperança por dias

melhores, entremeado com o medo dos poderosos, da polícia e das balas dos pistoleiros. O país vivia a escuridão da ditadura militar, e naquela cidade encarávamos a penumbra imposta aos mais humildes pelos poderosos. Brasil e Paragominas iguais: perseguição, tortura e mortes. Nada disso nos desanimava.

A casa comprada na cidade era de madeira e ficava na mesma rua da Delegacia de Polícia de Paragominas. A delegacia, a igreja, a prefeitura e pouquíssimas casas no povoado eram de alvenaria. Apenas os moradores com maior poder aquisitivo, como a família Demachki, Moreira, Fernandes e outros proprietários ricos, possuíam casas de tijolos e cobertas com telhas de barro. A maioria das residências era de madeira. Eram muitas, e cobertas de cavacos. Da nossa casa de madeira, podíamos facilmente escutar o que se falava e o que acontecia na privacidade dos vizinhos. Apenas outra residência havia entre a nossa e o posto policial. As ruas eram de terra batida. As escassas árvores plantadas não impediam o calor. A poeira tomava conta de tudo. Os poucos moradores da cidade viviam em constante clima de terror. Raramente terminava um dia sem que uma pessoa fosse assassinada a tiros. Ocasionalmente, acontecia algum homicídio com arma branca. O enredo era de *bang-bang*. Por causa disso, logo Paragominas ganhou o apelido de “**Paragobala**”. Devido à proximidade da delegacia, era comum, durante a noite, escutar os gritos dos presos sofrendo torturas. Eram urros assustadores, cheios de medo e dor. Meu pai, mãe e irmão conversavam sobre o assunto, mas apenas entre as quatro paredes e muito discretamente. Ninguém podia falar alto ou em público, nem fazer nada. Era um assunto extremamente perigoso. A lei era definida e executada arbitrariamente pela polícia. Quem tinha dinheiro, gado e muitas terras nada sofria e podia mais. Os trabalhadores que chegavam com a mão na frente e outra atrás,



em busca de uma vida melhor, acabavam se tornando vítimas da violência e do abuso dos policiais, quase sempre a serviço dos fazendeiros. As balas vinham não se sabe de onde e deixavam mortos, viúvas e órfãos de uma hora para outra.

Como era a temporada dos jogos da Copa Mundial de Futebol, no México, a música mais tocada era “**Prá frente Brasil**”. Nesse ano, sem saber que estava começando sua vida política, João, antes de completar 20 anos, passou a integrar o grupo que fundou a Associação dos Moradores de Paragominas. Ele não tinha consciência do que aquilo significava. Participava instintivamente das atividades do grupo, visando obter a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Obtiveram os primeiros resultados concretos: “conquistaram” uma torre de televisão para o município, embora, como sabemos, o regime tivesse interesse em implantá-la. A seleção canarinho conquistou o tricampeonato. O povo festejou nas ruas com muita euforia. Era o tempo do “**Brasil: ame-o ou deixe-o**”, e participar de reuniões comunitárias para fundar uma associação significava iniciar uma atividade no mínimo estranha, principalmente por causa da ditadura que estava no poder.

A economia da cidade se desenvolvia no mesmo ritmo das tempestades de chuva ou das ventanias de poeira vermelha que arrastavam tudo pela frente. Imensas áreas de florestas se transformavam da noite para o dia em verdadeiras fontes de riquezas. A exploração madeireira avançava com toda força. Alguns proprietários mais abastados usavam tratores de esteira para a derrubada. Amarravam poderosas correntes entre dois tratores e faziam um arrastão de árvores.

A madeira que não servia para o aproveitamento da indústria madeireira era transformada em uma extensa fogueira, assim que se cava, no próprio local onde estava. Alguns proprietários chegavam

a usar pequenos aviões para jogar gasolina sobre a mata derrubada, antes de atear fogo.

O incêndio devorava tudo, e não apenas a flora, mas toda a fauna existente. Quando, depois de dias, o fogo acabava, restava apenas a terra preta e coberta de cinzas; então os donos retornavam, novamente de avião, para jogar as sementes do capim colonião, alimento principal para o gado. Desse modo, a pecuária se tornou, em pouco tempo, a vocação econômica do município. Não demorou para que recebesse um apelido oficial, em substituição ao apelido popular. Agora Paragominas era **“A Capital do boi gordo”**. Os trabalhadores, estes seguiam magros e cruelmente explorados.

Assim, até 1975, transcorreu a vida de nossa família nessa cidade. Não passávamos de pequenos proprietários. Mudamos de residência várias vezes, permanecendo no mesmo município. Mudanças ocorreram. Meu pai se transferiu para a cidade de Tomé-Açu, constituiu outra família. Nesse período, meu irmão e minha mãe decidiram se mudar para Belém. Fomos morar na Rua São Pedro, em uma vila

chamada Vera Lúcia, entre os bairros de Campina e Batista Campos. Um lugar central, tranquilo e seguro.

Assim que fixamos residência em Belém, João, então com 21 anos, tornou-se o chefe da família. Eu estava com 10 anos. Comecei a estudar na Escola Estadual de 1º grau General Gurjão, próximo à Av. 16 de novembro, no bairro da Cidade Velha.

Ambientado em Belém, João retomou os estudos e começou a trabalhar como vendedor de seguros do Banco Bozzano & Simon-sen. Iniciou uma nova vida, pela primeira vez morando em uma grande cidade. João conseguiu concluir os estudos. Fez supletivo e passou no vestibular. No dia em que foi se matricular no curso de Direito da UFPA, conheceu Elisenda, que se matriculava no curso de Psicologia. A jovem era filha de Virgílio Libonati, que era professor universitário e reitor da antiga FCAP (Faculdade de Ciências Agrárias do Pará). Após os primeiros encontros, os dois calouros passaram a namorar e depois se casaram. Tiveram dois filhos, Márcia Maria e João Leonardo. Enfrentaram uma vida difícil, dadas as limitações econômicas. Foram morar em uma quitinete na rua 1º de Março com a rua Santo Antônio, no Edifício Nassar, em pleno comércio da cidade. Alimentavam-se com a comida fornecida por Dona Célia, mãe de Elisenda, e com o cachorro-quente de carne moída vendido no térreo do prédio. Mais tarde, mudaram-se para morar em outro apartamento, dessa vez com um quarto, no conjunto Santa Maria de Belém, na Av. Gentil Bitencourt <sup>[7]</sup>.

Na nova residência realizavam numerosas reuniões e sempre recebiam visitas - surpresas da Polícia Federal, devido à militância política que João já desenvolvia intensamente neste tempo. A polícia

---

<sup>[7]</sup> Mesma avenida onde anos depois foi assassinado.

aparecia em busca de documentos subversivos. Nessa época Márcia nasceu, foi praticamente criada em meio a esses encontros clandestinos e atividades conspiratórias. Recordo-me de Elisenda com uma enorme barriga participando das reuniões da chapa Unidade, que concorreria na eleição direta para a primeira diretoria da UNE.

Nesta conjuntura sentiram pela primeira vez a dor de perder um companheiro. Gabriel Pimenta, jovem advogado mineiro, assíduo participante das atividades desenvolvidas nesse apartamento e amigo do casal. Pimenta foi assassinado em 2 de agosto de 1982, com um tiro na cabeça, na cidade de Marabá. Em seguida, em 7.12.1980, nasceu João Leonardo, formando o casal que João teve no primeiro casamento. Quatro anos depois, separou-se e decidiu viver com Sandra Caminha<sup>[8]</sup>, militante do Movimento Estudantil (ME) e filha de família da cidade de Curralinho, localizada no Arquipélago do Marajó. Com a segunda esposa teve três filhos, Renata Maria, Dina Maria e João Carlos.

---

<sup>[8]</sup> Sandra Caminha foi vereadora em Belém, deputada estadual pelo PC do B (Partido Comunista do Brasil) e vice-prefeita de Ananindeua, então no PT. Retornou depois ao PCdoB, onde milita atualmente.



Brigada da Imprensa Alternativa, em frente ao Cartório Conduru, Belém

O primeiro grande choque que nossa família sofreu se deu em 1976. Morávamos na Vila Vera Lúcia, em Belém. Era um domingo de manhã. Acordei com minha mãe chorando copiosamente. Ela estava com um jornal na mão. A manchete era mais ou menos assim: “Casal de paulistas trucidado em Ipixuna”. O assassinato foi praticado por latifundiários interessados em madeira. Benedito Carlos Dias, nosso primo, e Sônia, sua esposa, grávida de três meses, haviam sido assassinados dentro da sua casa. Havia saído de São Paulo há 3 anos e eram dentistas em Ipixuna do Pará, então uma vila pertencente ao município de São Domingos do Capim. O mataram a cortes de facão e depois foi jogado dentro de um poço e ela, depois de violentada, foi esquartejada. Meus outros primos viajaram de São Paulo, e fomos todos para o enterro. Vivenciamos dias de muita dor

e sofrimento. Os assassinos, como tantos outros, não foram identificados e punidos, e esse bárbaro crime caiu no esquecimento – da população e das autoridades responsáveis pela segurança pública. Os assassinos praticaram o crime porque Benedito Dias havia impedido o roubo de madeiras em suas terras.

A violência esteve presente na vida de João Batista, depois que nossa família chegou em Paragominas, durante uma década, dos 13 aos 23 anos. Ele presenciou os efeitos da brutalidade e do arbítrio institucionalizado, causados pelos poderosos e pelos governantes, contra a população pobre. Os trabalhadores sem recursos financeiros, que chegavam ao município sonhando com dias melhores, estavam condenados a suportar todos os tipos de provações. Ficavam por semanas dentro das matas, para fazer grandes derrubadas. Depois, acabavam assassinados. Nos dias e noites de serviço, acampavam em barracões de lonas, dormindo em redes sujas, mal alimentados e sem a menor segurança. Muitos contraíam malária e morriam dentro da floresta. Quando a empreitada era concluída, recebiam o pagamento; e, quando tentavam retornar aos seus lares, muitos eram mortos por pistoleiros, ainda no caminho de volta, e enterrados em cemitérios clandestinos, dentro das próprias fazendas.

Os assassinos recolham o dinheiro que as vítimas carregavam e devolviam aos gatos ou aos fazendeiros. “Dessa forma o patrão pagava várias pessoas com o mesmo dinheiro”<sup>[9]</sup>. Os

---

<sup>[9]</sup> Marcellino Ednaldo Ventorin. *Conflitos agrários do município de Paragominas na década de 1980*. Pará, UFPA, monografia.

pistoleiros eram remunerados para emboscar e matar esses humildes trabalhadores, que não conseguiam sair vivos dos locais de trabalho. João acompanhou essa situação por anos seguidos. Apesar de ser assunto proibido, as ciladas e extermínio sempre foram do conhecimento popular. A maioria dos moradores da cidade estava informada sobre a existência das fazendas que possuíam cemitérios clandestinos. A mais famosa delas era a fazenda dos Ulianas<sup>[10]</sup>. Mas ninguém ousava ou arriscava fazer alguma coisa.

João chegou, assim, à clara compreensão das causas das contradições existentes e se convenceu da importância de lutar contra elas, contra a violência e a opressão do sistema e seus agentes. Ele escolheu a advocacia como profissão porque vivenciou o impacto da brutalidade por toda a sua vida. Fazia parte do seu cotidiano os atos de injustiça praticados pelos mais abastados contra os pobres. Quando escolheu o ofício de advogado, sabia, portanto, que poderia ajudar a combater essa injustiça. Nunca pensou em acumular riquezas.

---

<sup>[10]</sup> A família Uliana, depois de décadas residindo na região de Paragominas, tornou-se ainda mais poderosa. Em 1993, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará aprovou a criação do município de Ulianópolis, no Sudeste paraense, emancipado do município de Dom Eliseu, em homenagem ao patriarca da família, Camilo Uliana. As provas do cemitério constam no processo sobre o assassinato de João Carlos Batista.

Seu comportamento não era arrogante ou mesquinho, agia solidariamente em seu dia-a-dia, fosse com os conhecidos ou desconhecidos. Gerava empatia por onde passava. Queria ser um profissional ético e competente, exercer de forma correta e coerente a profissão, em defesa dos mais fracos e oprimidos. Por isso, não se calava e nem se omitia, decidido como estava a denunciar os poderosos que exploravam os trabalhadores. João se colocava sempre à disposição dos que labutavam para sobreviver.

Batista terminou indo cursar Direito no antigo CESEP (UNAMA atualmente), abandonando a UFPA. Na faculdade adquiriu uma consciência política e histórica mais crítica e consistente. O acesso aos estudos marxistas iniciados a partir da faculdade lhe trouxe uma nova visão da realidade. Pôde processar a sua experiência de vida, analisar os eventos políticos do país e refletir sobre como tinha sido sua existência até então; entrou em contato com novos conceitos e fundamentos para o estudo da realidade. Começou a utilizar os raciocínios científicos para desvendar as estruturas da sociedade e as estratégias da política. Essa nova visão possibilitou destacar alguma, das suas melhores qualidades, a sua vocação para exercer a liderança, que se acentuou cada vez mais. O interesse e a dedicação para adquirir ferramentas que melhorassem sua atuação profissional, aliado ao ideal da defesa de construção de uma sociedade igualitária, fez com que conciliasse a militância estudantil apaixonada aos estudos jurídicos e políticos. Tinha uma disciplina férrea, e, para alcançar aquilo que buscava, deixava de lado muitas vezes a possibilidade de ter algum prazer pessoal. Tornou-se um voraz leitor de obras de Filosofia, Política e Economia. Logo descobriu autores que naquele tempo não podiam ser lidos – leituras proibidas pelos militares no governo. Deixou de lado seus primeiros livros, os da época em que era um recém-



chegado a Belém. Trocou as leituras de temas espirituais, de autores orientais e começou a se dedicar às obras de Karl Marx, Friederich Engels, Mao Tse-Tung, Vladimir Ilich Lênin, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Otávio Iani, entre outros. Assinou a revista *Cadernos do Terceiro Mundo* e começou a participar de grupos de estudos, em reuniões realizadas secretamente – para seus participantes não correrem o risco de sofrerem alguma represália dos militares.

Obviamente, sem deixar de lado os livros sobre códigos e doutrinas jurídicas, procurou se transformar em um leitor dedicado e rigoroso nos assuntos humanistas e políticos. Conseguia aliar sua determinação e interesse em ser aluno aplicado (com boas notas em todas as disciplinas) à militância política – fato raro para a maioria dos militantes do movimento estudantil que priorizava integralmente a prática política. Aliás, uma parte significativa desses jovens engajados era oriunda de famílias tradicionais paraenses, detentoras de alto poder aquisitivo e com influência social e política no Estado, diferentemente de João, que era filho de família camponesa pobre, um migrante que tinha vindo de outro Estado, e trabalhava para sustentar a família e os estudos. Interessante destacar que, no decorrer de todo o curso universitário, durante oitos semestres, seus colegas o elegeram representante de classe.

Em 1977, em plena vigência dos Decretos Leis 228 e 477 <sup>[11]</sup>, organizou, com outros companheiros, o Diretório Acadêmico do CESEP. Mesmo sendo ainda um período de medo e terror, os estudantes se reorganizavam. Na UFPA, os estudantes lançaram o jornal *Alternativa*, que representava alguns Centros Acadêmicos, sob influência do jovem Paulo Fonteles, que retornava aos estudos, depois de

---

[11] DL 228 e 477.

ter saído da prisão. O embate político entre as correntes existentes no movimento estudantil se tornara público.<sup>[12]</sup> De um lado o grupo da UFPA, do outro, a turma do Batista, como costumavam falar.

Com a fundação do Diretório Acadêmico de Direito, no CESEP, João foi eleito seu primeiro presidente. O grupo do diretório era formado por José Marcos Araújo, Arnaldo Jordy, Benedito, Apolonildo Brito, Telmo Marinho, Regina Barata, entre outros. Tais como os estudantes da UFPA, os estudantes do CESEP, através do DA de Direito, lançaram o jornal *Perspectiva*. Esse veículo de comunicação assumiu uma linha editorial comprometida com as lutas travadas pela sociedade naquele momento, com a defesa da redemocratização e da anistia. A militância de João no movimento estudantil acabou provocando seu ingresso na juventude do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 1978. Assumiu a vice-presidência do Movimento Jovem do partido no Pará. O presidente estadual da juventude emedebista era seu ex-colega de faculdade, Telmo Marinho. Esse era o caminho natural para todos que se ligassem à luta política contra à ditadura. O caminho legal, porque também existia o clandestino.

Essas mobilizações fizeram com que as principais lideranças estudantis paraenses participassem das discussões nacionais. João, com outros companheiros, viajou para participar do III Encontro Nacional de Estudantes (ENE), quando então foi eleito para integrar a Comissão Nacional Pró-UNE, a qual ficou incumbida de organizar o XXXI Congresso Nacional da UNE, marcado para maio de 79, em Salvador. Nessa época, João realizou inúmeras viagens para o Rio de Janeiro e São Paulo para debater a reorganização da entidade. Foi quando acabou sendo recrutado para o Movimento Revolucionário 8 de Outubro

---

<sup>[12]</sup> Luiz Maklouf Carvalho, *Contido à Bala*. Editora Cejup. 1994.

– MR-8. João Batista foi lançado candidato a vice-presidente, pela região norte pela chapa UNIDADE, que concorreu a eleição direta da UNE, em novembro de 1979. Essa chapa, que tinha como presidente Paulo Massoca, ficou em segundo lugar na eleição direta.

## • **Eleições de 1982, a primeira geral depois de 1965**

Estava programada a eleição de vereadores, deputados estaduais, federais, senadores e governadores para 15 de novembro de 1982. Esse assunto tomou corpo na sociedade e dentro do Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8, que tinha como veículo de comunicação o jornal Hora do Povo – HP, que João Batista era o principal líder. Decidiu-se pelo lançamento de candidatos com visibilidade e chances de vitória. No Pará, o candidato natural seria ele. A influência da organização se dava entre os estudantes, um meio onde ele havia obtido excelente votação durante a eleição da UNE. A militância tinha ampliado bastante e novos membros haviam sido recrutados.

João já advogava para alguns sindicatos de trabalhadores urbanos. Seu nome passou a ser defendido por muitos militantes. Foi quando alguns dirigentes dessa organização passaram a bombardeá-lo internamente, fazendo acusações pessoais. Certos setores da esquerda tinham (e ainda têm) essa prática, principalmente quando atuavam na clandestinidade. Se desejavam “queimar” alguma liderança, não faziam acusações diretas em reuniões – partiam para a calúnia. Foi isso que os opositores de João fizeram. Ao mesmo tempo, a liderança dele se consolidava. Ampliou sua influência para além do movimento estudantil. Começou a

advogar para várias oposições e direções sindicais urbanas e rurais. Seu nome se fortalecia dentro do PMDB. Contrapondo-se à ascensão, a maioria do comando do MR-8 ampliava o boicote ao seu trabalho. Terminou não lhe restando outro caminho, saiu da organização no final de 1981. Logo estava acompanhado de novos militantes. Deixou o ME, inserindo-se em outro patamar da luta política. Agora voltava suas energias para a defesa profissional dos direitos dos trabalhadores, utilizando-se de instrumentos jurídicos, orientando e apoiando a organização do povo.

Sua atuação em várias frentes consolidou sua liderança no Estado. Foi eleito para a primeira secretaria da Comissão Executiva Estadual do PMDB. Na Secretaria - Geral estava o deputado federal Carlos Vinagre; e na Presidência, Jader Barbalho, então deputado federal. João assumiu as principais atividades da secretaria do partido, como organizar as Comissões Provisórias e os Diretórios Municipais. O secretário-geral, deputado Carlos Vinagre, passava boa parte da semana em Brasília. Batista atendia na sede do partido, que funcionava na Rua dos Mundurucus, na Praça Batista Campos.

As forças de esquerda que atuavam dentro do PMDB paraense criaram a Tendência Popular. Desejavam aglutinar os militantes que tinham ligação com os movimentos populares. Integravam essa corrente política, militantes do PC do B, PCB, MR-8 e algumas lideranças independentes, como João Batista. Queriam atuar articuladamente na eleição que se aproximava. Antes da definição das candidaturas, iniciaram o debate para definir um programa mínimo que deveria ser assumido por esses candidatos. Os encontros eram realizados na sede da Livraria Jinkings, na Rua dos Tamoios, próximo da

Praça Batista Campos. O livreiro Raimundo Jinkings <sup>[13]</sup>, dirigente do PCB, teve papel destacado na articulação desse movimento.

## • **Vanguarda Revolucionária 12 de Outubro – VR-12**

No decorrer de todo o dia 12 de outubro de 1981, aconteceu uma reunião clandestina em uma casa de madeira no bairro do Guamá. Durante a reunião, foi apresentado por João um documento propondo a organização de um grupo político revolucionário. Ele fez um discurso sobre a importância do preparo para a luta revolucionária, de pertencer a uma organização dessa natureza capaz de enfrentar o inimigo. Deveria funcionar baseada nos princípios da crítica e auto-crítica, do centralismo–democrático, com a minoria se sujeitando às decisões da maioria. O caminho seria organizar a população na luta contra a ditadura, defender a redemocratização do país, os direitos populares e avançar na luta pelo socialismo. Atuaríamos dentro do PMDB, lançando e apoiando candidatos na eleição do ano seguinte. A maioria do grupo era formada por estudantes, estando entre nós apenas um rodoviário: o cobrador de ônibus desempregado Mauro Carneiro. Uma figura calada, magra e companheiro de primeira hora, extremamente dedicado e comprometido com a luta. No final do dia, aquele ousado grupo de sonhadores havia fundado a VR-12 – Vanguarda Revolucionária 12 de Outubro. Esta, a data de sua fundação.

---

<sup>[13]</sup> Raimundo Jinkings era jornalista, bancário, livreiro e militante do movimento sindical desde o início da década de 50, quando estava ligado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 1959, ingressou no Partido Comunista Brasileiro, o qual dirigiu no Pará até seus últimos dias. Em 1991 não apoiou a mudança do PCB para PPS. Brigou e conseguiu refundar o PCB no Estado. Faleceu em 1995.

A VR-12 passou a atuar de forma orgânica nos movimentos estudantil, sindical e partidário. Os militantes da VR-12 e do MR-8 não podiam se encontrar. Várias vezes fomos às vias de fato. As cadeiras de plástico da sala de reuniões da sede do PMDB serviam de instrumento de defesa e ataque entre os dois grupos. Foi preciso uma intervenção da direção do PMDB para que essas brigas cessassem. A luta passou para o enfrentamento político dentro das organizações estudantis e de outros movimentos.

- **Cresceu a influência da VR-12 nas escolas de Belém. Fundamos o Movimento Estudantil Avante.**

Ficou definido pela Tendência Popular quais candidatos teriam suas propagandas eleitorais veiculadas em materiais de divulgação: deputados federais Ademir Andrade e Benedito Monteiro e deputados estaduais João Batista, Paulo Fonteles, Romero Ximenes e Zenaide Martins. Todos concorriam pelo PMDB.

A campanha de João para deputado estadual já estava na rua. Era apoiada e sustentada por lideranças populares do campo e da cidade. Recebia ainda um expressivo apoio no meio estudantil. Foi uma campanha bem humilde, se comparada às dos outros candidatos do PMDB. Esse partido também contava com representantes do latifúndio e empresários. Um forte candidato a Câmara Federal era de Paragominas, o fazendeiro Fausto Fernandes, depois um dos fundadores da UDR, era habituado a perseguir colonos e posseiros. Esse candidato e João estavam em campos opostos. A ajuda que João recebeu da direção do partido, principalmente por ocupar a primei-

ra secretaria da Comissão Executiva Regional, foi insignificante. A campanha foi combativa e cheia de dificuldades. O trabalho de busca de votos era simultâneo ao apoio às lutas e à organização dos mais variados segmentos populares. Sua palavra de ordem era: **“Para mudar é preciso lutar”**. Tínhamos a expectativa que o elegeríamos.

Durante os três dias de apuração manual as dificuldades não foram menores, principalmente porque era grande o boicote sofrido por João na região da Comarca de São Miguel do Guamá, comandada pelo latifúndio. Nela foram apurados os votos dos municípios da região da rodovia Belém – Brasília. João Batista não se elegeu. Descobrimos depois que o então deputado federal Jader Barbalho, eleito nesse ano governador do Pará, elegeu, por meio do “mapismo”<sup>[14]</sup>, quem ele quis, tirando votos daqueles que poderiam incomodar. João ficou na suplência com mais de cinco mil votos. Dos candidatos apoiados pela Tendência Popular, foram eleitos dois deputados estaduais: Paulo Fonteles (PC do B) e Romero Ximenes e para a Câmara Federal apenas o deputado estadual, Ademir Andrade.

No final de 1984, João atuava como coordenador da Defensoria Pública do Pará. Sua atuação política foi o motivo da sua nomeação pelo Procurador-Geral do Estado, Benedito Monteiro. Nessa atividade, Batista ampliou sua influência no movimento sindical camponês, colocando toda a estrutura do departamento a serviço dessa luta – tanto que o governador Jader Barbalho o exonerou do cargo por pressão dos latifundiários, no final de 85. A pressão era tão grande que o então prefeito de Paragominas, Evandro Fernandes Couto Moreira, enviou a seguinte carta ao secretário de Agricultura do Pará, João Batista Melo Bastos:

---

<sup>[14]</sup> Manipulação do resultado eleitoral na qual se transferem votos dados a um candidato, votos nulos ou brancos, para outro. Em 1982 a apuração era manual e demorava dias para ser concluída, favorecendo muitas manipulações de resultados em todo o país.

“Senhor Secretário, tenho a honra de dirigir-me à V. Exa. Que se digne a tomar as devidas providências, com referências aos abusos do Dr. João Carlos Batista, que está insuflando e incentivando os trabalhadores rurais à invasão de terras particulares neste município. Outrossim, convém ressaltar que o mesmo está usando o nome de V. Exa. e do governador Jader Barbalho, que com nobreza, dignidade e paz está tentando desenvolver cada vez mais ao nosso estado.

Confiante aguardamos pronunciamento de V. Exa.”<sup>[15]</sup>

João foi destituído da Defensoria Pública, mas conseguiu se manter na Comissão Executiva Estadual do PMDB por sua combatividade e competente atuação como advogado. Descobriu novas lideranças, arregimentou-as e manteve-se em linha própria dentro do partido. No entanto, o PMDB começava a receber em suas fileiras setores que fizeram parte do Regime Militar.

## • **Batista e seu pai sofrem um atentado à bala, o primeiro.**

Em Paragominas a articulação de Batista cresceu muito. Mesmo não tendo companheiros na diretoria do Sindicato de Trabalhadores Rurais desta cidade, um grupo estava sendo organizado para concorrer à eleição da entidade. Foi então que, num domingo, após

---

<sup>[15]</sup> Ofício n° 395/83, de 23 de novembro de 1983, constante no Livro de atas de reuniões da Câmara Municipal de Paragominas.



realizar uma reunião para a composição da chapa de oposição, que seria encabeçada por Salvador Alves dos Santos <sup>[16]</sup>, João sofreu o primeiro atentado à bala.

A noite de 21 de julho de 1985 estava bastante escura. Não havia lua, assim mesmo o céu estava bastante estrelado. João, em seu fusca, retornou, assim que findaram suas reuniões, para a capital pela rodovia Belém--Brasília. Ao seu lado estava nosso pai Nestor; e no banco traseiro, Henrique Cristo, colono de São Domingos do Capim, que assumiria a presidência do STR desse município, no ano seguinte. Quando estavam na altura do km 128, às 22h30 aproximadamente, antes de chegar à cidade de Ipixuna do Pará, João sofreu o primeiro atentado à bala.

A viagem havia transcorrido tranquilamente. Em Paragominas foram realizadas duas reuniões. A primeira, às 14h, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para organizar uma chapa de oposição para concorrer à diretoria do STR local. Na hora marcada, a sede do sindicato estava fechada, por determinação do presidente da entidade, Antônio Jorge Lira. O grupo, formado por centenas de trabalhadores rurais vindos de diversas colônias do município, decidiu realizar a reunião na rua em frente à sede da entidade. Duas chapas disputariam a eleição: a da situação, ligada ao então presidente Lira, e a da oposição, apoiada por Batista, encabeçada por Salvadorzinho; a segunda reunião seria com os moradores no bairro da Cidade Nova, para discutirem assuntos relacionadas às reivindicações dessa comunidade da periferia de Paragominas. Esse encontro ocorreu e se encerrou por volta das 21h30.

---

<sup>[16]</sup> Salvador Alves dos Santos foi assassinado em 16.09.1985, em Dom Eliseu. Os pistoleiros e mandantes nunca foram localizados.

Antes de retornar a Belém, por volta das 22 horas, alguns colonos alertaram João para que não viajasse com os vidros das portas do carro abertos. Caso sofresse algum atentado, os vidros poderiam desviar ou amortecer as balas.

Depois de passar pelo Km 127 da rodovia, ele percebeu, ao olhar pelo retrovisor, que um carro os seguia. O veículo trafegava em grande velocidade e com a luz dos faróis alta. Por precaução, ele diminuiu a velocidade para dar passagem ao automóvel que ia atrás. Rapidamente o carro se aproximou e ficou emparelhado ao fusca. João pisou no freio e reduziu a velocidade. Imediatamente o motorista do outro carro fez a mesma manobra. Os dois carros ficaram lado a lado. João percebeu a ação e voltou a acelerar. Tudo aconteceu numa fração de segundos. Foi num piscar de olhos. Os dois carros estavam a mais de 100 quilômetros por hora. Nesse instante, os passageiros do carro desconhecido dispararam dois tiros em direção a João. Um de escopeta calibre 20 e outro de rifle 45.

Os tiros foram amortecidos pelo vidro da janela. A bala do rifle furou a lataria, entrando pela coluna do carro, mas não atingiu os passageiros. Já o tiro da escopeta atingiu de raspão o pescoço de João e acertou em cheio a cabeça do nosso pai, que caiu ensanguentado no colo do meu irmão. O outro carro, um Monza, fez a ultrapassagem e estacionou no acostamento da rodovia logo em frente. Certamente seus ocupantes estavam convictos que haviam acertado o alvo. Batista achou somente uma saída: retornar. Deu um “cavalo-de-pau” e voltou em direção a Paragominas.

Nestor estava caído sobre o colo do filho e se esvaia em sangue. Então, o motorista do Monza, com mais três comparsas, fez o mesmo. Os pistoleiros continuaram no encaço da sua caça. Enquanto dirigia fugindo da perseguição, João repassou sua arma, uma pistola

7.65, para Henrique, que não soube destravá-la. As ameaças constantes o obrigavam a andar armado. Era preciso estar preparado para situações como aquela. Havia ainda no carro uma escopeta calibre 12. Henrique pegou essa arma e, debruçado na janela, sobre o corpo de João, que dirigia, disparou um tiro quando o outro carro se aproximou para emparelhar novamente. O tiro de Henrique foi certo. As luzes do Monza apagaram e o carro ficou parado na estrada.

Em Paragominas, os três ficaram em um hospital, onde, papai e João, receberam os primeiros atendimentos médicos. O estado do meu pai era muito grave. Sua cabeça foi atingida em cheio. Na hora em que os bandidos atiraram, ele estava com a cabeça encostada no banco. Recebeu toda a carga de chumbo disparada. Passaram a noite nessa cidade. De manhã cedo, foram transferidos para Belém em um avião fretado pelo Procurador-Geral do Estado, Benedito Monteiro.<sup>[17]</sup>

A Polícia, a Justiça e o Governo do estado nada fizeram para apurar as causas desse atentado sofrido por João, nosso pai e Henrique. Papai permaneceu vários dias internado. Sobreviveu às duras penas ao crime de que foi vítima, mas ficou cego de um olho e surdo de um dos ouvidos.

O inquérito instaurado para apurar a autoria do atentado sofrido por João sumiu inexplicavelmente das dependências do extinto DOPS<sup>[18]</sup>. Nessa época, o famigerado delegado Mário Malato era o responsável pelo departamento - o mesmo delegado que anos antes havia me agredido com uma tapa no rosto quando fui preso durante uma greve de motoristas e cobradores. Apenas Batista exi-

---

[17] Benedito Monteiro escritor e poeta, foi deputado pelo PTB, em 1964 cassado pela ditadura. Em 1986 foi parlamentar constituinte, pelo PMDB.

[18] DOPS – Divisão de Ordem Política Social, órgão criado pela Ditadura Militar para perseguir quem combatia o arbítrio dos militares e seus agentes.

giu a apuração e a punição dos responsáveis por esse e outros crimes cometidos com frequência contra os trabalhadores. Não ocorreu a esperada cobrança da parte das organizações de direitos humanos, especialmente da Ordem dos Advogado do Brasil, seção do Pará (OAB/PA), para desvendar os responsáveis pela tentativa de homicídio. A conivência de muitas autoridades do Executivo, do parlamento e do Judiciário estadual era evidente. Aliás, provavelmente, muitas personalidades investidas em funções públicas participaram da preparação desse e dos outros dois atentados contra a vida do advogado João e outros desafetos.

## • **O segundo atentado contra João Batista**

Quase um ano depois, em 25 de julho de 1986, às 9 horas da manhã, João se dirigia para uma audiência no fórum da cidade de Santa Izabel do Pará quando, no cruzamento da BR-316 com a entrada para a vila do Mosqueiro, no município de Benevides, aconteceu um estranho “acidente”. O fusca em que viajava entrou em colisão frontal com um caminhão carregado de gado. O pesado veículo, de propriedade de um parente do fazendeiro Antonio Manoel Piqueira - um dos acusados pelo financiamento do primeiro atentado contra o advogado -, e com placa de Paragominas, não matou João e seus dois companheiros, Ezequias Nunes das Neves e Nilton Ferreira, graças a muita sorte e ao cinto de segurança. O pneu-estepe do fusca se enroscou no eixo dianteiro do caminhão, impedindo que a cabine e a carreta passassem por cima do carro em que estavam e cortassem todos ao meio. Segundo o agente da Polícia Rodoviária Federal que os socorreu, e com quem conversei, João poderia ter morrido no local da

colisão, caso demorasse um pouco mais para retirá-lo das ferragens. Ezequias teve o rosto quebrado, perdendo muitos dentes; e Nilton, que ia no banco traseiro, sofreu ferimentos leves.

## • **A questão partidária**

Nos dias 1º e 2 de março de 1986, mobilizamos um expressivo número de lideranças camponesas para participar do Encontro das Classes Trabalhadores do Pará (ENCLAT), realizado na Escola Superior de Educação Física do Pará (ESEFPA). Foi um encontro preparatório para a assembleia de fundação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que transcorreria nesse mesmo mês, entre os dias 21 e 23, na cidade de Praia Grande (SP).<sup>[19]</sup> Nós participamos desse congresso, com dezenas de delegados representantes dos trabalhadores rurais do Pará. Essa central sindical foi organizada com o apoio do PCdoB, do PCB e do MR-8.

Nesse ano a militância de João se voltava novamente para a disputa eleitoral. O processo de organização dos trabalhadores andava junto com a campanha eleitoral, um complementava o outro. Dessa forma, novas lideranças acabavam sendo arregimentadas para o grupo de Batista.

No dia da convenção, centenas de camponeses compareceram em apoio à candidatura de João. Deslocaram-se com seus próprios recursos. Nosso trabalho foi organizar a viagem dessas caravanas. Estavam no encontro para barrar a ameaça da não homologação da

---

<sup>[19]</sup> O PT havia fundado, em 26 de agosto de 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

candidatura do advogado de posseiros. Sua candidatura à Assembleia Legislativa paraense foi garantida e comemorada, com muitas palavras de ordem em defesa da reforma agrária e contra a violência no campo. A jornada eleitoral começou com os empecilhos de sempre.

Enquanto isso, o fascista delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), Mário Malato, em suas incursões para promover despejos de trabalhadores rurais em terras ocupadas na região de Paragominas, fazia violentos discursos contra João. Dizia que o povo devia tomar cuidado com esse comunista. Malato chegou a atirar nos cartazes de campanha do nosso candidato em várias colônias – era o que diziam tantos relatos feitos na época por moradores dessas comunidades. Havia ainda um setor da Igreja Católica, sediado na região de Bragança, que distribuía panfletos apócrifos nas comunidades rurais para que as pessoas não apoiassem João, pois, diziam, ele era comunista e poderia roubar suas propriedades, inclusive suas crianças. A contrapropaganda era feroz e violenta, apregoando preconceitos e espalhando acusações de cunho ideológico. Isso tudo, em vez de reduzir nosso apoio, aumentava nossos contatos. Tudo isso somente animava a militância em seu trabalho.

A campanha foi vitoriosa. João se tornou deputado estadual com 8.311 votos, obtidos em 71 municípios paraenses. Conseguiu entrar na última vaga do PMDB - e somente depois que foi descoberto o desvio de votos (o mapismo - o mesmo que aconteceu em 1982) para outros candidatos. João conseguiu localizar dois mapas eleitorais da cidade de Almeirim, no baixo Amazonas. As cédulas nas quais constava o seu nome, nessa cidade, sumiram do resultado oficial. Comparando os boletins de urna, o falso e o verdadeiro, pôde comprovar a prática do mapismo com os votos que obteve. Eles foram desviados para o secretário particular do então governador Jader

Barbalho, Fernando Ribeiro, também candidato à Assembleia Legislativa. Caso João não tivesse conseguido provar esse delito, certamente, não teria sido eleito. Até então, boa parte da sua votação havia sido perdida - principalmente em Belém, onde um candidato do PT, com registro idêntico e uma fiscalização maior, passou a anulá-los, quando não mais conseguiu levar esses votos.

Ao ser diplomado, João denunciou as ameaças e calúnias que sofreu no decorrer da campanha, a violência praticada pelos pistoleiros e policiais contra os colonos que o apoiaram e defendeu a realização da reforma agrária no Pará e no Brasil. Falou ainda do risco de vida que corria, dos atentados dos quais escapou e dos boicotes da Justiça Eleitoral. Na sua fala de conclusão, afirmou que seu mandato seria colocado unicamente a serviço da luta por uma sociedade mais justa. As autoridades sentadas à mesa principal da sessão solene se entreolharam com uma expressão de contrariedade e desconforto. Aquilo era novidade. Eles nunca tinham visto um parlamentar falar daquela forma no ato da diplomação.

Antes do fim de ano, em 19 de dezembro, realizamos uma reunião para avaliar a campanha eleitoral. Precisávamos robustecer

nosso apoio para sair do PMDB. As opções de partidos para os quais poderíamos seguir foram quatro: PCB, PCdoB, PT e PSB. O Partido Democrático Trabalhista (PDT) também foi cogitado, porém não entrou na relação das alternativas.

No decorrer do mandato, todos os dias João fazia pronunciamentos da tribuna. Denunciava as atrocidades cometidas pelo latifúndio e o governo contra os trabalhadores rurais e defendia a necessidade urgente da execução da reforma agrária. Responsabilizava a burguesia pela exploração dos trabalhadores e pela existência de milhões de pessoas vivendo na mais completa miséria nos centros urbanos. Denunciava o Estado de servir aos latifundiários e burgueses, atuando contra os interesses dos trabalhadores e a maioria do povo brasileiro. Permanentemente, defendia os ideais de uma sociedade mais justa, acreditava que o socialismo era o caminho. Sempre teve posições radicais no enfrentamento aos setores dominantes. Esse estilo de liderança assustava os parlamentares conservadores e a direita no Estado, que ficavam atordoados com a presença assídua dos trabalhadores rurais acompanhando a atuação dos parlamentares. Em seus discursos, também denunciava o Parlamento, afirmando que as mudanças de que a sociedade necessitava, dependeriam, para serem realizadas, de ações da população mobilizada e organizada, não da prática assistencial e demagógica de parlamentares. Inúmeras reuniões foram realizadas com nosso grupo e outras tantas com o deputado federal Ademir Andrade, culminando com nosso ingresso no PSB, em outubro de 1987.

O deputado federal Ademir Andrade e um grupo ainda ligado ao PMDB, fizeram pressão para que João não entrasse imediatamente nesse partido. A situação que João enfrentava não lhe possibilitava aguardar a decisão do deputado Ademir. Tramitava na



Casa um processo interno, movido pela deputada da UDR, Maria de Nazaré Barbosa, pedindo a cassação de João. No dia em que saiu do PMDB e anunciou publicamente sua filiação ao PSB, as galerias estavam repletas. Centenas de trabalhadores rurais haviam sido mobilizadas. Nesse dia, recebeu um abaixo-assinado com quase dez mil assinaturas em demonstração de solidariedade e contra a ameaça de cassação do seu mandato. Um mês depois, Ademir Andrade e seus companheiros ingressaram no PSB.

Ao ser realizada a primeira convenção estadual do PSB paraense, João e alguns de seus companheiros foram destituídos da Comissão Regional Provisória pela Comissão Executiva Nacional, a pedido de Ademir Andrade. Novamente começavam as lutas políticas e ideológicas. De um lado, um grupo vinculado aos movimentos organizados dos trabalhadores, liderado por João; de outro, várias lideranças com práticas políticas tradicionais, sem ligação com as lutas concretas, atuando apenas no parlamento, local que consideravam o mais apropriado e único para atuar. Com a decisão da Direção Nacional do PSB, foi impedida a vitória dos setores mais à esquerda desse partido na convenção. Concretamente João não acreditava que nenhum desses partidos de esquerda e suas lideranças seriam capazes de mobilizar as massas de forma revolucionária.

Para propagar os ideias da luta revolucionária, o trabalho do mandato e unificar a ação da militância no interior do Estado, foi criado o jornal *Trincheira Socialista*, informativo do seu gabinete. Assim, numa reunião com 165 lideranças de 27 municípios paraenses, realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém, nos dias 18 e 19 de junho de 87, foi realizado o I Encontro da Militância Socialista do Pará. Decidiu-se pela organização da Participação Popular Socialista (PPS), para “*congregar os*

*militantes que realmente lutam pelo socialismo*".<sup>[20]</sup> Ficou estabelecido que a corrente, dentro do PSB, iria se diferenciar do grupo de Ademir Andrade "que pensa fazer do partido mais uma sigla de aluguel a serviço da burguesia".

A oposição entre o grupo de João e o de Ademir ficou tão acirrada que a direção do PSB/PA chegou a publicar notas pagas, nos principais jornais de Belém, contra João. Ele foi excluído do comando da sigla no Pará. Durante a realização de uma reunião do diretório municipal do partido na capital, ocorrida na Escola Kennedy, nos dias 3 e 4 de dezembro de 1988, para avaliar as eleições municipais, Ademir chegou a dizer, pelas entrelinhas, que pediria a expulsão de João no Encontro Estadual a ser realizado ainda naquele mês. Dois dias depois Batista seria assassinado.

Em Paragominas havia sido fundada uma organização paramilitar denominada Comando Democrático Cristão. Sua criação foi incentivada e apoiada firmemente pela Tradição, Família e Propriedade (TFP)<sup>[21]</sup>. Os dirigentes desse comando cristão na cidade eram latifundiários em sua totalidade. O grupo, em seguida, transformou-se na UDR local, tornando-se o primeiro núcleo desse grupo de oligarcas no estado.

O deputado Batista, a CGT e o STR de São Domingos do Capim convocaram o ato de Primeiro de Maio de 1987 para a cidade de Paragominas. Os sindicalistas e os militantes do PSB ficaram responsáveis pelos preparativos da manifestação. É importante registrar que João, quando ainda estava no PMDB, já estruturava o PSB nos municípios paraenses.

---

<sup>[20]</sup> *Trincheira Socialista*.

<sup>[21]</sup> A TFP era uma organização católica de ultradireita.

No plano nacional estava em funcionamento o Congresso Constituinte, composto pelos deputados federais e senadores eleitos em 1986. João convidou para participar da manifestação os membros da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária da Assembleia Nacional Constituinte, através do deputado Benedito Monteiro, um integrante dessa comissão. Eles ficaram de enviar representantes para a manifestação.

**JORNAL DO BRASIL**

16 □ 1º caderno □ domingo, 18/12/88

## Morte de deputado pode acender luta por terra no Pará

\* *Antônio José*

**1** BELÉM — O assassinato do deputado João Carlos Batista (PSB), dia 6 passado, pode ter reacendido o estopim da guerra no campo, no Pará. Batista, 36 anos, era advogado de vários sindicatos rurais e também acusado de incitar camponeses à invasão de terras. Durante o velório do deputado, vários líderes rurais prometeram intensificar o processo de ocupação de áreas que consideram improdutivas e acusaram também o armador Joaquim Fonseca como mandante do assassinato. Fonseca, dono de vastas áreas, já tinha sido apontado como o principal mandante do assassinato do ex-deputado Paulo Fontelles (PC do B) em junho do ano passado, mas nada foi provado contra ele.

Na noite de quinta-feira passada, cerca de 50 homens armados invadiram a Fazenda Marimonte, localizada no Km 48 da Rodovia BR-010, Belém—Brasília, de propriedade de Fonseca. A invasão está sendo considerada a primeira reação dos amigos do deputado

João Batista, embora o próprio Fonseca não queira relacionar os episódios.

Segundo relatos chegados a Belém, do advogado de Fonseca, Walmike Melo, o bando queimou todas as casas e as plantações da fazenda, matou várias cabeças de gado e baleou um funcionário, ainda sem confirmação da polícia. Novas informações chegaram à Secretaria de Segurança Pública, dando conta de que pelo menos dois homens morreram no confronto. Oficialmente, há apenas um baleado.

O advogado Walmike Melo apresentou queixas ao Secretário de Segurança Pública, coronel Antônio Carlos Gomes, e impetrou uma ação de reintegração de posse.

Os invasores, conforme o advogado, chegaram à fazenda em tres caçambas e destruíram logo a casa grande, botando os empregados para correr. O gerente da fazenda, identificado apenas como Arnaldo, tentou sair da área para ir buscar ajuda policial, mas foi impedido pelos invasores, sob a ameaça de armas. Ainda assim, teria conseguido escapar para outra fazenda de propriedade de Fonseca, no Km 35.

A área invadida tem 7 mil hectares, 4 mil cabeças de gado, de acordo com o próprio Fonseca, e já foi invadida por 200 colonos há menos de três meses. Essa primeira invasão, segundo o advogado, teria sido comandada pelo deputado João Batista.

Fonseca ingressou na Justiça com uma ação de reintegração de posse contra os 200 colonos, mas até agora não houve decisão por parte da comarca de São Miguel do Guamá. Ultimamente, porém, o clima na área, que fica no município de Irituia, a 200 quilômetros de Belém, era considerado tranqüilo, e todos aguardavam pela decisão da Justiça sobre a pendência.

Repercussão sobre o assassinato do advogado João Batista.

Fonte: acervo da CPT, Belém/PA

O boato que correu na região dizia que a manifestação seria dispersada à bala e que o advogado dos camponeses, o deputado Batista, não voltaria vivo para Belém. Foi divulgado pelos fazendeiros que a UDR tinha 100 bois reservados e aproximadamente 100 pistoleiros à disposição naquele dia. Os bois seriam mortos para comemorar a ação dos jagunços no esvaziamento do evento. Propagou-se que era “um grande risco” participar da manifestação. O locutor Jorge Quadros, da Rádio Tropical – AM, de propriedade de Samuel Câmara<sup>[22]</sup>, declarou em tom de ameaça que “o Batista não voltava mais, que iam tirar a cabeça dele aqui”.<sup>[23]</sup>

Por segurança, João conseguiu com a secretária de Educação do estado, professora Terezinha Gueiros, esposa do governador Hélio Gueiros, uma autorização para realizar a manifestação dentro da Escola Estadual Castelo Branco. No horário marcado, havia mais de cinco mil pessoas em frente à escola. Decidimos fazer o evento do lado de fora, com um espaço bem maior, o que nos permitiu montar um esquema de segurança mais eficiente. Sob o brilhante e quente sol da manhã do dia 2 de maio de 1987, reuniram-se camponeses de diversas colônias de vários municípios da região. Coube-me a tarefa de apresentar e dirigir a manifestação de cima do caminhão transformado em palanque improvisado.

Os representantes da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária da Assembleia Nacional Constituinte comunicaram, por telegrama, que não poderiam realizar a viagem. O texto do comunicado alegava que o avião cedido pelo Minis-

---

<sup>[22]</sup> Samuel Câmara atualmente é deputado estadual e ligado ao ex-deputado Ademir Andrade.

<sup>[23]</sup> Marcellino Venturini, obra citada, p. 57.

tério da Aeronáutica não poderia efetuar a viagem em virtude da ausência das condições do campo de pouso. A ausência dos parlamentares constituintes contribuiu somente para deixar ainda mais dramática a situação.



Manifestação de Primeiro de Maio, em Paragominas.

Fonte: acervo do autor

Participaram do ato representantes do PCB, Raimundo Jinkings; do PC do B, Luís Damasceno; da CGT, Raimundo Moacir, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém e Ananindeua; Arnaldo Delcídio Ferreira, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, e lideranças de colonos e outros dirigentes sindicais. Quase às 13 horas, foi dado início a uma passeata com milhares de pessoas. Tudo corria em paz, até o momento em que os colonos passaram em frente à Delegacia de Polícia, perto

de um ponto de táxi, no centro, localizado no cruzamento da rua Presidente Costa e Silva com a travessa Estado do Pará (mesmo local onde residimos pela primeira vez na cidade, em 1970). “Naquela esquina surgiu o Santana, placa AX 5258, dirigido por ‘Pilha Fraca’. No banco traseiro, estavam Ataíde e Baianinho. O veículo chegou por detrás da passeata e nela se infiltrou, mesmo sob o protesto dos manifestantes. Pouco depois, Ataíde desceu do carro, de revólver em punho e tentou alvejar João Batista no meio da multidão, mas a bala se perdeu. A confusão toma conta da manifestação e os populares tentaram alcançar o pistoleiro, que entrou novamente no Santana. O motorista se dirigiu para o ponto de táxi, onde apanhou seu carro”. [24]



Linchamento de um pistoleiro na manifestação de Primeiro de Maio, em Paragominas.  
Fonte: acervo do autor

---

[24] Narrativa de Augusto Benacy, fotógrafo, em entrevista ao jornal *O Liberal*, em 16/05/1987. p. 16.

“Mas ao invés dos trabalhadores correrem de medo, ocorreu exatamente o contrário”, declarou Batista depois na tribuna. O pistoleiro Ataíde fugiu. Pilha Fraca ainda tentou fazer o mesmo, mas acabou encurralado pelos manifestantes dentro do seu carro no ponto de táxi. Imediatamente a polícia foi chamada. Estávamos a menos de cinquenta metros da delegacia, mas os policiais, como costumavam fazer em relação aos pedidos dos trabalhadores, demoraram para chegar. Essa demonstração de desinteresse deixou os trabalhadores realmente revoltados.

Os pistoleiros iniciaram uma fuzilaria contra o povo, tendo como alvo o deputado. Duas pessoas foram atingidas: seu Raimundo, morador da colônia União, de São Domingos do Capim, e Dona Julieta, moradora de Paragominas. Ela segurava um guarda-chuva ao lado de João quando recebeu o tiro. Um pistoleiro que atirava contra o povo conseguiu correr até seu carro e fugir. Durante a fuga, recebeu um tiro no braço. Mas o seu parceiro, Pilha Fraca, não teve a mesma sorte. Enraivecidos, os manifestantes começaram a gritar: “Lincha! Lincha! Lincha!”. Encontrava-me no meio da multidão, quando vi alguém usando muletas para quebrar o para-brisa do seu carro, onde estava Pilha Fraca. O pistoleiro acabou recebendo tiros, facadas e pauladas. O corpo do jagunço ficou ali mesmo por alguns minutos. Só então a polícia chegou.

A cidade ficou mais uma vez dividida. Os colonos e os trabalhadores urbanos que tinham participado da manifestação se sentiram livres de um bandido que os incomodava. Do outro lado, os latifundiários, os donos de serrarias e os comerciantes rapidamente transformaram Pilha Fraca num herói e, segundo João Malato, numa vítima da “turba assassina comandada pelo agitador comunista”.<sup>[25]</sup>

---

<sup>[25]</sup> João Malato, colunista de *O Liberal* e pai do delegado do DEOPS, Mário Malato, em sua coluna semanal intitulada “Sangue e Covardia em Paragominas”, publicada dia 7 de maio de 1987, p.8.

Na capital as repercussões foram intensas. O principal matutino, o jornal *O Liberal*, do dia seguinte, mostrou, numa reportagem com muitas fotos, feitas por Augusto, a verdade dos fatos ocorridos. Daí pra frente, vieram as acusações mentirosas, tendenciosas e inescrupulosas contra João. Foi quando o deputado João de Deus apresentou um requerimento “pedindo o voto de solidariedade ao deputado João Carlos Batista, em virtude da covarde tentativa de assassinato de que foi vítima”<sup>[26]</sup> – uma atitude de protesto contra aqueles que o estavam transformando em réu. Muitos parlamentares e entidades se solidarizaram com João e com os trabalhadores da região, exigiram a apuração do fato (o que nunca foi feito), protestaram contra o assassinato de camponeses e exigiam a realização da reforma agrária para colocar um fim a essa guerra pela terra.

Pela primeira vez nesta cidade, este povo pacato havia tomado para si a missão de fazer justiça com as próprias mãos. Um pistoleiro foi “justiçado” em praça pública.

## • O tiro fatal

A Assembleia Legislativa do Pará debatia o Regimento Interno da Constituinte Estadual para iniciar os trabalhos no Estado. Eram 17h do dia 6 de dezembro de 1988. João Batista, fez um aparte ao discurso do Deputado Edmilson Rodrigues, afirmou que era “constantemente ameaçado. Inclusive, recentemente em Paragominas, fui até ameaçado de morte, se não me engano pelo Capitão

---

<sup>[26]</sup> Requerimento do deputado estadual João de Deus, apresentado em 4 de maio de 1987.



Lameira e pelo Major Magela<sup>[27]</sup>. Este Major Magela disse abertamente, no meio de centenas de pessoas, que queria fuzilar o deputado João Batista por ser terrorista, por ser agitador, por ser comunista e subversivo ou coisa parecida, o que demonstra o desrespeito, o autoritarismo, a truculência de certas autoridades, que, infelizmente, vivem no Brasil e não na Argentina, porque se vivessem na Argentina, seriam repudiadas e rechaçadas, como foram os militares golpistas e ditadores”. Após sua fala seguiu na sessão até encerrar, perto das 19h, quando seguiu para ao encontro da esposa, Sandra, que estava com os três filhos. Assim que pegou a família, todos seguiram para sua residência, na Av. Gentil Bitencourt, no Conjunto Urca. Como sempre, ao chegar no prédio, deu seta à esquerda, reduziu a velocidade e parou na calçada, enquanto o porteiro, como se nada soubesse, puxava um fio para abrir o portão.

Foram dois tiros secos. O primeiro errou o alvo principal, acertou a perna de Dina, então com três anos de idade e que estava no colo da mãe. O segundo, foi preciso, estourou a cabeça do militante revolucionário, então com 36 anos, recém completados.

O pistoleiro havia passado a tarde no prédio, disse que aguardava sua namorada. Chegou a ajudar o zelador a carregar um banco de madeira. Na hora do assassinato ele estava escondido atrás de uma mangueira ao lado do portão. Feito o serviço, com a arma na mão, calmamente, como se nada tivesse ocorrido, o assassino atravessou a rua. Uma grande quantidade de pessoas estava no ponto de ônibus, viram o crime. O segurança de uma loja viu tudo, ficou imóvel. O

---

<sup>[27]</sup> Geraldo Magela das Silva Falcão e Rubens Lameira Barros eram oficiais da Polícia Militar do Pará, lotados na cidade de Paragominas, que fizeram publicamente ameaças contra a vida do deputado João Batista no final da semana imediatamente anterior àquela em que o parlamentar foi assassinado.

pistoleiro seguiu até a Travessa Castelo Branco, dobrou em direção a Av. Conselheiro Furtado. Desapareceu.

Na mesma noite, na residência do governador, Hélio Gueiros, ocorria uma festa, que seguiu como se nada tivesse ocorrido. Glamour e alegria contagiantes. O corpo do deputado foi levado para o Hospital dos Servidores do Estado, um quarteirão de distância do local da festa oficial. Com Marcos Fonteles sequestramos o corpo e, acompanhados de um grupo de amigos, fomos para a frente da residência oficial. Nenhum efeito. Nos jornais extras o governador afirmou: “O Batista procurava inimigos. Era muito radical”.

Passaram-se 31 anos desde o covarde assassinato. Um pistoleiro foi condenado, fugiu da prisão e terminou morto em um crime de queima de arquivo no Estado do Maranhão, quando estava em serviço, eliminando pessoas a serviço da PM desse Estado. Um outro, antes de ocorrer o julgamento, em um processo que teve oito (8) juízes, foi degolado na Penitenciária de Americano. Nenhum mandante foi denunciado. Assim seguem, impunes, com mandatos e propriedades, inclusive, agora, com o apoio explícito e público do ocupante do Palácio do Planalto assassinos e mandantes de crimes contra o povo, suas lideranças e defensores. O chefe do Executivo brasileiro é um deles, integra o grupo de poderosos, oligarcas, agentes do capital nacional e internacional.

## • **Um Retrato da Atuação**

A incansável militância de Batista se dava em dezenas de municípios paraenses, através da formação e organização política, orientação jurídica apoio aos camponeses sem terra, aos donos de pequenas lavou-

ras, aos meeiros, aos posseiros, cidadãos desempregados, trabalhadores urbanos, estudantes, empregados de serrarias e mateiros. Incentivou a organização de sindicatos, associações de trabalhadores rurais, delegacias sindicais, comissões de posseiros e cursos de formação política anticapitalistas, principalmente direcionados contra o latifúndio e voltados para luta revolucionária. Na área jurídica, representava os trabalhadores e as trabalhadoras perante a Justiça, movia processos de usucapião, denunciava atos de violência cometidos por policiais e jagunços contra os colonos, ajuizava ações de todos os tipos para a defesa dos direitos daqueles que possuíam profunda ligação com a terra e careciam da reforma agrária para ter viverem em paz.

A relação com os municípios em que Batista trabalhou e atuou fortalecendo o combate contra a exploração e opressão e na defesa da reforma agrária e urbana e pelos direitos do povo mostra a sua disposição em ampliar seu raio de ação. Em uma contagem superficial, a partir do conjunto de informações que possuo, constantes do livro João Batista, mártir da luta pela reforma agrária, perto de 40 mil famílias conquistaram um pedaço de terra para trabalhar ou morar, com a orientação direta do advogado e deputado revolucionário:

Acará, Augusto Correa, Aurora do Pará, Ananindeua, Bonito, Bujaru, Bragança, Barcarena, Capanema, Castanhal, Capitão Poço, Cachoeira do Piriá, Dom Eliseu, Igarapé-Açu, Irituia, Limoeiro do Ajuru, Moju, Mãe do Rio, Ourém, Itaituba, Garrafão do Norte, Marituba, Marabá, Maracanã, Paragominas, São Domingos do Capim, Ipixuna do Pará, Rondon do Pará, Santa Luzia do Pará, Santa Izabel do Pará, São Miguel do Guamá, Santo Antônio do Tauá, Soure, Tailândia, Ulianópolis e Vizeu.

Apesar da atuação e história de João Batista ele não é conhecido como deveria pelo povo paraense e brasileiro, que também não

reverência a memória de milhares de combatentes que caíram na luta para conquistar a dignidade, uma vida melhor e avançar na emancipação humana. Muitas das conquistas obtidas graças as lutas travadas no passado têm sofridos reveses por parte dos poderosos, que impedem a classe trabalhadora do campo e da cidade de ter o conhecimento de suas vitórias contra a exploração e o opressor.

A memória de João Carlos Batista, meu Tauá, enquadra-se, integralmente ao que Bertold Brecht escreveu:

### **Os que lutam**

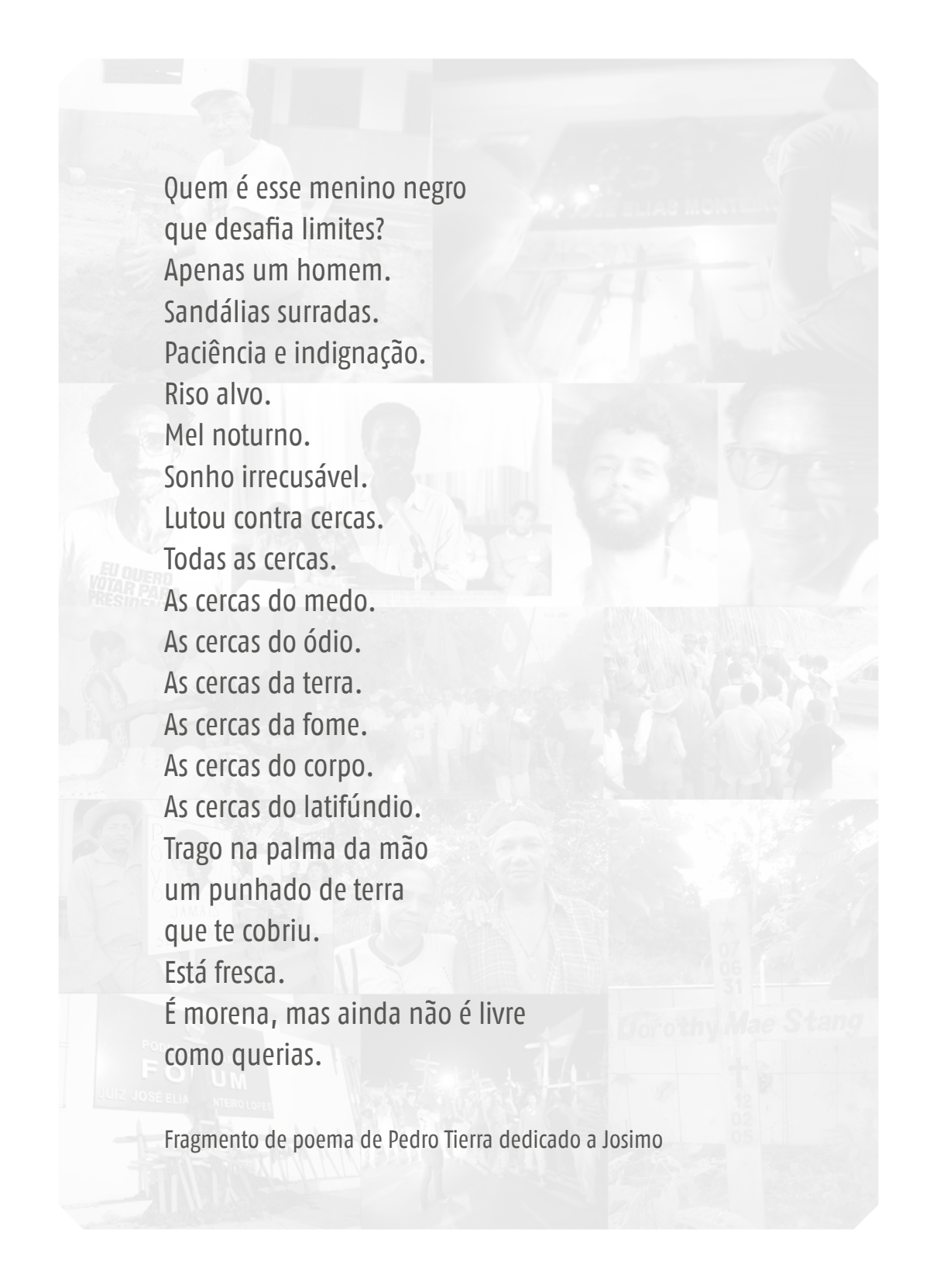
Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muito bons; Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons; Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda; Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis.





# RELIGIOSOS E ROMARIAS





Quem é esse menino negro  
que desafia limites?  
Apenas um homem.  
Sandálias surradas.  
Paciência e indignação.  
Riso alvo.  
Mel noturno.  
Sonho irrecusável.  
Lutou contra cercas.  
Todas as cercas.  
As cercas do medo.  
As cercas do ódio.  
As cercas da terra.  
As cercas da fome.  
As cercas do corpo.  
As cercas do latifúndio.  
Trago na palma da mão  
um punhado de terra  
que te cobriu.  
Está fresca.  
É morena, mas ainda não é livre  
como querias.

Fragmento de poema de Pedro Terra dedicado a Josimo

# JOSIMO E ADELAIDE: ASSASSINATOS E NARRATIVAS NO CORAÇÃO DO CONFLITO

Ricardo Rezende Figueira<sup>[1]</sup>

## • Introdução

Josimo Moraes Tavares e Adelaide Molinari, quando foram assassinados, tinham como realidade circundante a disputa fundiária e política e a transição da ditadura para a chamada Nova República. Estavam imersos em um contexto de conflito social de grande proporção e muitas expectativas. Foram capazes de compreendê-lo? Cada um, no seu jeito e na sua forma de se relacionar com o mundo, deu sua resposta e a interpretaram, posteriormente, os seus amigos ou inimigos e a igreja local, com seus respectivos filtros. Para alguns, ambos se tornaram símbolos da resistência em tempos sombrios e, para outros, pode ter havido tentativa de criminalizá-los ou de tirá-los de seu contexto.

---

<sup>[1]</sup> Padre, antropólogo, professor de Direitos Humanos no Brasil e em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio de Janeiro; coordena o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo no Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos onde ministra aula na Pós-Graduação. E-mail: rrfiguei@uol.com.br

Agradeço as pessoas com as quais conversei na tentativa de recompor as memórias de fatos ocorridos há mais de três décadas e ouvir narrativas com filtros diferentes ou convergentes com os meus: Adilar Daltoé, Airton Pereira, Aton Fon, Emmanuel Wanberg (Mano), Girolamo Domenico Treccani, irmãs Angelita Fernandes, Béatrice kruch (Bia) e Marie Madeleine Hausser (Mada), João Roberto Ripper, José Batista Afonso, Lourdes Lúcia Goi, Osnera Silva Vieira, Patrick O'Sullivan, Paulo Roberto Ferreira, Ricardo Dias e Xavier Plassat.



## • Os fatos e as suas narrativas

Era meados dos anos 1980. Josimo, com olhos vivos, ou, melhor, dirá Pedro Casaldáliga, o então bispo de São Félix do Araguaia, “os olhos profundos, cansados de ver demais” (1993, p.11), tinha 33 anos. De baixa estatura, sorriso fácil, o bigode e a barba desalinhados, uma certa timidez, óculos grandes - mal assentados -, Josimo se vestia com roupas simples, escrevia poemas, cantava, utilizava sandálias de borracha, não levantava a voz ou perdia o controle nas emoções, com a paciência de quem sabia que a luta era grande. Eu o conheci. Era o padre que morava no Bico do Papagaio, em São Sebastião do Tocantins, extremo norte do então Estado de Goiás, hoje Tocantins, a 514 km de Conceição do Araguaia, onde eu residia. Ele era estimado pelos mais pobres, especialmente por quebradoras de coco e posseiros; e odiado por alguns que representavam a oligarquia local.

Conheci Josimo nas celebrações, em encontros e reuniões da Comissão Pastoral da Terra do Araguaia-Tocantins, no antigo norte de Goiás, em Porto Nacional e Miracema do Tocantins, e na intimidade da casa paroquial, primeiro em Wanderlândia, depois em São Sebastião do Tocantins. Conheci-o em celebrações vivas de rezas e de missas, com uma leitura mais contemporânea da bíblia; como organizador de resistência sindical e política. Envolvido com a questão da negritude e preocupado com as luta das mulheres.

Em Curionópolis, no Sul do Pará, a mais ou menos 375 km ao norte de Conceição do Araguaia, vivia uma freira, irmã Adelaide Molinari, 47 anos. Ela se vestia, como as demais freiras de sua comunidade, com o hábito simplificado e sem o véu - uma camisa gris, uma saia preta e uma sandália de couro. Conforme uma senhora, que a teria conhecido, a freira seria “maravilhosa”, “amiga”, “carinhosa”,

“agradável”, “meiga”, “doce”, “boníssima conselheira” e jamais a viu “alterar a voz” (PLETSCH e FERNANDES, 2014, p.72-73). Não a conheci pessoalmente. Conheci as irmãs de sua comunidade e a admiração que têm ainda por sua memória.

Josimo não foi criado pelo pai, Bartolomeu, que se separou da esposa quando ele tinha três anos. Sua mãe era Olinda Morais Tavares, sempre magra e frágil de corpo. Olinda, mal nasceu, com três dias, foi doada pela mãe, sem o pai saber, para ser criada por uma família ligada ao comércio das castanhas em área rural de Marabá. Quando o pai soube, havia sido registrada como filha na outra família. E Olinda só conheceu a própria mãe com 12 anos. Queria ser freira e, contra a sua vontade, com apenas 13 anos, casaram-na. Teve uma filha que morreu ainda menina, Ana Maria, e Josimo, que nasceu na beira do rio Taurizinho, em Marabá, enquanto ela lavava as roupas em um Sábado Santo, 4 de abril de 1953. Não tinha lavado na véspera, por ser Sexta-Feira da Paixão, que não era dia de trabalho, explicou (MENDONÇA, 1988).



Padre Josimo Morais Tavares, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Araguaia-Tocantins – Tribunal da Terra –. Fórum Cível do Pará Belém - PA - 1986.

Foto: Miguel Chikaoka

Adelaide nasceu em 2 de fevereiro de 1938, na área rural de Garibaldi, Rio Grande do Sul, a terceira, entre 11 irmãos, filha de Salvador e Cecília, pequenos agricultores que a criaram e lhe deram segurança e estabilidade. Uma família religiosa de tradições conservadoras. Com 16 anos, com apoio dos pais, ela foi morar com as irmãs Filhas do Amor Divino e acabaria por ingressar na vida religiosa feminina.

Ele foi para o seminário menino ainda, fez seus estudos no Sudeste, tornou-se aluno de Leonardo Boff, foi ordenado sacerdote em Xambioá, local conhecido pela repressão à guerrilha do Araguaia. Trabalhou em Wanderlândia e foi transferido para São Sebastião do Tocantins. Foi preso pela polícia, caluniado, desprezado pela cor da pele, pelas opções, incompreendido por parte do clero de sua diocese, Tocantinópolis, e era ameaçado. Ela, religiosa das Filhas do Amor Divino, trabalhava na diocese de Marabá e morava em uma casa com outras religiosas. Ambos, próximos aos pobres, participavam de alguma forma de suas lutas, animavam suas celebrações, sabiam das dores dessa gente, conheciam suas histórias e se compadeciam.

Quando se lê o que as suas companheiras irmãs Zoeli e Angelita (PLETSCH e FERNANDES, 2014) escreveram sobre ela, a dimensão do conflito é menos clara na sua vida. Teve certo contato com a Teologia da Libertação ao se preparar para a vinda à missão no Pará e se inseriu entre os mais sofridos, mas sem a liderança de um Josimo na resistência e na organização fora do espaço claramente eclesial. Não há informações de que tenha participado da Comissão Pastoral da Terra ou de luta sindical ou partidária, mas esteve especialmente nas ações intereclesiais e tinha preocupação com a educação. Por exemplo, as duas religiosas que escreveram o livro sobre Adelaide, registraram que, minutos antes do crime, em 14 de abril

de 1985, na rodoviária de Eldorado do Carajás, “Arnaldo Delcídio Ferreira se aproximou e conversava com ela sobre possibilidades da criação de uma escola itinerante para os filhos dos posseiros, da região (PLETSCH; FERNANDES, 2014: p.71)”. Ora, Adelaide foi, por um tempo, vizinha de Arnaldo, sindicalista ameaçado e em situação de conflito pela terra, tornou-se sua amiga ou conhecida, não se recusou em ir ao lote em disputa para sua atividade de catequese e manifestou a preocupação com o estudo das crianças da área em conflito. Também, ao saber que queriam expulsar algumas mulheres que vendiam refeição para trabalhadores na beira da estrada, km 16, a 35 km do garimpo de Serra Pelada, conforme o depoimento de irmã Lourdes Follman, foi até o local para rezar o terço e a ação violenta da polícia não se deu. Algumas pessoas viram nisso um pequeno milagre. Sobre o encontro com Arnaldo, as autoras prosseguiram com a informação:

Jovens comentavam sobre a beleza de outro jovem, desconhecido, elegante e bem trajado, calçando tênis ponteira de metal brilhante, com um pacote na mão, que bebia recostado no balcão do restaurante. Ele tinha um **objetivo** insuspeitável: **ceifar a vida da religiosa**<sup>[2]</sup> missionária. De repente, voltou-se em direção aos dois em diálogo, desembrolhou o pacote e empunhou o inesperado conteúdo: um revólver. As pessoas se assustaram e a Irmã Adelaide viu e clamou: “Paz, paz, não faça isso, meu irmão!” (...) O tiro perfurou e atravessou o corpo de Arnaldo e atingiu a veia jugular da Irmã e derrubou-a na dureza do piso de cimento (PLETSCH; FERNANDES, 2014, p.71).

---

[2] O negrito não está no original.



Irmã Adelaide Molinari.

Fonte: site do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Ceeseep).

O fato se deu em local público, com muitas testemunhas, na pequena e pobre rodoviária de Eldorado do Carajás, no sul do Pará. A religiosa caiu ensanguentada, sob o olhar assustado e perplexo das pessoas que estavam ali e do próprio lavrador também baleado, Arnaldo. Conforme uma testemunha, ao se aproximar, ela percebeu que a freira ainda respirava.

A dona Rita já tinha vindo com um lençol e ajoelhada, tentava estancar o sangue que jorrava com força. Logo apareceu um homem meio misterioso que se prontificou a ajudar. Sentou-se no banco traseiro do carro que acabava de chegar. Meu pai e eu colocamos a Irmã Adelaide, neste carro, com a cabeça sobre os joelhos daquele homem misterioso. Sem demora, ele percebeu que o motorista não era muito prático e pediu para dirigir. Foi então que eu passei ao banco traseiro e segurei a cabeça da Irmã, no meu colo. No quilômetro 11, perto da casa do mandante do crime, o senhor Aloysio Ribeiro Vieira, saiu a última golfada de sangue quente, da fenda aberta pela bala assassina. Eu rezava pela sua eterna vida, agradecendo tudo o que ela foi e fez por nós. Fiquei toda ensanguentada com aquele sangue sagrado e fecundo, derramado por uma causa justa e tinha convicção de estar sustentando a cabeça de alguém que passou pelo mundo fazendo somente o bem (PLETSCH e FERNANDES, p.72-73).

Josimo foi atingido, em área privada ao contrário de Adelaide, ao subir o primeiro lance dos degraus de uma escada, em um prédio da igreja católica em Imperatriz, no sul do Maranhão. Ia para o escritório da Comissão Pastoral da Terra e trazia consigo uma bolsa com poucas roupas e o poema Páscoa Paz, que havia escrito há pouco e enviaria aos amigos pelo correio. Dois tiros foram desferidos pelo pistoleiro Geraldo Rodrigues da Costa que o chamou, antes, pelo nome. Ele se curvou levemente para trás para ver quem o chamava e um projétil, de baixo para cima, da arma *Taurus*, calibre 7,65, raspou seu ombro direito e alojou-se na parede interna do edifício. Outro projétil perfurou o rim e o pulmão e saiu pelo peito. O sangue jorrou, molhou a camisa, a calça e manchou os degraus e o corredor do prédio.

## CNBB: 'Religioso foi mártir'

CID BENJAMIN

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) aclamou o padre Josimo Moraes Tavares como "mártir da Pastoral da Terra". A Rádio do Vaticano dedicou-lhe um elogioso editorial. Quando foi assassinado, em 10 de maio de 1986, Josimo era o coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Imperatriz (MA), cidade a 780 quilômetros de São Luís, no Bico do Papagaio.

A região — que compreende o Sul do Pará, o Norte de Tocantins e o Sudoeste do Maranhão — tem enorme concentração fundiária e vive uma tensão social permanente. Como a CPT apóia a luta dos trabalhadores rurais pela ter-

ra, é odiada pelos fazendeiros.

Nascido em Marabá (PA), Josimo foi criado em Xambioá (TO). Viveu só até os 33 anos. Acabar de chegar a Imperatriz, vindo de São Sebastião do Tocantins (TO), onde era vigário, quando foi atingido por dois tiros de pistola calibre 7,65, disparados por Geraldo Rodrigues da Costa. O padre foi levado a um hospital, mas, por falta de anestesia, os médicos não puderam operá-lo. Morreu duas horas depois.

O pistoleiro fugiu num automóvel Corcel. A placa foi anotada e deu a pista para a prisão, menos de um mês depois do crime. Levado à Polícia Federal, Geraldo disse ter sido contratado por Osmar Teodoro da Silva para matar o padre. Semanas antes, fize-

ra uma tentativa. Josimo saiu ileso, mas o carro em que estava ficou com cinco perfurações de bala.

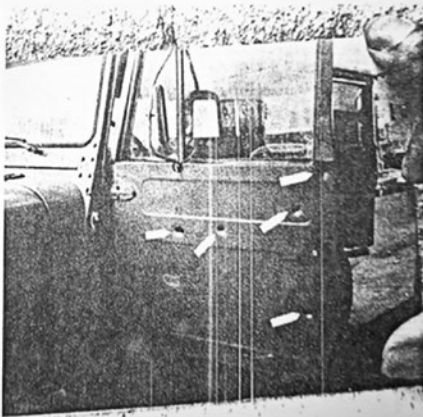
Os trabalhadores rurais da região transformaram a camisa ensanguentada de Josimo em bandeira. Em passeatas e manifestações, a exibiam vestindo uma cruz de madeira.

Na missa de sétimo dia, em São Sebastião de Tocantins, à qual compareceram 500 pessoas, a líder sindical Raimunda Gomes da Silva, de 45 anos e seis filhos, fez o discurso mais aplaudido. Emocionou a todos ao afirmar, chorando: "Eles tiram a gente da terra, mas a gente volta de novo. Mataram o padre Josimo porque ele era um líder, mas todos nós, do povo, somos também líderes."

Se de parte da Igreja e dos trabalhadores o padre só recebeu homenagens, o tratamento dado a ele pelas autoridades policiais foi diferente. O secretário de Justiça e Segurança do Maranhão, coronel Silva Júnior, em entrevista coletiva oito dias depois do crime, acusou Josimo de "ter feito agitação no Bico do Papagaio, pregando doutrinas contrárias ao regime". Disse, ainda, que o padre "era adepto da Teologia da Libertação e da pregação da Bíblia Sagrada num ângulo marxista comunista".

O comando do 23º Batalhão de Infantaria de Selva, sediado em Marabá, informou, em relatório entregue ao então diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, que Josimo era "militante do PT e do PC do B (sic)".

Fernando Pereira — 5/6/1986



Dona Olinda (Esq.) mostra camisa ensanguentada do filho Josimo. Acima, a porta do carro de Josimo furada por tiros

Registro jornalístico da época. Dona Olinda, mãe de Josimo, exhibe as vestes do religioso. Fonte: arquivo da CPT, Belém/PA.



Adelaide, em 14 de abril de 1985, pelas 15 horas, viveu sua Páscoa; Josimo, em 10 de maio de 1986, pelas 12:30 horas foi alvejado e duas hora depois partiu. Ele era ameaçado de morte; ela conversava com um ameaçado. As histórias de Josimo e de Adelaide se entrecruzaram rapidamente em Belém, no Pará, em 18 de abril de 1986. Ela, pelo testemunho de irmã Lourdes Follmann, da comunidade das Filhas do Amor Divino, e o padre Josimo, que foi falar sobre si e sobre o Bico do Papagaio.

Irmã Lourdes tinha morado com a irmã Adelaide e as demais freiras da casa, em Curionópolis e vinha depor no tribunal contra o Estado brasileiro, por ser responsável pela concentração das terras, pelos crimes no campo e trazia como prova a tentativa de assassinato sofrida pelo Arnaldo Delcídio Ferreira e o assassinato da religiosa. Arnaldo seria assassinado oito anos depois de Adelaide, em 2 de maio de 1993. [3]

Foi meu último encontro com Josimo. Como eu coordenava a Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, e nós do Regional da CPT estávamos apreensivos com sua situação, sugeri que viesse a Belém para um Tribunal da Terra, onde simbolicamente seriam julgados os crimes do latifúndio e eu havia sido convidado para presidir o “júri”. [4] Queria saber do Josimo o que tinha acontecido, o que podia ser feito para protegê-lo e, quem sabe, conseguir espaço na

---

[3] E, no final de 1988, eu estaria trabalhando em Rio Maria, Pará, com algumas irmãs da comunidade Filhas do Amor Divino: Lourdes Follman e as autoras do livro sobre Angelita, Angelita e Zoeli.

[4] Conforme lembranças de Adilar Daltoé e Patrick O’Sullivan, entre o atentado de 15 de abril e 10 de maio de 1986, nós da coordenação da CPT Regional Araguaia-Tocantins nos reunimos com Josimo e tentamos convencê-lo sair, mesmo que temporariamente, do Bico do Papagaio.

imprensa para denunciar o atentado. Entre as minhas anotações da época encontrei algumas observações como as que seguem.

Em um dos auditórios do Fórum do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, na praça Felipe Patroni, local onde se realizavam os tribunais de júri na cidade, o ar condicionado mal conseguia mitigar o calor externo e o calor exalado pelos que se aglomeravam no espaço. Ali estavam pessoas vindas da área rural e urbana, sindicalistas, agentes de pastoral, defensores dos direitos humanos e advogados para um evento de três dias: o Tribunal da Terra: Terra, Morte e Impunidade.<sup>[5]</sup>



Reportagem (provavelmente de O Liberal) sobre a execução do padre Josimo suablinha que antes do assassinato o agente da CPT do Maranhão havia estado em Belém denunciando as ameaças e atentados sofridos.

Fonte: arquivo da CPT, Belém/PA.

<sup>[5]</sup> Promovido pelo Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos Norte II e as entidades organizadoras eram a CPT Norte II, a CUT-PA, SPDDH, MMCC, CBB e CEDENPA. Coordenador da CPT Emanuel Wamberg, o Mano, Girolino Treccani secretario executivo a CPT

No meio daquela movimentação de testemunhas, de vítimas, dos advogados, do corpo de jurados, do público, da imprensa, retiramo-nos para conversar e almoçar: Josimo, Lourdes Lúcia Goi - a Lourdinha -, João Roberto Ripper e eu. Como Josimo era orientado a não viajar sozinho, Lourdinha, do sul do país, como as irmãs Lourdes Follman e Adelaide, tinha vindo com ele do Bico do Papagaio, onde ela também morava e trabalhava. Ripper, fotógrafo, residia no Rio de Janeiro e estava sempre presente nas manifestações sociais da região. Encontramos, não distante do evento, um restaurante pequeno e barato da Cidade Velha, próximo de um mercado do século XVII, conhecido como Ver-O-Peso, às margens da baía do Guajará. Do teto do restaurante, dependurados, ventiladores estridentes espantavam as moscas.

Josimo abriu uma pasta, tirou algumas fotos e as mostrou. Eram da porta do Jeep Toyota, de cor azul, da paróquia de São Sebastião, com as marcas de cinco perfurações. Ele dirigia o veículo quando, em 15 de abril, três dias antes, emparelharam um carro ao *jeep* e desfecharam os tiros. As balas atingiram a porta do veículo, atravessaram a primeira placa de metal da porta, mas foram retidas pela segunda. Sobreviveu por pouco. Apesar da insistência das irmãs Béatrice Kruch (Bia) e Marie Madeleine Hausser (Mada), com as quais trabalhava, Josimo se recusava a sair da paróquia mesmo temporariamente. Dizia não querer “privilégio”. Não via como sair, se o povo permanecia tendo as casas queimadas e os filhos mortos.

“— Josimo, você sabe que vai morrer.”. Eu lhe disse e ele confirmou. Um momento de silêncio tomou conta da mesa.

“—E aí?” Insisti.

“—Fugir não vou. Não posso.”

Conversamos, não era fugir, era um deslocamento estratégico, mas ele parecia firme na sua decisão. Falei sobre um dos momentos de maior ameaça que o padre francês Aristide Camio tinha sofrido em São Geraldo do Araguaia, antes de ser preso pelo exército com o padre François Gouriou e treze posseiros. Havia informação que alguns pistoleiros teriam sido contratados para matá-lo e tinham um prazo de 15 dias para executar a tarefa. Preocupados, nos reunimos com ele e com sua equipe em Conceição do Araguaia, para convencê-lo a sair da área pelo menos por um período. Não conseguimos. Ele argumentou que estaria mais seguro entre os próprios lavradores. E durante duas semanas circulou entre as comunidades rurais, sempre acompanhado pelos posseiros que o protegeram. Josimo ouviu em silêncio. Depois respondeu que faria o mesmo. Contudo, viajou sozinho para Imperatriz em 10 de maio, menos de um mês depois. Ripper pediu ao Josimo que mostrasse as imagens do carro perfurado pelas balas e o fotografou com as fotos na mão.

São muitos anos, a memória falha. Liguei para diversas pessoas que estiveram naquele evento do Tribunal. Através do jornalista paraense Paulo Roberto Ferreira tive acesso a uma foto que registrou uma coletiva da imprensa em Belém. E uma foto pode revelar algo. Aparecem na foto, falando com um grupo numeroso de jornalistas, um advogado vindo de São Paulo e dois representantes nacionais da Central Única dos Trabalhadores. Em pé, três outros advogados, Josimo e eu. Ele, no fundo, com uma camisa branca, de manga curta, com uma mão ajustando os óculos. A foto revela que nem os jorna-

listas, nem os que concediam a entrevista, percebiam a importância de Josimo naquele local e naquele momento. É um personagem secundário, no fundo da sala. Será que o ouviram? Aparentemente a imprensa não publicou nada naqueles dias a respeito do padre preto e pobre, que veio a Belém conversar sobre as ameaças que sofria e do atentado que havia sobrevivido. A imprensa daria espaço para Josimo depois de 10 de maio.

A caminho de Belém ou vindo de Belém, contou Emanuel Wanbergue, o Mano,<sup>[6]</sup> o padre Josimo passou por Marabá. Mano tentou, inutilmente, convencê-lo a sair da região. Nove dias depois do almoço que tivemos em Belém, em uma Assembleia da Diocese em Tocantinópolis, Josimo foi interpelado pela equipe de agentes de pastoral sobre as ameaças e sobre os tiros que desferiram contra ele. O clima era tenso e ele manteve a mesma posição. Disse que não sairia e as anotações que foram feitas no decorrer da reunião, por uma das pessoas presentes, vão se transformar no seu testamento espiritual.

Quero que vocês entendam que o que vem acontecendo não é fruto de nenhuma ideologia ou facção teológica, nem por mim mesmo, ou seja, pela minha personalidade. Acredito que o porquê de tudo isso se resume em três pontos principais:

- Por Deus ter me chamado com o dom da vocação sacerdotal e eu ter correspondido.
- Pelo senhor bispo, D. Cornélio, ter me ordenado sacerdote.
- Pelo apoio do povo e do vigário de Xambioá, então Pe. João Caprioli, que me ajudaram a vencer nos estudos.

---

[6] Mano coordenava a CPT Norte II, que abrangia o Pará e o Amapá

O discípulo não é maior do que o Mestre. “Se perseguirem a mim, não de perseguir vocês também.” Tenho que assumir. Agora estou empenhado na luta pela causa dos pobres lavradores indefesos, povo oprimido nas garras dos latifúndios. Se eu me calar, quem os defenderá? Quem lutará a seu favor? Eu pelo menos nada tenho a perder. Não tenho mulher, filhos e nem riqueza sequer, ninguém chorará por mim. Só tenho pena de uma pessoa: de minha mãe, que só tem a mim e mais ninguém por ela. Pobre. Viúva. Mas vocês ficam aí e cuidarão dela. Nem o medo me detém. É hora de assumir. Morro por uma justa causa. Agora quero que vocês entendam o seguinte: tudo isso que está acontecendo é uma consequência lógica resultante do meu trabalho na luta e defesa pelos pobres, em prol do Evangelho que me levou a assumir até as últimas consequências.

A minha vida nada vale em vista da morte de tantos pais lavradores assassinados, violentados e despejados de suas terras. Deixando mulheres e filhos abandonados, sem carinho, sem pão e sem lar. É hora de se levantar e fazer a diferença! Morro por uma causa justa (Comissão Pastoral da Terra, 1986, p.17-18).

Os crimes do latifúndio no Pará cresciam. A morte campeava como “morte matada”, advertia Casaldáliga. Em 1985, fizemos um levantamento sobre as informações de mortes violentas na Diocese de Conceição do Araguaia, em função dos conflitos pela posse e uso da terra ou do trabalho escravo. E o número de casos conhecidos era superior aos dos anos anteriores, apesar ou justamente em função da mudança política pela qual passávamos.

### 1.6 Onde a violência é mais aguda

Pode-se ver nos anexos que a violência está presente em todo o país. O ano de 1985 revelou, de modo particular, como a violência acontece também no Sul do Brasil. A partir da organização dos camponeses e de suas ações em busca da terra que necessitam, os proprietários e seus aliados geraram dezenas de acampamentos em que juntamente com, a fome, o sofrimento e a morte, está sendo gerada a esperança histórica da conquista da terra.

Sem que hajam razões de orgulho ou humilhação por isso, temos alguns estados onde a violência é maior contra os camponeses e trabalhadores rurais:

#### • MARANHÃO

Esse estado não está à frente apenas pelos números. A intensidade e o caráter político dos conflitos aqui pesam muito mais. Chega-se mesmo à conclusão de que há um TERRORISMO DE ESTADO no Maranhão, tal o envolvimento direto do governo maranhense.

Houve 71 conflitos no Estado. Atingiram 14.717 famílias — 62.464 pessoas — envolvendo uma área de 435.965 ha. Houve 19 mortos, 40 feridos, 50 presos, 20 desaparecidos, 99 casas destruídas.

Será preciso dizer alguma coisa mais?

Temos, por desgraça, mais informações. Há dezenas de pessoas ameaçadas de morte, especialmente dirigentes sindicais e agentes pastorais. Os próprios Bispos, ao apresentarem ao Governador denúncias da violência reinante e pedidos de providências, receberam dele e seus auxiliares acusações e pressões. Para o

18

Governo, a Igreja é responsável pelas violências, ao sublevar a população, jogando-a contra os legítimos proprietários! Os Bispos, agrideados, decidiram pronunciar-se publicamente através de um documento corajoso e profético, que pode ser lido no Boletim da CPT, jan/fev. de 1986.

#### • PARÁ

O Pará sempre foi marcado por grande violência. Em 1985, ocorreram pelo menos 84 conflitos de terra. Foram atingidas 13.191 famílias — 65.383 pessoas —, abrangendo uma área de 2.012.787 ha.

Como vítimas, houve 54 mortos, 25 feridos, 57 presos, 7 desaparecidos e 5 casas queimadas. Lembremos, de novo, que esses números são, certamente, apenas um sinal do que aconteceu realmente neste estado.

Há pessoas ameaçadas de morte, como no Maranhão, incluindo dirigentes sindicais, agentes pastorais... E este lastro tem a participação de particulares e também do governo do estado.

#### • GOIÁS

Com 61 conflitos, o Estado de Goiás entra com destaque nesse relatório também pelo comprometimento do governo estadual, especialmente através do ex-secretário de Segurança Pública, Dep. José Freire (o mesmo que tentou atirar em companheiro do partido — PMDB — na convenção realizada em janeiro de 1986). Bispos do Regional Centro-Oeste da CNBB, além de várias denúncias, abriram processo contra o

Fragmento do primeiro Relatório sobre Conflitos no Campo da CPT Nacional, 1985. Maranhão, Pará e Goiás possuem destaque nos indicadores de violência.

Fonte: acervo da CPT Nacional.

Havia acabado a ditadura, o aparelho do Estado, aparentemente não estaria mais a serviço dos fazendeiros para reprimir, prender, torturar, impedir o funcionamento das delegacias sindicais e dos sindicatos, dos movimentos sociais como tinha sido até então. Possivelmente era uma reação dos fazendeiros, preocupados com o novo governo que prometia realizar a Reforma Agrária desde a campanha de Tancredo Neves? José Sarney, ao tomar posse como presidente, manteve Nelson Ribeiro, como titular do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e reafirmou as promessas de Tancredo Neves. O Ministro, que tinha boas relações com a Igreja Católica, abriu o Ministério para receber as reivindicações do campo e recebeu o Josimo e lavradores do Bico do Papagaio mais de uma vez.

O latifúndio se organizou de forma autônoma, talvez sem as amarras burocráticas que sua associação de classe, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), representava, e criou a União Democrática Ruralista (UDR). Seu presidente era um jovem fazendeiro goiano, médico e deputado, Ronaldo Caiado (PEREIRA, 1986:77-87). O tesoureiro Nacional da UDR era Jairo Andrade, dono de muita terra no Sul do Pará, com fama de violento e com acusações, por anos sucessivos de utilizar mão de obra escrava. Um de seus filhos, Tarley, foi morto em uma discussão com posseiros em uma área em disputa.



Após 15 anos, denúncia do Jornal do Brasil colabora para a localização do paradeiro do mandante da execução de Josimo.

Fonte: acervo da CPT, Belém/PA.



Os leilões de gado, realizados em diversos lugares do país pela UDR, nutriram de recursos financeiros a nova organização, que nasceu sob o signo do discurso intolerante e radical contra a reforma agrária. A espiral crescente das mortes poderia ser a resposta dos proprietários que, por se imaginarem em situação de maior vulnerabilidade frente aos posseiros, se armaram, contrataram coletivamente os pistoleiros e os “profissionalizaram”.

A partir de 1985, foram criadas, a serviço dos latifundiários, as firmas de segurança Sapucã, em Manaus, e o Grupo Solução, em Goiânia, coordenado por coronéis e, em Marabá, o grupo de Sebastião Pereira da Silva, ou Sebastião da Teresona, acusado de matar mais de 50 pessoas, assustava. <sup>[7]</sup> Grupos como Sapucã e Solução, eram coordenados por oficiais da polícia.

A violência deixava de ser aleatória, tornava-se seletiva e crescente, denunciavam os agentes de pastoral e as lideranças sindicais. Em algumas circunstâncias, a morte poderia ser precedida por violência, como foi o caso de Leonilde Resplandes da Silva: além de ter o marido e o cunhado assassinados, pelo grupo de Sebastião da Teresona, ela, com 13 anos, foi violentada e seu corpo foi carbonizado (FIGUEIRA, 1986, p.113). Não bastava matar, era necessário desfigurar, impedir o sepultamento, criar o horror para os

---

<sup>[7]</sup> Sebastião só terá problema ao assassinar Menasses Viturbino da Silva e seu filho Menasses Junior, 13 anos, “ocorrida na Transcoqueiro, em Belém, em 04 de setembro de 1985, não pelos crimes de trabalhadores rurais, como o caso das Chacinas das fazendas Ubá, Surubim, Fortaleza entre outras”. (PEREIRA, 2015: 235)

sobreviventes que sequer podiam, às vezes, prantear e sepultar seus mortos. Isso foi levado ao presidente José Sarney, em 30 de abril de 1986. Com cinco bispos – o de Goiânia, de Goiás, de Tocantinópolis, de Porto Nacional e de Miracema do Norte (ALDIGHERI: 1993, p.197; PINHO: 1986, p.69) -, estive na audiência e tratamos dos processos de desapropriação que não tinham desfecho, da violência do campo e do atentado sofrido pelo Josimo. Ele nos ouviu, prometeu proteger o padre e demonstrou ter informações sobre a existência das firmas de segurança e, por meio dele, soubemos do Grupo Solução, de Goiânia. A audiência foi inútil. Os tiros, desferidos dez dias depois em Imperatriz, estouraram em Brasília e levaram o Ministro da Reforma Agrária a Tocantinópolis para o enterro. Nelson Ribeiro chorou, como choramos todos. Logo que saí da audiência com o presidente, em 30 de abril, fui direto ao MIRAD e, mesmo sem ter marcado audiência, Nelson Ribeiro me recebeu e propus que renunciasse. Disse para ele que Sarney não tinha compromisso com a reforma agrária. Ao cobrarmos a sua assinatura nos processos de desapropriação, o presidente apontou a altura dos processos que tinha recebido do Mirad e afirmou que não assinava nada sem ler. Ora, ele não teria tempo para ler todos os processos. Se não confiava no ministro da pasta, ele o mantinha apenas para amortecer os conflitos. Durante o funeral, Hamilton Pereira, poeta e, na época trabalhava no Secretariado Nacional da CPT, de cima de um caminhão, quando fazia seu discurso, sugeriu o mesmo ao ministro. Pouco depois, Nelson Ribeiro renunciou.

## 16-5-86 J Carta do padre Josimo chegou ontem ao Mirad

Uma carta escrita no último dia 6 pelo padre Josimo Moraes Tavares, morto no dia 10, chegou ontem ao Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário, e nela ele se colocava como intermediário numa negociação sobre a desapropriação da fazenda São Jorge, no município de Sítio Novo (GO), onde já ocorreu a morte de um posseiro.

A carta foi dirigida ao diretor-adjunto de Recursos Fundiários do Incra, Durval Mota, que vinha conduzindo a negociação entre o fazendeiro Fausto Rodrigues da Cunha e os posseiros, que vivem no povoado de Sucavão (SP). O padre Josimo Tavares afirmava, no segundo parágrafo, esperar que a carta (acompanhada da proposta escrita e assinada por 40 posseiros) chegasse a tempo "para que as decisões sejam tomadas em benefício de tantas famílias necessitadas de terra".

A carta foi escrita de Imperatriz (MA), onde o padre foi assassinado, e, no primeiro parágrafo, o sacerdote comunicava estar enviando a resposta dos lavradores à proposta do fazendeiro.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) da região do Araguaia-Tocantins, ao final de sua assembleia anual, ontem divulgou uma nota onde afirma que a Diocese do padre Josimo Moraes Tavares em São Sebastião do Tocantins (GO) "continuará recebendo todo o apoio da CPT e terá garantia a continuidade do trabalho iniciado por ele". Acrescenta que não será o assassinato do sacerdote que fará a entidade "perder a serenidade e firmeza na luta por uma sociedade fraterna e mais justa".

### Redenção

Brasília — Ameaçados de morte por liderarem um grupo de posseiros atacado por pistoleiros no início do mês, na gleba Diadema em

Xinguara, Sul do Pará, três lavradores estão na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) procurando segurança. Nervosos, eles se somavam ontem a crianças, mulheres e homens assustados que vieram de Santana do Araguaia, também Sul do Pará, pedir à Contag que interceda junto ao Governo para que sejam retirados os prisioneiros da fazenda Agropecus, de onde foram despejados com violência em março último.

A Contag encaminhou com urgência um telegrama ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, aproveitando que ele estaria reunido com o governador do Pará, Jäder Barbalho, comunicando que José Moura Souza, Elizabete Leite Souza e Angelo Alves Santana "se encontram nesta Confederação, procurando segurança". Segundo a entidade, eles estão ameaçados pelo tenente Lima, da Polícia Militar do Pará e delegado no distrito Água Azul, do Município de Xinguara. O policial, acrescenta, age "acompanhado de pistoleiros a mando dos fazendeiros Valdemar Carneiro e Piaza", que se dizem proprietários da gleba Diadema.

### Ataque

A Contag já havia encaminhado dois ofícios ao ministro Brossard e um ao ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, informando que as 30 famílias de posseiros foram atacadas por pistoleiros no último dia 3, resultando no ferimento de quatro lavradores e no desaparecimento de outros dois. Os jagunços chegaram, inclusive, a impedir uma vitória na área pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat). No telegrama de ontem a Contag pediu ao ministro da Justiça que adote providências para permitir que os posseiros permaneçam em suas residências "livres de ameaças e violências".

Reportagem (sem indicação do veículo) sobre a carta de Josimo enviada ao MIRAD chega na instituição após a sua execução.

Fonte: acervo da CPT, Belém/PA.

Escrevi, pouco depois de 10 de maio de 1986, um artigo em um pequeno livro dedicado ao padre Josimo e organizado pelo padre Carmelo Scampa:

O chão do Bico do Papagaio é (...) convulsionado por enormes violências contra os posseiros e Josimo foi testemunha dos despejos, das torturas, dos assassinatos, das casas queimadas. Diante de seus olhos em lágrimas se descortinou esse quadro de grave injustiça social, onde os bandos de pistoleiros agem impunemente e o poder policial e judiciário tem sido mais que omissos. A credibilidade do poder público despencou no morro abaixo da corrupção e da prepotência. A oligarquia rural da região se armou até os dentes, desencadeou conflitos e a espiral dos atos violentos foi aumentando cada ano e em 1985 foram 1050 famílias ameaçadas de despejo, 200 despejadas, 37 casas queimadas, 2 trabalhadores torturados, 20 ameaçados de morte e 8 assassinados (FIGUEIRA, s/d: 2).

De fato, o Bico do Papagaio era um barril de pólvora, como o era, o sul do Pará. Entre São Geraldo do Araguaia e Conceição do Araguaia, a CPT diocesana tinha registrado o assassinato, no decorrer de 1985, de 22 posseiros nos conflitos fundiários e 21 trabalhadores assassinados em situação de trabalho escravo. Era o maior número de mortes conhecidas por tais razões pela CPT local em um mesmo ano (FIGUEIRA, 1986, p.11-114). Conforme Airton dos Reis Pereira, citando dados da CPT do Pará, no Estado:

O maior número de assassinatos de trabalhadores rurais, religiosos e advogados registrados no sul e sudeste paraense ocorreu na década de 1980, que acumulou uma cifra de 349 mortes. Os anos

compreendidos entre 1983 e 1987 são avaliados como os mais violentos dessa década. Estes cinco anos abrigaram 245 assassinatos, com destaque para o ano de 1985, que, sozinho, contabilizou 108 mortes (PEREIRA, 2015, p.233).

E esse ambiente de violência, de luta pela terra e pela liberdade, provocava desespero, depressão, doenças e suicídios. Na área rural do município de Conceição do Araguaia houve dois casos que revelavam o tamanho do problema. João Jurandir Barbosa, lavrador, se suicidou em 7 de abril, em Alacilândia, depois de ter sido preso duas vezes com outros três posseiros, acusados de “invadir” a fazenda Ingá. Carmem Lúcia, esposa do lavrador Sebastião da Silva de Jesus, residente no Lote 20, Gleba Jocon, em abril, teria enlouquecido e se suicidou por causa das perseguições dos pistoleiros e da polícia contra seu marido. O ambiente tenso podia também levar a atitudes precipitadas como aquela da posseira Marly de Fátima, em Xinguara, em 20 de dezembro. Angustiado, em função de diversos assassinatos na região, se jogou do caminhão, quando um pneu estourou, pensando ser tiro e quebrou o pescoço. Teve morte imediata (FIGUEIRA, 1986, p.112-114).

Entre os presentes no Tribunal da Terra era possível ver, além de sindicalistas, lavradores de áreas de conflito de várias regiões do estado, representantes de organizações sociais, de Belém, os advogados Egídio Sales Filho e José Carlos Castro, de São Paulo, Luiz Eduardo Greenhalgh, os três tinham atuado em defesa dos padres franceses e dos posseiros de São Geraldo do Araguaia de 1982 a 1984, e, na década seguinte, em casos de assassinatos de lavradores do sul do Pará – Expedito, Brás e Ronan, João, Paulo e José Canuto (FIGUEIRA, 1986; 2008). Na multidão estavam jornalistas do Estado como Paulo Roberto Ferreira e Miguel Chikaoka.



Registro do Tribunal da Terra e a ativista de defesa de direitos humanos, Rosa Marga Rothe. Fórum Cível do Pará - Belém - PA - 1986.

Foto: Miguel Chikaoka

Recordo-me que um dia, em 1979, o bispo de Conceição do Araguaia dom José Patrício Hanrahan foi surpreendido pela visita do temido Curió, que conhecíamos de nome. Poucos dias antes, um helicóptero militar pousou na praça em frente à casa paroquial de Wanderlândia e, não sabíamos ainda, a ação era coordenada justamente por ele. Os soldados invadiram a casa paroquial, onde morava Josimo. Nem ele, nem o pároco, estavam, sequestraram e ameaçaram de morte o missionário leigo italiano Nicola Arpone e o levaram para Brasília. Curió tinha vindo, explicou ao bispo, em nome do presidente Figueiredo, em sinal de paz. O presidente confiava na igreja e compreendia que a instituição tinha seus motivos para ter reticência em relação ao governo militar. Mas veria que ele falava a verdade. Eu estava presente na audiência, por convite de dom José Patrício, e intervim: “Curió, a confiança não se dá, se conquista. Se vocês do governo confiam na igreja, por que sequestraram Nicola Arpone, em Wanderlândia?”. Utilizei o pronome na segunda pessoa do plural, “vocês”, me referindo ao exército em geral. Talvez ele tenha imaginado que já sabíamos de sua participação. O militar, após uma pequena pausa, respondeu: “Foi um erro”.

O clima não melhoraria nem no Pará, nem no atual Tocantins, apesar das promessas. Em janeiro de 1980, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no final de sua tradicional Assembleia anual, soltou um documento de grande repercussão, A Igreja e o Problema da Terra, onde distinguia “a terra de negócio da terra de trabalho” e no mesmo ano, João Paulo II veio ao Brasil e cobrou a Reforma Agrária e afirmou que “sobre toda propriedade privada pesa uma hipoteca social”.<sup>[8]</sup> Em setembro de 1981, dois anos

---

[8] Sobre a **Função social da propriedade no ensino social da Igreja**, veja, Enciclopédia Digital, a página da Teologia Latinoamericana. <http://theologicalatinoamericana.com/?p=1393>. Acesso em 03/06/2020.

depois do sequestro de Arpone, Dom Cornélio Chizzini, bispo de Tocantinópolis, denunciou o clima de violência na região por parte de grileiros e seus jagunços contra as famílias de posseiros e as ameaças que pesavam contra o padre Josimo. Conforme publicou o jornal da arquidiocese de São Paulo:

“Há mais ou menos 20 dias – conta o bispo – um certo José Luiz, medidor de terras, espalhou a notícia de que iria mandar matar o vigário da região de Wanderlândia, Josimo Moraes. Conforme testemunho dos moradores dali, ele teria até oferecido dinheiro para que alguém do local! Executasse o serviço”

No início de fevereiro, um agente de pastoral da terra também de Wanderlândia, foi violentamente espancado, quando estava numa farmácia. Fatos como este dão conta de que embora com menos frequência, as agressões se repetem. (O São Paulo, 6 a 12/03/1981, p.7).

O bispo reclamou da atuação do Grupo de Terras Araguaia Tocantins, o GETAT, que era omissivo e encorajava a violência contra os posseiros. Depois Josimo foi transferido pela diocese de Wanderlândia para São Sebastião, sem ser consultado. Saía de uma área central da região, de uma cidade servida pela rodovia Belém-Brasília e era lançado em um canto mais pobre, distante do asfalto e de cidades maiores. A primeira impressão era de que estava sendo exilado, pois sofria restrições por parte de alguns padres da equipe diocesana. Josimo conversou conosco da CPT. Contudo, tinha um aspecto positivo. Na nova paróquia trabalhavam as irmãs Bia, Mada, Nicole e Lourdinha, um grupo de mulheres corajosas e firmes. Certamente lhe ofereceriam apoio. Posteriormente se incorporariam à equipe Noeli e os



irmãos Domingos e Carlinhos Furlan. A equipe se dividia entre São Sebastião, Buriti e Centro dos Mulatos<sup>[9]</sup>.

Ambos, Josimo e Lourdes Follman foram testemunhas de acusação contra o latifúndio e contra o Estado brasileiro no Tribunal simulado em Belém. O primeiro havia sobrevivido a um atentado. A segunda trazia as informações sobre o assassinato de irmã Adelaide Molinari, na rodoviária de Eldorado do Carajás, no ano anterior.

No Bico do Papagaio, nova área onde atuava Josimo, houve queima de casas e ameaças de morte contra lavradores e contra a equipe paroquial; houve a prisão de Josimo e de Lourdinha e ambos e mais duas freiras e um camponês foram denunciados pelo Ministério Público como responsáveis pela demolição de um posto telefônico em Buriti, parte das irmãs foi acusada de portar metralhadoras<sup>[10]</sup>. Em 3 de abril de 1986, o juiz Geraldo da Silva Melo ouviu os réus, sob a acusação de destruir o bem público<sup>[11]</sup> e os réus eram Josimo Moraes Tavares, 32 anos; as religiosas Lourdes Lúcia Goi, a Lourdinha, 38 anos, Marie Madeleine Hausser, a Mada, 49 anos, Beatrice

---

<sup>[9]</sup> Hoje, Vila Tocantins, no atual município de Esperantina.

<sup>[10]</sup> Na época, acusações estapafúrdias como esta não eram raras. Em 1980, lavradores, em um confronto, mataram o fazendeiro Fernão Leitão Dinis, no atual município de São Geraldo do Araguaia. Dois prefeitos, um deles, de Conceição do Araguaia, anunciaram para a imprensa que o culpado era a Igreja católica que distribuiria metralhadoras para os lavradores. Contudo, no corpo do morto havia fragmentos de objetos metálicos. Os trabalhadores utilizaram “por fora” ou “bate-bucha”, isso é, uma arma que “funciona com pólvora, esfera de chumbo e bucha de palha comprimidas na base do cano, em outras regiões também é conhecida como espingarda soca-soca” (LIMA, 2020: p 87).

<sup>[11]</sup> Artigo 163, parágrafo **único**, inciso III, do Código Penal: é indispensável a demonstração do dolo específico de destruir, inutilizar ou deteriorar o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista.

Kruch, a Bia, 45 anos, e Hermílio Ferreira dos Santos, lavrador, 46 anos. O jovem advogado, vindo de Petrópolis, para trabalhar com a equipe, Pedro Dalcerro, no mesmo dia, contestou a acusação e solicitou “a suspensão do processo” e ponderou que, o que havia acontecido, era, por parte da prefeitura, “um esbulho possessório” contra o terreno da igreja.



Reportagem (sem indicação do veículo) de 2004 sobre o acusado da execução da Irmã Adelaide.

Fonte: acervo da CPT, Belém/PA.

Na audiência judicial, Josimo reconheceu que havia sido anteriormente preso naquela comarca e que respondia um processo. As acusações contra ele não procediam e se davam pelo “inconformismo de certos indivíduos para com as atividades do interrogado e [eram] referentes a seus trabalhos religiosos que muitas vezes contrariam principalmente os ricos e poderosos”. Lourdinha reconheceu em Buriti, quando umas cem pessoas demoliram as paredes em construção do posto, mas não presenciou a ação; Mada e Bia não estavam em

Buriti quando o fato ocorreu; não participaram nem incentivaram o povo a fazê-lo. No dia seguinte, Josimo completou 33 anos, 12 dias depois sobreviveu à emboscada e aos cinco tiros e, no mês seguinte, o matador de aluguel, desferiu os tiros fatais.

Em 1993, foram apontados como mandantes do crime, Geraldo Paulo Vieira, Adailson Vieira, Osmar Teodoro da Silva, Guiomar Teodoro da Silva, Nazaré Teodoro da Silva e Osvaldino Teodoro da Silva e João Teodoro da Silva. Só em 1988,

Adailson Vieira, Geraldo Paulo Vieira (pai do Adailson) e Guiomar Teodoro da Silva foram julgados e condenados. Os dois primeiros foram condenados a 19 anos de reclusão e Guiomar, a 14 anos e 3 meses. João Teodoro da Silva faleceu antes de ser levado a julgamento. Geraldo morreu alguns meses depois da sentença. Osmar Teodoro da Silva ficou foragido durante anos, sendo capturado pela polícia somente em 2001, depois de ter sido alvo do programa Linha Direta, na TV Globo. Em setembro de 2003, ele foi condenado, por unanimidade, a 19 anos de reclusão.

Geraldo Rodrigues da Costa, o executor do crime, foi condenado, em 1988, a 18 anos e 6 meses de reclusão. Conseguiu fugir da penitenciária por três vezes, mas, depois da última fuga, nunca mais fora encontrado. Há informações de que faleceu durante fuga após um assalto na cidade de Guaraí, Tocantins. (UNISINOS, s/d)<sup>[12]</sup>

---

<sup>[12]</sup> Veja também: CIMI, 15/09/2010; FSP, 19/03/2004.

Quando ao assassino de irmã Adelaide Molinari, José de Ribamar Rodrigues Lopes, o Zé da Bomba, foi preso, tornou-se réu confesso, fugiu e se escondeu no Rio de Janeiro, passou a viver maritalmente com uma professora de faculdade de Serviço Social. Conforme escreveram as companheiras de comunidade de Adelaide, “foi finalmente julgado, quase 20 anos após o acontecimento, e absolvido por um júri popular, marcado por várias irregularidades, poucos meses antes de esgotar o tempo regulamentar de julgamento” (PLETSCH; FERNANDES, 2014, p.24). E as duas autoras do livro têm uma visão particular sobre o fato. Talvez se lembraram de Jesus que perdoou os dois ladrões e os que zombavam dele (Marcos 15:27). Ora, talvez tenham achado que, se Jesus perdoou, por que irmã Adelaide não teria perdoado e convertido o seu próprio assassino e, mais ainda, por que ela não teria ajudado o criminoso a ser absolvido? E a explicação foi robustecida por José Almeida Araújo, um amigo das freiras e vereador em Eldorado do Carajás: enquanto a justiça humana buscava os culpados e queria punir, o criminoso fugiu, o processo desapareceu e reapareceu, mas foi “esquecido”, o autor intelectual morreu antes de ser julgado, a audiência judicial não obteve resultado e o julgamento foi rápido e atropelado. Apesar de a Promotora ter sido enfática, as sete mulheres do corpo de Júri o absolveram. “Aí se manifesta a suave, mas firme influência de Irmã Adelaide, que não possibilitou a condenação a alguém, por sua causa. Permitiu que Ribamar fosse capturado, preso e julgado, para encerrar o Processo Judicial e nunca mais voltar a ele” (PLETSCH; FERNANDES, 2014, p.87). Nem todos concordam. Alguns acham que a impunidade se deu, não porque irmã Adelaide favoreceu a impunidade, mas porque a polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário foram

relapsos, além de o júri ter se dado onde o bom senso avisava que era inadequado. Como condenar uma pessoa acusada de ser assassino de aluguel em uma cidade pequena onde todos se conhecem? Onde possíveis mandantes estão na região? Para complicar, o corpo de jurado ficou exposto e não foi sequer garantida a sua incommunicabilidade no decorrer do julgamento. O acusado deveria ter sido julgado em Belém, como se deu nos casos dos assassinos de João Canuto e Expedito Ribeiro de Souza.

Sobre Josimo há, por exemplo, textos como os de Moisés Pereira da Silva (s/d)<sup>[13]</sup> e o de Mário Aldighieri (1993). Para Moisés Silva (s/d: p 11-12), o que diferenciou o trabalho do padre Josimo do padre Aristide Camio, francês preso em São Geraldo do Araguaia, ou de Nicola Arpone, sequestrado pelo Curió em Wanderlândia, foi propor como reação camponesa “a organização política”. Aldighieri (1993) concluiu sua dissertação, com a afirmação: Josimo continuava “vivo após a morte”. E, prosseguiu: “Ele se torna um ideal, uma força propulsora para muitos outros, torna-se um símbolo da luta e da causa revolucionária.”

---

<sup>[13]</sup> Ele também fez uma Dissertação de Mestrado em História sobre o tema, concluída em 2011, na Universidade Federal de Goiás: “Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos Conflitos Agrários do Araguaia-Tocantins (1970-1986).”





**XVI ROMARIA  
DA TERRA E  
DAS ÁGUAS**

**PADRE  
JOSIMO**

**10 A 12 DE  
MAIO DE 2019**

**COMO JOSIMO, GRITAMOS  
POR JUSTIÇA QUE LIBERTA**

<b>10 DE MAIO</b>	<b>11 DE MAIO</b>	<b>12 DE MAIO</b>
MISSAS EM IMPERATRIZ (MA) E BURITI (TO)	OFICINAS E INÍCIO DA ROMARIA EM BURITI (TO)	ENCERRAMENTO DA ROMARIA E MISSA EM SÃO SEBASTIÃO (TO)

REALIZAÇÃO:    

Cartaz da Romaria em memória da luta do Padre Josimo, 2019.

Fonte: redes sociais.

O assassinato de irmã Adelaide tem menos publicações. Em geral, quem tratou do problema - advogados, grupos de direitos humanos e imprensa -, compreendeu que a freira teria morrido por acidente. O alvo era o sindicalista Arnaldo Delcídio e, assim, por exemplo, quando o Correio do Tocantins (7 a 13/05/1993) noticiou seu assassinato, explicou que o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eldorado de Carajás era a mesma pessoa que havia sido baleada enquanto conversava com a irmã Adelaide e que **a bala era destinada a ele**, não a ela (PEIXOTO, 2014, p.242). As autoras do livro sobre Adelaide, contudo, comentamos antes, divergiram disso e o bispo que sucedeu ao Dom Alano Pena na diocese de Marabá, dom Vital Corbellin, parece que concordou com as religiosas no prefácio da obra.<sup>[14]</sup> Um dos advogados de acusação, que mora na região há muitos anos e atua na Comissão Pastoral da Terra, José Batista Afonso, se surpreendeu quando soube da posição das duas religiosas. Para ele, as evidências no decorrer do processo, indicavam que o destinatário da ação criminosa do pistoleiro era Arnaldo. Se o alvo fosse a freira, porque José da Bomba atirou em Arnaldo e não nela? E as irmãs não apresentaram indícios de que irmã Adelaide fosse ameaçada ou que havia razões para matá-la.

Na apresentação do livro, as autoras da obra não escreveram sobre o conflito fundiário existente, o clima de injustiça social, o assassinato do advogado Gabriel Pimenta ou os assassinatos de camponeses por

---

<sup>[14]</sup> Osnera Silva Vieira, que escreveu sobre romarias e entrevistou as irmãs, compreendeu que o alvo eram os dois. O pistoleiro atingiu o sindicalista e a freira, não por acidente. Era sua intenção atingir ambos. (Conversa telefônica estabelecida em 06/09/2020).

pistoleiros que agiam sozinhos ou em grupo, como os que eram subordinados ao Sebastião da Teresona, a presença temida do major Curió na prefeitura da cidade onde viviam; sequer escreveram a respeito da perseguição sofrida no decorrer da ditadura por agentes pastorais, com as prisões e espancamento de padres e freiras pelo exército, e o processo militar movido contra o bispo das dioceses de Marabá e Conceição do Araguaia, respectivamente Dom Alano Pena, e Dom Estevão Cardoso de Avelar.

O texto fala não sobre uma tentativa de assassinato e um assassinato violento, mas sobre a “morte súbita” da freira e ao seu “martírio por uma causa em favor do povo”, e insiste em sua santidade (PLETSCH; FERNANDES, 2014, p.11). Esse ambiente se reflete também na seleção de depoimentos sobre ela. Além de “um homem misterioso” que entrou no carro e conduziu com segurança o corpo da freira, aparecem outros momentos quando algo raro se deu. Uma senhora de Eldorado do Carajás declarou:

Logo depois da inesperada morte da Irmã Adelaide, aconteceu um fenômeno estranho. Era um dia de sol quente e, de repente, o firmamento se encobriu com uma fumaça branca, como que o céu estivesse se alegrando ou se comovendo. Isto perdurou até o final daquela inesquecível tarde de domingo (PLETSCH; FERNANDES, 2014, p.72).



Ou, contaram as autoras do livro que, enquanto velavam o corpo, “Num dado momento, durante a noite, fez-se um estranho silêncio e as pessoas, como que num ímpeto espontâneo, se aproximaram mais da Irmã Adelaide. Alguém exclamou: ‘Parece que ela está sorrindo!’”

Trata-se de um livro que apontou para os aspectos do inefável e do sagrado. Por que o céu não se manifestaria naquele 14 de abril, quando Adelaide teve sua “morte súbita” se, quando Jesus morreu, o céu também se manifestou (Mateus 27, 45-47)? Houve um homem “misterioso” por ocasião da morte da irmã Adelaide. Seria um anjo (Ibidem, p.71)? A bíblia relatou que, após a morte de Jesus, anjos apareceram como “um jovem” ou como “homens” (Marcos 16,5; Mateus 28, 2; João 20,12). E dois homens vestidos de branco apareceram no dia da ascensão (Atos 1, 10-11).

Sobre o resultado do julgamento, o texto também contém momentos surpreendentes. A Irmã Adelaide, conforme depoimento selecionado, seria aquela que “perdoa completamente” e, observavam as autoras do livro: “Misericórdia é isto: não dar ao outro, o castigo que merece, mas dar-lhe o perfeito perdão que não merece e ainda, a paz como recompensa”. E citaram José Almeida Araújo, um vereador do PSB de Eldorado do Carajás:

Em relação à justiça humana, que busca culpados para punir, NADA deu certo: o Processo Judicial foi perdido; o acusado pelo assassinato desapareceu; o mandante do crime morreu; o Processo Judicial, encontrado bem mais tarde, ficou “esquecido”; a Audiência terminou sem resultado; o processo do Julgamento correu rápido demais e perdeu força; as sete mulheres Juradas absolveram; o depoimento da Promotora Regina Taveira, apesar de ser forte para arrebrantar, não surtiu efeito.

Aí se manifesta a suave, mas firme influência de Irmã Adelaide, que não possibilitou a condenação a alguém, por sua causa. Permitiu que Ribamar fosse capturado, preso e julgado, para encerrar o Processo Judicial e nunca mais voltar a ele”. Isto é prática da justiça excessiva, exercida por ela? (PLETSCH; FERNANDES, 2014, p 87-88)

Seria este o mundo da Adelaide Molinari em vida e em morte, ou este seria o mundo de suas irmãs religiosas preocupadas com um processo de declaração de santidade da freira?

Houve outras centenas de assassinados na Amazônia em função da luta pela terra, proteção do meio ambiente e contra o trabalho escravo. Alguns mortos são anônimos, outros, lideranças sindicais, indígenas, políticas, advogados ou agentes de pastoral. As narrativas sobre eles, sua vida e seus valores, são e foram diversas. Umhas narrativas são de louvação e podem abordar ângulos distintos; outras podem ser depreciativas. No caso do padre Josimo, por exemplo, foi depreciativa quando o presidente da UDR, logo que foi anunciado o assassinato, repetiu um ditado “Quem planta ventos, colhe tempestade”. Isso é, o morto era causador de sua própria morte. Mais tarde, no transcorrer do júri, o advogado de defesa dos acusados do crime buscou também desqualificar o morto. Algo parecido se deu com a irmã Dorothy Stang. Outros, os aliados, fizeram interpretações positivas e podem reconhecer nele um herói ou, sendo cristão, um mártir, e realizar romarias como se deu com os padres Josimo Moraes Tavares e João Bosco Burnier e com a irmã Dorothy Stang. As romarias podem adquirir um símbolo que vai além do próprio homenageado, mas à causa pela qual morreu. Por exemplo, a romaria realizada em Ribeirão Cascalheira, onde o padre João Bosco foi assassinado é a

“Romaria dos Mártires da Caminhada”, um elogio ao Burnier e a outros mártires da Amazônia, mas não só os da Amazônia; a romaria da irmã Dorothy é a “Romaria da Floresta”. Nestes casos foram valorizadas as dimensões da luta pela terra, pela reforma agrária, pelo meio ambiente, pela democracia. No caso da diocese de Marabá há três romarias. Uma, reverencia irmã Adelaide e tem seu nome, “Romaria Caminhada da Irmã Adelaide”; outra reverencia o casal assassinado José Cláudio e Maria do Espírito Santo, é a romaria dos “Mártires da Floresta”; e a terceira, a “Romaria das Meninhas”, segundo os romeiros, ou a “Romaria da Libertação”, segundo a coordenação do evento. É em memória de algumas crianças assassinadas com a mãe e o padrasto, por policiais.



Cartaz da 32ª Caminhada em memória da Irmã Adelaide Molinari realizada no Rio Grande do Sul e no Pará, 2017.

Fonte: site da Filhas do Amor Divino.

O teor da romaria varia conforme a conjuntura, as lideranças religiosas que estão na área e como assumem o projeto. A “Romaria da Terra e da Água Padre Josimo” conta com o apoio e a organização da Comissão Pastoral da Terra, da Diocese de Tocantinópolis e, eventualmente, o apoio de outra diocese, da Cáritas e de movimentos sindicais e populares do Bico do Papagaio.

Normalmente o teor das romarias dos assassinados tem uma dimensão celebrativa e lúdica, mas também de denúncia e reivindicação. Lembrar Padre Josimo, é lembrar a sua luta e as lutas atuais, o combate ao trabalho escravo, o fim da violência, pode-se inserir questões como da mulher ou da juventude, etc. A romaria da irmã Adelaide é assumida especialmente pelas Filhas do Amor Divino e pela paróquia e pode ter o apoio do poder municipal e do governo Estadual que, através da Secretaria do Turismo anuncia o evento<sup>[15]</sup>. Certamente as irmãs que estiverem na região por ocasião do evento e o padre da paróquia poderão acentuar o lado místico e milagroso da freira, uma santidade que parece estar acima e além dos conflitos. É interessante observar que enquanto a romaria dos “Mártires da Floresta” é assumida pela Comissão Pastoral da Terra, a de irmã Adelaide não.

De qualquer modo, Josimo e Adelaide, certamente amaram os pobres e dedicaram suas vidas aos trabalhadores mais esquecidos. Os dois fazem lembrar uma famosa frase atribuída a dom Helder Câmara: “Quando alimentei os pobres chamaram-me santo, mas quando perguntei por que há gente pobre, chamaram-me comunista”. A frase caberia perfeitamente na história de Josimo

---

[15] “34ª Caminhada da Irmã Adelaide”. In Secretaria do Turismo /Governo do Estado do Pará. <http://www.setur.pa.gov.br/eventos/34a-caminhada-da-irma-adelaide>. Acesso em 06/09/2020.

Moraes Tavares, de Dorothy Stang, Expedito Ribeiro de Souza e João Canuto, assassinados no Pará. Quanto a Adelaide, não tenho, com as narrativas que tive acesso, a informações se ela se perguntava a si mesma e perguntava aos outros “por que há gente pobre?”. Contudo, as estruturas sócio políticas que levaram tantos à morte, persistiram e exigem respostas.

## • Referências

ALDIGHERI, Mário. Josimo: a terra, a vida. CPT/Edições Loyola: São Paulo, SP, 1993.

CASALDÁLIGA, Pedro. Josimo, um padre-povo. In ADIGHIERI, Mário. Josimo: a terra, a vida. p. 11-12. Ed. Loyola: São Paulo, SP, 1993.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Mandantes do assassinato de padre Josimo são julgados nesta quarta-feira, 15 de setembro. In <https://cimi.org.br/2010/09/30928/>. 15/09/2010. Acesso 03/09/2020.

CORREIO DO TOCANTINS. “Madeireiro é acusado como mandante do assassinato de Arnaldo Delcídio”. In O Jornal de Carajás. Marabá, Pará, 7-13 maio de 1993.

LIMA, Alex Costa. Padres e posseiros de São Geraldo do Araguaia: o Caso do Cajueiro. Orientador Airton dos Reis Pereira – 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia: Marabá, PA, 2020.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Rio Maria: canto da terra. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, RJ, 2008.

\_\_\_\_\_. Josimo: “Mártir da Pastoral da Terra”. In Voz do Norte: padre Josimo / organizado Pe. Carmelo Scampa. Universidade Católica de Goiás, 1-3: Goiânia, GO, s/d.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A Justiça do Lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Vozes: Petrópolis, RJ, 1986.

FSP. “Entenda o caso do assassinato do padre Josimo”. In *Folha de S. Paulo*. 19/03/2004 - 21h07

MENDONÇA, Mirian Furtado. Entrevista com dona Olinda Moraes Tavares (mãe do padre Josimo). In *Manuscrito*. Tocantinópolis, 08/05/1988.

O SÃO PAULO. Em Goiás, posseiros ainda sofrem ataques. In *O São Paulo*, 6 a 12/03/1981: p 7.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. “A Guerra que veio de pois da guerrilha”. In *Acervo*, v. 27, no. 1. P. 239-253: Rio de Janeiro, RJ, Jan/Jun 2014.

PEREIRA, Airton dos Reis. “A Prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e no sudeste do Pará. (1980-1995)”. In *Revista Territórios & Fronteiras*, vol. 8, n. 1: Cuiabá, MT, jan.-jun., 2015

PEREIRA, Hamilton. “A Guerra Civil no Campo”. In *Pe. Josimo: a velha violência da Nova República*, p.77-87, Comissão Pastoral da Terra: Goiânia, GO, 1986.

PINHO, Aloísio Hilário de. Comunicado. In *CPT. Padre Josimo: a velha violência da Nova República*, p.68-69, CPT: Goiânia, GO, 1986.

PLETSCH, Zoeli Maria; FERNANDES, Angelita. *Sangue fecundo: amor divino escrito com sangue fecundo*. Berthier: Passo Fundo, RS, 2014.

SILVA, Moisés Pereira da. “O Padre Josimo Moraes Tavares e as lutas de classe nos conflitos Agrários do Araguaia-Tocantins (1970-1986)”. In [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/Mois\\_\\_s\\_Pereira\\_da\\_Silva.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/Mois__s_Pereira_da_Silva.pdf). s/d. Acesso em 03/09/2020.

UNISINOS. “Padre Josimo Tavares: 27 anos de martírio”. In: UNISINOS <http://www.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/testemunhos-da-amazonia/padre-josimo-tavares--27-anos-de-martirio.pdf>. s/d (data provável 2013) Acesso em 03/09/2020.



O canto do lavrador, 1962.

Agora nós vamos pra luta. A terra que é nossa ocupar  
A terra é pra quem trabalha. A história não falha.  
Nós vamos ganhar. Já chega de exploração  
Já chega de tanto sofrer ou morrer jogado no eito,  
ou leva no peito o jeito é vencer.  
Já chega de tanta promessa. Já chega de tanto esperar  
A terra na raça ou na garra, na Lei ou na marra,  
nós vamos tomar. Agora nós vamos pra luta,  
A terra que é nossa ocupar. A terra é pra quem trabalha,  
A história não falha. Nós vamos Ganhar.

Benedicto Monteiro

# | IRMÃ DOROTHY: MÁRTIR DO SOCIOAMBIENTALISMO

Por Felício Pontes Jr.<sup>[1]</sup> e  
José Amaro Lopes de Souza<sup>[2]</sup>

A presente contribuição analisa o contexto em que se deu o assassinato de Irmã Dorothy Stang, e busca iluminar alguns aspectos do trabalho da missionária no município de Anapu, no Pará, sudoeste paraense, para implantar junto aos camponeses e camponesas um modelo de assentamento rural que levasse em consideração a preservação da floresta e o crescimento econômico. O texto aborda os instrumentos utilizados para a regularização fundiária de trabalhadores rurais sem terra, além de apresentar as situações de oposição de *grileiros* de terra, madeireiros e fazendeiros ao pequeno projeto, do ponto de vista, fundiário, mais paradigmático, bem como socioambiental.

---

<sup>[1]</sup> Felício de Araújo Pontes Júnior: Procurador Regional da República na 1ª Região. Autor de várias Ações Cíveis Públicas em favor da Natureza e de povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Pará e Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Exerceu a docência na Universidade da Amazônia. É autor do livro “Povos da Floresta: cultura, resistência e esperança” (Ed. Paulinas). E-mail: feliciopontes@mpf.mp.br

<sup>[2]</sup> José Amaro Lopes de Souza: Padre da Diocese do Xingu-Altamira Bacharel em Teologia pela Faculdade Católica de Fortaleza. Atuou desde os anos de 1990 como Pároco de Anapu/PA.



## • Introdução



Irmã Dorothy Stang,  
Marabá/PA, 1981.

Fonte: acervo de Miguel  
Chikaoka

“Dorotéia” era um fusca branco fabricado em 1986. Assim foi batizado pelos habitantes de Anapu, sudoeste do Pará, para identificar o veículo que Irmã Dorothy utilizava para se locomover nos quase intransponíveis travessões da rodovia Transamazônica (BR-230). Até a primeira década deste século, era o único veículo sem tração que desafiava aquelas “estradas”.

Os travessões são ramais que partem da rodovia em direção à floresta, à cada dez quilômetros, em média. Foram concebidos pela ditadura civil-militar na década de 1970. Serviram de acesso às pessoas que vinham de outras regiões do País para “colonizar” a Ama-

zônia. A partir de imagens de satélite, é como se a rodovia fosse a coluna de uma espinha dorsal, e os travessões fossem suas vértebras.

Não eram raras as vezes em que o *Dorotéia* ficava pelo caminho, quer em razão da idade do motor, quer em razão dos atoleiros. Isso obrigava Irmã Dorothy a fazer caminhadas imensas, às vezes dezenas de quilômetros. Quando havia a sorte de passar um outro veículo, ela pedia carona. Normalmente era atendida. Quando se tratava de uma moto, era algum assentado. Dorothy não se fazia de rogada, subia na garupa. Quando se tratava de uma caminhonete, normalmente era um fazendeiro ou madeireiro – os que possuíam carros traçados naquele tempo.

Esse fato não lhe tirava o sorriso do rosto, nem lhe atormentava. O dono do carro, quase sempre, comentava que uma freira idosa deveria se preocupar mais com almas e em pregar o Evangelho. Por sua vez, a religiosa com sua fala mansa e pausada, respondia que era exatamente aquilo que estava fazendo. E a conversa estancava ou caía em outro assunto.

A chegada do *Dorotéia* numa comunidade localizada num ramal da Transamazônica era um sinal de alegria. Alguns quilômetros antes, o ronco inconfundível daquele motor já era facilmente notado e identificado pelos trabalhadores rurais. Era uma espécie de veículo de utilidade pública em um lugar que não era atendido por telefone, menos ainda por energia. As pessoas saíam de suas casas e das roças ou da coleta de frutos da floresta para o encontro. A primeira missão era reunir a comunidade para construir e fazer funcionar a escola. A partir daí, não faltavam assuntos: círculos de estudos bíblicos, melhoria do ramal, visita dos agentes de saúde, o preço dos produtos agrícolas, regularização fundiária – o motivo de seu assassinato –, dentre tantos outros.



A missionária a conversar com agricultores e o famoso fusca.

Fonte: acervo das Irmãs de Notre Dame.

A população assistida pela Irmã Dorothy era vítima da desastrosa política para Amazônia produzida pelo governo ditatorial, como afirma Brito:

O município de Anapu tem sua origem na década de 1970, a partir da construção da Rodovia Transamazônica (BR-230) (IBGE, 2017). Os incentivos aos grandes deslocamentos populacionais, sobretudo do Nordeste para a Amazônia, vinculavam-se ao contexto da integração da Amazônia ao restante do Brasil, baseados em concepções do governo militar sobre a Amazônia, expressas em slogans como: “integrar para não entregar” e “Terras sem homens para homens sem terra”. Não podemos desconsiderar, entretanto, que os deslocamentos, nestes casos, faziam parte de uma relação de expulsão- atração, onde se somava o potencial de atração das propagandas do regime militares ao “potencial de expulsão” que a concentração fundiária gerava nas regiões de origem dessas famílias.

No entanto, em poucos anos, a concentração fundiária tornou-se evidente, devido à priorização do Estado aos grandes empreendimentos agropecuários e o não estabelecimento de uma política específica para a produção camponesa na fronteira (COSTA, 2012), o que gerava a continuidade dos deslocamentos das famílias, seja pela expulsão das terras, então ocupadas, seja pela falta de infraestrutura, incentivos e recursos para manter-se nela. Sobretudo, essa integração ocorreu sem que a Reforma Agrária de fato tivesse chances de se viabilizar, permanecendo os problemas estruturais e insolúveis que até hoje assolam os assentamentos ditos de reforma agrária.

Hébette (2004b), afirma que nos governos militares, havia, ao invés de uma política para fixar o homem à terra, uma política para o deslocamento do camponês. O migrante, a partir de uma frente de expansão, chegaria primeiro para “amansar” a terra (roçar a floresta e afastar indígenas), sendo por vezes expropriado novamente a partir da chegada de frentes pioneiras que, por meio da grilagem, efetivavam outro processo de desterritorialização campesina, “empurrando” os mesmos para novas frentes (MARQUES; MARQUES, 2015). (BRITO, 2018, p.23)

## • **A reserva extrativista**

Irmã Dorothy chegou à região da Transamazônica e Xingu em 1985 para fundar uma casa de missão das religiosas de *Notre-Dame de Namur*. Escolheu “o lugar mais pobre entre os pobres”, segundo o Bispo da Prelazia do Xingu, D. Erwin Kräetler. Este a enviou para Anapu, uma vila de retirantes na época, com a impressão de que

aquela senhora não aguentaria mais que um ano. Ela ficou por 20 anos. (KRÄUTLER, 2009)

Era evidente seu inconformismo com a precariedade do trabalho assalariado nas fazendas de gado, a pobreza extrema e a falta de perspectiva dos camponeses. Seu trabalho era organizar as pessoas em comunidades. Quase todos os retirantes eram trabalhadores rurais sem terra em um lugar com uma imensidão de terras públicas que deveria abrigá-los. Havia em Anapu 101 glebas de terra de 3.000 ha. Todas eram terras públicas sem uso até no final do século passado.

A primeira ideia foi a criação de uma reserva extrativista. Esta modalidade de reforma agrária estava em seu auge. Muitas comunidades na Amazônia já haviam obtidos suas terras através dela. A proposta se encaixava com o que Irmã Dorothy havia percebido. Manteria a floresta (progressivamente devastada para extração de madeira e cultivo de pasto para pecuária), e possibilitaria o crescimento econômico de famílias de pequenos agricultores em outra forma de trabalho que não visse a floresta como um obstáculo a ser superado, mas sim uma dádiva.

O debate ambiental encontrou terra fértil na região da Transamazônica e Xingu. Muito se deve à atuação da Igreja Católica na formação de lideranças. A conclusão era de que, um módulo rural, para cada família, como no caso dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária tradicionais, repetiria a degradação ambiental com baixíssima renda aos assentados, como ocorria em toda a região. Era necessário um novo modelo que não estava na legislação:

O debate ambiental, especificamente na Transamazônica, é mais fortemente incorporado ao nível das organizações de maior expressão pública no final da década de 80, tendo como marco o I

Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, ocorrido em fevereiro de 1989, na cidade de Altamira. O foco eram as consequências socioambientais que a Usina de Belo Monte traria para a região e, principalmente, para as comunidades indígenas que ali viviam (MENDES, 2015; BAINES, 2009).

A década de 90 evidenciou a maximização dos debates ambientais que já vinham ocorrendo na Transamazônica, sob promoção de organizações como a FVPP, FETAGRI e ONGs de apoio. Em Anapu, o objetivo de uma territorialização camponesa nesta região, liderada por iniciativas de organizações locais como o Movimento Fraternal de Mulheres Lutadoras de Anapu (MFMLA), e organizações religiosas como a Comissão Pastoral da Terra, que tinha como figura central Dorothy Stang, perpassava pela ideia de uma via alternativa aos Projetos de Assentamento convencionais do INCRA.

No contexto abordado, com o apoio de lideranças do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e colaboradores do Centro Nacional de Comunidades Tradicionais (CNPT), essas organizações iniciaram as discussões, em conjunto com instituições como IBAMA e INCRA, acerca de uma nova modalidade de assentamento, que aliasse sustentabilidade ambiental e infraestrutura socioeconômica para as famílias assentadas (MENDES, 2015). Destes debates surge a possibilidade de se implantar a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) na Transamazônica. Em termos nacionais, estavam então, em curso, propostas de instrumentos de regularização fundiária, sem o foco, *a priori*, na territorialização de camponeses migrantes, haja vista que a proposta inicial dos PDSs possuía em seu âmago o objetivo de assentar comunidades extrativistas.

(...)

A Portaria/INCRA N° 477/99, que criava a modalidade PDS, teve posteriormente seu artigo N° 3, modificado pela Portaria INCRA N° 1.040, de 11 de Dezembro de 2002, justamente para aumentar seu público alvo, para aqueles que pudessem vir a praticar o extrativismo e outras atividades de baixo impacto. Essa mudança possibilitou o cadastramento dos chamados camponeses de fronteira, o grupo social que seria predominantemente o “cliente de reforma agrária” na região da Transamazônica. A Portaria citada anteriormente surge no mês seguinte da criação dos PDSs Esperança e Virola Jatobá. (Brito, 2018, p. 25)

Portanto, as reservas extrativistas tinham por destinatária a população tradicional (ribeirinhos, pescadores artesanais, coletores da castanha do Pará, etc), enquanto a população de Anapu era de migrantes, vindo sobretudo do Nordeste do Brasil. A ideia inicial teria que ser descartada.

Por coincidência, o dia em que Irmã Dorothy foi assassinada – 12 de fevereiro de 2005 – era dia de festa na região. Na foz do rio Xingu, o Governo Federal anunciava a implementação da maior Reserva Extrativista do Brasil: a “Verde para Sempre”, no município de Porto de Moz/PA.

Como testemunhas do evento, ouvimos quando a então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pediu a palavra para anunciar que haviam assassinato Irmã Dorothy. A festa transformou-se num vale de lágrimas. Uma mulher, idosa, professora, religiosa, nascida americana e naturalizada brasileira, era assassinada com seis tiros à queima-roupa, aos primeiros raios de sol daquele dia. No Congresso Nacional, ruralistas festejaram.

- **A grilagem de terras**

Nos idos dos anos 70, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi encarregado da política de ocupação da Amazônia. Lançou editais de concorrência pública para alienação de terras, buscando atrair interessados que se dispusessem a comprar lotes, por preço baixíssimo, e explorar. *Explorar* significava derrubar a floresta, plantar capim e introduzir a pecuária extensiva.

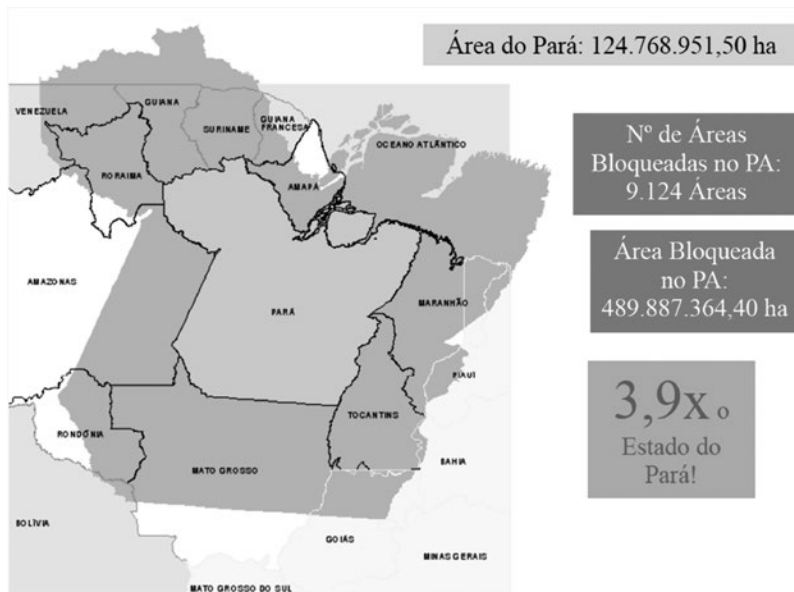
Essa exploração era uma condição resolutive do Contrato de Alienação de Terra Pública (CATP). Na concepção dos arautos do “desenvolvimentismo” da Amazônia, a floresta era um obstáculo a ser vencido. Isso significa que o adquirente do lote deveria fazer a “exploração do lote” em, no máximo, cinco anos. Se não o fizesse, o contrato perdia a validade e o INCRA não permitiria que o cartório de registro de imóveis registrasse o local como terra particular. Na imensa maioria das vezes, a pessoa que adquiriu o lote jamais foi visitá-lo. Não havia nem mesmo travessão que chegasse até os lotes.

Mesmo assim, alguns desses contratos se tornaram terra particular, registrada em cartório, sem a anuência do INCRA. Quando percebeu isso, já nos anos de 1990, o órgão fundiário ajuizou dezenas de Ações de Resolução de CATPs combinadas com Ações de Can-



celamento de Registro Imobiliário. De um modo geral, o INCRA obtinha êxito na Justiça.

O Pará foi único Estado da Amazônia que fez uma pesquisa em todos os cartórios de registro de imóveis para saber quanto de terra estava registrado. O resultado foi surpreendente. Se todos os registros em cartório fossem ocupados, seria necessário 3,9 vezes o seu imenso território. Eram quase três andares de *grilagem* de terra (TRECCANI, 2020):



A conclusão acima é do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que, em 2007, instituiu a *Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões ligadas à Grilagem de Terras*. Sua missão era de “acompanhar os processos relacionados à posse da terra que caracterizassem *grilagem*; promover estudos sobre a questão

fundiária; e propor medidas visando o ordenamento fundiário e para inibir as ações fraudulentas usadas como artifício para a obtenção de posse e propriedade de grandes áreas rurais”.

Além disso, em 2000, foi instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional, para investigar a ocupação de terras públicas na região Amazônica, a denominada “CPI da Grilagem”. Mais uma vez o Estado do Pará ficou em evidência nacional, conhecido como campeão da *grilagem* de terras.

Em 2006, como resposta às graves irregularidades existentes nos cartórios, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, através da Corregedoria das Comarcas do Interior, editou o Provimento nº 13/2006. Ele determinava o bloqueio de todas as matrículas de imóveis rurais nos cartórios de registro de imóveis das comarcas do interior do Estado, que tenham sido registradas, no período de 16/07/1934 a 08/11/1964, com área superior a 10.000ha (dez mil hectares); no período de 09/11/1964 a 04/10/1988, com área superior a 3.000ha (três mil Hectares) e; que tenham sido registradas a partir de 05/10/1988, com área superior a 2.500ha (dois mil hectares).

O ato atingiu os lotes que eram ocupados por trabalhadores rurais em Anapu. Mas chegou tarde. Irmã Dorothy havia sido assassinada um ano antes.

## • **OS Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDSs)**

Nos anos finais do século passado, o desmatamento da Amazônia estava na casa dos 27.000 km<sup>2</sup>/ano, e havia forte migração de trabalhadores rurais nordestinos para o Sul do Pará, região da Tran-

samazônica. As famílias que desembarcavam em Anapu eram levadas a uma casinha de madeira, pintada de verde-água, ao lado da igreja de Santa Luzia, onde seriam acolhidos com comida e lugar para atar a rede.

Irmã Dorothy lhes dizia que o lugar que havia sido destinado pelo INCRA para a criação do novo assentamento ficava a 50 quilômetros de distância. Muitos aceitaram como tábua de salvação. Ela explicava que ali seria um assentamento diferente, sem a devastação altíssima que reinava naquele tempo.

As famílias foram levadas para os lotes e começaram a formar comunidades. Barracão comunitário, escolas e postos de saúde começaram a ser construídos.

O assentamento foi batizado com o sugestivo nome de Projeto de Desenvolvimento Sustentável *Esperança*, e se desenvolvia a passos largos. Conseguiram sementes de cacau (nativo da região) e seu consórcio com outras espécies: açaí, castanha do Pará, banana, copaíba, etc.

Porém, o processo de criação formal pelo INCRA não estava na mesma velocidade da necessidade das famílias camponesas. Era o ano de 2002, quando Irmã Dorothy findou a pesquisa com todas as informações jurídicas sobre os lotes onde seria criado o PDS Esperança. Uma reunião na Superintendência do INCRA em Belém do Pará selaria a criação oficial.

Como o INCRA insistia na tese de que qualquer registro daquelas terras por particulares era *grilagem*, a proposta do Ministério Público Federal (MPF) e da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultoras e Agricultores do Estado do Pará (FETAGRI) era de que o INCRA criasse o assentamento de imediato. Quem se achasse prejudicado, proporia ações na Justiça contra o INCRA. O MPF defenderia a terra como pública, como sempre fez. Porém, o INCRA

preferia entrar com as ações judiciais, esperar que findassem, para depois criar o assentamento.

A pressão sobre o INCRA era enorme. Os madeireiros viam naquelas áreas a possibilidade de extrair matéria-prima valiosa e continuar a saga do desmatamento e concentração de renda. Os *grileiros* viam a possibilidade de se fazerem donos de latifúndios numa área valorizada pela estrada construída pelos camponeses e a Prefeitura de Anapu. Os fazendeiros viam a chance de transformá-la em grandes pastagens. Portanto, a elite econômica do município se voltava, unida, contra o projeto. Temos assim, um nítido cenário de luta de classes.

Com a presença da Irmã Dorothy, a reunião foi aberta. A expectativa era grande. Ela estava certa de que pegaria o ônibus de volta a Anapu na noite desse mesmo dia. Seriam quase 700 quilômetros, percorridos em cerca de 20 horas. Caso não ocorresse nenhum problema com o ônibus. A irmã carregava desejava carregar na bagagem o ato de criação do projeto de assentamento.

O representante do INCRA, porém, abriu a reunião com uma ducha de água fria. Ele disse que apesar de serem terras públicas, não criaria o projeto. Não conseguiu falar mais nada. Todos os demais participantes da reunião criticaram asperamente a atitude.

A última a falar foi Irmã Dorothy. Com a voz meiga e lágrimas nos olhos, ela iniciou seu discurso contando o dia a dia das famílias no assentamento. Mostrou fotos das árvores produzindo frutos. Falou da indústria de beneficiamento de frutas que se encontrava equipada às margens da Transamazônica. Disse que “nosso povo” – como costumava chamar os camponeses – não mais venderiam seus frutos *in natura*, mas sim beneficiados. Isso propiciaria um crescimento econômico jamais visto em relação aos assentados.

Irmã Dorothy mostrou fotos dos barracos das pessoas incendiados para provar as ameaças. A não criação do assentamento era o sinal para os “poderosos” da região de que poderiam continuar expulsando os camponeses, ao invés de ingressar na Justiça. Perguntou como explicaria ao “nosso povo” que a terra é pública e destinada à reforma agrária, mas que o assentamento não poderia ser criado.

Ninguém a contestou. Todos estavam convencidos de que a mudança de estratégia era um erro e colocava em risco a vida dos camponeses. Mas o INCRA precisava de tempo para formalização.

Dois meses depois, o INCRA cria os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs). E não apenas o “Esperança” (módulos I e II), mas também o Virola-Jatobá (módulos III e IV). Nem todos os lotes foram convertidos em PDS. Apenas aqueles que não tinham nenhum registro cartorial ou que o registro fosse nulo, o que era o caso da maioria. Os demais, ao fim das ações judiciais, iriam se incorporando ao PDS.

O PDS é um projeto de assentamento diferenciado que possui as seguintes características:

- Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas (...);
- Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra;

- Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção (Pronaf A e C) de responsabilidade do Governo Federal;
- Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;
- Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação é de responsabilidade da União.

O Projeto de Assentamento Virola-Jatobá (Portaria INCRA SR01 nº 39/2002, módulos III e IV) possuía um desafio diferenciado. Sua área estava localizada mais perto da Transamazônica (cerca de 25 quilômetros) e seu solo não indicava agricultura, mas sim plano de manejo madeireiro. Era preciso capacitar os migrantes camponeses. Tudo era muito diferente. Como mostra Brito (2018):

Residem e trabalham no PDS Anapu IV camponeses que se deslocaram de diversas partes do Brasil, em busca de terra e de trabalho (SANTOS, 2011; SANTOS JUNIOR, 2016). Os que advieram do Nordeste, por exemplo, geralmente foram repelidos de “regiões em que há grande proporção de pequenos estabelecimentos com pequena proporção de terras e ao mesmo tempo, poucos estabelecimentos grandes com muita terra” (MARTINS, 1991, p. 74), ou seja, para estes grupos, a busca por uma terra é sem dúvida um fator central para o alcance de melhorias em sua condição socioeconômica, e a possibilidade do trabalho livre do jugo de um patrão, sobre esta terra, complementa essa busca (MENDES, 2015).

A cobiça dos madeireiros e a falta de conhecimento dos camponeses fizeram avanços e retrocessos nesse assentamento. Hoje, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), o projeto fixou os camponeses na terra e indica seu crescimento socioeconômico.

Os PSDs I e II, por seu turno, estavam batizados pela Irmã Dorothy, em reunião com os assentados, de “Esperança”. Desenvolvia-se a passos largos. A terra era propícia à agricultura e à pecuária, o que atraía mais ainda a oposição da elite econômica e política local. As infundáveis reuniões de Irmã Dorothy com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) tiveram, como fruto, milhares de sementes de cacau (nativo da região) e seu consórcio com outras espécies: açaí, castanha, banana, etc.

Para resumir, a região se tornou uma das maiores produtoras de cacau do Brasil. Produziu melhoria econômica não vista em nenhum outro assentamento na Amazônia.

Porém, para chegar a esse ponto foi necessário assassinar Irmã Dorothy. O novo modelo de desenvolvimento era pequeno, mas muito “perigoso” aos olhos dessa elite. Se a ideia se espalha, o poder político-econômico poderia mudar na Amazônia. E, assim, juraram de morte quem eles consideravam ser a responsável pela nova ideia. E consumaram o ato.

Durante a implantação dos PSDs, ocorreram mobilizações de madeireiros e fazendeiros contrários à ideia. Fizeram reuniões, passeatas e audiências públicas denunciando o projeto, e questionando a posição da Igreja Católica neste processo.

O que mais incomodava a elite política e econômica local era a mobilização popular que dava ênfase à manutenção da floresta como fonte de vida e garantia de sobrevivência das futuras gerações. Isto começou a incomodar os grandes latifundiários, e também o poder



Dorothy em momentos junto aos camponeses, trabalhando a formação e o evangelho, e produzindo muda.

Fonte: acervo das Irmãs de Notre Dame.





político local, que apostavam na extração de madeira e criação de gado em grande escala como modelo econômico de desenvolvimento, como sempre fizeram, embora com resultados pífios.

Esse confronto trazia para os assentados maior apoio, sobretudo de organizações não-governamentais de âmbito nacional. Era o *novo contra o velho, o projeto do povo contra o projeto dos grandes, o socioambientalismo contra o desenvolvimento predatório.*

As mobilizações da elite local não obtiveram êxito. E a luta de Irmã Dorothy junto às comunidades rurais possibilitou a criação de um modelo de produção baseado no uso coletivo da terra e no sistema agroecológico de trabalho e produção. Uma utopia de uso comunal da terra e das riquezas.

# Mandante pega 30 anos

**Acusado de tramar e bancar a morte de Dorothy Stang é condenado à pena máxima**

Por cinco votos a dois, o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o "Bida", foi considerado culpado, e condenado a 30 anos de prisão em regime fechado pelo juiz Raimundo Moisés Alves Fleita, da 2ª Vara Penal da Capital. As 17 horas, depois de passar quase uma hora reunido com o Conselho de Sentença na sala secreta, o magistrado aplicou a pena de 29 anos, e aumentou em um ano, visto que os jurados consideraram a agravante da idade da vítima - Dorothy Stang tinha 73 anos - e não consideraram qualquer atenuante. É a pena máxima. Os familiares de Dorothy, amigos e entidades de luta pela terra e defesa dos direitos humanos compareceram ao resultado de um lado da plenária. De outro, familiares de "Bida" classificavam como "injustiça" o resultado do júri.

Imediatamente após a leitura da sentença, os advogados de "Bida" protestaram contra a decisão do júri, o que dá o direito a um novo julgamento, já que a condenação ultrapassou 20 anos. O magistrado, porém, negou a "Bida" o direito de recorrer em liberdade. O fazendeiro foi recambiado para o Centro de Recuperação do Coqueiro, onde é mantido isolado dos demais presos. Escutado por policiais e alegando, "Bida" manteve o silêncio e não quis comentar o resultado do julgamento.

**ALEGRIA**

Após o anúncio da sentença a euforia tomou conta dos presentes que esperavam pela condenação de "Bida", entre os quais os irmãos de Dorothy, David e Thomas Stang. É um momento de alívio para eles, pois estavam com medo pela impopularidade que já predominou em outros casos de mandantes de crimes de conflitos agrários, e esperavam que esse seja o início de uma mudança, para que o martírio de nossa irmã Dorothy não tenha sido em vão. Para isso, foi feita justiça", disse David Stang. Thomas Stang disse que foi quando de vir nesse julgamento porque era muito importante ver de perto num dia mandantes do crime ser condenados.

**ORDEM**

Angela Sales, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PA), acompanhou o julgamento ao lado do procurador do Ministério Público Federal Felício Pernes Júnior. Ela falou da importância da condenação, e creditou o resultado do júri à repercussão que o caso teve. Angela ressaltou que, mais importante que a condenação em si, é a permanência de "Bida" na cadeia. Ela lembra o caso dos mandantes Vantuil de Paula e Adilson Cardoso, condenados pelo caso João Canuto, e Gerônimo Amorim, condenado pela morte de Espedito Ribeiro, que estão todos em liberdade. "As condenações são um passo importante da justiça, mas o fato desses mandantes cumprirem pouco tempo da pena e conseguirem a liberdade também reforça a sensação da impunidade por esses crimes, e precisamos avançar também nesse sentido", alertou a presidente da OAB.



Sério, Bida ouve a sentença de sua condenação, considerada emblemática por líderes de movimentos sociais e sem terra

**Depoimentos de envolvidos no crime não convencem o corpo de jurados**

Um dos julgamentos de Vitalmiro Bastos de Moura, "Bida" um dos fazendeiros envolvidos no assassinato da missionária Stang.

Fonte: acervo da CPT, Belém/PA.

## **Um pouco sobre o contexto da execução da irmã Dorothy**

---

Rogério Almeida

Ademir Alfeu Federicci foi assassinado em casa na frente dos filhos, na cidade de Altamira, no dia 25 de agosto de 2001. Dema, como era conhecido o dirigente sindical e ex-vereador pelo PT, hoje nomeia um fundo de apoio a pequenos projetos para a população camponesa da região, sob a gestão da ONG Fase.

O migrante do Sul integrou as fileiras do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), que realizou inúmeras caravanas até Brasília em defesa de direitos das populações locais.

O dirigente foi morto por denunciar grilagens de terra e crimes ambientais na região. A mesma latitude concentrou a máfia de desvios de verbas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A instituição foi uma das engrenagens criada pelos militares para azeitar o saque às riquezas locais. A máfia que sangrou a autarquia era composta por donos de cartórios, advogados, fazendeiros, políticos e funcionários públicos. Foi no Xingu que o empreiteiro Cecílio de Rego Almeida (falecido) tentou grilar 5 milhões de hectares de terra. Um dos muitos escândalos no ramo no rosário a perder de vista no Estado, um ás na trama.

O paraense fez fortuna durante a ditadura civil militar a partir do Paraná. Pelo fato de ser denominado de grileiro pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto, o processou, e por razões inexplicáveis,

venceu a peleja contra o especialista em temáticas amazônicas, que foi condenado a pagar uma indenização ao grileiro. No Pará, a língua morde o cachorro.

A região, na encruzilhada das rodovias Transamazônica (BR 230), com a Cuiabá-Santarém (BR 163), passou a rivalizar com as regiões Sul e Sudeste do Estado em violência no processo de luta pela terra e os recursos naturais. Após sequestro e seções de torturas, Bartolomeu Moraes da Silva, conhecido como “Brasília”, foi executado por vários tiros de diferentes calibres no dia 21 de julho de 2002. Por ironia, o sindicalista tombou no distrito de Altamira batizado de Castelo dos Sonhos. No dia 04 de outubro 2003, numa chacina, oito pessoas foram mortas, sendo sete lavradores e um médio produtor.

Nos anos 2000, a região sob a influência das rodovias criadas durante o regime militar ganhou expressão na dinâmica da violência na luta pela terra. Como em outras partes da Amazônia, *locus* de disputa por terra e as riquezas que ela é tributária, a exemplo do mogno, espécie de madeira de elevado valor no mercado, bem como de minérios, além de ter sido alçada à região estratégica para a instalação de grandes projetos de infraestrutura.

Nesta latitude, possui notoriedade mundial no ramo do tráfico de madeira a Transuruará, uma gambiara com pretensão a rodovia, que liga o município de Uruará a Santarém. A região da confluência das rodovias é a derradeira reserva de madeira no Estado do Pará. Foi na região que o governo Lula-Dilma ergueu a hidroelétrica de Belo Monte. Ergueram a obra que os militares não conseguiram, ferindo de morte os povos indígenas da região.

Os crimes acima elencados contra dirigentes sindicais e camponeses precederam a execução de Dorothy Stang, missionária filiada à Congregação de Notre Dame, e agente pastoral da Comissão

Pastoral da Terra (CPT), que desde os anos de 1980 militava na sangrenta região do Estado, o Sudeste, no município de Jacundá. Em plena ditadura.

Dorothy foi executada no dia 12 de fevereiro de 2005 no município de Anapu. O agricultor Amair Feijoli da Cunha, o “Tato”, intermediou a execução da missionária ao preço de 50 mil reais.

**CRONOLOGIA DO ASSASSINATO DA MISSIONÁRIA**



→ Na manhã do **dia 12 de fevereiro de 2005**, a missionária americana Dorothy May Stang é executada com seis tiros, no município de Anapu ao se encaminhar a uma reunião com agricultores. Três suspeitos são identificados. No dia 14, a Justiça decreta a prisão preventiva de Vitalmiro Bastos de Moura, “Bida”, apontado como mandante do crime. No dia 20, Amair Feijoli da Cunha, o “Tato”, acusado de ser o intermediário do crime, se entrega à Polícia.

→ No **dia 21**, é preso Rayfran das Neves Sales, o “Popo”. Ele confessa ser o autor dos disparos que mataram a missionária. No dia 22, é preso Clodoaldo Carlos Batista, acusado de co-autoria. No dia 5 de março, o pecuarista Regivaldo Pereira Galvão presta depoimento à Polícia Civil e nega participação no crime.

→ No **dia 8 de março**, o Ministério Público denuncia Rayfran das Neves Sales, Clodoaldo Carlos Batista, Amair Feijoli da Cunha e Vitalmiro Bastos de Moura por homicídio qualificado. No dia 10, Rayfran, Clodoaldo e “Tato” prestam depoimento à Justiça e inocentam Bida. Num segundo depoimento, Rayfran e Clodoaldo se arrependem e voltam a apontar Bida como mandante. “Tato” continua dizendo que ele mesmo mandou matar a missionária. No dia 27, “Bida” se entrega à Polícia em Altamira e é transferido para Belém.

→ No **dia 7 de abril de 2005**, a Polícia prende Regivaldo Pereira Galvão, o “Taradão”, grileiro, acusado de dividir com Bida o pagamento pela morte da missionária.

→ No **dia 10 de dezembro de 2005**, Rayfran é condenado a 27 anos de prisão pelo Tribunal do Juri, por homicídio, e Clodoaldo é condenado a 17 anos, por co-autoria.

→ No **dia 26 de abril de 2006**, o Tribunal do Juri condena “Tato” a 18 anos de prisão, por assassinato, no dia 30 de junho de 2006, Regivaldo é solto, após obter habeas corpus no Superior Tribunal Federal (STF). Ele é pronunciado, mas aguarda a prisão em liberdade.

→ Em **15 de maio de 2007** o Tribunal do Juri condena Bida a 30 anos de prisão em regime fechado como mandante. Ele novamente nega envolvimento no crime. Advogados recorrem. Em 27 de outubro de 2007, em segundo julgamento, Juri mantém pena de 27 anos em regime fechado a Rayfran, que diz ter matado a freira, mas

nega ter sido contrastado por fazendeiros. Em 17 de dezembro de 2007, a Justiça anula o segundo julgamento de Rayfran.

→ Em **6 de maio de 2008**, Bida é absolvido e Rayfran é condenado a 26 anos em regime fechado.

→ Em **28 de dezembro de 2008**, Regivaldo Pereira Galvão, é novamente preso pela Polícia Federal, em Altamira, acusado de estelionato e grilagem de terra. Ele é preso após a descoberta da tentativa de negociação do lote 55, em Anapu, região onde a missionária foi morta e cuja propriedade o fazendeiro já havia negociado.

O fazendeiro Regivaldo Galvão, “Taradão”, um dos envolvidos na encomenda do assassinato de Dorothy e a cronologia do caso.

Fonte: acervo da CPT, Belém/PA.

Vitalmiro Bastos de Moura, o “Bida”, e Regivaldo Pereira Galvão, o “Taradão” foram os fazendeiros que chegaram ao banco dos réus pela encomenda da morte da religiosa. Como em outras partes do Estado, as instituições que defendem a reforma agrária avaliam que os mesmos integram um consórcio de fazendeiros que encomenda a execução de desafetos.

Dez meses separaram a execução da religiosa e ativista socioambiental do julgamento que condenou os pistoleiros Rayfran das Neves Sales e Clodoaldo Carlos Batista, a 27 e 17 anos, respectivamente. Rayfran foi o responsável pelos seis disparos de revólver calibre 38, e Clodoaldo o cúmplice. A celeridade do processo representa

uma exceção na História dos inúmeros casos que envolvem camponeses, sindicalistas e seus apoiadores. Não raro, na maioria dos casos, os processos ultrapassam a casa de duas décadas, onde a impunidade serve de baliza.

O caso dos fazendeiros envolvidos na execução de Stang é recheado de idas e vindas. Inúmeros julgamentos, condenações, prisões e recursos. No caso de Bida, em 2007 foi condenado a 30 anos de prisão. Em novo julgamento, em 2008, foi absolvido, julgamento que veio a ser anulado após recurso do Ministério Público.

Em 2010, em terceiro julgamento, voltou a ser condenado a 30 anos de prisão. Após recurso do STF, o júri foi novamente anulado. Em setembro de 2013, novamente foi condenado a 30 anos de prisão.

*Taradão* chegou a ficar preso preventivamente por quase um ano. Em 29 de junho de 2006, em pleno calor da Copa do Mundo da Alemanha, a primeira turma do Superior Tribunal Federal (STF) decidiu em placar apertado, 3X2, pela soltura do fazendeiro.

O relator, ministro Cezar Peluso, em seu voto, considerou “a prisão preventiva absolutamente ilegal”. O voto foi acompanhado pelos ministros Sepúlveda Pertence e Marco Aurélio Melo. Votaram contra a concessão, os ministros Ricardo Lewandowski e Carlos Ayres Brito.

Em maio de 2010, *Taradão* foi condenado à mesma pena de Bida, 30 anos de reclusão. Por conta de inúmeros recursos, o julgamento do fazendeiro tardou em cinco anos. Em abril de 2019 voltou a ser preso.

O caso Dorothy não inaugura a violência contra religiosos no Estado. Nos anos 1980, há registro de inúmeras prisões e torturas de religiosos na região do Araguaia. A medida coercitiva alcançava também os leigos. No início dos anos 90, em Eldorado do Carajás, a irmã Adelaide tombou por conta de sua ação junto aos camponeses.

A bala que tirou a vida da irmã Adelaide era endereçada ao sindicalista Arnaldo, que viria a ser morto posteriormente. D. Erwin, ex-bispo do Xingu, inúmeras vezes ameaçado, chegou a rezar missas com escolta policial. Na região de Xinguara e Redenção, Sul do Pará, fazendeiros pediram a cabeça do Frei Henri Des Roziers (falecido) por conta de sua atividade em defesa dos camponeses.

Antes da execução de Stang, fazendeiros impuseram a ela um processo judicial, onde ela era acusada de armar os camponeses para que defendessem suas posses. O mesmo inferno tem sido imposto ao padre Amaro, que chegou até a ser preso, e obriga o agente pastoral a peregrinar religiosamente ao fórum de Altamira periodicamente.

## • **A vida pelo projeto**

Em uma de suas famosas cartas, Irmã Dorothy declarou:

Não vou fugir, nem abandonar a luta desses agricultores, que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor, numa terra onde possam viver e produzir com dignidade, sem devastar.

A frase acima dava a exata dimensão do sacrifício que Irmã Dorothy estaria disposta a fazer pelos camponeses e imigrantes de Anapu. Em várias oportunidades, a possibilidade das ameaças serem consumadas foram tema de conversas com Irmã Dorothy. Em todas elas, a recusa era evidente. Dizia que a proteção policial deveria servir

a todas as famílias dos assentamentos, e não apenas a ela. E se alguém precisasse morrer para que o projeto se desenvolvesse, que fosse ela: “As outras pessoas têm filhos”, dizia a missionária.

O painel pintado na Igreja de Santa Luzia, em Anapu, ajuda a compreender a dimensão da luta pela terra na região e o papel de Irmã Dorothy, o qual foi assim descrito por Edmilson Rodrigues de Souza:



Painel da Igreja de Santa Luzia, Anapu/PA.

Fonte: acervo das Irmãs de Notre Dame.

No painel, pintado na parede de fundo do altar da Igreja de Santa Luzia, em Anapu-PA, pela religiosa Janet Mullen, da mesma congregação da Irmã Dorothy, em 2009. São evidenciados alguns cenários. O primeiro à esquerda, na parte superior, retrata uma casa pegando fogo, este é o mecanismo utilizado pelos fazendeiros para expulsar os colonos da terra. A segunda cena é uma multidão de gente – homens, mulheres, indígenas e não-indígenas – com feições de tristeza e outros de contemplação, um

deles aparece com uma trouxa de roupas na cabeça, o que sugere migração, mas também a expropriação. A terceira cena é composta pela imagem de Jesus ao centro, vestido com roupas velhas e rasgadas, com chapéu de palha, pele queimada pelo sol, sugere um posseiro, agricultor. Ele está crucificado numa árvore, mas há três outras árvores que foram derrubadas, restando apenas as raízes e as bases. Nestas bases de árvores cortadas, está a irmã Dorothy, ao lado esquerdo, e ao lado direito o Padre Josimo, aquele que foi assassinado em Imperatriz, também considerado mártir, homenageado na Romaria da Terra e da Água Padre Josimo (...). Uma mulher ao lado da Irmã Dorothy eleva uma semente fecundada, na direção do Cristo crucificado. (Souza, 2019, p. 135)

**Irmã Dorothy será homenageada na ONU nos 60 anos de direitos humanos**

**Mãe-terrazza**  
Agricultora

A missionária norte-americana Dorothy Stang, mais conhecida como irmã Dorothy, receberá amanhã, em edição póstuma, o prêmio de Direitos Humanos das Nações Unidas. A homenagem à religiosa, que desenvolveu trabalhos sociais na Amazônia e foi assassinada com seis tiros em fevereiro de 2005, no município de Anapu (PA), ocorrerá durante reunião da 39ª Assembleia Geral da ONU para celebrar o aniversário de 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Na mesma cerimônia, também será homenageada a ex-primeira-ministra do Paraguai Benitez Ilieff, assassinada em 2007 quando participava de um comício. De acordo com declarações do presidente da Assembleia Geral, Miguel d'Escotto Bruchman, os escoclos simbolizam a persistência na luta contra as violações dos direitos humanos.

No passado, o mesmo prêmio já foi entregue a personalidades como Nelson Mandela, símbolo da luta contra o racismo na África do Sul, e Martin Luther King, pastor norte-americano assassinado enquanto fazia pregações em defesa dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos.

Irmã Dorothy atuava no Brasil desde 1966. Pertencia à congregação Irmãs de Nossa Senhora de Namur - organização religiosa que reúne mais de 2 mil mulheres, em diversas partes do mundo.

Cinco pessoas foram acusadas pelo assassinato da irmã, em maio deste ano, acabou absolvido pelo júri popular. Peter ainda aguarda julgamento em liberdade. O executor do crime, Ralfirton Sales, foi condenado a 28 anos de reclusão. Seus comparsas Amílcar da Cunha, que teria intermediado o crime, e Cláudio Batista, que assistiu ao crime e nada fez para impedi-lo, receberam penas de 18 e 17 anos de prisão, respectivamente.

**DECLARAÇÃO**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, texto que rege o direito internacional desde a Segunda Guerra Mundial, foi adotado no dia 10 de dezembro de 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Várias manifestações estão previstas, principalmente na França - na quarta-feira, uma cerimônia será organizada no Palácio Chailot, em Paris, onde o texto foi ratificado. Estarão presentes representantes da ONU, da Comissão Europeia e de organizações de defesa dos direitos humanos.

Inspirada na declaração francesa dos direitos humanos e do cidadão, de 1789, e na declaração de independência dos Estados Unidos, de 1776, a Declaração Universal dos Direitos Humanos tem em sua origem o trauma provocado pela Segunda Guerra Mundial e pelo preconceito nazista. "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito", proclama o primeiro artigo da Declaração, que em outros pontos menciona o direito a liberdade, civis, econômicos, sociais e culturais "insalienáveis e indivisíveis".



A freira norte-americana Dorothy Stang em foto de 2004

Os fazendeiros Vitalmino Bastos de Moura e Regivaldo Pereira, apontados como mandantes, estão livres. O primeiro foi condenado a 30 anos de prisão, em 2007. Em novo julgamento, po-

ONU homenageia militância da agente da CPT na defesa dos Direitos Humanos no Brasil, e em particular na Amazônia.

Fonte: acervo da CPT, Belém/PA

Após a morte de Irmã Dorothy, a preocupação da comunidade era dupla: efetivar os assentamentos e cobrar justiça em relação aos assassinos. Foi nesse contexto que surgiu a ideia da Romaria da Floresta. Uma longa caminhada de 55 quilômetros, todos os anos,



no percurso que Irmã Dorothy costumava fazer. A saída do Centro São Rafael – local de encontros e retiros na sede do município – para o PDS Esperança – no exato local do assassinato. A memória estaria celebrada todos os anos. O esquecimento significava assassiná-la pela segunda vez.



Túmulo da Irmã Dorothy, Anapu/PA.

Fonte: arquivo das Irmãs de Notre Dame.

A data escolhida tem a ver com a dia do trabalhador rural no Município – 25 de julho. Os três dias de caminhada são sempre próximos a essa data. Em 2012, a Romaria da Floresta foi reconhecida pela Assembleia Legislativa como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará.



Romaria da Floresta, Anapu/PA, 2018.  
Fonte: acervo de Miguel Chikaoka

O depoimento de Maria dos Santos, que conviveu intensamente com Irmã Dorothy, demonstra a importância da agente da CPT na história de Anapu:

Eu estava nas primeiras reuniões, porque depois do assassinato da Dorothy todo mundo ficou meio sem saber o que aconteceu,

repórteres, curiosos, todo mundo vinha aqui e perguntava “quem vai substituir a Dorothy?”, porque a questão é matar o próximo, então foi criada aquela ideia, tanto nos Estados Unidos como aqui [no Brasil]: “todos nós somos Dorothy!” e “Dorothy vive: sempre, sempre, sempre!”. Nessa época a gente ficou meio perdido, todo mundo, porque ela era um esteio, estava presente em cada passo dessa paróquia, desse município. Desde o pilar dessa igreja, à área pastoral, tudo tem ela, não adianta, tem gente que passa por cima disso igual um trator, se você vai falar da educação, você fala da Dorothy, se você vai falar da organização da terra você fala da Dorothy, se você fala de organizações sindicais você fala da Dorothy, se você falar de emancipação municipal você fala da Dorothy. Não tem como você não falar daquela mulher. Não dá para ignorar. E, não é só o PDS. Foi tudo. O PDS foi o desfecho de mais de 20 anos de conversa, de reuniões, de organizações, de pessoas se formando, de jovens crescendo junto com aquele sonho e aquela ideologia. Não foi uma coisa simples. Não foi só o governo que criou isso e vamos fazer. Já tinha todo um contexto histórico que os trabalhadores viviam o sonho, a utopia de ter a terra, de trabalhar, de ter os seus direitos. O sonho era a reforma agrária, e o mais próximo da reforma agrária era e é o PDS... (Souza, 2019, p. 139)

Com efeito, o carisma e a força de Irmã Dorothy jamais poderiam ser mensurados. Os relatos aqui trazidos são ínfimos diante da importância dessa mulher para os mais vulneráveis da região. Havia sempre uma palavra de incentivo por maior que fosse a dificuldade a ser enfrentada.

Quando do assassinato do líder sindical com o discurso mais eloquente contra a UHE Belo Monte, no vizinho município de Altamira, Ademir Alfeu Federicci, o Dema, houve uma reunião em que se encontrava Dona Maria da Penha, a viúva. Irmã Dorothy, ao abraçá-la, disse em consolo: “Seu marido morreu por uma grande causa. Será motivo de orgulho para você e seus filhos, para sempre. Pense sempre nisso quando a tristeza chegar.”

Irmã Dorothy nos deixou órfãos. Ter tido sua convivência foi uma dádiva. Quando a tristeza nos abate, é nesse pensamento de orgulho que nos refugiamos. Orgulho pela entrega total por um projeto, por uma causa, por uma luta.

No momento de seu sepultamento, Irmã Júlia (Jo Anne Depweg), também da Congregação de Notre-Dame de Namur, afirmou que Irmã Dorothy estava sendo plantada, não enterrada. A frase ecoou na região. Irmã Dorothy tornou-se semente. Semente de uma nova forma de lidar com a Floresta Amazônica que une preservação ambiental com respeito à dignidade da pessoa humana. O socioambientalismo ganhou seu maior desafio no Brasil naquelas terras de retirantes.

Não são incomuns “narrativas de moradores do PDS-Esperança, que afirmam ter visto a Irmã Dorothy sob a forma de uma onça-pintada, habitando as áreas próximas ao local do assassinato, ocorrido neste PDS” (RODRIGUES. 2018. p. 130).

A presença da onça-pintada no PDS Esperança é um símbolo. A imagem de *Irmã Dorothy plantada* também. Mas essa personificação da onça e da árvore culminou na despersonificação da luta. “*Somos todos Dorothy*” era o lema estampado em camisas e cartazes nas

casas e centros comunitários. Não se tratava da causa de uma pessoa, era o aviso aos seus algozes.

# Somos

# todos

# Dorothy

significa que um assassinato não seria suficiente para estancar a luta dos trabalhadores rurais por dignidade. A luta passou a ser dos filhos da Mãe-Terra. E dos filhos teu não fogem à luta.

## • Referências

Brito, Arthur Erik Monteiro Costa de. Representações do outro e conflitos no uso da terra: o caso do PDS Virola-Jatobá: Dissertação de Mestrado, 2018.

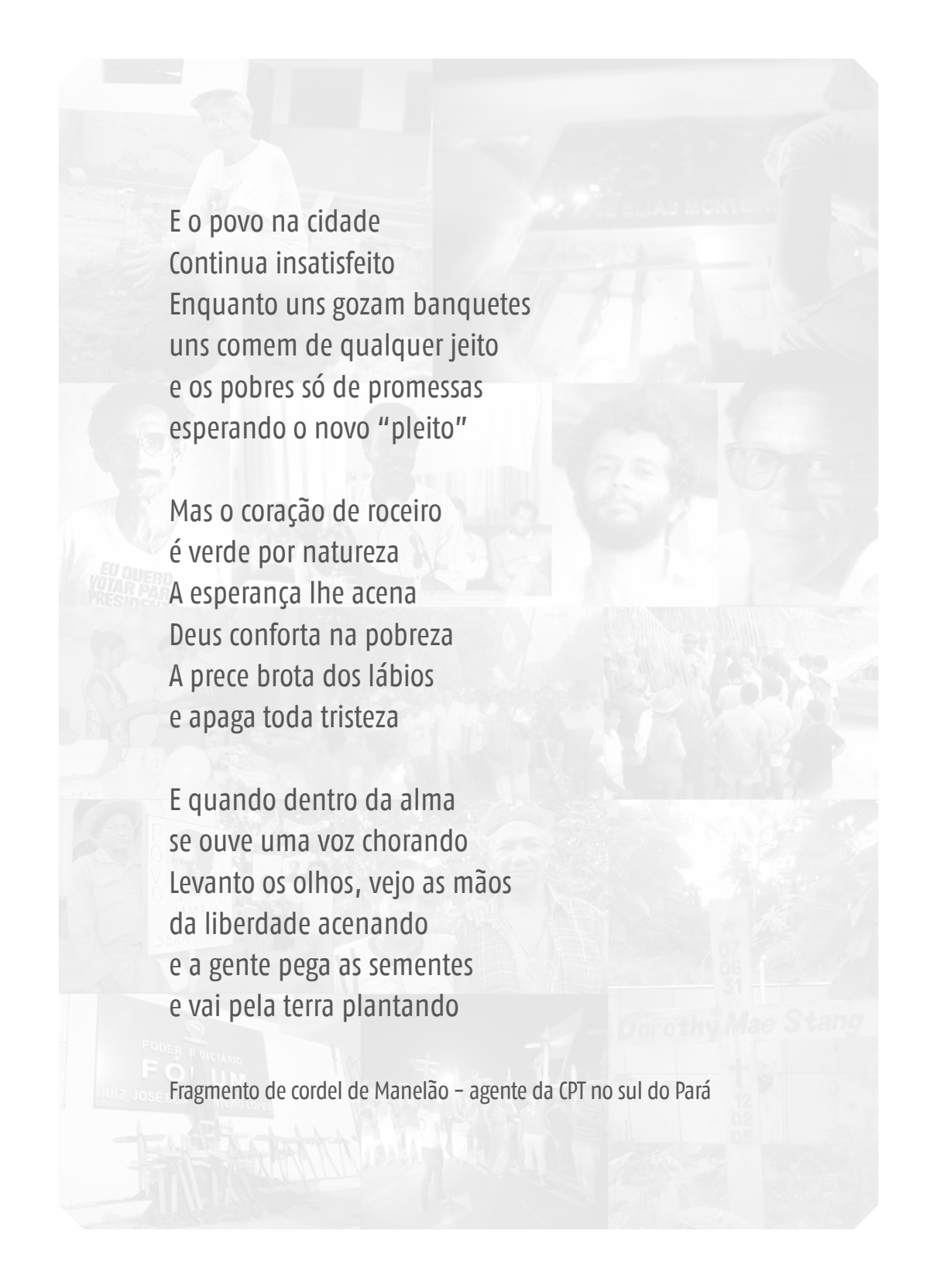
Junge, Daniel. Mataram Irmã Dorothy [Filme-vídeo]: Estados Unidos, 2008.

Krötler, Dom Erwin. Servo de Cristo Jesus. Memórias de luta e esperança. Paulinas: São Paulo, SP, 2009.

Pontes Jr., Felício. Povos da Floresta: cultura, resistência e esperança [organização Osnilda Lima]. Paulinas: São Paulo, SP, 2017.

Souza, Edmilson Rodrigues de. A luta se faz caminhando: sacralização de lideranças camponesas e indígenas assassinadas em contextos de conflito de terra no Brasil. Tese doutorado: Campinas, SP, 2019.

Treccani, Girolamo Domenico. Medida Provisória 910/2019: solução ou problema para a regularização fundiária? [Nota Técnica]. No prelo.



E o povo na cidade  
Continua insatisfeito  
Enquanto uns gozam banquetes  
uns comem de qualquer jeito  
e os pobres só de promessas  
esperando o novo "pleito"

Mas o coração de roceiro  
é verde por natureza  
A esperança lhe acena  
Deus conforta na pobreza  
A prece brota dos lábios  
e apaga toda tristeza

E quando dentro da alma  
se ouve uma voz chorando  
Levanto os olhos, vejo as mãos  
da liberdade acenando  
e a gente pega as sementes  
e vai pela terra plantando

Fragmento de cordel de Manelão – agente da CPT no sul do Pará

# | ROMARIA DA LIBERTAÇÃO: MUITOS PASSOS NO CAMINHAR DA FÉ

Osnera Silva Vieira<sup>[1]</sup>

## • Introdução



36º Romaria da Libertação.

Fonte: redes sociais da Prefeitura de Goianésia/PA

A narrativa que se segue é parte de uma pesquisa que realizo desde a minha graduação, e que teve como primeiro desdobramento o Trabalho de Conclusão de Curso em História, intitulado **Entre**

---

<sup>[1]</sup> Professora da Educação Básica na rede pública, graduada em História (UFPA, 2000); especialista em História Social da Amazônia, (UFPA, 2008); mestra em História Social pela Universidade Severino Sombra/USS/RJ, 2012; Doutora em Ciência da Educação (título ainda não reconhecido no Brasil) pela Universidad Americana – Asunción/PY, 2017.



**o medo e a esperança: um estudo sobre a Romaria da Libertação entre os municípios de Jacundá e Goianésia do Pará**, apresentado na Universidade Federal do Pará (UFPA), no ano de 2000. Em seguida, defendi uma monografia de conclusão de especialização em História Social da Amazônia, sob o título “**Romaria da Libertação: memórias do medo, caminhada de esperança**”, também na UFPA, em 2008. Na mesma toada, produzimos um livro, fruto da minha dissertação de mestrado, pela Universidade Severino Sombra/RJ (USS/RJ), intitulado: **Caminhando pelos mortos, caminhando pela vida – conflitos, romaria e santidade no Sudeste paraense**, onde também incluo na pesquisa, a Caminhada Irmã Adelaide, que acontece nos municípios de Eldorado de Carajás e Curionópolis. Já são alguns registros, contudo, sempre há algo a mais para se refletir sobre o tema. Por exemplo: como está a Romaria da Libertação na atualidade? O que mudou e o que permanece? Como ela é vista pelos novos integrantes da coordenação? Como ela acontece durante a pandemia?

Jacundá e Goianésia do Pará são municípios do sudeste do Estado do Pará, região notabilizada pela riqueza mineral e por ser uma fronteira de expansão do capital marcada pela aguda disputa pela terra. É nesse espaço territorial que acontece a Romaria da Libertação, fenômeno foco de nossa análise. A Romaria inicia nos anos de 1980, por conta de um ato de violência contra uma família de posseiros, que redundou na execução de duas crianças.

Pe. Paulo Joanil, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), explica que ela nasceu como uma resposta do povo contra a forte violência que existia na região, fruto das disputas pela posse da terra entre os expropriados das riquezas produzidas no país, e os que concentravam essas riquezas. Naquela época, muitos posseiros já ocupavam a terra há décadas (PEREIRA, 2015), porém sem documentos legais,

viam suas terras serem requeridas por pessoas que apresentavam documentos falsificados, parte da trama que constitui a grilagem de terras. Outros tantos, sem ter meios de subsistência, passaram a lutar por espaços de produção no campo. O sonho da conquista da terra.

Os conflitos pela terra no Brasil agrário vêm de velha data. Tempos imemoriais. O latifúndio se inicia com o sistema de Sesmarias, ainda no período colonial, e avança pela nossa história até os dias atuais, onde muitas famílias sofrem a carência dos meios necessários à sua sobrevivência, além da invisibilidade social, uma vez que não opinam nem são consultados sobre questões que os afetam. (MARÍN, 2003). Por conta dessa concentração de recursos nas mãos de uns poucos, é que a matança no campo persiste e continua a gerar vítimas do latifúndio até os presentes dias. Indígenas, seringueiros, posseiros, quebradeiras de coco babaçu, atingidos por barragens, quilombolas, povos nativos, etc, são categorias envolvidas nestas situações.

Muitas destas categorias recebem o apoio direto de uma fração da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão criado em junho de 1975, em Goiânia (GO), durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A atmosfera era tomada pela ditadura civil militar. A criação da CPT foi uma resposta dada pela Igreja à situação vivenciada pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões no Brasil inteiro, mas, sobretudo na Amazônia. (CPT/GO, 2010).

No sudeste paraense, a Igreja apoiou os trabalhadores, denunciando os desmandos, organizando eventos como o Grito dos Excluídos da PA-150, orientando as comunidades politicamente, através do Movimento de Educação de Base (MEB), colaborando na formação de sindicatos de trabalhadores combativos, etc. Neste bojo de ações constam também as “Romarias da Terra”, fundamentadas

dentro de uma “Teologia da Terra”. Um jeito militante de pensar o trabalho religioso, onde a própria Igreja vive seu momento de reconversão, através de uma pastoral de Promoção humana. (BRANDÃO, 1995). É nesse contexto de conflitos, perpassado por uma ideologia de libertação, que nasce a Romaria da Libertação, aqui revisitada.

## • Romaria da Libertação – um jeito de insurgir

Pe. Paulo Joanil rememora que naquela conjuntura dos anos de 1980 o medo dominava o ambiente. O povo e as lideranças religiosas eram perseguidos de forma sistemática. Contudo, o crime foi terrível. A crueldade foi maior que o medo. Era preciso enfrentar. Então, numa reunião de lideranças ocorrida em Morada Nova, Km 12 da antiga PA 70, hoje BR 222, resolveram fazer uma caminhada para homenagear as crianças assassinadas na cidade de Goianésia. Assim nasceu a Romaria da Libertação. “O povo não suportava mais o cenário de violência. Urgia fazer alguma ação em direção contrária”<sup>[2]</sup>.

O crime aconteceu nas proximidades de Goianésia, à época um pequeno vilarejo, desses situados à beira das rodovias amazônicas. Tomada por uma pequena população, em sua maioria pequenos agricultores – em boa parte migrantes -, e fazia parte do município de São Domingos do Araguaia. Em 1991, foi elevada à categoria de cidade, através da Lei nº 5.686, de 13 de dezembro (AMAT, 1996) e a romaria já havia completado oito anos.

---

<sup>[2]</sup> Entrevista concedida, em 09 de setembro de 2005, na casa paroquial de Nova Ipixuna, para a realização de minha monografia de conclusão da especialização em História Social da Amazônia, **Romaria da Libertação**: memórias do medo, caminhada de esperança, pela Universidade Federal do Pará, 2008.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela extrema violência nas disputas pela terra no sudeste paraense, bem como no restante do Brasil. As romarias foram surgindo como resposta e/ou forma de enfrentar esse problema. É o caso da Romaria da Libertação, da Caminhada Irmã Adelaide, que acontece em Eldorado de Carajás, e a Romaria do Povo de Deus, em Marabá, um protesto contra a matança dos garimpeiros, ocorrida em 1987, sobre a ponte do Rio Tocantins. A manifestação era celebrada no período da Semana Santa. Hoje não existe mais.

Para resolver ou dirimir os conflitos em Goianésia, no final da década de 1970 e início da década de 1980, foram designados, pelo quartel da Polícia Militar (PM) de Marabá, alguns policiais para fazerem a segurança da população da vila. Entre eles estava Manoel Dias Aragão, que mais tarde se transformou no terror dos moradores de Goianésia e do entorno, segundo relatos e documentos da época. A motivação dele era a disputa pela posse da terra. Agia de comum acordo com o administrador da localidade, conhecido como Natan. Muitas foram as queixas contra ele levadas até o comandante da PM em Marabá, mas nada foi feito. (Jornal, A Província do Pará, de 01 de outubro de 1980).

A notícia do jornal é também narrada em cordéis encontrados nos arquivos da Paróquia de Jacundá, num relatório datado de 1980. Abaixo um pequeno trecho:

Amigo pego na pena para escrever não termino  
Caso muito temeroso que nunca se sai da rima  
Caso muito temeroso do soldado assassino

Este soldado era um terrível dragão  
Invadia moradia, dava sumiço em peão  
Quem achasse ruim ia também levar um fim  
Da mesma situação

Ele chegou em Goianésia, começou a trabalhar  
Primeira coisa que fez foi lote querer tomar  
Depois prendia o dono e prometia matar.

O trecho do jornal, assim como os versos do cordel demonstram que o policial Manoel Aragão era muito violento e parecia estar certo quanto à sua impunidade, uma vez que no período em que tudo isso acontecia, o acesso à região de Goianésia era de difícil. A precária estrada era de terra. No período chuvoso ficava intransitável, momento em que a população ficava isolada. Soma-se ao quadro o descaso das autoridades competentes em relação ao que era denunciado por jornais, moradores e autoridades eclesiais com relação ao contexto de violência.

Antes da chacina acontecer, Pe. Paulo Joanil conta que Manoel Aragão foi retirado da região de Goianésia por conta de um pedido do Bispo, Dom Alano Maria Penã ao governador do Pará, o militar Alacid Nunes, por ocasião da chegada do papa João Paulo II à cidade de Belém. O bispo sugeriu que ele desse de presente ao Papa a retirada do policial da vila de Goianésia. A sugestão foi atendida,

pois segundo o Pe. Joanil, o governador já estava muito desmoralizado. Então deu ordens para o afastamento do policial da localidade e de suas funções<sup>[3]</sup>. Para o pároco, esse fato suscitou o ódio do mesmo contra a população, e então, algum tempo depois ele praticou a chacina como uma espécie de revanche, pois a família vitimada não estava ligada às questões agrárias.



Registro da primeira romaria, 1980, quando levaram a cruz para o local onde os corpos menininhas foram queimados.

Fonte: arquivo da Paróquia de Jacundá/PA.

---

<sup>[3]</sup> Um relato idêntico a este está no jornal O Estado do Pará, de 8 de julho de 1980.

Vicente de Pádua Justo, seu cunhado François e suas filhas, Elizabeth (4 anos) e Elineuza (1 ano e 4 meses) foram assassinados em setembro de 1980, na comunidade de Goianésia. A esposa, dona Delcimar ficou muito ferida, mas resistiu. Mais tarde reconheceu o assassino. O Pe. Joanil conta que após a chacina, a população foi tomada pelo medo, e encontrou na religião um conforto para as suas aflições.

Em dezembro do mesmo ano foi realizada pela população de Goianésia, com a presença de pessoas de Marabá, Jacundá e outros municípios, uma pequena romaria com aproximadamente 300 participantes. O objetivo era rezar e protestar contra a chacina no local onde a mesma aconteceu, explica um relatório da Paróquia de Jacundá de 1980.

Embora houvesse a visitação ao local da morte das meninas todos os anos, somente em 1983 nasceu a ideia da romaria em uma reunião de lideranças ocorrida no povoado de Morada Nova, no KM 12, da PA 70 (hoje BR 222). Segundo os padres Humberto Rialland e Paulo Joanil, a ideia era celebrar o Ano Santo ou Jubileu da Morte de Cristo<sup>[4]</sup>. O Papa, segundo uma tradição milenar determinou que deveria acontecer romarias em todo o mundo. Assim, acertaram que fariam a romaria em cumprimento a determinação papal, bem como protesto e enfrentamento da violência na região. Batizaram-na de ROMARIA DA LIBERTAÇÃO. E, daí em diante, passou a ocorrer todos os anos no dia 17 de setembro, data da passagem da Chacina de Goianésia. A morte das “meninhas”.

---

<sup>[4]</sup> Jubileu: indulgência plenária concedida pelo Papa em várias solenidades; o quinquagésimo aniversário de casamento, de uma função, etc. — No caso estava completando 39 jubileus da morte de Cristo, precisava uma celebração mundial para lembrar a todos. Mini Aurélio Escolar, p. 409.

## • **A fé contra a violência – Romaria da Libertação**

No Brasil e em várias outras partes da América Latina, variadas manifestações e expressões de devoção e de protesto popular se mantiveram e crescem ao longo do tempo. São romarias, promessas, festas, missas, altares, santinhos, marchas, consagrações regionais e nacionais. São devoções que recorrem a novas formas de expressão, e conseguem atrair para seus santuários e/ou locais de devoção, um número expressivo de pessoas de diversos lugares e posições sociais. Segundo Cordeiro (2004) trata-se de um catolicismo tradicional popular trazido ao Brasil pelos portugueses pobres, durante o período colonial.

Nesse tipo de catolicismo, o milagre é a peça principal, traduzido no culto a imagens de santos, religiosos, e mártires, entre outras possibilidades, que são referendadas por realizar feitos prodigiosos. Ou ainda, na peregrinação a lugares considerados sagrados. Lugares ‘sagrados’ e ‘santos’ nem sempre conhecidos ou reconhecidos pelo Vaticano e/ou pelas dioceses, muito embora reúnam em torno de si milhares de pessoas. (Cordeiro, 2004)

Pelo que ficou posto acima, a Romaria da Libertação, surgiu do medo da população pelas violências no confronto da luta pela terra que vinham sofrendo, e de um apelo do Papa pela comemoração do jubileu ou ano santo. Precisavam enfrentar o medo e cumprir a solicitação papal. Juntaram as duas coisas em um só evento. Durante a caminhada podiam levar cartazes e faixas de denúncias, sem sofrer retaliações por parte do latifúndio e/ou do Estado (VIEIRA, 2015). Os romeiros, em sua maioria são pessoas pobres, muito humildes, passando em geral por problemas ligados à saúde ou desemprego. Entretanto, muitos fazendeiros e comerciantes locais caminham jun-



tos e colaboram com doações para a caminhada. Uma contradição, a considerar o papel que cumprem no fomento à violência no campo.

O culto acontece no local onde as ‘meninhas’ foram assassinadas pelo militar Aragão, e que para a população é sagrado. O sangue das vítimas derramado no lugar, não apenas sacraliza a terra, mas se torna símbolo de força para lutar contra os males que os entristecem, pois acreditam que as crianças, Elineuza e Elizabete, podem realizar milagres, são crianças santas, conforme o seu imaginário.

## • **As mudanças na Caminhada**

No ano de 1983 a romaria foi organizada pelos padres Paulo Joaíl, Humberto Riolland e lideranças da PA-70, saindo de Morada Nova, no município de Marabá. De 1984 a 1992 foi organizada pela paróquia de Jacundá, tendo os padres no comando. Porém, a partir de 1993, passou a ser organizada por uma coordenação formada por lideranças das comunidades de base e de grupos ligados à Igreja, como GAE (Grupo de Apoio aos Excluídos) GRUJOARTE (Grupo de Jovens e Artes Teatrais)<sup>[5]</sup>, Catequese de Batismo e outros. A Romaria saía da cidade de Jacundá no dia 14 de setembro. São 78 km até Goianésia. Três dias de caminhada. Em Goianésia do Pará, se reuniam com os romeiros de lá para a grande “Festa de Graças”. No último dia da romaria, 17 de setembro, caminham mais 08 km até o local onde as ‘santinhas’ foram mortas e onde foi construído um memorial em homenagem às crianças assassinadas. Lá, os romeiros

---

<sup>[5]</sup> O grupo GAE e GRUJOARTE já não existem há muito tempo de acordo com os novos organizadores, as pessoas que os lideravam antes se mudaram para outros lugares e os grupos foram se desfazendo.

cumprem seus votos e é celebrada uma missa, geralmente, pelo bispo de Marabá. (VIEIRA, 2015).

Quando a romaria começou, havia por todo o percurso, muitas Comunidades Eclesiais de Base, (CEBs), o que facilitava, até certo ponto, a caminhada pelo apoio que era dado aos romeiros. Conforme padre Humberto Riolland em 1998 eram mais de 130 CEBs. O número de posseiros era expressivo ao longo da estrada. Com o passar do tempo as CEBs foram rareando. Por conta da violência, muitos venderam suas posses ou as perderam para a grilagem. Os fazendeiros foram incorporando as terras. Muitos eram evangélicos. Diminuiu-se o apoio aos romeiros.



Registro da Romaria da Libertação em Goianésia/PA.

Fonte: arquivo da autora, 2015.

As lideranças que organizavam a romaria faziam um trabalho de conscientização junto às comunidades a partir das reuniões que antecediam a peregrinação, atuando no sentido de levar à população a ideia de uma nova forma de inserção e de interação dentro da sociedade, através de uma evangelização voltada para a realidade social, isto é, desta forma o evangelho era interpretado à luz da realidade vivida por todos, sob a inspiração da Teologia da Libertação.

Atualmente, a romaria é organizada em Goianésia. Conforme o Pe. Adriano Carminatti – da congregação, Pobres Servos da Divina Providência e pároco de Jacundá há três anos – não se organizam mais em Jacundá, por isso ele acredita que a romaria perdeu um pouco o sentido. Agora os romeiros que saem de Jacundá nem rezam mais, não tem bandeira de luta, nada<sup>[6]</sup>. Não existem mais comunidades de base na região. Atualmente prevalecem as Comunidades Eclesiais Missionárias (CEM), organizadas nas periferias urbanas<sup>[7]</sup>.

Em 11 fevereiro deste ano, conversei pelo telefone com Madalena Borges, antiga organizadora da peregrinação. Ela informa que as mudanças na dinâmica da romaria foram profundas. Os peregrinos ainda seguem as promessas, entretanto, quase não há orações durante a caminhada, e não se realizam as reflexões sobre os problemas que a sociedade pobre enfrenta. O mesmo desfecho ocorreu com as denúncias e os protestos. Assim como as reuniões que antecederiam a romaria para acertar o que seria feito durante a caminhada.

Maria da Conceição (Dadá) e seu esposo Adão Martins fazem parte do grupo de novos organizadores. O casal é responsável pelas inscrições dos romeiros e gerenciam o dinheiro e a aquisição dos insumos necessários: comida, água, gelo, combustível. Dadá relatou que o grupo dos cânticos deixou de existir, mas continuam com o grupo

---

[6] Entrevista concedida na casa paroquial de Jacundá, em 11 de fevereiro de 2021.

[7] As novas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil / 2019-2023 – DGAE – (Documento 109) apresentam uma necessidade pastoral chamada pelo documento de comunidade eclesial missionária. [...]

O documento reflete, nitidamente, um grande esforço para celebrar a comunhão eclesial. [...] E pela primeira vez as diretrizes enfrentam, de forma mais contundente, o desafio da realidade urbana. Ver mais em: CARIAS, Celso Pinto, “As CEBs e as “Comunidades Misionárias”. Disponível: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/595419-as-cebs-e-as-comunidades-missionarias> - Acesso: 20 de março de 2021.

das cozinheiras e seguranças, esse último atua somente até Goianésia, de lá em diante o outro grupo assume. Relatou ainda que recebem duas vacas para o alimento doadas pelos senhores Luis e Erisvaldo. É promessa. Em 2018 e 2019 a organização contou com a ajuda de quatro pessoas (voluntárias) do corpo de bombeiros de Marabá no percurso entre Goianésia e o memorial. Também auxiliaram dois técnicos (voluntários) da saúde de Jacundá que levam uma maleta de primeiros socorros preparada por Dadá.

Perguntada sobre o motivo em atuar na romaria e como vê a romaria, Dadá respondeu:

Eu vejo assim... Desse lado... A partir da hora que eu passo perto das pessoas naquele “terrô” de sol, eu penso em Jesus e penso que aquelas pessoas faça valer a pena. Eu estou fazendo um sacrifício para Deus conceder àquelas pessoas a graça. Espero que voltem para casa e tenham paz. O sofrimento vale a pena. (Entrevista em 11/02/2021).

Adão, esposo da Dadá, e também organizador, mediante a mesma pergunta, disse o seguinte:

Quando eu ia caminhando, eu ia rezando, refletindo. E hoje eu vejo muita gente que não leva a sério. Todo ano a gente tem que chamar a atenção... Acho que muita gente tá indo, mas é só aquele momento. Muitos não tem promessa. Mas, a maioria tem compromisso. (Entrevista em 11/02/2021).

Ambos divergem um pouco, porém o que os move é a fé. Não preparam a romaria por suas promessas, mas para propiciar o cum-

primento dos compromissos daqueles que tem promessas. Fazem o sacrifício, como disse Dadá, pelos outros numa ação de solidariedade.

Dadá e Adão organizam a romaria há quatro anos. Em 2020, no contexto da pandemia, não houve caminhada. Três missas cam-pais foram realizadas no dia 17 de setembro no memorial obedecendo a seguinte ordem: às 6 horas, as 9 horas e as 11 horas. Conforme o Pe. Adriano Carminatti, chamaram de romaria da pandemia. Esse ano, provavelmente, também não acontecerá.

## • **Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)**

A separação entre Estado e Igreja ocorreu após a Proclamação da República, quando ficou garantida a liberdade religiosa. Essa liberdade se amplia bastante a partir da década de 1930, com o projeto desenvolvimentista e nacionalista de Getúlio Vargas que incentivava a Igreja a valorizar a identidade cultural brasileira, resultando na expansão de sua base social para as classes médias e as camadas populares. (JUNIOR, 2002).

Em 1952, foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), idealizada por D. Helder Câmara, para coordenar as ações da Igreja. No final dos anos cinquenta a preocupação com as questões sociais fortaleceu movimentos como a Juventude Universitária Católica (JUC), que é o embrião da organização socialista, a Ação Popular (AP), movimento surgido em 1960.

Os anos de 1960 foram bastante conturbados para o país. A instauração do regime militar a partir de 1964 inaugurou uma fase de enormes conflitos entre a Igreja e o Estado que adquire um caráter extremo em 1968, com a implantação do Ato Institucional nº 5 (AI-

5). Uma representativa parcela de católicos se alia aos opositores de esquerda para lutar contra a repressão e os abusos do Estado ditatorial.

A partir da década de 1960, uma parcela da Igreja Católica passa a ser influenciada pela Teologia da Libertação, que Cordeiro (2004) aponta como sendo um movimento formado por religiosos e pessoas leigas que interpretam o evangelho a partir das questões sociais, atuando, principalmente por meio das CEBs.

As CEBs são ligadas principalmente à Igreja Católica. Surgiram a partir da década de 1960 no Brasil e por toda a América Latina, localizadas nas zonas rurais e nas periferias urbanas, incentivadas pela Teologia da Libertação. São comunidades reunidas num mesmo espaço territorial que compartilham das carências e misérias, compostas principalmente por pessoas das classes populares. Têm como objetivo fazer a leitura bíblica articulada com a realidade política e social em que vivem. Através do método ver-julgar-agir buscam olhar a realidade (ver), julgá-la com os olhos da fé (julgar) e encontrar caminhos de ação à luz da fé (agir). (Frei Betto, 1981; Lowy, 2000).

Organizam-se em torno das paróquias, capelas, centros sociais ou associações comunitárias por iniciativa de leigos, padres ou bispos. Conforme Frei Betto (1981) as CEBs permitem que a organização da igreja ocorra através de comunidades menores, onde os membros tecem laços comunitários entre si. Assim, as paróquias podem se tornar verdadeiras comunidades evangelizadoras. São comunidades militantes dentro, principalmente do catolicismo, mas que agregam outros cristãos que unem o compromisso de transformação social com a fé. (LENZ, 1992).

As comunidades foram idealizadas pelo cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, que curiosamente, era integrante da ala mais conservadora da Igreja Católica. (CORDEIRO, 2004).

Estão associadas aos movimentos de reivindicação social, veiculando o compromisso de lutar por justiça social participando ativamente da vida política do país, geralmente ligadas aos partidos de esquerda. (LÍBANIO, 1987).

Na década de 1980, inicia-se o que foi denominado formalmente como período de abertura política no Brasil, e a Igreja também entra em processo de reformulação. O Papa João Paulo II dá início ao processo de romanização da Igreja: O Vaticano controla todas as atividades e o currículo dos seminários diminuindo o poder das dioceses como a de São Paulo, à época sob o comando do cardeal arcebispo D. Paulo Evaristo Arns, afinado com a Teologia da Libertação. (CORDEIRO, 2004).



Cartaz representativo sobre a Teologia da Libertação, que a consagra a aliança com o povo.

Fonte: site Fique Firme, dedicado à Teologia.

Todavia, de acordo com Van Damme (2004), a eleição do Papa João XXIII, veio revolucionar o papado, a começar pela recusa deste em aceitar as honrarias destinadas a quem ocupasse o trono papal. João XXIII voltou sua atenção para a vida do povo. Convocou o Concílio Vaticano II, porém faleceu antes de concluí-lo. Entretanto, preparou os fundamentos para uma grande transformação na Igreja. Com ele, o processo de romanização foi freado, a Igreja inicia sua renovação, onde os pobres e leigos ganham espaço e participação.

Assim, os leigos passam a ter maior influência na Igreja, introduzindo nesta sua prática de partilha e redescobrimo o princípio fundamental do cristianismo. Daí em diante as reflexões bíblicas partem de uma visão crítica sobre a organização do mundo e vão descobrindo que a Bíblia fala de coisas das quais o mundo está muito carente: amor, perdão, libertação, justiça, igualdade, e assim por diante.

A partir dos anos 1990, as CEBs entram em franco declínio. No entanto, continuam em atividade milhares de núcleos espalhados por todo o Brasil influenciando muita gente com seu jeito de viver a fé. Segundo pesquisa feita em 2000, pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) do Rio de Janeiro, existiam ainda nesse período, cerca de setenta mil núcleos de CEBs no país. Vinte anos depois, esse número pode ter diminuído expressivamente. Entretanto, vale lembrar que essas comunidades eram/são espaços de militância e resistência democrática.



## • **A Romaria da Libertação no contexto da Campanha da Fraternidade**

A Campanha da Fraternidade (CF) foi idealizada e criada em 1961 por três padres que eram responsáveis pela Cáritas Brasileira. Eles pensaram em uma campanha para arrecadar fundos que pudessem viabilizar melhor suas atividades assistenciais e de promoção da instituição, com o intuito de torná-la financeiramente autônoma.

A Campanha da Fraternidade, como chamaram a atividade de arrecadação de fundos, foi realizada pela primeira vez na Quaresma de 1962, em Natal (RN), e contou com a adesão de três outras dioceses e apoio financeiro de bispos norte-americanos. Em 1963, dezesseis dioceses do Nordeste realizaram a campanha que não teve êxito financeiro, mas se tornou o embrião de um projeto anual dos Organismos Nacionais da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e das Igrejas Particulares no Brasil. Esse projeto que a princípio se restringiu ao Rio Grande do Norte, foi lançado em nível nacional no dia 26 de dezembro de 1963, e realizado pela primeira vez, nacionalmente, durante a Quaresma de 1964.

A partir de então, a CF passou a ser uma atividade de ampla evangelização praticada por um certo período de tempo, a Quaresma, e elencou alguns objetivos que permanecem até hoje, tais como: despertar no povo de Deus um espírito comunitário e cristão; educar para a fraternidade e incentivar a consciência de responsabilidade de todos no processo de evangelização. (TEXTO-BASE, CF, 2003).

Com vistas a alcançar tais objetivos, a campanha elege os temas a serem trabalhados, voltados para aspectos da vida da Igreja e da sociedade, desafios sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos entre outros. Ao longo de todos esses anos, a iniciativa passou por

muitas fases. Inicialmente buscou a renovação interna da Igreja, assim como a dos cristãos, primeira fase; depois, na segunda etapa, passou a se preocupar com a realidade social do povo; e num terceiro momento, se volta para as situações sociais do povo brasileiro. Os temas a serem refletidos foram escolhidos, conforme cada fase e de acordo com o momento vivenciado pelo país, pela sociedade e pela Igreja.

Nesta relação entre parcela da Igreja Católica e a sociedade, a Romaria da Libertação nasce com o propósito de lutar contra os desmandos, as violências, as injustiças e as impunidades que imperavam (imperava) na região, mas a partir de 1984, e passa a orientar seu discurso concatenado com o tema trabalhado pela CF, que naquele ano era: “Fraternidade e Vida” e trazia como lema, “Para que todos tenham vida”. (TEXTO-BASE, CF, 1997).

Essa mudança de orientação ampliou a ideia da luta por libertação, mas não somente na região, onde mais houvesse necessidade. O intento era discutir questões sociopolíticas e econômicas, porém sem abandonar a visão mítica do culto ao santo e/ou mártir. Era pensar os problemas sociais associados a uma visão bíblica, pois assim, esses problemas passam a ter uma relação com o sagrado conjugando a Bíblia com os problemas enfrentados pelas comunidades, (PEIXOTO, 1990).

Assim, a caminhada até o memorial das “santinhas”<sup>[8]</sup> era realizada com dois objetivos bem distintos: o primeiro deles, de ordem sagrada, é o pagamento das promessas feitas pelos devotos e que, segundo o romeiro Bardini – um dos antigos organizadores – é o

---

<sup>[8]</sup> As “santinhas”, são as crianças Elíneza e Elizabeth, assassinadas pelo policial Manoel Dias Aragão em 17 de setembro de 1980. No local onde ocorreu o crime foi erguido um memorial e uma pequena capela. É para lá que acorre todos os anos os romeiros e romeiras afim de cumprirem suas promessas e assistirem a missa em memória das Crianças, que os romeiros chamam carinhosamente de “santinhas”.

mais importante, pois constitui a força da romaria. O segundo está voltado para a ação da Igreja, no sentido de levar ao conhecimento da população, os problemas que a sociedade atravessa, através de um discurso político-religioso.

A nova fé baseada na Teologia da Libertação passa a orientar os grupos e movimentos vinculados à Igreja Católica. LENZ (1988), uma corrente teológica católica, nascida na década de 1960, nas periferias dos centros urbanos, orientada sob a ótica do Concílio Vaticano II, tendo como alguns de seus fundadores, Leonardo Boff e Frei Betto, objetivando a renovação interna da Igreja e sua prática religiosa (TEXTO-BASE, CF, 1998). Dessa maneira, a Igreja passou a atuar combatendo situações que geram injustiças sociais.

As organizações pastorais militantes são os veículos de propagação de uma nova consciência dos interesses religiosos do povo. Dentre essas organizações constam as CEBs, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral Operária (PO), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Movimento de Educação de Base (MEB), entre outras. Cumpre sublinhar que todos esses grupos nasceram após a década de 1960 e tornaram-se uma forte e poderosa presença social e política da Igreja Católica, com uma atuação marcada pela proximidade com as camadas populares da sociedade.

Tais articulações organizacionais caracterizaram a Romaria da Libertação também como evento político, haja vista, que no contexto da mesma é feita uma releitura dos conceitos religiosos, onde a Bíblia é vista sob a ótica da libertação, de busca de transformação da sociedade e de Justiça.

### • **As romarias nasceram assim...**

As primeiras romarias surgiram na cidade de Roma, daí o nome, romaria e tinham o caráter de penitenciar pecados como o adultério, a idolatria e o homicídio, (ZORZI, 1990). Era uma penitência dada a quem cometesse um desses pecados acima mencionados. A caminhada podia ser da cidade natal do pecador até Roma ou até Santiago de Compostela. Era uma penitência que levava anos para ser cumprida, conforme fosse a distância entre as cidades. Outras vezes nem chegava mesmo a se concretizar, porque o penitente desviava-se do caminho ou caía em mãos de salteadores, muitas vezes, acabando por ser morto.

Essa visão da romaria como penitência, de certa forma ainda permanece até os dias atuais, uma vez que muitos romeiros acreditam que a caminhada é uma forma para libertar-se dos pecados, ou seja, “é preciso caminhar e fazer sacrifícios para Deus perdoar”. (Dona Francisca, romeira).

Por todo nosso país temos diversos santuários como o de Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo; Nossa Senhora da Penha, no Espírito Santo; Nossa Senhora de Nazaré, em Belém; Bom Jesus da Lapa, na Bahia, entre muitos outros, talvez de menor importância, numa relação de comparação, mas é claro que de grande importân-

cia para seus romeiros. As romarias para esses locais têm o caráter de cultuar Santos e/ou lugares considerados sagrados no imaginário popular. A Romaria da Libertação possui também esse caráter, pois o local onde os corpos das “meninhas” foram carbonizados é considerado sagrado, segundo esse imaginário, “porque ali correu sangue inocente, que purificou o lugar”. (Dona Francisca, romeira).

Todavia, quando durante a caminhada e na hora da missa, ao final da peregrinação, assume o discurso de conscientização e de superação da alienação político/religiosa, a Romaria da Libertação torna-se semelhante à Romaria da Terra, incorporando em si mesma uma função educativa, onde a Igreja viva tem a função de lutar pelos direitos humanos e pela sua integral promoção, estando lado a lado com esse povo incentivando para que se tornem protagonistas de sua libertação de todas as formas de opressão. (ZORZI, 1990).

A Romaria da Libertação então, além de viabilizar a penitência e o pagamento das promessas, assumia, a princípio, a responsabilidade de conscientizar e de fazer denúncias contra as violências, desigualdades, expropriações, enfim tudo que exclui o homem do direito à cidadania. Agora, entretanto, essa parte se perdeu. Seja porque, o quadro social, político e econômico do país experimentou abissais modificações, ou mesmo a orientação religiosa dentro da Igreja Católica. O fato é que agora a Romaria da Libertação segue outro rumo.

Quando participei da romaria em 1997 e 1999, observei que durante a caminhada, além de rezar, cantar, os romeiros e romeiras iam espalhando por entre os “companheiros e companheiras” (modo de tratamento entre eles), novas ideias, diferentes formas de interagir na vida, de lutar, e é claro, fazendo novas descobertas também. É o encontro de novas ideias e vivências, descobertas nas ocasiões de discussão dos temas que junto com a fé impulsionam a romaria (SILVA, 2008).

Muitas eram as brincadeiras que ajudavam a percorrer o longo caminho. Os romeiros e romeiras se divertiam muito com vários fatos engraçados que iam acontecendo pelo caminho, e porque é uma forma de distrair o cansaço. Tudo isso era registrado pelo romeiro e cordelista Ives Borges, em seu caderninho de cordel. Ninguém escapava dos seus olhos atentos e do registro no “fatídico” caderninho em engraçados relatos de cordel, como o que se segue:

Vou comessar pela Talita  
Vejam o que foi acontecer  
Ela montou em outra romeira  
Vir instante a coisa feder  
Mas ela se controlou  
E nada pode acontecer

Volta e meia muita gente  
Saia em disparada  
Sumia detrás da moita  
E lá ficava agachada  
Só não digo o que fazia  
Prá não servir de piada.  
(*Ives, Cordel, 1996*).

Nesse evento, atuam de um lado a ordem, o respeito, e de outro a informalidade, a festividade, as brincadeiras e a camaradagem, dentro de um espírito comunitário que é vivenciado por todos os participantes. Uma coisa não anula a outra, sagrado e profano operam no mesmo espaço simultaneamente. (ALVES (1980).

Ao lado dessa informalidade, momentos de grande solidariedade e carinho, é quando se percebe uma vivência deveras comprometida com o que chamam de fé: a cada parada para refeições ou para dormir – ou pernoitar como dizem porque quase sempre não se dorme, haja vista, o grande cansaço e o barulho no acampamento – então é hora de uns cuidarem dos outros passando remédios nas pernas e pés cansados ou cheios de bolhas pelo atrito com o calçado ou por conta do escaldante asfalto, onde muitos andam descalços pagando promessas. Uma tentativa de amenizar os sofrimentos. A maioria já conhece a caminhada das muitas idas, então levam suas pomadas e “bálsamos” (remédios que muitas vezes são preparados artesanalmente por eles mesmos) e acabam por ajudar “os marinheiros de primeira viagem”, como eu.

Em geral, dormir no acampamento não é tarefa fácil. Muitos passam a noite quase inteira conversando, como se estivessem em vigília, sem falar nas redes que despencam dos galhos junto com seus ocupantes, e aí junto com o socorro, faz-se uma enorme algazarra acordando até quem tem o sono mais profundo, por conta do ambiente tomado por risadas. Aliás, eles fazem graça de tudo: durante a caminhada, um chapéu que voa, uma sandália que escapole do pé após um pisão de alguém. Tudo é motivo para momentos de muitas gargalhadas. E assim vão seguindo até que alguém gritava: “olha a reza aí gente”, e o terço recomeçava com muita devoção.

## • **As promessas**

As promessas, como afirma o romeiro Bardini são a força da romaria. Em geral, são as mais variadas e formuladas em circunstân-

cias heterogêneas. Em algumas ocasiões motivadas por problemas de saúde, noutras financeiros e/ou outras situações frequentes e comuns no cotidiano de nosso país, junto às camadas de baixa renda, o caso da grande maioria de “nossos” romeiros e romeiras.



Romeiros após o pagamento de promessas e a sala dos milagres, Jacundá/PA, 2015.  
Fonte: arquivo da autora.

Entretanto, há entre os peregrinos, muitas pessoas com poder econômico mais elevado, que acompanham a romaria com o intuito de pagar promessas feitas em ocasiões em que passavam por dificuldade. Geralmente problemas de saúde, como é o caso de um romeiro, que preferiu ficar anônimo, dono de uma serraria, que participou da caminhada no percurso de Goianésia até o memorial, para agradecer às “Santinhas” pela cura do filho que sofria de asma.

No contexto simbólico do imaginário popular, as promessas são dívidas contraídas com os santos pelos devotos, sendo algo muito particular, pessoal e sério. Contudo, para se pagar uma promessa, nessa modalidade de evento, o coletivo é imprescindível, pois o devoto sozinho não cumpre os votos, haja vista, ser necessário a presença de outras pessoas para que a romaria se concretize.



Na realidade, o que eles chamam de votos, Cordeiro (2004) diz ser na verdade ex-votos, isto é, um voto alcançado, uma graça recebida. São partes do corpo que estavam doentes e ficaram curadas através da graça. Essas partes são esculpidas em parafina, madeira ou até mesmo gesso e levadas para os santuários no momento de cumprir a promessa, ou seja, de pagar a dívida contraída com o santo.

Todavia, aos santos não se promete só partes do corpo esculpidas, promete-se também sacrifícios, às vezes bem difíceis de cumprir, e nem sempre é o promesseiro que cumpre, mas a pessoa para quem foi pedida a graça. Durante a caminhada, em 1999, observei pelo caminho crianças e adultos com a roupa característica de São Francisco de Assis, mulheres com vestidos de noiva e outros ainda vestidos com mortalhas – traje dedicado aos mortos. Havia aindaromeiros e romeiras que carregavam pedras, tijolos ou telhas na cabeça, e outros que prometiam fazer toda a caminhada com os pés descalços.

Além dessas representações, o santuário das “Santinhas” recebe outras, como brinquedos, roupinhas, enfeites para os cabelos, flores e velas. Muitas velas são queimadas, formando uma imensa fogueira, bonita de se ver, mas que ao mesmo tempo denota um certo receio. As crianças, Elineuza e Elizabeth, foram assassinadas e depois os assassinos atearam fogo em seus pequenos corpos. A queima de velas é uma homenagem que os romeiros fazem a elas, mas aí as velas simbolizam, conforme o padre Joanil, “a luz de Cristo” e, também fazem parte do cumprimento de muitos votos.

## • **O Memorial**

O Memorial, é uma pequena capela tendo ao lado uma outra construção onde os romeiros e romeiras depositam seus ex-votos, por trás de um enorme muro, erguido pelas comunidades de Goianésia e Jacundá, para homenagear as “Santinhas”. No muro tem a seguinte inscrição: “Elineuza e Elizabeth, o povo de Goianésia e Jacundá, jamais esquecerão”.

A chegada dos romeiros ao memorial se dá na manhã do dia 17 de setembro, e quando se chega é como se todo cansaço desaparecesse, todos acorrem para “saldar suas dívidas”. Uns acendem velas, não posso afirmar categoricamente, mas acho que todos acendem velas, tal é o tamanho da fogueira. Outros correm para a sala dos milagres, deixam lá seus ex-votos e voltam para assistirem a missa e o sermão do padre, que em geral discorre sobre o tema que foi veiculado pela CF.

Após o cumprimento das promessas, durante a missa, vários romeiros e romeiras dão depoimentos atestando as graças alcançadas. Dá para notar no rosto de cada um e de cada uma a alegria e a sensação de alívio pelo “dever” cumprido. Um outro fato curioso acontece também na hora da missa, no momento do ofertório são oferecidas as dores da caminhada, os chapéus que livrou do tórrido sol, as sandálias que protegeram os pés, a água que “matou” a sede, e por aí vai, dentro de uma simbologia onde tudo vira oferta e é gratidão ao mesmo tempo.

Paralelo ao pagamento das promessas e à missa, ocorre um “pequeno” comércio, que segundo relatos, era a princípio apenas para vender relíquias da romaria, camisetas, fitinhas, entre outros badula-

ques. Em seguida iniciou o comércio de água, água de coco, e agora, além do que já foi mencionado, vende-se de tudo: comida, (salgados e doces), refrigerantes, enfim tudo que os romeiros e romeiras necessitam para saciar a fome e a sede, e, também o que eles puderem levar de lembrança para casa. O que antes era vendido em três ou quatro barracas, agora é feito pelo menos por umas quinze, com uma grande diversidade de produtos. É a dinâmica do capital a se sobrepor no universo da fé.

Ao término da missa é hora de voltar para casa, dessa feita de ônibus ou de Van. Antes muitos ônibus eram oferecidos de graça ou por um valor bem abaixo do custo, porque geralmente faziam parte de uma promessa. Porém, conforme informa a dona Dadá, isso já não existe. Hoje cada romeiro e romeira leva o dinheiro para custear a volta. E volta sabendo que deve retomar sua rotina de luta, porém mais fortificado pela fé.

## • Fontes

Arquivos da Paróquia de Jacundá, História de Cordel, 1980.

Caderno de Cordel, Ives Borges, 1996.

Jornal O Estado do Pará, de 8 de julho de 1980.

Jornal A Província do Pará, 08 de junho de 1980.

Jornal O Liberal, 01 de outubro de 1980.

Novo dicionário /Escolar da Língua Portuguesa. 1999.

Relatório da CPT, Comissão Pastoral da Terra, Marabá, 1980.

Relatório da Romaria da Libertação, PA-150 (12 à 17/09/1983).

Relatório. AMAT. Belém, 1996.

Sul e Sudeste do Pará Hoje. Obra editada pela Associação dos Municípios do Araguaia e Texto-Base, CF 1997.

\_\_\_\_\_, CF 1998.

\_\_\_\_\_, CF 2003

## • **Entrevistas utilizadas**

Pe. Adriano Carminatti, paróquia de Jacundá, 2021.

Pe. Paulo Joanil entrevistado na casa paroquial de Ipixuna do Pará, 2006.

Pe. Humberto Rialland, paróquia de Jacundá, 1999.

Adão Martins de Souza, organizador da romaria em Jacundá, 2021.

Antonio Bardini, romeiro de Jacundá, 1999.

Francisca Pereira. Romeira da cidade de Jacundá, 1999.

Madalena Assis Borges (Madá), romeira de Jacundá, 2021.

Maria da Conceição Nascimento Souza (Dadá), organizadora da romaria em Jacundá, 2021.

## • Referências

ALVES, Isidoro Maria da Silva. O Carnaval Devoto: Um estudo sobre a festa de Nazaré, em Belém. Vozes: Petrópolis, RJ, 1980.

BOFF, Leonardo. Ethos Mundial: um consenso mínimo entre os humanos. Letraviva: Brasília, DF, 2000.

CARIAS, Celso Pinto, As CEBs e as Comunidades Missionárias. Disponível: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/595419-as-cebs-e-as-comunidades-missionarias> - Acesso: 20/03/2021.

CORDEIRO Antonio Clerton. O Catolicismo Popular no Brasil. Disponível: <https://www.coladaweb.com/religiao/o-catolicismo-popular-no-brasil> - Acesso 12/02/2021.

FREI BETTO. O que é Comunidade Eclesial de Base. 2ª edição. Editora Brasiliense: São Paulo, SP, 1981.

JUNIOR, José Alves. As Ordens Religiosas na Amazônia: o conflito pelo controle do trabalho indígena. In: Contando a História do Pará V. I: da conquista à Sociedade da Borracha (sec. XVI – XIX)/Mauro Viana... ( et al.). coord. Edilza Joana Oliveira Fontes. — E. Motion: Belém, PA, 2003.

LENZ, Matias Martinho. Festas Religiosas, CEBs e Mudanças. In: Catolicismo: Unidade Religiosa e Pluralismo Cultural. (Col. Catolicismo no Brasil Atual — grupo de Estudos do Catolicismo do ISER). Org. Pierre Sanches. Loyola: São Paulo, SP, 1988.

LÍBANIO, João Batista. Teologia da Libertação: Roteiro didático para um estudo. Edições Loyola: São Paulo, SP, 1987.

LOWY, Michel. A guerra dos deuses: Religião e política na América Latina. Tradução: Vera Lúcia Mello Joscelyne. Vozes: Petrópolis, RJ, 2000.

MARÍN, Rosa Elizabeth Acevedo. “Os Conflitos e os Grandes Projetos na Amazônia Contemporânea. In: Contando a História do Pará V. II.(sec. XX)/Maria de Nazaré dos Santos Sagres. (et al.). coord. Edilza Joana Oliveira Fontes. — E. Motion: Belém, PA, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. Hucitec: São Paulo, SP, 2004.

PEIXOTO, Rodrigo Correia Diniz. *Igrejas e Camponeses na fronteira do Araguaia-Tocantins*. Dissertação de Mestrado/NAEA: Belém, PA, 1990.

VAN DAMME, João Maria. “Catolicismo Popular”. 2004.

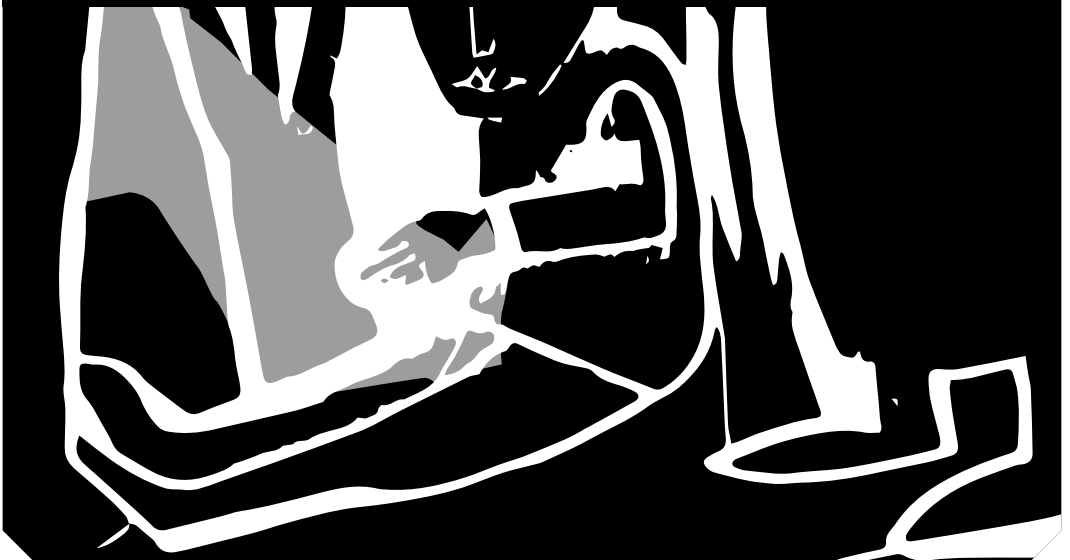
ZORZI, Lúcio. *Catecumenato Crismal: Gente em busca de algo mais*. Paulinas: São Paulo, SP, 1990.

Comissão Pastoral da Terra (CPT). *O nascimento da CPT*. Disponível: <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico> (Acesso: 05/11/2020).





# ENTREVISTAS





## O CAMPO DESSE CAMPO Para Frei Henri

Um dia quando não existiam latifúndios  
Eram florestas de castanhais  
Então o que deves?  
Vejo os governantes disso por aí  
Fogosos e hirtos rumando para a dissipação  
Estão informulosados  
Imunes?  
Reclamo, não permanecerão...

Difícil é compor isso  
Atravessar o tempo com os corpos em jejum  
Aprender a sepultar com a mesma fronteira  
Ignorar, teses secretas a podridão do assunto  
Permiti com – o aço da beleza – flores  
Nesse campo exausto, exausto?

Xingo a morte e o drama aberto  
Intermino pela palavra esse acontecimento.

Minha vida posicionada  
Aceita o sol  
Vai com o corpo cheio de obrigatoriedade  
Podeis vê nisso felicidade?

É verdade!

Venho do campo com os meus mutilados universais  
Em pasmo explico a tensão  
Efusão que me dá tempo de dizer: viveremos!  
Neles me calam justificativas para faltar  
O arroz e a novidade, eu canto  
Todos estão inertes, infantes?

Densos e súbitos planejam hectares  
É o dever já amanhecido  
Que quer meu coração  
Essa conclusão que realiza e consome  
Qual é o pronome?

Trago da noite que perturba o gesto unido  
Espantosa multidão da lavoura!

Charles Trocate,  
Do livro Ato Primavera  
Editora Expressão  
Popular, SP, 2007

## | PE. PAULINHO: A LUTA PELA TERRA NA AMAZÔNIA, ENTRE GRILAGENS, ASSASSINATOS E INJUSTIÇAS

- **Entrevista com Paulo Joanil Silva, coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Pará.**

Gabriela Gomes, Euro Mascarenhas Filho e Jessica Santos<sup>[1]</sup>



Paulo Joanil, o popular padre Paulinho, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) desde os anos de 1980. Um observador privilegiado sobre as agruras dos posseiros no sudeste do Pará.

Foto: Rosa Rocha.

---

<sup>[1]</sup> São jornalistas populares e negros ligados ao Núcleo Piratininga de Comunicação Popular (NPC), instituição com sede no estado do Rio de Janeiro. O NPC pejeja no campo da comunicação popular há quase 30 anos. A entrevista foi concedida no dia 03 de junho de 2021, no Programa Quintas Resistentes, transmitido via redes sociais.

Ao longo dos anos, desde o século passado, quando do projeto da integração física e subordinada da Amazônia ao país, bem como aos circuitos da economia mundial, a Amazônia tem se consagrado como a região onde mais se mata camponeses, dirigentes sindicais e apoiadores da luta pela Reforma Agrária, defensores de direitos humanos e do meio ambiente do país. Nesta conjuntura, o estado do Pará, em particular as regiões sudeste e sul, notabilizaram-se mundialmente sob o signo da violência quando o assunto é a luta pela terra. Os anos de 1980 são considerados os mais trágicos nesta utopia de uma terra sem males e cercas. O ambiente era marcado pela busca por uma terra para quem nela vive e trabalha, a defesa de uma terra de trabalho, em oposição à terra negócio. Paulo Joanil da Silva, com 41 anos de Missionário e sacerdócio dedicados aos pobres do estado do Pará, é testemunha ocular de boa parte desta história. Paulinho, como é conhecido popularmente, é natural do sul de Minas Gerais. Filho de uma família camponesa, orientada pela indignação de um pai inconformado pela concentração da terra, tem como referência de luta os fundadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga, (ex) bispo no Araguaia, do Mato Grosso, ambos já falecidos. Os estudos filosóficos e teológicos foram realizados no estado de São Paulo. Ao ouvir os religiosos falarem sobre a Amazônia, tomou interesse pela questão. Mesmo antes de encerrar a jornada no seminário fez uma viagem ao melhor estilo mochileiro para conhecer o sul do Pará, e lá sentou praça, a conviver com toda ordem de violência em uma região explosiva, marcada pela forte militarização, por conta da Doutrina de Segurança Nacional e a atmosfera da Guerrilha do Araguaia. No Pará trabalhou em equipe com a missionária Irmã Dorothy Stang, quando a mesma militava na região de Marabá. Nesta prosa de quase duas horas, no dia dedicado

a *Corpus Christi*, o padre Paulinho, Oblato de Maria Imaculada, atual coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Pará, instituição ligada à Igreja Católica, alinhada na defesa da Reforma Agrária, conta da sua jornada para chegar ao Pará, das pejejas junto aos pobres migrantes em busca de uma terra sem males. Paulo, como muitos brasileiros, é um combatente em defesa da vida. Como muitos, carrega o Silva no sobrenome.

**Quintas Resistentes** – a gente agradece a sua gentileza em participar da nossa prosa, e pediria que o senhor falasse um pouco sobre a sua trajetória.

**Padre Paulinho** – Antes de me apresentar, boa noite a todas e todos que participam deste programa. Agradeço pelo tema que vocês escolheram. Fico muito emocionado pelo título do programa “Quintas Resistentes”. Nós somos o Povo da Resistência. A luta pela terra no Brasil é uma luta de mais de 500 anos de resistência indígena, do povo negro escravizado, e continuam as resistências nas comunidades quilombolas, nas aldeias dos povos indígenas, nas comunidades tradicionais, os sem terras. Enfim, toda essa população que dá forma à minoria esmagada pelo sistema colonial. Sistema que atualmente ganha esses rostos macabros. Porém, é a mesma vertente do colonialismo, onde nós chamamos hoje de latifúndio ou agronegócio. Melhor dizendo, “agromorte”. Essa resistência sempre esteve presente nas lutas populares. Eu queria parabenizar esse programa que faz parte de um legado de resistência popular, da comunicação popular. A comunicação que vem canalizar o clamor dos oprimidos e o grito por liberdade, justiça e dignidade humana. Então, parabéns para vocês, e renovo esse meu agradecimento.

Vamos à trajetória. Trabalho na Comissão Pastoral da Terra (CPT), aqui no estado do Pará. Contudo, minha ligação à terra vem de uma história da minha própria família. Sou natural do sul de Minas Gerais. Meu pai João Cândido da Silva por toda vida trabalhou como escravo nas fazendas de café ou de gado para criar cinco filhos. Ele morreu idoso, sempre sonhando com um pedaço de terra que fosse sua. Esse sonho dele agora é no Reino de Deus, de ter um pedaço de terra para ser livre. Ele nunca abaixou a cabeça ou se acomodou em ser empregado de patrões fazendeiros do sul de Minas. Ele já dizia que o bolso do patrão não tem fundo, só quer o lucro à custa do suor dos trabalhadores.

A gente era muito pequeno. O pai era um analfabeto de letras, contudo, politicamente, muito consciente. Os valores por ele repassados carrego comigo, e sempre carregarei na memória histórica das minhas origens. O pai era um revoltoso. Um dia falando com os meus irmãos, num encontro, há muitos anos, analisei que, se na época em que meu pai trabalhava como escravo, como tantos outros companheiros, existisse um MST, ele seria uma grande liderança do movimento. Pelo que nós conhecemos das místicas da resistência do MST, ele seria uma liderança por conta do inconformismo que carregava diante das situações de injustiça, como a brutalidade dos patrões que só ver no trabalhador rural o suor para arrancar o sangue, enquanto tiver energia, e depois, como lixo, é jogado no mundo, na lixeira, descartado. Foi por esse motivo que minha mãe Rita Cândida da Silva não viveu muito. Ela faleceu aos 42 anos, muito jovem. Nós éramos pequenos. Cinco filhos homens e meu pai, que nunca teve uma oportunidade de levar ela para um centro maior para um tratamento digno para tratar o problema cardíaco. A gente carrega essa marca de indignação que fica da classe trabalhadora no campo e também na cidade.

Rapidamente, eu, desde a infância, enquanto a minha mãe era viva, eu tinha um desejo de decifrar o porquê de ser missionário, ser padre a serviço do Reino de Deus. Com o processo muito lento, participando muito pouco da vida de Igreja lá no sul de Minas, haja vista que o padre que tinha na cidade raramente ia à zona rural, e quando ele ia, era na casa do fazendeiro rezar missa. A gente ficava de longe espionando aquilo sem entender muito bem. A Igreja estava identificada com a casa grande, com os patrões, mas aquele desejo foi alimentado. Conheci um padre missionário da minha Congregação, que nos visitava nas escolinhas rurais ou na cidade, com muita frequência, falando o que era um missionário. Então, esse desejo reacendeu fortemente de ser Oblato de Maria Imaculada. Tinha um seminário menor na cidade vizinha chamada Poças de Caldas, e ele queria encher o seminário, então, joga-se a malhadeira para rebanhar a meninada para ir para o seminário. Então, era muita fantasia, porém, não vou aprofundar nesse assunto. Nesse processo, minha mãe veio a falecer, e eu desisti completamente desse negócio de sair de casa e acabei assumindo as tarefas de fazer comida e levar para roça, o pai e os irmãos mais velhos trabalhavam, e de ir pra escola também. Meu pai insistia muito que nós estudássemos, era permanentemente a insistência dele, “quero que vocês estudem para não morrer escravo num cabo de uma enxada igual eu, sujeito a um patrão”, até que o pedido dele, nós cinco atendemos, todos estudamos para ser livres. Eu lembro do profeta Oséias que dizia assim: “meu povo se perde por falta de conhecimento”, Oseias capítulo 6.

**Quintas Resistentes** – como se deu a sua formação?

**Padre Paulinho:** Bom, ao entrar no seminário, no processo de formação para terminar o ginásial, vem a etapa de ir para o ensino

superior, assim segui para São Paulo. Importante falar desta temporada. Passei entre 8 a 9 anos nos estudos de Filosofia e Teologia, no período da Ditadura Militar Brasileira, neste estado. Fui para São Paulo em 1971, com 21 anos, e já na coordenação da Igreja de São Paulo estava Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Mauro Meireli, Dom Angélico, entre tantos outros bispos que enfrentaram a ditadura militar. Nós, como estudantes de seminários religiosos, todos mergulhamos nas lutas estudantis pelo fim da ditadura. Seja na luta operária, nas lutas do movimento contra o custo de vida, movimento de luta por transporte, por moradia digna nas periferias. Haja vista que nossa Casa de Formação era sempre na periferia, junto dos empobrecidos. Isso é uma parte fundamental do processo da formação, de estar de raiz, de corpo, alma e coração junto com o povo que sofre na periferia. Não tinha esse negócio de prédio grande de internato vivendo do bom e do melhor, não. Era a escolha da congregação, e a gente assumiu isso. Nesse período da Faculdade, em São Paulo, tanto na Filosofia, quanto na Teologia, nós nunca deixamos de participar de um movimento popular. Conhecemos o dirigente sindical dos metalúrgicos de São Paulo (ABC Paulista,) Santo Dias da Silva, morto pela PM em 1979. Vivenciamos a truculência policial do aparato de segurança do governo Maluf, dos generais, todas as manifestações estudantis. Estávamos todos lá. Eu lembro que a própria faculdade de Filosofia, como a de Teologia suspendiam as aulas em comum acordo com os professores para que nós, seminaristas, pudéssemos ir às manifestações. Isso marcou muito também a nossa vida e a nossa consciência social, política e de enfrentamento à ditadura.

**Quintas Resistentes:** quando o senhor decidiu ir para a Amazônia, para o Pará em especial, uma terra marcada pela violência contra os trabalhadores rurais?

**Padre Paulinho:** Vocês colocam uma pergunta muito legal. Porque eu escolhi sair do sul de Minas e de São Paulo, e vir para o Pará? Qual foi a motivação que me trouxe para o sul do Pará? Durante o período estudantil, em São Paulo, por ocasião das conferências dos bispos do Brasil em Itaici, cada ano alguns bispos vinham à São Paulo fazer conferências e palestras. Seja na USP, PUC, seja em Praça Pública. Lembro muito bem de Dom Pedro Casaldáliga. Ele enchia estádios, assim como o Dom Tomas Balduino, entre outros, como o Dom José Maria Pires, Dom Valdir e outros bispos profetas da época. Então, esses encontros com eles e levantando aquela voz profética trazendo a questão da luta pela terra foram inspiração. Coloco dois bispos inspiradores iniciais da criação da Comissão Pastoral da Terra – CPT no Brasil, foi Dom Pedro Casaldáliga, de São Felix do Araguaia, no Mato Grosso, e Dom Tomas Bauduino, bispo de Goiás. Imediatamente a ideia dos dois ganhou corpo, ganhou muita adesão de muitos outros bispos do Nordeste e todo lugar do país. Foi um processo muito claro, muito objetivo, muito profético e foi criando a CPT, igualmente o CIMI (Conselho Indigenista Missionário). As falas destes dois profetas foram essenciais em minha trajetória. Lembro também do lançamento do filme Anel de Tucum, que ocorreu no Centro de Cultura de São Paulo. Nós estávamos todos lá. Não havia lugar para a multidão que chegava naquele auditório. O pessoal sentou tudo no chão. Eram perto de duas mil pessoas no lançamento



do filme *Anel de Tucum*. Uma memória dessa aliança das causas e consequências das lutas pela terra e pela vida. Como diz o Dom Pedro: “quem usa queima” aliança dos pobres.

**Quintas Resistentes:** E em seguida às influências dos bispos, qual foi a medida tomada?

**Padre Paulinho:** Eu e outro colega de faculdade manifestamos ao nosso coordenador da Casa de Formação dos Oblatos o desejo de vir conhecer o sul do Pará. Porque se falava muito do sul do Pará, das situações de conflitos da luta pela terra, sobre a Guerrilha do Araguaia, onde já havia Oblatos franceses. Dois deles torturados pelos militares, pelo Major Curió, vivo até hoje. Nunca foi punido pelos crimes que cometeu. Dois dos nossos colegas foram presos e torturados, Padre Roberto e Humberto. Padre Humberto já faleceu em 2007, eu trabalhei com ele no sul do Pará, e Padre Roberto está vivo e trabalha na periferia de Manaus com os indígenas. Então, a gente tinha um desejo de conhecer eles. Nunca vimos a cara deles. O nosso coordenador, com toda abertura possível nos deu o aval, vocês podem ir. O nosso desejo era vir de carona, sem dinheiro no bolso. Como que é bom ser jovem aventureiro, né? Logo colocamos a mochila nas costas, e saindo da capital viemos para o trevo, e foi de dedão até chegar em Marabá. Sete dias de aventura. Lá fomos acolhidos pelo bispo Dom Alano Pena que é vivo até hoje, em Niterói – Rio de Janeiro, é bem idoso. Teve um relevante papel na região. Essa experiência, de ter passado um mês em Marabá conhecendo, pisando naquele chão totalmente novo pra quem vem do sul de Minas e de São Paulo,

me aqueceu um desejo de, quando terminasse os estudos, que seriam anos depois, em 1978, de manifestar o desejo de vir para cá. Manifestei o desejo e meus superiores imediatamente deram sinal positivo para ocupar o *front* nas missões no sul do Pará, e foi assim que eu cheguei ao sul do Pará. No ano anterior, em 1977, com a visita, eu já conhecia a Irmã Dorothy, juntamente com a Irmã Rebeca, que trabalhavam na luta pela terra, na formação sindical, na conscientização da bíblia, hoje no município chamado Abel Figueiredo. Elas ficaram ali alguns anos. Então, convivi com elas durante 15 dias, no mês de janeiro de 1977. A gente foi bebendo também dessa mística, dessa energia de Irmã Dorothy. Então, vim definitivamente para o Pará em janeiro de 1979. Fui ordenado padre por Dom Paulo Evaristo Arns, em São Paulo, em dezembro de 1978, e no mês seguinte eu coloquei a mochila nas costas e vim para Marabá, para essa missão, a primeira missão. A primeira equipe missionária no sul do Pará foi exatamente com a Irmã Dorothy, e um seminarista de Belém que estava estagiando. Morávamos na casa do povo, não tínhamos casa paroquial. Assim a gente foi aprendendo, no exercício de muito respeito e escuta sobre as lutas daquele povo, o que era então o conflito pela terra. A gente tinha muito conhecimento por leitura, por palestra, etc. Todavia, ali, no cara a cara, enfrentando latifúndio, grilagem e aquela multidão de migrantes chegando do Maranhão, Ceará, Piauí, Goiás, Minas, Bahia e todos os estados à procura de terra sem males, pedaço de terra para serem livres do latifúndio de outros estados era outra coisa. Era uma movimentação migratória intensa, nós chegamos nesse movimento para formar essa primeira equipe Missionária e também na CPT da Diocese de Marabá.

Nós nos chamávamos equipe da estrada PA-150, que era uma estrada nova que o estado abriu para ligar o sul do Pará com a capital. Então, uma terra devoluta, terra da União onde a disputa era, e continua a ser sangrenta, violentíssima. De um lado os latifundiários, os grileiros, os madeireiros, os donos de serraria vindos do Sul, com todo o apoio do regime militar, apoio do Estado, apoio do Judiciário, apoio do INCRA, apoio de todos; enquanto, do outro lado estavam os camponeses, sem teto, posseiros que tinham a força da presença de frações da Igreja Católica. Isso eu agradeço à Diocese de Marabá, Irmã Dorothy, os Oblatos e milhares de leigos e leigas que me ensinavam.

**Quintas Resistentes:** Qual o papel do militar conhecido como Pesão na região?

**Padre Paulinho:** O Pesão era um sargento da Polícia Militar do estado do Pará. Porque Pesão? Era o apelido dele, porque ele tinha dois pés enormes, diziam ser mais de 50 o número do pé dele, então, o apelido dele era Pesão. O nome dele era sargento Modesto. Ele era uma estrela do quartel da Polícia Militar de Marabá e uma estrela do Governo do Estado do Pará. No governo, quem assumia era um

coronel da Polícia Militar, Coronel Alacid Nunes. Os governadores não eram eleitos, eram nomeados por ditadores militares de Brasília. Então, o Pesão, o sargento Modesto, tinha uma equipe com ele, de soldados da PM e também de pistoleiros. Era um grupo organizado e armado de militares e também de pistoleiros a serviço de fazendeiros e de latifundiários. Esse sargento tinha um domínio territorial de mais ou menos 300 km de atuação, onde se dedicava a perseguir os camponeses e os posseiros que estavam lutando para ter um pedaço de terra. Com certeza ele deve ter enriquecido muito, assim como seus superiores, pegando as propinas de grileiros, de fazendeiros para expulsar, como expulsou e matou vários camponeses. Era um grupo de assassinos na região do sul do Pará. A CPT tem em seu banco de dados quantos assassinatos eram cometidos pelo grupo do sargento Modesto, o chamado Pesão. Só um parêntese nessa história que me marcou definitivamente na região. No dia em que nós chegamos pela primeira vez, que o Padre Humberto, a Irmã Dorothy e o Eduardo, o seminarista estagiário, nós vivíamos na casa de uma família. Naquela noite já havia um grupo de posseiros nos esperando, a irmã já era conhecida. Ela visitava muito frequentemente o Padre Humberto também, esperando porque o grupo do sargento Modesto, Pesão, já estava numa área fazendo despejo e torturando mulheres, crianças, onde queimavam casas e roças. O pessoal estava em pânico, sem saber o que fazer, e eles tinham jurado de pegar, prender a Irmã Dorothy e o Padre Humberto. Eles já eram ameaçados e perseguidos pelo grupo do sargento Pesão. Então, naquela rodinha de conversa rápida na casa da família, eu ingenuamente fiz uma proposta de ir à delegacia pra ver o que estava acontecendo nas torturas, nas prisões, nos interrogatórios dos posseiros e a motivação que eu coloquei foi muito ingênua, mas, politicamente correta. Eu nunca tinha ido na região, ninguém me co-

nhecia e eu não conhecia ninguém, esse fato todo mundo gostou. “Então Paulinho, você vai para ver, para recolher provas contundentes”, provas assim de cara a cara do que acontecia dentro da delegacia, que eram centros de torturas dos posseiros. Então, eu me misturei no meio de um grupinho, não sabia aonde era a delegacia, porque chegamos de noite e acordamos lá na cidade, era um povoado chamado Arraiais. É uma beleza a gente ser desconhecido, no anonimato a gente escuta o que não quer e vê o que não deve. Entretanto, escutei e vi o que queria escutar. Então, lá o pessoal entrava na delegacia numa salinha pequena e eu entrei também junto com o grupo de posseiros. Encostei numa parede e então eu vi o sargento Modesto, o Pesão, na mesinha, armado com dois revólveres, pistoleiros armados até os dentes, os policiais humilhando todo mundo do lado de fora, e fiquei lá, simplesmente em silêncio e escutando sem tremer. Não tive medo, eu queria era colher, escutar e ver, escutei e vi. Aí um por um ele entrevistava, batia, metia a taca e eu escutava tudo, numa salinha assim, de fora dessa sala de audiência, um homem gritando muito. Eu me escorreguei na parede assim, para ele não perceber, até ver o que estava acontecendo. Era um posseiro que estava no pau de arara nu sendo torturado, já saindo sangue. Eu vi e fiquei, eu queria era ver tudo, e claro, depois fazer o registro disso. Então, quando terminou esse cenário macabro, eu fiquei só, encostado na parede, e então ele virou pra mim, o Pesão e disse “e você aí moleque, que você quer aqui seu invasor de terra?”, aí eu me aproximei da mesa, dei bom dia pra ele e aí me identifiquei, eu acabo de chegar aqui em Arraiais, eu sou padre, missionário, estou aqui enviado pelo bispo Dom Alano Maria Pena, bispo Marabá para começar a minha missão. E, aqui estou começando a minha missão, aí logo me esculhambou, “manda dizer para aquele bispo comunista, se ele quiser apoiar posseiros e invasor de terra, que a Igreja compre

terra para os invasores”, ok, eu escutei, e aí ele falou: “pode ir embora seu padre comunista”, eu até sorri e falei: “eu vou embora, mas eu não vou sem aquele rapaz que está torturado do lado, aí ele falou “não tem ninguém sendo torturado ali”, tem, eu vi e vou lhe mostrar. Então, ele mandou os soldados irem lá, desalgemaram ele, desamarraram o rapaz do pau de arara. Ele saiu muito fraco, muito machucado. A gente se abraçou, saímos da delegacia e fomos à casa onde estava o Padre Humberto e a irmã Dorothy. Em seguida fomos a uma farmácia para tratar os machucados. Fiz esse relato porque vocês perguntaram quem era o sargento Pesão e essa introdução já diz quem é. Ele ficou um tempo ali ainda, depois de tanta denúncia sobre as práticas criminosas, ele foi afastado. Somente assim foi possível dissolver o grupo dele, mas, os serviços continuaram, e ele volta para o quartel de Marabá. Alguns anos depois eu soube que ele veio a falecer.

**Quintas Resistentes** – Deixa-me aproveitar que o senhor falou da Irmã Dorothy. O senhor conheceu outras pessoas importantes nessa história da luta pela terra, o Gabriel Pimenta, o Padre Josimo, irmã Adelaide, Arnaldo, o advogado Paulo Fonteles, o senhor pode contar um pouquinho sobre a convivência com essas pessoas, os aprendizados e essas lutas?



**Padre Paulinho** – Em 1979 já existia uma primeira equipe da CPT

Padre Paulinho, na sede da CPT de Belém/PA.

Foto: Rosa Rocha

da Diocese de Marabá. Estava ali o Mano (Emanuel Wambergue) Oblato francês, era agrônomo, a irmã Dorothy, o padre Humberto, entre outros. Logo me engajei na CPT, já nessa época, o Paulo Fonteles era advogado da CPT de Belém, mas ele, com muita frequência ia para o sul do Pará para ouvir, atender no jurídico, mas também na formação política da luta pela terra. O Paulo era mais um educador político popular da luta, da resistência, do que propriamente um advogado. Era um advogado extremamente competente, então, nós convivemos muito, conversamos muito, partilhamos muito, tinha uma sintonia de leitura da realidade, da luta pela terra extraordinária. Ele foi um mestre para mim. Anos depois que ele conheceu o Padre Ricardo Rezende que também era da Diocese vizinha, Conceição do Araguaia, conheceu o Gabriel Pimenta, advogado também, um militante do PCdoB, como Paulo Fonteles. Rezende veio de Juiz de Fora. Em seguida veio Gabriel Pimenta, chegou primeiro em Conceição do Araguaia, depois veio para a região de Marabá. Essa luta pela terra entre Conceição do Araguaia, que vem depois da região de Mato Grosso até aqui em Belém era a única luta pela terra que tinha muita coisa em comum. Então, eu conheci bastante o Gabriel Pimenta. Ele bem jovem, extremamente inteligente e muito junto da luta popular. O Gabriel veio a ser assassinado em 18 de julho de 1982, por latifundiários, no centro de Marabá. Paulo Fonteles depois veio para o parlamento, foi deputado estadual por dois mandatos, ainda prestando muita assessoria aos camponeses do Pará e também veio a ser assassinado aqui em 11 de julho de 1987, em Ananindeua, na região metropolitana de Belém. Os dois advogados incomodavam muito o sistema dos latifundiários e dos militares. Então, foram assim os verdadeiros heróis, educadores, defensores dos direitos humanos da classe camponesa. A eles a nossa mais profunda reverência. São

heróis do povo, são mártires da luta pela terra, mártires da reforma agrária. Também tiveram outros religiosos ali que vocês citaram, o padre Josimo Tavares, nascido em Marabá. A mãe dele ainda é viva, a dona Olinda, está atualmente em Marabá, muito idosa, muito adontada, mas até um mês atrás ela estava no Bico de Papagaio (norte do Tocantins/antes território do estado de Goiás, sudeste do Pará e oeste do Maranhão), região que hoje é Tocantins, uma região bem tensa, imortalizada, onde mais gente foi executada na luta pela terra. O padre Josimo pertenceu à Diocese Tocantinópolis, atuou muito ali no Bico de Papagaio e Marabá, na divisa com o rio Araguaia. As equipes da CPT tinham muita relação à causa de luta que era única. A questão da terra foi uma questão militarizada. Até hoje existe a militarização da luta pela terra, claro, a favor do latifúndio, isso não tínhamos a menor dúvida. Mesmo que, oficialmente, o regime militar tivesse terminado, aquela área continuou sobre o domínio do Grupo Executivo das Terras do Araguaia (Getat), subordinado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), esse organismo do governo federal dos militares, de modo que o presidente do Getat sempre foi um general, alguém de ofício das Forças Armadas.

**Quintas Resistentes** – Quem mais fazia parte desta ciranda de luta pela terra no Pará, num momento tão violento?

**Padre Paulinho** – A irmã Adelaide era uma missionária do Rio Grande do Sul, da Congregação Filhas do Amor Divino. Ao lado dela vieram mais quatro companheiras para atuarem na região do Carajás, hoje município Curionópolis, Parauapebas, Eldorado dos Carajás. Todas elas eram ligadas à luta pela terra e à luta dos pobres. Ela e a irmã Lourdes, irmã Angelita e depois a irmã Dulce,



todas eram gaúchas. Todavia, completamente identificadas com a luta dos pobres pela terra. Ela (Molinari) veio a ser assassinada na rodoviária de Eldorado dos Carajás, estava conversando, a espera de um transporte com o sindicalista Arnaldo. O pistoleiro veio para assassiná-lo. Ela estava conversando com ele, de modo que todos nós sabemos da história triste. A bala atravessou no pescoço dela, pegou a artéria principal, e a mesma bala veio no peito do Arnaldo. Ele sobreviveu com sequelas, metade do corpo atrofiado por consequências da bala, ele sobreviveu durante uns anos, até ser assassinado por pistoleiros. Essa é irmã Adelaide Molinari. Até os dias de hoje, todo dia 2 de fevereiro é realizada a caminhada da irmã Adelaide. Com relação à Irmã Dorothy, moramos juntos de 1979 a 1983. Em 1983 ela tomou a decisão de ir para outra área missionária, onde a luta do povo era muito difícil, o povo era abandonado. Então, ela foi parar na cidade de Anapu, palco de muitos conflitos, região da Prelazia do Xingu, sob a responsabilidade do combativo bispo Dom Erwin Klauter, até hoje vive sob ameaça de morte. Ele já é emérito. Lá ela ficou até ser assassinada, há 17 anos. Por conta do assassinato dela, os camponeses e as camponesas criaram a Romaria da Floresta. Ela ocorre em fevereiro, durante três dias em caminhada até o local onde ela tombou na luta. O padre Josimo foi assassinado em Imperatriz do Maranhão, na região do Bico, quando entrava na sede da CPT, na década de 1980. Os anos de 1980 foram os anos considerados os mais sangrentos. Foi quando os ruralistas criaram a União Democrática Ruralista (UDR). O braço armado dos fazendeiros. O Ronaldo Caiado, novamente governador de Goiás foi um dos principais articuladores. Então, são muitos os mártires que não podemos nunca deixar de elencar e lembrar que os camponeses, os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, mulheres, homens, sin-

dicalistas foram os mais massacrados. Muitos foram os assassinatos de lideranças, de leigos, os camponeses, mulheres (muitas mulheres que atualmente no sul do Pará, perto de Belém foram assassinadas pelo latifúndio). Então, a lista dos nomes de militantes, de heróis da luta pela terra é muito grande. Basta a gente fazer a consulta nos dados dos Cadernos de Conflitos da CPT, e vamos verificar como as execuções, chacinas e assassinatos têm sido uma constante nas disputas pela terra no Pará, uma constante na luta pela terra e na resistência. Lembramo-nos de muitos casos ocorridos na rodovia estadual PA-150. Era o período em que estava iniciando a irmã Dorothy, padre Humberto e o Eduardo. A gente somava mais ou menos 30 assassinatos por ano ou mais. Registrávamos os episódios que tínhamos conhecimento. Situação delicada. Se a gente for um pouquinho mais para frente, numa comunidade chamada de Arraias, hoje o município de Goianésia, tinha outro militar lá, tão bruto quanto o Pesão. Era o Aragão. Outro capítulo de violência. O soldado Aragão da PM assassinou muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Ele assassinou crianças em uma chacina por causa da luta pela terra, e eu escapei por pouco. Ele botou revolve nas minhas costas. Só que na hora de puxar o gatilho, ele disse que não iria desperdiçar uma bala no padreco vagabundo da minha raça. Eu falei: é você quem sabe. Então, se ele não desperdiçou uma bala, a gente está aqui para continuar resistindo e lutando. Além dos assassinatos e chacinas, existe a prática constante do trabalho escravo, frente que a CPT tem atuado muito no sul do Pará e outras regiões do Brasil, como no Nordeste. O trabalho escravo foi um recurso usado por fazendeiros para formar fazendas. Contudo, hoje esse trabalho escravo vai para as empresas de mineradora, ele vai para o agronegócio, até certo ponto, o trabalho escravo não é mais um

recurso do agronegócio, do fazendeiro, do criador de gado, ele está presente em várias áreas e sendo muito denunciado. Um face brutal do capitalismo.

**Quintas Resistentes:** Padre Paulinho, a gente queria continuar na questão do CPT, que o senhor falasse um pouco sobre a criação da CPT durante o período da ditadura militar, e como é que está a atuação hoje?

**Padre Paulinho** – Como eu disse no início, a inspiração foi de Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomas Bauduino. Logo a ideia ganhou corpo, simpatia e a adesão em todo o país. Rapidamente, em muitas regiões no Sul, nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, no Nordeste, muito no Nordeste, onde a CPT ganhou muita presença e atuação. É um organismo de pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que tem uma interdependência. Pelo estatuto, a CPT tem uma organização nacional, composta por uma coordenação e uma presidência. O presidente da comissão é sempre um bispo eleito pelo conselho amplo de agentes de pastoral, da CPT, trabalhadores rurais, e com a anuência da presidência da CNBB. A organização é muito simples, não é uma estrutura pesada. É tudo de forma orgânica, de forma coletiva, tem uma coordenação central em Goiânia, a sede onde também tem o acervo documental nacional. Temos uma coordenação, tem um serviço de comunicação e etc. Cada região do Brasil tem os regionais da CPT. Aqui, o Pará é um regional, porque logo que foi criado o nacional, em 1974 e 1975, já foi criado aqui também em Belém o regional da CPT, que naquela época era Pará e Amapá. Atualmente, o regional aqui no Pará compõe-se de nove equipes e nove dioceses de prelaças diferentes. Então, esse traba-

lho nosso é orgânico, bastante organizado, e a CPT tem uma missão de conservar a subversão da profecia evangélica. Nós nos assumimos como organismo subversivo, nós, da fé cristã. O evangelho é subversivo. Então, conservamos na memória mística, na espiritualidade, na luta do enfrentamento, por causa do aspecto revolucionário do evangelho, as bem aventuranças, as próprias práticas revolucionárias de Jesus, como disse o Frei Beto: “nós somos discípulos de um revolucionário político”. A CPT tem como alma, coração esse grito revolucionário do evangelho de Jesus, e essa é a mística que sustenta. Nós compreendemos que a terra não é um organismo, não é matéria. A CPT, em seu processo formativo, a gente bebe dessa certeza de que a luta pela terra serve para plantar feijão, arroz. Ela nos nutri, nós nutrimos ela. Ela cuida da gente e a gente cuida dela. Assim como as águas, as florestas. A gente lembra muito da irmã Dorothy, ela tinha um lema de vida que ela dizia assim: “a morte da floresta é o fim da nossa vida”, para o povo da terra, os camponeses, indígenas, quilombolas, os povos tradicionais, a floresta em pé ela é uma fonte de

Nós somos parte da terra e ela é parte de nós. Quem nos ensinou isso foram os povos indígenas. Nós somos parte da terra, hoje celebrando o *corpus christi*, a terra é corpo e o nosso corpo é parte dela. Não existe dicotomia. Por isso, para nós, a terra não é um negócio. Não é uma propriedade privada. Não é para ser explorada e formar latifúndios, cerca de arame farpado, veneno, agrotóxico. “Pachamama” na cultura andina é mãe terra. Nascemos desse útero. A terra é compreendida como cosmos, um todo. Os rios, as florestas, a biodiversidade. A terra é parte de nós.

vida permanente”. Por isso que combatemos e devemos combater essa questão da propriedade privada. A propriedade privada é um conceito extremamente antibíblico e anticristão. É uma agressão histórica à criação do próprio Deus, a propriedade privada. Então, é uma luta permanente em recuperar as nossas origens, e quem nos ensinam isso, não são muitas vezes os livros, são os povos tradicionais, os indígenas, os quilombolas que não veem a terra como meu pedaço, e botar meus marcos territoriais de divisão. A terra não pode ser presa, ela não pode ser apropriada como se fosse escrava para meia dúzia às custas da maioria que vive às margens, passando fome. Então, eu coloco isso, porque esse fator foi o que nos originou essa mística que sustenta a CPT até hoje. É essa verdade. Não é uma ilusão. Vem da própria bíblia, vem da história dos povos, vem das resistências dos povos. No trabalho da CPT nós estamos muito unidos, respeitando a liberdade, respeitando a autonomia. O MST, por exemplo, que luta por uma terra sem males, por reforma agrária, a gente chama mais do que parceiros, é uma aliança de causas que se somam. O movimento tem os próprios métodos, sua autonomia, e deve ser sempre assim, e que nunca usem em gerir na liberdade dos movimentos sociais, populares, sindicais, associativos, cooperativos, mas estamos juntos como companheiros e companheiras da mesma e única causa, isso que é bonito nos processos. Como todos sabem, estamos na pandemia, e hoje em Belém, por exemplo, até eu estou nela, já ocorreram três ações do MST nas regiões mais próximas de Belém, de assentamentos que trouxeram aqui para a sede da CNBB, em Belém, no auditório, foram mais ou menos seis toneladas de alimentos sem agrotóxicos dos assentamentos para alimentar quem passa fome nas periferias de Belém. O MST fez isso de Norte a Sul do país, em vários estados. Entretanto, a mídia nunca mostra essas ações dos movimentos. Exibe de corporações. Fizemos uma

ação de vários movimentos sociais, entidades e pastorais sociais para organizar a ação. Foi um trabalho maravilhoso. Formou-se um verdadeiro altar a partir de toda essa produção que veio dos assentamentos para mostrar produto da reforma agrária para alimentar a população. A ordem é ninguém passar fome. A concentração da terra é o maior pecado, o mais grave em nosso mundo. É isso que provoca a fome. Já na década de 1970 fizemos uma Campanha da Fraternidade cujo tema era Terra para Todos.! Terra de Deus! Terra de Irmãos! A terra liberta, produz. E a produção não é para ser negócio, não é para ser vendida no mercado, é para ser distribuída solidariamente com quem passa fome. Recentemente fizemos o Sínodo para a Amazônia, pautado a partir da inquietação ambiental, a defesa dos territórios das populações tradicionais da Amazônia como questão central. Mais uma informação relevante sobre a ação da CPT é a produção, desde 1985 do Caderno de Conflitos, que foi lançado agora, dia 31, a mais nova edição.



Capa da primeira edição do Cadernos de Conflitos do Campo da CPT.  
Fonte: acervo da CPT Nacional, Goiânia/GO.

**Quintas Resistentes** – Uma questão que eu queria trazer, mas o senhor já respondeu à pergunta, porque numa outra entrevista que o senhor deu, inclusive para o site da CPT, o senhor afirma que não é possível pensar o Reino de Deus sem a justiça, dar garantias do direito à terra para os pobres. Eu ia até perguntar porque, mas eu acho que o senhor já deu uma resposta sobre isso. Se o senhor quiser até aprofundar um pouquinho mais, do ponto de vista, seria até interessante pensar sobre a cristandade, no cristianismo, do Evangelho. Porque hoje se diz tanta coisa do Evangelho, onde se fala que o Evangelho é tanta coisa. Mas do ponto de vista do Evangelho, porque é tão importante essa defesa da terra por direito, como direito de todos e, principalmente, das pessoas pobres?

**Padre Paulinho** – Bom, para essa tua questão tem que ter outro encontro. A Teologia da Terra, no Antigo Testamento e no Novo Testamento.

**Quintas resistentes** – O educador Luiz Vila Nova vai falar da Teologia da Enxada, né?

**Padre Paulinho** – Isso. Ele mora no Maranhão. O conheci num desses encontros da vida que a gente faz. A Teologia da Terra tem um grande teólogo, que é o Sandro Galazzi. Ele escreveu muita coisa e continua escrevendo para a CPT e para todo o país sobre a questão da Teologia da Terra. O primeiro livro dele é a Teologia da Terra. Eu acho que hoje não vai dá para abordar o assunto, mas resumindo, é isto na tradição cristã. Na tradição bíblica, se a gente for lá atrás, é uma verdadeira revolução comparando com essa questão de latifúndio da concentração da terra, e nenhum livro da bíblia

justifica a concentração da terra e a propriedade exclusiva. Sempre é um bem comum, uma revolução, exagerando um pouco é um comunismo puro. Antes de existir o regime comunista soviético etc, a bíblia é um livro comunista. Tudo é comum. Comunal. Queria aqui recuperar uma sabença de um trabalhador rural do Ceará, por ocasião de uma reunião com o governador do Pará, na época do regime militar, o Alacid Nunes. O cabra disparou: "governador, o senhor que mora na cidade, come, bebe e dorme. Sem os trabalhadores rurais a cidade não come e não dorme". Fez-se um silêncio e a reunião acabou. Sabedoria popular de um senhor sem letra formal, mas que sabe ler o mundo. E lá no antigo testamento diz que a terra tem um único dono, que é Deus e acabou. A teologia da terra resgata o bojo da bíblia para a resistência, para a esperança e para continuar a luta. Miquéias, por exemplo, mete o pau no poder Judiciário. Um poder sempre alinhado aos interesses do latifúndio. Aqui no Pará é terrível. Temos também o Amós. É muito forte hoje ler Miquéias. Foi uma luta que não começamos. Essa luta pela terra, pela reforma agraria vem da história, porque a história está em disputa, é a luta de classes, a bíblia é um livro repleto de luta de classes. Ali nasce o Cristianismo. A Galileia é o local dos marginalizados. O que defendemos é a vida plena, vida em abundância, e não essas medidas desse genocida que ocupa a presidência. Aqui temos muitos jovens, em vários coletivos que não são cristãos. Mas, que militamos na mesma causa. Tenho 41 anos de padre. Muitos destes jovens são muito mais cristãos do que eu. O Reino de Deus é que nucleia toda essa luta. No livro do Apocalipse o que se deseja é uma terra sem males. É a utopia. É algo presente. O Papa traduziu isso no verbo esperar. O esperar é a luta. O correr atrás dos sonhos. A construção do Reino de Deus no dia a dia. Por essas questões Jesus incomodou tanto. Era um subver-



sivo. Ele é vida. Ele é páscoa. Podem até matar uma rosa, mas, não mataram a primavera, dizia Che. Javé defende um reinado sem Egito, sem opressores. Temos um assessor, o Marcelo Barros, que assina um importante trabalho sobre a luta pela terra, é importante conhecer esse trabalho. Temos muita gente boa por todo o país.

**Quintas Resistentes** – Por falar na luta pela terra, sobre a esperança, após 30 anos de democracia, eu queria que o senhor resumisse um pouco isso. Como está a luta hoje em dia pela terra?

**Padre Paulinho** – Bom, você falou 30 anos de democracia, eu não ousaria afirmar com tanta certeza assim. Enquanto a terra for concentrada, não existe democracia verdadeira, enquanto o pão, o alimento desse país estiver na mão do agronegócio, de grandes grupos econômicos que só veem o “financismo” na frente, não teremos democracia. A democracia verdadeira e plena nasce de uma terra sem cercas, nasce de uma economia diferente, e não essa que mata. Precisamos de uma economia que gere vida distributiva, partilhada plenamente, direitos de todos e todas. Então, politicamente falando, temos uma democracia representativa. A nossa democracia é extremamente frágil, nossa democracia brasileira, ela é marcada por uma vida toda foi muito curta, e só o processo eletivo não representa a democracia. A terra ainda está na mão do latifúndio, ela é concentrada e aumenta cada dia mais a concentração nesse período dos anos 90 para cá. Novos inimigos estão aqui na Amazônia, sobretudo, não mais o fazendeiro, o pecuarista, o criador de gado. Hoje é muito pior que aquele tempo, fazendo uma comparação. A violência aumenta na presença do agronegócio, os grandes projetos implantados na Amazônia e os novos para serem implantados. Sabem quais? São

hidrelétricas para gerar energia gratuita para implantação da mineração, empresas para o agronegócio, agenda de construção de ferrovias, a exemplo da Norte-Sul, do Ferrogrão no oeste do Pará, os portos. Hoje tua pergunta, 30 anos depois, eu confirmo com os dados do último caderno de conflitos da CPT, a situação sempre tem piorado. Os novos inimigos estão aqui. O avanço do agronegócio na região do sul, assim como no oeste do Pará, e nas proximidades de Belém é algo que é um outro tema. Seja da soja, além do gado e a mineração, monocultivo do dendê. Isso tudo ameaça os territórios indígenas em todos os cantos da Amazônia, os camponeses, nem se fala. Os grandes projetos, sobretudo da mineração, representam uma ameaça à reprodução da vida dos nossos povos da floresta. O território da Amazônia está sendo cada vez mais saqueado. É um crime, o saque para a exportação. Sugiro que leiam a Carta dos Bispos da Amazônia ao Povo Brasileiro. O documento foi lançado em maio deste ano. É excelente. Nomeia os bois. É um documento muito corajoso diante da conjuntura que vivemos. É uma profecia.

**Quintas Resistentes** – Padre Paulinho, o senhor está falando dos Cadernos de Conflitos da CPT, o senhor pode explicar o que são esses documentos, que tipo de informação a gente consegue acessar?

**Padre Paulinho** – Resumindo bastante, o Caderno de Conflito é uma produção do setor de comunicação da CPT Nacional que se chama Centro de Documentação Dom Tomas Bauduíno. Tem uma equipe de jornalistas, de técnicos e de muitos assessores da academia, das universidades que ajudam a escrever, fazer a leitura política crítica do cenário nacional naquele período. Por exemplo, o Caderno de agora é referente ao período de 2020. Ele traz gráficos de várias

temáticas, as quais a CPT trabalha na luta pela terra, na questão da terra, água, ameaças, trabalho escravo, floresta, meio ambiente, mulheres indígenas e quilombolas. Então, esse caderno agrega várias forças, vários atores sociais na luta pela terra com todos esses rostos que eu acabei de dizer. O Caderno tem sido um marco extremamente importante na história do Brasil, tanto para pesquisa, para academia, quanto como ferramenta dos próprios camponeses. É um Caderno acessível que tem duas modalidades: físico e digital. É só acessar o site da CPT. Muitas pessoas do mundo, pesquisadores procuram o Caderno como fonte de pesquisa. Estamos fazendo até versão em inglês por conta desse interesse. Até hoje o Caderno nunca foi contestado pelo Governo Federal, pelos militares como um caderno que inventasse dados e fatos. Tudo que é registrado no Caderno é fonte de denúncias públicas que todos sabem. Então, ele não se contesta. Dizer também que aqui no Pará tem esse acervo regional da CPT, que é muito antigo. Aqui, nem o Estado, nem o poder judiciário e nem os organismos públicos de governo têm a documentação que a CPT tem. Inclusive, alguns atores de governo, de alguns departamentos pesquisam no escritório. O INCRA não tem, o ITERPA (Instituto de Terras do Pará) não tem, porque o poder público não tem o interesse de guardar a memória histórica da luta popular, como não teve no passado, o cuidado de zelar e cuidar da memória da resistência do povo negro no Brasil. No período de cativeiro foi o ministro que mandou queimar todos os arquivos da história do tráfico negreiro. Foi o Rui Barbosa, né, que deu a ordem. O tão inteligente que mandou queimar, destruir todo o acervo do tráfico do povo negro para o Brasil para formar fazenda de café em todo canto. O caderno de conflitos traz todo um resgate da luta naquele período, com alguns artigos de especialistas que debatem o tema. A segunda

parte do caderno são todos os gráficos das lutas. Os ameaçados de morte, quantas famílias foram atingidas naquele ano, quantos despejos, quantos assassinatos de mulheres, crianças, lideranças sociais, naquele tempo, então, é todo um conjunto de dados que a CPT vai recolhendo e vai abastecendo esse setor de comunicação, e se forma, se fecha o Caderno de conflitos daquele período. Ele começou a ser produzido em 1985, um ano de várias chacinas no Pará. É um instrumento de pesquisa muito procurado sobre conflitos, e hoje já estão todos digitalizados. Divulgamos o caderno numa coletiva à imprensa, convidamos os nossos parceiros, os defensores de direitos humanos, os movimentos sociais, OAB, etc.

- **Roda de perguntas nos comentários dos expectadores e participante da live**

**Plateia** – Na verdade é mais uma afirmação da participante, Marcia Andrade que diz: “que a terra foi prometida, conquistada”, entretanto, comercializada e saqueada. O participante Rogerio Almeida diz: “licença para sugerir duas indagações: falar das formas de resistência camponesa e sobre o Boletim da PA-150”.

**Padre Paulinho** – O boletim chamado o Grito da PA-150. Eita, você me fez revirar nas memórias, que não falei nas colocações. Mas era muita coisa para falar. É uma boa lembrança companheiro. No período que estávamos lá na PA-150, hoje são municípios, naquela época não eram municípios, eram vilas, era uma luta pela terra danada. Nós, como equipe de pastoral, a Dorothy, eu, padre Humberto, o seminarista Eduardo, resolvemos criar um meio de comu-

nicação para circular as informações. Fazer denúncias da questão do latifúndio da região. Nós ousamos fazer um pequeno jornalzinho de duas páginas mimeografado. Lá o MEB (Movimento de Educação de Base) da Diocese tinha um mimeografo à tinta. Não sei se vocês conheciam esses sistemas. Agora tem computador, internet, impressora, uma modernidade. Então, daquele jeito, com as possibilidades que tínhamos, fazíamos aquele boletim. Ele tinha edição mensal. Era muito, mais muito bem aceito. Era nosso instrumento de comunicação, mas do que isso, era um instrumento de resistência e organização dos posseiros, além de denunciar os crimes dos latifúndios, crimes do poder público, crimes do INCRA, os crimes militares das forças armadas naquela região, como falei anteriormente. Então, esse jornalzinho não tinha medo de falar e dar nome aos bois não. Teve uma vida útil curta. Depois eu tive que sair um ano da região, isso foi nos anos 1982 a 1985. Foram três anos de edições do boletim. O que aconteceu é que depois retornamos para Belém. Nós recuperamos as edições e fizemos um volume de todos os números que estavam guardados no escritório da CPT. O Grito da PA-150 foi o nome dado por uma consulta popular desde o primeiro número. Não fomos nós que escolhemos o nome. Tudo foi discutido com os camponeses, com os posseiros para ser um porta voz deles e não um porta voz do Estado, da equipe pastoral. Todos foram unânimes, tem que ser o Grito. Tem que fazer valer o nosso grito. Claro que os primeiros números eram espalhados para Tocantins, Belém, e ele foi ganhando uma dimensão além da PA-150. Mas, até hoje nós temos o volume de todas as publicações. Hoje, quando a gente reler aquele boletim, a gente morre de rir. A gente era doido. Era uma loucura colocar nomes de todo mundo no boletim, tinha desenhos. O Eduardo era muito bom em desenhar com aqueles estiletos de ponta fininha, por-

que a matriz do mimeógrafo à tinta era muito delicada. Ele passava noite desenhando o Curió (major do Exército) com uma figura do dragão, o trator representando o governo federal, os peixinhos juntos comendo o peixão. A ilustração é um processo educativo pedagógico de uma conscientização política. É claro, muitos que podiam ver o boletim, não sabiam ler, não tinham leitura, e os desenhinhos já bastavam para entender tudo que estava escrito. Isso que era legal, e tinha grande divulgação mensal. Resumindo, é isso. Em Belém temos essa relíquia guardada, e quando os estudantes pesquisam o jornal, eles ficam totalmente “porres”, no pleno sentido de pegar um porre quando acessam o boletim, naquele contexto de militarização, e como que ele ousava romper esse cerco e fazer “sair para fora” o grito do povo. Alguém colocou aqui o Lamparina, em Santarém. O Lamparina tem um filme documentado extraordinário, o Ranulfo Peloso veio de Santarém uma vez no ônibus, nos navios para Arraiais, hoje Jacundá, para passar esse filme no salão de madeira. O rapaz deu para nós, gratuitamente, eu só queria perguntar se o Lamparina está em forma de *pendrive*, um documentário extraordinário da luta pela terra em Santarém chamado Lamparina. Nós temos muitos deles aqui também no acervo da CPT.

**Quintas Resistentes** – É até um bom título de programa para gente poder fazer essas experiências de comunicação na região. É importante a gente conhecer realmente.

**Padre Paulinho** – Existem muitas produções em DVD. Tem um documentário chamado Matando por terras. Foi feito pelo Vicente Rios, que é era estudante de comunicação da Católica de Goiânia – GO, com um grande pesquisador inglês, Andrews. Eles per-

correram Conceição do Araguaia, Jacundá, Goianésia e fizeram um documentário extraordinário que demorou 10 anos para vir a público, porque, alguns personagens que eram pessoas ligadas à região, se tivessem vivas, eles não iriam divulgar, por risco de vida. 10 anos depois que veio a conhecimento do público esse documentário que se chama “Matando por terras”. É muito bom. Existem vários registros da nossa luta. Sobre a Dorothy, Adelaide, Josimo.

**Quintas Resistentes** – Seguindo com as perguntas temos o Lucas Gomes que diz: O senhor saberia dizer se houve homens e mulheres de tradição protestante que atuaram na luta pela terra no Brasil?

**Padre Paulinho** – Sim, com grande alegria, paixão, desde o início da história da CPT. Ela tem uma visão ecumênica, em alguns estados mais forte do que em os outros. Eu sei que no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, as Igrejas chamadas históricas tiveram a presença atuante, inclusive dos membros no Conselho Nacional da CPT, os pastores e as pastoras. Até hoje esse olhar ecumênico é presente na Pastoral da Terra. É um organismo da CNBB, mas não fechado por uma igreja, para dentro, ao contrário, é para fora. Eu recorro que na luta pela terra, na PA-150, várias situações concretas, os posseiros, lutadores e depois atualmente os sem terras, não são todos de confissão da Igreja Católica. Lembro-me de uma luta em Goianésia em que a maioria dos posseiros era da Igreja Batista. A luta pela terra nos unia de certa maneira, não tinha como dizer que um era católico e outro era de uma corrente protestante. Todos somos cristãos, mesmo que não seja cristão de tradição cristã. O sagrado da terra não tem coloração religiosa, porque, ela por si já é sagrada, e por causa dessa missão da criação

do próprio Deus, que é de todos. Essa questão assim, de confissão religiosa, não entra muito em disputa, a não ser as correntes fundamentalistas, aí que é complicado, as igrejas neopentecostais. Aí é muito complicado. Eu me lembro, em Goianésia, que o pastor da Igreja Batista dava total apoio à nossa luta. A gente brincava, conversamos muito, tinham reuniões na própria igreja. Os posseiros que não ficavam somente na Igreja Católica manjada pelos pistoleiros, polícia militar, e quando ocorriam reuniões também eram nas igrejas deles, que abrissem as portas, a gente orava e fazia reunião para escutar os posseiros. Os pastores e as pastoras contribuíam financeiramente para viagens à Belém. Era uma coisa solidária, que passava a questão religiosa. Ele até brincava assim comigo, o pastor, e ficamos muito amigos. “Oh padre Paulinho, eu quero parabeniza-lo por enfrentar grileiros e assumir riscos”, mas pastor, vem o senhor também, “ah, eu gostaria, mas eu tenho um empecilho”. Mas qual é o empecilho? “Eu sou casado e tenho três filhos, o senhor não tem mulher e nem filhos”. Então quer dizer que eu posso morrer e o senhor não pode morrer de bala? A gente ria e se abraçava. Infelizmente não recordo o nome dele. Era gostoso esse ecumenismo da base. Ecumenismo na luta, esse olhar, e na luta pela terra não tinha só posseiro católico. Hoje, por exemplo, no MST é muito próximo, e está junto. Tem todas as confissões religiosas e até da linha fundamentalista, da neopentecostal até de cabeça mais aberta. A luta faz abrir a cabeça, como o posseiro diz: “a luta faz a lei, a luta faz abrir a mentalidade religiosa”, e quando as pessoas compreendem, vai. Eu falei de uma senhora que foi assassinada há dois anos perto de Belém, a dona Kátia de Sousa Martins. Ela era da Igreja Assembleia de Deus. Eu não a conhecia. Eu vim a conhecer a militância dela em seu sepultamento, e depois



na celebração do sétimo dia do falecimento, onde houve um culto ecumênico. Um grande ato público político lá no território dela, o assentamento 1º de Janeiro. Foi uma única celebração em memória da dona Kátia, e ela era militante da igreja Assembleia de Deus. Como que a luta pela terra une e não divide nessa dificuldade extrema de dialogar com outras confissões religiosas, mas na CPT tem essa tradição de ser ecumênica.

Boa a questão que se colocou sobre a presença de outras confissões religiosas cristãs, aliás, inter-religiosas também, porque muitas comunidades de raiz africana, parabéns a vocês aí, porque eu estou vendo né. Isso na questão da mística, cosmovisão da espiritualidade da terra é fenomenal. Aqui em Belém tem duas mães de santo de terreiros que participam de tudo quanto é ato religioso e ecumênico. Eu me considero afilhado da mãe Mangetú, porque eu peço benção a ela, ela me abençoa e depois ela pede a benção do padre e eu retribuo. A gente faz aquela mística inter-religiosa, tem várias situações aqui, principalmente no período da pandemia, antes e depois, muito bonito.

**Quintas Resistentes** – Eu não sei se essa é a última pergunta que nós temos, mas é a Natasha Gomes, gostaria de saber como a CPT tem feito o trabalho de assessoramento em prol da reforma agrária?

**Padre Paulinho** – A CPT é um serviço e esse serviço também é um assessoramento. A CPT quando é chamada para assessorar, por exemplo, discutir políticas públicas, discutir produção, discutir técnicas agrícolas, discutir direitos à terra, chama a CPT. A CPT tem alguns agentes que são especializados, por exemplo, na área do Direito, tem um setor da CPT Nacional que é dos advogados populares que são ligados à rede do Brasil chamada Juristas pela Democracia, movimento independente, libertário, então, os advogados da CPT participam do movimento social dos Juristas pela democracia, e tem a rede chama RENAP – Rede Nacional dos Advogados Populares. Aqui no Pará temos atualmente seis advogados. Um advogado e cinco meninas advogadas. Tem dois em Marabá, uma em Tucumã e duas em Itaituba, lá no oeste do Pará. São agentes pastorais, como nós, e conforme as necessidades da luta pela reforma agrária dessa pergunta que você fala, da assessoria, depende da nossa demanda. A demanda vem dos trabalhadores rurais. A gente não faz assessoria porque queremos fazer, nós nunca nos consideramos protagonista do processo de reforma agrária. É o movimento social que é o protagonista, o sujeito. Se o movimento sindical nos pede assessoria, nós vamos lá fazer assessoria conforme a pauta que eles solicitam. Se for um assentamento, vamos fazer isso, se é o MST, procura isso, se são os povos da terra, nos procuram. Quando a gente não pode fazer assessoria como CPT, a gente vai buscar apoio. Por exemplo, aqui em Belém tem a SPDDH – Sociedade Paraense dos Direitos Humanos, tem professores da UFPA, professores da UEPA. Então, nos

diálogos essa relação que facilita muito ampliar esse leque na questão da assessoria, sabendo que os trabalhadores rurais são sujeitos do seu processo, assessoria não pode substituir. Somos uma ferramenta para ajudar a fazer uma leitura coletiva da situação atual conjuntural política do país, da reforma agrária. Não é um assessor que vai ministrar aula e ensinar, nós temos muito cuidado de não ser uma entidade que venha a substituir a luta popular, a autonomia do movimento social, a legitimidade do movimento social popular da luta pela terra da reforma agrária. Nós, sendo solicitados, vamos ser aliados juntos com eles no processo deles. Nós não impomos um processo metodológico e nem político. Os sujeitos são eles, e isso nós temos muito claro em qualquer assessoria. Por exemplo, o método educativo de Paulo Freire, a CPT trabalhou muito tempo em várias regiões na questão da cultura popular, a educação popular, na defesa de Escolas Familiares Rurais (EFAs), mas com esse cuidado, o protagonismo do processo educativo popular é o jovem, é o camponês, é a mulher, é a criança. Nós não podemos substituí-los porque seria uma educação capitalista burguesa e colonialista, Deus me livre dessa educação com essa vertente de achar que os outros não sabem. Eles sabem, nós os ajudamos a no debate sobre os próprios saberes e o próprio poder, e isso é um serviço que nós entendemos como assessoria de movimento social na luta pela reforma agrária. Claro, algumas ferramentas temos mais acessibilidade, como o advogado da CPT, nossa turma do direito agrário. Ela tem muito mais ferramenta, ela acompanha processos, ela convive com processos em sua rotina, muitos deles vão a júri. Então, esse grupo tem o domínio da ferramenta jurídica, mas, como educador, e não como aquele que vem ensinar e impor receitas prontas. Jamais vamos aceitar essa metodologia política de ensinar receitas de cima para baixo. Isso não é processo histórico dos povos.



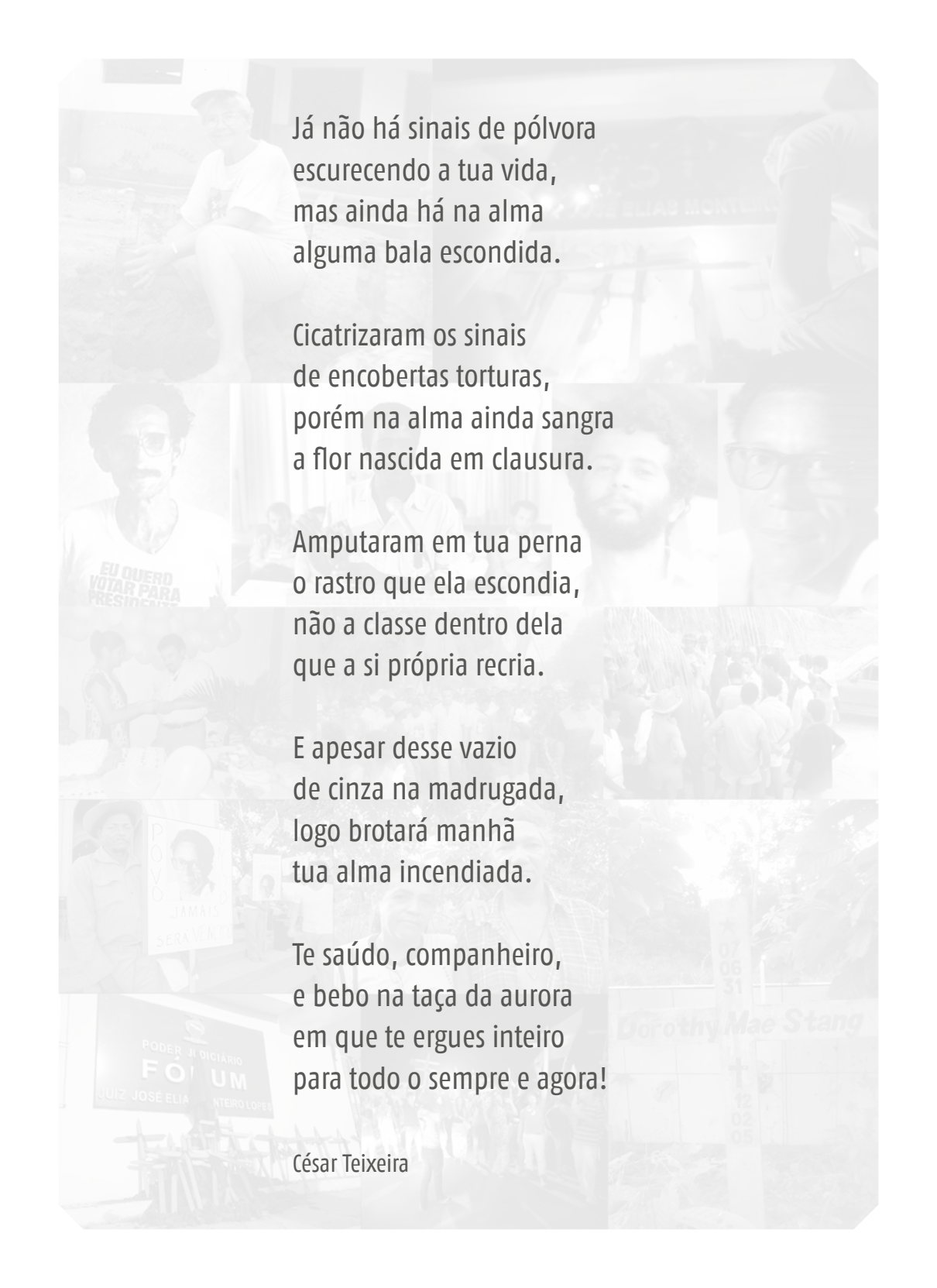
Padre Paulinho no espaço do vasto acervo da CPT, em Belém/PA.  
Foto: Rosa Rocha.

**Quintas Resistentes** – Bem, muito obrigado pela reflexão. Foi uma riqueza de informação em vários campos.

**Padre Paulinho** – Então, indo para as palavras finais, aliás, não tem palavra final né, nesse filme não tem *Happy and*, a luta pela terra não tem final. Inclusive, tem alguns filmes brasileiros que achei fantásticos, não tem fim feliz. A luta continua. O filho de Raimundo Lima (Gringo), a primeira liderança a tomar na região do Araguaia, o Alex, no ano passado defendeu uma dissertação da luta pela terra após 40 anos da execução do pai. As viúvas e filhos, em muitos casos, seguem na luta. Assim como a especulação da terra, as violências, as injustiças. O valor de mercado da terra engloba Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e aqui na Amazônia, qual é o preço

por hectares de mercado? Nós temos que abominar transformar terra em mercadoria. A primeira conclusão que temos com isso, tem que ser como mãe terra, criadora de vida com todo o seu conjunto, e respeitando a diversidade, a vocação dela, água, terra, floresta está tudo interligado, tem uma música muito bonita que chama “Tudo está interligado”, depois eu posso passar para vocês. A propriedade privada é a contradição desses ensinamentos bíblicos, e também da doutrina social da Igreja. Guerrilhamos e lutamos contra esse conceito capitalista, burguês, colonialista da propriedade privada. A terra é um bem comum, é um bem da humanidade, é um bem de todos. Então, o sonho é a terra sem males, no caso da bíblia, a terra prometida. Aqui eu concluo com as palavras do Papa Francisco, ele convocou quatro assembleias do movimento popular mundial, movimento social, e ele não queria nada de grupos pastorais. A CPT só foi convidada no último encontro, foram dois encontros na Bolívia e os dois em Roma. Então foi um convite do movimento social de todo o mundo para esses seis dias de assembleias. O Papa sentou na última cadeira, lá na Bolívia, e escutou seis dias de colocações de membros sociais mundiais. Nesse encontro da Bolívia, a cada encontro, a CNBB publicou um caderninho, onde traz o resumo dessas assembleias populares do movimento social, no número 4, que foi a publicação da CNBB, o Papa Francisco resume o encontro, foi o último a falar, escutou durante seis dias e agora era a palavra do Papa Francisco. Qual era o sonho dele? Era uma declaração que nós fizemos um *banner* com as palavras do Francisco: “Nenhuma família sem-teto, nenhum camponês sem-terra, nenhum trabalhador sem direitos”, nenhuma criança sem infância, nenhum idoso sem dignidade, por favor, cuidem bem da mãe terra”. A palavra do Papa Francisco bombou no mundo todo. Deixou muita gente do clero, dos bispos muitos incomodados. Com certeza ele criou muito ódio em latifundiários e gover-

nantes. Então, concluo com essa palavra profética do Papa Francisco. Porque a terra é de quem vive e nela trabalha. Usamos muito essa palavra de ordem nos anos 70, 80 e 90. Acima da lei está o direito, o poder legítimo. Nem sempre, e quase nunca a lei favoreceu o pobre trabalhador rural, então “na lei e na marra, nós vamos ganhar. A terra é de quem vive e nela e trabalha” era um canto que eles cantavam muito. A grande luta da CPT, do MST e de outras organizações na luta pela reforma agrária é o combate contra os agrotóxicos e o agronegócio. Aqui no Norte, perto de Belém, duas áreas de latifúndios e de fazenda jogaram o veneno de avião, e nós fomos lá para cima, com o MST, para verificar esse crime dos fazendeiros. E foi feita a denúncia. E isso tem se repetido no Maranhão, estão jogando agrotóxicos de avião para matar a erva daninha, não era para matar a erva daninha, era para atingir ao povo, os rios, as nascentes. Um desastre, um crime ambiental gravíssimo. Então, é isso companheiras e companheiros. Estamos vivendo em um período muito crítico, numa encruzilhada, e acho que o nosso grito hoje tem de ser de forma unificada, como foi a manifestação do dia 29, que reuniu o país todo em torno “Fora genocida! Fora Bolsonaro!” Fora todas essas milícias que tomam conta do poder desse país. Infelizmente esse veneno, a questão do ódio está espalhado, e é muito complicado. Tem horas que temos que ter a cabeça no lugar, firmar os pés no chão, amarrar os nossos eixos na história dos povos. Não tem mais recuo, jamais as elites desse país e nenhum país do mundo louvaram a humanidade e o planeta. Os únicos que tem o poder de conservar as vidas e o planeta são os oprimidos do mundo. Temos esse legado, os grandes revolucionários do passado e do presente já nos disseram isso, com todas as letras, e é esse legado que nós temos que conservar, o legado dos mártires, dos heróis para avançar no processo de luta coletiva em defesa da vida. Vida plena e em abundância!.



Já não há sinais de pólvora  
escurecendo a tua vida,  
mas ainda há na alma  
alguma bala escondida.

Cicatrizaram os sinais  
de encobertas torturas,  
porém na alma ainda sangra  
a flor nascida em clausura.

Amputaram em tua perna  
o rastro que ela escondia,  
não a classe dentro dela  
que a si própria recria.

E apesar desse vazio  
de cinza na madrugada,  
logo brotará manhã  
tua alma incendiada.

Te saúdo, companheiro,  
e bebo na taça da aurora  
em que te ergues inteiro  
para todo o sempre e agora!

César Teixeira

# | MANOEL CONCEIÇÃO SANTOS: “O HOMEM DA PERNA DE PEQUIM”

Manoel Pinto Santos<sup>[1]</sup>

Pedagogo, mestre em educação e prof. na UFMA

manoelprof.ufma@gmail.com

## • INTRODUÇÃO



Manoel Conceição.

Fonte: acervo de Marcelo Cruz

---

<sup>[1]</sup> Pedagogo, mestre em educação e professor da UFMA. Email:manoelprof.ufma@gmail.com



Inicialmente, algumas informações acerca do perfil político do personagem Manoel Conceição Santos, chamado muitas vezes de Manoel da Conceição ou, ainda, no meio da companheirada das organizações político-sociais que o mesmo tem integrado em sua trajetória de militância, simplesmente, Mané. Originalmente camponês e natural do município de Coroatá-MA, Manoel Conceição começou muito jovem a lutar contra as injustiças sociais que se abatiam sobre a sua família, e também sobre todo o grupo de agricultores que integravam a sua comunidade rural de nascimento – Pedra Grande (FRANKLIN, 2014, p. 27). Como sempre reiterou, em diversos depoimentos, suas primeiras lutas contra os poderosos do lugar eram alicerçadas em mera revolta pessoal, pois não eram expressões de consciência de classe, menos ainda posicionamento de engajamento político-social.

Ao longo de suas jornadas Manoel colecionou situações de ofensas, o que provocou nele um sentimento de revolta ainda quando era um jovem camponês, dentre as quais o fato de ser, desde ainda criança, discriminado, agredido física e moralmente por ser um garoto negro e pobre. Também por ter sido expulso, por jagunços, juntamente com a sua família da pequena parcela de terra que detinham na condição de posseiros.

O fato de tais agressões se estenderem a outras famílias camponesas em condições similares às da família de Manoel Conceição, o fez buscar alguma forma coletiva de resistência e reparo, marcando aí seus primeiros momentos de envolvimento na luta social. Daí aos dias atuais, inúmeras batalhas foram travadas, muitas tramas estruturais da dominação capitalista foram decifradas, muitos projetos sociais foram coletivamente elaborados, muitas experiências foram acumuladas, muitas aprendizagens edificadas, portanto, uma história alter-

nativa foi progressivamente sendo registrada nos fatos, documentos e na memória coletiva e também pessoal deste líder camponês em seus mais de sessenta anos de dedicação plena à luta social e política em prol do que ele mesmo conceitua de “auto-empoderamento coletivo da classe trabalhadora”.

Neste mais de meio século de militância político-social, foi organizador de comissões de fábrica, de grupos comunitários rurais de produção, dirigente sindical, integrante de grupo de resistência à ditadura militar, educador e formador popular, inicialmente no MEB (Movimento de Educação de Base), posteriormente na AP (Ação Popular). No início dos anos 80 do século passado, foi cofundador do PT (Partido de Trabalhadores), da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e também do CENTRU (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural). Da segunda metade dos anos 80 e toda a década de 90, no Maranhão, dedicou-se intensamente à organização de três frentes de lutas camponesas: a luta pela reforma agrária, a luta pela construção de um sindicalismo combativo no campo e a luta por uma nova concepção de organização da produção na agricultura familiar, focada no cooperativismo, no agroextrativismo e com introdução de culturas perenes nas unidades de produção familiar e também comunitárias.

Mas a história de Manoel Conceição é também marcada por muita dor e sofrimento. Muito jovem, com apenas 34 anos, mas já no cargo de presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Pindaré Mirim, ele foi alvejado por tiro de fuzil disparado pela polícia militar do Estado do Maranhão, na época já governado por José Sarney. O tiro atingiu sua perna direita, em seguida fora levado preso e colocado numa cela. Como não recebera tratamento adequado no ferimento, o mesmo gangrenou e a perna fora amputa-

da. Desde então, Manoel Conceição tornou-se alvo de perseguição da ditadura militar; foi preso diversas vezes, torturado física e psicologicamente nos porões da ditadura e foi expulso do Brasil, onde ficou exilado na Suíça por três anos e meio. Retornou para Brasil no final de 1979 por força da Lei da Anistia.

Na condição de segundo filho do primeiro casamento de Manoel Conceição Santos, eu tive a oportunidade de acompanhar e interagir com ele em diversos momentos de sua trajetória de militância sociopolítica, isto no pós-exílio. Ano de 1971, por razões de segurança das nossas vidas, eu, minha mãe e minha irmã havíamos nos separado do convívio com ele no Maranhão, e fomos nos refugiar no interior do Piauí, terra da família de minha mãe. Só o reencontrei em outubro de 1979, portanto oito anos depois. Desde o reencontro, tivemos estreita e boa relação, com muitos diálogos sobre política partidária, organização sindical, luta pela terra, cooperativismo, agroextrativismo, formação política da classe trabalhadora, particularmente do campesinato.

Em meados do ano 2011, Manoel Conceição confessou-me que gostaria de registrar seu depoimento em forma de um diálogo que deveríamos estabelecer. Coloquei-me favorável à sua proposta, mas não procurei viabilizá-la de imediato. Manoel passou então a me instigar e sempre insistindo para efetivarmos a sua proposta. Então, providenciei uma pequena câmera de filmagem e passamos a realizar os diálogos, às vezes na minha casa, outras na casa dele, também na sede do CENTRU, dentre outros lugares. Fiz inicialmente um roteiro de tópicos para dar ênfase a fatos e/ou momentos que eu considere estruturais na sua história pessoal e de militância político-social. Estou trabalhando para que este material seja convertido em um livro a ser lançado brevemente.

Para o presente registro, estarei antecipando um dos diálogos que tivemos o qual, provocativamente, intitulei “O HOMEM DA PERNA DE PEQUIM”, em alusão a uma matéria que fora publicada em 1972 por uma revista da linha reacionária, denominada “O CRUZEIRO”.

Devo registrar aqui, com muita tristeza que, lamentavelmente, poucos anos após nossos encontros de diálogos gravados na pequena mídia, Manoel Conceição, em consequência de um AVC e outras complicações em sua saúde, perdera quase que totalmente sua memória e, segundo diagnóstico médico, de forma irreversível. Felizmente, o visionarismo do próprio Manoel Conceição, mais uma vez nos surpreendeu e nos presenteou com este precioso registro de sua memória. Portanto, o que exporemos a seguir é, a rigor, a transcrição de um dos diálogos que tivemos.

### • **Perna de Pequim: confrontando a narrativa da direita**

Manoel Conceição: – Qual é a outra coisa?

Manoel Santos: – Perna de Pequim; e aí queria que a gente conversasse um pouquinho sobre essa história do homem da perna de Pequim. É pra gente poder trabalhar aqui o que você tem como ideia de resposta a essa matéria que foi publicada. Tá aqui na revista, chamada “O CRUZEIRO”, é de 11 de outubro de 1972.

MC: – É essa mesmo.

MS: – Então, coincidentemente, hoje é 10 de outubro de 2011, né? E essa matéria é de 11 de outubro de 1972, ficou com o título “O

HOMEM DA PERNA DE PEQUIM”. E, entre os subtítulos aqui que estão colocados, eu vou só levantar alguns pra você. Você ainda lembra de um bocado, né? Mas um dos tópicos diz: “*COMO NASCE UM COMUNISTA*”, aí vai desenvolver aqui sobre como nasce um comunista; segundo tópico é: “*PROFISSIONAL DO TERROR*”. Você ainda lembra?

MC: – Lembro de tudim.

MS: – “*SUA VIDA DE CRIMES*”, aí ele vai elencar a sua vida de crimes, colocar todas essas linhas de crimes; aí vai falar da perna de Pequim, vai dizer um pouco porque você recebeu essa perna de Pequim; e tem mais outro tópico aqui que eles chamaram de “*O OLHO INTERNACIONAL DA AMNESTY*”, aqui, no caso, é da anistia.

MC: – Mas eles classificam como comunista tudo, a anistia tá fazendo gosto dos comunistas.

MS: – Então, Mané, a princípio, eu queria que você dissesse um pouco qual é a leitura que você tem dessa imagem que foi, na verdade, traçada. A quem interessava traçar essa imagem? E como é que você se sente? A partir de todos esses qualitativos que foram atribuídos a você, todas essas qualidades aqui, de profissional do terror, de um ser criminoso, e tal?

MC: – Isso aí é pra justificar perante a opinião pública nacional, internacional e no mundo a minha morte, o meu assassinato. Não tinha outro objetivo. Me prender pra me matar como o maior assassino, o maior carrasco que tenha existido na história da terra do Brasil e do mundo. E eles tinham que justificar o meu assassina-

to de alguma forma, porque eles não podiam me matar assim, sem dizer o porquê, já que eu tava sendo defendido pelo mundo inteiro. Eles tinham que justificar a minha morte, porque, ou eles iam me dar pena de morte, ou eles só iam me matar mesmo, desaparecer e pronto. Esse era o caso, porque a vontade de que eu desaparecesse era total deles, era a vontade absoluta, majoritária de todos eles, eu não tenho nenhuma culpa nisso. Outra coisa, eu não morri porque eu não entrei, nem na cadeia, nas provocações deles. Não entrei em nenhum momento nas provocações deles.

Eu entrei na seguinte questão: vocês estão dizendo isso, vocês é que são os assassinos, e eu tenho prova das mortes de vocês, tudinho do que vocês fizeram, tenho vários companheiros que vocês mataram, que até hoje não vejo justificar a morte de nenhum deles; teve a morte do Rui Frazão, um dos homens mais respeitados desse estado, desse país... prenderam e mataram como um bandido covarde, sem poder responder nada; Paulo Stuart White fizeram a mesma coisa... mataram, desapareceram e pronto; companheiro Paulo nunca tinha esses crimes que eles falaram, nunca; Zé da Mata Machado, fizeram a mesma coisa. Era um homem digno, assassinaram no meio da rua como um cachorro, no meio da rua e ainda justificavam porque que mataram. Então, pensando bem, eu não vou responder pra eles com ódio ou com raiva, eu quero responder com justiça o que eles disseram de mim, não é raiva, não é ódio, não é nada. Eu quero responder porque com raiva tava, eu tinha muita raiva quando eu tava na cadeia, mesmo assim eu suportei e não respondi na época porque eu não tinha como dar essa resposta do jeito que eu tava lá; como é que eu ia dar, porque eles tavam com tudo na mão, com a morte, com tudo pra me matar?

MS: – Algumas coisas seriam interessantes a gente registrar pra história: Quem, de fato, estava por trás da formação dessa imagem sua? Se você tem consciência de quem é que lhe acusava e tal, quem lhe atribuía tal identidade. Quem é, que, de fato, estava por trás dessa tentativa de imprimir essa identidade em você? Isso era pra justificar, de certa forma, a violência praticada contra você? Você teve oportunidade de contrapor isso, decorrido esse tempo todinho que essa matéria foi elaborada e foi publicada. Quais as oportunidades que você já teve, em veículo de comunicação para a sociedade como um todo, principalmente para as pessoas que você mais se importa, que é o pessoal da classe trabalhadora das organizações, de responder um pouco isso e como é que foi essa sua resposta?

MC: – A resposta que eu tive que ter na auditoria, realmente, em parte, é a resposta que eu queria dar legalmente sem medo e sem ódio, mas eu não respondi com detalhe porque não dava tempo porque era julgamento, não dava tempo de responder detalhadamente com toda paixão que eu tenho e com toda a força e coragem que eu tenho pra dar a resposta que eu preciso dar, mais eu dei um bocado assim de coisa, algumas pinceladas assim muito duras o que levaram eles a não terem como me matar logo lá. Não foi com raiva, não foi com nada, foi com muita frieza e com muita firmeza. Desafiei mesmo eles lá na auditoria, mas como isso não foi divulgado não me deixou satisfeito.

Eu quero fazer uma declaração e quero divulgar pro povo que ler essa matéria no mundo inteiro, essa acusação brutal que me fizeram, isso nunca foi feito. Essa é minha mágoa que eu tô até hoje e minha resposta foi na auditoria, mas foi só eles que ouviram lá quan-

do eu tava preso. Só fiz isso na auditoria, não foi divulgado nada. Eu quero dar a resposta, já falei pro mundo inteiro lá onde eu tava, agora para a toda a América Latina, para os cinco continentes do mundo. E, quero que os meus amigos traduzam o que eu disser para a opinião pública mundial. Tudo o que está dito lá, porque aí eu fico satisfeito.

Mas dizer só ali, não divulgar pro mundo inteiro como eles fizeram e eu ficar só calado, sem responder, num dá. Porque eu não tenho nenhum medo deles. Estando solto, de igual para igual, eu não tenho medo deles de jeito nenhum, mas também no começo quando eu li a matéria fiquei com muito ódio. Mas hoje eu não tenho mais esse ódio, não. Eu quero é responder a matéria pra eles do jeito que eles merecem. Porque isso aí foi feito por coisa dos latifundiários, dos capitalistas mundiais, dos imperialistas junto com os militares, porque eles tinham poder pra matar qualquer pessoa que eles queriam, e o povo ainda achava graça por conta dos jogos de futebol que tava nesse meio para empolgar o povo.

Então, quanto mais eles dissessem o que eles disseram... Era pra eu ser morto e não ter que dizer nada. Achar é bom a minha morte. Eu era um perigoso, sabe? Sem jeito, perigoso, que eles tinham chamado de comunista. Pra eles o inimigo principal era ser comunista. Era a razão principal deles. Porque eles não queriam que a terra fosse de ninguém, fosse deles sozinho. E o que é ser comunista? Ser comunista é ser uma pessoa legal, pacífica, bom, ter direito, sem negar o direito do povo, então eles têm que transformar nisso aí pra poder justificar o que eles queriam fazer comigo, que era um assassinato da pior forma possível. Sem ninguém ficar nem com dó, porque dariam graças a Deus por terem me matado. Se eu incendiava tudo, queimava tudo, todo mundo, quem é que me queria bem desse jeito? Ninguém, nem o diabo me queria, não, um cabra dessa cor e que faz



isso, ninguém quer ver nem ele. Fraco; então eles tinham que justificar o porquê e a razão da minha morte ou do meu desaparecimento. Pronto. Essa era a razão deles.

Olha, eu nunca mandei matar ninguém. Eu nunca tive essa ideia. Não é que eu não tivesse coragem, eu tinha coragem de mandar, se o cabra precisasse eu tinha coragem de mandar matar, mas eu nunca tive esse instinto de querer matar os outros porque sou inimigo deles. Não, isso não. Eu não quero uma resposta grosseira, violenta, não. Eu quero uma resposta bonita, pacífica, mais bem dita do que eles merecem ouvir do que eles merecem eu dizer. Uma resposta sem raiva, sem medo, sem nada; não vai ser uma resposta que eu diria assim, uma resposta grosseira, como eles me classificaram aí. Só quero dizer que eu nunca tive essa ideia na minha cabeça do que eles falaram. Isso aí é uma ideia da polícia, mas é uma ideia dos grandes capitalistas.

MS: – Mané, aqui tá dizendo que você pregava abertamente a solução dos problemas sociais por intermédio da violência e do crime, que você arregimentou bandos armados para pilhagem, já sobre a ação ideológica do terror.

MC: – Pois é, isso é mentira absurda total. A única coisa que eu defendia, a única coisa que eu queria fazer, era uma reforma agrária onde o povo tivesse o direito de produzir na terra deles, porque a terra não é de A ou de B, a terra ficou aí foi pra nós mesmos que precisamos pra trabalhar, pra viver.

MS: – Aqui tá dizendo que você espalhou a morte e o sangue no sertão maranhense. *Risos.*

MC: – Isso não tem prova nenhuma. Eu combati foi o PCdoB, que queria fazer isso naquele tempo. Eu não fui praquela guerrilha porque eu não concordava com o que eles tavam propondo.

MS: – Que você fazia isso equipado com as técnicas importadas da China... Aí diz o seguinte: você exterminava homens, animais, plantações, assassinava a sangue frio. E aí? Você era perigoso demais, sô, conforme aqui essa história.

MC: – Isso nunca me passou pela cabeça. Nunca nem passou na minha ideia essa história. Eu tinha o desejo de que todos os agricultores tivessem as suas terras para produzir o que nós precisamos para alimentar nossos filhos, nosso povo, nossos irmãos, nossos parentes, não viver ninguém morrendo de fome porque não tinha onde produzir, porque eles tomavam tudo da gente, tudo quanto era terra. Eram donos de tudo, eles é que eram donos disso, eles com o Sarney eram donos de tudo e ainda são até hoje. Donos de tudo.

MS: – Mané, enfim, como é que você gostaria de esclarecer essas histórias, essas acusações que na verdade não eram só contra você, eram contra, vamos dizer assim, uma postura que de alguma forma você meio que representava. Mas o que a gente sabe é que não era contra a pessoa em si. Como é que você vê isso aí?

MC: – Eles eram contra o projeto que eu defendia. Não era eu individualmente. Eu era dono de um projeto segundo eles, que eu tinha aprendido na China, e tinha

sido equipado para aplicar o projeto que eles odiavam, que era o projeto do comunismo. Comunista pra eles não era uma pessoa boa, era um monstro, um satanás que veio do inferno, tinha que ser morto, liquidado. Então, a ideia era esmagar a ideia de liberdade que eu defendia. A ideia de reforma agrária, a ideia de justiça, de amor, de paz entre nós. Essa ideia pra eles era o cão.

Então, eu tenho consciência de que a questão tem no fundo isso. Que era eliminar pela essência toda ideia de liberdade que se tinha nesse mundo, de reforma agrária, de justiça, de amor de paz, de tudo. Queriam acabar com isso. Aí diziam que eu era isso que está aí. Eu nunca fiz isso, nem pensei uma coisa dessa. Nunca passou pela minha cabeça esse tipo de coisa.

MS: – Mané, mas eles têm aqui, na acusação deles, dizem que você foi treinado lá na China. Que participou de curso de treinamento de guerrilha e que você recebeu um presente do próprio governo chinês, que foi a perna mecânica, né? Por isso que eles dão o nome do título aí de: “O HOMEM DA PERNA DE PEQUIM”. O que você diz sobre sua suposta relação com a China, em relação a essa história da própria perna, em relação à essa formação que eles acusam, que era a formação para se tornar um terrorista. Como é que você nunca negou que esteve na China? Acho que você é uma das poucas pesso-

as aqui do Brasil que teve a oportunidade de conversar com o Mao Tsé-Tung. Mas entre você ou entre o que você representava aqui e a China e a formação que você recebeu, qual é a sua versão, o seu posicionamento em relação a isso que a matéria comenta, colocando evidentemente a versão deles. Qual é a sua versão no sentido mesmo de esclarecer essa história toda?

MC: – Olha, repara bem, eu quando fui pra China, não é que eu não fosse com a ideia de ver o Mao Tsé-Tung, eu tinha vontade de ver ele mesmo, desde aquele tempo. Por quê? Porque o Mao Tsé-Tung foi um líder popular revolucionário que ajudou a mobilizar o povo chinês para tomar o poder de quem tinha na época. Porque naquele tempo, na China, qualquer chinês e um cachorro tinha o mesmo valor. Não tinha valor nenhum pra população do mundo inteiro, em lugar nenhum. Porque a China, naquele tempo, na opinião deles, só fazia o mal pra todo mundo, só fazia crime. E pra eles a China não tinha poder porque fazia o bem, mas porque fazia o mal, tá entendendo? Então aprender o que os chineses sabiam era fazer o mal pros outros.

MS: – Isso pra quem? Quem é que pensava assim?

MC: – Os latifundiários, capitalistas, esse pessoal que ainda hoje está aí. Agora, hoje eles elogiam a China. Por quê? Hoje eles querem dar apoio à China. Por que naquele tempo a China era assim e hoje eles querem? Eu quero que eles expliquem pra mim, como é que eles me explicam hoje que a China é o melhor país do mundo. Por quê? Porque a China tem dinheiro? Agora eles preferem mais a China do que qualquer outro povo do mundo. Ele querem o dinheiro da China pra eles fazerem o que eles quiserem. Eles não querem o dinheiro da China para o povo.

MS: – Mas, Mané, fale um pouco aí como é que foi essa sua experiência. Esse seu contato com a China comunista.

MC: – A experiência foi a seguinte: Eu era da AP, na época, e ela tinha um jornalzinho que divulgava os acontecimentos que eu tava fazendo, qual eram as nossas intenções, e esse jornal eu acho que foi bater na China.

MS: – Em que consistia esse movimento, esse trabalho que você vivia fazendo que, era, na verdade, aqui no Maranhão, né? Principalmente no Maranhão, embora tivesse uma certa articulação com outros estados. Você representava um pouco o trabalho aqui no Maranhão, não era isso? Que trabalho era esse? O quê que você estava fazendo, o que chamou a atenção dessa organização, dos trabalhadores em escala mundial, que, vamos dizer assim, acabou meio que favorecendo até um esforço pra você ir até a China?

MC: – É porque na China foi feita uma revolução dirigida em grande parte pelos trabalhadores rurais. Porque na China predominava a classe trabalhadora do campo, era a força majoritária da China, era dos trabalhadores rurais. E como eu representava essa categoria, então eles tinham medo que eu provocasse no Brasil uma situação que aconteceu na China. Os trabalhadores assumiram lá e fizeram a revolução chinesa. Não foi uma revolução metalúrgica, foi uma revolução feita pelos trabalhadores rurais, principalmente. Certo, eles tinham medo, esse bando de povo no Brasil, nesse tempo era muito forte a questão do trabalhador do campo tomar uma decisão de assumir a luta pela reforma agrária, pela terra que todo mundo desejava no Brasil, eles tinham medo disso acontecer aqui. E se os trabalhadores rurais assumissem isso era muito difícil barrar esse processo.

Então acontece que eles tinham todo o interesse de me transformar como um monstro, a China como um monstro. E qualquer apoio que viesse de fora pra mim era um apoio a um satanás, um bicho.

MS: – Mané, isso é interessante porque esclarece um pouco qual era a verdadeira intenção, o quê que eles queriam de fato atingir com essas mensagens, com essa identidade atribuída a você. Mas, assim, quando você foi na China não tinha muito tempo que havia acontecido a revolução comunista, sobretudo sustentada pelas lutas camponesas, não é isso? Fazia quanto tempo já, e como é que estava nesse momento que você esteve lá, esse processo de organização para sustentação desse novo modelo de economia e de sociedade na China? Como foi essa formação que de certa forma você participou lá? Que objetivo tinha isso? E, enfim, como é que você viu esse processo de uma nova sociedade que estava sendo construída na China?

MC: – Na época era o seguinte, o que eles apregoavam? Que na China foi feita uma revolução comunista e que a ideia era implantar uma ditadura do proletariado, anticapitalista. Era uma ditadura dos trabalhadores do campo e da cidade que tinham a essência, a hegemonia, a condução do proletariado, e pra poder ser vitoriosa tinha que ter uma ditadura nossa, dos trabalhadores contra a burguesia, tá entendendo? Era a ditadura contra a burguesia que tava aí, que tinha no Brasil uma ditadura da burguesia, era a ditadura que eles queriam. A minha, para eles, era um inferno. Essa liberdade dos trabalhadores rurais ter terra, isso era coisa do cão, do satanás. Isso não era coisa que vinha de Deus. Era coisa que vinha do diabo. Eles queriam transformar a China na maior base aérea comunista do mundo inteiro e defendiam essa tese. Por quê? Porque quando cheguei na China eles ficaram tão alegres que me receberam com banda de música, festa, e o diabo a quatro... Beleza!

Veio todo mundo me abraçar, conversar e discutir; o pessoal do Mao todo veio me abraçar e conversar, porque tinha outro jornal lá que divulgava as coisas do jornalzinho que nós tínhamos, chamado “Libertação”. O que era de bom é que a China tinha muito interesse de se relacionar conosco. E tanto é assim que quando cheguei na China fomos pra Nanquim. Era onde tinha a escola de guerra da China. Era do exército revolucionário comunista, e na China fui o único que passei na matéria como especialista em atirar com arma militar. Eu passei lá mesmo, assim, de lavagem. Eu era um bom ferreiro, tinha muito tempo que eu lutava com aquele negócio de arma, concerto de arma e tudo. Tinha um certo manejo, sabia fazer arma. Então eu fazia espingarda assim de dois canos que dava dois tiros de uma vez, acabava com meio mundo, arrancava a testa do boi todinho. Atirasse perto da cabeça perto da orelha dele ficava só o topo, a cabeça ia embora.

MS: – E nessa parte mais de formação, que tipo de formação dentro dessa linha mais socialista você participou? Teve oportunidade?

MC: – Era política, era socialista e era revolucionária do ponto de vista de autodefesa nossa, porque nós não podíamos ter um exército que não soubesse se defender. Tinha que ter um exército para formar, capacitar, pra ele saber se defender e, pra saber se defender daquela armadilha, tinha que estar muito bem capacitado.

MS: – Nessa época lá, que você foi à China, já tinha sido feita a revolução, já tinha um novo governo socialista, comunista, que ficou conhecido mais como governo comunista chinês. Em relação à organização mesmo, não havia só formação militar de defesa de manutenção do novo sistema que foi implantado com a revolução

comunista, mas, em termos da organização da produção, em termos das formas de geração e distribuição da riqueza, vamos dizer assim, da organização da economia, qual era mesmo a proposta? Qual era a estruturação disso? Você conseguiu perceber um pouco isso, captar um pouco essas coisas? Era o cooperativismo? O Estado mesmo que era o patrão de todo mundo? Como é que você viu essa forma de organização do novo modelo econômico da China?

MC: – Rapaz, o que eu vi lá foi a melhor coisa que eu já vi no mundo para um povo que quer cumprir um papel na sociedade. Ou seja, era um povo que eles eram os donos legítimos da terra, era o dono legítimo da produção. A produção que tinha era dos chineses que trabalhavam na terra. Foi um período que eles marcaram que, pra chegar à ditadura do proletariado, tinha que transformar todo mundo em operário. Por que eles queriam o quê? Que as máquinas, as tecnologias, não fossem uma coisa dos capitalistas, fossem uma coisa dos trabalhadores, pra transformar toda essa máquina nesse potencial de apoio aos trabalhadores, todo recurso era para os trabalhadores, e a burguesia comia do que sobrava, na época. Porque como a China tinha muita gente, milhões e milhões de trabalhadores, já naquele tempo, então precisava de muito arroz, muita comida, muita carne, muita galinha, muito animal. Tudo o que tinha era esse povo que determinava pra onde ia; coisa que a gente nem sonha aqui de fazer isso. Não; mas lá era deles.

Então eles queriam aqui ajudar o povo assim: Como é que nós transforma o que hoje tem no Brasil, como uma coisa dos trabalhadores, para eles terem o que eles querem? Então esse era o clima, os trabalhadores não podiam ter essa produção. Só a burguesia podia ter. O povo não podia, então nós queria a terra, nós queria a produção,



nós queria a industrialização. Tudo nós fazia, tudo nós dirigindo, aí que eles falaram que era preciso ter a ditadura do proletariado porque a burguesia queria tomar.

MS: – Mané, e em termos desses instrumentos que a gente tem aqui, que a gente defende como instrumentos de poder dos trabalhadores? Você coloca muito essa questão do empoderamento coletivo, do auto-empoderamento coletivo da classe trabalhadora, e se refere muito, nesse seu conceito, a essa questão das organizações: do sindicato, da cooperativa, do próprio partido, enfim, das diversas formas de organização e que a classe trabalhadora foi criando na sua história para essa coisa da representação da sua força política, mas que tem outros instrumentos também para representar as outras forças, como a própria força do ponto de vista da organização da economia, da cultura.. Como é que isso aí na China? Existia também essa preocupação com esses instrumentos? Você conseguiu perceber os papéis que desempenhavam esses instrumentos? Ou não, nessa época lá você lembra de alguma coisa? Você lembra se tinha, por exemplo, se continuava alguma organização sindical? Tinha alguma forma de organização de produção de caráter mais próximo do que a gente hoje defende aqui, do cooperativismo, do próprio partido mesmo?

MC – Lá tinha o cooperativismo como instrumento que os trabalhadores iam controlar a produção através dele. As liberdades políticas, sociais, eram através dos poucos sindicatos que já existiam naquele tempo. Aí, o que acontece? Os comunistas, eles apregoavam, enquanto comunistas, a liberdade através desses instrumentos que eles queriam ir conquistando aos poucos, mas, como a revolução, ela tinha que ser rápida. A primeira coisa que foi feita foi a criação do Partido Comunista, cercando a parte do campo. Por quê? Porque se

fosse primeiro fazer esse sindicato ainda, pra começar a revolução e depois que tivesse solidificado, não iam fazer. Então eles criaram foi o Partido Comunista na época, que juntava meio mundo de gente, e esse meio mundo de gente se transformava em organização de luta contra a ditadura de lá. Então, eles tinham medo disso porque, como é que transforma o povo em comunista, assim diretamente? Eu achei bom demais assim, porque o povo aceitou a proposta, porque qual era o programa do partido comunista? Era derrotar a burguesia, e o empoderamento da classe trabalhadora, era esse; pra ter esse empoderamento precisa ter esse conhecimento científico e tecnológico.

MS – Pois é, Mané, tem até uma grande fase, talvez até uma das maiores fases da tentativa de consolidação do projeto comunista chinês, que foi denominada de Revolução Cultural. O quê que você viu lá nesse sentido?

MC - A revolução cultural era uma doutrina que os comunistas passaram para os trabalhadores e com o poder de ser assumido pela classe trabalhadora. Porque o Mao Tsé-Tung não acreditava que a massa ia fazer revolução. A massa queria era comer. A pessoa só pensa na barriga, na comida, quer só comer, né? Então, era muito instrumento, mas isso era acompanhado dessa doutrina de distribuição do poder para a classe trabalhadora determinar socialmente o que os trabalhadores pensavam enquanto a sociedade que queriam. Então, a primeira coisa era ter a terra. Isso era um primeiro passo. O segundo passo o quê que era? Ter o conhecimento científico, tecnológico, isso é outro passo. O terceiro passo é ter o quê? Ter um partido construído que pensasse isso. E aí ia dando esses passos até chegar no exército, até chegar tudo que eles têm lá. Isso que eles entendiam que tinha que tá na mão do povo esses instrumentos de libertação do povo.

Então, nós tinha que ter tudo. Os poderes que nós temos direito para podermos governar a sociedade.

MS: – Certo. E é isso o autoempoderamento da classe trabalhadora? E esse conceito você trouxe de lá ou você criou aqui depois?

MC: – Eu trouxe de lá. Nove meses a gente passou lá trabalhando nisso aí. Eu acho que o chinês, eu não digo que ele não tinha seus defeitos, ele podia ter seus defeitos, agora eles não aprenderam aventureirismo. Eles aprenderam e eles ensinaram o que nós devia aprender de fato pra nós poder ter poder. Esse poder coletivo onde todos nós soubesse o que estamos fazendo. Ninguém poderia se aterrorizar se viesse alguém pra matar a gente, nós temos que nos defender. Então, não é nenhum crime você se defender da morte quando tem alguém querendo lhe matar. Você tem a obrigação de se defender da morte quando os homens planejam matar a gente. Nós tem o direito de se defender.

Então, o que o chinês fez foi preparar o povo chinês pra se organizar e ter consciência que nós não podemos só morrer sem matar. Nós tem que morrer, mas tem que matar alguém também pra não só morrer o tempo todo, que nem aqui no Brasil, que faz só matar quando eles querem. Por quê? Porque eles não querem que nós tenha acesso a esse poder político, esse poder orgânico, esse poder do saber, do conhecimento; eles não querem que o povo saiba disso, querem que seja só a burguesia que tem que aprender a ler, estudar, ser professor e tudo mais. Pra nós, ser professor? Deus nos livre! Com essa ideia não, não. Tem que ser uma ideia pra burguesia ter o controle deles a vida inteira. Então o maior crime que eles entendiam que aqui tava se fazendo é que a gente queria ter esse

direito de ter esse conhecimento científico e tecnológico. Científico, pra nós determinar como vamos tratar os nossos companheiros na sociedade que queremos construir no futuro.

MS: – Certo, já que nós estamos aqui muito falando a respeito dessa sua experiência lá de contato com a China, eu acho que é uma oportunidade boa. Neste período, o que estava acontecendo no Brasil? Já tinha sido implantada a ditadura militar, não? Quando você foi à China, como é que tava o clima em termos de política, de perseguição, como é que tava já o clima mesmo de caça, vamos dizer, aos comunistas, no Brasil?

MC: – Já tinha sido implantada a ditadura. Ah, isso foi uma clandestinidade muito terrível! Naquele tempo, nem a China o Brasil reconhecia como um país. Era proibido reconhecer a China como um país com direitos democráticos como a gente conheceu, não podia. Tudo lá naquela época era considerado inimigo.

MS: – Não existia relação do governo brasileiro com o governo chinês.

MC: – Não, não, era clandestino!

MS: – E aí, como é que você conseguiu furar esse cerco aí e chegar até a China?

MC: – Rapaz, eu vim de São Paulo pra Belém do Pará, que não era proibido pra nós, com o passaporte escondido, pronto pra sair pra China. Aí eu tinha que ter três passaportes: um passaporte pra sair do Brasil pros países europeus, até a França. Outro passaporte pra eu ir até à Itália e outro passaporte pra eu ir pra China. Na Europa tinha país que ia pra China. Depois da França

pra frente, qualquer país que tinha voo pra China a gente poderia ir. Agora no Brasil era proibido.

MS: – Então, não tinha como sair direto? Você tinha que ir primeiro pelos canais que davam acesso, tinha que ir pra um outro país que de lá tivesse relação com a China? Sei, entendi.

MC: – Não era proibido ir pra França. Eu saí pra Guiana Francesa, que era um território francês. Andei demais aí dentro das águas, meia-noite... Três dias... Foram três ou quatro dias, quatro... Cobrindo o barco, passando por dentro de lombada de água imensa! Passava por cima de nós, nós ficava dentro, abafado, saía do outro lado lá e ia embora. E o barco era muito bem seguro. Esse barco era um barco clandestino que vinha lá da Guiana Francesa pra comprar coisas aqui no Brasil, que nós produzia aqui pra lá. Era quase de graça daqui pra Guiana. Nós enchemos o barco e fomos pra lá, passamos três dias navegando, só vendo a água e o mar, durante a noite...

Aí chegamos lá um dia de tardinha, tavam nos esperando. Tinha uns amigos nossos da AP. Arranchamos e passamos lá uma semana. Nós treinamos sair no avião, no aeroporto, vê como é que pegava o avião, tudo direitinho. Compramos as passagens, tudo na clandestinidade de lá pra frente. Inclusive, mesmo clandestino, ainda podia vim pro Brasil, ainda assim descobriram a gente e dois companheiros nossos foram presos. Zé Barbosa foi um dos que foram presos lá. Descobriram a nossa estratégia, aí não deixaram eles irem, mas depois de serem julgados e condenados, foram soltos, porque a França não condenava os nossos por ir na China. Quem tava lá, na França, podia ir na China na hora que quisesse.

Agora, eu fui pra China porque o pessoal da AP me valorizava. Eu era um cara muito querido pelos trabalhadores rurais. Eu já tinha fundado um sindicato, nós já estávamos fundando a Federação do Estado do Maranhão, nós já estávamos discutindo a questão de como chegar à Brasília, e tinha muita gente do campo que tava mais eu nessa luta.

MS: – Isso qual era o ano, você lembra?

MC: – 68, foi no mesmo ano que eu perdi essa perna aqui, 13 de julho de 68, por isso que eu digo que é um marco na minha vida, 13 de julho.

MS: – 13 de julho foi o dia que você perdeu a perna?

MC: – Foi.

MS: – Certo. E isso aí já era o quê, já era uns seis meses depois, quando você estava nessa arrumação de ir pra China?

MC: – Não, isso aqui foi quando eu perdi a perna e fui fazer o tratamento em São Luís, mas os médicos operaram minha perna num serviço muito mal feito. Aí eu tive que ir pra São Paulo pra fazer nova operação de novo. Eles tornaram a cortar a perna lá e arrumaram tudo direitinho. Em São Paulo, eu fiquei fazendo um trabalho, fazendo comissão de fábrica, foi lá que eu conheci Minas, conheci Campinas, conheci vários lugares.

MS: – Pra organizar sindicatos depois? Metalúrgicos?

MC: – Já tinha sindicato, só que o sindicato era por cima, não estava em baixo.

MP: – Aí tinha que fazer as comissões de fábrica?

MC: – Comissões de fábrica, em cada fábrica tirar alguém que se responsabilizava pra divulgar a importância de ser sindicalizado.... Então nós formava gente, comissão de base pra divulgar a importância de ser ligado ao sindicato. Aquele companheiro que morreu agora lá no Rio Grande do Sul, ele era meu companheiro. Ele era da comissão, trabalhei pra ele lá, e fiz umas cem comissões de fábrica, lá em Minas Gerais, em São Paulo, em vários estados do Brasil. Por quê? Porque a forma de ter sindicato era ter que assumir pelos trabalhadores a vontade de ser dirigente sindical, ser militante sindicalista, porque no Brasil era legalizado ser sindicalizado. Então a gente foi fazer essas comissões pra depois criar os sindicatos, aí nós tinha que fazer as comissões da base, foi aí que entrou a história do partido dos trabalhadores, nesse tempo.

MS: – Já antes do...

MC – Antes dele aparecer nós já fazia, porque essas comissões todas foram pro partido, hoje... Esse partido foi criado com essas comissões, por isso que ele era forte, porque essas comissões de fábrica tudim aderiram à ideia de construção do partido comunista ou partido dos trabalhadores.

MS: – A ideia inicial também era ter um partido com caráter revolucionário, não era, Mané? Tipo o que foi o partido chinês?

MC: – Era, era. Aí eu fui pra China pra aprender a fazer isso melhor ainda.

MS: – Então, você foi pra lá foi pra aprender como construir um partido comunista no Brasil? Rapaz você era perigoso mesmo!

MC: – Rapaz, eu aprendi de tudo lá. Aqui é que está a mina, é o que eu quero mesmo. Aí pronto, fui fazer comissão de fábrica, fui lá naquele país que tem lá na Europa... Como é o nome? Tinha comissão fábrica lá... Espanha. Não tem um país chamado Espanha? Então, eu fui pra lá pra Espanha para aprender a fazer comissão de fábrica.

MS: – Lá tava avançado essa experiência?

MC: – Tava avançado. Eles estavam fazendo já, aí lá eu ajudei a criar muitas comissões de fábrica e aprendi como os companheiros faziam e trabalhavam. Eu discutia a classe operária trabalhadora operária e fazia essas comissões. O fato é que quando eu vim para o Brasil eu voltei com experiência, muita experiência. Eu visitei esses países tudinho, né? Eu visitei a Suíça, visitei a Itália, visitei a Espanha, visitei Portugal. Tudo isso lá, antes de eu ir pra China. Porque eu tinha que aprender o que estavam fazendo nesses países tudinho em organização dos trabalhadores. Então, eu não fui lá como aprendiz, eu fui lá já tendo uma visão do mundo maior do que eu tinha quando eu estava só no Brasil.

Quando eu tava só aqui no Brasil, eu não passava de um índio, uma espécie de índio que só conhece a casa onde mora e mais nada. Então, eu tinha que conhecer o mundo pra poder chegar na China com um maior conhecimento das coisas. Aí eu fui pra lá. Nós éramos doze companheiros, três grupos de pessoas e nós fomos pra China.

MS: – Três grupos de quatro?

MC: – Era de três, de quatro, e se encontravam lá. Eu saí daqui para São Paulo. Lá, eu cuidei da perna, tratei, fui para o hospital, fiz o tratamento, botei uma perna nova. De lá, depois que tava andando, é que fui



pra China. Aí na China, os camaradas, depois que cheguei lá, olharam pra minha perna e disseram: “Rapaz, como você tem que ser um bom militante que possa subir em qualquer serra, em qualquer lugar, morro, buraco, seja o que for, você precisa de uma perna mecânica boa, sô!”.

MS: – Alta tecnologia!

MC – É, uma perna boa. Aí resolveram discutir no partido comunista e mandaram fazer uma perna da melhor qualidade lá. Na época, fizeram uma perna toda de alumínio, maneirinha, dentro um pau maneirinha também. Fizeram tudo e botaram na minha perna. E eu andava como quem tava bonzinho, não sentia nada.

MS: – Tinha as articulações, as juntas, tudo, né?

MC: – É, tinha as articulações embaixo e em cima. Eu tinha só uma perna, mas eu tinha dezoito peças de botar na perna quando precisasse. Era de sobressalente.

MS: – Então, é daí que vem a história do título “O HOMEM DA PERNA DE PEQUIM”?

MC: – É, eu tinha uma perna muito bem feita. Rapaz, era muito especializada mesmo, porque os chineses fizeram com amor, carinho. Porque lá eu fui muito querido pelos chineses.

MS: – E, seu Mané, o que foi que você visitou lá na China? O que você viu lá?

MC: – Lá eu visitei quase toda a China onde houve guerrilha. Porque lá tinha duas Chinas: uma China que era vista por todo mundo que olhava, né? E uma China que era por baixo do chão, que é onde faziam os hospitais, os caminhos pra você andar clandestino.

MS: – Isso no tempo da revolução?

MC: – Foi.

MS: – Mas isso permaneceu por muito tempo?

MC – Permaneceu. Quando eu estava lá, ainda tinha nêgo usando. Não era todo mundo que sabia, mas a pessoa que era do partido comunista já conhecia tudo. Então, a gente andava tudim. Eu fui lá, visitei.

MS: – Era uma espécie até de prevenção à uma reação da direita, da burguesia, aí eles ainda tinham os seus refúgios, vamos dizer assim, seu sistema de defesa, e tal?

MC: – Tinham. Então eu fui pra lá, e uma das coisas que eu fui aprender era a fazer esse sistema debaixo do chão (risos). Andei demais, porque lá era o seguinte: quando os membros do partido comunista eram atingidos pelos seus adversários, eles tinham um lugar pra esconder seus companheiros pra poderem ser tratados. Escondidos, debaixo do chão. Ninguém achava, porque só quem sabia eram eles. Eles entravam numa boca lá onde se saía para outras três ou quatro bocas. Cada buraco tinha quatro, cinco, bocas lá em cima da serra, cobertas com as folhas. Ninguém via, sabe? Tudo coberto de folhas. Os paus que caíam lá tampavam o buraco, mas era tudo encapado. Ninguém via, não era perto, não.

MS: – Tudo camuflado?

MC: – Tudo camuflado. Aí eu aprendi as camuflagens todas lá, a fazer as camuflagens. Por isso que me chamavam de perigoso. Porque eu era perigoso mesmo pra eles, né? Aí nós aprendemos a fazer camuflagem, fazer esses caminhos debaixo do chão, entrar numa ser-

ra aqui e sair na outra ponta da serra, às vezes com dois mil léguas de distância. Aí tinha o caminho pra andar sem precisar andar no meio do povo, porque quem estava no partido comunista, que era perseguido, não podia andar aberto, andar aberto por todo canto, aí só quando eles já estavam na guerra é que apareceram mesmo. O exército popular. Mas aí já era respeitado mesmo pelo exército, tá entendendo? Aí já podia andar lá, sabendo que todo mundo era do exército popular. Mas, enquanto não tinha a guerra, não podia andar, não.

MS: – Seu Mané, e a história de que você teve um encontro com o Mao?

MC – Rapaz, essa história... Eu estava fazendo essa perna e todo dia eu ia treinar lá na escola, se tava boa já. Aí eles me levavam pra onde tinham que me levar. Aí um dia eles me perguntaram se eu tinha interesse em falar com o Mao. Eu disse: “Rapaz, eu tenho a maior vontade no mundo de conversar com esse cidadão chamado Mao Tsé-Tung.” E quando foi um dia, eu fui chamado lá cedo pra nós ir pro hospital da perna, pra nós vê a perna, treinar, andar um pouco e depois ir até onde o Mao. Aí uma pessoa, que eu não sabia quem era, lá da China, que era amiga do Mao, me convidou pra gente ir onde ele estava. O Mao estava lá em Nanquim, numa casa onde ele se hospedava. Tinha os bancos tudo vermelho, as cadeiras tudo beleza, ele tava lá e nós fomos pra lá. Aí nós chegamos onde tava o Mao Tsé-Tung e ele me perguntou como era que tava lá a escola. Eu disse que tava boa. Depois dele dá uma gaitada, ele disse que não era muito bem o que ele sabia, que eu tinha um bocado de críticas à escola, que tava me ensinando lá sobre a guerrilha chinesa. Eu disse: “Não, crítica eu tenho, porque tenho mesmo. Mas não é porque seja contra a escola, não. Tô aprendendo demais

lá.”. Conversei bastante com o Mao e depois dessa conversa o Mao me deu três pareceres, que eu tinha até pouco tempo, mas já esqueci tudo... Qual era o parecer? Primeiro. Eu lembro só de alguns deles... Eu nunca podia pensar de ter algum trabalhador como inimigo meu de classe. Nunca. Eu podia sofrer como o diabo, penar, ser tudo, mas não tratar ninguém como inimigo.

MS: – Ninguém que fosse trabalhador como inimigo de classe?

MC: – Esse trabalhador eu tinha que convencer que, ao invés dele me tratar como inimigo, nós devemos ser amigos, companheiros da mesma classe. Portanto, nós não podia se tratar como inimigo.

MS: – Mesmo tendo divergência? Contradições pesadas?

MC: – Tinha que tratar como amigo, não aguçar o conflito. Porque o cara formado era eu, que tinha consciência do que queria, né? Não era o outro.

MS: – Ele colocava isso por conta da condição de um dirigente, é isso?

MC: – De um dirigente, de um quadro político da classe trabalhadora, não pode tá se trocando por uma ideia pequena dos trabalhadores.

MS: – Porque ainda não atingiram um grau de consciência mais...?

MC: – Tem que ter uma ideia de vanguarda a longo prazo, a curto, médio e longo prazo. Não pode ter só uma visão imediata.

E aí não podia contar com nenhum inimigo no nosso meio, porque esse inimigo nós tinha que identificar nos adversários, e não nos trabalhadores, que eram dominados por eles. Aí eu aprendi essa tese lá.

MS: – Isso era uma das teses do Mao?

MC: – Uma das teses do Mao Tsé-Tung.

MS: – Certo, você não lembra das outras?

MC: – A outra, ligada a essa primeira também, dizia que eu não podia largar o partido que eu tava, junto com os trabalhadores, e ir pra outro partido sozinho. A gente tinha que lutar pra ganhar todo mundo pra uma ideia nova. Tá junto.

MS: – Sei, mesmo estando discordando já de muita coisa?

MC: – É, não pode, não. Você perde gente.

MS: – É por isso que você ainda está no PT?

MC: – Por isso que eu não saí até hoje.

MS: – Você ainda está sustentado pelas teses de Mao, rapaz?

MC: – Não é que eu concorde com tudo, não. Mas é que tem um bocado de coisa que eu aprendi lá que eu não posso deixar por deixar. Então, eu vou ficar no PT enquanto eu puder trabalhar e tentar ganhar as pessoas. Eu vou trabalhar pra ganhar, essa era uma outra tese.

MS: – E aquela história de que o tipo do modelo chinês para você, vamos dizer assim, servir como referência como modelo para o seu país... Como é que foi?)

MC – Ah, sim, me lembrei agora. Foi o seguinte: quando eu chegasse no Brasil, deveria me dedicar nos estudos da ciência pra conhecer o país. Porque não podia tá aqui as pessoas que conheciam só a China. Nós tinha que tá com gente que conhecesse o Brasil. Porque se fosse criar um exército, seria um exército que conhecesse o Brasil. Conhecer a China não adiantava. Ia morrer aqui. Aí as pessoas tinham que conhecer o Brasil. Essas pessoas, depois que conhecessem o Brasil, é que iam trabalhar pra formar nossos quadros dirigentes. Com gente que conhecesse o lugar onde eles estão.

MS: – A ideia era a de que devia trabalhar uma organização, mas centrada na realidade brasileira?

MC: – Era.

MS: – Nos hábitos, nos costumes, na cultura, nos problemas do Brasil. E não a ideia de transportar, de transpor o modelo chinês?

MC: – Mão, porque, ó, o Mao Tsé-Tung me disse assim: “Ó, meu caro, quando eu tava no partido comunista, um grupo de companheiros achavam que nós tínhamos que condenar quem adorava santo. E eu disse que não. Porque o santo pra mim pode não valer nada, eu sei que não vale nada. Mas pra ele vale. Se eu for negar o santo, como é que eu vou pegar esse povo? Vão virar meus inimigos, todo mundo! Então eu tenho que adorar o santo, beijar o santo, porque é uma coisa do povo.”.

MS: – Tem que respeitar?

MC: – Respeitar o povo. Um dia eles mesmos decidem a não querer mais. Enquanto eles acreditarem que o santo faz milagre, ele tem que acreditar e fazer o que ele acredita. Então, eles têm que se apegar com o santo deles. Isso não faz mal nenhum. Ele pode rezar, adorar, fazer a reza dele. Falar com o Deus dele.

MS: – É aí que ele busca a força, né?

MC: – É aí que busca a força, porque diz que a força está no acreditar no que está fazendo. Se a pessoa não acredita no que está fazendo, perde a força. Então a força do religioso é o santo. Ele pode não fazer nada, mas ele dá força enquanto as pessoas acreditarem. Então, aí eu não podia ser contra isso, não. Deixa estar, que um dia o povo ia descobrindo que o santo não valia nada mesmo. Isso é uma questão deles. Mas eu tá impondo que não vale não. Eu tinha que respeitar a fé do povo.

MS: – Certo, seu Mané. Até então, foi essa a oportunidade que você teve lá, de ter essa experiência, de conhecer as formas de organização nas comunidades, a forma da defesa do pessoal chinês, do povo trabalhador, do povo camponês e, depois desse período todo que você ficou China, aí retornou. Você acha que voltou um pouco mais preparado, voltou com novas ideias, novas energias?

MC: – Eu acho que, se eu não tivesse ido pra China, eu tinha morrido mesmo. Sabe por quê? Porque eu não voltei mais vendo só a questão imediata. Eu voltei vendo a curto, médio e longo prazo. Essa ideia de que terei que conhecer o Brasil como ele é, a realidade, me pegou muito isso aí. Em vez de trazer pra cá o que eu aprendi na China, eu quero aprender o que nós aprendíamos aqui, segundo a

realidade do nosso povo. Porque é isso que vai determinar os nossos caminhos, é a nossa realidade. Então, me esqueci dos detalhes da China, porque me dediquei, me voltei pra estudar mais o Brasil. E aí quando eu comecei a querer fazer a guerrilha eu fui lá... Como é que chama aqui? Onde fizeram a guerrilha?

MS: – Aqui no Brasil? No Araguaia?

MC: –No Araguaia. Eu fui lá pra eu ver o Araguaia, como era na época. Fui daqui pra lá. Quando cheguei lá, não me agradou. Eu escrevi uma carta pro partido comunista dizendo que eu não queria ser do partido. Porque, como eles estavam propondo pra mim, não tinha nada a ver com a realidade que eu conheci do país chinês. Uma coisa é alguém ter ido na China conhecer, ter conhecido, a outra coisa é conhecer aqui. Como é que vocês vão fazer uma guerrilha quando ninguém não sabe nem o que é guerrilha? As pessoas não aprendem só porque você dá esmola pra elas. As pessoas querem aprender a tecnologia do conhecimento científico, tecnológico, têm que conhecer onde está, qual o pensamento que elas têm, que seu povo tem. E, se não conhece isso, como é que eu vou chegar lá falando de ateísmo, que é revolucionário? Não vai servir de nada pra ele. Vai servir pra ele apostar no que ele acredita. Aí tem que ter um longo período pra você trabalhar.

Então, eu não fui pra essa guerrilha. Se tivesse ido, eu tinha morrido. Porque eu não concordei com a ideia de uma guerrilha desligada do conhecimento da realidade local. Eu cheguei lá, rapaz, o povo lá só sabia o que era mato. Sabe como o partido comunista traçou sua estratégia? Tinha muito mato, a pessoa podia se esconder onde quisesse. A pessoa pode se esconder no meio do povo quando



ela quer, quando ela conhece as coisas. Ela tem que aprender a se esconder no meio do povo. É o povo que consegue esconder seus companheiros, que conhece, sabe dos caminhos, as veredas, sabe pra onde vai. Você está com um povo que não sabe de nada do mundo, não conhece coisa nenhuma como é o mato, como é que entra como é que sai. Como é que se tem apoio desse jeito? É por isso que todo mundo foi pego. Todo mundo foi pego porque o povo todo que foi pra lá. Foram tudo jogado de outros estados pra irem fazer a guerrilha lá. Não conheciam nada. Resultado: a polícia, que conhecia todos os caminhos de lá, pegou todo mundo. Mataram mais de cem, duzentas pessoas. Acabou.

MS: – Certo. A proposta de guerrilha no Araguaia não lhe agradou. E aí, qual foi o caminho que você escolheu pra organizar os trabalhadores para preparar uma certa resistência, enquanto classe?

MC: – Eu aprendi a criar sindicatos, criar cooperativas, outras organizações do povo que organizam poder... A Igreja Católica, as Igrejas Evangélica. Tudo. A gente organiza, mas o povo crê. Já tá fazendo lá, né? É a cultura do povo. Porque, segundo o Mao, não existe esconderijo melhor do que a própria ideia de cultura, que o povo aprendeu na sua caminhada.

MS: – Certo, Mané, mas quando você foi daqui do Brasil pra China, na verdade, essa luta já estava bastante acirrada, né? Porque já tinha acontecido várias coisas com você. Acho que já tinha sido até preso alguma uma vez, não?

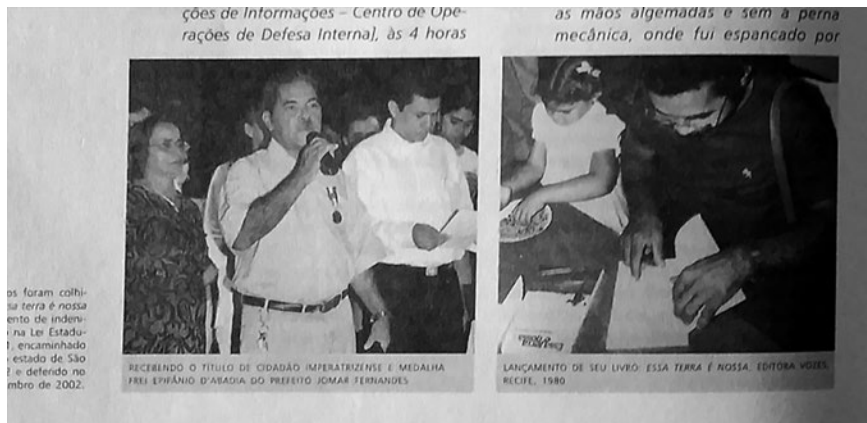
MC: – Já.

MS: – Já tinha sido baleado por conta da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré Mirim. Então como você foi aprender a ser, digamos assim, um militante revolucionário na China? Você já estava desenvolvendo esse trabalho aqui e, ao retornar, essa companheirada, esses trabalhos de base, na verdade, já existiam, não é isso?

MC: – Já existia. Agora, o que não existia ainda era a consciência de classe no sentido da transformação que se tinha que fazer. Essa consciência a gente não tinha ainda. Tinha uma coisa mais imediata. A guerrilha era uma coisa, assim, passageira. Não era uma coisa que tivesse uma permanência, uma sustentabilidade, uma solidez política-ideológica. Era uma coisa de necessidade imediata. Pronto. Por isso que o PCdoB se fodeu. Por causa disso. Ele achou que era uma coisa que as pessoas pudessem aprender num ano. No outro ano, já está na guerrilha. Não é assim, não. As pessoas entram, mas alguém que conheça aonde está as ideias, a religião, tudo, ele não pode tá questionando fé, religião. Nada disso. Porque isso não é fundamental. Isso não impede a revolução. O que impede é você acreditar no seu adversário.

MS: – É isso que impede a revolução?

MC: – É. Você deixar os adversários, por causa de uma razão ou de outra, enganar os trabalhadores dizendo que você é ateu, não sei o que, que você não tem nada. Aí é que pega, porque o inimigo usa os instrumentos que ele tem pra nos isolar.



Manoel Conceição Santos recebendo o título de cidadão de Imperatriz/MA, do prefeito Jomar Fernandes. E noite de lançamento do livro *Essa terra é nossa*, em Recife, 1980.

Fonte: acervo da família

Eu vou contar uma coisa pra você. Eu aprendi na China o que eu nunca teria aprendido no Brasil. Eu não trouxe nada de lá pra cá, não. É que eu aprendi a fazer de acordo com a nossa realidade. Atuar no Brasil de acordo com a realidade que eu vivo. É essa a questão, a diferença. Eu aprendi a lutar com a realidade do meu povo, do meu país, com sua fé, com sua religião, com sua crença. Como ele é. Não vou dizer que a religião não vale nada, não. Vale sim.

MS – Seu Mané, no seu retorno, já existia uma referência, existia organizações, existia, de certa forma, até uma articulação em âmbito nacional da resistência à ditadura, e da tentativa de manter os trabalhadores como numa organização mesmo que fosse clandestina, certo? E então, como é que foi esse seu retorno? Como é

que vocês estiveram mantendo essa resistência, essa alimentação da esperança, do enfrentamento ao próprio estado ditatorial, de cerceamento da liberdade? Como é que você continuou o trabalho? Deu sequência a partir daí?

MC: – Eu cheguei, fui lá para o Pindaré Mirim onde eu era conhecido. Lá comecei a organizar os trabalhadores na AP, já com essa visão que eu trouxe de fora, aplicando de acordo com a nossa realidade. Fomos criando, organizando. A gente não podia tá fazendo isso assim sem ter controle do que tava acontecendo, do que estávamos fazendo, e nem tá divulgando. Mas um companheiro nosso, chamado Luís, esse companheiro foi para o PC do B. E, lá no PC do B foi ganho pra ir pra guerrilha do Araguaia. E esse ganho dele foi que me entregou pra ditadura, porque ele era meu companheiro da AP, mas estava ganho pela ideia do PC do B. Ele entrou lá num armazém de guardar arroz, de pilar arroz, ensacaram lá cinquenta sacos de arroz, roubaram. E os companheiros, que eram amigos deles também, juntaram-se de noite, carregaram o arroz todinho pra casa dele. Fizeram um armazém lá de arroz pilado que era pra levar pra guerrilha do Araguaia.

MS: – Pra sustentar a guerrilha?

MC: – Era... Resultado: de manhã cedinho, antes deles serem pegos, o quê que eles fizeram pra não deixar muito rastro na estrada? Eles foram carregar água de noite pra acabar o rastro, mas quando os cabras chegaram de manhã acharam um buraco lá do roubo do arroz e viram o rastro da água que os cabras botaram pra apagar os primeiros rastros. E seguiram a água até chega na casa onde tava o arroz. Pegaram tudim.

MS: – Pegaram o arroz ou pegaram os cabras?

MC: – Pegaram o arroz e pegaram os cabras. E o Luís, que era o líder, esse escapuliu ali, mas foi pego depois, junto comigo, num lugar chamado Arataca.

MS: – Ah, ele escapou e foi lá pra onde você tava?

MC: – Foi. Ele soube que eu tinha chegado lá. Fugiu dos outros, se escondeu três dias, dormindo no mato, pegando chuva. E nessa época deu muita chuva, era em janeiro. E eu tava lá na beira do rio, esperando uma lancha, quando ele apareceu dizendo que queria ir mais eu, pedindo até pelo amor de Deus que eu deixasse ele ir comigo, se não ele ia preso. Aí eu aceitei ele ficar mais eu. E ficamos lá escondido. Mas, quando deu por volta do meio dia, eu ouvi bater na beirada do rio, uma batida pra lá, e ele saiu devagarzinho e foi olhar. Chegou lá eram uns amigos que ele conhecia. Eram os pescadores do rio. Aí ele, com muita fome coitado, se apresentou dizendo que tinha fugido da polícia pra não ser preso. Ele queria que eles dessem um peixe pra ele e uma farinha pra comer assado. Aí deram e voltaram lá pra Tufilândia. Chegaram lá, disseram pra polícia que o Luís que eles estavam procurando estava com o Manoel da Conceição, lá num lugar chamado Arataca. Aí vinha descendo uma lancha, encheram a lancha de polícia. Chegaram lá, deram com a mão. Eu não sabia de nada. Disse: “ôpa, estou aqui.”. Encostaram com a lancha. Quando eu entrei, já tava pegado em tudo quanto era braço. Os braços tudo amarrado. Aí que pensei que era só eu, quando eu olhei, o Luís já tava preso fora também.

MP: – Ah, o Luís já tava pego?

MC: – Já tava pego. Aí, rapaz... Nós entramos juntos. Só que

eles pegaram ele de uma maneira que eu não vi. Me pegaram e depois pegaram o Luís que vinha atrás, prenderam todos dois. Aí fomos comer o pão que o diabo amassou.

MS: – E aí, levaram vocês pra onde?

MC: – Eles me levaram pra São Luís. E de São Luís pro Rio de Janeiro, do Rio pra Bahia, depois para Pernambuco, Alagoas, aquele mundo. E depois pro Recife, pra me esconder, pra ninguém me achar.

MS: – Foi esse período aí, Mané, que você ficou preso uma temporada grande, chegou até a fase das torturas, todas aquelas formas de violência?

MC: – Foi, foi, siô. Foi nessa prisão, no dia 2 de janeiro de 1969, que eu fui preso e fiquei desaparecido. A partir daí, me levaram pra São Luís, depois pro Rio de Janeiro, depois pra Bahia, depois Alagoas e depois pra Recife.

MS: – E ainda teve Fortaleza, não foi?

MC: – Foi.

MS: – Fortaleza, isso aí já foi mais no final?

MC: – Foi mais no final. Quando eu voltei pra ficar lá na prisão já sendo considerado preso político. Até então, eu tava desaparecido. Porque eu passei desaparecido esses oito meses, ninguém sabia onde eu tava.

MS: – Oito meses totalmente desaparecido, Mané?

MC: – Totalmente desaparecido. Dado como morto. Parecia que eu tava morto. Tinha sido assassinado, desaparecido e pronto. E

eu sendo torturado e espancado nas cadeias. Me tiravam de noite e me levavam lá pros locais de piscina de mar, de rio e tudo.

MS: – Lagoa? Mané, você foi torturado nesse negócio de lagoa, que afundavam o cabra lá e deixavam já quase morto e tirava de novo?

MC: – Fui. Aí tiravam de novo. Ninguém me via. Porque quando eu ia sair de lá era por um buraco que tinha em uma casinha, baixinha, dentro do quartel. Não sei bem onde era, onde me jogavam lá dentro. Só me tiravam de novo de noite pra torturar.

MS: – Passava o dia todinho dentro desse buraquinho?

MC: – O dia todinho. Não podia gritar porque iam me matar.

MS: – Mas esse é o local que chamam de geladeira, não é?

MC: – É, uma geladeira, tipo uma geladeira mesmo.

MS: – É porque é pequeno, por isso que chamam de geladeira?

MC: – É, tampa e pá. A porta é uma tampa. Bate aí cola. Pronto. E dentro entra o ar pra você não morrer sufocado. Bota o ar por dentro, frio, tem lá um buraco. Tem um ar frio danado, um ar frio desgraçado. Você só aguenta porque tem que aguentar mesmo.

MS: – É escuro ou tem alguma luz?

MC: – Tem uma luz em cima, vermelha, que acende. É em cima do cabra o tempo todo. É em cima, mas só por dentro mesmo. Por fora não tem nada. Só dentro. Você caga e mija lá mesmo, espaçozinho de nada. Espaçozinho só pra você cagar mesmo. Só de botar a bunda mesmo.

MS: – Dá pra deitar um pouco, como é que é?

MC: – Deitar? Deitar em cima da merda, fedorento...

MS: – Como era que ficava lá, Mané?

MC: – Fedorento que só o diabo. Não tinha quem aguentasse!

MS: – Como é que você ficava, o tempo todo em pé, se acocorava, como é que era?)

MC: – Em pé não podia ficar, não. Tinha que ficar era deitado mesmo. Por cima da merda e do mijo. Só não tinha mais merda porque não se comia quase nada. Se comia um pão, assim, por dia. Um pão com um pouco de água fria, água sem nada mesmo, só com a água branca comum. Essa era a comida. Passei oito meses assim.

MS: – Isso era no Rio de Janeiro?

MC: – No Rio de Janeiro... Rapaz, agora eu vi. Quero contar uma que você vai gravar, porque é o seguinte: dessa cadeia, quando me tiravam à noite, era pra me levar pra um lugar que tivesse geladeira, piscina, tanque de água fria.

MS: – Era um lugar de tortura mesmo, um campo de tortura?

MC: – Tortura mesmo, onde tinha esses postes, tudo de cimento assim. Olha aqui. Eu nunca mostrei isso aqui pra vocês. Mas não é brincadeira. Isso aqui, ó, eu não tinha, não. Eu era um cabra bom das pernas, eu não tinha nada. Olha aqui essa perna. Isso aqui foi o quê? Foi as chamadas algemas que botaram nas minhas pernas, pra poder amarrar, pra não sair do local. Olha como está isso aqui. Tá cinza ainda. Isso aqui tava na carne viva, quase no osso. Como eu tinha só uma perna, me penduravam numa grade em cima, amarrado



na algema. E eu ficava lá o dia todinho, pendurado, e pegando chicote. Pegando chicote. Chicote, chicote, chicote, choque elétrico, todo diabo. Como isso aqui era de ferro, uma atraca de ferro, cortou a perna aqui. Deu quase no osso. Sarou mas tá assim, tá a marca até hoje. A cicatriz tá aqui até hoje. Aí, quando eu saía de lá, ia pro hospital, pra ser tratado pelo exército. E, às vezes, passava quatro, cinco dias, melhorando. Quando tava melhor, voltava de novo.

MS: – Pra recomeçar, retomar?

MC: – Tudo de novo. Aí é que era dor, dor do diabo! Assim eu fui preso, desse jeito. Passei esses oito meses com eles fazendo isso comigo. De três em três dias, de quatro em quatro dias, de oito em oito dias, me levavam pra esse inferno, que é nessa geladeira. Foi lá que me tiraram uma vez pro hospital e eu me encontrei com um companheiro que era um estudante. Eu contei pra ele minha situação. O nome dele era Samuel Jurquervick. Foi esse companheiro que, quando saiu da cadeia onde tava preso também, denunciou que tinha me visto no Rio de Janeiro. Foi aí que eles me carregaram pra Bahia, pra Alagoas, me carregaram pra Recife, me tiraram de lá, nessas horas...

Aqui tem uma interpretação que eu não sei o quê que é, não. Eu tava nessa geladeira lá, sofrendo, quando, uma noite, eu acordo. De acordo com o que eu tava vendo, tinha uma grande tempestade no mundo. Uma tempestade que vinha acabando com o mundo mesmo. Essa tempestade chegou que abriu as portas de onde eu tava. No meu sonho, abriu as portas, janela e tudo ficou no aberto. Aí eu pulei, de onde eu tava, pulei fora. Pra fora. Mas aí, quando eu acordei, tava dentro. Era só o sonho. Mas o sonho era um pouco verdadeiro,

sabe por quê? Porque quando foi no outro dia, bem cedinho, abriram minha porta dizendo que eu tinha que sair de lá. Porque tinham me encontrado e iam me levar pra outro lugar. Aí me tiraram e me levaram pra Bahia. É por isso que eu achei que foi uma visão que veio do céu. Deus tinha mandado. Deus. Só pode ter sido ele. Como é que eu ia ver aquela coisa? Aquela tempestade? Aquele vento danado? Caboclo pular fora de lá?

MS: – Chegou e arreventou todas as trancas, janelas?

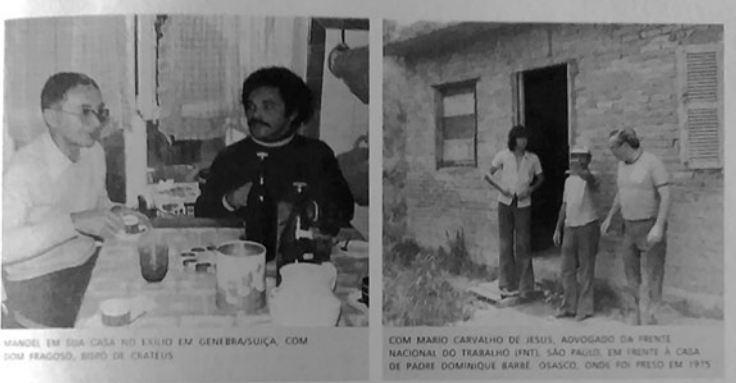
MC: – Arreventou tudo, janela, arreventou tudo. Aí eu vi a porta aberta e pulei pela janela. Mas tava dentro.

MS – E esses caras, essas pessoas, depois você soube de alguma informação do que tava acontecendo fora? O quê que tava acontecendo em relação a essa sua situação de desaparecido? O que foi que você soube?

MC: – Não. Foi um cabra que veio pra me contar, um fuxiqueiro lá. Me contou que, durante a minha prisão, até o Papa tinha ido pra televisão pra dizer que eu tinha sido assassinado. E eu disse que era mentira dele, porque eu ainda tava vivo, então...

MS: – O Papa foi pra televisão pra dizer o quê? Pra cobrar alguma coisa?

MC: – O Papa? Pra exigir o meu reaparecimento. O Papa, a Albânia, na época, era do partido comunista. Ela era socialista. Fez a maior zoada do mundo naquele tempo. Fizeram muita zoada no Brasil, nos Estados Unidos, teve dezoito comitês que foram criados. E todo dia mandava carta, fazia barulho... Na Suíça...



Manoel no exílio, em Genebra/Suíça, com Dom Fragozo, bispo de Crateús/CE. Com Mário Carvalho de Jesus, advogado da Frente Nacional do Trabalho (FNT), em Osasco, São Paulo, na casa do padre Dominique Barbe, em 1975, onde foi preso.

Fonte: acervo da família.

MS: – Mas você não sabia que estava acontecendo isso?

MC: – Não, sabia, não. Vim saber desse detalhe no dia que me tiraram de lá... O Papa tinha saído na televisão.

MS: – Depois que você teve o sonho.

MC: – Depois que eu tive o sonho, foi essa notícia que eu recebi. Mas eu não estava sabendo de nada. Se tava acontecendo mesmo ou se não tava. Mas o fato é que tava acontecendo o barulho. Era no mundo todo.

MS: – Então, você acha que essa era a tempestade, que o sonho...

MC: – A tempestade era essa do sonho. Uma tempestade que o povo tava fazendo no mundo todo pra perguntar: “Onde está Manoel? Onde está Manoel?”. Acho que era isso aí.

MS: – Aí tiraram você de lá.

MC: – Aí me tiraram de lá e me levaram pra Bahia. Lá me botaram no quartel.

MS: – Do Rio de Janeiro pra Bahia?

MC: – É, lá me botaram num quartel que eu não vi mais nada também. Fiquei lá bem uns cinco dias.

MS: – Você foi torturado também na Bahia?

MC: – Não, lá foi só pra me esconderem. Depois me tiraram da Bahia e me esconderam em Alagoas. Depois de Alagoas, me levaram pra Recife. Lá de novo eu fui torturado.

MS: – Foi torturado em Recife. Em Alagoas você não foi torturado? Tava só escondido?

MC: – Não, tava só escondido. Ninguém sabia onde que eu tava. Eu não fui torturado, nem na Bahia, nem em Alagoas. Eu fui só jogado lá numa cela, incomunicável. Um preso, réu comum. Não sei que diabo de preso eu era. Era um réu, assim, assassino. E fiquei lá escondido. Mas não houve tortura lá, não. E depois que eu fui pra Recife é que começaram de novo as torturas. Passei uns dez dias ou foi quinze, sei lá. Eu não sei porque lá tudo era de noite. A gente não via. Só via a escuridão.

MS: – Não sabia. Não tinha noção do que era noite, nem do que era dia?

MC: – Nada.

## • Referências

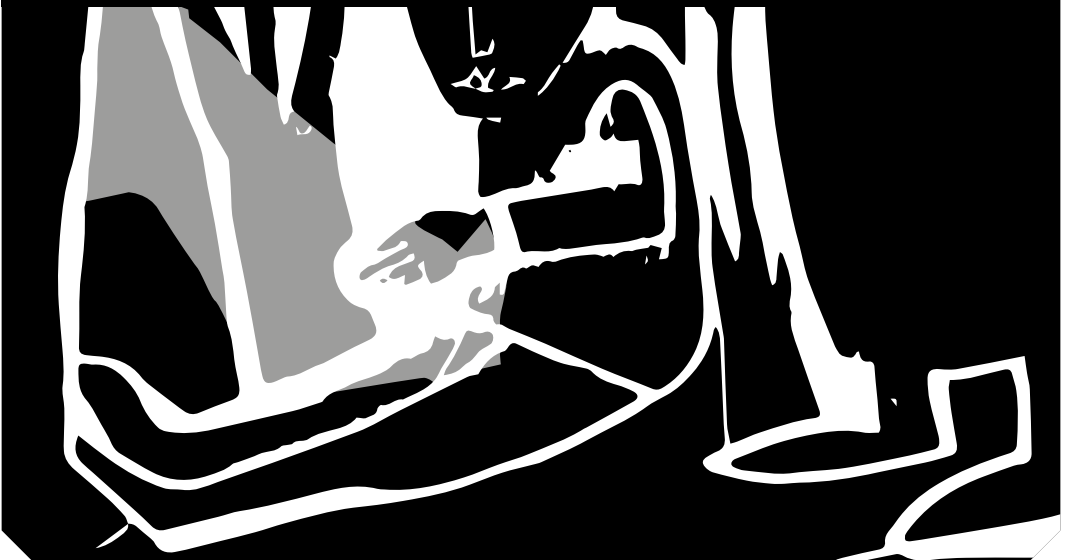
FRANKLIN, Adalberto. Manoel Conceição: sobrevivente do Brasil. Imperatriz-MA: Ética Editora, 2014;

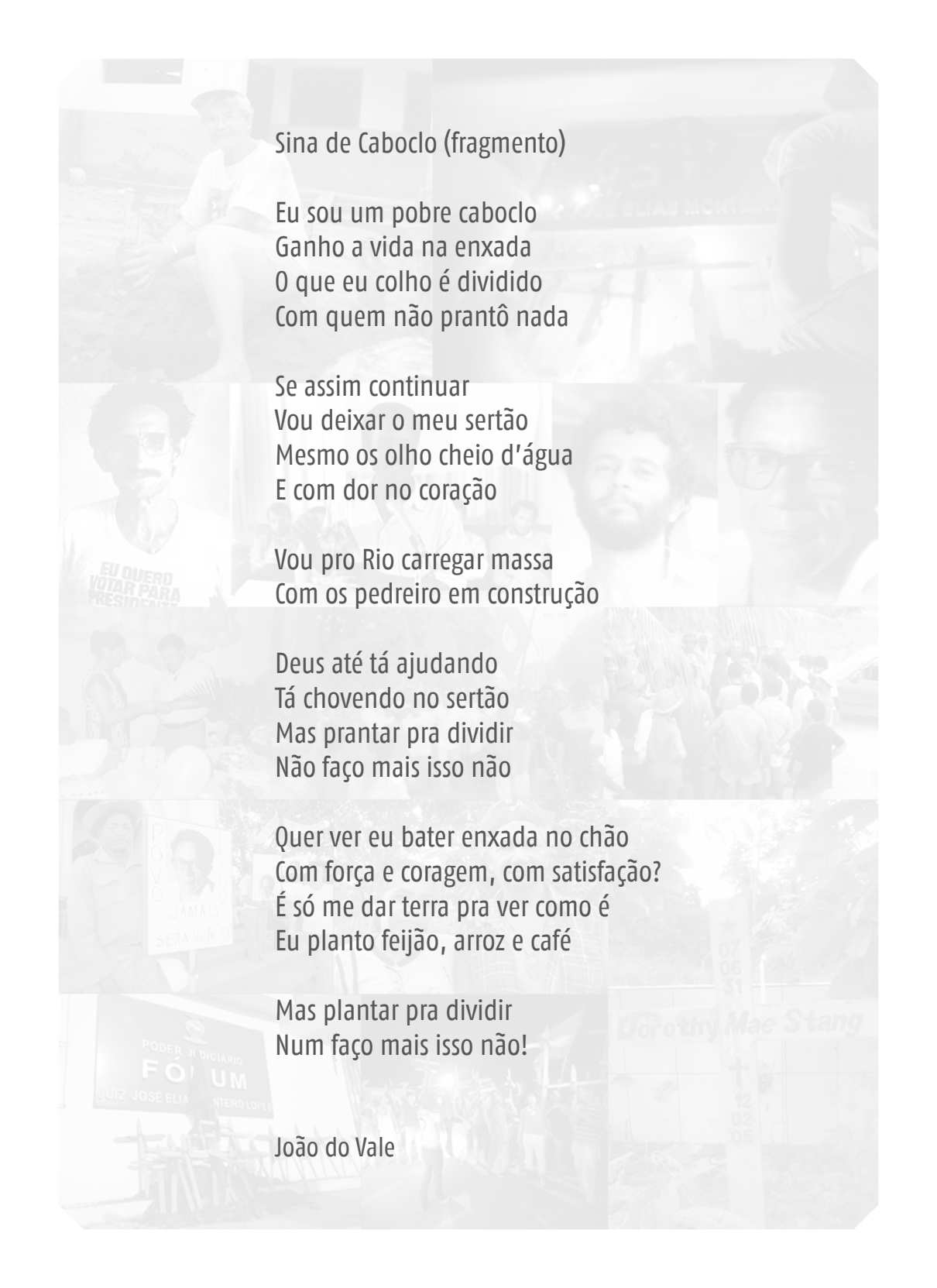
ROCHA, Claudio. O HOMEM DA PERNA DE PEQUIM. O CRUZEIRO: Rio de Janeiro (11-10-1972).





# ANEXOS





Sina de Caboclo (fragmento)

Eu sou um pobre caboclo  
Ganho a vida na enxada  
O que eu colho é dividido  
Com quem não prantô nada

Se assim continuar  
Vou deixar o meu sertão  
Mesmo os olho cheio d'água  
E com dor no coração

Vou pro Rio carregar massa  
Com os pedreiro em construção

Deus até tá ajudando  
Tá chovendo no sertão  
Mas prantar pra dividir  
Não faço mais isso não

Quer ver eu bater enxada no chão  
Com força e coragem, com satisfação?  
É só me dar terra pra ver como é  
Eu planto feijão, arroz e café

Mas plantar pra dividir  
Num faço mais isso não!

João do Vale

## SITUAÇÃO DE PROCESSOS QUE APURAM ASSASSINATOS DE TRABALHADORES RURAIS E LIDERANÇAS NO ESTADO DO PARÁ.

NOME DA/S VÍTIMA/S	PROFIS-SÃO	ANO DO CRIME	Nº MOR-TOS	MUNICÍPIO	PUNIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS
<b>01</b> <b>Gabriel Sales Pimenta</b>	Advogado	1982	01	Marabá	Crime prescrito. Sem punição.
<b>02</b> <b>Benedito Alves Bandeira “Benezinho”.</b>	Sindicalista	1984	01	Tomé Açu	Crime prescrito. Sem punição.
<b>03</b> <b>Chacina da Ubá</b>	Trabalhadore(s)	1985	08	São João do Araguaia	Mandante condenado. Cumpre prisão domiciliar. Dois executores condenados e foragidos.
<b>04</b> <b>Chacina da Faz. Princesa</b>	Trabalhadore(s)	1985	05	Marabá	Mandante e intermediário condenados e foragidos.
<b>05</b> <b>Ir. Adelaide Molinari</b>	Religiosa	1985	01	Eldorado dos Carajás	Executor julgado e absolvido.
<b>06</b> <b>João Canuto de Oliveira</b>	Sindicalista	1985	01	Rio Maria	Mandantes condenados e foragidos.
<b>07</b> <b>Chacina de Goianésia</b>	Trabalhadore(s) e uma criança.	1987	03	Goianésia	Crime prescrito. Sem punição.



<b>NOME DA/S VÍTIMA/S</b>	<b>PROFIS-SÃO</b>	<b>ANO DO CRIME</b>	<b>Nº MOR-TOS</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>PUNIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS</b>
<b>08 Paulo Fontelles de Lima</b>	Advogada	1987	01	Ananindeua	Executor e Intermediário condenados. Sem punição de mandantes.
<b>09 Virgílio Sacramento Serrão.</b>	Sindicalista	1987	01	Moju	Acusado condenado a 02 anos de prisão.
<b>10 Braz Antônio de Oliveira e Ronan Rafael Ventura.</b>	Sindicalista e trabalhador	1990	02	Rio Maria	Crime prescrito. Sem punição.
<b>11 João Carlos Batista.</b>	Advogado	1990	01	Belém	Executor condenado. Sem punição de mandantes
<b>12 Paulo Canuto de Oliveira e José Canuto de Oliveira.</b>	Lideranças	1990	02	Rio Maria	Executor condenado e foragido. Mandante impronunciado.
<b>13 Expedito Ribeiro de Souza</b>	Sindicalista	1991	01	Rio Maria	Acusados julgados e condenados. Mandante beneficiado com indulto judicial.
<b>14 Domingos Menezes Cardoso e João Doido</b>	Trabalha-dores	1992	02	São João do Araguaia	Processo arquivado. Sem punição.
<b>15 Arnaldo Delcídio Ferreira</b>	Sindicalista	1993	01	Eldorado dos Carajás	Crime prescrito. Sem punição.
<b>16 Antônio Teles Saraiva e Alcina Gomes.</b>	Sindicalistas	1994	02	Eldorado dos Carajás	Crime prescrito. Sem punição.

<b>NOME DA/S VÍTIMA/S</b>	<b>PROFIS-SÃO</b>	<b>ANO DO CRIME</b>	<b>Nº MOR-TOS</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>PUNIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS</b>
<b>17</b> <b>José Martins dos Santos e Gilvan Carneiro dos Santos</b>	Trabalha-dores	1994	02	Xinguara	Mandante impronunciado e pistoleiros foragidos.
<b>18</b> <b>Chacina Faz. Pastoriza</b>	Trabalha-dores	1995	03	São João do Araguaia	Crime prescrito. Sem punição.
<b>19</b> <b>Massacre de Eldorado dos Carajás.</b>	Lideranças e trabalha-dores	1996	19	Eldorado dos Carajás.	Os dois comandantes da operação condenados.
<b>20</b> <b>Chacina do Picadão</b>	Família	1996	05	Água Azul do Norte	Processo parado.
<b>21</b> <b>Chacina Fazenda Santa Clara</b>	Trabalha-dores	1997	03	Ourilândia do Norte	Processo parado.
<b>22</b> <b>Onalício Araújo Barros “Fusquinha” e Valentim Serra “Doutor”.</b>	Lideranças	1998	02	Parauapebas	Acusados pronunciados. Em grau de recurso.
<b>23</b> <b>Pedro Viana de Carvalho.</b>	Sindicalista	1998	01	Marabá	Processo Parado.
<b>24</b> <b>Euclides Francisco Paulo</b>	Sindicalista	1999	01	Parauapebas	Pistoleiro condenado.
<b>25</b> <b>José Dutra da Costa “Dezinho”.</b>	Sindicalista	2000	01	Rondon do Pará	Pistoleiro condenado e foragido. Mandante condenado e aguardando julgamento de recursos

<b>NOME DA/S VÍTIMA/S</b>	<b>PROFIS-SÃO</b>	<b>ANO DO CRIME</b>	<b>Nº MOR-TOS</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>PUNIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS</b>
<b>26 José Pinheiro Lima “Dedé”, Cleonice Campos Lima (esposa) Samuel Campos Lima (filho).</b>	Sindicalista, trabalhadora e menor.	2001	03	Marabá	Acusados julgados e absolvidos.
<b>27 Ademir Alfeu Frederick (Dema).</b>	Sindicalista	2001	01	Altamira	Executor condenado.
<b>28 Bartolomeu Moraes da Silva “Brasília”.</b>	Sindicalista	2002	01	Castelo dos Sonhos	Acusados julgados e absolvidos.
<b>29 Ivo Laurindo do Carmo.</b>	Liderança do MST	2002	01	Irituia	Processo parado.
<b>30 Wilson Cardec Bento dos Santos</b>	Trabalhador	2002	01	Marabá	Executor julgado e condenado.
<b>31 Chacina de São Félix do Xingu. Faz. São Sebastião.</b>	Trabalha-dores	2003	08	São Félix do Xingú.	Processo parado.
<b>32 José Orlando de Souza.</b>	Sindicalista	2003	01	Santarém	Executores absolvidos.
<b>33 Ribamar Francisco dos Santos.</b>	Sindicalista	2004	01	Rondon do Pará	Processo arquivado. Sem punição.
<b>34 Adilson Prestes</b>	Agente de Pastoral	2004	01	Novo Progresso	Processo parado.

<b>NOME DA/S VÍTIMA/S</b>	<b>PROFIS-SÃO</b>	<b>ANO DO CRIME</b>	<b>Nº MOR-TOS</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>PUNIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS</b>
<b>35</b> <b>Domingos Farias dos Santos</b>	Sindicalista	2005	01	Itupiranga	Processo parado. Sem punição.
<b>36</b> <b>Dorothy Mae Stang.</b>	Religiosa	2005	01	Anapu	Acusados julgados e condenados.
<b>37</b> <b>Soares da Costa Filho.</b>	Sindicalista	2005	01	Parauapebas	Processo parado.
<b>38</b> <b>Ivandro Rodrigues Lima.</b>	Sindicalista	2005	01	Castanhal	Um Executor condenado e dois mandantes absolvidos.
<b>39</b> <b>Pedro Laurindo da Silva.</b>	Sindicalista	2005	01	Marabá	Executor julgado, condenado e foragido.
<b>40</b> <b>Chacina da família Muniz</b>	Pai, mão e dois filhos menores.	2006	04	Baião	Dois executores condenados, um mandante e um executor absolvidos.
<b>41</b> <b>Antônio Raimundo dos Santos “Carequinha”.</b>	Liderança	2007	01	Novo Repartimento	Processo parado.
<b>42</b> <b>Geraldo José da Silva</b>	Sindicalista	2008	01	Nova Ipixuna	Investigação não concluída.
<b>43</b> <b>Luiz Lopes Barros</b>	Liderança da LCP	2009	01	Conceição do Araguaia	Processo parado.
<b>44</b> <b>Pedro Alcântara de Souza</b>	Sindicalista	2010	01	Redenção	Mandante condenado
<b>45</b> <b>José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo</b>	Ambienta- listas	2011	02	Nova Ipixuna	Executores condenados. Mandante condenado e foragido.

NOME DA/S VÍTIMA/S	PROFIS-SÃO	ANO DO CRIME	Nº MOR-TOS	MUNICÍPIO	PUNIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS
46 Valdemar Oliveira Barbosa “Piauí”	Liderança	2011	01	Marabá	Acusados impronunciados.
47 Jair Cleber dos Santos e Agnaldo Ribeiro Queiroz	Lideranças	2014	02	Bom Jesus do Tocantins	Acusados impronunciados.
48 Chacina da fazenda Estiva	Pai, mãe e 04 crianças.	2015	06	Conceição do Araguaia	Processo em andamento.
49 Osvaldo Rodrigues Costa	Liderança	2015	01	São Félix do Xingú	Processo em andamento.
50 Ronair José de Lima	Sindicalista	2016	01	São Félix do Xingú	Processo em andamento.
51 Valdomiro Costa Pereira	Lideranças MST	2017	01	Parauapebas	Processo em andamento.
52 Massacre de Pau D’Arco	Uma liderança e 09 trabalhadores.	2017	10	Pau D’Arco	Acusados pronunciados. ‘
53 Rosenilton Pereira “Negão”.	Liderança da LCP	2017	01	Rio Maria	Investigação não concluída.
54 Valdemir Resplandes dos Santos “Muletinha”	Liderança	2018	01	Anapu	Processo em andamento.
55 Juvenil Martins Rodrigues “Foguinho”.	Liderança	2018	01	Redenção	Processo em andamento.

NOME DA/S VÍTIMA/S	PROFIS-SÃO	ANO DO CRIME	Nº MOR-TOS	MUNICÍPIO	PUNIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS
<b>56</b> <b>Chacina de Baião</b>	Uma liderança e 05 trabalhadores	2019	06	Baião	Processo em andamento.
<b>57</b> <b>Carlos Cabral Pereira</b>	Sindicalista	2019	01	Rio Maria	Investigação não concluída.
<b>58</b> <b>Marcio Rodrigues dos Reis</b>	Liderança	2019	01	Anapu	Investigação não concluída
<b>59</b> <b>Raimundo Paulino da Silva</b>	Liderança	2019	01	Ourilândia do Norte	Investigação não concluída.
<b>60</b> <b>Fernando dos Santos Araújo</b>	Liderança	2021	01	Pau D'Arco	Investigação não concluída.
<b>TOTAL</b>			<b>136</b>		

Pesquisa: José Batista Gonçalves Afonso.

Banco de dados da CPT de Marabá.

Nº Processos: 60

Nº mortos: 136

Em investigação: 21

Prescritos: 09

Intermediários/executores condenados: 23

Intermediários e executores absolvidos: 08

Mandantes condenados: 13

Mandantes absolvidos: 10

Foragido: 07

# | COMO UMA MURALHA<sup>[1]</sup>

Júlia Iara<sup>[2]</sup>

O coro da mística atravessou a pista e formou a primeira muralha do dia. Com voz altiva anunciaram:

Aqui persistimos,  
como uma muralha  
Famintos  
Nus  
Provocadores  
Declamando poemas.<sup>[3]</sup>

E estavam certos.

Na quinta noite do acampamento, nossos inimigos passaram em frente à Casa da Memória e atiraram pra cima. Algozes do latifúndio usando a linguagem armada que tão bem conhece a Curva do S, era o recado hostil dos assassinos da região. No sexto dia mandaram avisar à direção que pensassem bem no que diriam no ato do dia 17 de abril.

---

<sup>[1]</sup> Texto produzido na Curva do S – Eldorado dos Carajás – PA, por ocasião da passagem de 21 anos do Massacre de Eldorado, em abril de 2017.

<sup>[2]</sup> Militante do MST-MA

<sup>[3]</sup> O trecho declamado na intervenção teatral é da poesia “Não iremos embora”, de Tawfic Zayyad.

Eles ainda organizam medo contra nós. Eles ainda pensam que 21 anos depois da perseguição daquelas famílias, podem nos ameaçar numa esperança de mordação. Eles não sabem nada sobre o nosso medo. Nosso medo organiza. Nosso medo é chumbo contra eles.

Pois que nos sentamos, ao raiar alto da alvorada, e decidimos: vamos falar sim! Nos encarávamos tensos, nenhuma resposta estava pronta e pela tensão que andava sinistra pelas redondezas nos últimos dias, seria necessário pensar estratégias pra proteger nossos camaradas, dirigentes da Região Amazônica ameaçados de morte, durante a fala no ato, sabendo que a fala delimita a ordem do alvo da bala. Decidimos que a fala do movimento seria coletiva, como fizemos em Curionópolis nos jogaes.

A ação nos espaços de conflito muda com qualquer sopro de perigo. Alteramos a ordem da mística e das falas de modo que houvesse sempre concentração de gente perto dos camaradas. Montamos espaço para falas de aliados e fizemos um coro de quinze declamadores jovens que acompanhassem os militantes da coordenação do ato. Era importante começar avisando.

Sem Terra medo não tem  
Pobre coragem possui  
Quando a força mata cem  
Vem mil e substitui.

Ao final do primeiro coro, passamos de 15 para 30. Maria disse: quanto mais gente melhor. E ali, antes da notícia chegar, nós já nos colocamos como uma muralha humana no palco, a segunda do dia. Sérios. Tensos. E nunca tão firmes.



Quando passamos para 50 pessoas lado a lado, um camarada acenou lá de baixo, a expressão compenetrada:

— Diz pra Maria ir mais pra trás, tem dois armados de olho nela...

Bastou isso. A conexão entre os dirigentes foi absoluta e imediata. Não tivemos medo de fazer a linha de frente. Nos olhávamos nos olhos e acenávamos nossos entendimentos. Se tínhamos medo? Tínhamos. Um medo da não ação. Cada vez que uma companheira ou companheiro se locomovia, nosso olhar procurava inimigos em volta e corria pra junto. Uma mulher, também militante, também dirigente, coordenava as falas sem vacilar nenhuma vez. Admiramos a coragem dela. O ar pesado, “aquele ali de verde, tá armado”, um camarada cochichou, atento. Passamos o recado pro companheiro de fileira, que passou pra próxima, que passou pra trás e adiante. Vigiamos lá de cima. E qualquer um entre os tantos observadores poderia ser suspeito pra nós. Insegurança. Incerteza.

Cercamos a liderança sob ameaça e nos colocamos imediatamente ao lado dos demais camaradas. A equipe de segurança rastreou seis armados, entre policiais e pistoleiros vestidos como nós, usando nossos símbolos. Denúncia óbvia e antiga do casamento entre o Estado e as elites, no fundo, todos capachos dos interesses do capital e da sua sempre propriedade privada.

— Isso é afronta ao nosso espaço, não podemos nos esconder - Maria disse. - pega o microfone e denuncia a presença deles. Faz a fala.

Pensando juntos, achamos melhor não furar a atuação da segurança, colada lado a lado nos pistoleiros. E esperar até que eles controlassem a situação pra falarmos.

Em algum lugar na multidão, o militante, com todo aquele tamanho de gigante, olhou o policial disfarçado, de cima abaixo, com olhos duros e interpelou: Tá de serviço hoje?

A equipe de comunicação, fez questão de apontar a câmera para a cara de todos os inimigos confirmados e também dos suspeitos, com a mesma audácia e ameaça com que eles nos filmaram durante toda a semana, nos caçando como animais.

O cara amarelou. Eles amarelaram. Olharam pra cima do palco, muita gente. Os Sem Terra estavam sabendo da presença deles e estavam preparados. Gente do Maranhão, gente do Tocantins... Um monte de jovem. Desconversou qualquer coisa, voz baixa.

Foram embora os seis. De certo, com ódio.

Nós permanecemos, cinquenta como um corpo único, fortaleza, até o fim do ato. Os cinco dirigentes com a tarefa das falas estratégicas fizeram as denúncias combinadas, com fúria renovada e a coragem de sempre. Improvisamos mais coros provocadores. E no fim, uma saraivada de gritos de guerra. Nós ali, de peito aberto para o perigo, protegendo-nos uns aos outros, resistimos e vencemos o medo.

Quem não vive na Amazônia não sabe como o perigo nasce e descamba com o sol e vem ainda com a noite, cotidianamente.

Dançamos depois de vencer a ameaça da morte. Quando a música começou, nós nos procuramos e nos olhamos nos olhos, permitindo sorrisos e abraços. Dança. Amor. Um trago de fumo com um, com outro. Todo mundo se encontrando num “resistimos” de mui-

tas palavras, as equipes contando como nos organizamos nas muitas frentes. Nos vendo de maneira diferente, profunda. Choramos. Bebemos. E nos recriamos.

Ninguém quis ir embora. Nosso desejo de permanecer juntos fim de tarde e noite a dentro, fez a despedida das delegações amarga. Não faltaram, no entanto, nem os beijos, nem a poesia.

Se temos medo? Temos. Mas nosso medo nos organiza. Nosso medo é chumbo contra nossos inimigos.

Nenhum passo atrás, libertação ou morte!

Naqueles tempos o ambiente era tomado pela doutrina da Segurança Nacional. Tensão agudizada por conta do episódio da Guerrilha do Araguaia. A militarização imperava, em particular com a presença do Exército, expressa em particular com a criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat). Nesta conjuntura de militarização, tudo era permitido: humilhação, destruição de lavouras e casas, prisão, sequestro, tortura e assassinatos.

Enquanto os ruralistas e seus aliados articulavam a formação de consórcios para eliminar os seus adversários, assim como hoje. E, ainda a edificarem as listas de pessoas marcadas para morrer em favor dos interesses privados de fazendeiros e políticos da região, a partir de um arco de alianças para além dos limites fronteiriços locais.

As rodovias precipitavam sobre a floresta, a descortinar uma nova produção do espaço, onde o Estado amparava o grande capital na apropriação de terras públicas e a expropriar das populações locais. Violências aos montes grassaram sobre a fronteira: física e simbólica.

Apesar da assimetria de forças, posseiros, sem terra e outras categorias teimam em erguer muralhas de resistência, afrontar cercas e injustiças. E, até lavram livros.

#### Realização



#### Apoio



ISBN 978-65-00-46835-9



9 786500 468359